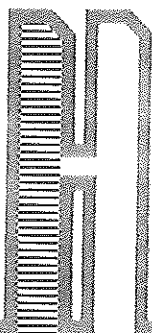




DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI – SUPLEMENTO AO Nº 165 – QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1991

BRASÍLIA – DF

SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167,
DE 1991, DESTINADA A "INVESTIGAR AS
DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E
IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO
DE OBRAS PÚBLICAS".**

(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. ANIBAL FREITAS - Sim, na Cidade de Recife, numa empresa de construção, dedicada a obras de fundação e indústria imobiliária.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado civil?

O SR. ANIBAL FREITAS - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Residência?

O SR. ANIBAL FREITAS - Recife.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Feito isso, esta Presidência, antes de conceder a palavra ao depoente e dando satisfação aos membros desta Comissão, quer dizer o seguinte: A Presidência achou por bem, ontem, contactar o distinto Presidente do Tribunal de Contas da União, o Dr. Adhemar Ghisi, para informar-lhe que deveremos solicitar ao Tribunal a designação de dois ou três analistas do Tribunal em licitação e orçamento de obras, bem como informações sobre normas e decisões adotadas pelo Tribunal, relativamente à aplicação de dispositivos do Decreto-lei nº 2.300.

Creio que os Srs. Senadores membros da Comissão estão de acordo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Sr. Anibal Freitas, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, pelo prazo de 15 minutos, com a possibilidade de prorrogação por mais 5 minutos.

O SR. ANIBAL FREITAS - Sr. Presidente, inicialmente, em nome da Câmara da Indústria da Construção, queremos agradecer ao convite; achamos que essa iniciativa irá de encontro às intenções dos construtores representados pela Câmara, no sentido de aprimorar o relacionamento entre o cliente principal, que é o Poder Público, e as empresas de engenharia.

Gostaríamos de fazer um histórico dos procedimentos que a Câmara Brasileira da Indústria da Construção tem tomado ao longo do tempo, no sentido de coibir problemas existentes na licitação de obras públicas, especialmente no nosso caso, de engenharia.

O setor tem se preocupado muito com esse relacionamento, apesar de considerar que não seja de modo generalizado, mas casos há em que sempre ocorreram problemas que eram tratados timidamente, internamente, e, muitas vezes, com ações isoladas de sindicatos nos vários Estados.

Isso vem aumentando a nossa preocupação, principalmente no trato da imagem do construtor, que é muito deformada perante a opinião pública, e, já há alguns anos, a Câmara vem patrocinando encontros e estudos para identificar a melhor forma de modificar essa imagem que, no nosso entendimento, é bastante deformada desde que somos participantes do desenvolvimento deste País, e não como a sociedade, na sua maioria, nos vê.

Em Belo Horizonte, na sequência do Encontro Nacional, recebemos do Deputado Luis Roberto Ponte uma carta de alerta que foi lida em sua abertura e discutida nas suas comissões durante todo o Encontro.

Gostaria de analisar um pouco esta carta. Qual é o seu propósito? O propósito da carta era fazer um alerta ao Poder Público, especialmente ao Poder Federal, no sentido de que ele fizesse verificações e consertos nas rotinas de licitação e acompanhamento dos contratos, no nosso caso específico, de obras públicas.

O Governo, o Poder Executivo, no nosso entendimento, fez uma leitura equivocada da nossa carta, dando como consequência o que todos conhecem, pois a carta, em vez de ter o objetivo que tinha inicialmente,

que era um alerta para que o Governo se juntasse a nós - a nós, eu digo na grande maioria dos construtores, porque essa preocupação nos aflige a todos, há muito tempo - para coibir abusos que existem nessas contratações.

Eu gostaria de ler, para ficar mais claro, um parágrafo da carta, que diz bem de nossas intenções. A carta é uma reprodução da carta recebida do Deputado Luis Roberto Ponte:

"Contrariamente, porém, alastram-se no país informações oriundas de uma pluralidade de pessoas responsáveis, de que se busquem institucionalizar em vários organismos governamentais, práticas inaceitáveis para a destinação de recursos públicos. E, o que é estarecedor, mesmo nos que são chefiados por dirigentes de inequívoco honorabilidade.

Por enquanto, ainda são informações que, embora sérias, não se pode configurar como denúncias comprovadas, sempre difíceis nesses casos, mas que tomam corpo a cada dia, e tendem, se nada for feito, a transmitir para a sociedade a convicção de que estamos na presença de fatos reais praticados com a conivência do Governo. A perda da confiança da população e dos agentes econômicos, é o caninho mais curto para a ingovernabilidade. Urge assim, que o Governo demonstre que nada tem a ver com as proposituras de estorsão que se generalizam, bem como se dispõe a receber qualquer denúncia com o compromisso de apuração da verdade, de não promover retaliações.

Essas reclamações generalizadas, elas vem muito por falta de provas, pela dificuldade que é obtê-las, em casos como esses. O que se pretendia, então, na carta, é que o Governo, com as ferramentas que possui, promovesse - e aí contando com o integral apoio da nossa categoria, ações para modificar alguns comportamentos atuais. Por exemplo, na preparação e na efetivação, inicialmente, de sindicâncias em todos aqueles casos onde houvesse indícios, e, se confirmadas, na abertura de inquéritos.

A nós parece que somente o Poder Público, que tem as faculdades para fazer essas verificações, teria maiores possibilidades de êxito. Nós entraríamos apenas - quando eu digo nós são as entidades - as entidades, entrariam apenas como auxiliares do Governo na identificação e modificação dos comportamentos.

Achamos que sozinho, pouco poderemos fazer. E daí a satisfação em que, talvez junto com o Poder Legislativo, desde que até agora o Poder Executivo não deu demonstrações de ter incorporado a nossa mensagem, quem sabe, possamos mudar esse comportamento.

É bom lembrar que o nosso setor de empresas que trabalham para órgãos públicos, é um setor que foi organizado para prestar serviço ao Estado. E, por isso, ele tem dificuldades de um confronto, mesmo que seja numa minoria de ambos os lados. Na hora da confrontação, é como diz na carta, precisamos da segurança de não termos retaliação, porque nossas empresas foram criadas e se desenvolveram graças ao principal cliente, que é o Poder Público.

Ações que nós podíamos tomar para melhorar esse relacionamento, isso vem sendo feito ao longo do tempo. Desde a participação na elaboração do Decreto-Lei nº 2.300, que regulamenta e regula as licitações públicas, até o que estamos fazendo no momento, na procura de aperfeiçoar o Decreto-Lei nº 2.300, que consideramos como um grande avanço em relação ao que existia antes.

Essas modificações ao Decreto Legislativo nº 2.300, que provavelmente serão apresentadas brevemente, são para que se altere o comportamento entre o principal cliente, o Poder Público, e os contratados, os construtores. Nessa modificação, é necessário se fazer um aprimoramento com os editais. A forma do julgamento, através de critérios técnicos, muitas vezes subjetivos, nem todos os segmentos da Engenharia merecem ter julgamento de proposta pelo lado técnico. Entendemos que só aquelas concorrências que tratam de projetos de gerenciamento é que merecem um julgamento técnico como primeiro ponto, e não somente preço.

Nos outros, nos serviços de rotina, onde já é corriqueira a aplicação de técnicas de engenharia, não tem porquê fazer-se julgamentos técnicos.

A forma de pagamento, os atrasos sistemáticos em obras, isso tem que parar; na hora em que houver uma modificação desse comportamento, em que o pagamento seja feito rigorosamente em dia, será o inibidor das práticas que combatemos.

A forma de apresentar os julgamentos em termos de orçamentos, com o preço-base, muitas vezes sigiloso, dá indícios de querer facilitar ou escolher alguma empresa para, previamente, ser a vencedora da concorrência.

A dificuldade que temos de indicação de nomes, de acusação formal de quem participou dessa corrupção, é evidente porque as pessoas que fazem ou trazem os reclamos nunca querem dar nomes, falam sempre generalizadamente, até porque há a dificuldade desse relacionamento com o seu principal cliente.

É bom que se frise, para encerrar essa minha participação, que a carta do Deputado Luís Roberto Ponte foi analisada e discutida num congresso nacional da classe, aprovada, por unanimidade de sua diretoria, do seu conselho e numa plenária, onde havia cerca de 460 participantes, representantes de mais de 60 sindicatos e associações de classe de todos os Estados da Federação.

Aqui encerro a minha participação. Coloco-me à disposição da Mesa para alguma indicação a mais.

Quero acrescentar que deixaria para o vice-Presidente da Câmara, Dr. Marcos Santana, o detalhamento de editais e de concorrências.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência concede a palavra ao ilustre Relator, Senador Elcio Álvares para questionar o depoente.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Dr. Anibal esta Comissão foi instituída com o objetivo de investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas.

No seu exórdio houve uma fala genérica sobre aspectos ligados, evidentemente, ao Decreto-Lei nº 2.300.

Gostaria de perguntar, inicialmente, a V.Exa. se há conhecimento, através de indícios ou de prova mais concreta, de alguma concorrência de obra pública em que tenha havido irregularidade, a título de fraude ou de corrupção?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Depoente.

O SR. ANIBAL FREITAS - Existem editais de concorrência em que a forma de julgamento dá indícios de dirigir a obra para alguma empresa, no momento em que colocam nota técnica incompatível com o serviço a ser posto na concorrência, índices econômicos incompatíveis com o ta-

manho das empresas com capacidade para executar a referida obra - estavam incluídos nesses índices econômicos, inclusive capital - qualificação técnica no sentido de ter executado determinadas obras anteriores, em que poucas empresas tenham tido a possibilidade de fazê-lo.

Esses são os fatos que me parecem mais importantes para que se identifiquem aqueles editais que estariam, vamos dizer, viciados. Essa é a parte antes da contratação.

A parte depois da contratação, como eu disse no meu depoimento, é fundamentalmente a dificuldade dos recebimentos; sempre surge alguém se dizendo intermediário, muitas vezes sem ter a possibilidade de fazer ou acontecer o recebimento, e se insinua por conta das dificuldades que as empresas passam nos notórios recebimentos com atraso da maioria dos órgãos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o nobre Relator

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - A Câmara Brasileira da Indústria da Construção teria algum exemplar de editais de concorrência em que sejam registrados essas coisas de irregularidades a que V. Exa. se refere?

O SR. ANIBAL FREITAS - No depoimento do Dr. Marcos Santana, Vice-Presidente da nossa Câmara, ficamos combinados de que com referência a essa parte da indicação de algum dos editais que identificamos com esses vícios, ele colocaria à disposição, para distribuição do depoimento de cada um nesta Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Durante o depoimento de hoje, S. Sa. traria esses exemplares de editais de concorrência viciados?

O SR. ANIBAL FREITAS - Ou ele traria agora, ou, já no expediente da tarde, mandaríamos um relatório fazendo menção exata. Ele mencionaria e depois apresentaria um relatório por escrito.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, há uma afirmativa do depoente de que vai entregar, de qualquer maneira solicitaríamos, para oficializar, à Câmara Brasileira de Construção Civil a remessa desses editais, que seriam talvez as primeiras peças importantes para a formação do raciocínio.

O SR. ANIBAL FREITAS - Remeteríamos aquelas que hoje já estão em nossas mãos, que foram encaminhadas para a Câmara depois do episódio da Carta de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência defere a solicitação do Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Estou satisfeito. Reservo-me apenas o direito de retornar se durante o transcurso do depoimento surgir algum fato que mereça maior relevo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Tem a palavra o eminente Senador Garibaldi Alves Filho, para interpelar o Depoente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Dr. Anibal, na carta de Belo Horizonte há uma afirmação na qual se diz o seguinte: "temos presentes os graves problemas pessoais, com acusações de leviandades e ofensas difamatórias que podem advir para os que denunciaram o que se sabe verdadeiro e não se pode provar. Conhecemos os mecanismos espúrios que utilizam para dar uma obra a quem desejam previamente escolher."

Pergunto a V. Sa. se a partir da divulgação da Carta de Belo Horizonte ocorreram fatos que se caracterizam como retaliação àqueles que assinaram, principalmente ao Deputado Luís Roberto Ponte, que se esperava fosse ouvido aqui?

Cheguei com um certo atraso e não sei se houve alguma retaliação. Por outro lado, essa afirmação para os que denunciaram o que se sabe verdadeiro e não se pode provar, até onde poderíamos ir para realmente denunciar o que se sabe verdadeiro e se provar?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Dr. Anibal Freitas.

O SR. ANIBAL FREITAS - Tivemos o cuidado, na Carta de Belo Horizonte, de não fazer uma denúncia e sim um alerta. A diferença que entendemos entre as duas coisas é que, fazendo uma denúncia, teríamos que provar o que estávamos dizendo, ao fazer uma alerta, chamar a atenção do poder público para as providências que achamos que só ele pode tomar, com os fortes indícios que poderíamos oferecer. Vale dizer que, até depois da Carta de Belo Horizonte, isso aconteceu com o envio de um ou dois editais, anonimamente. As pessoas enviaram documentos para a Câmara sem identificar o remetente, justamente - parecemos-nos por conta de receios e, no futuro, de consequências contra a sua pessoa, contra a sua empresa.

Sobre se tivemos alguma retaliação após a divulgação da Carta, de nosso conhecimento não. A não ser os episódios de trocas de acusações que a imprensa transmitiu contra o Deputado Luiz Roberto Ponte, até o momento, não houve mais nada contra nenhum outro membro da Diretoria da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre Dr. Anibal, o nobre Relator Elcio Álvares solicitava um edital viciado, eu tenho um. O DR do Espírito Santo, publicou um edital recentemente, que fez com que, pela leitura dele, eu publicasse no Correio Braziliense dez dias antes, a firma que iria ganhar a licitação. O edital dizia o seguinte:

"Para que a firma de consultoria concorresse nesse projeto, ela teria que ter feito projetos de 300 quilômetros de estradas no Espírito Santo".

O Espírito Santo todo tem 1000 quilômetros de estradas, quem é que fez os 300? Só essa firma, chamada CABE, de Belo Horizonte. E o pior, duas empresas entraram na licitação, uma chama do CABE e outra chama COBAVELS - são do mesmo dono, estão situadas na Rua Timbiras, nº 3055, e atendem pelo mesmo telefone em Belo Horizonte. E, aí, é claro, ganhou essa firma, porque no edital estava carimbado que a firma vencedora teria que ter executado projetos de 300 quilômetros de rodovias no Espírito Santo.

V.Exa. citou isso no edital viciado, um edital que elimina todos os concorrentes, um edital que não é democrático. Acho que a lei, deve sair daqui corrigida; é uma sugestão que V.Exa. traz no sentido de que se corrija a lei, se tapem os vazamentos da lei para permitir que uma concorrência seja uma concorrência. E esse edital do DR, do Espírito Santo é viciado. Vou trazê-lo para o Relator, porque na sua leitura todo mundo sabia quem iria ganhar. Quando as outras empresas de consultoria chegaram para comprar o book, o edital, foram advertidas pelo Diretor do DR, do Espírito Santo, de que nessa concorrência não poderiam entrar. Agora, eles não querem falar.

Sr. Presidente, eu acho que a Câmara Brasileira da Construção tem que nos ajudar, precisa nos ajudar, porque ela fez não só um alerta, mas uma denúncia. Temos que ter dois escopos, dois objetivos aqui na CPI: Primeiro, mudar a lei - a esse é fácil chegar; descobre-se o vazamento e muda-se a legislação; segundo, punir alguém - e esse é vai ser um pouco difícil. Acredito que se os 400 membros, dirigentes, diretores de empreiteiras que estavam em Belo Horizonte, se munissem de um gravador, que custa barato por aí numa loja, e toda vez que fossem procurados comesçassem a gravar e, até anonimamente, mandassem essas gravações aqui para a CPI, nos ajudariam. Acho que seria uma cruzada nacional de quem alertou e que agora quer trazer ao Senado, que quer apurar, trazer provas daquilo que denunciaramos.

Quanto a fatos determinados, V.Exa. não tem o fato que em determinado local, em determinada prefeitura, em determinada repartição do Governo, ocorreu a tentativa de extorsão do empreiteiro.

O SR. ANIBAL FREITAS - Não! Não tenho!

O SR. GERSON CAMATA - V.Exa. diz que há necessidade de se mudar os editais, há necessidade de se fazer consertos nos procedimentos das licitações nas formas de julgamento, nas formas de pagamento. Será que, os assessores jurídicos da Câmara poderiam mandar para cá, por escrito? Eles que têm prática nisso, eles que detectam esses problemas, a maneira, o procedimento, em que pontos essa legislação teria que ser mudada. Como se tornaria mais arejado, mais ventilado o processo de licitação?

O SR. ANIBAL FREITAS - Como eu disse, o Decreto-lei nº 2.300 já foi um grande avanço em relação ao que existia antes dele. Evidentemente, que com o tempo ele está a merecer aperfeiçoamento. Temos uma comissão interna trabalhando, bem antes da Carta de Belo Horizonte, no sentido de formularmos aqueles pontos que hoje consideramos como frágeis, como brechas que possibilitam coisas do tipo que o Senador citou e não decidimos ainda o procedimento, mas, provavelmente, na apresentação que algum parlamentar faça para modificação do Decreto-lei nº 2.300.

Então, estamos na fase de elaboração. Vencemos a etapa de recebimento de sugestões de todos os nossos associados e estamos na elaboração de um "boneco" que possa ser discutido numa redação final, e, em seguida, fazer uma redação a nível legislativo e jurídico para, então, vermos a forma do encaminhamento para a alteração desse Decreto-lei nº 2.300.

O SR. GERSON CAMATA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência concede a palavra ao ilustre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Dr. Anibal Freitas, V. Sa. já declarou que o vice-Presidente é que abordará a questão dos editais que dão margem à dúvidas a respeito das intenções dos órgãos oficiais. Mas, sabemos que o Deputado Luiz Roberto Ponte apresentou algumas denúncias formais a respeito de editais que seriam duvidosos. V.Sa. poderia dizer se houve, por parte das autoridades competentes, seja de âmbito municipal, estadual ou federal, alguma manifestação a respeito daquelas denúncias feitas, não a manifestação, por exemplo, do Portavoz do Governo - isso aí não tem validade para nós - mas a manifestação oficial que algum representante da autoridade, seja municipal, es-

ta dual ou federal, encarregada daquele edital que foi denunciado pelo Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Dr. Anibal Freitas.

O SR. ANIBAL FREITAS - Oficialmente, não tenho conhecimento de que a autoridade que sofreu a denúncia tenha feito alguma comunicação, pelo menos a nós. O que temos conhecimento é que alguns editais tiveram prorrogada a abertura das licitações.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Continua com a palavra o Senador.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - V.Sa. conhece algum caso de denúncia feita e que, em razão dela o empresário tenha sofrido retaliações por parte de qualquer órgão governamental, de qualquer esfera?

O SR. ANIBAL FREITAS - Não! Não conheço nenhum caso em que o empresário ou a empresa tenham sofrido qualquer retaliação.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - Na carta - não a tenho em mãos - V.Sa. falou que há referências a possíveis retaliações decorrentes dessas denúncias. Tivemos aqui o testemunho do Senador Afonso Camargo que mostrou que lá no Paraná houve um caso mais antigo em que um empresário gravou a conversa com o Governador da época, na praia de Copacabana, e o Governador foi afastado do cargo.

Naquela época se afastava facilmente um governador do cargo quando fosse necessário.

Não é esse o caso, mas ele informou que esse empresário até hoje sofre retaliações, inclusive dos próprios companheiros, dos próprios colegas. Por isso, pergunto: houve algum caso, do conhecimento de V. Sa., como empresário, diretor... existe algum conhecimento de episódios como esse?

Por ouvir falar, ouvimos muitas coisas. Sabemos que denúncias existem, sabemos das dificuldades de provarmos essas denúncias, por que quando chegam aqui, chamamos a pessoa e a mesma não tem nomes a indicar, não tem dados a apresentar contra as denúncias para serem apuradas por nós.

O que precisamos é de informações mais concretas a respeito dessas questões. Se for necessário, deixo isso aqui como uma informação para quem vier, no futuro e os próprios companheiros, se for necessário, podem pedir sessão secreta para informação secreta a respeito de fatos. Isso poderemos fazer também aqui, na Comissão.

V. Exa. falou que tem propostas para a modificação do Decreto-lei nº 2.300, e vão apresentá-las. Fala-se em preço-base sigiloso. Esse é um dado que considero importante para examinar um edital, porque os índices econômicos de qualificação técnica sempre se propõem a dar as explicações de que se necessita, mas esse preço-base sigiloso para mim, por exemplo, não estava muito claro, não tinha muito conhecimento a respeito dessa questão. Como também acredito que haja outra forma de reajustamento de preços. A pessoa coloca um preço mais baixo, mas tem uma proposta de reajustamento de preço, com possibilidade de modificação para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Anibal Freitas.

O SR. ANIBAL FREITAS - O preço sigiloso é inconveniente, porque ele pode não ser sigiloso para todos. Existem fórmulas matemáticas que talvez ajudassem a determinação de um preço que seria o preço-base pa-

ra quem se julgasse vencedor da concorrência, numa forma em que envolveria preços de todos os participantes, tornando impossível, a priori, se determinar qual o preço sobre o qual se obteria o julgamento da concorrência.

Nas sugestões à Câmara, até antes de apresentar sugestões para a modificação da lei, pediram 15 ou 20 dias ao Ministro Passarinho para entregá-las S. Exa. sugestões. E, mesmo com a lei atual, se o Governo Federal achasse conveniente e fosse no caminho do aprimoramento da melhoria do julgamento das licitações, poderia implantar imediatamente.

Faço uma consulta à Mesa: tenho esta carta aqui, apenas ela não foi entregue, a Câmara não deu divulgação por achar uma descortesia ter solicitado audiência para entrega a um Ministro de Estado, usando este Ministro como ligação com o poder maior do Executivo, e fazer entrega desta carta aqui, por ela ser dirigida a este Ministro. O que eu me proponha é imediatamente após a entrega da carta a quem destinada, encaminharíamos as sugestões para esta Comissão, para que ela pudesse subsidiar os seus trabalhos, porque são sugestões que podem ser implantadas imediatamente à luz da legislação atual.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - Acho, Sr. Presidente, que há duas formas: ou esperar para depois apresentar, ou fazer uma carta dirigida à Comissão, mais ou menos nas mesmas bases em que está sendo apresentada ao Executivo, apenas modificando o destinatário. Ai não há problema nenhum.

Dr. Anibal, V.Sa. explicou que o Vice-Presidente poderá tratar aqui, pelo entendimento que teve com ele, da questão dos editais. Só lamento que até hoje não tenhamos tido nenhuma informação, que V.Sa. não possa apresentar nenhuma informação aqui a respeito, não digo das denúncias, mas de fatos apontados pelo Deputado Luiz Roberto Pontes, de que editais estariam comprometidos perante os empresários, porque estariam sujeitos a serem dirigidos para uma determinada empresa, em benefício de uma determinada empresa; e não houve, por parte das autoridades competentes, qualquer medida no sentido de sanar esses vícios ou, pelo menos, de explicá-los. V.Sa. não tem nenhuma informação a esse respeito, e isso é lamentável.

Então, Sr. Presidente, fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o eminente Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, Dr. Anibal Freitas, todos nós, nesta Casa, temos uma preocupação muito grande com o andamento do trato com a coisa pública. Todos nós sabemos também que o problema do Brasil é moral; a corrupção institucionalizou-se e, a cada dia, fica mais difícil para quem quer corrigir esses fatos encontrar meios de fazê-lo.

No início da explanação de V.Sa., despreendi que a intenção da Câmara era apenas de fazer um alerta ao Governo. Não fosse a divulgação da polémica criada pelo porta-voz da Presidência da República, dos fatos que foram para o escândalo, talvez esse fato passasse despercebido, sem que nos tivéssemos motivado a requerer esta Comissão. Mas a intenção que move, ou que moveu a criação desta Comissão é exatamente a de se apurar os fatos. Alguém terá que dar o primeiro passo. Na medida em que outros nobres Senadores que me antecederam fo-

ram perguntando, foram esvaziando as questões que eu tinha formulado. Uma delas é se as empresas estariam dispostas a indicar não os setores que seriam suspeitos — isto já foi tratado aqui — mas se é verdadeira a prática entre as empresas, em determinados setores, órgãos ou ministérios, de participarem de concorrências já com acordos firmados entre elas próprias em benefício de uma determinada concorrente. Isso já se sabe que existe. Eu perguntaria, então, a V.Sa.: não estaria aí o início da fraude ou da corrupção com a participação de todos? Porque o fato de empresas se juntarem num pool para determinada concorrência é normalíssimo; mas o fato de também concorrerem apenas para dar condição a que outra empresa seja favorecida, pergunto a V.Sa., essa prática existe realmente?

O SR. ANIBAL FREITAS — Essa prática existe, não de forma generalizada, mas existe. Na medida em que os editais, com o correr do tempo, possibilitem a participação de uma maior quantidade de empresas, isto vai evidentemente coibir tipos de acordos como o que V.Exa. mencionou. A abertura e a clareza dos editais, a facilidade de participação, a diminuição do custo da compra do edital e todas essas providências de alteração da legislação vão inibir práticas do tipo mencionada, porque quanto maior o número, maior a dificuldade de se fazer qualquer tipo de acordo.

O SR. MAGNO BACELAR — V.Sa. também mencionou o fato de pessoas se insinuarem muitas vezes como intermediários. Nós conhecemos as dificuldades das empresas. Eu mesmo fui empresário a vida toda antes de ser político. V.Sa. citou pessoas que se insinuam como intermediários, como corretores de pagamentos, etc. O fato de isso insinuar não levaria a nada, mas muitos dos que se insinuam realmente são portadores e consequentemente esses benefícios. Não poderia a Câmara, no esforço de nos ajudar a chegar à verdade, citar ou mencionar algumas pessoas que praticaram esse ato com resultado. Sem resultado nós sabemos que até na corrupção existem aqueles falsos intermediários.

O SR. ANIBAL FREITAS — Quando eu o faço genericamente. Ninguém quer dizer exatamente o nome, até porque é notória a dificuldade de se provar esta ação; vai terminar com a palavra de um contra a palavra de outro.

Acho que é muito difícil, em termos de entidade de classe, se conseguir que alguém venha a fazer uma denúncia que dificilmente vai conseguir provar, a não ser com métodos usados, como o nobre Senador Jutahy Magalhães mencionou aqui, sobre a gravação de uma conversa entre o empreiteiro e o Governador do Estado e, havemos de convir talvez tenha sido possível por ser esse empreiteiro de uma empresa muito grande, muito poderosa e que aguentaria as consequências.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço a V. Sa.

Sr. Presidente, enquanto Partido também gostaria de externar a minha preocupação e o desejo que realmente se chegue a apurar os fatos que denigrem a imagem dos políticos e da Nação brasileira.

Fico por aqui, fazendo um apelo para aqueles que se propõem a depor, que façam um esforço no sentido de que adotemos a prática sugerida pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, reuniões secretas, mas que se chegue a uma conclusão, não só pelo desejo de encontrar a verdade dos fatos, mas sobretudo pelo nome da própria Casa à qual pertencemos, porque infelizmente já é comum às CPI's, chegarem a lugar nenhum. É nosso desejo que se chegue a apurar e contrabuir, de qualquer forma,

com uma pequena parcela que seja para a moralização da coisa pública no nosso País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, vejo as dificuldades que se tem de chegar a indicações de nomes. Agora, tenho em meu poder um discurso proferido na Assembleia do Estado da Bahia, um discurso proferido pelo Sr. Paulo Maracajá, mas o que interessa é um aparte do Deputado Simões, atual Líder do Governo no Estado da Bahia. Nesse aparte, o nobre Deputado Simões fala algumas coisas e termina dizendo: "entre essas empreiteiras, se a OS estiver incluída será também protestada através de ação pública". Mais ainda: "A OS paga comissão ao Sr. Nilo Coelho e entrega na Rua D. João VI, na sede na Nordeste Linhas Aéreas. Paga e, se quiser, o nome darei o nome de quem faz isso."

Peço a V. Exa. que convoque o nobre Deputado Simões, para prestar as informações aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Continua franqueada a palavra. (Pausa.)

O Senador Affonso Camargo deseja usar da palavra.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, soube que, infelizmente, V. Exa. recebeu, provavelmente o meu recado, de que eu fui convocado como orador, do Paraná; sendo a primeira reunião que ele faz com toda a Bancada do meu Estado eu fiquei numa aflição muito grande porque continuo considerando esta Comissão como a coisa mais importante que se está fazendo no País. Nós conseguimos, realmente, chegar a algumas coisas concretas de como se possa comprovar; sabemos que existe, todo mundo sabe que existe. Se formos analisar esse problema da corrupção no Brasil vamos ter de remontar, daqui a pouco, se quisermos modificar tudo isso, a falar no fundo partidário. Nós sabemos que os nossos partidos devem só eles fazerem as despesas, mas sabemos que não o fazem porque não têm dinheiro para as mesmas. Sabemos que as empreiteiras acabam financiando a campanha de políticos e depois se sentem no direito de acabar influenciando nas concorrências.

Então, vou repetir alguma coisa que eu já disse durante a CPI da Norte-Sul: "Se nós pudéssemos utilizar, e fosse válida, aí há uma dificuldade porque eu não sou advogado, não conheço essa parte do processo criminal, mas não sei se um detector de mentiras poderia ser utilizado e nós pusessemos todos os grandes empreiteiros do País, após terem declarado que nunca deram comissão a políticos, os detectores mostrariam que estariam mentindo; porque deram! Só que eles também vão ser incriminados, se declararem que deram. Vamos ter que chegar a conclusões de como fazer. Se alguém denunciasse que foi obrigado a dar comissão a um administrador público teria a sua pena relevada ou não? Ou aquele que dá e aquele que recebe são igualmente criminosos? É um problema grave. Por isso, considero importante continuar levando em frente.

Disse-me o Senador Gerson Camata que o nosso depoente falou que ouviu dizer, mas que, realmente, aquele documento é mais um documento de alerta, mas ele não pode provar nada. Não sei se é isso. Perguntaria se não houve nenhum fato concreto? É isso?

O SR. GERSON CAMATA — É verdade.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Bom, então V.Exa. vê que eu, quando revelei as minhas preocupações na nossa última reunião, tinha razão, não

é? Aquele caso do empreiteira no Paraná, fui eu que coloquei aqui, porque ocorreu no meu Estado. Ele tentou e se arrepende até hoje. É dramático, é melancólico! Ele se arrepende até hoje de ter feito a denúncia. Ele conseguiu fazer com que, pelo regime autoritário, um Governador fosse renunciado do Poder, porque não foi nenhum processo ilegal. Foi um processo em que dizia "Ou renuncia ou vai ser tirado." e ele acabou renunciando. Mas o empreiteiro se arrependeu do que fez. Ele cometeu um ato em favor do dinheiro público e acabou se arrependendo do que fez. Então, não tenho mais nada que perguntar. Vamos continuar lutando, vamos ver como é que descobrimos meios de resolver esse problema da corrupção no País, que é uma praga que não se consegue eliminar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero esclarecer a V.Exa., Senador Affonso Camargo, que o depoente, Sr. Aníbal Freitas, nos declarou que o Vice-Presidente da Comissão, que falará logo após o encerramento do seu depoimento e da sua inquirição, tem dados concretos para trazer a esta Comissão.

Algum Senador deseja usar da palavra? (Pausa.)

Quero dizer a V.Exas. que a Carta de Belo Horizonte, lançada no 1º Encontro Nacional da Construção, é o tipo do documento que sacudiria de cima abaixo não só o Governo, questionado, mas também o próprio País, em que os setores dominantes políticos, econômicos, intelectuais preservassem algum culto da dignidade pessoal e nacional.

Acredito que nós Políticos, nós do Senado Federal, estamos procurando preservar a nossa dignidade. Prova evidente é a criação e a instalação desta Comissão, desta CPI, porque acreditamos que a grande maioria do povo brasileiro, dos empresários, dos dirigentes de órgãos públicos são sérios, são honestos; os políticos, todos os segmentos sociais. A minoria é que está na malversação do dinheiro público e, evidentemente, generalizando para com toda a população, para com toda a Nação brasileira.

Entretanto quero dizer ao Sr. Aníbal Freitas que, quando nos dispusemos a subscrever, em primeiro lugar, solicitação da criação desta Comissão, o fizemos certos de que a Câmara Brasileira da Indústria e Construção Civil, com a responsabilidade que tem, quando endossou a Carta do ilustre Deputado Luís Roberto Ponte tinha não só um alerta, na sua Carta, mas também denúncias e provas concretas para nos trazer. Porque há de se perguntar: se o Deputado Luís Roberto Ponte, com a responsabilidade e impunidade que possui, nos trouxeram algum caso concreto, algum fato concreto... Acho que essa Carta pouco ou quase nada tem de extraordinário.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Acredito que se não tivermos fatos, efetivamente, por parte dos denunciadores, vamos ter que mudar o nome da CPI: ao invés de CPI para Investigar as Denúncias de Corrupção e Irregularidades na Contratação de Obras Públicas, deve ser chamada CPI para Mudar a Legislação de Licitação Pública no Brasil. Senão não se vai se chegar a fato consumado, a fato determinado. Quer dizer, está igual a cabeça do bacalhau: ela existe, mas ninguém sabe, ninguém vê; está lá na Noruega.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas acredito, ilustre Senador Gerson Camata, que, além de tentar melhorar ou redefinir o Decreto-lei nº 2300, que trata das licitações das concorrências públicas, temos obrigação de, com muita determinação, muita segurança, aprofundar essa questão. O povo não pode suportar mais essa situação que aí está. A grande maioria do povo brasileiro é de pessoas honestas, sérias, e não pode suportar o que está acontecendo. Outrora eram as empreiteiras, que, acredito, não querem continuar em conluio com os órgãos públicos do País, dirigentes públicos do País, que viviam à corrente. Hoje, foi mudada a ordem dos fatos e dos fatores, como diz a própria Carta, com muita clareza, com muita explicitude. São os órgãos públicos que estão a extorquir, a peitar os empresários privados. Isso significa que, de corruptores, passaram a ser corruptíveis. Daí cabe-me - antes de conceder a palavra ao distinto e eminente Senador Elcio Álvares, Relator desta Comissão - perguntar ao Sr. Aníbal Freitas. S.Sa disse que era empresário?

O SR. ANÍBAL FREITAS - Sim, sou.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - S.Sa. nunca foi peitado, nunca foi extorquido, nunca deu a um dirigente de órgão público, alguma comissão?

O SR. ANÍBAL FREITAS - Não. Se o tivesse feito, teria obrigação de, como Presidente da Câmara, relatar o fato nesta Comissão. Estou, inclusive, sob juramento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não tem conhecimento de que alguém tenha feito isso, algum companheiro de V. Sa. a algum dirigente de órgão público, nominando?

O SR. ANÍBAL FREITAS - A grande dificuldade que - creio - vamos encontrar é essa. Não há claramente nenhum caso. É difícil fazer, a não ser com a gravação que foi feita no caso específico já citado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Obrigado. Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, as palavras do Senador Affonso Camargo, no primeiro dia, não só com a responsabilidade inequívoca do mandato de S.Exa., mas com a experiência de quem ocupou um dos cargos mais importantes no Governo exatamente dentro dessa órbita, a de construções, situaram, com muita clareza, as dificuldades que esta CPI iria encontrar. Tenho um pensamento formado, falando um pouco como advogado, no sentido de que gravação, para efeito de prova, é, hoje, altamente questionada. Aconteceu que aquela gravação foi feita no momento de um regime militar, no qual o juiz era discricionário, não precisava de prova nenhuma em tribunal, e aconteceu a punição daquele que instalou, obtendo proveito, através da contratação de uma obra pública.

Parece-me, sinceramente, que prova material, concreta, robusta, definidora de crime de responsabilidade perante o Código Penal não vamos ter. Mas os indícios - e indício, em matéria de prova, começa a dar respaldo à verdade - podem surgir. Confesso, sinceramente - ouvi o ilustre Presidente da Câmara da Construção Civil - que não esperava outra coisa, porque conforme disse bem o Senador Affonso Camargo, lamentavelmente, neste País, aqueles que se envolvem na corrupção - seja o que recebe ou o que dá o dinheiro - não falam. Não falam porque há um interesse recíproco. Fico muito difícil. Seria um caso sui generis

na história do mundo alguém passar um recibo de corrupção para ser apresentado perante uma comissão parlamentar de inquérito, como esta.

Quando fiz a pergunta sobre quais são os editais que podem ser detectados como editais dirigidos, evidentemente, começam a surgir indícios. Nós, que estamos vivendo isso, sabemos que a grande verdade, a dolorosa verdade que principalmente nós, homens públicos, ouvimos com constância, é as pessoas afirmarem que determinada obra foi dirigida para o empreiteiro ou que existem grandes grupos de empreiteiros que dominam, em detrimento dos menores, essa concessão de obras públicas. Sinceramente, acredito que a Câmara - e V.Exa. disse bem, Sr. Presidente, no momento em que foi feita esta Carta que alcançou ressonância nacional - hoje, inclusive, serve de motivo a um processo ao nobre Deputado Luís Roberto Ponte, que teve a coragem de, da tribuna da Câmara dos Deputados, dar acústica, - acho que todos aqueles que, de uma forma ou de outra, inspiraram a Carta de Belo Horizonte, estão solidariamente comprometidos conosco, Senadores integrantes desta CPI, mesmo que haja qualquer fratura de comportamento ético em relação aos próprios elementos que integram a Câmara.

Quero deixar claro que sou daqueles que só fazem julgamentos não abonadores no momento em que existe uma prova concreta. A Câmara tem de compreender o seguinte: dentro do grupo, se há motivos para que seja instalada esta CPI, como foi feito através da Carta de Belo Horizonte, também tem de se reconhecer que a corrupção não se faz somente com os elementos do Governo. A corrupção abrange todo mundo e é do nosso interesse, conhecido o fato concreto - declaro solenemente como Relator e tenho certeza que este é o pensamento dos membros desta Mesa e dos integrantes desta Comissão -, ir até às últimas consequências na denúncia.

Agora, para que isso ocorra, para que esta Comissão não caia no vazio apenas de mais uma comissão constituída nesta Casa, temos que contar com o esforço da Câmara no sentido de obter, não diria provas, pois, como já tive oportunidade de afirmar, é muito difícil alguém, difícil, não; impossível quase - passar recibo de corrupção. Mas a Câmara tem a obrigação inarredável, em virtude de esta CPI ter sido instalada sob a inspiração da Carta de Belo Horizonte, de nos fornecer editais que sejam editais conclusivos de indícios para que possamos, em cima desses editais, prosseguir então os nossos trabalhos e chegar a um resultado concreto.

Mudar a legislação somente não me convence. Poderíamos fazer isso muito bem, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado, e acho que aí há uma convergência: a Câmara seria importante para dar também uma participação técnica, nas ficaria muito melancólico esta Comissão concluir por uma legislação que aperfeiçoasse o Decreto-lei nº 2300. Esse é um fato inerente ao cumprimento do nosso mandato.

Então, gostaria de deixar aqui registrado, levando muito em conta as palavras do Senador Affonso Camargo, porque S.Exa. conhece a realidade, como eu também conheço, e infelizmente a mecânica hoje do procedimento eleitoral está muito sujeita também a isso, o que me constrange. De vez em quando, conversando com alguns colegas, verifico que um Deputado ou um Senador conseguiu uma obra. Isto é doloroso! Eu quero deixar claro que nós, no exercício do mandato, só temos um compromisso, que com o povo que nós eleguemos.

É triste isso, torno a repetir, mas tenho aqui, neste momento, o maior empenho, como Relator, e assumo este compromisso público com os integrantes desta Comissão. Mediante prova concreta ou indício formalizador de culpa, os empreiteiros estão na obrigação de nos ajudar nessa tarefa porque não podemos, de maneira nenhuma, chegar a uma conclusão positiva se não tivermos dados concretos. Não podemos cometer a levianidade de tecer conceitos aleatórios que não levam a uma conclusão.

Dessa maneira, reitero com empenho à Câmara da Construção Civil, que redigiu a Carta de Belo Horizonte, que convoque seus integrantes. Eles não precisarão assumir a denúncia; se ela tiver base, a Comissão a encampará, mas terá que ser uma denúncia concreta, que nos leve a um fato que seja definidor de crime de corrupção ou de uma irregularidade flagrante abrangida pelo Código Penal.

Esta é a nossa posição e acredito, sinceramente, pelas palavras do Presidente Ruy Bacelar, que também é o seu pensamento, como o de todos os nossos Companheiros que integram esta CPI agora constituída.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de encerrar, quero dizer - como já havia dito e muito bem focalizou o Senador Elcio Álvares - que esperamos contar com a cooperação, com a ajuda dos elaboradores desta Carta, do Câmara Brasileira, Deputado Luís Roberto Ponte, mas não só dos empresários privados do País, mas também do Poder Judiciário, da imprensa falada e escrita e também dos poderes executivos, sejam eles a nível federal, estadual ou municipal, nessa nossa caminhada buscando fazer justiça para com a grande maioria do povo brasileiro que vive numa situação subumana.

O SR. ANIBAL FREITAS - Senador, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Dr. Anibal Freitas.

O SR. ANIBAL FREITAS - Senador Ruy Bacelar, as palavras do Relator, Senador Elcio Álvares são perfeitas. Estamos de pleno acordo: dificilmente, conseguiremos nominar um corrupto e um corruptor nesta Comissão.

Mas, em nome da Câmara da Indústria da Construção, como seu Presidente, assumo aqui o compromisso de enviar, para esta Comissão, os editais que, na nossa visão, sejam viciados. Esse compromisso está assumido, atendendo a solicitação do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Obrigado a V.Sa.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, apenas um requerimento dentro da esteira da declaração que ocorreu aqui.

Gostaria que esta Comissão Parlamentar de Inquérito oficiasse ao Tribunal de Contas solicitando, caso existentes, processos em que foram apurados, da sua tramitação no Tribunal de Contas, indícios de irregularidade nos respectivos editais e em que as contas tivessem sido impugnadas em razão disso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Creio que todos estão de acordo. Além de solicitar os auditores, também um orçamentista em licitação, as normas e regras de licitação fundamentadas no Decreto-lei nº 2.300, vamos requerer também esses indícios ou denúncias já em andamento no Tribunal de Contas da União.

O SR. GERSON CAMATA - Nobre Senador, já há um fato do Tribunal de Contas da União que vou trazer aqui, como me comprometi na última sessão.

O Tribunal de Contas acaba de condenar a administração do Porto de Vitória, os administradores terão que devolver ao Tesouro os recursos. Eles entregaram a uma empresa chamada ENETERM, de propriedade do atual Governador do Espírito Santo, uma obra sem licitação. Então, está aí um fato, mas deve haver muitos desses por lá.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Nós receberemos com muito prazer a documentação, Sr. Senador.

Suspendo a sessão por 5 minutos, enquanto ouviremos o Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria, Sr. Marcos Santana.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, enquanto há este intervalo entre a vinda do novo depoente e a saída do atual, gostaria de aproveitar para dar seguimento à declaração que fiz aqui, lendo o aparte do atual Líder do Governo, na Assembleia do Estado da Bahia.

Não são casos regionais. Estamos aqui para apurar fatos determinados ou, pelo menos, indícios de fatos. Recebi esse discurso proferido na Assembleia do Estado da Bahia, que relaciona, sem nomes, vários episódios.

Apenas nesta parte há nome. Tenho o hábito de dizer, na minha vida parlamentar, que o denunciante leviano também deve ser responsabilizado. Lá na Bahia, pelo que fui informado pelos deputados estaduais, foi requerida uma comissão parlamentar de inquérito para apuração dessa declaração, Comissão que nunca pôde ser instalada por falta de indicações dos membros do Governo. Por isso, eles solicitaram que nós a ouvíssemos aqui.

Foi uma denúncia altamente importante, feita por quem? Pelo Líder do Governo. Acusando quem? Um ex-Governador e apontando o nome da firma que teria pago. Então, nós temos os fatos concretos. Será que é verdade? Eu duvido. Mas, gostaria de ouvir de quem fez a denúncia aqui se confirma o que declarou. Pelas experiências que tenho, a pessoa que faz declarações em jornais, aqui e ali, quando, por coincidência, a chamamos aqui numa Comissão do Senado, a hora de perguntar: "O Sr. disse isso", normalmente diz que não, que a imprensa distorceu, que "minhas palavras não foram bem entendidas".

Então, quando chega na hora da verdade, essa verdade não é apurada. Mas, isso é um discurso, que a imprensa não pode distorcer. São notas taquigráficas. Por isso, peço que a Comissão examine a possibilidade de chamar esse Deputado aqui, para que ele venha declarar se houve realmente esse fato. Sem citar nomes, menciona inúmeros fatos, mas esses citaram nomes; assim nós podemos apurar.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Senador Jutahy Magalhães, a observação de V.Exa. é interessante porque tinha surgido uma dúvida quando o Senador Gerson Camata fez as primeiras denúncias em relação ao Governo do Espírito Santo. E confesso sinceramente que a minha dúvida até ingressou num campo ético de exercício de mandato, porque dentro de uma CPI instalada para apurar corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas, surgindo a primeira denúncia em relação ao Espírito Santo, sendo o Senador Gerson Camata, o denunciante público da irregularidade, poderia parecer para quem não tivesse acompanhando o seguimento desses trabalhos, que estaríamos por acaso usan-

do a CPI para instrumentalizar uma situação estadual que envolvia o Governo, do qual não somos companheiros, já que apoiamos a candidatura do Senador José Ignácio.

Fiquei numa dúvida, e a colocação do Senador Jutahy Magalhães me espanta porque tive oportunidade de ler com cuidado as razões da CPI. Como ela é instaurada para apurar corrupção e irregularidade na contratação de obras públicas, eu pensei - até tinha idéia de conversar com o Senador Gerson Camata - que aquele fato que fosse pertinente ao Espírito Santo e à Bahia iríamos remeter para a Assembleia Legislativa, com a recomendação para ser apurado. Parece-me, e, eu seguida eu iria submeter isso logo após uma reunião de trabalho, que esta Comissão tem que abrir o leque, inegavelmente, porque ela não ficou restrita apenas a obras federais, mas também a obras estaduais e municipais - consequentemente um leque. E com esse detalhe que o Senador Jutahy Magalhães falou há pouco, de que às vezes por razões políticas locais, o fato existe, é grave, é relevante, mas a força política do governo estadual não permite que a apuração prossiga. E aqui, no estuário de uma Comissão como esta, inteiramente independente, teríamos uma maneira de analisar e de ver os fatos bem diferente da pressão estadual

Quero dizer isso ao Senador Gerson Camata, que me merece toda a consideração, conheço bem sua luta dentro desse episódio, inclusive com a publicação de anúncio no Correio Braziliense. S. Exa. me falou também que escreveu uma carta que foi entregue ao presidente da Assembleia Legislativa, denunciando os fatos antes que eles ocorressem. E realmente, aconteceu como ele fez: entregou esse documento ao presidente da Assembleia.

Depois de uma reunião de trabalho eu gostaria que fixássemos, até para efeito do trabalho da Relatoria, uma norma para ser cumprida, já admitindo inicialmente que estou inteiramente convencido de que esta Comissão tem de abrir o leque realmente em relação a qualquer denúncia de âmbito municipal, estadual e federal, principalmente. Até comeci a examinar uns aspectos de competência, mas tenho idéia agora, em razão exatamente do que o Senador Jutahy Magalhães falou, de ocorrer a pressão do Governo, a pressão da máquina estadual, às vezes estiolando uma denúncia que tenha realmente fundamentação.

O SR. GERSON CAMATA - Nobre Relator, nós temos que ter cuidado, porque se abrírmos o leque demais, vamos fazer as audiências lá no Estádio Rei Pelé porque não vão caber aqui.

Desde que seja um fato concreto não importa, acho que o nosso propósito aqui tem que ser exemplar. No momento em que nos propomos a fazer uma CPI para apurar corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas, é importante o exemplo também. Eu tenho em mira o problema da Previdência Social. Foi graças à CPI da Previdência que muita coisa se acertou neste País em termos de Previdência. Vimos aqui que as denúncias foram surgindo naturalmente. Acredito sinceramente, e há pouco pedimos à Câmara que qualquer cidadão do povo que tenha um fato concreto, ou tenha uma denúncia cujos indícios são fortes, que nos dêm conhecimento para que esta Comissão possa produzir alguma coisa de concreto dentro de uma sustentação de verdade e de documentos que sejam uma conclusão positiva.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de suspender a reunião, acredito que todos os meus companheiros concordam com a sua exposição,

eminente Senador, de que esta Comissão tem de atuar a nível municipal, estadual e, sobretudo, federal. Quanto à solicitação do eminente Senador Jutahy Magalhães, de convocar o Deputado, Líder do Governo da Bahia, numa das nossas reuniões, vamos definir e colocar isso em discussão, onde acredito que o Sr. Deputado, iluminado aqui pelo Senador Jutahy Magalhães, no meu entender, deverá estar aqui a depender, também, do aprobo dos Srs. Senadores da Comissão.

(Está suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Está reaberta a reunião. Continuando os nossos trabalhos, gostaria de agradecer a presença do Sr. Anibal Freitas, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Também está presente o Dr. Marcos Santana, vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC.

Reabrimos a presente reunião ao tempo em que a Mesa pede que os eminentes Senadores Jutahy Magalhães, vice-Presidente, e Elcio Álvares, ilustre Relator desta Comissão, tomem assento à mesa. (Pausa)

Sr. Marcos Santana, de acordo com o art. 342 do Código de Processo Penal que prevê pena por falso testemunho, solicito de S.Sa. o Juramento inserido neste documento.

Com a palavra o Sr. Marcos Santana.

O SR. MARCOS SANTANA - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar todas as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O Código de Processo Penal nos induz, de conformidade com o art. 203, a solicitar a V. Sa. que faça as seguintes declarações, de público: Nome?

O SR. MARCOS SANTANA - Marcos Vilela de Santana.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade?

O SR. MARCOS VILELA DE SANTANA - 52 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado e residência?

O SR. MARCOS VILELA SANTANA - Belo Horizonte-Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce?

O SR. MARCOS VILELA SANTANA - Engenheiro Civil de formação e qualificado como vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V. Sa. terá 15 minutos para fazer sua exposição, seu depoimento, para depois os Srs. Senadores passarem à fase de inquirição.

Tem a palavra o Sr. Marcos Vilela Santana.

O SR. MARCOS VILELA SANTANA - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sras. e Srs:

Na qualidade de vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e Presidente de uma de suas entidades filiadas, participei também, com outros companheiros, do 54º Encontro Nacional da Indústria da Construção, em Belo Horizonte. Encontro este do qual resultou um documento chamado Carta de Belo Horizonte, que é do conhecimento de todos.

O documento, segundo alguns companheiros - era verdade e admiti, depois, que fosse verdade -, tinha um defeito que, na época, não

parecia muito grande, não parecia muito importante: era o defeito de ser um documento muito extenso - razão pela qual, a maioria das pessoas não o leram na íntegra, não o leram em todas as suas palavras.

Em consequência, foi tomado, muitas vezes, como um documento ofensivo, como um documento de acusação generalizada e leviana. Ao contrário, como é fácil depressender da sua leitura cuidadosa, é um documento de advertência, um documento de alerta, um documento de cooperação, um documento de arregimentação de um setor que quer um bem para este País; um setor que vive da construção, vive para a construção, que constrói este País e que, coletivamente, não tem como pactuar com ações individualizadas, excepcionais até de seus companheiros.

Isso foi demonstrado claramente no momento em que este documento foi aprovado, por unanimidade, num encontro de empresários que, são, normalmente, tímidos, acovardados e que o aprovaram, por unanimidade e o fizeram publicar pela imprensa.

O objetivo era, evidentemente, mostrar que existem mais do que problemas; existem dissimulações, há um rumor, uma onda de descrença nas instituições em que empresários ou empreiteiros da construção são acusados, frequentemente. Aliás, entre todos esses setores, poucos têm sido vítimas tão generalizadas quanto os empreiteiros. Todas as nossas classes sociais e profissionais têm as suas mazelas, têm as suas exceções lamentáveis, e poucas delas são vistas com tanta generalidade.

No caso dos empreiteiros, como se fosse já um objetivo pejorativo de maior qualidade, editado a toda hora, em qualquer documento, em qualquer editorial, em qualquer notícia, em qualquer discurso, como se fosse a classe mais infeliz, a mais degenerada deste País.

Ressalvadas as exceções lamentáveis, exatamente para confirmar a regra, os construtores deram um exemplo, até de coragem, ao tentar dizer um basta àquela situação, naquele encontro de Belo Horizonte. Evidentemente que o processo de corrupção, que é objeto desta Comissão, todos sabem que existe, todos dizem que existe, não nasceu hoje, não é isolado, mas é uma situação difícil de se comprovar, razão por que até existe uma CPI na Casa mais alta deste País. Senão seria fácil a qualquer policial impedi-la ou puni-la, num ato simples de poder de polícia. Mas o que acontece é o seguinte: esse setor de construção vive para realizar obras para o Estado. Existe um orçamento nacional, existe uma disposição da Nação, que é aprovado pelo seu povo, através do seu Congresso, de um orçamento, de um montante de recursos, que devem ser aplicados em obras públicas, em infra-estrutura, em obras de natureza social, que interessam à população, e os construtores se preparam para fazê-la. Nessa relação, por ser de recursos públicos, por ser problemas legais, tem que existir uma legislação, tem que existir uma relação transparente, objetiva, clara de relacionamento comercial do setor privado, que exerce essa atividade, com o Poder Público. Existe até essa legislação. Essas regras são estabelecidas através do Decreto-lei nº 2.386, que é um documento, muito bom, com uma concepção muito boa, muito bem feito, com ótimas qualidades mas para o momento em que o legislador o fez, os Srs. o conhecem muito mais do que nós todos, não podem prever todos os casos, todos os vazamentos, todas as válvulas e, ao longo do processo legal, vão sendo descobertas brechas e fendas e algumas atitudes vão sendo cometidas - vou repetir, vou insistir - muitas vezes com as melhores das intenções.

O administrador público, patriota, bem intencionado, muitas vezes faz questão de exigir para a sua administração o que tem de melhor, o que há de mais correto, e na maior boa-fé ele quer o que tem de melhor. Ele quer contratar uma obra com a melhor empresa, pelo menor preço, mas, muitas vezes, nas brechas da legislação, ele adota comportamentos subjetivos. E no momento em que isso vai virando rotina, esses comportamentos subjetivos caem nas mãos de outros, que não são tão patriotas, tão bem intencionados como os primeiros. Embora os editais de licitação, as contratações sejam feitas ao arripio da lei, em muitos casos contrariando a legislação, na maioria das vezes são pelas brechas da legislação. Nos editais de concorrência, eu poderia citar alguns exemplos, nos quais vêm ocorrendo generalizadamente, porque é em todo o País. Há muito tempo, em todas as esferas, em vários órgãos da administração, e, na maioria das vezes, até com boa intenção de contratar da melhor maneira possível. Por exemplo, a legislação exige uma publicidade do edital. Muitas vezes a empresa procura o edital, cujo o aviso resumido foi publicado no Diário Oficial, chegando lá o edital ainda não está pronto; só acontecendo uns dias antes da concorrência. É uma primeira irregularidade. Ou então a entidade vende o edital por um preço exorbitante. Os Srs. podem verificar que estão cobrando por um edital de concorrência 300 mil cruzeiros, 500 mil cruzeiros, 1 milhão de cruzeiros. Há uma concorrência atual em Minas Gerais, cujo edital é de 3 milhões de cruzeiros. Em uma dessas que eu, sinceramente, não me lembro agora, fazendo uma comparação, fiz um cálculo ligeiro: se 50 empresas participassem da licitação, elas pagariam, só comprando o edital, 10% do valor da obra; por um livro ou um caderno, ou um conjunto de papéis, de 50, 100 folhas de papéis encadernados, cobram até 3 milhões de cruzeiros. Isso inibe o licitante. Não é qualquer firma que gastará essa quantia para ver se vai entrar. Chegam ao requinte de impedir que se examine o edital se não o compramos. Há casos acontecidos, concretos, em que o órgão licitante não deixa examinar a concorrência, tem que comprar por esse preço e depois examinar. Essa é uma distorção econômica que começa a afastar as empresas menores, aquelas que não estão muito convencidas; e empresas entram em concorrência 50, 100, 200, 500 vezes por ano. Não há capital que agüente comprar esses editais, para participar dessas concorrências todas.

Um outro sistema que tem acontecido, com uma certa frequência, é o agrupamento de obras de mesma natureza, que poderiam ser feitas separadamente, num único pacote, num único lote. Evidentemente sabemos que existem obras grandes, que não podem ser fracionadas. Não vamos dividir a construção de uma barragem ou mesmo de um edifício por 10 empresas, porque, nesse caso cada uma faria um andar e isso não é possível. Mas no saneamento básico de uma cidade, é perfeitamente possível que em cada bairro haja uma empresa, independente, trabalhando. Isso é perfeitamente possível. E, nessa altura, o leque vai aumentando; a competitividade vai aumentando, ao invés de se fazer num único lote, num único pacote de vários bilhões de cruzeiros, como o da concorrência, que será realizada semana que vem, no Estado de Minas Gerais, em que uma obra de saneamento é 16 bilhões de cruzeiros. Certamente há uma variedade de subprojetos e subetapas dentro dessa obra, poderiam ser fracionados e dados para um universo muito maior de empresas, certamente menores. Assim, uma obra de estrada não precisa ter

a absurda quilometragem estipulada num único contrato; pontes, casas populares, não precisam ser feitas num mesmo grupamento, várias empresas trabalhando, mas em conjuntos, módulos. Existem módulos técnicos e economicamente compatíveis, que podem ser feitos por várias empresas. Então esse empacotamento, esse grupamento é uma forma de agrupar e diminuir o universo da disputa. Uma obra muito grande acaba sendo possível só a poucas empresas muito maiores. E a concorrência começa a ficar restrita. Outra exigência começa a ser feita, a legislação prevê, e é salutar, que as empresas comprovem o desempenho técnico, a capacidade do desempenho técnico. E aí são exigidos os atestados que comprovem essa capacidade. E aí vemos com certa frequência exigências absurdas, muito grandes em relação à obra que vai exigir, apesar de a legislação falar na compatibilidade, em quantidade e qualidade. Agrupamento de exigências no mesmo atestado. Vou citar um exemplo bizarro, para os senhores entenderem. Imaginem se fizéssemos aqui uma concorrência para o fornecimento das cadeiras deste plenário e pedíssemos que a firma licitante, proponente do fornecimento, apresentasse um atestado que já fornecera cem cadeiras a um órgão similar; no mesmo atestado, comprovasse também que já tivesse fornecido cinzeiros. Um exemplo bizarro, mas isso acontece na construção. Exige-se um atestado em que, junto à obra principal, junto à capacidade principal do que se quer comprovar, pede-se um outro artifício em outra obrinha, de menor importância, às vezes, mas que acoplada, conjugada, combinada com aquela, começa a fechar o leque; de modo que uma só, ou às vezes poucas empresas têm capacidade de apresentar esse atestado. Isso acontece frequentemente. Outras vezes fazem exigências absurdas. Que a empresa tenha determinada instalação a tantos quilômetros do local. Isso numa obra de curto prazo é razoável. Para fazer pavimentação, uma empresa precisa ter uma usina de asfalto para fazer uma obra de curta duração, porque gasta 30, 60 dias para instalar a usina. Mas com uma obra de 450 dias, não tem justificativa. Ela pode trazer a usina e instalar. Ela pode. Se for pequena a quantidade, ela pode comprar de outro que já tem usina. Aí exige-se que tem que ter usina instalada. Há esse tipo de exigência, algumas exageradas, exclusivas. Recentemente, numa grande capital do País, uma prefeitura fez uma exigência de um equipamento, uma máquina de pavimentação, uma escavadeira de uma determinada potência, e verificou... pela nossa associação, que só existiam seis dessas máquinas no País. Por sorte, nesse caso, para fazer justiça, a associação fez a reclamação e fizeram a retificação do edital, que exigia que fosse apresentado um equipamento que só tinha seis no País. É absolutamente retritativo da licitação.

E aí vem o caso concreto, que está gerando toda essa polêmica. O Decreto-lei 2.300 prevê, como critério, tipo de apresentação de preço, quatro modalidades: proposta por técnica, proposta por técnica e preço, proposta por preço. Não me lembro da quarta. Mas aí é que descobriram uma fórmula milagrosa de burlar o instituto da concorrência. É a concorrência feita por técnica. O legislador pensou muito bem, sabia muito bem, e é fácil entender. Existe algum tipo de obra que tem uma tecnologia sofisticada, diferenciada, de ponta, que não é de domínio público, e nem todos sabem fazer. Assim são, por exemplo, os trabalhos de natureza intelectual de projeto, de cálculo, de projetos de natureza intelectual de um modo geral, e algumas obras sofisticadas.

Vou citar alguns exemplos: plataforma submarina de petróleo, um metrô urbano, subterrâneo, são obras muito sofisticadas e complicadas. Uma obra para apagar incêndio num poço de petróleo. São obras sofisticadas, cuja tecnologia não é de domínio público, são poucas as empresas que a dominam. Então, evidentemente, ao licitar essa obra, o administrador tem que se cuidar para que seja uma empresa efetivamente capaz. Mas quando é uma obra de tecnologia corriqueira, de domínio amplo, centenas ou às vezes milhares de empresas podem fazê-la, tal como uma estrada, uma ponte, um prédio escolar, um hospital, um edifício, um saneamento urbano, um tratamento de água, de esgoto. Não existe tecnologia diferenciada para isso. No entanto, cismam de fazer essa proposta, cismam de fazer essa concorrência pelo critério de técnica e preço.

O que chamam de técnicas, Sr. Presidente, é um artifício bizarro. Pedem uma proposta técnica, em que as empresas apresentam um volume de papel absurdo, com um blá-blá-blá, desculpem a expressão, porque, na verdade, a tecnologia é comum, todos sabem como fazer, ninguém vai fazer de maneira diferente; o que difere é apenas a forma de apresentação.

Numa concorrência recente numa prefeitura do interior do País, uma empresa apresentou uma proposta técnica, talvez com um paleo de altura, e um grande volume de papel, com uma capa de couro legítimo, com duas placas de prata, com o nome da prefeitura e o nome da firma, todas as páginas emolduradas, com o logotipo da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Permita-me uma ligeira interrupção? V. Sa. poderia mencionar o nome da prefeitura?

O SR. MARCOS SANTANA - É a Prefeitura de Joinville, em Santa Catarina.

Quer dizer, aquela proposta deve ter custado uma fortuna e não altera a qualidade da firma, que é ótima; não se está discutindo isso. Não sei se ganhou a concorrência; se ganhou, vai fazer uma ótima obra. Mas aquilo não tem significado.

Cito um outro exemplo, dito pelos companheiros construtores: a recente concorrência da obra da Linha Vermelha do Rio de Janeiro, segundo estimativa dos construtores, o custo das cinquenta propostas técnicas apresentadas é acima de um milhão de dólares, e o volume de papel deve ser qualquer coisa da ordem de quarenta mil folhas. Todos deram o mesmo preço, e essas propostas técnicas é que vão dizer se uma é mais capaz do que a outra para fazer a obra. Quer dizer, propostas com quarenta mil folhas de papel foram julgadas em três dias.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quantas empresas concorreram?

O SR. MARCOS SANTANA - Dezoito empresas concorreram em quatro lotes, parece-me que totalizando cinquenta propostas. Firms da maior qualificação, da maior capacidade, certamente vão fazer a obra, sem dúvida, mas a concorrência em si não é um primor como gostaríamos que fosse.

E o mais grave dessa proposta técnica é que além de ser desnecessária, na maioria das vezes, - não digo em todos os casos por ser uma tecnologia corriqueira - os critérios de atribuição de pontos são subjetivos. A comissão atribui uma nota à empresa pelo que entende ser o conhecimento do problema; a proposição do cronograma. Observa-se,

hoje, a incoerência de uma empresa do porte das nossas - vou dizer as maiores aqui somente para exemplificar - com obras construídas no exterior, dentro da tecnologia do Primeiro Mundo, até mesmo nos Estados Unidos, competindo com as empresas americanas; essa empresa tem uma proposta técnica julgada por uma comissão de três tecnocratas, e é ela quem diz se a proposta da firma A é melhor do que a da firma B por causa do exame de um monte de folhas de papel em dois dias. Quer dizer, e a tecnologia dessa empresa por quarenta anos? Isto é uma balela. Isto não é julgamento, principalmente, repito, em obras de tecnologia corriqueira.

E o que mais grave: além do critério subjetivo de julgamento, que contraria o espírito da lei - a lei é clara no sentido de que não devia haver esse critério objetivo. Se, pelo menos, essa pontuação fosse proporcional a parâmetros medidos, quer dizer, atribuir-se um ponto para cada quilo de peso, um ponto para cada máquina, um ponto para cada quilowatt, um ponto para cada engenheiro, se houvesse uma pontuação objetiva, previamente estabelecida, não se poderia reclamar.

No entanto, um cidadão, membro de uma comissão julgadora, considera que a firma tal merece noventa pontos e a outra só oitenta e cinco, sendo esta uma firma que tem mais de trinta anos de experiência, mais do que o cidadão que está dando a nota. É como se, na escola, a cátedra fosse defendida perante uma banca de alunos, porque estes é que iriam julgar a tese do professor além dessa pontuação ser subjetiva, além desse processo ser caro e desnecessário e, portanto, restritivo da licitação, porque não é toda firma que se dispõe a isso, ainda aparece o segundo artifício: a legislação - até clara - diz que, na maioria das vezes, o Decreto nº 30, de 1991, diz que numa proposta de técnica e preço, a técnica deve ser julgada para qualificar as empresas; depois, vale o menor preço.

Mas, por um sistema normal e até defensável, o órgão administrador faz o orçamento, estabelece um limite superior e inferior, uma percentagem acima e abaixo - o decreto até fixa os limites - fora das quais o proponente não pode oferecer preço. Ele não pode, portanto, oferecer abaixo do mínimo. Se esse orçamento for pelo menos satisfatório, todas as empresas licitantes empatam no mínimo. Até aí todas deram o menor preço, como aconteceu na Linha Vermelha, como tem acontecido na maioria dessas concorrências a que nos estamos referindo.

Qual é o critério de desempate? Ao invés de ser um honesto sorteio que, pelo menos, escolheria uma entre as empresas que já foram igualmente qualificadas, entre as empresas que foram, preliminarmente, consideradas capazes de fazer a obra, tanto que foram abertas as suas propostas de preço, portanto, igualmente capazes em qualificação e em preço - pois de deram o mesmo preço - nada melhor do que um sorteio para simplesmente decidir qual é a ganhadora. Aí volta o critério subjetivo. Desempata quem teve a maior nota, segundo aqueles critérios a que me referi.

Então, a empresa é escolhida previamente. Pode ser no melhor das intenções. Não estou questionando se o administrador age no melhor das intenções para escolher a melhor empresa, mas o critério é subjetivo, contraria a lei, e a concorrência desanima o licitante que

vai comprar o edital que custa 500 mil cruzeiros e, quando o lê, vê que a condição do julgamento é subjetiva, está perdendo tempo, gastando dinheiro com o edital, gastando tempo com a preparação da proposta e se desgastando à toa, sem chance nenhuma de ganhar; porque o licitante receberá notas e pontuações que vão de 0 a 500. Ele pode ter 488 e a outra empresa ter 489, nota dada por uma Comissão de Julgamento e estará fazendo papel de bobo e gastando dinheiro à toa. ...

Isso tem acontecido com absoluta frequência e são vários os casos.

Às vezes, os requintes são maiores. Uma prefeitura de Minas Gerais, ainda teve o requinte de colocar a cláusula: "É proibido reclamar, não tem recurso da nota. É absolutamente proibido questionar a nota dada pela Comissão." Isso está escrito no edital explicitamente. Esse é um dos casos que acontece com alguma frequência.

Outros são esses que aconteceram recentemente, que fizeram parte desse questionamento todo; concorrências em que o preço do orçamento é oculto, o preço só vai ser revelado na hora da abertura da concorrência. Vai um envelope fechado e depois que os proponentes apresentam a proposta, abre-se o preço.

Ora, é muito fácil, absolutamente fácil que um deles saiba qual será esse preço, então, dá um preço perto do limite inferior que dificilmente será igualado.

Recentemente, numa concorrência no Distrito Federal, houve esse caso de preço oculto, e a firma que ganhou só podia dar no mínimo 0,9 ou no máximo 1,10, 0,9 era o mínimo, ela deu 0,90007. Quer dizer, acertou quase na mosca o limite inferior de um preço que foi aberto na hora da concorrência. Esse processo, evidentemente, dá margem à interpretação. Não sou eu que posso dizer porque foi feito, por que razões foi feito assim, qual o preço, não posso dizer. Mas esse processo, embora muitas vezes o administrador o faça para ter certeza de que vai ter uma firma de sua confiança, uma firma capaz de exercer a obra na melhor das intenções, nem todos vão agir com a mesma boa intenção.

Portanto, não se pode distinguir por esse processo onde está o problema.

Prazos de pagamento. Um edital da Prefeitura de Contagem de Minas Gerais, estipulou o prazo de pagamento da obra em até 120 dias, sem correção monetária naturalmente. Prazo de pagamento de até 120 dias.

Como é que as empresas proponentes vão dar preços para uma concorrência em um país que ainda, infelizmente, tem uma inflação um pouco rebelde e muitas vezes alta e que vai exceder até 120%? E se alguém vai ter a certeza verbal que vai receber com 15 ou com 30; os outros mortais vão embutir no preço a expectativa inflacionária para esperar 04 meses para receber. É evidente que vão perder a concorrência. Não existe o espírito de concorrência nesse caso.

Então, esse processo não é ilegal, como disse, sobre o caso do prazo de pagamento de que não há nada no decreto-lei que proíba o administrador de fixar um prazo para pagamento ainda que exagerado, ainda que grande como 120 dias. Não há nada que proíba essa atitude. Não existe um ato ilegal, mas, convenhamos, isso distorce o processo da licitação.

Por isso estamos defendendo, a nível de Câmara Brasileira da Construção, das nossas entidades, o instituto da correção monetária

para pagamento, caracterização do preço à vista, o instituto da correção monetária, compensação financeira pelo prazo de pagamento para que nivele todos os proponentes qualquer que seja a data que o proponente vá receber, a, b ou c, vai receber com aquela remuneração financeira fixada no contrato, fixada no edital.

Esses 120 dias para pagar são uma forma de afugentar os licitantes, exceto para alguém amigo e que vai ter certeza de que poderá conseguir receber em um prazo mais curto, possivelmente.

Outra distorção que costuma acontecer é que as concorrências são feitas com projetos não definitivos, projetos provisórios e, às vezes, precários. Então, depois de contratada a obra, os projetos são alterados.

É evidente que se ele não for previamente feito, há uma possibilidade de alteração. Então, mudam-se quantidades, mudam-se especificações, não na má-fé, não é necessariamente coisa errada; evidentemente, se damos preços para uma obra com a combinação de serviços que deverá mudar, a combinação de preços unitários vai mudar o preço final da obra.

Se, eventualmente, algum proponente souber previamente que há uma intenção de mudar as especificações, esse proponente pode oferecer preços convenientes e, embora ganhe na concorrência, vai alterar o preço no final.

Esses são processos praticados de modo geral, repito, muitas vezes na melhor das intenções, muitas vezes ingenuamente, porque alguns órgãos não fazem licitações todo dia e não têm mesmo malícia para isso, algumas prefeituras fazem obra de vez em quando. Todos esses editais que estamos vendo têm número 1/91 porque geralmente a prefeitura faz um ou dois editais no ano, não tem experiência nesse tipo de coisa, é ingênua.

Mas o processo vem ocorrendo, o processo está errado, não pode continuar assim; a competitividade está afastada e, conseqüentemente, haverá aumento de preços.

Evidentemente, por essa circunstância de uma entidade não ser uma entidade policial e não ter estrutura para fazer isso, não podemos acompanhar cada preço; mas uma Comissão como esta, um órgão fiscalizador seja do Poder Legislativo -, pode verificar, os casos que têm critérios subjetivos e nota técnica e usa-a para o desempate, o que, eventualmente, pode ter acontecido em concorrências numa crise quase recessiva do setor, desde 1988 - há uns dois anos. Nesse período de semi-recessão, houve casos de concorrências em que só apareceu uma empresa; uma obra boa para todos nós e, no entanto, só uma empresa apareceu. Isso é um indicio tão óbvio quanto os sinais exteriores de riqueza que o Imposto de Renda usa para, de vez em quando, fazer uma investigação sobre a renda do cidadão que tem o capricho de gostar de uma obra de arte mas, ao arrematá-la cara, num leilão, passa a ser investigado pelo Imposto de Renda para se saber se ele tinha condições de tê-la adquirido, demonstrando, com isso, sinais exteriores de riqueza. Às vezes, somos revistados nos aeroportos, não como suspeitos, mas há uma preocupação contra esse tipo de coisa. São sinais que podem demonstrar a existência de algumas irregularidades e, certamente, algumas existirão contra as quais ninguém saiu dando recibo ou deixando testemunhas por aí.

Esse fato da limitação da concorrência é um processo tão grave, que eu me permitiria tomar um tempinho de V.Exas., Srs. Senadores, para mostrar uma figura que tem ocorrido e, muitas vezes, tem passado despercebida pela maioria das pessoas e dos administradores. Daria um exemplo um pouco grosseiro, um pouco simples: se cada um de nós fosse um administrador público e quisesse fazer uma obra por alguma das melhores das empresas ou a melhor das empresas, capaz de fazer essa obra pelo melhor preço e usasse um critério de concorrência concentrador -, desse que impede a concorrência -, se eu fizesse isso por exemplo por razões patrióticas, e eu faria uma concorrência entre as 10 ou 20 melhores empresas desse tipo de obra que estou executando, e uma delas ganharia, talvez, até pelo melhor preço e eu teria cumprido o meu dever com o País. Mas se, simultaneamente, V. Exa., também fosse administrador de uma entidade e tivesse o raciocínio igual, também, faria uma concorrência com as 10 ou 20 melhores empresas e haveria uma concorrência decente. E, se cada um de nós, simultaneamente, num País como este, com vários municípios, com não sei quantas entidades municipais, 25 Estados e tantas entidades estaduais e uma centena de entidades federais, todo mundo, no mercado de obra, cada um querendo para si o melhor, as melhores empresas, ainda que a concorrência fosse decente, ainda que a concorrência for correta, invertermos a lei da oferta e da procura e passaríamos a ter mais demanda por empresas, do que oferta de empresas para executar o serviço. E é por esta razão que os preços costumam ser às vezes elevados e, ainda, embutidos numa expectativa inflacionária, principalmente pela incerteza dos pagamentos, já que esses são feitos a critério do administrador.

Não existe, não é obedecida, infelizmente, como devia ser, como estamos pleiteando, uma ordem cronológica rígida dos pagamentos pela competência: receber o primeiro que fatura, quem executou primeiro teria que receber primeiro, sem questionamento. Não se pode ter variações desse tipo de comportamento. Se o dinheiro não der para todos, da mesma competência, que então se faça proporcional, mas não é possível que um receba e o outro deixe de receber; um recebe a obra de fevereiro, enquanto que o outro já recebeu o de abril. Esse tipo de comportamento, embora feito, às vezes, na melhor das intenções, dá margem, faculta a outras pessoas, com menos espírito patriótico, comportamentos indesejáveis. É essa situação que os empresários se queixaram.

Um jornal de Minas Gerais publicou, dias atrás, no dia 6, uma notícia que, em resumo, diz que dois prefeitos reclamaram que empreiteiras pressionaram um Prefeito, assediaram a Prefeitura, oferecendo obras e recursos. Isso é lamentável. Disse e confirmou que existe uma empresa que faz trabalho em Brasília para as prefeituras. Uma empresa empreiteira, colegas nossos, associados nossos, lamentavelmente. A questão é esta: qual seria o mal, qual seria o crime de uma empresa, qualquer que fosse o setor, que oferecesse recursos para uma prefeitura que precisa de uma obra? Seria, pelo contrário, um benemérito da cidade, se estivesse oferecendo recursos, a menos que esses recursos fossem de natureza pouco transparente ou que existisse um custo, pelo qual a comunidade não pudesse pagar ou não deveria estar pagando - este é o caso. Ai eu faria a segunda pergunta: por que uma só empreiteira é capaz de arrumar dinheiro para a prefeitura e não para o prefeito? Por que o Deputado Federal da região não teria condições de ar-

rumar esta verba para essa prefeitura? Por que o próprio órgão federal, que consegue administrar, manda circular para as Prefeituras, colocando à disposição o Orçamento. Quem mandar o projeto dessa maneira e chega aqui, leva.

Esta é mais uma questão que se faz: por quê?

Então, a denúncia deve existir, deve ser verdade, não posso questionar e dizer que o prefeito não esteja falando a verdade. Mas por que uma empresa empreiteira vai oferecer recursos? Ou ela é benemérita, ou então existe alguma coisa distorcida nessa possibilidade de conseguir recursos para a municipalidade.

É sobre esse fato que as empresas começam a se queixar em geral. Sai um edital no Diário Oficial, a empresa vê o edital; ele é caro e tem um critério subjetivo de julgamento; ela percebe que é uma perda de tempo entrar na concorrência, fazer viagens e preparar a proposta, porque não tem certeza nenhuma se vai ter chance de ganhá-la.

Este é um processo que começou a ser disseminado, que está acontecendo. E tanto está acontecendo que, depois da Carta de Belo Horizonte, algumas concorrências começaram a ser anuladas. Uma concorrência numa Prefeitura de Minas, em Ponte Nova, foi cancelada recentemente, no dia 06 de maio, depois dessa celeuma toda. A concorrência que deu mais celeuma, a de Pedro Gonçalves, foi revogada recentemente - o ato de revogação já foi até publicado no Diário Oficial. Por quê? Será que a cidade deixou de não merecer o hospital que ia ser feito nessa cidade? É um caso complicado. É realmente difícil entender por que se mudou essa prioridade de repente e essas concorrências foram adiadas.

No ofício que o Deputado Luís Pontes encaminhou à Comissão de Fiscalização, à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, S. Exa. menciona três concorrências de três prefeituras de regiões distintas de Minas Gerais, cujos avisos de licitação foram publicados no Diário Oficial do Estado no mesmo dia, com a mesma redação, com o número seriado do órgão oficial, com as mesmas palavras, só mudando o nome da cidade. Dias depois dessa celeuma toda, as concorrências foram adiadas por quinze dias, publicadas em Minas Gerais em seguida, com números seriados com a mesma redação. Parece que elas abertas recentemente - não tem nenhum resultado ainda; quer dizer, foram adiadas e depois abertas, todas elas com preço oculto, que só foi aberto depois da entrega das propostas, sendo que o ofício que continha o preço estava datado do dia 20, ou seja, depois do adiamento. Portanto, já é um efeito desse procedimento que se está adotando.

Entendo, Srs. Senadores, que só com a convocação desta Comissão Parlamentar de Inquérito e com a atitude que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados tomou recentemente, de constituir uma Subcomissão Permanente, o processo já começou a surtir efeito, porque se começa a ter mais cuidado.

Alguns prefeitos não têm experiência e inadvertidamente usam expressões comprometedoras, como esse prefeito que disse: "Ele se incumbiu de buscar recursos junto ao Governo" - frase do Prefeito; "Esse trabalho existe e é do conhecimento de todos" - frase do Prefeito; "Estamos tão sem força que temos que pegar qualquer benefício que vier para nós".

Essa situação é muito constrangedora. A pergunta que poderia ser feita aqui certamente é: por que os Senhores, sabendo disso há mais tempo, nunca falaram ou não falam? A primeira razão é muito óbvia: ninguém dá recibo dessas coisas, isso é muito difícil. A segunda razão é o custo de uma reclamação. Eu citei um exemplo agora: a PEOP de São Paulo fez uma reclamação na prefeitura — foi mudança do edital. O jornal O Globo de ontem publica aque, pela terceira vez, foi adiada uma concorrência do Debson, por reclamações. Certamente algumas vezes ocorre: Tribunal de Contas aprecia recurso da Prefeitura. É a terceira vez que a concorrência é adiada por reclamação, ora de empresário, ora de alguém, por critérios subjetivos, por distorções no processo legislativo."

Muitas vezes a reclamação procede, outras vezes, não se dá atenção a ela.

Se fosse entrar na Justiça, nós a abarrotaríamos de um monte de processos. Uma coisa importante e lamentável: diferentemente do comerciante ou do industrial normal, que fabrica milhões de produtos, milhões de unidades para um público diverso, o construtor ou o empreiteiro é dependente exclusivo de um único cliente, que é o Governo, com quem ele mantém os seus poucos contratos — por muito que tenha, não passam de umas dezenas. Mas há firmas que só têm um ou dois contratos com o Poder Público; e além de terem contratos que dependem de vários critérios subjetivos, ainda têm um monte de dinheiro para receber das mãos dos órgãos públicos, e o receberão atrasados, dependendo da boa vontade do cliente para pagar.

Esse grau de dependência do empresário o inibe, inclusive de contrariar; de, então, não se anima a criar uma defesa, a reclamar. Poucos são aqueles que se animam a reclamar, e vamos convir que a nossa sociedade é meio permissiva e meio comodista. Nós mesmos, como cidadãos, não nos animamos a reclamar frequentemente; e é por isso que os congelamentos não dão certo, porque o cidadão brasileiro, na maior boa-fé, vai ao supermercado, vê o preço acima da tabela, descumprindo, portanto, o congelamento, e compra assim mesmo, e paga assim mesmo.

E vemos extorsões em pequena escala acontecendo. Quando qualquer um de nós, chega à noite na cidade e pára o carro, vem um cidadão e pede mil cruzeiros para tomar conta do carro, sabemos que não vai tomar conta do carro, é um estelionatário mirim, daí a pouco irá embora; mas, por segurança, damos mil cruzeiros, porque senão estaremos arriscando que estrague o carro, e, assim, estimulamos aquele estelionato de pequeno porte. A dona de casa dá uma gratificação para o açougueiro para que ele reserve o melhor corte da carne, e assim por diante. A sociedade é toda permissiva e ninguém reclama. Vemos a falta de higiene no restaurante e simplesmente saímos dali e não damos parte à fiscalização sanitária. A sociedade é permissiva e tudo aceita. Não sei se seria o caso de fixar-se um limite, um limiar da decência, acima do qual o negócio é crime e para baixo é permitido.

Os empresários também não se animam a se desgastar com o cliente, com o qual seu dinheiro está, do qual o pagamento depende, e contradizê-lo e reclamar; protestar contra isso, porque ele será marginalizado, será aliado do processo, parará de trabalhar, dispensará seus empregados; são alguns milhares de empresas neste País, mais de três milhões de pessoas que dependem do trabalho da construção no País, e essas empresas têm não só o direito mas o dever de sobreviver, porque

elas fazem a construção deste País, e não têm, portanto, o direito de se deixarem alienar. Lamentavelmente algumas fizeram, pois alguns de nós, a maioria de nós de uns tempos para cá perdemos a nossa capacidade operacional e sobrevivemos porque estamos na ciranda financeira; alguns lamentavelmente devem estar aplicando até em outras fontes de renda menos nobres e menos patrióticas deste País, ao invés de estar trabalhando na construção.

Isso é o que tem acontecido com o construtor. Apesar de não ser um pobre coitado, no sentido de que é indefeso e que precisamos de uma proteção paternal quando empresário da construção, não é bem o caso, e eles demonstraram essa possibilidade; não precisava essa defesa paternal, essa manifestação corajosa no encontro de Belo Horizonte, mas o grau de dependência é proporcional, como o cidadão não tem coragem de reagir a um assaltante que lhe põe uma arma no rosto.

Assim, como a sociedade toda se mobiliza, até o próprio Governo, para arrumar dólares para um cidadão pagar a um sequestrador, para evitar um mal maior. Até a Nação entra nisso, para entregar dólares para um marginal comprar arma e tóxico. A sociedade faz isso, porque é uma perda irreparável que não podemos submeter a esse cidadão individualmente. E a empresa também, que tem milhares, centenas de milhares de empregados, que tem credores em todo o País, também não pode ser aniquilada por uma pessoa, uma autoridade que eventualmente — ainda que minoritariamente, ainda que uma em milhares — o subjuga com processos subjetivos que a lei está permitindo muitas vezes por inadvertência.

Evidentemente está se cuidando, foi prometido, estão trabalhando no sentido de oferecer subsídio para que essa legislação tape esses buracos. Daqui a 10 anos descobrirão outros, mas alguns terão mais coragem efêmera para tapar os próximos buracos; pois esse é o processo que está acontecendo. E não foi nada diferente disso que os construtores brasileiros fizeram nesse encontro de Belo Horizonte.

Pedimos, em nome dos companheiros todos da construção, perdão pelo grande defeito de leitura do documento ter sido muito extensa; foi desanimador, poucas pessoas o leram, mas se o leram, verão que existe uma vontade férrea do construtor de cooperar com o Governo, de cooperar com a Nação; e o fato de todos terem por unanimidade apoiado essa idéia, demonstra a verdade do que está dito ali e a vontade do construtor de mudar esse estado de coisas, mudar esse código. Ficamos honrados com essa missão de estarmos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, porque temos convicção de que somente através do Congresso do Senado e da Câmara dos Deputados, poderemos ter respaldo para mudar esse estado de coisas. Ao Governo Federal, ao Executivo, também foi solicitado isso. Foi pedida audiência ao Poder Executivo; no sentido de que providências sejam tomadas, até mesmo antes que uma lei seja editada, porque o Governo pode tomar a iniciativa de tapar esses buracos, que estão apontados e sabemos onde. Na medida que o governo o faça, estará evitando esse processo daqui para frente. Nosso poder é pequeno, nosso grau de dependência é grande; nosso comodismo e quase covardia são conhecidos de todos os Senhores; a nossa fama como construtores tem sido das piores. Mas é preciso, antes tarde do que nunca, que o construtor mostre a sua indignação por esse processo. Foi isso que os nossos companheiros fizeram com galhardia em Belo

Horizonte e para o qual contamos com o apoio, certamente, do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Está aberta a fase de inquirições.

Concedo a palavra ao Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, infelizmente estamos sempre naquela correria - o Senador Gerson Camata e eu vamos ter que nos ausentar daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero dizer a V. Exas. que, logo após o encerramento do depoimento do Dr. Marcos Santana, vamos ter a presença do Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V. Exa. tem a palavra.

O SR. MAGNO BACELAR - Nobre Senador, em função dos compromissos a que se referiu o Senador e também pela importância do depoimento do nobre Deputado Luís Roberto Ponte, eu gostaria de requerer a esta Presidência que os trabalhos fossem interrompidos e que voltássemos à tarde, porque corre realmente o risco de compromissos assumidos anteriormente pelos Srs. Senadores impedirem de ouvir o depoimento de hoje que nos parece, o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Recebemos essa solicitação de V. Exa. e logo após a interrupção da reunião, com a presença do Dr. Marcos Santana, colocaremos em discussão a proposição de V. Exa.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Eu queria dizer em que a mim satisfaz muito o depoimento de S. Sa.: avançamos. Notei, evidentemente, o cuidado de S. Sa. em sempre dizer que essas formas de concorrência que possibilitam o direcionamento dos vencedores pode ser feita até com boa intenção. Esse é um cuidado que é louvável que S. Sa. tenha tomado. Evidentemente não concordo com isso. Sabemos que quando se faz um tipo de edital que possibilita o direcionamento normalmente é feito de má fé. O que, não temos condições de provar que no final da história, aquela parte da mala preta, aquele ato do "pague-se a comissão" que é recebida, e que nunca tem sido comprovado, porque não se faz - já disse aqui o Senador Elcio Álvares - com cheque, muito menos cheque nominal; essa coisa se faz hoje, vendendo o dólar pelo cabo, e cobrando numa conta fora do País.

De qualquer forma, devemos tomar ciência dessas informações todas de distorções, dessa criatividade do brasileiro de, dentro da lei, fazer um tipo de edital que aparentemente é legal, e, mesmo assim dando condições de se direcionar a concorrência, porque a própria empreiteira que sabe que não está sendo favorecida, essa obra não é destinada a ela. É muito comum ouvir-se aqui entre os empreiteiros que o empresário brasileiro tem que sobreviver, que tem que ter rentabilidade, ele dança conforme a música. Se o dirigente público for honesto, as empreiteiras brasileiras têm competência inclusive para competir, até no plano nacional, têm condições de sobreviver. Quando ele sente que, para sobreviver ainda vai ter que fazer uma negociação no paralelo com o dirigente público, acaba fazendo-o para sobreviver.

A nossa crítica é exatamente ao dirigente público, que tem o dever de zelar pelo dinheiro público. É evidente que toda comissão que é paga é colocada no preço. Ninguém pode imaginar que amanhã uma em-

presa vai pagar uma comissão para um dirigente público que esse dinheiro vai sair do seu bolso - ele vai embutir no preço.

O importante são várias formas de editais, que foram colocadas, que têm condições de se direcionar. Até fiquei, pesaroso, mas não me surpreendi quando V. Exa. colocou no rol dessas concorrências a Linha Vermelha, porque sempre achei que ela era um negócio muito festejado para não haver interesses outros. Também não posso afirmar que alguém foi beneficiado e direcionado porque não sou maluco de fazer uma declaração dessa. Mas S. Sa. disse que um tipo de edital dá condições de se direcionar a concorrência para determinadas empreiteiras.

Realmente fiquei muito satisfeito, porque essa contribuição é permanente, tem que ser dada à nossa Comissão, vamos continuar essa caminhada e em algum momento vamos descobrir alguém que deixou não só o indicio, mas uma prova para demonstrar que há aquilo que sabíamos: uma corrupção na concorrência de obras públicas no Brasil.

De qualquer forma, não tenho dúvida de que só o fato da denúncia feita pela Câmara e da instalação desta Comissão já está diminuindo a corrupção, porque o pessoal deve estar com receio. Além de procurar alguma prova de corrupção, terá que sair daqui também uma decisão consensual com a Câmara para ser aprovada e mudada essa legislação toda, no sentido de a colibir, porque, evidentemente, já está provado que o Decreto-lei nº 2300 facilita esse direcionamento do resultado das concorrências.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Continua o Senador Magno Bacelar com a palavra.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, minha observação com relação ao depoimento do Dr. Marcos Santana leva também a crer aquilo que inicialmente pensávamos. Serve para uma orientação de melhoria da legislação, mas, infelizmente, a não ser que sejam enviados pelo depoente os editais a que se referiu o nobre Relator, que, inclusive já os requereu, não haveria muito a acrescentar com relação aos objetivos da Comissão.

Anotei alguns pontos e gostaria que o nobre depoente os esclarecesse.

S. Sa. falou inicialmente na concorrência da Linha Vermelha no Rio de Janeiro, cujos custos estão estimados em 1 milhão de dólares. Perguntaria a S. Sa. qual é o valor da obra a ser contratada para se saber se há já excesso e desperdício na primeira etapa. Sabemos que a taxa de inscrição e as apostilas, de um modo geral, são justificadas para pagar essas despesas iniciais.

A pergunta é: para que valor de obra se gastou 1 milhão de dólares, aproximadamente, na concorrência, na abertura da concorrência?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Dr. Marcos Santana.

O SR. MARCOS SANTANA - Sr. Presidente, não sei exatamente o número da concorrência. Quando se tem 1 milhão de dólares a preparação das propostas que devem custar isso.

As obras abrangem quatro trechos de 3 bilhões e meio de cruzeiros, 4 bilhões e meio, não sei de cabeça os valores, mas é cada trecho da ordem de 4 a 7 bilhões de cruzeiros. O total deve ser de 15 bilhões nessa primeira etapa. Esse número é só para mostrar a inutilidade

do custo dessas propostas.

Vou mostrar, se V. Exas. me permitirem, uma figura curiosa. As empresas todas fazem uma proposta cara, com capa de couro e algumas sofisticações mais, empatam no preço e uma ganha por uma nota maior que a outra. Vamos considerar que o valor desta proposta, na verdade, é de apenas 1 centavo. Por que 1 centavo? Porque esta empresa, por melhor que tenha sido a sua proposta, por mais cara que tenha sido a sua proposta, se ela tivesse dado 1 centavo a mais no preço, ela sairía daquele limite mínimo e ela estaria aliada da concorrência.

Então, toda essa parafernália, todo esse aparato gráfico, de computador e de projetistas, todo esse aparato só tem o valor de 1 centavo, porque, se ela tivesse dado 1 centavo a mais no preço, ela estaria aliada da concorrência. Então, isso é uma farsa do processo de concorrência.

Então, o valor de 1 milhão é para mostrar o exagero, é um desperdício. Em relação à obra, é pequeno. É uma obra de alguns milhões de dólares, 100 milhões de dólares, não sei quanto, mas é uma obra cara, sofisticada e importante. Esse aparato, entretanto, é uma farsa em relação ao processo licitatório.

O SR. MAGNO BACELAR - Entendo assim também e a pergunta era exatamente por isso; porque se concebe que há um custo para uma abertura de concorrência, mas quando extrapola já caracteriza o desperdício.

Com relação à correção monetária, permito-me discordar de V. Sa., porque acredito que o administrador público, quando é honesto, deve defender os recursos inibindo a correção monetária, porque isso encarece a obra. Quando se parte do pressuposto de que será necessária a instituição da correção monetária, é porque não se pretende pagar em dia, o que já é um princípio de desonestidade, porque toda obra pressupõe um cronograma e os recursos financeiros assegurados.

V. Sa. referiu-se, também - usou a palavra infelizmente -, a associados da Câmara, que estão exercendo essa prática de oferecer recursos prefeituras.

Na realidade, também no meu entendimento, isso já pressupõe uma corrupção - e V. Sa. também falou sobre isso. Por que é o empreiteiro que oferece ao prefeito? Se fosse possível, eu gostaria que V. Sa. pudesse citar nomes, porque essas pessoas deverão ser inquiridas também pela Comissão, no meu entendimento.

Com relação aos prefeitos que adiaram as concorrências, entendo que já é, também, uma demonstração de correção, pelo menos atenderem aos reclamos de quem assim procedeu, e se viram forçados a adiar as concorrências.

Principalmente, gostaria de deixar solicitado, Sr. Presidente, os nomes desses afiliados que estão nesse hall de empreiteiros que têm o poder de oferecer recursos, porque considero dever do homem público, que está no Executivo ou no Congresso Nacional, pleitear os recursos com dignidade para o benefício das populações. Essa tarefa não cabe ao empreiteiro. Daí, volto a dizer, está patenteada a corrupção do empreiteiro que ofereceu recursos, porque se pressupõe que ele tem outras maneiras ou outros meios de consegui-los.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacular) - Concedo a palavra ao Sr. Marcos Santana.

O SR. MARCOS SANTANA - Se V. Exa. me permitisse Senador Ruy Bacular, as relações estão perfeitamente de acordo. A pergunta foi neste sentido. Nós também não estamos entendendo, ou há um entendimento que não digerimos. Porque é exatamente o empreiteiro que tem condições de oferecer recursos à prefeitura?

A denúncia relativa à empresa foi feita num jornal por um prefeito, presidente de uma associação de municípios de uma região do Estado de Minas Gerais. Essa figura existe.

Permita-me concordar com V. Exa. quando diz que os prefeitos que adiaram e, mais ainda, aqueles que cancelaram demonstraram uma correção. Como fiz questão de dizer muitas vezes, eles vão inadvertidamente por um processo no qual não avaliam o que pode estar acontecendo. A prefeitura não tem muita experiência para isso; alguns adiaram, alguns até cancelaram a concorrência, o que é mais prudente ainda. Os que adiaram ainda não estão muito convencidos de que o processo esteja totalmente sanado, porque o preço era oculto e o critério era subjetivo.

Permita-me tomar como ousadia contradizer V. Exa. com relação ao problema da correção monetária. Esta é uma situação difícil de trazer aqui. Gostaria de dizer V. Exa., não sei se terei competência para explicar-lhe, que exatamente a instituição da correção monetária vai a baixar o preço da obra pública. Ao contrário de encarecê-la para o administrador, é exatamente a correção monetária que vai a baixar o preço da obra pública.

Toda obra deveria ter um cronograma. Certamente em um orçamento da União, do Estado ou do município, mas nós todos sabemos que ele não é cumprido, não por vontade direta do administrador. Tivemos, por exemplo, agora um orçamento de 1991 que foi contingenciado pela Sra. Ministra, no dia 30 de janeiro e só 5% deste orçamento foi liberado. Somente agora, no mês de junho, na metade do ano, outros 25% de orçamento estão sendo liberados pelo Ministério da Fazenda. O construtor não pode estar a mercê de ficar 6 meses trabalhando sem receber.

Se houvesse o instituto da correção monetária, ele poderia pelo menos, se tivesse capital de giro para continuar, saber que receberia o preço adequado qualquer que fosse à época do pagamento. Não tendo essa certeza, embute no preço uma expectativa inflacionária que é maior ou menor que a realidade; e um fato que ocorre. V. Exa. pode entender que isso também gera ônus para o Governo - administração fica impossível quando não existe orçamento, pois quando o orçamento está retido, quando não existe a correção monetária, não existe o dinheiro para pagamento. Muitas vezes a obra é executada e não é medida porque, se o for, vira cruzeiros e, não tendo correção monetária, o prejuízo é muito grande. Então, ela não é medida. Está diminuindo de um tempo para cá, vamos fazer justiça, está diminuindo bastante; era o que chamávamos obra de prateleira, porque, não tendo orçamento, a obra era tocada sem medir e a administração não sabia quanto estava devendo. No momento em que chegava o orçamento, as medições apareciam e o dinheiro já não dava. Parecia que estavam sendo, muitas vezes, fazendo uma injustiça ao Governo, que o dinheiro estava desaparecendo. Mas ele estava pagando serviço que tinha sido feito anteriormente e que não fora medido porque não havia correção monetária.

Então, com mais tempo - não teria capacidade de mostrar isso pessoalmente para o V. Exa. no momento - seria fácil provar que o ins-

tituto da correção monetária, a partir do momento da medição, é um alto fator de diminuição de custos das obras do Governo; não posso demonstrá-lo com poucas palavras, mas o farei com prazer, quando tiver todos os dados.

O SR. MAGNO BACELAR - Permite-me V. Sa., para os objetivos da nossa Comissão não é de importância. Apenas teci um comentário a respeito, mas não está dentro dos objetivos da Comissão esse, um assunto realmente polêmico, apesar de que, pelos planos do Governo, qualquer índice de correção estaria fora da lei, estaria proibido.

O que fica, e eu agradeço a V. Sa., é a minha solicitação para que as firmas que estão praticando o exercício da oferta de recursos sejam nominadas e convocadas a depor na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Marcos Santana.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de conceder a palavra ao Senador Jutahy Magalhães, que está inscrito, e para não fugir ao assunto quanto a empresas que oferecem obras a órgãos públicos, prefeituras e estados, ontem, li: "Vereador denuncia suborno em Feira de Santana." Feira de Santana é o segundo maior município da Bahia. Ele diz que, pela segunda vez, o prefeito envia - o prefeito é um dos homens sérios que conheço, posso dar o meu testemunho - um projeto à Câmara dos Vereadores propondo a doação de uma área de terras para duas empresas implantarem 1360 casas. Os vereadores consideram o projeto muito discutido, não conseguiram aprová-lo.

Diz a notícia publicada, no jornal A Tarde, da Bahia:

"O Prefeito Cobert Martins diz que encaminhou projeto à Câmara pela segunda vez. Tive que retirar o projeto por causa do clima criado, mas irei reapresentá-lo porque se trata de um projeto de interesse do povo. Cobert afirmou que a prefeitura não tem nada a ver com a escolha das duas construtoras sergipanas e que se trata de uma decisão que vem de cima, no caso a Caixa Econômica Federal. O melhor seria impressão sobre a licitação pública - diz o prefeito - e se o dinheiro fosse repassado diretamente para a prefeitura, teríamos condições de construir o dobro do número de casas que serão construídas. Particularmente nem sabia de quem eram as empresas sergipanas. O prefeito lembrou que esta é a segunda vez que a Câmara cria um clima, havendo suspeita de suborno. A primeira vez foi quando do projeto de transporte de massa, tenho minhas dúvidas sobre isso, parece que o clima é criado para impedir a aprovação dos nossos projetos. O clima tenso e de troca de acusações."

Ele cita o nome das empresas, duas empresas do Estado de Sergipe. Creio que a Caixa Econômica também está em jogo. Mas este é um assunto de que vamos tratar posteriormente.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acredito, como já o disse o Senador Afonso Camargo, que o depoimento de V. Sa., com a experiência que tem, foi muito importante para sabermos de fatos que podem ocorrer na publicação de editais.

Infelizmente, não saíram nomes, mas era previsível que não fossem aqui indicados nomes de firmas, empresas ou órgãos públicos responsáveis por qualquer forma de corrupção. V. Sa. citou o caso de três prefeituras de Minas Gerais, o que infelizmente vem se repetindo há muito tempo no Brasil. Tivemos aqui no Senado uma CPI da Corrupção, onde vários fatos foram apontados. Levamos ao Ministério Público de-

núncias de fatos ocorridos em determinados municípios e, até hoje, infelizmente nada foi julgado; os processos foram distribuídos pelo Brasil e até agora nada foi apurado realmente na parte da Justiça. Essa impunidade vem fazendo com que possam ocorrer novos fatos. Temos ouvido falar nesse caso de Feira de Santana, de empresas que vão à prefeitura já com a garantia de que irão fazer determinada obra pública com recursos provenientes da Caixa Econômica e de outros órgãos.

Assistimos - sempre com uma participação muito ativa do portavoz da Presidência da República - a um debate com o ex-Governador Tasso Jereissati, que apontou fatos desse tipo, empresas que já iam às prefeituras dizendo que seriam responsáveis pela execução de determinada obra. Isso na CPI anterior, onde tivemos comprovações por denúncias de prefeitos que aqui estiveram e disseram o que vinha ocorrendo. Como já disse, o fato continua impune. O que poderíamos fazer realmente para evitar que esses fatos continuassem? Como V. Sa. defendeu a questão da correção monetária, eu também sou a favor disso.

Um dos pontos que facilitam muito a possível corrupção ou não é a do pagamento, é quando efetuado o pagamento. Se o Governo não tem nenhuma responsabilidade pelo prazo que até efetuar esse pagamento, ele faz a escolha de acordo com seus interesses. E nesta hora podem aparecer os intermediários para que esses possam fazer com que a empresa receba mais rapidamente que outra, desde que haja interesse econômico em jogo.

Por isso acredito que da correção monetária pelo menos iria dar uma certa garantia à empresa que tivesse alguma coisa a receber do órgão público. Sou a favor disso.

Mas vejo, também, que há outras formas de se criarem condições. Durante algum tempo ouvi discutir muito a questão de barragem. Quando se exige aquela especialização técnica, retira-se de muitas empresas capazes a execução de determinada obra, aquela possível oportunidade de ganhar uma concorrência que esteja também em condições técnicas. Na hora em que se pede para fazer uma determinada barragem, tem que ser uma firma que tenha a executar tais e tais obras num valor muito alto, normalmente se vê que essas obras não podem ser concedidas a empresas que estejam entrando no setor com a capacitação técnica, por terem recrutado engenheiros que tenham condição de fazer com que a empresa possa executar essa obra.

Outra coisa que penso há uma razão de ser, é quando uma firma tem um canteiro de obra em um determinado lugar essa firma terá condições de apresentar melhor preço do que outra, porque não terá que colocar o seu canteiro de obras, o que representaria alguma despesa.

Temos que buscar nomes, temos que buscar fatos que possam apurar. O Deputado Luís Ponte apresentou nomes de alguns órgãos públicos que teriam feito algum edital que representasse um perigo nessa forma de corrupção. S. Sa. citou que alguns, nesse caso, houve um retardamento da obra. Mas abetura da eu gostaria que pudesse me declarar posteriormente quem ganhou essas obras. Qual foi a empresa que teve as condições necessárias na concorrência para obter o ganho da execução dessas obras? Como S. Sa. disse que há editais com as mesmas expressões, no mesmo dia, com números seguidos, talvez seja de uma mesma empresa que esteja obtendo os recursos para isso.

O Senador Marco Maciel um dia poderá informar-me que houve uma denúncia no Senado, do Senador Alexandre Costa, no sentido de que no orçamento do ano passado, foi incluída uma verba de maneira que S. Exa. não considerava muito correta, para o saneamento do Município de Caxias, no Maranhão. Eu gostaria de saber se foram liberados recursos para essa obra, e qual a empresa beneficiada na concorrência. Um dia V.Exa. poderá informar-me isso.

O que queremos aqui, e V.Sa. teve muito cuidado para apresentar, o que é natural, porque chegar a uma conclusão quanto à forma de corrupção, não é fácil, é se o denunciante que concedeu o favor e pagou, por ele, também será responsabilizado. Se não chegou a pagar, ele ficará com medo de sofrer retaliação. Daí a dificuldade que temos para chegar aos fatos. Mas V.Sa., que tem a vivência disso, que tem participação diária pela representatividade nesse setor, poderá chegar a nos ajudar a fazer essa apuração, podendo apresentar indicações, mesmo não sendo formais, de fatos que possam nos levar, com apuração, a chegar a alguma conclusão. V.Sa. pode chegar às prefeituras de um determinado estado; se a empresa "x" fez obras de saneamento, se foi uma mesma empresa que ganhou obras em diversos municípios. Se isso chegar ao nosso conhecimento, podemos tentar apurar, como fizemos na CPI anterior. Foi o Prefeito do Município de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, que deu início a uma série de denúncias a respeito desses casos. Apuramos fatos conclusivamente, mas não se chegou a nada quanto à punição.

Então, é isso que tenho a solicitar. Discutir nomes não podemos, porque V.Sa. não apontou nenhum, mas podemos solicitar essas informações, que poderão nos ajudar na busca da verdade.

É difícil chegarmos a uma solução. Quando iniciamos a CPI da Corrupção, eu disse que devíamos estar preparados para uma série de denúncias contra nós mesmos. E durante o prazo da CPI, houve aqueles famosos dossiês, anunciados sobre os membros da Comissão, e depois foi dito que não havia nada. E na hora em que conseguimos chegar a um ponto definido, também iremos sofrer a mesma consequência. Mas temos que buscar soluções. Entretanto, para isso, precisamos da ajuda de V.Sa.

Estamos dispostos a chegar ao fundo dessa questão, mas precisamos de informações corretas, porque não estamos buscando fazer política com "a", "b", ou "c", a favor de "a", ou contra "a". Queremos apurar a verdade e buscar esses fatos de corrupção dos quais todos têm o conhecimento, mas que nenhum de nós pode provar. E é isso que temos de tentar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Sr. Marcos Santana.

O SR. MARCOS SANTANA - Agradeço V. Exa. e fico muito satisfeito com a compreensão do Senador Jutahy Magalhães para o problema, do qual tem bastante conhecimento, ajudando a testemunhar a dificuldade da apuração desse processo, já que não é a primeira vez que ocorre.

Posso dizer-lhe - embora falando em nome do Presidente, pois trata-se de um assunto já discutido a nível da Câmara Brasileira de Construção e das entidades que aprovam, por unanimidade - que a Câmara terá satisfação em cooperar com a Comissão e com os organismos do Congresso e Executivo que quiserem tomar medidas sobre esses procedimentos. A Câmara vai cooperar, fornecendo esses indícios, esses indi-

cadores, mostrando que, além da chance de ocorrerem, são medidas que se pode evitar que ocorram futuramente.

O Senador falou das dificuldades em se apurar os fatos. Haverá de ser difícil, mas nem por isso a missão da CPI, como não é da Câmara Brasileira de Construção, é frustrante. Assim, como também o Ministério da Saúde se preocupa em combater o cólera, ou o dengue, o maior trabalho desse órgão é o de saúde preventiva, de evitar que ocorram crises de doenças; e faz isso através de campanhas de vacinação, como a que vai ocorrer no próximo final de semana, quando haverá uma multivacinação. Este é o grande trabalho que pode ser feito na saúde pública e na saúde das relações entre Governo-Empresa do qual estamos de um lado.

Não é frustrante o trabalho dessa Comissão. Não será jamais frustrante, apesar da dificuldade de se encontrar provas, como de outras vezes já aconteceu. Certamente, esses indícios serão trazidos, serão indicados; alguns, temos certeza, não são nada mais do que uma distorção pela tradição. A maioria dos administradores não é levado a esse tipo de comportamento, mas a prática vai fazendo uma rotina. E como eu disse e insisto, não foi só por delicadeza. É verdade que alguns não sabem sequer o que está acontecendo. Na melhor da boa fé acreditam que estão defendendo os interesses coletivos, os interesses públicos, querendo a melhor empresa, uma empresa capaz e, muitas vezes, não estão sabendo o que está acontecendo. Abre-se a porta, mas escancara-se a janela para procedimentos que até minoritariamente ocorreram; conspurcam as relações entre Governo e empresário, a ponto de o empreiteiro ser tido como de uma classe marginalizada, e ser tomada como generalizada a acusação com o Governo. Posso assegurar, em nome da Câmara, porque já foi discutido previamente, toda disposição dessa cooperação, fornecendo esses indícios. A CPI tem poderes, que não temos, de trazer outros depoimentos, de pedir documentos e, evidentemente, conseguir dados a que não temos acesso, e, mais do que isso, desestimular a ocorrência desses procedimentos como, de resto, já está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Elcio Alvares.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) Gostaria de justificar que durante o depoimento do ilustre depoente tive de me ausentar para voto imprescindível numa outra Comissão da Casa. Mas, basicamente, pelo que já ouvi das interações, considero-me satisfeito. Reitero o pedido que foi feito inicialmente, para que a Câmara nos remeta, para exame posterior nosso, cópias dos editais onde, presumivelmente, haja indícios de concorrência, ou onde se possa denotar qualquer tipo de fraude.

Requeiro novamente ao Sr. Presidente esses documentos para que sirvam também de prova junto do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de dar por encerrada esta parte da reunião, coloco em discussão a proposição do eminente Senador Magno Bacelar que propõe que esta reunião seja suspensa para recomeçar na parte da tarde.

Esta Presidência sugeriria - se todos estiverem de acordo e se o próximo depoente, eminente Senador Luís Roberto Ponte, também estiver à disposição - para reiniciarmos às 17 ou 18 horas. V.Exas. é que irão decidir.

O SR. MAGDO BACELAR - Sr. Presidente, eu teria de lembrar a V.Exa. que há uma sessão de Congresso para as 18 horas. Assim, seria melhor que a reunião da Comissão tivesse início um pouco mais cedo, caso seja aprovada a proposta.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, temos Ordem do Dia com matéria; então, poderíamos antecipar. Vamos almoçar e daremos um prazo razoável, porque vamos ter Ordem do Dia e, hoje, infelizmente, estou na Liderança do PFL, no plenário. A Ordem do Dia trata de um projeto de interesse da Liderança, que terá que ser discutido.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Só temo que o horário se incompatibilize com a sessão da Câmara. Mas não vejo dificuldade porque a sessão de votação é sobre assuntos não polêmicos. Tenho a impressão que no intervalo, entre o almoço e às 17 horas, não haverá dificuldade alguma. Mas mesmo que fique marcada a reunião para depois, é questão só de conciliar o horário.

O SR. MAGDO BACELAR - Eu gostaria de justificar que esses dois Senadores que não estavam presentes tiveram que se deslocar e por julgar que o depoimento do Deputado Luís Roberto Ponte é da maior importância, eu sugeri que não houvesse um esvaziamento da Comissão e todos pudessem estar presentes, dada a importância do depoimento, e que se interrompesse a reunião e se marcasse uma hora em que todos pudessem estar aqui.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, inegavelmente, não só com a homenagem de que S.Exa. é merecedor de todos os seus colegas, membro brilhante que é do Congresso Nacional, penso que o depoimento do Deputado Luís Roberto Ponte é da mais alta importância. Gostaríamos que houvesse uma participação bem vigorosa de nossos companheiros que integram esta Comissão. Não é despreço, até pelo contrário; vivemos às terças, quartas e quintas-feiras aqui na Casa. Sei do empenho do Deputado Luís Roberto Ponte. Poderíamos, já que colhemos dois depoimentos hoje, verificar, com o anúncio bem antecipado, devido, uma data, e aí também é conveniência da Comissão. Hoje há uma série de eventos e amanhã praticamente é um dia que não tem sentido de trabalho seria conveniente o adiamento, não em razão da pessoa, mas em razão dos fatos. Eu me encontro à disposição e me desdobrarei para multiplicar o horário.

O SR. MAGDO BACELAR - Gostaria de esclarecer que estou aqui e permanecerei pois tenho o maior interesse em participar.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O depoimento é muito importante sob todos os aspectos, inclusive como homenagem ao Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Senador Garibaldi Alves, por exemplo, poderia estar aqui às 14:30 horas ou 15 horas?

O SR. GARIBALDI ALVES - Posso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Três horas eu posso; às 14:30 horas, tenho uma audiência com o Ministro Alcení Guerra. O Senador Garibaldi Alves também pode; o Deputado Luís Roberto Ponte, também; os outros dois tiveram que sair porque tinham um compromisso apenas na hora do almoço. Então, creio que poderemos fazer a reunião hoje mesmo. Vamos liquidar esse assunto, essa primeira parte. A minha proposta é para que marquemos a reunião para as 14 horas e 30 minutos ou 15 horas.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sugiro 14:30 horas. Assim, já ganharíamos tempo, se todos pudessem estar aqui nessa hora.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vamos marcar a reunião seguinte para às 14:30 horas, agradecendo a presença do Dr. Marcos Santana. Como S.Sa disse ao Presidente da CPI que nos forneceria cópias dos editais com indícios de fraudes, aguardaremos a remessa dos mesmos.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA

CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência declara reabertos os trabalhos, e convida o ilustre depoente, Deputado Luís Roberto Ponte para tomar assento à mesa.

Por um lapso, deixamos de solicitar que fosse lida a ata de instalação desta Comissão, realizada em 06 de junho de 1991. O Senador Jutahy Magalhães, através de uma proposição, solicita a dispensa de leitura, já que os senhores vão ter conhecimento da mesma em pouco tempo. (Pausa)

Aprovada.

Já estando presente o ilustre Deputado Luís Roberto Ponte, S.Exa., sabe que o art. 342 do Código Penal prevê as penas por falso testemunho.

Solicito, a V.Exa. nobre Deputado, que faça o juramento da praxe.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - "Juro, como daver de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidade na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A fim de efeitos taquigráficos e de gravação, eu solicitaria ao ilustre Deputado, para cumprir uma formalidade do art. 203 do Código do Processo Penal que nos declara-se o nome completo.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Luís Roberto de Andrade Ponte.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - 57 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Engenheiro civil, mecânico e eletricitista.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Onde trabalha?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Trabalho como Deputado Federal na Câmara dos Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado civil e residência?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Casado, residências em Brasília e em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando prosseguimento, a Presidência concede a palavra a V.Exa. para fazer o seu depoimento, a sua exposição, e, após, os Srs. Senadores irão por certo interrogá-lo.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. LUIS RUBERTO PONTE - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria agradecer a possibilidade que estou tendo de trazer para esta Casa que cuida dos interesses da nacionalidade algumas informações que, por certo, servirão - espero eu - para que esta Comissão possa atingir os objetivos que estão contidos no próprio texto da denominação que recebeu.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de, preliminarmente, fazer um rápido histórico do que se passou até aqui: O PMDB quando recebeu na Câmara dos Deputados o denominado "Projeto de Reconstrução Nacional", enviado pelo Poder Executivo, designou um grupo de Deputados para fazer uma análise daquelas propostas que estavam anunciadas como de implementação a curto prazo, a médio e a longo prazos para modificar a vida nacional. E eu fiz parte desse grupo. Apresentei, ao final dos trabalhos, um documento de uma lauda e meia chamado de "Uma alerta". Embora esse documento esteja contido na denominada "Carta de Belo Horizonte", como ele é pequeno, eu faço questão de lê-lo, porque ele é a matriz, é a origem de todos os desdobramentos posteriores. O documento, portanto, foi feito na condição de Parlamentar, para o meu Partido, e dizia o seguinte: "Uma alerta":

"Grande parte das propostas contidas no Projeto de Reconstrução Nacional constitui a ruptura de privilégios concedidos a variadas classes, ao longo de décadas, por legislações que foram apresentadas à sociedade como conquistas sociais legítimas, embora representem, na verdade, a concessão de benefícios que, não podendo ser estendidos a todos, configuraram-se, de fato, como imposição de enormes injustiças praticadas quase sempre contra as camadas mais desprotegidas da população. A retirada desses privilégios implica, pois, perdas para inúmeras corporações que, certamente, não estarão dispostas a deles abrir mão sem uma vigorosa reação e sem apresentarem os mesmos sofismas vitoriosos do passado. Só existirão chances de se conseguir conscientizar a sociedade da necessidade de suprimir esses privilégios se os governantes derem exemplo inquestionável de que aboliram as suas próprias benesses e, sobretudo, se deixarem claro, não apenas por palavras, mas por seus atos concretos que cultuam a integridade moral, a probidade administrativa e determinam-se à implantação da Justiça. Contrariamente, porém, alastram-se no País informações oriundas de uma pluralidade de pessoas responsáveis de que se busca institucionalizar em vários organismos governamentais práticas inaceitáveis para destinação de recursos públicos, o que é estorcedor, mesmo nos que são chefiados por dirigentes de inquestionável honrabilidade. Por enquanto ainda são informações que, embora sérias, não se podem configurar como denúncias comprovadas sempre difíceis nesses casos, nas que tomam corpo a cada dia e tendem, se nada for feito, a transmitir para a sociedade a convicção de que estamos na presença de fatos reais praticados com a conivência do Governo. As consequências serão calamitosas: a extinção do que existe de esperança e credibilidade no Governo e a repulsa pela sociedade a qualquer proposta governamental que implique sacrifícios mesmo transitórios como se faz indispensável nessa quadra de tantas agruras que vive o País. A perda de confiança da população e dos agentes econômicos é o caminho curto para a ingovernabilidade. Urge, assim, que o Governo demonstre que nada tem a ver com as proposituras de extorsão que se generalizam, bem como que se dispõe a receber qualquer denúncia com o compromisso de apuração da verdade e de não promover retaliações.

Este documento foi preparado no dia 4 de abril, está assinado por mim e entregue ao meu Partido.

No dia 10, a Câmara Brasileira da Indústria e da Construção ia promover o seu 54º Encontro em Belo Horizonte, que são eventos rotineiros na vida da Câmara, com uma frequência média de dois por ano. E eu não podendo lá comparecer como pretendia, como tinha sido convidado pelos meus pares que estão dirigindo a entidade, da qual sou presidente licenciado, já estive no exercício por três mandatos -, esse é o terceiro mandato -, resolvi fazer uma mensagem, mais ou menos, abordando o que eu pretendia abordar naquele pronunciamento de abertura para o qual eu tinha sido convidado. E foi feita, então, uma mensagem aos meus companheiros que, depois de uma introdução, apenas dizendo as razões - já que estava viajando pelo Congresso para os Estados Unidos numa missão juntamente com dez outros Deputados para fazer um estágio dentro do Congresso Americano - depois, reproduzia, dizia assim: "O documento pessoal que apresentei ao grupo é o seguinte: é este 'Alerta' e, depois de terminado isto que acabei de ler, eu dizia finalmente o seguinte:

"Meus colegas e amigos: sei que muitos de que aqui estão sabem por que foram peitados da veracidade e da gravidade do que estou dizendo. Já trocamos lamentos com alguns de vocês sobre essa vergonha que tanto nos revolta; já buscamos caninhos para vencer essa ignomínia; já sabemos que, se não se evitar o alastramento deste cancro, certamente, quem não a ele se "adapta", (entre aspas) perderá todas as oportunidades de trabalho, verá secarem as verbas para as suas obras e terá fechado as portas para novas contratações. Temos presente os graves problemas pessoais com acusações de leviandade e ofensas difamatórias que podem advir para os que denunciarem o que se sabe verdadeiro e não se pode provar. Conhecemos os mecanismos espúrios que utilizam para dar uma obra a quem desejam, previamente, escolher. Aliás, ampliar as defesas jurídicas contra esse tipo de deformação é uma das ações que pretendo realizar no Parlamento, para o que estou contando com o trabalho e a experiência de nossa CBIC. Temos claro em nossas mentes que é grande a tentação para ceder. Asseguraremos o trabalho que buscamos e que é a nossa forma de servir ao País e a razão de ser de nossa atividade profissional e, mais, com a garantia de ganhos certos numa atividade de tantos riscos, podendo ainda ter a consciência pacificada com a sentença de que não haveria outro caminho, pois ainda desejo concitá-lo para a resistência. Há outro caminho, sim, por certo penoso, cheio de obstáculos, incompreensões e injustiças no curto prazo, fatal até para alguns. Quero, todavia, lembrar-lhes o longo prazo: o futuro luminoso que poderemos obter, libertando-nos definitivamente das distorções e improbidades do processo de contratação de obras públicas e do relacionamento contratado/contratante, que sempre nos colocaram na frágil condição de dependentes da boa vontade dos gestores governamentais. Quero lembrar-lhes os tempos solares que teremos quando, finalmente, poderemos ser vistos pela sociedade como de fato somos: responsáveis agentes da produção, propulsores do progresso, veículos de erradicação da miséria, cidadãos dignos quanto os mais dignos neste País. É bom destacar que um dos principais temas desse encontro é a imagem do construtor. Não a resgataremos fazendo com que nossos patrícios vejam a verdade do nosso comportamento ético. Se não reagirmos, não haverá instrumento mais eficaz para repor a verdade so-

bre a nossa imagem perante a sociedade do que este encontro - tomar a deliberação do protesto e da decisão de denunciar cada atravessador que surgir no nosso caminho. Vamos resistir sim. Lembremo-nos da escuridão que manchou a vida de algumas nações durante um período de sua história. Ela só aconteceu porque todos se intimidaram. Não nos iludamos. Se ceder pode ser até tentador na visão estreita do interesse próprio e imediato, certamente, também, será trágico se essa hidra se institucionalizar, destruindo sonhos pelos quais tanto lutamos em todos os nossos encontros. O relacionamento ético e moral entre nós e nosso cliente, registramos porque é bom para a Nação que espera isto de nós. Registramos porque isto é bom para o Governo e para o Presidente, se, como acredito, estiver isento de culpa ou, pelo menos, de intenção. Registramos porque, numa análise mais ampla, num longo prazo, também, é bom para as nossas empresas mas, sobretudo, registramos porque poderemos, mesmo os que se estiolarem no caminho, dizer: fomos os construtores que sempre sonhamos, fomos os construtores de novos tempos, fomos os construtores da noção correta de cidadania que haverá de se alastrar, irresistivelmente, em todas as mentes dos nossos patrícios."

O encontro, que reuniu mais de 400 empresários e todos os sindicados de associações que representam a categoria da indústria da construção em todo o Brasil e em todos os seus tipos de atividades, desde os projetistas aos construtores de infra-estrutura, aos que fazem edificações, resolveu tomar este documento como núcleo-base para uma aprovação, por unanimidade, dizendo que isto se constituía na Carta de Belo Horizonte e tomaram mais a decisão de tornar público, através de publicação na imprensa de todo o País. Só esse fato de, num ambiente em que se encontravam mais de 400 empresários e todos os sindicatos, esses, sim, representando a categoria, se tomar a decisão de apoiar isto - e fizeram uma introdução dizendo que era uma verdade que todos queriam dizer - prova que o que está sendo dito aqui é verdadeiro. Quanto a isto, de resto, palcos pronunciamentos que vi, aqui, na abertura desta Comissão, pela palavra do Sr. Senador Affonso Camargo, que, além de ser um engenheiro, é, também, um homem de grande conhecimento na área da construção, foi Ministro de Estado, militou nesta área e confessou isto que aqui está.

Portanto, o que se diz, aqui, na ocasião em que vem a público - e, vejam bem, esta mensagem foi lida na abertura do Encontro, no dia 10 de abril. Eu voltei da minha viagem no dia 22 de abril, e a imprensa não tinha dado a mínima divulgação. Depois que saiu a notícia em um jornal de São Paulo, que deu o primeiro mote e, então, começou a publicação, retardada porque se estavam viabilizando recursos para a publicação dos jornais em todo o Brasil - diz-se: por que só agora isto? Por que o destaque agora? Não somos nós quem fazemos o destaque - é a imprensa quem o faz. Infelizmente, a imprensa veio ver o meu destaque para uma denúncia que é permanente na nossa classe. Se existem, como de fato existem, construtores que nos entristecem e que têm essa posição, aqueles que estão - como se diz - mancomunados com este procedimento, que nunca é de uma ponta só, mas das duas; certamente essa é uma minoria desprezível como minoria desprezível são os Parlamentares que não cumprem o seu papel aqui dentro deste Congresso, como minoria desprezível, certamente, são os profissionais liberais da imprensa em que, muitas vezes, certos jornalistas se vendem para não pu-

blicar a verdade e, nem por isso, a imprensa - essa grandezra - e nem o Parlamento deixam de ser essa fonte única, essa seiva permanente de manutenção das nossas liberdades.

Portanto, de pronto, isto: há companheiros que praticam isso, mas eu quero, dentre esses que constituem uma pequena minoria, separar em duas partes. Primeiro, os que, literalmente, são assaltados, na mesma condição de quem o é por um bandido que lhe pega a carteira e que, ainda, na frente da mulher, lhe diz: "Você é um covarde, e com- fesse ou eu o mato". E ele, por dizer isso, não pode ser considerado covarde ao entregar a carteira, e nem solidário com a extorsão de que está sendo vítima. Esses, minoria dentro de uma minoria, são os achacados porque não têm um instrumento jurídico para a administração direta - nas indiretas têm, onde estão as grandes empresas. Todas têm correção monetária, e têm que ter, e é justo que tenham, e é mais barato para o País que tenham. Isso significa, sobretudo, retirar as armas dos bandidos que fazem a extorsão de uma pobre empresa, pequena ou média. Esta, vendo sua fatura na gaveta de um tecnocrata, vendo dia a dia a corrosão daquele valor sem nada poder fazer, resiste um, dois, três, dez dias. a cada dia que passava, quando a inflação era o empresário 50%, dizia: "2% do que tenho foram para o lizo; estão aí os credores cobrando, não tenho como pagar, vou ter que ceder..." Daqui a pouco, ele cede para dar uma comissão, porque esta não custou ao País, ela foi arrancada do bolso dele. Mas há as que custam ao País, como as que se proliferam neste momento, a mancomunação para a condução de obras, previamente, através de um enchimento de preços - aí é outra minoria dentro da minoria - onde alguns até cedem.

Temos que refletir muito. Fui procurado - não vou revelar o nome, porque foi-me pedido segredo - por uma liderança do setor da mais alta qualidade moral e ética. Quando esse documento veio a público, quando a público, quando a imprensa deu divulgação, quando este Senado Federal decidiu levar adiante a denúncia, ele me disse:

"Ponte, estou com você. Quero lhe dizer que vou estar na reunião - que houve aqui -, em Brasília. Só lamento lhe dizer que hoje sou um deles; fui encurralado. Eu ia me acabar; eu não tinha mais obra, eu não tinha como sobreviver. Não sei como contornarei isso, mas estarei a seu lado; porque não é ao seu lado, é ao lado da categoria, da classe como um todo, que não deseja esse tipo de coisa, embora existam os que fazem isso."

Colocadas estas preliminares, não ouvi os pronunciamentos dos companheiros aqui, embora tenha sabido, até por conversa que mantive com eles, de alguns aspectos que foram levantados e, sobretudo, de algumas intervenções que aqui foram feitas.

Assisti, do Senador Affonso Camargo, a primeira intervenção na abertura desse trabalho, uma posição absolutamente lúcida, quando ele dizia mais ou menos o que aqui se contém. Assisti, hoje, a um trecho, quando ele disse: "Tem corrupção nisso! Eu não sou doído para dizer os nomes; um Senador da República, que tem a inviolabilidade parlamentar - Faz bem o Senador em não revelar os nomes, porque dar nomes de pessoas que você não demonstrou até às últimas consequências, isto, sim, é irresponsabilidade. Atrás dessa pessoa há uma personalidade humana, uma família. E os sinais, por mais evidentes que sejam, muitas vezes podem estar equivocados, e tratar-se de outra pessoa. Dar nomes de pessoas aqui só pode ser feito depois de julgados pelo tribunal. Pode-

se dizer a forma de se chegar às pessoas, e é isso que pretendo fazer. Pode-se dizer a maneira como isso se dá, e é isso que pretendo fazer. Pode-se citar a repartição que está fazendo isso se dá, e é isso que pretendo fazer. Pode-se citar a autoridade que determinou a expedição de certos editais, e é isso que pretendo fazer, apenas para alguns casos.

O Senador Affonso Camargo disse, também - e aí quero discordar de S. Exa. Qual o empreiteiro que não ajudou campanha de políticos? Eu diria que há, e muitos. Eu mesmo, por motivos óbvios, porque sou político e sou candidato, talvez tenha dado só para mim.

Agora, essa generalização não serve, como não serve aos políticos. Seria impensável que eu chegasse ao Senador e dissesse: Mas, Senador, então, diga os nomes dos parlamentares que receberam as comissões. Vai o Senador dizer? Não tem condições de dizer, porque não tem como provar. E existem comissões dadas, sim, a todas as campanhas políticas, e, digo mais, muitas são éticas. Se há um cidadão, seja quem for, que pode servir ao País, e eu puder ajudá-lo, dando uma contribuição para que ele faça a divulgação das suas idéias, é limpo que se faça isso. Só lamento que a legislação brasileira não seja transparente para isso, como acontece nos Estados Unidos e em outros países, às claras! - Estou ajudando o fulano, porque ele vai servir ao País. E ele não me deve um favor por isso, e não vou cobrar nada disso, porque no dia em que eu for cobrar, ele, como homem probo, me mandará correr, porque não tem nada a ver" ajudar em campanha.

Espero que um dia aprimoremos todo esse conjunto de legislações, que não será fácil, porque o limite, a fronteira entre o que é razoável, o que é ajuda à divulgação das idéias, e o que começa a corromper até a consciência dos eleitores é muito complicado.

Mas esse não é o tema. O que quero avançar é que vou dar elementos aqui, porque, se esta Comissão quiser apanhar nomes, tem todo o poder de fazê-lo; tem todas as formas de fazê-lo.

Digo mais: eu, pessoalmente, enquanto Parlamentar, enquanto Presidente licenciado da Câmara, não estou muito interessado em caçar bruxas. Creio que, se esta Comissão pegar, como forma de exemplo, alguns casos concretos e criar instrumentos, como estamos fazendo na Câmara, como uma subcomissão permanente de fiscalização - dentro da Comissão, como por exemplo a de Finanças.

Na Câmara, há um dispositivo que diz que as Comissões permanentes têm o poder de fiscalização igual ao de uma CPI. Portanto, uma Subcomissão já está criada, só não foi ainda dado o número de membros, nem escolhidos os Deputados. Mas, daqui para adiante, quem estiver fazendo um edital em que exista a possibilidade de corrupção, vai para essa Subcomissão. E se esta tiver coragem, souber se implementar, e há condições para isso, se souber contratar, como fazer o orçamento de uma obra, para ver se o preço está inchado - vou trazer números aqui que vão extasiá-los, tenho certeza; aqui, nas nossas barbas, dentro do Distrito Federal, simbolicamente, de anteontem, de pouquíssimo tempo atrás -, pega-se o nome, se quiser, sem nenhum problema.

Creio que esta Comissão deve pensar no definitivo, no futuro. A finalidade deste documento, embora Sua Excelência o Senhor Presidente da República tenha entendido que foi diversa, embora muitos perguntem o porquê disso, o que está por trás; porque as comissões agora estão

insuportáveis? Esse era o tipo de ilação que corria tão logo foram divulgadas essas informações.

Para um construtor não tem importância o tamanho da comissão, quando ela é espúria - se olharmos só o aspecto do interesse econômico individual - porque aquilo vai para o preço. E ainda há o seguinte: quanto maior a comissão, mais ele dá uma "beira" para o construtor, esta é a regra. Não é porque as comissões estão altas, porque isso sempre nos envergonhou, contra isso sempre lutamos. Se não tivemos sucesso foi porque fomos até incapazes, concordo. Muitas vezes, porque feria quem sabe, susceptibilidades. Nunca houve um momento tão rico, em que toda uma categoria, em que todos os sindicatos, associações, todos os construtores presentes se abraçassem para dizer: basta! Claro que muitos dizem isto da boca para fora, sabemos disso.

Recebi cumprimentos de pessoas que tenho dúvida que tenham sido sinceras. Mas está lá o carimbo, na grande pluralidade, no 95 ou no 99, é isto que se deseja, é isto que vamos levar adiante.

Portanto, a primeira contribuição que eu gostaria de trazer a esta Comissão, é no sentido de criar um mecanismo permanente, obviamente não é a CPI. A Câmara teve, até a legislatura passada, a chamada Comissão Parlamentar de Fiscalização. Acabamos com essa figura no novo Regimento, porque era uma comissão que deveria fiscalizar tudo. Não! Cada Comissão permanente tem o poder de CPI - está no Regimento.

Agora, resolvemos criar uma subcomissão dentro dela, para não poluir os trabalhos normais da Comissão. Por exemplo, se a Comissão de Economia receber denúncias todos os dias, ela não vai conseguir votar os projetos essenciais. Então, ela fica limpinha, e a Subcomissão apura, faz uma prévia, porque vem muita mentira, muita deformação, muita acusação leviana, muita coisa a que não se pode dar crédito. Faz-se, então, uma prévia e determina-se a forma de fiscalizar e apurar. Pode-se contratar o Tribunal de Contas para ir para lá, pode-se contratar técnicos que façam o orçamento, enfim, ela tem todos os poderes, pode convocar o chefe do organismo para explicar por que colocou no edital determinada nota.

Vou contar um mecanismo que está aqui, que ninguém acredita, em qualquer parte do mundo, ninguém acreditará que alguém tenha o descaramento de colocar num edital de concorrência. É de anteontem, novamente. A obra ainda não está contratada, dá para sustar - aliás, este já foi sustado. O prefeito que garganteava, dizendo: "Esta concorrência é limpa" muito antes disso, há três meses, na primeira denúncia, feita pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul, quando pedia que ele mudasse o edital, antes de receber as propostas, ele respondeu dizendo que o Sindicato não tinha condições de representar, porque não tinha a procuração explícita da categoria. A esse ponto chegou. Abriu a concorrência, continuou a tentativa, resolveu contratar. A Câmara de Vereadores da cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Passem, meus prezados Senadores, o prefeito teve o descaramento, a um ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Vereadores pedindo a cópia da proposta do único proponente, ele respondeu dizendo que não havia sido julgada ainda e que ele não poderia mandar a cópia da proposta, que é de uma concorrência pública. E dizia que ia contratar. Cancelou-se a concorrência há cinco dias. Handei orçar para fazer a comparação: o único concorrente propôs um preço três vezes maior do que o preço da obra.

Vou começar por Bento Gonçalves, fornecendo instrumentos e elementos de alguns casos concretos, para que esta Comissão não caia no vazio. Não sem antes complementar o raciocínio que eu queria fazer: não estou preocupado com o passado. Tenho consciência muito clara de que, quanto mais ampliarmos a busca do passado, menos chance teremos de atingir os nossos objetivos, no sentido de limpar o processo daqui para a frente.

Não estou querendo fugir tampouco. Se a decisão da Comissão for na direção contrária, se quiserem trazer os grandes peixes para cá... E verificou-se, hoje, ainda no depoimento da manhã, de membros que foram de outra Comissão, a dificuldade que se interpõe quando tem que se colocar o nome: Foi o Manuel que comentou ato lesivo aos interesses públicos e tem que ir para o xadrez. E esse Manuel, se for para o xadrez vai ser um escândalo nacional. Quando chega nesse ponto, as forças começam a se aglutinar de onde menos se espera, mesmo daqueles que são aliados.

Sinceramente, com relação ao futuro, e esta é a segunda ponderação que quero deixar, devemos sanear para a frente. E só a existência desta Comissão, que já anulou essa obra, adiou três que mudaram os preços, que já está repondo tantas coisas no lugar, e podia se constituir num grande balizador de economia do erário e de aplicação adequada dos recursos públicos, sobretudo se acharssem um instrumento perene de fiscalização. Como, de resto, é a atribuição mais importante do parlamento.

Fazer leis, hoje, é importante no Brasil, porque estamos numa fase pós-Constituinte e há muitas regras novas a serem criadas. Mas, num país estável, votar leis é execução. Dizia um parlamentar aqui - não sei se da Inglaterra, não quero afirmar - que quando chegava na terceira lei votada no ano, saía um editorial no jornal principal: O que está se passando? Não dá para absorver tantas coisas.

Aqui não, precisamos fazer lei; está-se cobrando isso do Congresso. Mas, fiscalizar permanentemente é a função principal.

A primeira vez que levamos essa proposta há Comissão de Finanças, uma Deputada disse: "Nosso papel não é esse. Aqui nós temos que analisar os projetos. Como vamos fazer isso?" Felizmente, foi uma voz isolada, depois esmagada pela grande quantidade de manifestações, tanto que hoje está criada a Subcomissão.

Esse é o balizamento, é o nosso objetivo. Não quero jogar pedra, não quero citar nomes. Agora, vou dar casos concretos, porque no momento em que todos souberem, dirás - "Olha, tem uma coisa ali no Senado da República, chamada Comissão Parlamentar de Inquérito, - ou outro nome que se venha a dar - que é só chegar lá um edital poluído, que eles nos chamam para dar explicação, eles contratam gente para ver se o preço não está alto, nos incomodam. Vai começar a modificar o comportamento.

Mas vou tomar o exemplo da Prefeitura de Bento Gonçalves só para dizer a V. Exas. as aberrações que continha o edital, vou contar alguns obstáculos que foram colocados para que não se pudesse participar da concorrência: primeiro, havia um tal de índice de liquidez de um nome especial que eles criaram, que é - o Senador Affonso Camargo é engenheiro, conhece bem a matemática - uma fórmula onde, no numerador, está o ativo circulante da empresa e, no denominador, o patrimônio da empresa. Quanto maior o patrimônio, menor esse número, porque

está no denominador; e quanto maior o ativo circulante, maior esse número, porque está no numerador. O edital dizia: "Só pode participar desta obra quem tiver, neste índice, neste quociente, um número maior do que 2,5."

Do Rio Grande do Sul, nenhuma empresa podia participar. Isso para um hospital de 50 leitos. Há empresas lá fazendo hospital de 300 leitos. Nenhuma empresa atendia a esta condição, fora as outras que foram colocadas. Pegamos as dezessete maiores empresas do Brasil - Camargo Corrêa, Mendes Júnior, todas as dezessete maiores, dentre as 500 maiores de uma publicação - e nenhuma delas tinha capacidade de comprovar que podia fazer essa obra por falta de condição financeira, econômica.

Uma outra condição, no mesmo edital. O atestado de que realizou obra, para poder se pré-qualificar, tinha que incluir o fornecimento do equipamento hospitalar, coisa que não é usual. A obra civil é contratada com uma empresa, o fornecimento hospitalar depende dos médicos, que fazem as suas especificações para comprar daqui, dali. Esse era outro obstáculo.

Mas foram tão adiante, que ainda tinha um preço oficial. Se a empresa passasse por todas essas barreiras, aí tinha um preço oficial - sistema que já foi aqui mais ou menos relatado - e tinha um preço mínimo. Quem entrasse com um preço menor do que esse mínimo seria desclassificado; se empatassem as propostas, o desempate era por uma nota onde entrava a beleza do corpo técnico, a qualidade da proposta, qualidade entre aspas, e outras coisas, às quais não quero fazer referência para não me tornar repetitivo.

Só entrou uma empresa, e, obviamente, com um preço que é da ordem de duas a três vezes, repito, o valor de venda da obra daquela ocasião. Está aqui o nome.

Primeira sugestão: chamem o Prefeito de Bento Gonçalves, que se chama Fortunato Risardo, chamem o Vereador que está com a CPI lá, chamado Fernando Ferrari, e perguntem-lhes quem bolou esse edital. Ele dizia que foi da Prefeitura dele, quiseram me difamar, dizer que eles queriam excluir as empresas que não tinham capacidade de fazer obras, como a minha empresa, que tinha feito umas casas que estavam caindo aos pedaços lá em Bento Gonçalves. Ele queria evitar essas coisas.

Então, chamem o Prefeito para ele dizer se o edital foi feito pelo seu pessoal. Um dia, apertado, numa rádio daqui, eu disse para ele: "Prefeito, eu estava lhe dando o benefício da dúvida porque o que me contaram, - os Vereadores estão fazendo uma pesquisa - é que o senhor ameaçava dizendo o seguinte: essa obra só vem para cá se for por essa forma, e eu não vou ficar mal perante a minha comunidade, impedindo que venha o hospital, que não vai me custar nada, nem à comunidade, porque estão impondo esse tipo de coisa e não vou concordar. Vou fazer a concorrência igual. Mas se o edital foi preparado aí, Prefeito, o Senhor passou a assumir a responsabilidade, e o Congresso está abrindo uma CPI, vou sugerir que o Senhor venha para cá".

Nesse mesmo programa - está lá gravado - ele disse que tinha recebido o edital pronto do Ministério da Saúde, aqui de Brasília. Então que se chame o Prefeito para ele confirmar se recebeu. Se recebeu, de quem recebeu. Estão aí os nomes. Não sou eu que vou dar. E aí o Prefeito será obrigado a dizer, não é mais uma figura fictícia.

Quem foi que preparou o edital? E quem prepara um edital como esse tem que dar explicações, não pode ficar assim. Se querem provar o quanto o erário ia ser lesado, contratem uma comissão para fazer um orçamento, ou melhor, tem a empresa PINE - o Senador Afonso Camargo conhece - que é uma firma grande, conceituada, contratem um orçamento da PINE e comparem o preço que o edital especificou como o menor valor possível de ser cotado, abaixo disso um centavo e desclassificado porque é baixo demais. Contratem isso e comparem.

A pessoa que fez isso não pode continuar na função pública e tem que ser punida exemplarmente.

Esse é um casinho. Vamos ver agora o de Brasília, que não foi contratado ainda. Um hospital aqui em Brasília: o mesmo tipo de procedimento com uma variante, que aliás se tornou plural agora, o preço não é publicado no edital. É dito que as propostas devem ser apresentadas e serão desclassificadas aquelas que estejam 10% abaixo e 10% acima de um preço, chamado preço orçado, preço final estimado pelo órgão, e esse preço vai ser aberto na ocasião em que as propostas são entregues.

Então você chega na concorrência, cada licitante com seu preço e são abertos os envelopes.

Antes disso, porém, já foram entregues essas propostas depois da denúncia na rua, já houve precauções para dar a aparência de coisa mais próxima da realidade; já arrumaram alguém, provavelmente para colocar o preço lá em cima, para dar um cunho de que o preço do órgão não está alto; já arrumaram gente para ficar perto, sendo que dois já ficaram bem pertinho dos 90%. Porque claro está que o concorrente a quem se destina, a quem foi fornecido o valor da obra para que ele ganhasse, não vai colocar seu valor exatamente nos 10%, porque aí é a confissão, se ele acertar nos centavos é a confissão.

Digo aos nobres Parlamentares que aqui se encontram que já vi caso em que se acertou nos centavos dos 90%, não tomaram a precaução sequer de colocar um pouquinho acima, porque dificilmente vem uma proposta entre o mínimo e a proposta dele.

Aqui também já foi citado que ele chegou a quase 90.000.000 do valor orçado pelo órgão. Vou dizer os números porque isso é estardalhaço. Se nada for feito, o vencedor dessa concorrência vai executar a obra, a preço inicial, por 7 bilhões 161 milhões 155 mil 379 cruzeiros. Há três empresas que têm os seguintes preços: uma, menos de 3 bilhões 920 milhões e alguma coisa; outra, 4 bilhões 050 milhões; e outra, 4 bilhões 024 milhões. Só a diferença entre uma dessas três e a que vai ganhar a obra é de mais de 3 bilhões de cruzeiros.

Quanto meses do Senado Federal dá para pagar isto? Uma obrinha aqui, em Brasília, agora, que vai ser contratada se nada for feito.

Vamos ver qual é o valor da obra. Pode até ser que essas três empresas sejam loucas, entraram numa aventura, e têm que ser postas na cadeia também.

Não vou afirmar, preliminarmente, como o Governo quis, que eu desse nome e afirmasse que há corrupção. Quem tem que afirmar que é corrupção é o Governo, ou esta Comissão, que tem instrumentos para chamar, contratar um orçamento, comparar, chamar o nome, ouvir o depoimento e concluir, no seu parecer, que todos os indícios, mesmo nesta Comissão, com parecer conclusivo, serão nessa direção. Todos os indícios são de que há culpa, aqui, com esses nomes envolvidos. E ainda

vai para a Justiça apurar. Lá é que é o julgamento definitivo.

Recebi denúncias agora, não tem mais conta. E evidentemente que não vou estar trazendo aqui para esta Comissão um mundo enorme. Mas peço que esta Comissão verifique, porque havíamos reclamado, e o INCRA não adotou providências; o Edital 04/90, de dezembro, o que houve? Porque também é um critério de julgamento subjetivo. Acho que a Comissão tem que chamar o Presidente do INCRA, saber por que ele manteve esse edital, pegar os preços da proposta e mandar examinar o preço correto da obra. Não estou afirmando que esteja maior. Mas os sinais são muito ruins. Esses prefeitos do norte de Minas acho que têm que ser chamados aqui. São os prefeitos de um anúncio, que até quero ler para ao Srs. Isto saiu no jornal do dia 6, agora: Hoje em Dia: "Prefeito denuncia empreiteiras." Esse pode dizer o nome e pode ser obrigado. Vejam o que ele diz:

Monte Claros - O Presidente de Francisco Sá, Ronaldo Romão de Brito, do PDC, que administra um município de 30 mil habitantes, distante 42 quilômetros de Montes Claros, denunciou ontem a ação de empreiteiras em intermediações de obras junto às prefeituras norte-mineiras.

Hoje, aqui, foi pedido por um Senador, que não está aqui agora: "Acho que o depoente tem que dar o nome do empreiteiro que está oferecendo obra." Está aqui o prefeito para dar. Não temos obrigação de saber. E não dissemos de público que era aquela prefeitura, que nós fomos buscar. Ele aqui está dizendo que "foi peitado". Então, ele sabe o nome da empreiteira.

"Nós, os prefeitos do Norte de Minas estamos sendo assediados demais por grandes construtoras - afirma Romão de Brito, em pronunciamento durante a reunião da Associação de Municípios da área mineira do sudeste, realizada ontem em Montes Claros."

Ele leu um telex que recebeu de outro prefeito, de um pequeno Município do Norte de Minas, de Tacarambá, Antônio Nemer, PFL, também denunciando a ação das empreiteiras. No telex Nemer acusa o atual Presidente das ANAMES, Sinval Leite, Prefeito de Claro das Poções, de dar apoio logístico a uma empresa da qual não citou o nome, nos lobbies para conseguir obras do Governo Federal.

O Prefeito de Tacarambá justifica no telex que encaminhou a todos os demais chefes de Executivos norte-mineiros, que não estava participando da reunião da ANAMES, em protesto à postura do presidente da entidade. Ele afirma que dando apoio logístico a uma construtora estava defendendo privilégio de grupo. Além de ler o telex do seu colega, Ronaldo Romão de Brito, informou que ligou para o Deputado Humberto Souto, Líder do Governo Collor na Câmara, comunicando-lhe o assédio das grandes construtoras que os prefeitos das regiões tinham. E por aí vai. Não é o Deputado Humberto Souto que vem aqui, que recebeu um telefonema, nem S. Exa. tem nada com isso. Mas os prefeitos, sugiro, vou deixar este papel aqui, devem ser chamados para esta Comissão. Essas pessoas, podem dar o nome, têm a obrigação de dar o nome, depois que fizeram o juramento que vai ser exigido aqui.

Sugiro que daquelas três prefeituras, Ouro Preto, Teixeira e Janaúba, onde os três editais que já foram descritos, com a mesma data, com a sequência, com a mesma redação, com o mesmo texto publicado, depois suspenso em função da denúncia, e agora convocados, onde se tomou a precaução, pode-se ter certeza, vai estar limpinho, lá. Vão es-

tar todos os preços em cima, uma delas já abriram os preços. Todos os preços estão acima do vencedor. Não tem mais nenhum abaixo, como esse aqui. Como é que é isso? Claro está, é a precaução, o que já serviu isso. Mas acho que devem ser chamados, também, para fazer um depoimento preliminar.

Da Prefeitura de Franca, em São Paulo, a Vereadora Maria Isabel Bel, quando começou este movimento, telefonou-me dizendo que estava com uma CPI lá por causa de uma contratação de casas, - 500 casas - que estariam com o processo deformado. E não conheço os detalhes, ela só me disse que começou a ter pressões gigantescas, inclusive começaram lá, de novo, também, a tentar enxovalhar a mim e a minha empresa, num jornalzinho de Franca, interior de São Paulo, o que, por si só, já mostra que pode ter coisa exclusiva. Ela está disposta a vir aqui depor, porque tem uma CPI lá em andamento, coitada, está apavorada com esse tipo de pressão. Ainda soube ontem, que ela está disposta a vir Comissão Parlamentar de Inquérito, para contar o que está havendo. Como implica verbas federais, acho que cabe.

E acho, Sr. Presidente, que mais não vou dizer agora.

A Câmara, já fiquei sabendo, vai mandar cópias de editais, com as deformações que se encontram ali, forma de esta Comissão continuar trabalhando.

Obviamente quero reafirmar, antes de encerrar, só esta explicitação, mais uma vez. Repetindo-me, correndo o risco de ser criticado por isto, de que a finalidade é limpar o processo daqui para frente. Não que tenhamos medo do passado, em absoluto. Que fique isso bem claro. Só que acho que isso tirará a eficácia do nosso objetivo. Mas não teremos também o objetivo atingido com muita facilidade, se não comprovarmos exemplarmente alguns casos, até daqueles que ainda não se consumou o problema, porque o contrato não foi assinado. Ainda se pode dizer: "Ah, não, não foi assinado, não ia ser assinado." Agora, quero ver como é que o cara vai dizer: "não ia ser assinado", existindo uma diferença de 3 bilhões, se o edital dizia, e o edital afirma que ganhou. A empresa tem direito de ir à Justiça e exigir a assinatura do contrato. Não se pode descon siderar o edital. O edital diz textualmente: "Abandone essas três." E outras mais que estão abaixo. Só li alguns preços que aqui estão. Mas pelo menos provando, e o Congresso dando demonstrações inequívocas de que tem instrumentos para fiscalizar daqui para a frente, tenho certeza que começaremos ou daremos passos importantes na direção daquilo que está na alma de todos nós, no desejo de todos nós, não só dos que aqui estão presentes, mas sobretudo da grande massa de pessoas que vivem nesta Nação, que tem uma minoria que pratica as coisas equivocadas, mas que, sem sombra de dúvida, não está no desejo da Nação.

Como esta é a minha obrigação enquanto Deputado, fiz aquele alerta com este sentido, com este escopo. Não adianta procurar chifre em cabeça de cavalo. Não tem outra razão. Não tenho medo, tenho uma empresa construtora lá. Podem furungar, podem caluniar, podem procurar o que tiver. Estou determinado a dar esta pequena contribuição a um processo de relacionamento digno e ético, a meu ver sonho de todas as entidades da construção. Isso pode custar o que me custar, não estou fazendo aqui ato de heroísmo, estou simplesmente procurando cumprir um pedaço da minha obrigação parlamentar, nada mais do que isso. Ao contrário, torço para que o Presidente da República saia bem desse episódio.

O País precisa de democracia, precisa de liberdade, que está ligada à democracia, precisa que este Governo não se desmoralize perante a sociedade. E um dos sustentáculos deste Governo é a imagem que passou na campanha, no início do Governo, de querer a probidade - isso que queremos. E é isto que não entendi. Por que não nos chamou enquanto entidade? Vamos ver o que tem de fundamento, queremos a mesma coisa, e continuamos dispostos a isto. Já existem ministros que nos procuraram nessa direção, felizmente. E vamos dar lá, dar aqui, dar onde for necessário e possível, todos os elementos para atingir este objetivo. Benza Deus que o Presidente fique isento, que não tenha nada com isso, que não é da cúpula, até que esses intermediários, quem sabe, estavam usando indevidamente o nome dos gestores públicos, enganando o prefeito. Era uma obra que já ia para lá, porque estava no Orçamento, quem sabe até isso é possível? Pode ser até ficção para alguns. Quantas coisas improváveis às vezes acontecem? Difazendo o nome do Governo, acabaram promovendo um prejuízo para o Erário, e sobretudo denegando a possibilidade de governabilidade deste País.

Esta é a finalidade que temos, este é o propósito único e exclusivo. Não tem nada contra Governo, contra partido, a favor de "a" ou contra "b" ou "c". A finalidade é tão-somente esta. E torço sinceramente que seja encontrado um caminho e que não dificultemos a caminhada da nossa democracia. Porque, quem sabe, a serem verdadeiras, inclusive, algumas ilações - que não acredito, preliminarmente - isso pudesse trazer dificuldades sérias para o Governo, que nenhum de nós aqui deseja, pelo menos daqueles que promoveram este alerta - não é uma denúncia, mas não deixa de se constituir como um libelo contra um processo que, felizmente, estamos dispostos a tentar evitar, por todas as formas, ao nosso alcance.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vamos entrar, agora, na fase de questionamento.

Com a palavra o eminente Relator, Senador Elcio Álvares.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, eminentes Colegas, eu queria colocar, inicialmente, um ponto que acho importante em meu posicionamento dentro da Comissão, em relação ao Deputado Luís Roberto Ponte. Não o conheço pessoalmente, conheço-o de vida pública. E sei, através de todos os referenciais, até mesmo pelo meu próprio convencimento, de que é um homem de posição ilibada, profundamente dedicado aos mistérios da vida pública. Senti, através do seu depoimento, aquilo que é natural em todos nós. Há muito de paixão, mas uma paixão sadia. Há muito de um homem de vida pública, e de repente entra dentro de um processo em que S.Exa. argói uma verdade, que formula um posicionamento, e se vê, em determinados lances, incompreendido. Portanto, quero dizer de início que a minha primeira posição em relação ao depoente, é um depoente de uma maneira muito respeitosa. Deputado Luís Roberto Ponte, é de admiração e respeito.

Ainda mais que se trata de um colega do Congresso Nacional. Mas eu ouvi, e, evidentemente o depoimento dele reedita praticamente alguns pontos dos dois primeiros depoimentos que nós ouvimos. Eu ouvi com muita atenção, sei que o seu propósito foi colocado de um modo claro. Mas acontece que esta Comissão, de acordo com a formulação dela através do Requerimento 167, objetiva investigar denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas. Evidente-

mente, o Deputado Luís Roberto Ponte falou de maneira muito clara, alguns fatos e eventos que vão merecer consideração da Mesa Diretora desta Comissão da CPI, para, até onde for realmente consistente a denúncia, nós tomarmos uma posição. Eu acho que esse é o nosso dever. Mas eu gostaria, apenas por uma questão formal, como primeira pergunta que pretendo formular, se existe conhecimento concreto de denúncia de corrupção e irregularidade na contratação de obras públicas, por parte do eminente e ilustre depoente, o Deputado Luís Roberto Ponte?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - O conhecimento de denúncia é óbvio. A apuração de que...

O SR. (Elcio Álvares) - Denúncia em concreto que eu digo, documentada. V.Exa., inclusive, colocou alguns pontos aí que nós poderíamos convocar para efeito de, através de um processo investigatório, chegarmos a uma conclusão. Mas, se V. Exa. tem caso concreto de uma irregularidade flagrada... ainda há pouco o Senador Gerson Camata levantava um ponto em que o Tribunal de Contas apurou uma irregularidade em razão de um ato administrativo realizado no Espírito Santo, que era a preferência por determinada empresa. Parece-me que esse ato administrativo está consubstanciado no documento, que é um documento hábil, a certidão do Tribunal de Contas. Então, eu gostaria que V. Exa., independente desses fatos, desses eventos que foram colocados na sua fala exordial, nos dissesse se existe algum conhecimento de concorrência que tenha sido glosada pelo Tribunal de Contas ou de algum fato que tenha alcançado o âmbito policial, para efeito de conhecimento desta Comissão, ou, então, se existe, dentro do enunciado da propositura desta CPI, fato concreto, documentado, que V. Exa. tenha conhecimento.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Nobre Senador, eu não conheço as limitações da Comissão, se ela fica restrita, como faria em contratações de obras públicas, pode ser até que a Comissão não se sinta autorizada a pesquisar concorrência que ainda não teve o encaminhamento final de assinatura do contrato, isto é um problema que a Comissão é quem vai analisar. O que eu posso dizer é o seguinte: fatos apurados não estou aqui para dar; fatos apuráveis, sem sombra de dúvida. Ou o Sr. acha que é possível que um edital preparado por um órgão público estabeleça um preço mínimo para a concorrência; como 3 bilhões de cruzeiros; aquilo que três empresas se propõem a fazer. Provavelmente essas empresas, - porque todos nós, que militamos na área, sabemos que quando é um preço escondido, normalmente é com essa finalidade, normalmente. Então, as pessoas já aumentam o seu preço para ver se buscam aquela brecha, aquele espaçozinho que fica entre o vencedor e o mínimo. Provavelmente - esses três de quatro já são preços folgados, provavelmente. O Sr. acha que aqui não está um fato absolutamente de grande facilidade de comprovação de que há um processo de corrupção aqui instalado? Qual é o interesse de um órgão público de estabelecer, no edital, um preço que é duas vezes o valor de uma obra, que são 7 bilhões de cruzeiros? Não sou eu quem vai apurar. Eu não vou dizer que está aqui um caso provado. Para a Comissão eu não vou trazer isso. Eu repito, estou trazendo mais do que indícios. Para mim, eu não preciso, se eu fosse dirigente público, - isso é que eu quero dizer a V. Exa. - se eu fosse dirigente público, eu não esperaria que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso fizesse isso, eu não teria feito um inquéri-

to aí dentro. Eu, simplesmente, teria contratado o orçamento dessa obra, e chamado a responsabilidade policial, criminal, tudo o que se possa dizer, porque, só o risco de jogar 3 bilhões de cruzeiros - que dão para pagar o Senado quase o ano inteiro - numa obracinha aqui, se isso não é um sinônimo de corrupção, eu não sei mais o que possa vir a ser. A Prefeitura de Bento Gonçalves - eu estou lhe dizendo - ao contratar um orçamento, se eu quiser tomar como bom orçamento para que a minha empresa faça, eu mando e vejo o preço que o prefeito estava disposto a assinar baseado no contrato, no convênio com o Ministério da Saúde e que custe de duas a três vezes o valor que seria razoável esperar. Acho que esses são os sinais.

Lamentavelmente, Senador, não tenho fatos comprovados em estância final. Não trago nenhuma aqui. Se eu os tivesse, daria, inclusive, os nomes. Se eu não dei os nomes dos envolvidos, felizmente não sei quem são, não sei nem quem são as construtoras, não sei nem o tipo de relacionamento, não quero saber, para que isso não crie nenhum problema para dizer: vai parar ali porque tem um conhecido meu. Não quero saber. Eu estou no norte, eu estou buscando uma finalidade, um escopo, um objetivo que tem que estar acima dos nomes envolvidos. Agora, especificamente quanto a sua pergunta, não tenho nem um fato comprovado, concreto com relação à corrupção e contratação de obras públicas, mas tenho tudo isso aqui que permite a Comissão checar.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Vou lhe facilitar. Gostaria, Deputado, que, então, enunciasses de forma expressa, sem ser um fato comprovado, os indícios de certos eventos, os entes públicos que estão envolvidos, e se possível o nome do prefeito, porque nós temos de acompanhar um trabalho aqui metodologicamente formado, em termos de eventos enunciados. Então eu gostaria que V. Exa., no momento em que está prestando depoimento, citasse: concorrência referente à prefeitura tal do município tal, para que possamos ter a projeção. Porque V. Exa. falou, parece-me, que o assunto é eminentemente técnico, e eu não sou engenheiro, sou advogado, acho que aqui nós não temos nenhum engenheiro. É evidente que nós vamos precisar de uma assessoria técnica, o Presidente Ruy Bacelar é engenheiro, estou sendo informado agora.

Então, eu gostaria que V. Exa. pudesse nos honrar citando os fatos, determinando-os para que pudéssemos, com isso, transformá-los em indícios de uma prova contundente, para que pudéssemos analisá-los a nível de Comissão.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Eu até me desculpo, porque eu pretendia já ter dito isso, mas como estava sendo gravado eu pensei que dali já seguisse.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Exatamente. Eu estou pedindo a V. Exa. para repetir, não vai nisso nenhum despreço ao seu depoimento, porque todas as nossas discussões são gravadas para as notas taquigráficas, e facilitaria a metodologia do nosso trabalho aqui o enunciado dos fatos, que são dignos de apuração por parte da CPI.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Pois não. Vou repetir, portanto. Estou sugerindo à Comissão apenas alguns poucos casos de tentos outros quantos sabemos, pois alguns mais virão por intermédio da Câmara Brasileira de Construção, já com os editais, onde um engenheiro do nível do Senador Affonso Camargo, numa passada de olhos já verá. Mas eu estou agora já anunciando e propondo à Comissão e sugerindo, eu não sei se depoente pode propor, sugerindo à Comissão que mande averiguar...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - V. Exa. está numa situação muito delicada. Inclusive, eu queria dizer que, antes, eu e o Presidente Ruy Bacelar nos falamos. V. Exa., evidentemente, está depondo, mas eu acho, até como uma homenagem, porque há um precedente da Comissão da Previdência, não é o caso de V. Exa., mas entendo que um Deputado Federal, companheiro nosso do Congresso, não comparece na condição de depoente, mas evidentemente, de uma figura ilustre com a autoridade do seu mandato. É esta a homenagem que eu gostaria de fazer de minha parte, e acredito que de todos os colegas em relação a V. Exa. Não é depoente, é apenas uma figura de mais alta qualificação que está nos prestando esclarecimentos para que a Comissão possa se desenvolver plenamente.

O SR. LUIS ROBERTO PONTE - Quero agradecer a V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de V. Exa. continuar com a palavra, eu quero fazer minhas as palavras do Senador Elcio Álvares. Inclusive, quero dizer que tive o cuidado de, quando elaboramos o ofício, o requerimento, ao invés de convocá-lo, nós o convidamos. V. Exa. está como convidado.

O SR. LUIS ROBERTO PONTE - Quero agradecer ao Senador Elcio Álvares, quero agradecer ao Presidente pelas palavras que, certamente, são fruto de um convívio muito respeitoso, que temos aqui. Mas vou, então, concretamente, respondendo à pergunta do Sr. Senador Relator, dizer o seguinte: a Prefeitura de Bento Gonçalves abriu uma licitação para a construção de um hospital, com verba do Ministério da Saúde, com deformações que indicam grande potencialidade de um processo de tentativa de esbulho ao Erário. Entre essas deformações, cito: primeiro, o estabelecimento de um preço mínimo para a aceitação de proposta muito acima do que custaria a obra; segundo, deformações para a participação dos concorrentes, rompendo aquilo que é o espírito da lei de licitação pública no Brasil, Decreto-lei 2.300, é o que está no inciso XXI do art. 37 da Constituição, que sinaliza que só se pode exigir de um contratante em relação à prova de capacitação técnica e econômica, aquilo que, realmente, for indispensável para comprovar que ele tenha condições de fazer a obra, e jamais um índice como esse de ativo circulante sobre o patrimônio líquido não tem nada a ver com a capacidade econômica da empresa de realizar a obra.

Portanto, o edital tem deformações de tal jaez, de tal magnitude, somados a esse fato de estar, com o preço, obrigando o Governo a gastar um valor tão alto, que tudo indica que aqui existe um processo inadequado de contratação de obras públicas.

Assim, sugiro que seja convocado o Prefeito Fortunato Rizzardo, o Vereador Fernando Ferrari, que está promovendo uma CPI na Câmara de Vereadores para apurar isso, certamente aportará muitos dados, pois tem depoimento do prefeito, para que este diga por que escolheu esse edital, se realmente foi por imposição do Ministério da Saúde, se o foi, aí está a ponta da meada, vamos chamar o Ministro da Saúde para vir aqui, na condição de gestor de seu Ministério, porque quero deixar claro, meu Colega de Parlamento: só tenho ouvido referências elogiosas quanto à probidade, quanto à competência, quanto ao cavalheirismo, quanto ao trabalho parlamentar e quanto ao seu trabalho enquanto Ministro da Saúde.

Eu, se disser assim: Você acha que o Ministro tem algum envolvimento nisso, por mínimo que seja? Eu, pessoalmente, - não estou di-

zendo aqui para agradar - diria "não".

Agora, se o Ministério, realmente forneceu o edital, está envolvido, na minha opinião. Quem do Ministério? Só por esta via se pode chegar.

Estou propondo também que seja convocada a Vereadora Maria Isabel Bel, da Cidade de Franca, em São Paulo, porque dizem que há um processo que está em curso de licitação para a contratação de 500 casas. Não conheço detalhes. A Vereadora me conta fatos que indicam também uma grande potencialidade de um processo não adequado para a contratação.

Sugiro que sejam convocados os prefeitos. Vou deixar aqui o recorte de jornal, porque tem gente confessando que foi procurado por empreiteira para entregar obra. Sugestão até de um Senador na sessão da manhã, só que aí agora tem nome de pessoas que têm a obrigação de dizer, porque foram eles que foram procurados.

Sugiro que o edital do Incra, de nº 04/90, que é uma obra no Município de Tucumã, seja averiguado, porque a Câmara havia pedido a modificação desse edital no momento adequado, não foi atendida, não foram dadas razões e é um processo de julgamento subjetivo. E todo edital que tem processo de julgamento subjetivo deve ser colocado em suspeição, embora nem todos tenham processo de corrupção.

Acho que este aqui conviria ser chamado para a Comissão.

Sugiro, ainda, os Prefeitos de Ouro Preto, Teixeiras e Janaúba, que sejam ouvidos aqui. Por que razão, no mesmo dia, publicaram três editais em cidades diferentes, e tão distantes umas das outras, com finalidades diferentes, embora fossem hospitais, com a mesma redação do edital, etc, etc,?, e que não vou me repetir aqui. Acho que eles poderão dar esclarecimentos. Certamente vão ter que terminar dizendo: "recebi o edital do Ministério da Saúde". E aí vamos perguntar: Quem fez? E, no Ministério, quem preparou o edital?

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Apenas um esclarecimento.

Todas essas obras estão relacionadas com o Ministério da Saúde?

O SR. LUIS ROBERTO PONTE - Não. A obra de Franca, não. Parece que alguma coisa ligada ao Ministério da Ação Social. Saneamento, também, é ação social.

Esse do Incra obviamente que não é do Ministério da Saúde. Acho que o Incra, hoje, está ligado ao Ministério da Ação Social.

Aqui são apenas amostras. Eu digo, me repito, não vou cansar de dizer isso, até como uma ponderação: vamos colocar os nossos objetivos antes de mais nada, que é de limpar o futuro, é a eternidade pela frente.

Não vamos perder essa chance em nome de caça às bruxas. Embora, repito, se quiserem caçar e eu puder dar a informação, aqui estarei fazendo o juramento e dizendo para V.Exas. o que souber.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Eu me considero satisfeito e quero me congratular, porque verifico que o nobre Deputado Luis Roberto Ponte entendeu exatamente o nosso sentido, apenas para efeito de gravação, para as notas taquigráficas, e facilitar os nossos trabalhos.

Então, dou-me por satisfeito e encerro a minha participação no que tange à fala, sobretudo honrosa para todos nós, do eminente Deputado Luis Roberto Ponte.

Muito obrigado.

O SR. LUIS ROBERTO PONTE - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, parece-me bem claro, e digo isso com bastante alegria, que estamos caminhando.

Não assisti integralmente, assisti só o final da fala do primeiro depoente, o Presidente da Câmara, e pareceu que S. Exa. ficou mais numa denúncia genérica daquilo que já sabemos, que há realmente irregularidades nas licitações públicas. Evidentemente que essas irregularidades não são feitas por simpatia por determinadas empresas. Presume-se que há outros interesses na hora em que se direciona uma concorrência para que uma determinada empresa ganhe. Sabemos que deve haver aí interesses entre quem favorece e aquele que é favorecido.

Posteriormente, tivemos o segundo depoimento, que já deu algumas indicações bastante claras de como se procura, dentro, hoje, da atual legislação de licitação pública, burlá-la, no sentido de dar condições de direcionar as concorrências para determinadas empresas. E agora, já temos, em cima disso, aquilo que esperávamos do Deputado Roberto Ponte, que, desde a hora que denunciou, fiquei procurando-o para cumprimentá-lo, para pedir os documentos. Eu o conheço de muito tempo e, na verdade, hoje, acima das ideologias, não quer dizer que eu não pense convergentemente com S. Exa., mas esse é mais um pensamento que tenho, temos que cuidar da ética. Isso é o fundamental para o País.

Já temos, então, alguns casos que me parecem bastante típicos, porque, evidentemente, se fôssemos aguardar uma decisão do Tribunal de Contas, a coisa estaria mais avançada, tinha até superado a nossa fase aqui da Comissão.

Quero ver se consigo fazer um pouco da síntese que vai se formando na minha cabeça.

Temos consciência, e isso não é um problema brasileiro, é um problema dos povos, das pessoas, da natureza humana, das fraquezas, dos interesses, do utilitarismo, do imediatismo. Sabemos que existe esse problema de corrupção que se finaliza na hora em que o favorecido paga uma comissão para aquele que lhe favoreceu.

O que parece mais ou menos claro - já vínhamos falando isso desde a primeira reunião da Comissão - é que dificilmente vamos conseguir comprovar este ato final, porque isso se faz de uma maneira sub-reptícia e, até, de vez em quando, lemos nos jornais aquelas denúncias dizendo que caiu alguém no governo do Japão ou no governo dos Estados Unidos; volta e meia alguém cai, o que é um escândalo. E não sei lá como é que eles comprovam, porque não sei se comprovam só o favorecimento ou se comprovam realmente, não sei se a pessoa confessa. Não sei que tipo de processo existe lá na parte judicial porque a verdade é que alguém é derrubado por corrupção - houve até aquele caso notório do Japão.

Concordo que isso seria realmente uma caça inglória às bruxas, porque vamos ficar por aí e dificilmente vamos conseguir comprovar.

Mas a comprovação do dano público, que está procurando fazer já com suas denúncias, o Deputado Luis Roberto Ponte, diretamente em caso específico, e indiretamente temos certeza de que estamos conseguindo ganhos públicos só com a criação da CPI, só com a denúncia que ele fez. Tudo isso sabemos que as pessoas já começam a ficar um pouco mais preocupadas em avançar nisso, porque havia uma verdadeira desfaçatez

no Brasil, em matéria daquilo que se chamavam os pacotes. Começou a se adquirir o mau hábito de que não há concorrência, quer dizer, foge-se das concorrências.

Inclusive empresas de alta capacidade técnica ficavam mais preocupadas com o seu departamento jurídico do que com seu departamento de engenharia; procuravam saber qual era a forma, V.Exa. sabe disso, de poder fugir da concorrência.

Então, parece-se que caminhamos bem na medida em que vai descobrir, naturalmente, aquela intenção de criar o dano público, ou, se já houve a concorrência, até de criar o dano público se conseguirmos comprovar que o preço com o qual foi ganha a obra está bem acima do seu valor real. Esse é um outro caminho que parece que é o que está restando para a Comissão trabalhar.

De modo que, acho que caminhamos bem. Eu gostaria só de esclarecer melhor as minhas palavras, para que fossem bem entendidas; fui citado, inclusive, pelo Deputado Luis Ponte.

Quando aproveitei a oportunidade para falar no financiamento de campanhas, não me referi nem a pequenas empreiteiras nem a Deputados. O que existe, como costume no Brasil, pela distorção do nosso sistema partidário, que não existem fundos, é que normalmente, principalmente as grandes empreiteiras têm por hábito financiar, e não é financiar um, é financiar todos os candidatos a governador que têm chance de ganhar. Todos nós sabemos disso.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. AFFONSO CAMARGO - Pois não

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - E chegam ao primor de financiar todos, porque o que ganhar ganhou com eles.

Isso é muito comum, principalmente no meu Estado. Sempre consta, financiou um, financiou outro, financiou todos, porque fica bem qualquer que seja o resultado.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Perfeitamente. Isso, por que ocorre? Não é que naquele momento esteja havendo já um contrato de se fazer alguma coisa no futuro. É que aquela expectativa de que o poder é um Poder Executivo forte, que é decidir, que o sistema de licitação não é um sistema correto e há o temor de ser discriminado.

Então, tem medo de ser discriminado, fazem-se financiamentos, e esses não vamos comprovar nunca, porque não passa pelas contabilidades partidárias.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Na forma que V.Exa. se reportou, estou me lembrando do seguinte: esse é um padecimento da lei eleitoral.

A lei eleitoral brasileira estimula a hipocrisia entre os candidatos. Inclusive os candidatos, quando declaram os seus custos de campanha, geralmente colocam um custo irrisório.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Todo mundo sabe que é mentira.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Exatamente.

Então, acho que essa lei eleitoral seria talvez um dos pontos mais importantes se o atual Congresso a colocasse para evitar exatamente isso, a contribuição que é feita à sorrelha, porque contribuir em qualquer regime democrático, desde que o cidadão saiba a origem do dinheiro, não tem problema nenhum. Agora, contribuir de uma maneira sub-reptícia, de uma maneira que é feita nos moldes de colocar o candidato numa dependência moral ou até inoral nesse caso, quando o ci-

dadão parte para obter um benefício, considero que realmente é um ponto que precisamos examinar na lei eleitoral, para espantar exatamente a hipocrisia dos gastos eleitorais.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Essa é a nossa opinião também, já foi a opinião do Deputado, não há nada de mal; pelo contrário, as contribuições aos partidos se fazem normalmente, em qualquer país democrático. A pessoa contribui para o seu partido e isso é perfeitamente normal.

Só para encerrar essa minha primeira intervenção, parece-me que caminhamos bem por aí, Sr. Presidente, se nós conseguimos situar e constatar que os editais estão sendo mal elaborados, porque é evidente que, se existe, lá no fundo, interesse, ou algum dirigente público se favorecer com alguma pecúnia, que não vamos conseguir comprovar, pelo menos se demonstrarmos que o edital está sendo feito com valor acima do que deveria ser, já é uma forma de responsabilizar a pessoa que crie um edital que gere uma despesa a mais do que deveria ser, quer dizer, que seja pago por aquela obra mais do que deveria ser pago. É uma forma, naturalmente, de onerar e, portanto, criar um dano ao erário público. Então, parece-me que estamos, pelo bom-senso, pelo contato e pelos depoimentos, que foram importantes, chegando a um caminho, porque, se não fosse por esse caminho, realmente teríamos muita dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V.Exa. quer responder alguma coisa, Deputado Luís Roberto Ponte?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Quero agradecer pelas palavras do Senador Affonso Camargo, que muito nos dão uma esperança, dentro desta comissão, pelo conhecimento que tem do setor.

Aqui foi mencionado pelo Sr. Relator, que não tem o conhecimento da engenharia - sua atividade é outra - e muitas vezes, quando vamos cuidar de assuntos que têm especificidades, é difícil perceber certas nuances. É provável, até, que nessa exposição eu tenha colocado os pontos não muito claros no concatenamento de raciocínio, porque costumamos falar entre nós e, por meio das palavras, já sabemos tudo o que quer dizer sobre aquela questão centrada. Por isso mesmo, quero me colocar à disposição para, dentro desta Comissão, informalmente, não somente aqui em depoimento, para aduzir certos esclarecimentos que se fazem necessários. Hoje mesmo, ouvi um Senador dizendo que a correção monetária traria despesa para o erário público. Essa é uma das afirmações, para nós que vivenciamos isso, que sabemos como isso está para nós que sabemos como isso está, para nós que lutamos a vida inteira para tirar essas afmas das mãos daqueles que aqui e ali não sabem cumprir o seu papel, é uma coisa tão fora de propósito, tão fora da realidade, e ele disse isso tanta autenticidade, com tanta convicção que acho que se faz necessário, ao longo de todos esses percursos, que sejamos convocados aqui. Para mim, desta Comissão, é uma convocação no sentido de que virei com grande alegria. Não me considerarei compulsoriamente ali, mas virei com grande satisfação no intuito de colaborar.

E só queria deixar um numerozinho aqui, sempre é impactante, eu não havia feito a conta; quantas vezes somos vilipendiados, porque os Deputados ganham aumento de 10%, os Senadores, também, o que foi para os funcionários, etc., este hospital daqui, você sabe qual é a diferença que o órgão está querendo obrigar? O órgão quer obrigar a uma diferença de preços para três empresas que daria para pagar dois

anos do Senado da República. Dois anos! São 81 Senadores, vezes doze meses, dá mais ou menos um mil Senador/mês; três bilhões de cruzeiros são dois mil salário/mês de Senador, a cerca de um milhão e seiscentos - dois anos do Senado da República; uma obrinha aqui, em Brasília, que agora o Governo quer obrigar que seja contratada pelo que custa dois anos de pagamento dos Senadores da República, que dão sustentação à democracia. Esses números são impactantes. Acho quem sabe, por aí começamos a dizer: puxa vida, vamos chegar ao ponto de alguém querer provar: - Não, essas três empresas estão com preços insustentáveis, não podemos contratar com elas, porque elas não vão fazer obras. Quem sabe este número espante na hora em que vamos a fundo no problema.

Quero agradecer aqui as palavras do Senador Affonso Camargo, que tem uma cultura na área e que certamente vai nos ajudar muito nesta caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Deputado Luís Roberto Ponte, depois vou inverter a situação. Vou fazer minha divagação depois das perguntas.

V.Exa. falou no caso de Franca. Tenho aqui algumas notas de jornais, em que V.Exa. é citado, como tendo apontado dois casos de corrupção em obras públicas, uma delas a de Franca. Na nota, há uma informação que considero importante, pelo menos para averiguação. O Presidente da PROAP, Wanderley Tristão, pediu demissão, alegando ser o edital ilegal e por isso não o assinara. E um nome a mais para nos informarmos sobre a questão.

V.Exa. falou também sobre o caso do hospital de Bento Gonçalves. Na vida pública principalmente, há o hábito de se fazer a defesa de uma acusação com outra acusação, e não com a defesa propriamente a respeito da acusação. Em Bento Gonçalves ocorreu isso. V.Exa. falou a respeito, citou números e informações do edital que considere da maior importância. O Prefeito de Bento Gonçalves afirma que essa firma que ganhou a licitação nessa cidade, a SERVE-LEASE, teria feito uma obra no Maranhão, quando V.Exa. era Ministro-Chefe do Gabinete Civil, e que essa obra era mais cara do que o preço da obra em Bento Gonçalves. V. Ex. teria algo a dizer a respeito? Porque nós vamos chamar o Prefeito de Bento Gonçalves. Em vez de ele vir aqui para dizer isso, V.Exa. já apresenta os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto à primeira parte da pergunta, com relação à Prefeitura de Franca, é do meu conhecimento apenas que a Vereadora está fazendo uma CPI. Ela me deu alguns dados, que ainda não complelir. Aliás, ela me mandou até os elementos. Resolvi não entrar pessoalmente, porque achei que a pessoa mais adequada, mais indicada para prestar todos os esclarecimentos sobre eventuais deformações nessa concorrência seria a própria Vereadora.

Quanto a Bento Gonçalves, a firmação, Serv-lease eu nem sabia o nome da empresa - Vejam os Srs. Senadores, só uma notícia dessas já é uma autoconfissão, porque, primeiro, a ser verdade que houve essa contratação e que isto é indecoroso, como quer sugerir a notícia, já estaria comprovado que aquela também seria. Se a interpretação for, ao

contrário, a de que a de lá limpa, a do Maranhão tem preço maior, portanto esta aqui é limpa, em primeiro lugar, um prefeito não tem a mínima condição de saber o preço de uma obra que não sei quando foi contratada. Fui Ministro da Casa Civil nos três últimos meses do Governo do Presidente Sarney. Eu era Ministro da Casa Civil, e não do Ministério da Saúde! É óbvio que, em três meses, quando fui chamado para cuidar da transição, basicamente, eu não iria tomar conhecimento de obras em andamento, nem fazer esse tipo de averiguação. Agora, certamente, o preço dessa obra, não sei o tamanho do hospital, se é do mesmo porte. Mas qual é a moeda que o prefeito tomou? Lá se vão quantos mil por cento de inflação? Como ele sabe comparar o preço de uma obra de dois anos atrás com o preço de uma obra de agora? Isso é de uma infantilidade que acho que deveria ser guardado essa papel para perguntar para o Prefeito aqui como é que ele chegou a isso, que ele traga os elementos. Ele fez a afirmativa de que lá tem uma obra de preço mais alto do que a daqui. Acho que deve ser apurada esta também. Esta aí, particularmente - não quero caça às bruxas - deve ser apurada para comparar com o preço da obra dele. E se ela realmente estiver no mesmo nível, ela está poluída também, tenha sido no Governo passado ou não! Se não colocarmos nesta Comissão, como norte das nossas atuações, que não queremos atingir ninguém, mas também não queremos isentar ninguém, que não viemos aqui para proteger, nem para acusar difamatariamente, não vamos chegar a bons resultados. Se lá foi, deve ser procurado o responsável também, até echo que seria exemplar, para que o Governo atual não fique dizendo que estamos querendo proteger o passado. A primeira ilação foi a seguinte: - "O Ponte está querendo poluir agora, porque quer limpar o Governo passado". Tenho certeza de que o Presidente Sarney não está envolvido nisso. E quem estivesse, deveria ser chamado.

A minha sugestão, portanto, é, dentro da linha do que o Senador Jutahy Magalhães está propondo, chamar o Prefeito, indagar sobre isso e ir fundo nessa denúncia que ele faz. Como tenho convicção de que esse preço é exagerado, exorbitante, o de Bento Gonçalves, se for verdade o que o Prefeito está dizendo, essa obra também tem poluição e deve ser apurada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acho que isto é o que deveremos fazer. Tenho por hábito que todas as denúncias devem ser apuradas. Agora, não apurada apenas para verificar a responsabilidade do denunciado, mas apurada também para verificar a responsabilidade do denunciante.

No caso, o Prefeito de Bento Gonçalves, em lugar - _ pelo menos na nota - _ de explicar o que ocorreu no Município, ele procura fazer uma acusação. Todos nós, homens públicos, estamos sujeitos a elas, acontecem a cada instante. Em relação a isso daí, não há problema.

Há uma moda, hoje, no Brasil, interessante: fazer-se a publicação nos jornais, por antecipação, manifestando quem vai ganhar uma determinada concorrência. Acho que isso foi inaugurado quando da concorrência da Ferrovia Norte/Sul.

Com relação ao caso de Franca, a Vereadora diz que publicou, uma semana antes, o nome da firma que iria ganhar a concorrência

das quinhentas casas.

Agora, o caso mais interessante é o da chamada Linha Vermelha. O jornalista Janio de Freitas publicou um artigo intitulado "Linha Torta". que vou ler. É um pouco longo, mas quero que fique transcrito nos Anais desta Comissão.

Eis a sua íntegra:

"Três das quatro empreiteiras a serem, amanhã, contratadas, com toda a solenidade pelo Presidente Collor e pelo Governador Brizola, para a construção da Linha Vermelha, antes mesmo da concorrência, estavam apontadas como vencedoras num pequeno anúncio publicado, desta vez, em Belo Horizonte. A quarta empreiteira foi selecionada por sorteio. Dezoito empresas apresentaram propostas, no dia 20, para os quatro lotes de obras em que a Linha Vermelha foi dividida. Na véspera, um pequeno anúncio nos classificados do Estado de Minas, dizia: 'V.L. Vamos ficar com você no dia 20/5/91: Edardna, Acoirac, OPBC. A data era da entrega das propostas e as maiúsculas, se lidas de trás para a frente, indicavam as três empreiteiras que foram proclamadas vencedoras cinco dias depois: Andrade Gutierrez, Carioca e CBPO".

Em artigo publicado aqui, no dia 21, sobre o caráter sempre suspeito da modalidade de concorrência adotada, também, na Linha Vermelha, já dizia: que os preços mais baixos serão forçosamente iguais nas propostas financeiras - e não deu outra - pela simples razão que o edital já estabelecia o preço e o máximo de barateamento permitido às empreiteiras. Se alguma considerou possível, baratear a obra em 20%, teve que limitar o desconto aos 5% autorizados, e o público pagador de impostos que se arranja. E dizia ainda: A decisão fica assim para o exame das propostas técnicas em que toda a subjetividade é possível para justificar o resultado preestabelecido. O anúncio prévio revelou, na combinação precisa dentro de um número de concorrentes então desconhecida, a ordem das notas técnicas com que a avaliação, orientada pelo engenheiro José Carlos Sussekind, da empresa privada Promon Engenharia, deu a vitória a três empreiteiras, igualando as notas de três outras na disputa de um mesmo lote, estabeleceu um empate, um só, entre dezoito empreiteiras e quatro lotes, cujo sorteio lhe permitiria definir a licitação como verdadeiro show de lisura e transparência; uma e outra já antecipadas nos "Classificados". O autor da luz foi Aurélio Paiva, Diretor do Jornal do Vale, editado em Volta Redonda. A fábrica de estruturas metálicas - e aqui que acho um fato importante para ser averiguado - da Companhia Siderúrgica Nacional vai fornecer as estruturas de ferro da Linha Vermelha, e com ela as três empreiteiras vencedoras - e só elas - já haviam estabelecido contato antes mesmo da licitação, segundo a pista oferecida por Aurélio Paiva.

Então, essa é uma denúncia do jornalista Janio de Freitas, que tem se especializado nesse tipo de denúncias. Acredito que nem sempre as informações são as mais corretas, porque às vezes a pessoa recebe a informação errada. Mas aqui está uma pista muito importante, que aponta o nome da pessoa que diz ter informações, é o Sr. Aurélio Paiva, Diretor do Jornal do Vale. Acredito que a Comissão terá interesse em ouvi-lo. Porque, no que diz respeito a essa parte final, principalmente, se for correta essa informação, acho que aí há muita gravidade.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Permite V.Exª um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Quando se fala na Ferrovia Norte-Sul fico um pouco tenso.

Só para lembrar o seguinte: quando o jornalista Janio de Freitas fez a denúncia do edital, este foi anulado e foram feitos novos. Eles tinham dado um desconto, cujo preço mínimo é o máximo de 10% do preço base. No edital seguinte, foi aumentado de 10% para 15%. Então, com a denúncia do jornalista Janio de Freitas, ganhou-se 5% sobre o valor daquelas obras. Até disse a ele, numa ocasião em que veio aqui, que tinha deixado de ser jornalista para ser um grande economista para o País. Só para ver como essas coisas realmente são complicadas, temos que rezer profundamente num determinado momento exatamente nesse sistema de licitação pública brasileira está errada, porque está dando oportunidade para tudo isso que está acontecendo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acredito que essa informação mereça, pelo menos, uma averiguação. Não podemos afirmar que esteja correta ou não, que o ato tenha sido praticado com propósitos equivocados.

Eu perguntaria a V.Ex.^a, nobre Deputado, se teve conhecimento desses fatos, se tem alguma informação a prestar sobre isso.

O SR. LUIS ROBERTO PONTE - A Câmara Brasileira da Indústria da Construção e, agora com mais intensidade ainda, a exemplo do que muitos sindicatos fazem em caráter regional, está procurando institucionalizar mecanismo para acompanhamento dos editais de concorrência em todo o Brasil.

Esta concorrência para a construção da Linha Vermelha foi objeto de uma correspondência da Câmara Brasileira da Indústria da Construção para a Comissão. Mandei cópia para o Secretário dos Transportes, parece-me que é o nosso ex-companheiro e colega da Câmara dos Deputados, o Deputado Brandão Monteiro, alertando que ela ensejava pré-escolha dos licitantes. Ninguém tenha dúvida quanto a isso.

Toda vez que há nota de desempate em preço mínimo, ela enseja isso. Pode ser até - isso foi afirmado aqui pelos meus colegas - que isso seja feito na melhor das intenções. Quero escolher as três empresas melhores do Brasil que sei, intuitivamente, quais são, acabo de dizer, e não quero correr risco porque essa obra tem que ficar pronta, porque vem a Eco-92, e até faça isso com toda a lisura. Não entro no julgamento. Mandamos uma correspondência, eles responderam dizendo que os objetivos eram os mesmos e que queriam fazer com toda a lisura e nos convidaram para participar da abertura.

Ora, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil ir para lá para convalidar uma coisa da qual discordamos. Discordamos de critérios de julgamento subjetivo definitivamente. Não há força no mundo que nos convença do contrário, porque já nos debruçamos sobre isso à exaustão. Sabemos quais são as firmas que têm condições de fazer obras, e não dependem de um cronogramazinho bem apresentado, de uma proposta bonita, de um corpo técnico porque, aranhã, podem todos se demitirem, ou que V.Ex.^a pode contratar técnicos novos para fazer, ou o equipamento que se compra e que se renova. Isso tudo sabemos.

Então, o que quero afirmar é isto: se quiserem, vou sugerir que a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil - aliás, acho que V. Ex.^{as}. deveriam até aguardar isto. Amanhã, chegará

às mãos do Presidente o ofício que Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil enviou e a resposta que recebemos, para que a Comissão decida como fazer e o que dispor, se há preços maiores ou não. Não me consta que os preços estejam exagerados. Porque esse organismo que ele citou trabalha com os preços de uma planilha que é atualizada a cada mês.

Queria aproveitar, nobre Senador, porque, compulsando alguns papéis, encontrei alguns que acho que vale a pena a Comissão também aprofundar. A primeira é uma carta do Presidente do Sindicato da Construção Civil do Paraná, dirigida à Caixa Econômica Federal, denunciando um processo de seleção de alocação de verbas para contratação de unidades habitacionais, preterindo duas associadas e beneficiando dez associadas. Acho que vale a pena aprofundar, para ver se isso tem fundamento, e tem uma outra área, exemplificativamente.

Aqui, também, há um telex que recebi do Presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado do Pará, Dr. Domingues Amaral Nunes, exatamente uma concorrência, mais uma vez de hospital, em Roraima, com a cópia do telex que ele mandou para o Governador do Estado, pedindo a mudança do edital, e para o Ministro da Justiça. Aqui está todo o roteiro. Há o mesmo tipo de deformação: é uma nota, depois entra o critério de desempate, o preço que é publicado, um valor mínimo e um critério subjetivo. Penso que valeria a pena também pegar a concorrência e pedir os elementos, para análise desta Comissão.

Aproveitando, se me permite o Presidente, modificamos um pouco esta redação, introduzindo mais um fato. Mandei para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados um pedido de elementos para exercer a fiscalização de todos os Ministérios, etc., de certos procedimentos que foram feitos a partir de 1 de julho de 1990. Isso é interessante, porque vão vir elementos de todos os órgãos federais: dispensa de licitação autorizada, a partir de 1º de julho; termo de justificativa: o valor, o prazo de execução, a empresa a contratar, licitações sob a forma de concorrência pública com tomada de preços realizada a partir de julho, que se enquadra em qualquer das seguintes situações: que tenha tido uma única licitante, que tenha tido licitante pré-qualificada, que tenha nota para o critério subjetivo, que tenha tido orçamento escondido. Cada Ministério vai ter que fornecer isto.

Nesta CPI, ainda mais sendo do Senado, e criada especificamente para isso, acho que isso poderia se constituir em elementos valiosíssimos para uma averiguação um pouco mais profunda. Vou mandar, depois, a cópia do ofício que entreguei para a Câmara, para que V. Ex.^{as} possam receber estes elementos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Srs. Senadores, acredito que não devamos fazer uma caça às bruxas. Deveremos ter muita precaução e não procurar-nos escandalizar fatos que aqui cheguem. Estamos em uma sessão pública e devemos apurar as denúncias que aqui venham com algum fundamento e com a credibilidade da pessoa que faz a denúncia. Se não devermos fazer caça às bruxas, deveremos averiguar certos fatos. Há algum tempo, fiz um requerimento de informações ao Governo a respeito dos convênios feitos com os municípios. Recebi informações de algumas áreas, e de outras, não. Mas creio que, através desses convênios, po-

deríamos buscar quais as obras que foram executadas e por quem foram executadas, quanto custaram essas obras e, por uma margem de amostragem, verificar o que isso realmente representou. Talvez dê um pouco mais de trabalho, mas temos que buscar pequenas e grandes coisas. Não é apenas uma grande obra que deve ser averiguada. Estamos criando no Brasil a mentalidade de que a corrupção hoje no Brasil é institucional, e vem de baixo para cima, de cima para baixo, da direita para a esquerda e de todos os lados, o que ocorre em decorrência da impunidade. No meu entendimento, a impunidade é que leva a isso. E com a impunidade também levamos a um número excessivo de denúncias de fatos que não mereceriam denúncias, mas que mereceriam apuração, exatamente para mostrar que a denúncia é infundada. Com a impunidade de um lado também cria-se a impunidade do outro lado. Tenho o hábito - como V. Exa. vê aqui de ler jornais, anotar e mandar arquivar. V. Exa. mesmo tem uma pasta especial, com declarações suas e com informações que eu acho merecem a atenção de todos nós. Tenho este hábito. Eu tem uma pasta, que não tem mais tamanho, de denúncias; se fosse relacioná-las, no computador, acho que teríamos um quilômetro de papel de denúncias. E aqui vemos denúncias de todo lado. E aqui vemos que, de uma denúncia falsa, como aquela famosa lista dos marajás da Previdência, surgiu então a apuração de fatos que estão sendo comprovados. Através de uma denúncia apressada, apenas por uma questão de marketing político, chegamos, depois, a apurar fatos, não só através da CPI da Previdência, que acredito, foi o mínimo de fatos a serem apurados, mas que dão um caminho. Estamos hoje, como o próprio Executivo, preocupados em apurar os fatos que estão sendo hoje conhecidos e que demonstram o verdadeiro roubo que existiu na Previdência. Já se fala do rombo do FGTS, do rombo do IPC, fala-se, no rombo de todas as empresas. Praticamente, tem-se, hoje, denúncias de quase todas as empresas públicas. Quando se fala em privatização, fala-se também na preocupação que existe de que elas sejam feitas por preços muito abaixo do natural. Essa idéia de corrupção institucionalizada é que penso que deveríamos tentar acabar no Brasil. E cada um de nós, e não esta CPI que vai resolver isso. Não é a Câmara, não é o Senado, não é a imprensa sozinha, mas todos nós. Nós todos é que temos que convencer, que temos que lutar contra isso. Logicamente, todos nós, homens públicos, somos sujeitos a essas denúncias. Todos nós. Mas se não tivermos receio, se não tivermos preocupação de que haja uma má informação a respeito daquilo que fazemos, creio que devemos tentar apurar.

V. Exa. prestou um grande serviço ao País, quando apresentou esse fato. V. Exa. faz questão de dizer que não é uma denúncia, é uma advertência, é um alerta. Eu acho que é mais uma denúncia, é uma denúncia do que está ocorrendo. Não é uma denúncia como devemos ou queremos buscar, de nomes de pessoas que estejam envolvidas nesse caso, mas de fatos que realmente estão ocorrendo, que todos sabemos, através das nossas conversas íntimas, das nossas conversas confidenciais, quantas informações nos chegam pedindo que as informações sejam em off, por isso temos a obrigação ética de não transformá-las também em denúncias. Quantas vezes somos chamados para esse tipo de conversa. Acho que isso tudo merece nossa atenção. Acho que V. Exa. permitiu que começássemos essa investigação. No momento em que começássemos essa investigação, e no momento em que a começamos, como disse o Senador Affonso

Camargo, estamos caminhando, vamos dando o primeiro passo. Não gosto de citar Mao TseTung, que disse que o primeiro passo é o início da grande caminhada.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com muito prazer.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Voltamos a falar na caça às bruxas. E eu mesmo disse que o caminho não seria este, simplesmente porque não temos condições de provar que as bruxas são bruxas, porque acho que bruxas são para ser caçadas, e devemos mesmo acabar com elas. Eu queria ver essas bruxas na cadeia. Concorro plenamente com V. Exa. Não devemos ter nenhum temor, que se puder constatar, temos que constatar, para provar, porque há uma descrença generalizada que se consiga fazer alguma coisa no o País contra a corrupção. Temos que provar agora. O que não vamos, com certeza, é provar que fulano deu comissão para beltrano. Essas bruxas, não adianta ficar caçando, porque não há como provar isso, mas se pudesse provar, tudo quanto é bruxa iria para a cadeia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Espero ter-me feito entender e acho que V. Exa. tem razão, como eu também penso, que é difícil comprovar, porque quem vier aqui dizer que corrompeu, estará condenado; e quem disser que está corrompido, também estará condenado. Pelo menos pela opinião pública, e talvez não pela Justiça, mas pela opinião pública. Por isso, eu sei que é difícil, mas temos que buscar fatos que possamos comprovar e dizer: - Bom, esse fato não foi correto. Esse edital estava fazendo prever que fulano de tal ia ganhar a concorrência. Essas obras que foram concedidas no mesmo setor a uma mesma empresa demonstram que, quando o orçamento foi feito, já o foi prevendo que aquela empresa é que seria beneficiada. Quando uma empresa procura uma Prefeitura dizendo que pode conseguir os recursos e essa empresa é a encarregada de fazer a obra, também, aí, há possibilidade de se comprovar alguma coisa.

Isto nós temos que buscar. E como pedimos, hoje, o depoimento do Dr. Marcos Santana, peço a V. Exa., Deputado, que também nos ajude indicando, nos Municípios brasileiros, de acordo com os órgãos regionais do Sindicato que V. Exa. dirige, quais foram as empresas que fizeram obras em determinados setores, em grande quantidade, e como foram construídas essas obras. V. Exa. não poderá apontar nomes e fatos, mas, nos indicando, iremos tentar buscar a comprovação de que o fato não foi correto.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, como a esta altura já estamos preocupados porque a Ordem do Dia já deve estar chegando ao seu término, quero cumprimentar o Deputado Luís Roberto Ponte pela maneira desassombrada com que S. Exa. vem fazendo essas denúncias, que se trata de um alerta à Nação. Tenho apenas uma pequena dúvida, com relação ao hospital de Brasília. É uma obra do Governo do Distrito Federal?

O SR. LUIS ROBERTO PONTE - É um Convênio do Ministério da Saúde, INAMPS, GDF, sede Distrito Federal nº 38/91, Concorrência nº 001/91, da Secretaria de Saúde - Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Vou deixar esses elementos aqui, que servirão para que a Comissão possa adentrar na sua análise.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Uma observação que quero fazer, para concluir, é que durante essa polêmica que se travou entre V.Exa. e o próprio Governo Federal - ou o porta-voz do Governo Federal - é que um determinado instante, pelo poder até de marketing do Governo, se impingiu à opinião pública que V.Exa. teria fatos concretos para contar, e o Governo ficou, assim, numa posição ofensiva, cobrando esses fatos concretos. Na verdade, V.Exa. demonstrou que tinha fatos concretos para contar.

Então, agora, pergunto a V.Exa: naquela hora V.Exa. não foi mais a fundo, por quê?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Sabe V.Exa. a capacidade de marketing que tem o atual Poder Executivo, em termos de transmitir para a mídia aquilo que pretende seja sua informação.

Primeiro, ele colocou que estaria me processando, e o Congresso, de uma certa forma - quero fazer esta auto-reflexão - não deu a sustentação à altura que tinha que ser dada. O Congresso, sobretudo a Câmara dos Deputados, tinha que ter saído, de imediato, contatado seja lá quem fosse, e ter deixado claro, perante a opinião pública, que não existe como processar um Deputado que está cumprindo uma obrigação. Não é um direito dele de denunciar; é um dever. No entanto, ele passou a imagem de que eu tinha feito uma difamação, estava encurralado e que eu ia para as grades. Foi isso que ficou para a opinião pública.

Por mais que eu dissesse: - "Não tenho obrigação" - isso foi dito - e, mais do que isso - usei até uma palavra chula, da qual me arrependi. Mas, depois, fui olhar no dicionário e ela tinha sido colocada com perfeição, porque o sentido do dicionário é corretíssimo. Disse e repito: "Nas ventas do Presidente, tudo o que disse". "Ventas" quer dizer: cara a cara.

E não fiz outra coisa senão, depois, quando veio uma interpelação educada do Presidente, querendo se isentar - Sua Excelência; pessoalmente, a preocupação era a figura do Presidente - eu, simplesmente, respondi anexando esses documentos, dois dos quais li, parcialmente, aqui, mais a carta de Belo Horizonte, e dizendo: "Não tenho nada a aditar, a retirar, ou a retificar, com relação ao que foi dito. Isto responde a uma porção de perguntas. Não tenho que responder a pergunta alguma, porque está tudo dito ali. As perguntas eram se o Presidente, ele próprio, estaria envolvido - eu não disse isso! Está tudo lá, nas respostas.

Quanto às denúncias em si, esse edital de Bento Gonçalves, eu disse, no mesmo momento, o que eu dizia era que não diria nomes. Nomes não! E ficou o Governo a cobrar nomes, o que é uma irresponsabilidade. Dar a um cidadão, que você não tem certeza, - isso que eu disse aqui - a alcinha de ter praticado um ato de corrupção, como forma definitiva, isso jamais! Disse mil vezes, não houve uma fonte da imprensa, um jornal, uma televisão, uma rádio, que tenha me entrevistado, que eu não tenha dito: "Dou a forma como se processa, dou a maneira de encontrar os nomes, mas não sou polícia."

Uma jornalista matou a charada para mim um dia. Até isso tentei usar, para ver se revertia essa imagem que, V.Exa. confirma, que ficou, perante a opinião pública, lamentavelmente. A jornalista disse-me: "Deputado, fui assaltada quatro vezes. Agora, imagine se eu

chego à polícia, quando vou denunciar algum assalto e o delegado se vira para mim e diz: "A senhora está dizendo que foi assaltada? Pois prove que foi assaltada e me traga o nome de quem a assaltou, senão não irei fazer a pesquisa".

A posição do Governo mutatis mutandis, foi semelhante. O interesse do Governo é apurar: Eu ainda tive a cautela de dizer que não são denúncias comprovadas, que é no sentido de ajudar, que é no sentido de contribuir, e fiquei perplexo em ver que isso foi o que passou para a opinião pública, dito isso até por autoridades das quais eu não esperava, que eu estava fazendo acusação leviana.

Fui até ao Ministro, estava lá numa audiência com o Ministro Eduardo Teixeira, o então Ministro, numa audiência, que um prefeito havia pedido que eu fosse lá, e eu soube que ele andava atrás de mim para conversar sobre o assunto, que ainda não tinha sido ventilado na imprensa, mas sobre o qual ele já tomara conhecimento. E eu recebi esse recado, em Porto Alegre, cheguei aqui, fui procurar o Ministro, no dia da publicação do jornal. Digo, está na imprensa, ele pode até não ter gostado, como era ele que estava me procurando, respondi-lhe que estava à sua disposição e fiquei aguardando. Esse prefeito convidou-me e fui lá. O Ministro recebeu-me com toda a educação - faço questão de esclarecer isso, até porque a imprensa publicou tudo ao contrário, num plano de desmoralização. O Ministro atendeu-me, pediu-me inclusive para conduzir a reunião, a apresentação do prefeito, porque eu havia sido convidado por um prefeito do Rio Grande do Sul, a reunião era com um prefeito ligado ao problema de royalties, de municípios que têm exploração de petróleo ou terminais de recebimento de petróleo. Eu disse: - Ministro, estou aqui apenas a convite do Prefeito do Rio Grande do Sul, tem aqui Prefeitos de São Paulo, eles vão tratar de um assunto que não conheço, sugiro até que ele fale. Nisso o Ministro saiu, foi lá para a outra sala, e aí a secretária que o chamara, também me chamou. Aí o Ministro disse-me: "Acabei de receber um telefonema do Presidente da República dizendo que vai pedir-lhe explicações, nomes, etc." Ao que lhe respondi: "Tudo bem!" S.Exa. foi muito educado: "Ficamos decepcionados, partindo de V.Exa., que sempre deu uma grande contribuição..." E aí vieram elogios e mais elogios, como eu nunca os ouvira antes. "Conhecemo-nos há 6 anos, etc, etc."

O que a imprensa publicou? Que eu fora escorraçado do Ministério da Infra-Estrutura, porque realmente, S.Exa. sinalizou que a continuação da reunião poderia trazer constrangimentos à luz do que o Presidente havia determinado. Eu disse: "Ministro, acho que não tem nenhum sentido eu continuar naquela reunião, porque só fui lá a convite de um prefeito, e já disse o que tinha a dizer. Agora, acho que V.Exa. tem a obrigação de terminar a reunião que não é minha, não fui eu quem a solicitei. Fui convidado a participar dela. Como é que V.Exa. vai interromper a reunião?" S.Exa. foi, atendeu aos prefeitos e eu não mais participei dela.

O que a imprensa publicou no dia seguinte? Industrializada, sugerido ou dito por pessoa do Palácio, que eu fora escorraçado do Ministério. Coisa que se viessem fazer, não que eu seja mais homem, mas em respeito à função que exerço aqui. Aquilo é um bem público, é um bem próprio, e quem julga Ministro é o Congresso Nacional, Deputado não pode ser corrido para fora de que Ministério seja, ou por quem quer que seja! Entretanto, foi a versão que passou. Os fatos, não que-

ro desbordar a pergunta de V.Exa., ao contrário, quero dizer, foram ditos fatos concretos. Fatos, não nomes! Como eu não deveria citar, como eu não disse hoje aqui, e como jamais irei dizer, a não ser que na instância final seja comprovado quem foi.

O SR. PRES (Ruy Bacelar) - V.Exa. está satisfeito? (Pausa)

Acredito que mais nenhum dos Srs. Senadores deseje interpelar V.Exa., Deputado Luis Roberto Ponte.

Antes de agradecer e de encerrar a presente reunião, gostaria de propor aos meus Companheiros, já que o eminente Relator aqui não está, que esta Comissão convocasse, se possível - não sei, depende dos Senhores - uma reunião para a próxima terça-feira, às 17 horas, e outra para a próxima quinta-feira, de hoje a 8 dias, às 9:30 horas. Seriam as seguintes as autoridades, ou pessoas, ou diretores, ou presidentes convidados: Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, Dr. Belchior; o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo, Dr. Júlio Capobianco; o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul, Dr. Jean Franco. Isso para a próxima terça-feira, às 17 horas. Para a próxima quinta-feira, convidaríamos: os Presidentes dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil de Minas Gerais, Paulo Simão; de Pernambuco, Carlos Eduardo Machado Guimarães; e da Bahia, Antônio Eduardo de Araújo Lima. Não sei se o Senador tem alguma sugestão.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Não, só gostaria de saber de V.Exa. quais são as metas a atingir, qual é o objetivo, e se essas pessoas têm alguma coisa a dizer, a aduzir, mais do que já foi dito pelo pessoal. É isso que gostaria de saber, senão vamos cair numa redundância.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Li nos jornais que eles têm se manifestado a respeito da Carta de Belo Horizonte. Acho que deve ser uma função desta Comissão, primeiro, tomar conhecimento da parte, além do Presidente da Câmara Brasileira da Indústria e Construção, de outros Presidentes de Sindicatos de vários Estados, para que possamos partir para outros depoimentos. Esse foi um pensar; conversei inclusive com o Relator, e S.Exa. *a priori* concorda com isso.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Gostaria de fazer uma sugestão à Mesa, principalmente a V.Exa. Não tenho nada contra, porque, afinal, devem ser mais de 20 presidentes, alguns poderão até querer vir. Proponho que seja uma conversa informal, para saber se eles têm algum fato a aduzir, algum fato concreto, porque o meu receio é que eles venham para simplesmente apoiar a carta, dizer que realmente existe isso, ficar num depoimento parecido com o primeiro. Parece, inclusive, que o nosso conhecedor da matéria, o Deputado Luis Roberto Ponte, está fazendo assim, gostaria de ouvir a opinião de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra então o Deputado Luis Roberto Ponte.

O SR. LUIS ROBERTO PONTE - Sr. Presidente, certamente todos esses colegas estarão dispostos a vir aqui para dar um testemunho. Agora, a minha convicção é a de que eles vão fazer depoimentos na linha daquilo que se passou em Belo Horizonte, que foi unanimidade, que realmente existe, que essas coisas são difíceis de comprovar; não estou imaginando que eles possam aportar algum dado novo. Embora a Co-

missão deixasse, como sempre, uma possibilidade, mais no sentido de confirmar a generalidade do apoio que teve o documento, o que, de uma certa forma, é uma comprovação, na medida em que os presidentes de todos os sindicatos que lá estiveram aprovam, mas acho que é mais eficaz entrarmos nesses casos concretos chamando pessoas. Parece-me, sem querer me intrometer, que a preocupação do Senador Affonso Camargo é nessa direção. Só quero é dar o testemunho, a minha opinião de que essas pessoas dificilmente lhe trarão casos novos. O que de resto, casos novos podem chegar por mau intermédio aqui, porque todos eles são filiados à Câmara; a Câmara pode me fazer chegar à mão casos concretos que posso passar a V.Exa.

De forma que se V.Exa. quiser que a Câmara sirva como forma de aportar aqui alguns casos concretos que vão surgindo - tinha me esquecido de mais alguns que vou lhe passar às mãos, a Câmara, certamente, ficará à disposição de V. Exa.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Quero aproveitar essa deixa dada pelo Deputado que falou, sem querer me intrometer. Acho que, nos nossos trabalhos, qualquer atividade dele nunca será uma intromissão.

Eu ia até pedir a palavra pela ordem, para sugerir isso a V. Exa. O Regimento permite a participação de Deputados - a participação evidentemente, e não o voto - nas Comissões do Senado e vice-versa. Acredito que, neste caso, como tudo partiu de uma denúncia do Deputado Luis Roberto Ponte, seria muito importante que ele fosse convidado pela Mesa para participar de todas as nossas reuniões, porque ele quer acompanhar e não será ad hoc ou a látere; vai acompanhar, regimentalmente, como Parlamentar que é.

Com relação ao problema da convocação, fica a critério de V. Exa. decidir se vale a pena ou não. Só quis alertar, porque fiquei com medo de que perdéssemos aí, em termos de objetividade, duas ou três semanas, com o pessoal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Gostaria de perguntar se há a necessidade de se convidar os Deputados. S. Exas. podem vir e inclusive participar, falando, inquirindo, logicamente sem o voto. Podem fazer as perguntas que desejarem em qualquer depoimento, porque o nosso Regimento permite isso.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Só acho que, no caso do Deputado Luis Roberto Ponte, deveríamos solicitar a S. Exa. que, quando pudesse, estivesse presente, porque só pode colaborar conosco.

Quanto a esse problema, acho que V. Exa. é que tem que decidir.

Há outro problema também. É pena que o Relator esteja ausente agora. Eu queria, inclusive, que, antes de se marcar qualquer reunião, se visse se o Senador Elcio Alvares poderia estar presente. Faço a maior questão que S. Exa. esteja sempre presente, porque é um ilustre homem do direito e das leis, que é a minha deficiência, para continuar fazendo o seu relato. Mas seria importante que fossem marcados horários em que S. Exa. pudesse estar presente permanentemente. Se o Relator não estiver presente, vamos ter dificuldade, pois vamos ter que compilar notas taquigráficas, etc.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exa. permite só mais uma interrupção regimental?

É que nosso Regimento determina - e acho que deveríamos seguir essa praxe - que, quando o Relator se ausenta, o Presidente indica

um Relator ad hoc para qualquer tempo que ele passe fora do plenário da Comissão. E esse Relator ad hoc fará o relatório da parte em que esteve presente como Relator. Se o Relator-geral - e acho que ele terá interesse nisso - quiser, ele vai verificar o que foi feito pelo Relator ad hoc. Acho que esta é até uma determinação da Mesa. No momento em que ele se levanta dessa cadeira para sair, tem que ser colocado no seu lugar um Relator ad hoc.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Que pode ser o vice-Presidente - S Exa. já está aí.

Se é regimental, durante esse intervalo em que o Senador Elcio Álvares não puder estar aqui, creio que o Senador Jutahy Magalhães, estando, poderá ser o Relator.

Antes de encerrar, vou ouvir os Presidentes dos sindicatos aqui citados, porque o interesse nosso foi no sentido de ter alguns casos, nós vários Estados da Federação, para que pudéssemos melhor fazer um juízo desse alerta, desse indicio de denúncia formulado na carta de Belo Horizonte.

Mas eu quero dizer, Sr. Deputado Luís Roberto Ponte e meus eminentes Companheiros, que acredito que hoje tenha sido o início, mas foi um dia produtivo. Vamos caminhar, passo a passo, mas com muita determinação, inclusive para evitar qualquer injustiça que possamos cometer.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, gostaria de dar mais uma sugestão. Quem sabe, se ficamos novamente no meio termo, V. Exa. usaria, por exemplo, a terça-feira para fazer o convite a alguém que acha que pode trazer mais informações, nessa linha dos sindicatos, e usaria outro dia para começar algum fato concreto, para não ficarmos toda a semana em cima de um problema que não sabemos se vai dar bom resultado. Esta poderia ser uma boa solução. Convidaríamos três para virem na terça-feira ou na quinta-feira e, no outro dia, convidaria outro, o caso que se considerar o mais claro, em que haja indícios mais convincentes.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acredito que esta possa ser uma sugestão. O Prefeito citado aqui é importante, mas também há outros organismos tão importantes quanto a Prefeitura de Bento Gonçalves, ou talvez algum dirigente de órgão público federal ou estadual. Temos que averiguar para ver qual é o fato melhor para começar.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Confiamos no bom senso da Mesa e da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Agradeço a V. Exa., Senador Affonso Camargo. Quero dizer-lhe que, nesta Comissão, vamos caminhar com muita determinação, degrau por degrau, para evitar qualquer injustiça. Mas, como eu disse no início, nada nos parará, vamos até o fim, porque meu instinto político me diz que o povo brasileiro está com sede de justiça. Não é possível que poucos se locupletem com o dinheiro público, em prejuízo da grande maioria do povo brasileiro. São fortunas que se fazem do dia para a noite, de mês a mês, de ano a ano, sem saber de onde provêm, como se esse dinheiro fosse do - como eu disse outro dia - do sexo feminino. Acho até algo difícil de se provar, mas a realidade é esta: são empresários que enriquecem de uma hora para outra, são dirigentes públicos que ficam ricos de uma hora para outra. Então, temos de dar, sobretudo como homens públicos, uma satisfação ao povo brasileiro.

Por isso, quero aproveitar a oportunidade para agradecer a presença do Deputado Luís Roberto Ponte e dizer-lhe que nos sentiríamos honrados com sua presença em todas as reuniões em que V. Exa. puder estar presente.

Antes de encerrar, tem a palavra o nobre Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Eu queria agradecer, Sr. Presidente, este convite, que, embora dispensável, para mim representa uma manifestação de desejo da Comissão de que aqui eu possa contribuir, na medida das minhas possibilidades, com o êxito do trabalho desta Comissão.

Pedi a palavra também para, dentro dessa linha preventiva, que acho deva ser a grande reflexão desta Comissão e deste Senado da República, sugerir seja solicitado ao Prefeito de Juiz de Fora, antes que se realize a concorrência - mesmo depois de realizada, ainda há tempo, porque a contratação não será de imediato - mas uma concorrência aqui com as mesmas características de nota, no valor de 16 bilhões e 455 milhões de cruzeiros, que vai se realizar em 17 de junho.

Deixo aqui o edital. Entendo que uma medida importante seria esta Comissão, que tem poder para tanto, já oficialiar ao Prefeito, pedindo os elementos todos da concorrência. Só com isso, já deverá haver alguma reversão de posição.

Queria também passar às mãos de V. Exa. o caso de Brasília, onde estão as empresas e os valores que apresentaram na proposta, a forma de julgamento e o órgão, sobretudo para que seja pedida a inteireza do processo licitatório, para que a Comissão tenha condições de analisar.

Passo às mãos de V. Exa. a carta que recebi da Vereadora Maria Izabel Nascimento Guimarães, quando aportou aqui pequenos dados sobre o trabalho que estava fazendo e a denúncia que estava querendo apurar em uma CPI, com os nomes e o endereço dela para eventual convocação, se V. Exa. entender necessária.

Por último, há um edital na Prefeitura do Rio de Janeiro, que parece vai ser realizado na segunda-feira, de várias licitações também com critérios subjetivos de julgamento. Neste caso, ao que parece, seria bom fazer uma verificação, pois os lotes maiores são por um critério de nota e os lotes menores é por sorteio o desempate. Aliás, advogamos que seja por sorteio. Mas talvez esta seja uma boa ocasião para reivindicar ao Prefeito mudanças ou também pedir informações, porque, se houver algum equívoco, quem sabe ele também tome outras medidas.

Queria agradecer, por último, a V. Exa., aos seus Pares, ao nobre Senador Relator, aos demais Membros desta Comissão, ao meu Colega engenheiro, Sr. Senador Affonso Camargo, à imprensa que aqui se fez presente e àqueles que, também, nos deram a honra de acompanhar este depoimento e me colocando à disposição desta Comissão em qualquer circunstância. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esperamos, também, que, além desta documentação que o Sr. está nos entregando, neste momento, que possamos receber outras, inclusive da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que ficou de nos remeter o mais depressa possível.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se reunião às horas e minutos.)

Ata da 3a. Reunião, realizada em 20 de Junho de 1991.

Aos vinte dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e trinta e três minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacelar (Presidente), Elcio Álvares, Garibaldi Alves Filho, Amir Lando, Jonas Pinheiro, Nabor Júnior, Affonso Cavargo, Divaldo Suruagy, Gerson Canata e Jutahy Magalhães, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". O Senhor Presidente convidou os Senhores Senadores, Jutahy Magalhães (Vice-Presidente) e Elcio Álvares (Relator), para compor a mesa. Prosseguindo, convidou Sua Excelência o Deputado Jofran Frejat, Secretário de Saúde do Distrito Federal, para iniciar o seu depoimento. Usou a palavra pela ordem os Senhores Senadores Affonso Cavargo, Nabor Júnior, Gerson Canata, Jonas Pinheiro e Amir Lando. O Senhor Secretário presta o juramento e inicia o depoimento, agradecendo o convite da Comissão. Fala a respeito do edital de concorrência, sugere à Comissão indicar qualquer entidade idônea para reavaliar o preço básico. Encerra o depoimento. Usou a palavra para as interações pela ordem, os Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Jutahy Magalhães, Jonas Pinheiro, Gerson Canata, Elcio Álvares, Heira Filho, Nabor Júnior, Garibaldi Alves Filho e Valdir Campelo. O Senhor Presidente suspende a reunião às quatorze e trinta horas. Às dezessete e trinta horas o Senhor Presidente reabre a reunião convidando para prestar depoimento o Senhor Fernando César Ferrari, Vereador do Município de Bento Gonçalves (RS), que presta o juramento e inicia o seu depoimento. Encerrando o depoimento o Senhor Presidente franqueia a palavra para as interações de acordo com a lista de inscrições. Usou a palavra os Senhores Senadores Elcio Álvares, Gerson Canata, Jutahy Magalhães, Nabor Júnior e Amir Lando. O Senhor Presidente, tendo que ausentar-se, passa a Presidência ao Senhor Vice-Presidente Senador Jutahy Magalhães, que concede a palavra ao deponente e aos Senhores Senadores Amir Lando e Elcio Álvares. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual, eu, Hamilton Costa de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 3a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DOS SENHORES JOFRAN FREJAT, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DF E FERNANDO CÉSAR FERRARI, VEREADOR DE BENTO GONÇALVES RS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR
Relator: Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Havendo número regimental, declaramos aberta a reunião.

Convidamos o ilustre Senador Jutahy Magalhães, Vice-Presidente da Comissão, para tomar assento à mesa, como também o eminente e ilustre Relator, Senador Elcio Álvares. Temos a satisfação, também, de convidar o distinto e ilustre Deputado Federal Jofran Frejat, que hoje ocupa a Secretaria da Saúde do Distrito Federal, para tomar assento à mesa.

Esta Presidência, após ter ouvido os depoimentos do distinto Deputado Luís Roberto Ponte, do Presidente da Câmara Brasileira da In-

dústria e da Construção, do Sr. vice-Presidente e diante do que foi exposto achou por bem, na reunião de hoje, convidar o Deputado Jofran Frejat, Secretário de Saúde do Distrito Federal, a fim de que nos informe a respeito da construção de um hospital em Brasília, na localidade do Paranoá, com verbas alocadas do Ministério da Saúde ao Governo do Distrito Federal.

Na solicitação que fizemos, no ofício de convocação ao Sr. Secretário, pedimos a S. Exa. que nos remetesse, que nos trouxesse, uma série de documentos, entre eles; 1º, a cópia do convênio do repasse de recursos do Ministério da Saúde; 2º, edital de convocação e seus anexos, inclusive os projetos e as especificações técnicas; 3º, planilha de preços unitários que levaram ao preço final estimado; 4º, ata das reuniões alusivas a esse procedimento licitatório; 5º, propostas das licitantes qualificadas; 6º, recursos interpostos, se existentes; 7º, planilhas de preços unitários das três últimas obras de edificação de maior volume contratadas pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal; 8º, qualificação técnica dos servidores que participaram do julgamento das propostas; 9º, critérios de fixação do preço de aquisição do edital.

Esta Presidência, em conformidade com o art. 342, do Código Penal, que prevê das penas por falso testemunho, solicita ao Sr. Deputado Jofran Frejat que faça o juramento de praxe.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares, pela ordem.

O SR. ELCIO ALVARES - Quero colocar diante de V. Exa. uma questão que já tem sido suscitada em outras oportunidades.

O nobre Deputado Jofran Frejat está exercendo o cargo de Secretário de Saúde e não obstante ainda ter o cumprimento do seu mandato.

Temos adotado um critério, não sei se seria o caso, também, o depoimento de S. Exa. é muito importante, nós já sentimos isso, e compareceria como convidado, na condição de Deputado Federal pois S. Exa. é eventualmente o Secretário de Saúde, mas é também detentor de um mandato e, como tal, colega nosso do Congresso. Por essa razão eu encaminharei um pedido a V.Exa. para fosse dispensado e comparecesse, hoje, como convidado nosso trazendo evidentemente alguns dados que já tive oportunidade de julgar importantes, e render essa homenagem a ele porque, afinal de contas, é companheiro nosso do Congresso que está no desempenho eventual de um mandato de Secretário da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Respondendo a V.Exa., eminente Senador Elcio Álvares, tivemos o cuidado quando nos reportamos, através de ofício, ao Sr. Deputado Jofran Frejat, ao invés de convocá-lo, convidamo-lo por meio do requerimento que passo a ler:

"Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 167, de 1991, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas e de acordo com o art. 2º, da Lei nº 1579/52, combinada com o art. nº 148, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, comunica a V.Exa. que a Comissão deliberou convidá-lo para prestar depoimento perante a ela..."

Então, estamos agindo com o Deputado Jofran Frejat da mesma maneira como procedemos com o distinto Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Tenho a impressão de que S.Exa. ficou eximido do juramento. S.Exa. comparece aqui, também, e tem a condição de Congressista, companheiro nosso. O juramento, evidentemente, para a testemunha que comparece aqui, é fundamental, mas em se tratando de um Colega nosso... Apenas estou submetendo o problema porque já é a terceira vez que participo de uma CPI com depoimentos de colegas nossos. Tivemos uma CPI da Previdência em que S.Exa. foi convidado, não prestou juramento. Não me recordo, apesar de o fato ter sido tão próximo, Sr. Presidente, se o Deputado Luís Roberto Ponte...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero dizer a V.Exa. que o Deputado Luís Roberto Ponte prestou o depoimento de praxe. Acredito que a Comissão pode deliberar, fica a critério se o Deputado proceder ou não o juramento. O Código Penal não difere, mesmo em sendo Colega nosso, sendo Deputado, acho que não prejudica que S.Exa. faça o juramento de praxe, já que não deixa também de ser um cidadão brasileiro igual aos outros.

O SR. JONAS PINHEIRO - Mas, Sr. Presidente, tenho a convicção de que o juramento que S.Exa. fez quando da posse vai prevalecer até o final de seu mandato. Portanto, tem fé pública e é perfeitamente dispensável.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero responder ao eminente Senador Jonas Pinheiro, que o critério que foi adotado para o Deputado Luís Roberto Ponte deve ser para todos, porque se o Deputado Jofran Frejat não fizer o juramento de praxe, então já estaremos, a uma altura destas, discriminando aquilo que foi feito em relação ao Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, perguntaria se alguém levantou essa questão, naquela ocasião?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não levantou.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Eu me penitencio porque, tanto que na ocasião, nem lapso de tempo tão curto, não me passou...

Acho que rendemos as homenagens devidas ao nosso companheiro Luís Roberto Ponte e me esqueci desse detalhe. É inerente ao exercício do mandato, principalmente de um Congressista, o compromisso de fé pública.

Sr. Presidente, sem embargo da orientação da Presidência, que considero autoridade maior desta Comissão, estou trazendo isso porque está havendo esse problema. Quem sabe se, amanhã, outros Deputados e talvez até Senadores compareçam aqui e tenham de prestar juramento. O assunto está em debate democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Essa discussão é absolutamente constrangedora. Para mim é, sou engenheiro, sou médico, na ordem legal devo fazer o juramento. O parlamentar não precisa fazer juramento. Cometemos um erro com o Deputado Luís Roberto Ponte e vamos deixar de cometê-lo novamente.

Temos que ver a interpretação da lei. Agora, se realmente não for necessário, não há por que o parlamentar fazer o juramento. O SR. ELCIO ÁLVARES - Ele veio como convidado, e a condição de convidado é especialíssima, inclusive, em se tratando de um membro do Congresso Nacional...

O SR. AFFONSO CAMARGO - Não concordaria, mesmo sem ser advogado. Não é problema de ser convidado ou não, é ver se a lei diz que deve prestar juramentos em CPIs ou necessariamente não deve prestar.

O SR. ELCIO ÁLVARES - S.Exa. é convidado, e na condição de convidado...

A contribuição de S.Exa. é valiosa. O depoimento de S.Exa. é importantíssimo. Estou trazendo a questão, tenho a impressão também de que o nosso nobre Secretário Jofran Frejat, que é um homem interiramente vivido dentro da prática parlamentar, S. Exa. entende que é uma questão que estou colocando como uma homenagem, pois é companheiro nosso aqui do Congresso, mas, também, não quero que a Comissão entenda como um tipo de privilégio, pois eu não julgo ser um privilégio. No momento que ele vem como convidado, é uma deferência que estamos prestando a S. Exa.

Agora, o compromisso do juramento, alcança aquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, estão envolvidas dentro do fato, e não podem mentir.

Aí há a pena do Código Penal, a sanção do Código Penal sobre o cidadão.

No caso, ele vem como convidado, exatamente trazendo um dossiê e mantendo esta condição. Se S.Exa. não fosse mais parlamentar era discutível.

Mas, acho que, no exercício do mandato, e, numa interrupção da sua vida pública, exercendo o cargo de Secretário de Saúde, sem perder o mandato, porque ele não perdeu o mandato, ele está numa licença...

O SR. JONAS PINHEIRO - Proponho, então, que se ponha em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eminente Senador, quero dizer a V.Exa., Senador Elcio Álvares, que o Deputado Jofran Frejat, no ofício, quando falamos "convidado", foi uma deferência, a S. Exa. por ser Deputado.

Mas, o certo mesmo, acredito, e de acordo com a legislação, era convocá-lo e não convidá-lo.

Mas, por uma deferência da Mesa achamos por bem convidá-lo.

O SR. GERSON CAMATA - Se a Comissão, Sr. Presidente, e peço desculpas, seguir as normas dos códigos, não é convocado; é convidado.

O Parlamentar e o membro do Poder Judiciário marcam o dia e a hora.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Marca o dia, a hora, e o local, mas, dentro também da condição de convocado não é convidado.

O SR. GERSON CAMATA - Ele é convidado, se fosse convocado, ele marcaria o dia e a hora. Como nós marcamos o dia e a hora, ele é convidado.

O SR. NABOR JÚNIOR - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, essa questão é irrelevante. O mais importante é realmente ouvirmos o depoimento do Secretário

rio, em quem nós confiamos, é um colega nosso, que merece todo nosso respeito.

Estamos nos atendo muito a questões no varejo, quando devemos nos preocupar mais com o atacado.

Nós queremos ouvir aqui do Sr. Secretário essas ocorrências que estão sendo objeto de ampla divulgação por parte da imprensa nacional.

O SR. ELCIO ÁLVARES - A sanção do art 342, "fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, - que seria o caso - como testemunha perito, tradutor ou intérprete de processo judicial, pode ser administrativo ou em juízo arbitral."

Aí vem a pena de reclusão.

Como testemunha. A testemunha se submete realmente ao compromisso de praxe do juramento.

Agora, o Deputado Jofran Frejat está vindo como convidado. Ele não é testemunha. Se for considerado testemunha...

O SR. AFFONSO CAMARGO - Acredito que já deve haver até uma jurisprudência aqui nas Comissões. Imaginem, se cada vez que viesse um parlamentar, tivéssemos que discutir...

O SR. ELCIO ÁLVARES - Confesso que estou com três meses de mandato, mas alguma coisa me falou lá dentro...

O SR. AFFONSO CAMARGO - A sua proposta é imunidade.

O SR. ELCIO ÁLVARES -... O fato mais grave, é que quando, às vezes, fazemos uma afirmativa que envolva qualquer tipo de parlamentar, temos a imunidade.

Essa imunidade é inerente ao cargo. Se ele tivesse renunciado perderia a imunidade. Mas, no momento, ele é detentor de uma imunidade, e, a qualquer momento, ele pode vir.

E essa imunidade nos dá o direito de crítica da tribuna - creio que todos os Congressistas são responsáveis - mas o cidadão faz uma crítica leviana, ele tem a cobertura da imunidade parlamentar. Isto é muito delicado, porque envolve, nessa questão tão singela, envolve até o problema da interpretação do que é imunidade parlamentar.

A minha proposta singela, já que estamos aqui, e também o Deputado Jofran Frejat, é uma pessoa envolvida, acho que é inerente até o mandato. Imunidade é uma coisa que o cidadão não pode discutir. Ela pertence à instituição.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Secretário Jofran Frejat.

O SR. JOFRAN FREJAT - Eu gostaria, Sr. Presidente, para evitar discussões, de me oferecer para fazer o juramento, não tenho nada a esconder, faço o juramento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou achando essa discussão meio sem propósito, não há sentido nisso. Seja Parlamentar, Deputado, Senador, quando chega aqui obedece às formalidades, não há nada contra a imunidade de ninguém. Deve-se fazer um juramento aqui, o que não atinge a imunidade, o que atinge imunidade é quando estamos sendo processados a todo instante pelos votos que demos, é outra coisa, é completamente diferente.

O SR. JONAS PINHEIRO - Proponho que nós ganhemos tempo, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É exatamente por isso, ganhar tempo é a pessoa chegar aqui e o Presidente colocá-la para fa-

zer o juramento e começar a reunião. Não é por ser parlamentar que está isento disso.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Respeito, mas continuo mantendo o meu ponto de vista, quanto ao instituto da imunidade parlamentar. Não tive a oportunidade ainda de lê-lo com cuidado. Mas, no momento em que a questão está em debate, nós temos aqui eminentes Senadores que poderão resolver de vez a questão.

O SR. JONAS PINHEIRO - Está estabelecida a controvérsia, vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eu coloco em votação, mas antes de mais nada gostaria de dizer que no lugar de Senador, se convocado para depor, para testemunhar acho que não deixaria de querer fazer o juramento.

Não gostaria de me diferenciar do cidadão brasileiro porque também sou cidadão brasileiro, e ocupo um cargo eventualmente.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Desejo fazer uma colocação. Também não gostaria de me diferenciar. Acho que, no momento em que estamos investidos de um mandato, que não nos pertence, em termos de pessoa física, ele transcende... Nós temos uma representação da qual não podemos abrir mão, mesmo que queiramos. Estou sentindo que as interpretações que fiz estão parecendo ser muito tecnicistas, muito rigorosas. Espero que os Companheiros decidam e já que o Deputado Jofran Frejat teve esse gesto de formação democrática, conheço-o bem, não se sentirá constrangido, é um problema de ordem pessoal.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Só quero resolver o problema, já que a Câmara dos Deputados já se dispôs a fazer o juramento.

O importante é que amanhã virá um outro Parlamentar e vamos discutir novamente isso, essa é a minha preocupação.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Prometo que vou estudar a fundo essa matéria para numa próxima oportunidade se tivermos alguém que detém mandato...

O SR. AFFONSO CAMARGO - Na minha opinião, no sentido muito prático, como o Deputado Roberto Ponte já prestou juramento, e como o Deputado Jofran Frejat está disposto a prestar, ele presta e vamos continuar a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vou colocar em votação.

O SR. JONAS PINHEIRO - Mas foi colocado em votação? O meu voto é no sentido de desobrigá-lo desse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Senador Affonso Camargo, como vota?

O SR. AFFONSO CAMARGO - Acho que deve prestar o juramento.

O SR. PRESIDENTE (RUY BACELAR) - Como vota Senador Nabor Júnior?

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, tendo em vista que o próprio Deputado Luís Roberto Ponte já o fez, voto favoravelmente a que ele faça seu juramento também.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Como votam o Senador Jutahy Magalhães, o Senador Elcio Álvares e o Senador Divaldo Suruagy?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Entendo que os Parlamentares não devem prestar juramento, mas pode ficar facultado àqueles que desejarem fazê-lo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Ai gera um constrangimento, Senador.

O SR. DIVALDO SURUAGY - É o que estou dizendo, não deve prestar juramento, mas se o Parlamentar quer presta-lo, ninguém pode impedir que ele o faça.

Na minha opinião o Parlamentar não deve jurar por uma razão muito simples, vamos citar o exemplo do absurdo. Se o Deputado Jofran Frejat tivesse implicações legais no exercício como Secretário da Saúde, ele estaria coberto pela imunidade de Deputado, ele não poderia ser processado, teria que pedir autorização à Câmara para ser processado. Mesmo ele sendo Secretário de Saúde ... O Deputado Jofran Frejat, ou qualquer outro Parlamentar, no exercício de uma função pública no Executivo, não perdeu as suas prerrogativas, não perdeu a sua imunidade. É por isso que voto contra o juramento.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, aqui compareci porque alguém teria me avisado que eu era suplente, mas acho que houve um equívoco.

Mas sobre essa questão, evidentemente que temos que nos situar no âmbito das normas que a regem. E o que diz a Constituição é que a Comissão tem um poder de investigação inerente ao Poder Judiciário. Quando comparece um Deputado ou qualquer autoridade, do Presidente da República perante o Poder Judiciário - e neste momento V. Exa. é um Juiz junto com a Comissão, evidentemente, num Colegiado, mas é um Juiz e obedece às normas do Código de Processo, evidentemente que presta seu juramento, porque ele não vem aqui para falar como Deputado. Vem para dar um depoimento. Como tal, o juramento me parece essencial, sob pena de ele perder a validade, por disposição do Código de Processo Penal.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Ele está comparecendo não é em condição de testemunha, mas convidado.

O SR. AMIR LANDO - Bem, então ele vai dar um depoimento a que título?

O SR. ELCIO ÁLVARES - Poderia ser questionado o depoimento pessoal dele. Agora, a prova documental dele é fundamental. E as palavras que ele venha a proferir aqui, no seu depoimento, servirão, evidentemente, para criar indícios ou até levar a prova ao mais conclusivo. Ele é convidado; ele não é testemunha.

O SR. AMIR LANDO - Sim. Evidentemente que não se trata de testemunha. A comissão ouve quem bem entender, ou a título de convite, por questão, às vezes, até dele...

O SR. ELCIO ÁLVARES - Mas se é assunto pertinente à investigação, entendo que deva ser assim procedido. Se é pertinente à investigação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero deixar bem claro que o Deputado Jofran Frejat está aqui como testemunha. Ele está aqui convocado, apesar, por uma questão de deferência, de colega, de companheiro, assinei essa solicitação, e em vez de colocar aqui esse termo "convocá-lo", coloquei "convidá-lo", da mesma maneira que procedi com o Deputado Luís Roberto Ponte. E o Deputado Luís Roberto Ponte prestou o juramento de praxe, de acordo com o Código Penal e o Código de Processo Penal.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, quero fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Pois não.

O SR. JONAS PINHEIRO - É para retirar o meu voto, porque me lembrei agora que estou na condição de suplente, portanto não tenho direito a voto. E por uma questão de delicadeza, o meu Líder não fez o registro, que ora faço, corrigindo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, sendo assim, empatou. Terei de decidir. Voto a favor do juramento. E convido V.Exa. para fazer o juramento de praxe.

O SR. JOFRAN FREJAT - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas".

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Cumprida a formalidade do Código de Processo Penal, gostaria que V.Exa. anunciasse o seu nome completo, Sr. Deputado.

O SR. JOFRAN FREJAT - Jofran Frejat.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade.

O SR. JOFRAN FREJAT - 54 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado e residência.

O SR. JOFRAN FREJAT - Estado civil?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não, estado onde V.Exa...

O SR. JOFRAN FREJAT - Sou Deputado pelo Distrito Federal. Resido no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce.

O SR. JOFRAN FREJAT - Médico. Profissão atual, Deputado Federal - se é que se pode chamar de profissão. E atualmente exercendo o cargo de Secretário de Saúde do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando prosseguimento aos trabalhos, esta Presidência concede a palavra a V.Exa. para que, durante 15 minutos, faça a exposição de praxe, de norma. Tem a palavra V.Exa.

O SR. JOFRAN FREJAT - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao convite-convocação que me foi feito para comparecer a esta Comissão e prestar os esclarecimentos que colaborem com os objetivos desta Comissão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero passar as suas mãos os documentos solicitados por V.Exa. no ofício-convite.

Primeiro, temos a cópia do convênio do repasse de recursos do Ministério da Saúde, que está na primeira pasta;

Segundo, o edital de convocação e seus anexos, inclusive os projetos e especificações técnicas. Estão aqui no 2a e 2b;

Terceiro, a planilha de preço unitário que elevou o preço final estimado, que está também na pasta que V. Exa. tem em mãos.

Em quarto, temos as atas das reuniões alusivas a esse procedimento licitatório, também aqui incluídas;

Em quinto, as propostas das licitantes qualificadas, que também passarei às suas mãos. Gostaria de guardá-las até o final do

meu depoimento, porque há alguns fatos que gostaria de analisar com V.Exa.

Em sexto, recursos interpostos se existentes. Lamento não poder apresentá-los, porque não houve.

Em sétimo, planilhas de preços unitários das três últimas obras de edificação de maior valor contratadas pela FHDF. Também aqui incluídas;

Em oitavo, qualificação técnica dos servidores que participaram do julgamento das propostas;

Em nono, os critérios de fixação de preço de aquisição do edital. Aqui está incluído o valor, ou os critérios do valor do edital e posso adiantar já, a V.Exa. que o edital na Fundação Hospitalar do Distrito Federal custa 30 mil cruzeiros.

Além do edital custar apenas o valor de 30 mil cruzeiros, Sr. Presidente, o que significa que qualquer empresa pode se habilitar a comprá-lo, o capital exigido para que as empresas participassem dessa concorrência especificamente para a construção do Hospital do Paranoá, foi de 100 milhões de cruzeiros. O que significa, no meu entendimento, um valor extremamente baixo em relação ao que tem acontecido em outras concorrências.

Com relação à questão principal, que me parece ocorrer no que tange a denúncias e discussão a respeito dessa concorrência, é vinculada à questão do edital.

Em primeiro lugar, trata-se de um edital do tipo fechado; o preço não é divulgado. Esse edital, de acordo com o convênio estabelecido com o Ministério da Saúde - que aqui está - tem, entre outras, como exigência o seguinte:

Primeiro. Realizar os procedimentos licitatórios com observância ao prescrito pelo Decreto-Lei nº 2300/86, com as alterações com que se encontra a vigor, bem com o adotar ato convocatório, instrumento de contrato, cujos modelos serão, oportunamente, fornecidos com todas as suas peças integrantes, além do orçamento aprovado pelo INAMPS.

Foi solicitado ao INAMPS e este nos concedeu o edital-padrão. Foi observado exatamente o mesmo edital.

Segundo, no próprio convênio constituir a Comissão de Licitação com a participação de três membros, dois dos quais indicados, mediante portaria, pelo INAMPS. Foi solicitado ao INAMPS, através de ofício, que também se encontra aqui, que encaminhasse os dois membros da licitação.

O INAMPS oficiou que, como a orçamentação e como a planta do hospital não eram feitas pelo Ministério da Saúde nem pelo INAMPS, mas pelos servidores da Secretaria de Saúde, pelos arquitetos da Secretaria de Saúde, que ele renunciava ao encaminhamento de dois membros da Comissão de Licitação. Então, foi determinado que a Comissão Permanente de Licitação da Fundação Hospitalar promovesse o ato licitatório;

Terceiro: condicionar a adjudicação do objeto licitado à prévia apreciação do certame pelo INAMPS. Foi encaminhado ofício ao INAMPS solicitando aprovação dos valores. E foi aprovado;

Quarto: estabelecer a orçamentação em acordo com o INAMPS. Foi solicitado ao INAMPS que, ou nos encaminhasse a orçamentação, ou nos liberasse de fazer essa própria orçamentação. O INAMPS renunciou a esse direito de fazer a orçamentação e, assim, o nosso Departamento de Engenharia fez a orçamentação da obra.

Com relação ao edital, Sr. Presidente, há dois tipos clássicos de editais, o edital aberto e o edital fechado.

O edital aberto, e eu tenho uma grande experiência nessas questões, porque eu fui Secretário de Saúde anteriormente aqui no Distrito Federal, é um edital que permite uma série de irregularidades. Em primeiro lugar, quando se conhece o preço base da concorrência não é incomum que as entidades, não só empreiteiras, mas de vários outros setores, fornecimento de equipamentos, etc., combinem entre si, um estabelece o preço próximo do preço base, e os outros todos acima daquele preço, depois eles se entendem e resolvem a questão entre eles menos. Isso não é incomum, isso tem sido repetido e, frequentemente, o menor preço é bem acima daquele preço orçamentado pela entidade que promove a licitação.

Para efeito de demonstração, suponhamos que um determinado aparelho, equipamento, custe 1 milhão de cruzeiros, e é divulgado esse valor. As firmas se apresentam da seguinte maneira: uma se apresenta com a oferta de 2 milhões de cruzeiros, a outra com 2.200 milhões, a outra com 2.500, a outra com 2.600, e nós acabamos comprando um aparelho que custava um milhão por 2 milhões de cruzeiros, porque é o preço mais barato, porque ela conhece o preço base.

Uma outra fórmula estabelecida que diminuiria a possibilidade da combinação anterior é exatamente fazer o edital com o preço fechado. O que que significa isso?

Suponhamos que se vai licitar uma obra como se licitou a do hospital do Paranoá. O preço orçamentado pelo Departamento de Engenharia estabelece o preço, digamos, 7 bilhões de cruzeiro. Esse preço não é divulgado até o momento da apresentação das propostas. No momento da apresentação das propostas se verifica que quem estiver mais próximo desse preço ganhará a concorrência. Pode se estabelecer, como se estabeleceu, um percentual de 10% a baixo, 10% acima, e quem tiver o preço mais baixo, mais próximo do valor orçamentado, então, ganhará a concorrência. Isso evita, pelo menos, a combinação prévia daquelas que vão concorrer.

Esse é um processo legal, que só teria uma falha, se as concorrentes, ou se uma das concorrentes, ou duas das concorrentes tivessem conhecimento previamente do preço. Aí seria um fato claro de corrupção.

Muito bem, o que aconteceu com essa concorrência do hospital do Paranoá? O Departamento de Engenharia da Fundação Hospitalar fez uma orçamentação e chegou a um valor de 7 bilhões e 950 milhões de cruzeiros, e 10% a mais, ou 10% a menos, seria tolerado dentro das propostas. Toda proposta acima desse valor estaria eliminada, toda proposta abaixo de 10% dessa proposta estaria também eliminada.

Então, foram eliminadas propostas de 9 bilhões, que estavam fora, acima da orçamentação e acima dos 10%, e foram eliminadas propostas abaixo da orçamentação e 10% a menos. Entendendo-se que era inexequível a obra pelo preço apresentado abaixo desses 10% a menos da orçamentação.

É muito bom que se fale aqui sobre concorrência pública neste País, porque nós conhecemos em profundidade o que acontece. Até me admiro muito quando vejo algumas pessoas reclamando do processo licitatório, como se nessa área todo mundo fosse santo e ignorasse os mecanismos de mercado.

Alega-se, por exemplo, que a firma, ou a construtora, apresentou um preço de 3 bilhões e 900 milhões e não ganhou a licitação. Mas ninguém se lembra de falar que uma firma de 9 bilhões também foi eliminada, e que tinha preço maior que o da ganhadora.

Ora, verificamos o seguinte. Primeiro, o hospital não é uma obra simples de se construir. Ela, além da edificação em si, é uma obra que tem uma série de outros projetos envolvidos. E nesse projeto apresentado pela Secretaria de Saúde, que vou passar às mãos de V.Exa., só temos o projeto arquitetônico, o projeto de fundações, projeto de instalações. Os outros projetos, todos, inclusive sinalização, todo ele terá que ser feito pela firma ganhadora.

São 22 mil metros quadrados, mas o terreno tem 51 mil metros quadrados, e toda essa área terá que se urbanizar, colocadas quartas, colocado asfalto, colocado meio-fio e etc. Não é uma obra de 22 mil metros quadrados que saiu por isso.

Além do mais, nenhuma concorrência com recursos do Ministério da Saúde saiu mais barata do que esta. Basta buscar e identificar. Nenhuma saiu em preço unitário mais barata do que essa.

Quando se faz uma denúncia dessa ordem é preciso que se faça baseado em alguma coisa. Dizer que uma firma apresentou uma proposta de 3 bilhões e 900 milhões e quem ganhou foi por 7 bilhões e 100 milhões é uma denúncia que pode atingir as raízes da pressuposição de interesses contrariados.

E veja V. Exa. porque. Tivemos nessa concorrência 34 firmas solicitando edital, entre elas, firmas de grande porte, como a Odebrecht, como a João Fortes, como a OAS, como a ENCOL, como a VIA, como a MV Tartuce, que são firmas de porte.

Dessas, concorreram nove. Apenas nove apresentaram propostas. Das nove propostas apresentadas, uma foi desclassificada porque não apresentava todos os projetos. As outras apresentaram valores que variaram de 3 bilhões e 900 milhões até 9 bilhões e 118 milhões.

Agora vamos fazer uma verificação. Cinco empresas giraram com as suas propostas próximas ao preço-base e três firmas ficaram bem abaixo.

Veja, ganhou a que apresentou 7 bilhões e 161 milhões. Houve proposta de 6 bilhões e 738 milhões, 9 bilhões e 118 milhões, 7 bilhões e 175 milhões, 6 bilhões e 563 milhões, todas muito próximas desses 7 bilhões e 100 milhões. E três outras apresentaram proposta de 3 bilhões e 900 milhões, 4 bilhões e 24 milhões, e 4 bilhões e 50 milhões.

Agora, não é incomum em concorrências, não só para a construção de obras públicas, como concorrências para aquisição de equipamentos, que firmas apresentem preços lá embaixo, não sejam capazes de fazer a obra, essa obra fique parada e depois tem que se ir à Justiça para fazer a destituição do contrato, e oferecer ou fazer uma nova concorrência, como aconteceu aqui em Brasília há algum tempo com o Hospital Regional da Asa Norte. Uma firma pequena tentou construir, quando chegou no meio da obra parou, não pôde mais, teve que se ir à Justiça, resolver a questão e, afinal de contas, entrou uma nova empresa, numa nova licitação, a João Fortes, e ganhou a concorrência.

Isso é muito comum no Brasil. Tem-se denunciado por aí tudo.

Também, não é incomum que se apresente um preço muito baixo para fazer negociação com as de preço mais alto. São incapazes de fa-

zer e ganhar sem fazer nenhum esforço de trabalho, renunciando à obra e entregando aquela de preço mais acima, e se ganha aí alguma quantia de dinheiro sem entrar absolutamente numa concorrência. Não é incomum isso.

Esperar que não haja alguns desvios de comportamento nessa área é esperar muito. Porque conhecemos a posição de muitas empresas que vêm tentando se apresentar como absolutamente íntegras e, na verdade, elas apresentam valores muito mais altos ou muito mais baixos do que aquilo que se espera.

Agora mesmo na nossa Secretaria - só para V.Exa. ter uma idéia, Sr. Presidente - temos uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito concorrências anuladas, por preços abusivos. Oito! Desde impermeabilização de teto até a construção de piso. Oito, todas elas revogadas por preços abusivos. Muito bem.

Mas quando V.Exa. convidou-me para vir aqui, e eu que estava muito tranquilo, com relação à evolução disso, mesmo porque não faço cálculo de preço de saco de cimento, tive o cuidado de ir buscar as propostas das firmas que se apresentaram. Tive o cuidado de verificar, exatamente, as de menor preço. Por isso, que não lhe passei, imediatamente, o que vou passar agora.

As duas firmas que apresentaram, praticamente, o menor preço foram duas firmas de Goiânia. Por isso, Deus me ajuda em certas coisas, aliás, em tudo. Mas, em certas coisas, me chama a atenção para algumas curiosidades. Então, foi a Firma Pires que apresentou o menor preço, de 3 bilhões e 900 milhões, e a Firma Sólida, que também apresentou o preço de 4 bilhões e 50 milhões. São duas das três mais baratas. A outra é de Brasília. Muito bem. Tive o cuidado de verificar realmente. Será que essas firmas terão condições de fazer a obra?

Vamos ver, Sr. Presidente, para que a gente conheça como é que funciona a mente de alguns empreiteiros. Está aqui e quero passar a V.Exa. o da Construtora Pires. V.Exa. verifica que há um rótulo aqui e os preços aqui. E aqui está o da Construtora Sólida, também todas elas feitas por computador, com os valores aqui.

Pediria a V.Exa. que pegasse qualquer item dessa proposta. São 19 itens com centenas de sub-itens e cada sub-item está integrado de 6 ou 7 sub-itens. V.Exa. pegue qualquer um. Por exemplo:

Valor do pagamento dos encarregados - aí V.Exa. vê no Item 2.03 "Encarregados". V.Exa. está vendo aí? Vou repetir, aqui o número para V.Exa. ver: Cinquenta e sete mil cruzeiros novecentos e sessenta. Confere aí? É o mesmo número? Confere. Então, vou pegar um outro item para V.Exa. ver, lá na frente. Vou pegar o item 09 - por favor, 9.06: Emboco externo. Conseguiu? Número de metros quadrados, oito mil novecentos e trinta e sete. É o mesmo número aí?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Confere.

O SR. JOFRAN FREJAT - O preço unitário 895 é o mesmo número? Valor 7.998,615, é o mesmo valor? Então, qualquer item - e gostaria que V.Exa. visse, no final, o valor final da obra: 3 bilhões - sem ser um BDI - 3 bilhões 266 cruzeiros 756 mil 035. Confere? É o mesmo valor?

Nem jogando na Sena durante mil anos para tentar em todos esses itens aqui acertar cada número de tijolos, cada azulejo, é absolutamente impossível. Só mudar o BDI: um botou 20% o outro botou 24%. Apenas isso.

Agora, perguntaria à Comissão. A troca de que duas firmas que apresentam preços menores, apresentam uma planilha orçamentária absolutamente igual, em todos os itens, absolutamente igual? Se isso não insinua para mim que, ou a firma não estava realmente interessada em construir e mandou que alguém fizesse um orçamento e os entregou - porque até o tipo de computador é o mesmo, ou que alguém interessado e contrariado tenha sugerido que essas duas firmas se apresentassem com uma proposta previamente organizada.

Ora, Srs. Senadores, é lamentável que o homem público esteja exposto a esse tipo de vexame, de vergonha, porque se denunciou a todo o País que havia sinais claros de corrupção. Eu até me admiro, empreiteiro falar em corrupção, é alguma coisa realmente esdrúxula. Concorrência no Brasil é alguma coisa extremamente séria e eu não encontrei nenhum elemento que me levasse a suspeitar que teria havido corrupção nesse tipo de concorrência. Ah, poderiam me dizer: "Bom, mas o preço orçamentado é muito alto", bom, essa não é uma questão que eu vá decidir, essa é uma questão de grupos de engenharia que, em quantidades idôneas, etc., vão fazer. Porque não teria nem a capacidade de decidir sobre isso. Tenho que me valer daquilo que me é informado. Agora, veja V.Exa. Durante todo o processo licitatório, desde a publicação do edital, não tivemos um só recurso interposto. Por que razão, depois do processo desenvolvido, depois de homologada a obra, depois de quase definida a contratação disso, surge essa história especificamente em Brasília? Ora, o Deputado Luís Roberto Ponte, com todo o respeito que me merece, é um companheiro de Legislatura passada, e me conhece há muitos anos, poderia perfeitamente pegar o telefone e dizer. "Frejat, tem alguma coisa errada por aí nessa concorrência". Nunca recebi um telefonema. Por que esperou até o final disso tudo para fazer uma denúncia à Nação? Será que as suas desavenças com o Governo Federal chegou a ponto de, sequer, respeitar um colega que está na linha de combate, enfrentando toda essa dificuldade de fazer concorrências e de enfrentar os empreiteiros e enfrentar os fornecedores no Brasil inteiro? Por que não me alertar? Por que depois? Pois bem, mesmo assim, após toda essa celeuma mandei sobrestrar o contrato. Conversei com o Governador do Distrito Federal e conversei com o Ministro da Saúde e disse: "Está havendo isso, isso e isso". Estou aqui nesta cidade quase trinta anos. Tenho uma reputação que tenho que preservar. Construí vários hospitais, dois grandes hospitais em Brasília, na Ceilândia, o Hospital Regional da Asa Norte, o Hemocentro de Brasília que, hoje, fabrica albumina, que nós não fabricávamos com planta nacional, economizamos, com isso, um milhão e duzentos mil dólares. Construí todos os Centros de Saúde que os Srs. Senadores conhecem por aí e nunca se levantou uma questão de corrupção ou de malversação do dinheiro público na minha gestão. De forma que esse comportamento é que me preocupa, até porque trago para V.Exa. duas propostas absolutamente idênticas, que me levam à suspeição de que havia alguma coisa organizada especificamente contra essa concorrência, porque ninguém conseguiria acertar até o número de telhas que se vai colocar num hospital daquele porte. Era absolutamente impossível. E o preço? E o valor, e o pagamento do mestre-de-obras? Todos iguais, qualquer item, podem pegar qualquer um. A movimentação de areia, a limpeza do terreno, o plantio de árvores, o meio-fio, tudo.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que uma obra de hospital não é uma obra de edificação apenas de paredes. As

instalações exigem instalação de oxigênio, oxidonitroso, vácuo, ar condensado, ar comprimido, todas as instalações especiais para Raio X, vidros com chumbo bruspínfuro para evitar a parte radiológica, cozinhas especiais, água fria, água quente, ar condicionado central. Não é uma obra de fazer casinha popular no interior do Brasil, apenas com sistema de esgoto, ou estação de tratamento de esgoto.

Então, quando se pergunta "bom, mas saiu a quanto o preço unitário"? Saiu a 1190 dólares o preço unitário.

Em primeiro lugar, nenhuma outra concorrência conseguiu colocar um preço mais baixo; em segundo é nisso está incluída toda uma instalação especial, não botar um tijolo em cima de um tijolo.

De forma, Sr. Presidente, que além de todos esses elementos, a única questão que fica a ser discutida, no meu entendimento não é a do edital; é se a orçamentação, o preço que foi definido pelo serviço de engenharia está ou não no preço de mercado. E aí, Sr. Presidente, quero fazer uma proposta a V.Exa. Gostaria de que a Presidência da Comissão e essa Comissão indicassem, se assim entendem, qualquer entidade brasileira idônea, qualquer grupo de empresários idôneos. Costumo dizer que nem todos os empreiteiros são desonestos, nem todos, isto não quer dizer que não existe um percentual, porque, aliás, tenho poucas vezes visto empreiteiro pobre nessa País, muito pouco. Empreiteiro pobre é raridade. Vê-se médico pobre, advogado pobre, engenheiro pobre, Parlamentar pobre; agora, empreiteiro pobre é raridade, é exceção. É curioso, porque enquanto nós todos trabalhamos com grande dificuldade e conseguimos amalhar um pouquinho para mantermos nossa vida dentro de um nível razoável, vemos essas pessoas em cinco, dez anos, enriquecerem; e esse é enriquecimento tão rápido, que ele pode até não ser desonesto, mas pelo menos levanta mais suspeição do que uma concorrência séria como essa que foi feita, dentro do edital e dos padrões estabelecidos.

Então V.Exa. tem o direito, dado pela Secretária de Saúde, de apresentar qualquer entidade idônea, qualquer empresa idônea, para reavaliar esse preço base; se esse preço for abaixo do que foi orçamentado, revogaremos e anularemos essa licitação; se for acima ou igual, gostaria V.Exa. cobrasse o juramento do Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. RUY BACELAR(Presidente)- Ouvimos o depoimento do ilustre Deputado Jofran Frejat. Cabe a essa Presidência dar início à fase dos questionamentos. Está inscrito está em primeiro lugar o Senador Divaldo Suruagy; entretanto, gostaria de saber do Senador Elcio Alvares, na condição de Relator, se S.Exa. pretende, de imediato, usar a palavra ou a posteriori.

O SR. ELCIO ALVARES(Relator)- Evidentemente pela ordem que também tem sido cumprida na CPI, eu deveria falar em 1º lugar, mas como vamos permanecer, penso que deveria ser cumprida a lista, e eu falaria em último lugar, porque, das perguntas que formulei, três perguntas estão aqui e talvez algum colega tenha a oportunidade de falar. Eu me permitiria, então, uma apreciação final para fazer uma pergunta, se fosse necessário.

O SR. RUY BACELAR (Presidente)- Com a palavra o nobre Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Deputado Jofran Frejat, eu não pretendo me limitar ao caso específico da construção desse hospital aqui de Brasília.

O que está causando estranhamento no País todo é uma oferta inusitada de construção de hospitais, oferta que até surpreende os municípios ou as instituições que vão ser beneficiadas com a construção daquela unidade hospitalar.

Eles sequer tomam a iniciativa de procurar órgãos do Governo Federal, do Ministério da Saúde. Essas instituições ou esses prefeitos são procurados por representantes que indagam se querem um hospital com tantos leitos, porque dizem ter condições de construir um hospital, desde que, e o "desde que" é que complica as coisas. Causa estranhamento essa situação; por exemplo, lá em Alagoas, existem 8 hospitais não concluídos. Está faltando uma aparelhagem até insignificante, em termos de recursos, para a importância do hospital. Na entrada de Maceió, na Capital do Estado, há um hospital cuja construção se vem arrastando há mais de 20 anos. É um hospital da universidade. Em Arapiraca, que é o maior município do interior do Estado, um hospital está fechado há mais de 1 ano. Em Maceió, está sendo construído um desses hospitais, todo moderno. Os 8 que estão abandonados há 15, 20 anos estão lá esquecidos, mas ofereceu-se a construção de um novo hospital, ou uma nova unidade hospitalar.

Há duas noites, jantava eu num dos restaurantes daqui da cidade, com os Deputados Estaduais de Alagoas, e fui procurado pelo dono do restaurante que veio cumprimentar-me, gentilmente; disse que na região dele, no Triângulo Mineiro, está sendo construído um desses hospitais e que o empreiteiro está assustado, porque está tendo que pagar 30, 40%, porque 10% estão sendo considerados gorjetas de garçom. Isso está encarecendo assustadoramente a obra. Isso tudo eles conversam à boca miúda, em todo canto. Evidentemente, quando disser o nome de um deles - mas não disse isso, é difícil provar.

Então, não foi o Deputado que disse, mas o dono do restaurante que comentou. A oferta está violenta, todos nós sabemos - em todo o Brasil.

Deve haver uma coincidência. Quais são as empresas que estão ganhando essas concorrências? Até quero crer que as denúncias tenham partido de interesses contrariados. Poucas estão ganhando. Por coincidência, quem ganhou aqui em Brasília?

O SR. JOFRAN FREJAT - Uma construtora do Acre, chamada Mendes Carlos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então, as informações que estão chegando são dessa natureza.

O Senador Nabor Júnior poderá dar depoimento sobre a empresa.

Mas fazendo essas considerações, quero deixar bem claro que não tem nada que ver com o aspecto daqui de Brasília mesmo porque todos bem sabemos dos grandes serviços prestados por V.Exa. no campo hospitalar desta cidade, onde a gratidão da coletivi-

dade, o credenciou e o levou à Câmara Federal, como representante do Distrito Federal.

Agora, vamos fazer essas considerações, que estão surpreendendo a todos nós. Ninguém está entendendo isso. No Brasil todo há hospitais cuja construção se vem arrastando há 10, 15 anos; há dois casos em Maceió; há mais de 20 anos, são esquecidos, são abandonados. Ai, vem um pacote todo arrumadinho. Isso causa essa perplexidade.

Feitas essas considerações, gostaria de fazer três perguntas concretas a V.Exa.: Quem conseguiu esses recursos para construção do hospital? Quais os critérios adotados pelo Ministério da Saúde para a distribuição dos recursos?

Não sei se V.Exa. quer responder a cada pergunta ou se aguardaria que formulasse as três?

O SR. JOFRAN FREJAT - V.Exa. poderá fazê-las. Estou tomando nota.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quem conseguiu esses recursos para a construção do hospital? Quais os critérios adotados pelo Ministério da Saúde para a distribuição dos aludidos recursos?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Barcelar) - Senador Divaldo Suruagy, para ordenamento, seria melhor que o Deputado respondesse.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Pois não. Fica a critério do Deputado Jofran Frejat.

O SR. JOFRAN FREJAT - Vamos às respostas. Quando assumi a Secretaria de Saúde, em janeiro deste ano, já havia sido feito um convênio entre a Secretaria de Saúde, o Governo do Distrito Federal e o Ministério. Mas esse convênio estava com alguns defeitos e foi refeito na minha gestão, porque já existia o trato inicial.

Os critérios foram estabelecidos dentro desse convênio: há os critérios das responsabilidades do executor e, naturalmente, daquele que concede os recursos.

Os critérios estão aqui neste convênio, eu podia mencionar alguns. Ao executor, para nós:

- reservar e liberar a área integrante do seu patrimônio a que correspondam as condições satisfatórias de acesso e do atendimento pelo serviço de fornecimento de água, energia elétrica, saneamento e outros, para fim de implantação da obra objeto desse convênio;

- manter os recursos repassados em conta vinculada para tal fim específico aberta em agência do Banco do Brasil;

- utilizar os recursos financeiros transferidos e o resultado de aplicações que venham a ser realizadas, de acordo com a Portaria MPAS 4277, de 28/7/88, e INSTN nº 12, de 27/10/88, estrita exclusivamente na execução das obras objeto desse convênio;

- realizar o procedimento licitatório com a observância ao prescrito pelo Decreto Lei nº 2.300, com as alterações com que se encontra a vigir, bem como adotado convocatório, instrumento de contrato cujos modelos serão oportunamente oferecidos com todas as peças delas integrantes, além do orçamento aprovado pelo INAMPS - aquelas solicitações que nós fizemos;

- constituir a Comissão de Licitação com a participação de 3 membros, dois dos quais indicados mediante portaria pelo INAMPS;

05634

- condicionar adjudicação do objeto da licitação à pré-
via apreciação do certame pelo INAMPS;

- remeter ao INAMPS mensalmente, sem prejuízo do acompanhamento da fiscalização por esse procedidos, relatórios pertinentes ao andamento das obras de conformidade com os formulários fornecidos e respeitada a orientação para tal fim expedido;

- prestar contas quanto à aplicação dos recursos financeiros repassados consistentemente com os formulários e instruções expedidos Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas da União e pelo INAMPS, inclusive as constantes na Portaria nº 4468, de 31 de maio de 1989;

- promover a implantação da infra-estrutura imprescindível a regular o funcionamento da unidade adequada o atendimento à comunidade, satisfeitas às exigências de parecer técnico previamente aprovado pelo INAMPS;

- hipótese e transferência; parcela condicionais a cada repasse à apresentação de prestação de contas pertinente à aplicação dos valores anteriormente transferidos."

Essas, em suma, são as cláusulas dos critérios.

O SR. DIVALDO SURUAGY - A segunda pergunta é que esse edital fornecido pelo INAMPS... estou mais preocupado em nível nacional, mas farei depois uma sugestão bem clara à Comissão, em função da resposta de V.Exa. Quando foi condicionado para a privatização do convênio?

O SR. JOFRAN FREJAT - Está aqui no item b) realizar o procedimento licitatório com observância ao prescrito pelo Decreto Lei nº 2.300, com as alterações com que se encontra a vigor, bem como adotar ato convocatório e instrumento de contratos, cujos modelos serão oportunamente fornecidos - foram eles fornecidos - com todas as peças desses integrantes além do orçamento aprovado pelo INAMPS.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Existiu definição de prioridades para escolha dos hospitais?

O SR. JOFRAN FREJAT - Como já havia um convênio anterior, foi feito esse convênio com o hospital para a área do Paranoá, que é uma área nova de assentamento; para a construção do Hospital de Samambaia, um outro convênio também, no mesmo molde desse; Samambaia é um outro assentamento feito na gestão anterior do Governador Roriz, quando foi Governador nomeado.

O SR. DIVALDO SURUAGY - A terceira e última pergunta seria: Esse projeto-base foi elaborado por quem? Houve licitação para a elaboração desse projeto? E como foi encontrado esse preço sigiloso?

O SR. JOFRAN FREJAT - O projeto foi desenvolvido pelos arquitetos e engenheiros da Secretaria de Saúde da Fundação Hospitalar. Não utilizamos o projeto do Ministério da Saúde; em primeiro lugar, porque é projeto para uma área plana; a área do Paranoá é irregular, com vários desníveis em segundo lugar, porque pretendíamos prestigiar nosso pessoal e economizar, permitindo que o nosso pessoal fizesse a planta - o que era uma reivindicação antiga, pois eles alegavam que os arquitetos da Fundação nunca eram chamados para fazer as plantas hospitalares, sempre vinham de fora ou havia concorrência para isso. Estimulamos, então, o nosso pessoal, o que fez uma planta realmente muito boa. Essa planta não inclui as instalações, o cálculo,

e várias outras plantas, que foram objeto de licitação, e serão feitas pela firma ganhadora.

V.Exa. perguntou sobre o preço.

A orçamentação foi feita pelo pessoal de engenharia da Secretaria de Saúde. Solicitamos ao INAMPS, e essa instituição comunicou que, como o projeto não era original deles, transferia a responsabilidade para a Secretaria de Saúde.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Agradecendo a V.Exa., eu gostaria de deixar uma sugestão com a Presidência e, através da Presidência, com a Comissão: um expediente para o Ministério da Saúde, ao INAMPS, perguntando: quantos desses hospitais estão sendo contruídos no Brasil no momento? Mas divido com o Senador Alfredo Campos. Divido com V.Exa. E quais foram as empresas vencedoras, para cruzarmos no computador? Tenho impressão que vamos encontrar a mesma empresa ganhando várias concorrências. É apenas impressão, vamos aguardar a resposta. Perguntaria também: De onde estão vindo esses recursos para a construção de tantas unidades de saúde pelo Brasil afora?

Eu gostaria de deixar como sugestões essas perguntas para o Ministério da Saúde e para o INAMPS.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência acata a sugestão de V.Exa. e acredita que todos os Srs. membros desta Comissão devem estar de acordo. (Pausa)

Aprovada a sugestão.

Dando prosseguimento, a Presidência concede a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Dr. Frejat, não seria necessário falar que V.Exa. não está aqui como suspeito de nada. Não há nenhuma preocupação quanto a isto. Desejamos apenas informações a respeito do andamento de um dos projetos de construção de novos hospitais, que são, como disse o Senador Divaldo Suruagy, inúmeros os projetos em execução no País inteiro.

Mas, V.Exa. disse Deputado Jofran Frejat, que temos dois tipos de edital: fechado e aberto. No caso de edital fechado, existe um preço básico e as propostas têm que ser feitas dentro de um limite para cima e um limite para baixo. Se uma das firmas conhecer o preço, leva vantagem, porque pode fazer uma proposta dentro desses limites desconhecidos. No caso específico, três firmas estipularam preços abaixo do limite de 5%; acredito que tenha sido esta a razão. Houve alguma pré-classificação de firmas para saber se elas estavam capacitadas a executar a obra proposta no edital?

O SR. JOFRAN FREJAT? - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, essas três firmas que deram preços inferiores estariam pré-classificadas como firmas em condições técnica e financeira de executar a obra?

O SR. JOFRAN FREJAT? - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Se elas estavam em condições de executar a obra e, portanto, capacitadas técnica e financeiramente para isto, e se o preço foi inferior aos 5%, a desclassificação foi exclusivamente porque o edital determinava que o preço tinha que ser dentro daquele limite?

O SR. JOFRAN FREJAT - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Senador Jutahy Magalhães, solicitaria a V.Exa. usasse o microfone da Presidência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Secretário Jofran Frejat, tenho uma certa preocupação: Se a firma estava capacitada financeira e tecnicamente para executar a obra, e se ela vier a ser desclassificada exclusivamente pelo fato de dar um preço mais baixo e na diferença de quase três bilhões e novecentos, o que ocorrerá? V.Exa. mostrou que duas firmas teriam apresentado preços iguais. É verdade que firmas, quando entram em concorrência, muitas vezes fazem um entendimento prévio para a apresentação de preços e, no final, o preço estabelecido por uma é um pouco mais alto que o da outra em razão de qualquer item que eles diferenciam; no caso, foi 20%, uma; 24%, outra. Então, isso é normal. Normal não digo, mas é comum, é corriqueiro acontecer isso. Isso seria razão para anular a proposta do concorrente que ofereceu preço mais baixo, ou foi exclusivamente por estar abaixo dos 5% determinado pelo edital?

O SR. JOFRAN FREJAT - Senador, em primeiro lugar, eu não sabia que os preços eram absolutamente idênticos. Essa foi uma verificação feita ontem, quando eu estava juntando esses papéis.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, não foi essa a razão?

O SR. JOFRAN FREJAT - Essa não foi a razão da desclassificação. A desclassificação é muito clara. O edital tem que ser cumprido na sua inteireza, não se pode mudar edital. É a regra do jogo. Quem apresentou proposta fora daqueles parâmetros foi eliminado. Foi eliminada a de 3.900, como também foi eliminada a de 9.100.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Aí não há dúvida de que a de 9.100 estaria eliminada, logo de saída. A minha preocupação é ver como funcionam esses editais, porque, se a firma é idônea, repito, se é capacitada financeiramente, se nada levou a que ela fosse desclassificada por ser uma firma dessas que apresentam propostas para não executar a obra, se os preços foram comparados somente a posteriori, depois de uma decisão já efetivada, isso leva a crer que o Estado, de uma maneira ou de outra, acabou sendo prejudicado, porque a diferença de preço é de 3 bilhões e tanto...

O SR. JOFRAN FREJAT - V.Exa. está me perguntando?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É uma afirmação, mas também pode ser uma pergunta. V.Exa. acha que o Estado teve as suas finanças garantidas e não houve prejuízo algum para o Estado, de acordo com a proposta vencedora, tendo sido anulada a proposta daqueles que fizeram preço menor?

O SR. JOFRAN FREJAT - Aí seria um exercício de especulação. Mas tenho convicção de que se o preço fosse aberto, seguramente não haveria nenhum preço abaixo daquilo que foi estabelecido. Todos eles estariam acima.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Aí V.Exa. vai-me permitir. V.Exa. diz que eu estava fazendo especulação, mas aí também é uma especulação.

O SR. JOFRAN FREJAT - Mas a minha experiência com esse tipo de concorrência tem-me levado a acreditar nisso. Trago quantas V.Exa. quiser. Vou mostrar aqui o resultado de uma para que V.Exa. tenha uma idéia.

Uma das concorrências que foram anuladas tinha como preço de 7 milhões, mas aberto. Então, temos aqui: uma apresentou 667, a outra 11.736, a outra 14.196, a outra 15.116, a outra 79, a outra 19.799 e a outra 32.200.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Caso de anulação imediata.

O SR. JOFRAN FREJAT - Foi imediata a anulação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. citou que foram oito concorrências anuladas por estarem acima do preço aberto.

Vou dizer uma heresia, não sou daqueles que julgam que a melhor forma de defender o Estado seja através de concorrência pública. Não! Penso apenas que é uma questão de ética facilitar o trabalho de informação perante a sociedade. Agora, pessoalmente, não creio que seja a melhor forma. Pela experiência que tive aqui no Senado, quando não éramos obrigados a uma determinada concorrência no ano seguinte passamos a ser obrigados, para aquele setor fizemos muito mais, ganhamos preço muito mais baixo do que na concorrência. Mas é uma heresia da minha parte dizer isso; não é isso que está em julgamento.

O problema é que essa firma M. Carlos é de fora de Brasília, é do Acre. Ela já exerce atividade aqui em Brasília?

O SR. JOFRAN FREJAT - As informações que eu colhi é de que ela já estaria em Brasília há 4,5, ou 6 anos. Exatamente não sei há quanto tempo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Essa firma Pires, bem como a sólida, já tem obras executadas em Brasília, ou aqui por perto da região de Brasília? Elas são de Goiânia e teriam construído alguma coisa por aqui?

O SR. JOFRAN FREJAT - Não tenho conhecimento. O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Essa COSAL, que V.Exa. mesmo declarou que é de Brasília, há alguma coisa contra essa empresa, que demonstre não ter ela condições de realizar essa obra?

O SR. JOFRAN FREJAT - Que seja do meu conhecimento, não!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. fala que não há empreiteiro pobre. Creio que existem. Há muitos pequenos empreiteiros, mas acredito que a apresentação dos fatos pelo Deputado Luis Roberto Ponte, que sempre faz questão de dizer que não está acusando, sempre faz questão de dizer que deseja que se busque algum fato que demonstre, como eu acredito, que tenhamos que verificar no final essa questão dos editais, porque, no meu entendimento - e aí é um entendimento exclusivamente de ordem pessoal - nessa concorrência, Brasília teve um grande prejuízo.

V.Exa. atendeu a um edital. V.Exa. não teria responsabilidade nenhuma quanto a isso. Na prática, acho que o Estado teve um grande prejuízo, porque, se a firma não era incapaz, se a firma não era inidônea, se tinha condições financeiras para executar a obra, essa firma poderia ganhar a concorrência com 4 bilhões de cruzeiros.

V.Exa. falou também que um edital custa em Brasília 30 mil cruzeiros. Aqui há uma informação que esses editais estão custando em prefeituras 650 mil cruzeiros.

V.Exa. tem algum conhecimento desse fato? Há alguma razão que leve a essa diferença de preços?

O SR. JOFRAN FREJAT - Não tenho a menor idéia. O nosso trabalho é um trabalho que é definido, inclusive, pelo Conselho. Isso é uma decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar, que estabelece os valores. Esses valores, inclusive, foram corrigidos. Eram bem abaixo de 30 mil cruzeiros. Mas uma firma que não pode tirar um edital por 30 mil cruzeiros não pode concorrer a coisa alguma.

Agora, eu queria aduzir ao que V.Exa. falou, complementando o seu comentário, que também concordo que a concorrência é uma maneira de tirar do administrador a responsabilidade. Na verdade, a impressão que se tem é que a legislação entende que o administrador público é desonesto até que se prove em contrário.

Então, a lei cerca o administrador com tal rigor, com editais, com decretos etc, que ele não tem como fugir das amarras que a legislação colocou. Seria muito mais simples que se estabelecesse o entendimento de que o administrador pode fazer diretamente a compra e, se ele for desonesto, que seja, então, punido pela desonestidade.

Agora, coloca o administrador numa camisa-de-força e depois ele tem que ficar preso àquelas determinações do edital que, enfim, cercam a sua atividade.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - V.Exa. tem conhecimento de uma nota que saiu hoje na Folha de S. Paulo: "Ministro suspende a liberação de verbas para hospital em Brasília".

O SR. JOFRAN FREJAT - De hoje ou de ontem?

O SR. JUTANY MAGALHÃES - De ontem, dia 19.

O SR. JOFRAN FREJAT - Tenho conhecimento.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - E houve isso de fato?

O SR. JOFRAN FREJAT - Não. O entendimento do Ministro com o Governador e comigo, quando surgiram essas notícias, foi que iríamos sobrestar a obra até que ficasse amplamente esclarecido a opinião pública se houve alguma irregularidade. Isto é o que estamos procurando fazer, até oferecendo à Presidência os mesmos instrumentos para que ela faça a apuração, nomeando uma comissão, se assim o desejar. Mas, não houve suspensão de transferência de recursos, até porque ainda não começou o processo da obra em si.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - Sr. Presidente, da minha parte por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando continuidade, a Presidência concede a palavra ao ilustre Senador Jonas Pinheiro

O SR. JONAS PINHEIRO - O Senador Gerson Camata tem compromisso agora na Comissão de Orçamento e pede para inverter a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra, então, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Agradeço ao companheiro Jonas Pinheiro.

Eu vou colocar o seguinte, quanto à informação que o Senador Divaldo Suruagy pediu fosse solicitada ao Ministério da Saúde: quantos hospitais estão sendo construídos no Brasil mediante convênio com o Ministério, e quais as empresas que estão construindo esses hospitais?

Solicitar à Associação Brasileira de Engenharia, ou ao órgão representante da classe - não sei qual é -, por sugestão até do próprio Dr. Jofran Frejat, e uma empresa de consultoria de fora de Brasília, para poder bater os preços, para analisar essa planilha de custos que os engenheiros e arquitetos da Secretaria da Saúde fizeram. Aqui em Brasília um metro de construção normal está custando 300 mil cruzeiros. Este hospital de 22 mil metros, fora a área externa, sairia por 6 bilhões e 600. Não sei se é a construção hospitalar mais cara, mas essas duas empresas vão analisar.

E convocar os donos das duas firmas que apresentaram preços iguais. É uma coincidência muito grande. Pelo menos, eles vindo aqui,

vão me ajudar até a fazer um cartão da loteria da sena, porque eles são cobras.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Eu só queria fazer uma colocação também em cima da explicação do Senador Gerson Camata e, aproveitando até a oportunidade, ao Secretário Jofran Frejat. Está sendo feita auditoria já em cima dessa concorrência por empresa privada?

O SR. JOFRAN FREJAT - Ainda não.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Mas já é pensamento do Governo do Distrito Federal fazer?

O SR. JOFRAN FREJAT - O Governador, em entendimento, como disse a V.Exa., com o Ministro e conosco, pediu que fosse sobrestado esse processo licitatório e se nomeasse, ou se designasse alguma entidade idônea que fizesse essa avaliação.

Como eu vim aqui hoje, fiz questão de fazer a oferta à Presidência desta Comissão para que estabeleça quem deve fazer. Parece-me que aí estaria muito mais transparente.

O SR. - Acho que esse ponto, talvez, seja o ponto mais capital, uma auditoria fora de qualquer órgão público especializado para dar os números reais, inclusive, em termos até da avaliação do preço que foi feito por uma equipe da própria Secretaria da Saúde.

Sr. Presidente, gostaria depois já que essa sugestão que está sendo passada agora, que a Comissão examinasse a hipótese, porque já disse, não sou engenheiro, temos engenheiros brilhantes aqui, para termos a oportunidade de um órgão da mais alta credibilidade nos desse o painel real sobre o aspecto do que realmente está em torno dessas números, já que alguns números estão sendo contestados em razão de apresentação de propostas e até a própria realidade da obra está sendo colocada sob suspeição, no momento em que se veicula que a concorrência vencedora é de 7 bilhões e pouco e que alguém ofereceu 3 bilhões e pouco. Evidentemente, a única maneira de elucidarmos totalmente a questão, será através de uma auditoria da mais alta credibilidade.

Então, Sr. Presidente, depois, a nível da própria Comissão, deveríamos examinar a proposta porque essa ela é importante no momento em que o Sr. Secretário faz essa colocação de maneira tão aberta...

O SR. MEIRA FILHO - Eu gostaria de parabenizar, primeiro a Comissão que está buscando os elementos esclarecedores de tudo, e, segundo, quero elogiar, perante esta Comissão, a questão colocada pelo Secretário de que a própria Comissão designe uma auditoria. Isso é querer, realmente, esclarecer as coisas e colocá-las nos seus devidos lugares.

Parabéns ao Secretário da Saúde.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Este é um gesto muito importante que, evidentemente, esse depoimento, com a toada que se está fazendo em torno dessa concorrência, terá, para resguardar, inclusive, a credibilidade daqueles que porventura estejam sendo atingidos e também para dar a esta Comissão a visão real.

Sr. Presidente, acho que deveríamos, depois, a nível interno da Comissão, decidir sobre o oferecimento do Sr. Secretário, que consideramos da mais alta importância para efeito de examinar o problema do Hospital do Paraná.

O SR. MEIRA FILHO - Sr. Presidente, fiquei muito feliz, como Senador pelo D.F., quando o Senador Jutahy Magalhães disse para que todos nós ouvíssemos, que o Secretário Jofran Frejat não está aqui sob suspeita. Isto me agradou muito porque o que mais ratifica a idoneidade de Jofran Frejat, é S.Exa. ter sido Secretário de Saúde pela segunda vez e ter sido eleito Deputado Federal duas vezes pela população do Distrito Federal. Isso recomenda o nosso Jofran Frejat. ...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Inclusive, eminente Senador Meira Filho, vou até inscrever V.Exa. para posteriormente, também, usar da palavra, se for necessário. A depender da vontade de V.Exa. e da necessidade.

O SR. MEIRA FILHO - Eu estou aqui para obedecer, também. Faço parte desta Comissão com muita honra, estou aqui para colaborar na medida do possível para prestar o esclarecimento que a imprensa está solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando prosseguimento, esta Presidência concede a palavra ao eminente Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, a rigor até não teria mais perguntas a fazer porque as que tinha aqui anotado já foram satisfeitas, já foram atendidas, partindo do depoimento do Deputado Jofran Frejat. Recordo-me até, aliás, tenho a convicção, de que não o avistei em nenhum momento antes desta ocasião.

Motivei-me a vir a esta reunião da CPI pela notícia que li na Folha de S. Paulo, onde estaria sendo feita uma denúncia, e observei que provavelmente aquela denúncia se fundamentava na questão da desclassificação da empresa que teria oferecido a menor proposta. Recordei-me, então, que tendo passado por funções executivas, me vi diante de ocasiões como essa onde fiz licitar obras e contratei o serviço pelo menor preço, e depois me arrependi. Isso aconteceu quando eu era Prefeito de Macapá e, também, quando Delegado Executivo do Sesc.

Esse fato despertou a minha curiosidade. Por isso, eu quis vir, mesmo na condição de suplente, para ouvir, aqui, as razões e os motivos que levaram à desclassificação, e também para dar o meu depoimento - de que nem sempre o menor preço é a melhor solução. Isso ratifica o adágio popular de que "o mais barato muitas vezes sai mais caro". Acho que há um consenso nacional de que existe muita corrupção no âmbito da construção de obras públicas, principalmente, tenho minhas desconfianças, sérias desconfianças, sei que existe corrupção e ia me restringir a esse fato isolado, a essa concorrência. Mas ouvi, atentamente, as colocações do nobre Senador Divaldo Suruagy, em que S.Exa. deu informações que fugiam ao meu conhecimento, de que está havendo oferta de hospitais. Empreiteiros os oferecem a prefeitos, a governadores. Eu não sabia disso e chamo a atenção da Comissão para que direcione a ação para este objetivo qual a razão dessas ofertas? Creio, então, que a Comissão deve se preocupar em investigar a fundo, em buscar as razões por que estão sendo feitas essas ofertas.

Pergunto, agora, ao Sr. Secretário, se essa obra aqui em Brasília, é absolutamente necessária ou se ela é dispensável, como no caso citado, de Alagoas, pelo Sr. Senador Divaldo Suruagy?

O SR. JOFRAN FREJAT - Ela é necessária, e isto já está na nossa programação, anteriormente mesmo à nossa função como Secretário. Quando o Governador Joaquim Roriz era candidato, S.Exa. pediu-me que alinhavasse algumas das prioridades na área da saúde e nós alinhavamos, também, a construção dos hospitais do Paranoá e da Samambaia, que são assentamentos. V.Exa. não é de Brasília, mas tem um conhecimento nacional da questão: o Governador Joaquim Roriz fez o assentamento de um número grande de pessoas que moravam em fundões quintalno Distrito Federal, debaixo de pontes e em várias favelas, inclusive aqui no Plano Piloto. Esse assentamento levou, Samambaia, por exemplo, a ter 200 mil pessoas e o Paranoá, a alguma coisa correspondente a 150 mil pessoas, o que praticamente corresponde a uma cidade do interior que não tem qualquer assistência médica. Então isto é, realmente, fundamental.

Não sei, Sr. Senador, o que se está ofertando aí, em termos de hospitais, pelo País. Os recursos e os convênios para se construir esses hospitais em Brasília estão sendo conseguidos a duras penas, com muita conversa, muito pedido, muita solicitação. Até agora ninguém me ofereceu nada, absolutamente nada. Eu tenho lutado, diuturnamente, para conseguir esses recursos, e com grande dificuldade.

De forma que é para mim uma surpresa que se esteja oferecendo hospitais, ou dinheiro para hospitais, da maneira como foi colocado. Realmente, a minha dificuldade é muito grande. Eu até gostaria que me fizessem uma oferta dessa ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO - Muito bem. Isso, então, vem confirmando as informações que obtive, depois de ter lido a Folha de S. Paulo. Até comentei com alguns colegas, principalmente com o Senador Valmir Campelo e, ontem à tarde, com o Senador Meira Filho, e ouvi de ambos referências altamente elogiosas a V.Exa., depoimentos impressionantes sobre os seus critérios, a sua honestidade, e sua vida pública, e parece-me, então, que essa dificuldade de V.Exa. receber essas ofertas talvez esbarre exatamente na pessoa criteriosa que V.Exa. é - pelos depoimentos dos Srs. Senador Valmir Campelo, que me merece toda a credibilidade, e, também, do Senador Meira Filho.

Eu havia anotado, aqui, perguntas a fazer a V.Sa. sobre os critérios, mas isso já foi respondido. Um preço base, e, acima, um tanto, e, abaixo, um tanto. Já usei esse critério e nunca ninguém me chamou de desonesto, nem de coisa alguma. Fui até eleito Senador pelo Amapá justamente pela credibilidade pública que o meu nome conquistou depois de ter sido Prefeito, depois de ter sido Delegado Executivo do Sesc e Secretário de Promoção Social. Lembro-me da que, como Delegado do Sesc, contratei uma obra pelo menor preço e, para que não se atrasasse muito e não tivesse o constrangimento de declarar a firma inidônea, assumi, quer dizer, fiz a obra praticamente por administração direta. Digo isso por um dever de consciência. Dou este depoimento para demonstrar que nem sempre o menor preço é a melhor solução. Desse modo, tive que fazer um acordo: ou a firma aceita fazer as compras no seu nome, com os materiais, tudo comprado por mim, ou, então, o declarava a inidônea. E a firma teve que se subordinar para que eu terminasse a obra em tempo hábil.

De modo que entendi por bem fazer esse depoimento e dizer que isso não torna a questão insuspeita, porque pode não passar somente por V. Exa., mas supomos que por funcionários, por intermediários

rios etc. Daí, porém, a ter a convicção - penso que aqui estamos para isso - há uma certa distância. Assim sendo, aqui vim, as perguntas já foram respondidas e estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Muito obrigado, Senador.

V. Exa. tem algo a declarar?

O SR. JOFRAN FREJAT - Primeiro, eu gostaria de agradecer ao nobre Senador pelas palavras e dizer que, de fato, isso já aconteceu aqui em Brasília também. Como exemplo, mencionei o Hospital da Asa Norte, contratado pelo menor, preço e a firma não conseguiu terminar as obras. Não estou levantando, na minha consciência, nenhuma suspeição sobre isso, mas as firmas que apresentam menor preço, quando chegam na metade da obra, começam a exigir aditivos para terminá-la. Então, ou o administrador aceita o aditivo, que acaba levando a obra a sair mais cara do que o preço inicial, ou de algum preço mais alto cotado, ou tem a obra paralisada. Isso não é incomum. O Senador Jutahy Magalhães disse que existe empreiteiro pobre. Até acredito que haja, porque existe exceção à regra, para confirmá-la, mas não é o comum.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Sr. Presidente, temos um outro depoimento e parece-me que, pelo adiantado da hora e também pelo fato de termos ainda vários Srs. Senadores que farão perguntas, V. Exa. poderia eximir a testemunha e depois marcarmos um horário da conveniência de cada Senador, talvez na tarde de hoje, porque a nossa segunda testemunha está presente em Brasília. Imagino que iremos até quase uma hora no depoimento do Secretário Jofran Frejat.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eu gostaria de fazer essa proposta aos membros da Comissão logo após o encerramento do depoimento do Deputado Jofran Frejat.

O SR. ELCIO ÁLVARES - É apenas para desobrigar a testemunha. Tenho a impressão de que será difícil completarmos o segundo depoimento em ato contínuo. Já deixaríamos mais ou menos certo, inclusive já consultando os Senadores, porque alguns, às vezes, querem se retirar por terem compromisso, como aconteceu com os Senadores Divaldo Suruagy e Gerson Camata, que também tem um compromisso. Estou sendo informado que o Senador Gerson Camata já retornou.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, Deputado Jofran Frejat, vejamos se consigo fazer uma síntese mais global. Penso que aquilo que nos preocupa é sua preocupação também. V. Exa. até chegou a afirmar isso: todos sabemos que essa é uma área que sempre nos preocupou, tanto que deu motivo que vários textos de leis sobre licitação pública etc. E nossa Comissão surgiu em virtude de uma denúncia, não foi uma denúncia qualquer, foi a partir de um texto que significou um alerta, de um Deputado Federal, um homem tido por todos como absolutamente responsável - e V. Exa. também o é -, endossado pela Câmara Brasileira da Construção.

O Sr. Luis Roberto Ponte, em seu depoimento, elencou alguns fatos que lhe pareceram estranhos em matéria de editais, de licitação, que propiciando o ganho da concorrência por determinação da empresa. Conversamos muito nas nossas primeiras reuniões e chegamos a um consenso. Todos sabemos que nesse processo de concorrência - e foi o objeto da denúncia da Câmara - há o problema do relacionamento danoso e ilegal entre administradores e empreiteiras, onde há dinheiro entregue, recebido e nunca comprovado. Já chegamos a um consenso de que não adianta provar. Descobrimos, ouvimos dizer. Até cheguei a comentar que em alguns países, por exemplo, no Japão, alguém foi demitido de um alto cargo porque foi provada a corrupção. Não descobrimos esse caminho. Quem dá o dinheiro é tão criminoso - pela nossa legislação - como quem o recebe. Há, então, uma parceria de interesses. Chegou-se, portanto, ao problema dos editais viciados que dariam possibilidades de favorecimento de uma determinada empresa através da concorrência.

O que seria o ideal? Que a obra pública fosse feita por um preço justo e num prazo certo. Esse seria o nosso objetivo, ou seja, fazer com que a maioria das obras públicas no País fossem construídas pelo preço justo e entregues no prazo final estabelecido. É evidente que isso se faz com uma conjugação de dois fatores, a chamada qualificação das empresas. Ainda, acredito que se houvesse uma boa pré-qualificação poder-se-ia trabalhar com preço menor. Volta e meia ouço - também já estive em setor executivo, já fui Ministro, fico preso a esses decretos já existentes - aquela afirmação - ainda a fez aqui o Senador Jonas Pinheiro - que nem sempre o menor preço é o melhor. Mas, se a qualificação fosse bem feita, isso ocorreria - não tenho dúvidas disso - desde que as empresas que participassem tivessem condições financeiras e técnicas de entregar a obra no prazo certo.

Quando o Deputado Luis Roberto Ponte - estou aqui com as notas taquigráficas - menciona o caso do Hospital da Brasília, há um momento em que S. Exa. diz: "Antes disso, porém, já foram entregues essas propostas depois da denúncia na rua - com as precauções para dar aparência de coisa mais próxima da realidade. Provavelmente já arrumaram alguém para colocar o preço lá em cima, para dar um tom de que o preço do órgão não está alto. Já arrumaram pessoas para ficarem perto, sendo que os dois já ficaram bem pertinho dos 90%, porque claro está que o concorrente ao qual foi fornecido o valor da obra para que ele ganhasse, não vai colocar seus valores exatamente nos 10%, porque, nesse caso, a confissão estaria explícita.

Essa declaração é para entender como ficamos. Evidentemente, V. Exa. não está sob suspeita. Estamos querendo descobrir onde se poderia definir o dano para o erário. Isso V. Exa. colocou muito bem, só que eu acrescentaria que podemos concluir o dano. Se as obras no plano ideal devem ser pelo preço justo e feitas por uma empresa pré-qualificada que entregue no prazo certo, só pode haver dano se o preço não for o justo ou se a firma qualificada que ganhou não tenha essas qualificações para entregar a obra no prazo certo. Portanto, parece-me, dentro desse raciocínio para o qual caminhamos, que essa idéia de se analisar o preço que ganhou a concorrência - V. Exa. sabe disso - é problema de pessoas honestas e desonestas. Esse sistema de preços invalida o acordo entre as empreiteiras, mas facilita enormemente o contato entre quem tem conhecimento do preço e uma empresa que poderá dar

aquele preço. Qualquer pessoa que tenha conhecimento do preço - até uma pessoa que datilografou o orçamento - pode dá-lo a uma empreiteira, que ficará com todas as condições para ganhar. É, portanto, um sistema falho sob esse aspecto. Mas para nós isso não importa, porque nunca vamos descobrir se houve alguém que passou esses preços. Para nós importa saber, primeiro, se a empresa tem, realmente, condições de concluir a obra no prazo certo e se o preço é justo.

De modo que eu ratificaria também, porque nós devemos aproveitar essa oportunidade que V.Exa., com o seu espírito de busca do certo, como é o nosso aqui também, e nos dá condições de ver, realmente, se podíamos aproveitar essa possibilidade, para se fazer uma exegese detalhadíssima nesse orçamento, ver se o preço mínimo que foi colocado é o preço-base, é o preço justo, e com relação à empresa que ganhou, esse sistema de qualificação - sei que V. Exa. inclusive não é engenheiro, essa parte não é sua função - o tipo de pré-qualificação; essa empresa, por exemplo, que ganhou, já construiu obras em Brasília, já construiu obras similares? As outras também já haviam feito isso ou não?

O SR. JOFRAN FREJAT - A pré-qualificação exige que a empresa já tenha construído um hospital nos moldes e em metros quadros semelhante ao que está sendo proposto. Estabelece-se isso, e ela tem que comprovar isso, tem que trazer os atestados. Esse é o processo da licitação. Todas aquelas que foram pré-qualificadas apresentaram essas condições. Elas poderiam fazer a obra, ou seja, tinham os atestados de idoneidade para concluir a obra.

Agora, não conheço o depoimento do Deputado Luís Roberto Ponte, mas pelo que V.Exa. leu aí, ele afirma que alguém deve ter tido conhecimento, que dois preços eram muito semelhantes, que se ajustou para cima e se ajustou para baixo. Não é isso que V.Exa. disse?

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sim, é o que está escrito.

O SR. JOFRAN FREJAT - Tenho a impressão que essa declaração não é do Deputado Luís Roberto Ponte. Essa declaração deve ser do empreiteiro Luís Roberto Ponte. É diferente. Ainda mais, leva a uma questão. Estou estreitando a posição do Deputado Luís Roberto Ponte, e não sei até onde ele está querendo levar isso, porque há pouco tempo, na outra legislatura, o Deputado Luís Roberto Ponte estava aqui defendendo que a União pagasse a sua dívida com os empreiteiros, com correção monetária. Estranho que o Deputado agora esteja tão preocupado em proteger o Erário. Será que é proteção do erário ou será que realmente alguém está com o interesse prejudicado?

E uma questão que eu gostaria que se colocasse no depoimento. Aí, ele não está levantando a suspeição de que poderia ter havido. Ele está dizendo que alguém revelou, e essa é uma acusação grave, e ele terá que responder por isso.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Isso aqui foi feito, e estou lendo só uma parte do depoimento, as notas taquigráficas, quando ele analisava determinados tipos de editais que possibilitariam o direcionamento para uma determinada empresa. Ele dizia que nesse tipo de edital poderia acontecer isso. Que uma determinada empresa, que já sabia que ia ganhar, acertava com outras para colocarem para cima, e para baixo.

O SR. JOFRAN FREJAT - Mas, aí, é a presunção de que alguém.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Ele criticava esse tipo de edital, onde o preço-base é um preço sigiloso.

O SR. JOFRAN FREJAT - Ele parte da presunção de que haveria desonestidade, no momento em que o preço que não é divulgado, teria sido dado para alguém. Essa é uma acusação grave. Esse é o ponto.

O SR. AFFONSO CAMARGO - V.Exa. vai ter condições de colher as notas taquigráficas e, pelo que percebi, não me recorde exatamente como ele disse, mas está escrito aqui que esse tipo de edital possibilita a que a empresa, que já estaria combinado para ganhar a concorrência, poderia fazer uma montagem de outras propostas, umas abaixo, acima. É exatamente o que está escrito aqui.

O SR. JOFRAN FREJAT - Com o preço exposto, divulgado também.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Não estou dizendo que ele afirmou que nesse caso aconteceu, poderia acontecer. Em todo caso, as notas taquigráficas estão aqui, são públicas, e V.Exa. pode pegar uma cópia.

Só para encerrar, acho que o fundamental é exatamente examinarmos esse preço, esse orçamento, e ver se realmente o orçamento está nas condições de preço justo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Apenas para, diante de uma manifestação do Deputado Jofran Frejat, quero dizer que aqui também defendi a tese de que devia ser pago correção monetária às empresas. Entre outras razões, a demora no pagamento e a escolha daqueles empreiteiros que receberão o pagamento é que muitas vezes ocasiona a corrupção.

Quando não há uma correção monetária, o Executivo fica no direito de escolher aqueles a quem deve pagar, porque não tem ônus nenhum pela demora do pagamento. Depois, também não acho justo que alguém que faça alguma obra e não receba o pagamento, porque também consta no edital o prazo para pagamento, e quando o edital não é obedecido, esse não o direito de receber a correção monetária, num País inflacionário como o nosso.

O SR. JOFRAN FREJAT - Senador, respondendo a sua colocação, parece-me que, aí, há um certo paradoxo. Se nós estamos aqui imaginando que os preços das obras são muito altos, nós estamos incluindo aí o entendimento de que, seguramente, se estaria colocando a correção ou a demora do pagamento do governo nessas obras. Esse é um raciocínio que me parece muito claro.

Por que se alega que as empresas põem preços altos? Porque é conhecido que o governo paga com muita demora, e, naturalmente, pagando com muita demora, esse dinheiro é consumido.

Então, eles colocariam preços altos.

Ora, se se quer baixar o preço da obra, então, não haveria justificativa para pagar com correção monetária. Ou um ou outro.

Ou seria um preço justo, sem correção. Ou seria um preço alto, com correção.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Veja V. Exa., me desculpe, acho que estamos sendo um pouco do rumo mas V.Exa. disse que as empresas já colocam o preço elevado porque não se paga correção monetária, já em-

butem no preço aquela correção, que fica a critério da empresa que vai fazer o preço.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Mas aquelas que já sabem que vão receber em dia colocam um preço mais baixo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Francamente não vejo como se acusar, se uma defesa do Erário sem pagar aquilo que se deve pagar com correção de preço, em vista da inflação que estamos vivendo.

O SR. JOFRAN FREJAT - V.Exa. me perdoo, mas eu não disse que se deve pagar dessa ou daquela maneira. Eu disse que era um paradoxo, que em achando que o preço era muito alto porque naturalmente as empresas embutiriam esses preços aí, porque o governo demora a pagar, que se tivesse lutando para que se colocasse um preço baixo, e se admitisse a correção monetária, o que daria a mesma coisa, seria um paradoxo.

Has eu não disse que elas embutem ou não embutem, que é mais caro ou menos caro.

Mas este é o raciocínio claro: ou um ou outro. Não podem ser os dois.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Mas, aí é que não concordamos, porque acho que não é um paradoxo. Estamos falando em correção monetária de prestações vencidas. Na medida em que não se cumpre o compromisso e fica ao critério do governo pagar ou não pagar, é evidente que aqueles que recebem são favorecidos. Estamos falando em correção monetária de prestações vencidas, de compromissos não pagos pelo governo, a partir do momento que vencem. Não há paradoxo nesse caso.

O SR. JOFRAN FREJAT - Lamento não concordar com esta posição, e votei contra, à época.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Nabor Júnior-

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Relator, ilustres Senadores, Ilustre Secretário de Saúde, Dr. Jofran Frejat:

Na ocasião em que V. Sa., Sr. Secretário, prestou aqui o seu depoimento, eu não fiz as anotações que poderiam me esclarecer. Tenho uma pergunta a fazer, para obter as informações, para que eu possa desenvolver o meu raciocínio depois.

A composição da Comissão de Licitação, de acordo com o contrato celebrado entre a Secretaria de Saúde e o Inamps, que é subordinado ao Ministério da Saúde, esse convênio determina que a Comissão de Licitação seja da Fundação Hospitalar ou do Inamps?

O SR. JOFRAN FREJAT - Comissão formada por dois membros indicados pelo Inamps, e um membro da Fundação Hospitalar. Mas, quando solicitado ao Inamps que encaminhasse, através de portaria, como seria estabelecido pelo convênio, essas duas pessoas representantes do Inamps para a Comissão de Licitação, ele renunciou a este direito, alegando impossibilidade, e nós então designamos a nossa própria Comissão Permanente de Licitação da Fundação Hospitalar para fazer a licitação.

O SR. NABOR JÚNIOR - Então, os membros da Comissão de Licitação são todos da própria Secretaria?

O SR. JOFRAN FREJAT - Todos.

O SR. NABOR JÚNIOR - E alguém da Secretaria tinha conhecimento desse preço básico fixado pela Comissão de Licitação?

O SR. JOFRAN FREJAT - Apenas o Presidente da Comissão de Licitação.

O SR. NABOR JÚNIOR - Apenas o Presidente da Comissão de Licitação.

O critério de licitação aberto, conforme o senhor falou, existem duas modalidades de se proceder à licitação.

A licitação aberta, que é aquela em que se estabelece o preço no edital, e a licitação fechada, que é essa que foi adotada pela Comissão de Licitação da Fundação Hospitalar.

A licitação aberta....

O SR. JOFRAN FREJAT - Por força do convênio.

O SR. NABOR JÚNIOR - O convênio determinou que fosse feito..

O SR. JOFRAN FREJAT - Os editais viriam oportunamente como aquele item que mencionamos, o edital viria na própria origem, que é o Inamps.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu sei. Mas se edital determinava que o preço básico fosse mantido reservadamente?

O SR. JOFRAN FREJAT - Perfeitamente.

O SR. NABOR JÚNIOR - O Edital determinava isso? Porque a legislação também permite que na modalidade de licitação aberta possa haver essa variação de até que 15%.

Qual a razão, então, de se ter optado por esse sistema de licitação fechada e não pelo de licitação aberta?

O SR. JOFRAN FREJAT - Em primeiro lugar, porque o edital que nos foi encaminhado pelo Ministério tinha com essas características. Por força de convênio, naturalmente, nós tínhamos que respeitar esse edital.

Em segundo lugar, a nossa experiência, como mostrei aqui, com relação a outras concorrências com preço aberto, tem demonstrado que se coloca sempre o preço bem acima do valor estabelecido.

O SR. NABOR JÚNIOR - Permita-me uma intervenção. Se se estabelece também um preço básico, e se admite uma variação, para maior ou para menor, de até 10 ou 15%, as empresas que oferecessem propostas que estivessem em desacordo com esses critérios seriam automaticamente desclassificadas.

O SR. JOFRAN FREJAT - Isso só dificultaria a combinação anterior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Mas se chegaria, talvez, ao mesmo resultado. Acredito que uma empresa, desde que a comissão de licitação, baseada em estudos técnicos, fixou o preço da obra em "x", e o edital de licitação determina que as propostas poderão ser apresentadas obedecendo a esse critério, de 10 a 15% a mais ou a menos, qualquer empresa que tenha interesse em ganhar não vai oferecer um preço fora disso. Eis aí a razão pela qual muitas empresas ofereceram propostas inferiores a 50% do valor da obra, porque não tiveram conhecimento prévio desse valor. Entendeu o meu raciocínio?

O SR. JOFRAN FREJAT - Não entendi o do conhecimento prévio do valor.

O SR. NABOR JÚNIOR - Se o edital de licitação aberto fixasse o preço básico, e uma variação de 10% para mais ou para menos, essas nove empresas que concorreram aqui teriam apresentado

proposta bem próxima desse valor, e não essas disparidades que surgiram aqui.

Eu quero demonstrar, de início, que esse sistema de licitação fechada é totalmente prejudicial. Nós verificamos aqui que essas disparidades todas foram em decorrência do não conhecimento do preço básico.

O SR. JOFRAN FREJAT - Sem dúvida. Então, V. Exa. concorda com a minha linha de raciocínio.

O SR. NABOR JÚNIOR - Concorde. Vejo, aqui, que a empresa HMO, que ofereceu uma proposta inferior a 10% do valor básico, foi desclassificada. Qual a razão dessa desclassificação? Não houve uma pré-qualificação das empresas?

O SR. JOFRAN FREJAT - Houve, e foi por essa razão. Estou lendo aqui as razões pelas quais ela foi desclassificada. Ela pediu desculpas porque não apresentou uma série de requisitos, como o projeto de instalação, mas quero ver aqui exatamente o que foi dito, para que V. Exa. tenha conhecimento.

A empresa apresentou, oficialmente, desculpas por não poder apresentar diversos projetos especificados.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu constatei, pelos dados que a Mesa distribuiu aos membros da Comissão, que, se essa empresa não tivesse sido desclassificada, certamente seria a empresa vencedora da concorrência, uma vez que ela apresentou um preço inferior à diferença de 10% do preço básico para menos, e não para mais. Seria, portanto, a empresa vencedora da concorrência se não tivesse sido desclassificada.

O SR. JOFRAN FREJAT - Chamo a atenção de V. Exa. de que não houve nenhum recurso durante o processo de qualificação das empresas.

O SR. NABOR JÚNIOR - Ela foi desclassificada e não recorreu da decisão?

O SR. JOFRAN FREJAT - Não recorreu.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu quero dizer que, até certo ponto, sou favorável a que seja fixado esse preço básico, que é exatamente para impedir que sejam apresentadas propostas como as das duas empresas de Goiás por um preço muito aquém do valor real da obra, que acredito que esteja dentro dos limites do preço do metro quadrado de construção em Brasília. Acredito que a empresa que ganhou essa concorrência apresentou realmente uma proposta que condiz com o preço da construção. Agora, se essas duas empresas de Goiás apresentaram propostas muito aquém do valor do preço básico, pelo fato de não conhecê-lo antes da apresentação da proposta, se tivessem ganho, não teriam condições de executar a obra. Como fui Governador do Acre, sei que algumas empresas que apresentam uma proposta muito baixa não têm condições de executar a obra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Um preço baixo oferecido por uma empresa que não tem condições de fazer a obra não é o preço melhor. Por isso a indagação que faço: a empresa está pré-classificada? A empresa tem idoneidade financeira? A empresa tem idoneidade moral? A empresa tem capacidade técnica para executar essa obra?

Na pré-classificação, segundo o próprio Secretário Frejat declarou aqui, como requisito obrigatório empresa já deveria ter construído um hospital mais ou menos desse nível. É lógico que um preço oferecido aleatoriamente não é melhor. Mas se a empresa é submetida

a todas essas pré-classificações e não é desclassificada, em qualquer exame, por o preço estar muito abaixo daquele pelo qual a obra poderia ser executado - o foi apenas porque o preço estava abaixo do estabelecido no edital, concluo aí é que está a minha preocupação - pelo menos que esse tipo de edital de obra não é o melhor.

O SR. NABOR JÚNIOR - É essa exatamente a conclusão a que quero chegar. Esta é a conclusão: esse tipo de licitação é inteiramente prejudicial, principalmente ao serviço público. Se o preço básico tivesse sido dado ao conhecimento das empresas de concorrentes não se estaria verificando essa disparidade toda. A pré-qualificação é feita antes da apresentação da proposta. Elas não sabiam qual era o preço básico. Apresentavam esse preço. Agora, se a licitação tivesse fixado o preço básico, essas duas empresas não teriam apresentado esse valor, porque sabiam que iriam perder. Elas o apresentaram pelo desconhecimento do preço básico fixado pela comissão de licitação.

Agora, causa-me estranheza, Sr. Presidente - quero manifestar esta minha opinião - o fato de que a proposta empresa que venceu - que por sinal, é do meu Estado, a empresa MENDES CARLOS, de propriedade do ex-Deputado Narciso Mendes, cuja esposa é Deputada Federal no momento - é bem próxima dessa da empresa VIA. A empresa MENDES CARLOS apresentou a proposta de 7.161.155.370, e a VIA apresentou 7.175.401.700,24 bem próxima, as propostas.

O SR. JOFRAN FREJAT - É de 14 mil a diferença.

O SR. NABOR JÚNIOR - É, a diferença é apenas de 14 mil.

O SR. JOFRAN FREJAT - Sr. Senador, eu poderia já responder a sua pergunta?

O SR. NABOR JÚNIOR - Pois não.

O SR. JOFRAN FREJAT - Na ata da reunião diz o seguinte: (É lida a ata da reunião)

E assim por diante.

O SR. NABOR JÚNIOR - Muito obrigado.

Sr. Presidente, é muito estranho - isso é que eu queria manifestar aqui a esta Comissão - que essa licitação tenha sido vencida por uma firma cujo titular é ex-Deputado Federal do PFL, cuja esposa é Deputada Federal do PDS, num momento em que há tantas denúncias, não só da imprensa mas a nível até de Parlamento, de que o Governo está negociando apoios em troca de vantagens, como concessão de obras, como concessão de verbas.

Agora mesmo, no meu Estado dois Deputados Federais do PMDB foram cooptados pelo Governo em troca de vantagens. Sabemos porque - um deles me falou. O Governo deu a Superintendência da LBA para um, o Governo dá verba para os Prefeitos Municipais através de outro, com o intuito de fazer aliciamento político. Então, é muito sintomático o fato dessa empresa, que pertence a um ex-Deputado Federal que foi candidato ao Senado e que a esposa também é Deputada Federal, ter vencido essa concorrência, quando se sabe, inclusive, tenho informações concretas, que o titular dessa empresa faz permanente visita ao INAMPS e ao Ministério da Saúde, tem estreitas ligações com altos funcionários do Ministério da Saúde e do INAMPS. Tenho essas informações con-

cretas através de pessoas de boa-fé. Então, parece-me muito sintomático esse fato. Não quero aqui fazer nenhuma suspeição quanto ao procedimento do Secretário Jofran Frejat, que reconheço como um homem sério, homem digno, que já ocupou muitas funções públicas aqui no Distrito Federal; foi Secretário de Saúde por duas ocasiões, foi Secretário-Geral do Ministério da Previdência, Deputado Federal, é um homem respeitável. Não quero também fazer nenhuma arguição de suspeição quanto ao procedimento da Comissão de Licitação do DF, acho até que agiram dentro das normas técnicas. Agora, isso aqui me parece uma concorrência dirigida, talvez não pela Fundação mas coisa que vem de mais alto e o tempo vai mostrar a veracidade dessas minhas assertivas. Era essa a intervenção que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V.Exa. tem algo a dizer?

O SR. JOFRAN FREJAT - V.Exa. está trazendo para mim uma informação surpreendente, porque era do meu desconhecimento que essa firma fosse de propriedade de políticos, até porque na razão social não havia qualquer político, que eu tivesse conhecimento. De forma que esse é um dado novo que vou levar em consideração.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, não estou inscrito previamente, mas gostaria de fazer uma pergunta, diante de uma informação do Secretário, Deputado Jofran Frejat. É a seguinte: o Deputado Jofran Frejat afirmou que só o Presidente sabia o preço. A minha pergunta é: como ele chegou a esse preço? Os autores do projeto e das planilhas de custo não fixaram os preços?

O SR. JOFRAN FREJAT - A pergunta que me foi feita é se alguém mais na Comissão de Licitação sabia o preço. Eu disse que não, só o Presidente. Evidentemente que o Departamento de Engenharia da Fundação que fez a planilha, que está aqui incluída nos documentos, que fez a avaliação do preço, tinha que saber. A planilha está aqui, foi transferida do órgão técnico para o órgão licitador. Evidentemente que não era apenas o Presidente da Comissão de Licitação, entre todas as pessoas, que tinha conhecimento disso. Também o Departamento de Engenharia, que fez a planilha de custo, tinha conhecimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Frejat, saindo um pouco desse episódio, só uma pergunta para atender a uma curiosidade minha: Brasília tinha uma fábrica de argamassa armada. Eu queria saber de V.Exa. se essa fábrica continua em funcionamento e se ela construiu, pelo menos a nível de posto de saúde, e se V.Exa. tem conhecimento de que o preço oferecido por essa fábrica compensava, diante dos preços das empresas. Se compensava construir por ela.

O SR. JOFRAN FREJAT - Brasília tem, ou tinha, uma fábrica de argamassa armada que estava desativada. Ela construiu alguns postos de saúde, pelo menos que me lembre de cabeça, uns dois ou três postos de saúde e um que está em fase de finalização em Samambaia, a um preço menor. Há também um pavilhão do Hospital Psiquiátrico, o Hospital São Vicente de Paula, cuja construção também foi feita por essa técnica. Isso encareceu muito posteriormente porque essa fábrica não se adaptou às inovações.

Há poucos dias, numa reunião no Ministério, quando o Governador estava propondo ao Ministro a construção dos CIACs aqui em Brasília foi então discutida a reativação dessa fábrica e a atualização das condições técnicas para que ela possa fazer um trabalho voltado para os CIACs.

Não creio, pelo que conheço, que essa fábrica possa fazer um hospital do porte que queremos, que, inclusive, terá mais de um andar, pelas condições do terreno lá no Paranoá. A construção do pavilhão do Hospital Psiquiátrico, embora seja uma obra de muita beleza exterior, traz grandes problemas; as reclamações dos profissionais de saúde naquela área são muito grandes. Primeiro, penetra uma grande quantidade de poeira, porque há vários vãos; segundo, as placas não se ajustam totalmente, não encaixam, deixando espaços pelos quais passam, além de insetos, muita poeira e, além disso, há muita infiltração nessas construções. Então, nós optamos, por estar a fábrica desativada, e também pelas condições de fabricação de um hospital de mais de um andar com argamassa armada, pela construção tradicional.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Jofran Frejat, eu não tenho plena certeza, mas tive informações de que o Dr. Campos da Paz promoveu a construção de hospitais com essa técnica. Não sei se aqui em Brasília ou em outras Capitais.

O SR. JOFRAN FREJAT - Aqui em Brasília, não. O Hospital Sarah, de Brasília, é feito de concreto armado e aparente. Eu não sei dizer a V.Exa. se em outros Estados onde estariam sendo construídos - na Bahia, hoje existe uma fábrica dirigida pelo famoso arquiteto Lelé - esse tipo de projeto evoluiu alguma coisa. Mas ele esteve desativado; depois do último governo, ele foi relativamente desativado; não sei se está sendo feito um outro hospital nos moldes do Sarah, com esse tipo de estrutura, e não sei dizer a V.Exa. se é um hospital de um andar só, ou de dois andares, para dizer se esse tipo de estrutura suportaria a carga. As placas de argamassa armada são muito leves e não sou engenheiro, as informações que me passaram são que não suportariam um outro andar em cima, o que inviabilizaria, naturalmente, um projeto como o do Paranoá, que é de um hospital de mais de um andar. Não que quiséssemos assim, pois somos até contrários a um hospital que tenha mais de um andar, porque atrapalha, encarece, etc., mas pelo fato do terreno não permitir, porque tem vários desníveis, que não permitem esse tipo de construção.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado JOFRAN Frejat, só para terminar...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, o Senado está sendo chamado a votar lá no Congresso. Será que poderíamos suspender a reunião por, pelo menos, cinco minutos, porque já começou a votação?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência suspende a reunião por cinco minutos. Agora, de qualquer maneira, às 16 horas e 30 minutos vamos ouvir o vereador de Bento Gonçalves.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estava com a palavra no momento da suspensão da reunião o Senador Garibaldi Alves Filho; como S.Exa. não está presente, concedemos a palavra ao ilustre Relator desta Comissão, Senador Elcio Álvares.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, inicialmente quero registrar que, dentro do sentido mais amplo possível de investigação, repercutiu muito o pronunciamento feito pelo Secretário Jofran Frejat. Tenho a impressão de que, pela credibilidade que a Folha de S. Paulo merece, e o destaque com que ela colocou o assunto, todos nós temos interesse em apurar a verdade. Não queremos que haja, de maneira nenhuma, a má utilização, através de vários meios e modos, pelos veículos de comunicação, mesmo os da CPI; não queremos dar vazão a posicionamentos que talvez não sejam compatíveis com a seriedade que o assunto merece.

O jornal *Folha de S. Paulo* que deu todo o destaque, merece todo o nosso apreço. Acho que essa auditoria será a talvez, a peça capital e fundamental para situar o valor da obra dentro da sua realidade; acho ser isso muito importante no resguardo de todos nós, do órgão que tem o direito legítimo de informar, do homem público que é o Secretário Jofran Frejat, da mais alta credibilidade. Não o conheço pessoalmente, é a primeira vez que estamos nos vendo, mas de todas as pessoas as quais tenho ouvido e consultado, principalmente aquelas ligadas à vida do Distrito Federal, o conceito do Secretário é da mais alta credibilidade. Dentro desse pressuposto, que afinal de contas é toda a sua vida pública, acho que essa auditoria é fundamental e que nós devemos viabilizá-la como sentido de respeito àqueles que tem o direito de informar e os de serem informados plenamente.

Penso que essa auditoria é fundamental para o que temos de examinar; não teremos auditores oficiais, que serão de uma firma privada, ou alguém que esteja dentro do setor e que possa dar o retrato, por inteiro, com a credibilidade que o caso merece.

Gostaria de fazer ao Secretário algumas perguntas: as firmas Sólida e Pires são do mesmo dono?

O SR. JOFRAN FREJAT - Não sei dizer a V. Exa.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Os editais foram fornecidos pelo Ministério da Saúde. É um modelo padronizado?

O SR. JOFRAN FREJAT - É um modelo padrão.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Quero fazer uma colocação. É difícil, mas tenho, na condição de Relator, de fazer esta pergunta: está havendo uma acusação muito concreta de que há intermediação na obtenção de verbas; há a suspeita que começa a ser difundida de que fulano conseguiu viabilizar tal verba. A obtenção desse hospital do Paranoá foi trabalho exclusivamente do Secretário e da sua equipe administrativa para viabilizá-lo perante o Ministério. Não houve intermediação alguma, é obra tratada de Governo para Governo?

O SR. JOFRAN FREJAT - Nobre Senador, tenho dito com frequências ou eu sou muito feio e as pessoas não têm coragem de encostar em mim ou, então, as coisas são muito difíceis, porque eu tenho de lutar muito para conseguir os recursos.

Na verdade, isso tem sido com muita dificuldade. V. Exa. pode verificar, pelo convênio, que até agora só foi repassada a parte inicial um montante de 113 milhões, nada mais. Todo o resto terá de ser cavado, buscado, discutido, justificado. Ainda não encontrei essa facilidade de alguém me oferecer, de chegar com o recurso e dizer: "Aqui está ele arrumadinho, é só licitar a obra que está tudo pronto."

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Entendi o sentido de seu esclarecimento. O que está acontecendo, o que nós estamos ouvindo - foi a

expressão do Senador Divaldo Suruagy, e eu também ouço de vez em quando - é que essas obras serão obtidas porque foram intermediadas pelo parlamentar fulano de tal; sempre aparece um cidadão facilitando, para o Prefeito, que tem sempre interesse em fazer uma obra para o Governador, e diz: "É possível conseguir isso desde que você fale com fulano.

Acredito na expressão da verdade do nobre Secretário. Perguntaria: essa obra foi toda ela, até certo ponto, obtida na gestão direta de Governo para com o Governo, sem nenhuma intermediação?

O SR. JOFRAN FREJAT - De Governo para Governo, sem nenhuma intermediação. Absolutamente nenhuma.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Julgo-me bastante satisfeito e já entendi perfeitamente a sua posição. Quero encaminhar à Mesa a requisição em virtude da denúncia do nobre Senador Nabor Júnior, a qual ouvi com muita atenção, pois é um fato que me preocupa, em que há envolvimento de políticos, de parlamentares, no favorecimento de obras. Gostaria que fosse solicitada à firma Mendes Carlos o contrato social para que pudéssemos verificar, documentadamente, qual são os integrantes dessa empresa, para que não paire nenhuma dúvida, porque a afirmativa do nobre Senador Nabor Júnior é muito grave, é dentro deste enfoque que eu coloquei para o Secretário, porque seria altamente desprimoroso.

Tenho a impressão de que todos nós, Deputados e Senadores, que buscamos as obras para os nossos municípios e para os nossos Estados fazemos isso da maneira mais patriótica, mais honesta possível. No momento em que começam a surgir dúvidas, que o mandato serve como ponto de apoio para qualquer tipo de negócio temos de esclarecê-lo rigorosamente.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e demais membros da Comissão, requiro, neste momento, na condição de Relator, que a Firma Mendes Carlos, vencedora dessa concorrência, encaminhasse o seu contrato social para que verificássemos se tem o nome de qualquer parlamentar vinculado a ela. E, se assim ocorresse seria profundamente lamentável essa idéia de como as obras são obtidas. Toño a dizer, parece-me - e eu digo isso com toda a sinceridade - que a posição do Secretário Jofran Frejat está fora de qualquer dúvida de minha parte. Acho que age com muita honestidade, é conceituado e isso é muito importante, pois durante sua vida toda construiu um conceito de trabalho e de dignidade.

Então, Sr. Presidente, a auditoria será uma satisfação geral aos veículos de imprensa, ao próprio Secretário, que quer preservar a sua dignidade, e a nós que queremos buscar a verdade. Enfatizamos imediatamente a providência da auditoria e também requeremos, nesta oportunidade, o contrato social da firma MENDES CARLOS, para que esta Comissão possa verificar até onde vai a denúncia do Senador Nabor Júnior, que considere grave pelo fato de dizer que existem Parlamentares envolvidos com a firma vencedora.

Era o que tinha a pedir, Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu gostaria, em decorrência de conversas fora da reunião, de solicitar a V. Exa. que procurasse verificar se as firmas pré-qualificadas realmente realizaram as obras que estavam expressas na sua pré-qualificação, se as indicações

de que fizeram obra em tal ou qual lugar correspondem à realidade, e quais volumes dessas obras em valor e em número de metros quadrados

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência tomará as providências solicitadas pelo Sr. Relator e pelo Sr. Vice-Presidente Jutahy Magalhães.

Gostaria de saber se o Deputado Jofran Frejat tem algo a responder ao Relator, Senador Elcio Álvares.

O SR. JOFRAN FREJAT - A penas queria agradecer ao Relator as referências que fez à minha pessoa e alertar V.Exas. para a exposição em que fica o homem público o administrador neste País. Surge uma circunstância onde praticamente se arma todo um esquema, onde a suspeição de corrupção acaba numa única pessoa responsável, que é aquele dirigente. E ele encontra às vezes muita dificuldade para poder provar que toda a armadilha que foi feita não o envolve nesse mesmo mar de lama que está por aí.

Da forma que temos uma preocupação muito grande. A legislação precisa ser modificada, para dar maior autonomia ao administrador, para que ele possa resguardar o Erário e para que, se ele for desonesto, seja demitido e encaminhado para o processamento normal diante da Justiça. Precisa evitar-se colocar o administrador já experimentado, já tarimbado, com uma vasta folha de serviços prestados à cidade e ao País, sob a condição de ter que prestar esclarecimentos de armadilhas que são criadas por entidades tanto públicas como privadas, com o objetivo de lesar o Erário.

Era essa a colocação. Eu eu queria passar às mãos do Sr. Presidente, o restante da documentação que havia colocado. Um dos documentos está aí nas mãos do nosso Relator. Quero passar o restante a V.Exa.

Temos aí a planilha da Construtora Pires, a outra também está vindo. E aqui, as duas pastas contendo o caderno de especificação e todos os itens que V.Exa. solicitou, exceto um, que é a referente eventuais recursos interpostos. Como não havia recurso interposto, não tenho como oferecer a V.Exa.

Quero agradecer a todos.

O SR. WALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Walmir Campele.

O SR. WALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, vim aqui apenas para dar meu testemunho de fatos referentes à pessoa do Secretário Jofran Frejat, aliás, nosso colega Parlamentar, Deputado Federal, hoje no exercício da Secretaria de Saúde.

Eu o conheço há mais de 30 anos, conheço a sua idoneidade moral, a sua personalidade; conheço, acima de tudo, o seu trabalho.

O Deputado Federal, hoje Secretário Jofran Frejat, que já foi, aliás, Secretário de Saúde, sem querer desmerecer os demais Secretários, eu que estou há 30 anos em Brasília, como representante de Brasília, devo dizer que foi o melhor Secretário de Saúde que Brasília já teve, e que durante todo o seu período, S.Exa. se comportou sempre de forma correta e digna. E não poderia ser diferente nessa sua segunda gestão à frente da Secretaria de Saúde e da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

E o testemunho, Sr. Presidente, que eu gostaria de dar, porque tenho absoluta certeza de que a administração do Governador Joaquim Roriz está para o princípio da honestidade, da transparência de todo o trabalho que ele vem fazendo pelo Distrito Federal. E o Secretário, o Deputado Federal Jofran Frejat, também é um homem que cultiva a honestidade e não desmerece a confiança do Governador Joaquim Roriz.

Era esse o testemunho que eu gostaria de dar na presença de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de encerrar a presente reunião, gostaria de tecer algumas considerações:

O art. 37 do Decreto Lei 2300 parece-me que coíbe a fixação de preço básico fechado ou oculto. Já que seguiu o edital do Ministério da Saúde, a Secretária não ponderou algo a respeito?

O SR. JOFRAN FREJAT - Eu tenho aqui um parecer, Sr. Presidente, da nossa Procuradoria Jurídica a respeito dessa questão. Nós temos o cuidado de pedir, depois que toda essa celeuma se estabeleceu, tanto a confirmação daqueles valores ao Departamento de Engenharia como também um parecer da Procuradoria Jurídica a respeito disso, onde se lê o seguinte:

(Sr. Presidente, a concorrência 001/91 do processo.

(leitura de Parecer da Procuradoria Jurídica)

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Eu pedi a palavra para fazer uma observação que me ocorreu neste instante.

Não me ative aos valores em nenhum momento, mas, ao ouvir a leitura do parecer, percebi que a vencedora e a segunda colocada têm valores muito próximos. Então seria o caso de fazer-se uma averiguação - e é o que sugiro - nas propostas, no sentido de verificar-se se não há também uma coincidência de preços a exemplo do que aconteceu com a que ofereceu menor proposta e a imediatamente vizinha dela. Pode ser que tenha havido o que ocorreu com as duas últimas, pode ter ocorrido com a vizinhança, e a diferença estivesse no BDI.

Acho que seria um dado interessante a ser examinado.

O SR. JOFRAN FREJAT - Muito bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Há, de fato, uma diferença de 14 mil cruzeiros entre as duas, que estão na ordem de sete milhões...

O SR. JOFRAN FREJAT - Quatorze milhões?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não, quatorze mil

O SR. JOFRAN FREJAT - Não, quatorze milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Creio que nada mais temos a tratar, a não ser agradecer a presença do ilustre companheiro Deputado Jofran Frejat. Somos da opinião de que S.Exa. tem toda a razão em defender o dirigente público, sobretudo os homens sérios deste País. V.Exa. também está prestando um grande serviço a Nação e a todos nós, políticos. Muito obrigado a V.Exa. Nada mais havendo a tratar vou encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Está aberta a reunião.

Convidamos o Senador Jutahy Magalhães, Vice-Presidente da Comissão, a quem solicitamos que sirva como Relator, *ad hoc*. Também convidamos o Sr. Fernando César Ferrari, Vereador da Câmara Municipal de Bento Gonçalves, para tomar assento à Mesa.

Já se acha presente o Senador Elcio Álvares, Relator desta Comissão.

Solicitamos ao Sr. Vereador que faça a declaração, de conformidade com os arts. 203 e 342 do Código de Processo Penal, que prevê as penas por falso testemunho.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - (Presta Juramento)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Gostaria que V.Sa. revelasse seu nome completo.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Fernando César Ferrari.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Trinta e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado e residência.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Sou Vereador e representante comercial.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de conceder a palavra a V.Sa. gostaria de comunicar aos Senadores membros desta Comissão que a Presidência achou por bem convocar, para a próxima quinta-feira, às 10 horas, os Prefeitos dos Municípios de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, Janaúba, Teixeira e Ouro Preto, em Minas Gerais.

Sendo assim, V.Exa. tem a palavra por quinze minutos para fazer sua exposição e depois entraremos na fase de questionamentos.

Com a palavra o Sr. Vereador Fernando César Ferrari. O Sr. Fernando César Ferrari é Vereador do Município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Inicialmente, ao saudar o Senador Ruy Bacelar, Presidente desta Comissão, estenderia minha saudação aos demais Senadores presentes e aos demais assistentes.

Gostaria, Srs. Senadores, de dizer que, em Bento Gonçalves, foi lançado um edital de concorrência para a construção de um hospital geral, edital de nº 02/91, da Prefeitura Municipal, que foi contestado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, no Estado do Rio Grande do Sul.

Essa contestação não foi aceita pela Prefeitura Municipal e o Sindicato, o Sinduscon, do Rio Grande do Sul, acabou por enviar correspondência a alguns vereadores da Câmara Municipal, entre os quais este Vereador, que entendeu que tinha procedimento a preocupação do Sinduscon em relação à referida obra.

A partir disso fui autor, juntamente com outro Vereador, o Vereador Ivanor Tomazzini, do PTB sou Vereador do PMDB de uma proposta legislativa no sentido de que a Câmara Municipal instaurasse uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar a procedência das denúncias do Sinduscon, do Rio Grande do Sul.

O processo todo, que transcorreu na Câmara de Vereadores, desde o seu início, causou muita estranheza a este Vereador e a outros vereadores preocupados com o problema, porque, já na votação de instalação da CPI, o Presidente da Câmara de Vereadores do Município, que é irmão do Prefeito, inverteu o processo de votação.

Temos na Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves um processo de votação que é simbólico, qual seja, que os vereadores que estiverem de acordo com tal projeto de lei ou tal proposta, permaneçam como se encontram e os que forem contrários que se levantem. O Presidente do Legislativo, nesta ocasião, inverteu o processo, causando alguma confusão entre os vereadores presentes e a proposta foi rejeitada. Mas, alertados para o fato de que o Regimento Interno da Câmara havia sido desrespeitado, contestamos a votação e pedimos ao Presidente que refizesse a votação. O Presidente, de fato, não tendo como contestar o Regimento Interno, acabou por pedir nova votação e a CPI foi aprovada.

A partir daí convidamos, não podíamos convocar, o Presidente do Sinduscon, do Rio Grande do Sul, para depor perante a CPI, e convocamos o Secretário Municipal da Fazenda, como Presidente da Comissão de Licitação e como representante do Prefeito Municipal, também para depor perante a CPI.

A partir daí surgiram várias contradições nesse processo todo e alguns problemas. Por exemplo: solicitamos documentação à Prefeitura Municipal, solicitamos o edital na íntegra e solicitamos o jogo de projetos. Posteriormente, solicitamos também a proposta financeira da única empresa que, no meu entender, pôde participar da concorrência. No meu entender o edital foi extremamente excludente, no meu entender o edital foi dirigido.

O Secretário da Fazenda, Presidente da Comissão de Licitação e representante do Prefeito, em última análise, por escrito - tenho esses documentos aqui -, negou a apresentação da proposta financeira da única empresa que participou, alegando que a vencedora não havia sido ainda homologada. Não querendo criar uma polêmica desnecessária, já que era uma questão de apenas homologar a vencedora, seria uma questão de tempo, entenderos por aguardar. Ocorre que, nesse meio tempo, o prazo inicial de 30 dias da CPI acabou por findar, e, como é de praxe, é regimental que havendo fundamento possa se solicitar uma prorrogação de prazo da CPI, como Presidente da CPI Municipal para averiguar esse processo licitatório, encaminhei ofício ao Presidente da Câmara, que é irmão do Prefeito Municipal, argumentando que não dispúnhamos ainda de todos os documentos solicitados à Prefeitura, e, neste sentido, pedimos a prorrogação. Para nosso espanto, o Presidente indeferiu a prorrogação. No Regimento Interno está claro que S.Exa., de plano, poderia prorrogar, mas S.Exa. indeferiu e colocou o pedido de prorrogação em grau de recurso ao Plenário. Cabe salientar, também, que o grau de recurso caberia ao Presidente da CPI, porque não foi atendido no pedido de prorrogação. Entretanto, o próprio Presidente da Câmara, após negar o recurso, colocou em votação no plenário.

É do conhecimento dos Srs. Senadores, seguramente, como a política às vezes é tratada a nível nacional, imaginem em cidades pequenas do interior do município? O nosso Prefeito tem o controle, eu não diria político, diria o controle pessoal da Câmara de Vereadores, e foi muito fácil para S.Exa. conseguir o arquivamento da CPI.

Tivemos, então, de apresentar um parecer às pressas no sentido de que pedimos a responsabilização do Prefeito pela omissão de informações. Esse parecer foi votado, foi derrotado em plenário e foi arquivado.

Bem, mas esses são fatos que ocorreram a nível de Câmara Municipal que, no meu entender, são evidências quanto ao temor do Prefeito Municipal, no sentido de que se esclarecesse. No meu entender, se prefeito fosse, e alguma dúvida fosse levantada em relação a algum edital de concorrência, eu chamaria as partes denunciadas, veria qual era o problema, anularia esse edital e faria nova concorrência.

Penso que o administrador público tem de ter esse tipo de compreensão. No entanto, o Prefeito se negou terminantemente a anular a concorrência, e dizia para quem quisesse ouvir que se continuássemos levantando a polémica essa verba não iria mais para Bento Gonçalves, nós perderíamos o hospital geral e os culpados seriam os Vereadores Fernando César Ferrari, que pediu a CPI, o Presidente do Sinduscon, do Rio Grande do Sul, o Deputado Luís Roberto Ponte e o radialista da cidade, que levantou o problema também.

Então, vejamos bem Senhores, fica muito claro que o Prefeito não queria fornecer a documentação, a proposta financeira. Por quê não queria?

Não trago aqui, se os Senhores esperavam alguma prova concreta, sinto muito, mas vou decepcioná-los, e creio que trago evidências suficientes para, como diz aquele chavão, evidências que conduzem à hipótese.

O edital, eu o tenho aqui, tenho o jogo de projetos, e estão à disposição dos Srs. No meu entender, o edital, por si só, é uma evidência muito forte de que a obra foi dirigida. Uma obra no valor orçado de 2 bilhões e 660 milhões de cruzeiros só teve a participação de uma empresa, a empresa Servilise, de São Paulo. Sabemos através do Sindicato da Construção Civil no Rio Grande do Sul, que cerca de cem empresas no Rio Grande do Sul e "n" outras empresas, a nível nacional, teriam interesse, seguramente, ainda mais em uma época de crise com esto, em participar de uma obra de tal porte.

Citaria um item do edital de licitação que foi fundamental para dirigi-la. O edital exigia das empresas, das possíveis participantes, um índice de liquidez corrente igual 2,5, ou seja, o ativo circulante da empresa tinha de ser 2,5 vezes maior do que o patrimônio líquido. Para quem é empresário sabe que o normal é 1,5 e 1,3, é um 1,2 para grandes empresas. Por outro lado, o edital exigiu um capital integralizado de 105 milhões de cruzeiros. Não vou aqui discutir a questão se era baixo, alto ou não. Vi que o de Brasília, que é uma obra muito maior, dez vezes maior, o capital exigido era de cem milhões de cruzeiros. Mas vejamos os Srs. uma empresa que por hipótese tivesse um capital, mil vezes maior que essa empresa, mas não tivesse esse malfadado índice de liquidez corrente igual a 2,5, estaria excluída do edital. E é o que aconteceu, se sabe, com as cem maiores empresas do Rio Grande do Sul. Melhor, desculpem, não é com as cem

maiores empresas do Rio Grande do Sul, mas com as maiores empresas do Rio Grande do Sul e com cerca de vinte maiores empresas nacionais, que poderiam oferecer todas as garantias em termos de suporte financeiro, em termos de suporte patrimonial, em termos de conclusão da obra; enfim, mas não puderam participar, porque não tinham esse índice de liquidez. Essa empresa Servilise, de São Paulo, magicamente, tinha esse índice de liquidez; magicamente, tinha um capital integralizado um pouco acima do exigido; magicamente foi a única participante de uma concorrência de uma obra desse porte.

Em linhas gerais, é isso o que ocorreu. Tenho documentos aqui, também tenho gravações, tenho uma fita do Prefeito. Uma das rádios locais fez uma espécie de pinga-fogo com o Prefeito Municipal, este Vereador, o Engenheiro Jean Franco Mendes, do Sinduscon, o Deputado Ponte e o Prefeito declaravam, em altos brados, na rádio, mas deixem vir essa verba para Bento Gonçalves, depois instalem quantas CPIs quiserem. O convênio nem sequer foi assinado, não foi. Então, a impressão clara, que temos, é que a coisa foi feita dessa forma. Se der alguma coisa errada na concorrência, o convênio não será assinado e tudo bem, a verba vai para outro município. O que, aliás, é o que o Prefeito declara, lá em Bento Gonçalves, não declara evidentemente de forma pública, mas declara.

Tenho essa gravação, o depoimento de S.Exa. na rádio.

Em termos de contradições, o Prefeito, por exemplo, dizia: "esse edital veio pronto do Ministério da Saúde, temos que fazer assim, se não a verba não vem".

O Secretário Municipal da Fazenda, em depoimento na CPI tenho o depoimento aqui, tenho a fita também do depoimento declarou, textualmente, que ele fez o edital. Por ocasião da discussão em uma das rádios, na Rádio Viva, de Bento Gonçalves, questionei o Prefeito: - "Sr. Prefeito, o Secretário Municipal, seu homem de confiança, Presidente da Comissão de Licitação, declara perante a CPI, que o edital foi feito por ele, pela experiência que ele teve atuando na área, e que era um edital praticamente perfeito e V.Exa. vem de público dizer que o edital vem pronto de Brasília"? Aí o prefeito: "Não, não foi bem isso que quis dizer; quis dizer que o edital veio em parte de Brasília". Então, são contradições, são temores em relação à CPI Municipal.

O Prefeito Municipal, se os Srs. não sabem, já cancelou o edital, saiu no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 7 de maio, já o cancelou, dizendo que esse cancelamento se devia à mutação da dotação orçamentária, que saiu no Diário Oficial da União.

Então, Srs. Senadores, entendo que nós, em Bento Gonçalves, alguns Vereadores preocupados com o uso do dinheiro público, não foi só esse vereador, não foi só o Vereador Ivanor Tomazzini que pediu, foram 8 vereadores que queriam a continuação da CPI, que entendiam que deveria ir até o fim. Se houvesse culpados, que fossem levados ao Ministério Público ou que se limpasse a imagem do Prefeito. Que se dissesse que o Prefeito não tem nada a ver com isso. Nós entendemos que fomos "premiados" (entre aspas) com a perda da verba para o Hospital Geral de Bento Gonçalves e nós não podemos adair isso.

Acho que no momento em que uma Câmara Municipal, pelo menos através de alguns vereadores, se preocupa com o uso do dinheiro,

que é pago por impostos de todos os brasileiros, deveria, sim, ser premiado com credibilidade, essa verba deveria está assegurada. No entanto, parece que houve foi o contrário. Segundo sabemos, essa verba não irá mais para Bento Gonçalves, o Prefeito cancelou o edital, a população precisa do hospital, os vereadores que levantaram a denúncia hoje passaram a ser considerados bandidos na cidade, porque se acontecer de alguém morrer na rua por falta de um leito hospitalar vão dizer que foram os vereadores que levantaram o caso, e o hospital não vai mais para Bento Gonçalves.

Então, em linhas gerais, Sr. Presidente, era isso que eu queria colocar. Estou a disposição para quaisquer perguntas. Sinto-me honrado em estar aqui, muito feliz em estar aqui, porque no momento em que a CPI Municipal foi arquivada eu imaginei que estava tudo enterrado e que a nossa luta não teria valido de nada.

Então, foi com muita alegria que recebi a convocação para aqui depor e colocar essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vamos passar agora a fase dos questionamentos e das interrogações.

O eminente Relator Elcio Álvares, tem a palavra.

O SR. RELATOR (ELCIO ÁLVARES) - Dentro dos depoimentos que nós estamos ouvindo o depoimento do Vereador de Bento Gonçalves tem alguma coisa de tocante, porque hoje integrando uma Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de Senadores, compreendemos um pouco nesse depoimento singelo e sincero da posição do Vereador como suporte de toda essa estrutura política, que tem talvez a parte mais alta da representação política, aqui no Senado da República. S. Exa. compreendeu bem, através de um depoimento do eminente Deputado Luís Roberto Ponte. Nós tomamos conhecimento desse painel imenso, nacional, de que em Bento Gonçalves alguma coisa não corria bem em relação à obra pública e que essa obra já tinha também ganhado notoriedade em razão exatamente de irregularidade.

Ouvimos um depoimento aqui que são dois pólos, evidentemente um grande hospital que é o do Paranoá, onde o Secretário da Saúde, Jofran Frajat, teve a oportunidade de colocar bem à mostra todos os episódios que cercam esse momentoso assunto do Hospital do Paranoá. S. Exa. já indicou o nome da firma, que é de São Paulo, e se tem o edital, ele está em suas mãos. Houve uma afirmativa que eu gostaria de ser reiterada aqui. Esse edital foi anunciado pelo Prefeito como oriundo do Ministério da Saúde.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Esse edital está aqui.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Nós gostaríamos, se fosse possível, de requisitar esse edital. Esse edital foi fornecido para a Comissão Parlamentar de Inquérito pela Prefeitura, que foi o edital oficial.

Bem, há conhecimento de parte do ilustre Vereador Fernando César Ferrari de algum elemento ligado a administração federal que tenha sido intermediário desta obra junto à Prefeitura de Bento Gonçalves ou não chegou ao conhecimento dos Srs.?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Bem, Srs. Senadores, ao acusador cabe o ônus da prova. Isso é básico. Nós sabemos sempre, o próprio Prefeito declara talvez venha aqui e negue isso, provavelmente venha aqui negar isso e mas disse para os vereadores, disse na cidade, disse para pessoas da imprensa na cidade que era isso aqui. Foi perguntado se ele queria um Hospital para Bento Gonçalves. Ao que ele respondeu

que precisava - e precisamos -, mas as regras seriam essas. Ai é a alegação dele para não anular a concorrência. O convênio nem sequer foi assinado. Senador.

O SR. GERSON CAMATA - O Ministério da Saúde suspendeu o fornecimento de verbas, ou não chegou a ser feito convênio?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não posso lhe assegurar que tenha havido a suspensão de verbas do Ministério da Saúde, mas o convênio não foi assinado e o Prefeito já anulou o edital, alegando...

O SR. GERSON CAMATA - Não sou advogado, mas estou me consultando com o Senador Amir Lando, que é um jurista, e ocorre o seguinte: essa licitação já estava nula, sem a existência do convênio, para que a prefeitura abrisse o empenho ele não podia abrir a licitação. Está na nova Constituição. Já estava nula, era só requerer na Justiça, anulava e não precisava o prefeito anular.

Na minha prática de ir com prefeito a ministério, eu tenho essa visão dos técnicos dos ministérios e dos prefeitos. O prefeito às vezes quer comprar um gabinete dentário. Como ele não tem verba no orçamento da prefeitura para aquilo, ele só pode abrir licitação para comprar um gabinete dentário quando for feito o empenho e ele assinar o convênio. Então ele faz o lançamento no orçamento da prefeitura, e aí ele pode. Sem a existência do meio de pagamento, da verba específica para isso ele não pode, a não ser que no orçamento da prefeitura já existisse uma verba para a construção do hospital. Aí ele não precisaria fazer convênio.

Acredito que estava nulo e seria interessante pedir uma observação disso, porque a partir do momento em que foi feito o edital já estava nulo, pois não tinha a fonte, não tinha convênio assinado.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O esclarecimento técnico é importante e necessário, parece-me que dentro deste raciocínio que complementa um pouco o depoimento do Secretário de Saúde do Distrito Federal é importante para nós sabermos o seguinte: no momento em que se instaurou a denúncia e o pronunciamento dos srs. vereadores, se há conhecimento, de que o Ministério da Saúde, que seria a outra ponta do convênio, tomou alguma providência sustentando qualquer tipo de convênio. É do conhecimento dos srs. vereadores?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não é do nosso conhecimento.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Apenas o sr. prefeito retirou o edital?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Até tomaria a liberdade, se os Srs. me permitirem, de ler o cancelamento do edital que saiu no dia 7 de junho, no Diário Oficial do Rio Grande do Sul. (Lê)

(É o seguinte o cancelamento do edital)

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Só para esclarecimento, aí é de material referente a construção do hospital ou é de material...

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não, é da obra toda. O motivo do edital. Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acredito que o prefeito da cidade não iria abrir uma concorrência sem ter verba empenhada ou designada, nem que fosse no Orçamento da União. Parece-me que há verbas no Orçamento e como o Ministério da Fazenda rogou a si praticamente todo o Orçamento da Nação, 95%, esses hospitais estão sendo construídos com essas verbas, a depender do prestígio do deputado ou do prefeito para liberá-las.

O SR. GERSON CAMATA - V. Exa. sabe, Sr. Vereador, se tem algum parlamentar que colocou uma emenda no Orçamento para a construção do hospital? Pois talvez esteja no orçamento da União.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Tem e eu posso lhe dar até o código.

Saiu no Diário Oficial da União, do dia 1º de fevereiro de 1991. Tenho o código se lhes interessar. Está lá claramente: construção do Hospital Geral de Bento Gonçalves, código 1307564281.0030733, 2 bilhões, 660 milhões e 143 mil cruzeiros.

O SR. GERSON CAMATA - Aí ocorre o seguinte: o Governo, no Orçamento da União, embora contingenciado, tinha a verba. O prefeito só poderia abrir a licitação quando ocorresse o convênio para que, feito o empenho no ministério, ele fizesse um lançamento para o orçamento da prefeitura e abrisse a licitação. Com essa verba no Orçamento da União só o Ministério da Saúde poderia, se não tivesse contingenciado, abrir licitação. A prefeitura abriu uma licitação nula de origem. Ele não tinha, no seu orçamento, o recurso para a obra conforme o dispositivo legal.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Mas aí é uma hipótese, agora é apenas um comentário lateral, não é pergunta.

O raciocínio do Senador Gerson Camata leva-me a uma conclusão que não é muito boa, se já tem lá dentro do orçamento e contingenciado pode aparecer um intermediário e diga: pode fazer o hospital aí desde que seja para fulano, pois vou liberar o dinheiro.

O quadro que está sendo figurado no seu raciocínio...

O SR. GERSON CAMATA - Porque não tinha feito o convênio ainda.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Bem, isso seria do ponto de vista jurídico, mas no momento em que as coisas confluíssem para um resultado favorável resolveria o problema do convênio, haveria o respaldo da verba. Agora, é aí que eu digo. É o problema do indicio que não arrematamos com o fato conclusivo, mas é isso. Obviamente o prefeito deverá ter feito a obra, alguém disse que ele teria um hospital de 2 bilhões, o prefeito fez tudo, montou desde que fosse a Servilising e alguém que certamente poderia dizer: sendo a Servilising, nós vamos arranjar a verba e aí o hospital vai ser feito.

Eu gostaria de ouvir o nobre Senador Amir Lando, se bem que eu me demito da palavra neste momento, considero-me satisfeito. Posso fazer alguma pergunta ao longo do tempo, mas deixarei a Presidência inteiramente à vontade para dar a palavra por inteiro aos eminentes integrantes da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO - Eu gostaria exatamente de ouvir do depoente, Sr. Presidente, se no entender de S. Exa. este edital foi elaborado efetivamente lá, em Bento Gonçalves, ou se ele segue um modelo estranho aos editais anteriores, os editais que vinham sendo praticados naquele município? Pode-se observar, pela forma e pelo conteúdo, exatamente pelo modelo, se era originário de lá ou se efetivamente, no seu boneco, como se diz, veio de fora?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Vereador Fernando César Ferrari.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Sr. Senador, no meu entender, o edital é extremamente refinado em relação aos anteriores. Não sei se eu respondo a sua pergunta.

O SR. AMIR LANDO - Para nós é importante, a sua opinião, isso é fundamental, isso nos dá um retrato. No seu entender, qual é o entendimento pessoal do depoente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Em primeiro lugar, eu queria pedir à Comissão que solicitasse, é fácil, a relação de hospitais a serem construídos e que constam no orçamento com recursos alocados. Ver quantos são e onde são?

No edital, eu perguntaria, parece que é do Inamps...

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - É do Ministério da Saúde, mas agora o Inamps responde...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Esse valor do capital e o índice de liquidez faziam parte do edital original ou foram incluídos lá em Bento Gonçalves, por qualquer interesse de atender a esta ou aquela empresa?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não tenho, Sr. Senador, condições de responder. É justamente pelas contradições, pelas evasivas que não conseguimos chegar a uma conclusão a respeito disso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acho que esse é um assunto que a Comissão deveria procurar estabelecer, porque pelo que foi dito pelo vereador, estabeleceu-se um valor...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Nobre Senador Jutahy Magalhães, estou manuseando aqui, com o nobre Senador Gerson Camata, o envelope da prefeitura e aparece a exigência de 2,5 como índice de liquidez da firma vencedora.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, foi incluído isso na prefeitura. E o capital?

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Envelope nº 1, com o timbre: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, Secretaria da Fazenda, Departamento Geral de Compra, Concorrência nº 2/91, data da abertura e a documentação necessária. Exigência em envelope timbrado da Prefeitura de Bento Gonçalves.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Existe liquidez. Então, há pelo menos a possibilidade de se imaginar que foi feito na prefeitura.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O raciocínio mais lógico seria essa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O valor de capital, por coincidência, um pouquinho acima do valor do capital da empresa concorrente foi, deve ter sido, colocado lá, um pouco mais baixo.

O SR. GERSON CAMATA - A prefeitura tem computador?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Tem computador.

O SR. GERSON CAMATA - Não tem como fazer uma perícia para saber se...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O problema não é tanto de perícia, nobre Senador Gerson Camata, acho que quando o prefeito vier procurar saber dele e ver também os editais.

Com a convocação dos 3 prefeitos de Minas Gerais, que têm editais idênticos, então nós vamos ver aqui como será a apresentação desses editais, como poderão pedir o edital daqui de Brasília.

O SR. GERSON CAMATA - Razão pela qual esse edital já serve de modelo para exame *a posteriori*.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acho que esse dado, no meu entendimento, vai interessar a nós saber se esses componentes foram colocados no edital exatamente para fixar a limitação de empresas que poderiam concorrer. E, no caso, uma só. Então é um edital direcionado para atender a essa ou àquela empresa. Como disse o vereador, muitas são as boas empresas, em condições financeiras, que não têm esse índice de liquidez de 2,5%. E aquelas que não têm condições, porque são menores, por coincidência, ficam afastadas também quando se atenta que numa obra dessa pede-se um capital de 105 bilhões, que é um pouquinho abaixo daquilo que precisa para a empresa tal poder concorrer. Então, acho que isso aí é importante.

Sr. Vereador, o Sr. sabe por quanto foi adquirido por empresa, não sei se mais de uma ou se uma apenas, esse edital da prefeitura? Qual foi o preço da aquisição desse edital?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Bem, a abertura das propostas estava previsto para 11 de março, e na época era 200 mil cruzeiros.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A compra do edital?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - A compra do edital com o jogo de projetos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quer dizer, mais do que aqui em Brasília. Aqui em Brasília são 30 mil, lá 200 mil.

Há uma nota no jornal, que eu estava lendo ainda há pouco, e diz que essa empresa é uma pequena empresa em comparação com outras, e que ela normalmente, quando ganha uma concorrência ou tem um serviço, associa-se a uma outra maior para poder executar uma determinada obra. No caso específico lá de Bento Gonçalves, embora não tenha chegado à conclusão da concorrência, mas há algum indício de que já havia estabelecido entendimento com alguma outra empresa para execução do serviço?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Bem, eu não posso dizer que havia indícios, havia comentários. Mas eu não consideraria isso indícios. Enquanto não fosse assinado o contrato, também seria difícil saber, provavelmente só depois da assinatura do contrato, porque a empresa que vence a concorrência é a que é responsável pela obra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim. Mas aí é que eu pergunto, se há alguma forma de se saber se havia alguma combinação, não uma combinação para concorrência em si, mas entendimentos prévios da empresa "X", porque normalmente se faz até em certos casos, isso é até normal, faz-se uma espécie de um consórcio, mas, no caso, não seria um consórcio. Mas se havia algum, V. Exa. disse que havia indício.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não. Nesse particular.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Havia comentários. Em termos de comentários, quais eram as empresas ligadas a essas editais?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Eu gostaria de deixar aqui bem claro que foi em termos de comentários e eu não teria condições de avaliar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Logicamente V. Exa. não tem responsabilidade pela...

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Seria pelos comentários à empresa Linus da Cunha, de Campinas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Empresa Linus da Cunha, que já ganhou a concorrência, concorrência também muito polêmica, relacionada com o Hospital Psiquiátrico em Bento Gonçalves, que seria juntado agora com o Hospital Geral, e seria feito um Hospital Geral de Clínicas de Bento Gonçalves, que se associaria, então, ao Pronto Socorro, à clínica e à ala de psiquiatria. Já houve uma polêmica anterior em relação a isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exa. sabe quais as outras obras assim mais importantes que essa empresa teria feito?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Qual das empresas?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Da Servilise.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Pela *Folha de S. Paulo* fiquei sabendo que ela teria construído três hospitais bastante simples. Um no Maranhão, um no Amazonas, se não me falha a memória, um no Espírito Santo. E que o próprio dono da empresa disse, textualmente, que a empresa é pequena e que só tinha condições de participar em concorrências de porte associada a terceiros, e que participava com um consórcio junto com a Siemens. A Siemens nega isso, diz que ela era uma simples fornecedora de equipamentos para essa empresa. O que vem em contrário a tudo o que o Secretário Municipal da Fazenda e o Prefeito diziam em Bento Gonçalves, em termos oficiais, de que essa empresa tinha todas as garantias, em termos de porte técnico, financeiro, e um dos próprios diretores da empresa parece que desmente isso publicamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pelo que vejo aqui no jornal, essa empresa Servilise é uma pequena empresa do setor imobiliário que produzia casas pré-fabricadas e se dedicou à construção modular de hospitais. Isso daí vem contra ao depoimento do Deputado Frejat, que mostrou que esse tipo de obras desse serviço modular, não sei qual é a expressão técnica disso, não se adapta a hospitais, porque não há uma junção muito bem feita por parte da junção desses blocos, através dessas falhas entre poeira e uma ventilação anormal para um hospital, insetos, etc. No caso de lá, seria construído na base desse sistema modular ou seria uma construção de cimento armado, cimento aparente ou seja lá o que for?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Bem, o edital é bastante complexo, e eu não sou um técnico na área, e não teria condições de avaliar perfeitamente isso. Mas, segundo técnicos da área, a construção é relativamente simples. O que encareceria, segundo o prefeito municipal e o secretário da fazenda, e que daria um vulto desse valor alçado, seriam os equipamentos hospitalares. Mesmo assim, o engenheiro Jean Franco Simente, por exemplo, dono de uma construtora e Presidente do Sinduscon, no Rio Grande do Sul, declarou, perante a CPI, que, sem saber qual era o equipamento que iria, ele sabia que diversas empresas do Rio Grande do Sul, inclusive citou como exemplo até a minha própria, diz ele, assinaria agora um contrato por um valor 25% menor,

sem saber o que vai. Podia ir até um tomógrafo computadorizado ou qualquer espécie de equipamento. Ele disse, eu assino agora por 25% do valor a menos. Considerando-se que ele é engenheiro, considerando-se que é dono de uma grande empresa, considerando-se que é Presidente do Sinduscon, do Rio Grande do Sul, eu entendi como muito relevante, de fato, a afirmação dele de que a obra foi superestimada em termos de valores.

O SR. GERSON CAMATA - Houve alguma auditoria sobre o valor da obra ou a opinião foi baseada somente no depoimento do Deputado Luís Roberto Ponte?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não. Não foi só no depoimento dele, foi no de outras pessoas também, mas auditoria não houve. Inclusive, Senador, um dos objetivos de que nós tínhamos, quando pedíamos a proposta financeira da única empresa vencedora era facilitar um orçamento que pudesse ser considerado, digamos, mais idôneo, porque, devido à complexidade do edital, fica muito difícil. Aqui no Senado, seguramente, V.Exas. terão todas as condições, mas para nós, como vereadores de uma cidade pequena, solicitar que empresas fizessem um orçamento atendendo ao edital implicaria em custos elevados e esses custos teriam que ser distribuídos entre os vereadores, digamos, interessados, e não foi possível fazer. Agora, a partir da proposta financeira, estariam relacionados todos itens, subitens, cada material com um preço seria fácil até um vereador só fazer uma pesquisa de mercado e saber se aqueles valores condiziam com a realidade, valores normais ou se estavam superestimados ou não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Sr. sabe, por acaso, se mais de uma empresa apareceu interessada no edital ou somente uma comprou o edital?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Interessadas no edital apareceram muitas. Acontece o seguinte: o Sinduscon solicitou à prefeitura municipal o edital e várias empresas estavam interessadas. Mas, a partir do conhecimento, pelo edital, que o Sinduscon tinha desse fator de exclusão do edital, não houve interesse em pagar 200 mil cruzeiros por edital sabendo que não poderiam participar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Só uma comprou o edital?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Parece-me que três compraram o edital: a Bolonhese, eu não posso lhe afirmar agora, Senador, mas parece-me que três compraram o edital. Mas só uma participou, por que só uma pôde participar. E dezenas de outras teriam interesse, mas tomaram conhecimento do edital e, sabendo que não poderiam participar, não adquiriram.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Na realidade, três compraram e uma só concorreu.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Eu diria mais, só uma teve condições de concorrer.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - As outras duas que tinham comprado não atendiam a essas condições?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não atendiam as condições.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, para encerrar, eu quero apenas, transcrever o que está aqui no jornal como declaração do Deputado Luís Roberto Ponte:

"Fonte registra que para uma obra orçada em 2,6 bilhões de cruzeiros, o Decreto-Lei nº 2.300, permite uma exigência de capital social do licitante de, no máximo, 264 milhões e 800 mil (10%). O edital reduziu o capital exigido e arbitrou um número cabalístico de 105 milhões (3,9%), por coincidência o capital da empresa e de 111 milhões."

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Só fazendo um reparo, Sr. Senador, na própria notícia. Não é no máximo, é no mínimo 264,8 milhões. O jornal diz no máximo, mas é no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eu gostaria que o Senador Jutahy Magalhães, Vice-Presidente, assumisse a Presidência neste momento, pois tenho que atender a um chamado urgente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Então, ficam esclarecidos esses detalhes apresentados pelo vereador, que acho são e mais graves ainda. Se no mínimo tinha que ser tanto e baixa o mínimo para atender a uma empresa no limite tal, acho que o assunto é mais sério.

O SR. GERSON CAMATA - Os vereadores que denunciaram estão sendo apontados como os traidores da saúde de Bento Gonçalves. A defesa dos vereadores era a de que o edital já estava nulo, no momento em que foi publicado sem o empenho de verba. De qualquer jeito, ele teria que publicar um novo edital e fazer uma nova licitação. O edital estava nulo, porque não havia empenho da prefeitura do convênio correspondente, da transferência dos recursos do ministério para a prefeitura.

O SR. NABOR JÚNIOR - Com permissão do Presidente, que vai assumir os trabalhos, gostaria de formular algumas perguntas.

Durante a sua exposição, o Senhor declarou que, num programa de rádio na cidade de Bento Gonçalves, o Prefeito fez uma afirmação de que esse edital teria sido já enviado daqui de Brasília, do Ministério da Saúde para a prefeitura. Tudo indica que assim foi feito, apenas com algumas adaptações introduzidas lá mesmo na prefeitura, o edital obedeceu as normas expedidas pelo Ministério da Saúde. Tanto que, no caso da concorrência efetuada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, o secretário declarou que as normas do edital foram expedidas pelo INAMPS, pelo Ministério da Saúde, porque o INAMPS está subordinado hoje ao Ministério da Saúde.

O prefeito, em algum momento, declarou que havia também recomendação do Ministério da Saúde, do INAMPS de que essa firma deveria construir esse hospital?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Eu não ouvi declarações dele de que havia recomendações do Ministério da Saúde. A referência que se fazia lá no município, era a de que o edital veio de lá, temos que seguir essas regras. Não dizia ninguém em especial. A impressão que eu tenho, Senador, é que seria alguma coisa assim em termos de 2ª, 3ª ou 4ª escalão, com intermediários. É a impressão clara que fica. Mas em momento algum, eu pelo menos, nunca ouvi o prefeito dizer que veio do Ministério da Saúde, fazendo alguma referência ao Ministro, ao 2ª ou 3ª escalão. Dizia: veio de lá, do Ministério da Saúde assim. Se queremos hospital vai ter que ser assim.

O SR. NABOR JÚNIOR - Essa recomendação que o Senhor falou que, provavelmente, partiu do 3ª ou 4ª escalão era indicativa dessa firma, de que essa firma deveria ganhar a concorrência?

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Era. Ou era assim ou o hospital não ia para Bento Gonçalves.

O SR. NABOR JÚNIOR - O edital, realmente, foi direcionado para que essa firma ganhasse, pelas adaptações que foram feitas lá.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - O edital está a disposição dos Senhores. No meu entender, ele foi claramente direcionado. Os Senhores, podem ter acesso ao edital, quem sabe tenham outra visão.

O SR. NABOR JÚNIOR - Excluiu as firmas locais. Praticamente, as firmas locais não tinham condições de satisfazer as exigências contidas no edital.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não é praticamente. Não tinham condições. No Rio Grande do Sul, nenhuma empresa conseguiu habilitar-se à participação. E nós sabemos que cerca de 15 a 20 das maiores empresas do País não poderiam se habilitar a essa licitação.

O SR. NABOR JÚNIOR - Presidente, considero essa afirmação do depoente bastante grave. Gostaria, inclusive, que o Relator a levasse em consideração. S.Exa. declarou que - não a nível de Ministério, nem de INAMPS - o prefeito teria declarado que foi uma determinação de Brasília, talvez de funcionários de terceiro ou quarto escalão, para que essa firma vencesse a concorrência. Por isso, o edital foi adaptado às condições da firma; nenhuma firma local pôde competir, pôde participar dessa obra, em virtude das exigências contidas no edital, que eliminavam as demais. Portanto, isso é muito grave! Parece-me que a liberação dos recursos foi condicionada ao fato da firma Servilise, de São Paulo, que não tem a menor ligação com o Rio Grande do Sul, sobretudo com um município distante de Porto Alegre, ser a vencedora. Tudo indica, porque, pelas declarações dele, o prefeito teria feito esse tipo de declaração. Foi, portanto, uma concorrência dirigida para que essa firma ganhasse.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Senador Nabor Júnior, essa é uma das razões que levam a solicitar o depoimento do Prefeito de Bento Gonçalves. Essa firma, a Servilise, não é tão pequena em termos de ramificações nacionais, não. Surpreendi-me e perguntei ao Senador Gerson Camata, que me informou que há, no Espírito Santo, um hospital construído por ela. Estou lendo aqui uma menção ao Estado do Maranhão. A firma OAS, da Bahia, costuma trabalhar com ela também, certamente em sistema de obra conjugada. Portanto, a Servilise, que, aparentemente, está sendo apresentada como uma pequena firma, é uma firma que tem - parece-me - uma certa expressão, ou está acostumada a fazer esse double: ganha a concorrência e dá à grande empresa o comando da obra.

Fiquei surpreendido, honestamente. Conhecemos bem o Espírito Santo, um Estado pequeno, o Senador Gerson Camata tem uma vivência extraordinária em matéria de pessoa, e não nos lembramos de ninguém. Essa firma fez um hospital no Espírito Santo. Agora, a título de curiosidade, vou querer saber qual o hospital do Espírito Santo que foi feito pela Servilise. Parece-me que é um hospital muito prático: paredes de cimento, uma coisa muito despojada. Mas, parece-me, no caso de Bento Gonçalves, que a suspeição é muito certa: uma firma sai de São Paulo e vai fazer um hospital em Bento Gonçalves? Ela andou muito para chegar ao extremo do Rio Grande do Sul.

Creio, Sr. Presidente, que já está relacionado o Prefeito de Bento Gonçalves para prestar depoimento. Durante o depoimento do Prefeito de Bento Gonçalves

podemos, em face destes documentos que nos chegaram às mãos, estabelecer uma maior ilação, para conseguirmos construir os primeiros indícios desta Comissão.

O SR. NABOR JÚNIOR - Se a firma tem, realmente, esse porte, se construiu várias obras em diversos Estados, inclusive, consorciada com outras empresas, conforme está dito aqui, ela deve ter, também, bastante influência junto ao Ministério da Saúde ou no INAMPS. Isso porque o prefeito determinou que se obedecesse o edital, que foi uma moldura para uma determinada firma. As firmas locais não tiveram condições, pelo capital, que é inferior. Mas, uma obra de 2 bilhões e 600, um capital alto assim, é uma maneira de se eliminar as firmas menores. É muito conhecido, em termos de licitação, fixar um capital muito alto, para que só uma determinada empresa possa cumprir a exigência. As outras estariam automaticamente eliminadas, estariam desclassificadas por falta de condições de preencher os requisitos estabelecidos no edital.

O SR. GERSON CAMATA - Foi o que ocorreu, exatamente, naquela licitação que denunciei, do DR do Espírito Santo. Publicaram o seguinte: "Só poderão participar desta licitação empresas que tenham feito, no Espírito Santo, projetos de mais de 300 km de estrada." Só há uma firma, no Brasil, que fez mais de 300 km de estradas no Espírito Santo, o que ocorreu na gestão do ex-Governador Max Mauro, quando o atual Governador era o Secretário de Planejamento. Lá fizeram outra coisa burra até, concorreram duas empresas: a CAB e a COPAVEL. As duas são do mesmo dono, estão sediadas no mesmo endereço e atendem pelo mesmo telefone. Quer dizer, o negócio foi "carimbado", porque ninguém poderia participar. Aliás, mais carimbado do que esse edital. Pode acontecer que, se procurarmos pelo Brasil, tenha outra firma com esse índice de liquidez. Agora, empresa que fez 300 km de estradas no Espírito Santo só há uma. Eles fizeram o seguinte: 321,6, que era o total que a empresa havia feito.

O SR. NABOR JÚNIOR - Realmente, Sr. Presidente, a Comissão vai cumprir um papel muito importante. Há, portanto, a necessidade de que todos nós nos empenhemos no esclarecimento desses fatos, até porque isso é público e notório, esse "negócio" de concorrência direcionada. Até em relação a essa obra Linha Vermelha, um jornal de Minas Gerais publicou, com antecedência, as empresas que iam ganhar. Teve o caso da Norte-Sul, que também foi anunciado com antecedência, sobretudo agora que o Governo se propõe a construir milhares de Ciep's em vários Estados.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Vou fazer um requerimento de informações sobre a questão dos Ciac's.

O SR. NABOR JÚNIOR - Se não houver honestidade na publicação desses editais, na contratação dessas obras, todas serão direcionadas. No caso dessa de Brasília, estou mais do que convencido de que houve realmente um direcionamento para que essa empresa do Acre vencesse a concorrência. Há elementos para que se afirme isso. É deplorável que esteja acontecendo isso, sobretudo num Governo que tanto criticou o Governo anterior por causa desses fatos.

V.Exa. se recorda da repercussão que houve no Congresso Nacional, a concorrência da Ferrovia Norte-Sul, porque o Jornalista Jânio de Freitas publicou, com antecedência, um anúncio de que as firmas

tais e quais iriam ganhá-la. Teve uma repercussão muito grande. Está se repetindo a mesma coisa: editais direcionados para determinadas empresas, nas quais o Governo tem interesses políticos, econômicos, ou funcionários de terceiro ou quarto escalão recebendo comissões para direcionar essas concorrências.

O SR. GERSON CAMATA - Veja V.Exa. Sobre a Ferrovia Norte-Sul, houve uma CPI. Um cidadão, chamado Paulo Vivacqua, era o Presidente da Valec, que veio aqui depor. Ele, naquela época, deu um contrato a uma firma chamada Valec, de propriedade do Governador atual do Espírito Santo, de 46 milhões de dólares, sem licitação. Aliás, lá ocorreu tudo sem licitação. A licitação que houve foi, também, fraudada. Atualmente, o Sr. Paulo Vivacqua, que foi demitido da Valec, é o todo-poderoso Secretário do Desenvolvimento do Governador do Espírito Santo, a quem ele na Valec, havia dado um contrato sem licitação. Está lá, foi promovido.

O SR. NABOR JÚNIOR - Essas coisas precisam, realmente, serem moralizadas. Não podem mais continuar acontecendo esses fatos, que são deprimentes. Às vezes não se trata do Ministro. Cito o caso do Prefeito de Manoel Urbano, no meu Estado. Ele relata que esteve aqui, no Ministério da Saúde, no Governo anterior, e um funcionário ter-lhe-ia dito que repassava o recurso para a construção do posto médico que ele pleiteava, desde que esses recursos fossem dados para uma determinada firma. Ele concordou, mas o dinheiro nunca chegou lá. Ele assinou, deu quitação, e o dinheiro nunca chegou; o posto nunca foi construído. Há muitas firmas que funcionam através de lobbies nesses Ministérios que dispõem de recursos para a construção de hospitais, escolas etc... Há lobbies nesses Ministérios, resistentes à mudanças de Governo. Entra governo, sai governo, e os lobbies continuam existindo, atuando. O prefeito só receberá os recursos se atender às recomendações para que a tais firmas sejam entregues. Isso precisa acabar!

O Senador Jutahy Magalhães participou da CPI da Corrupção e viu que muita gente fez esse tipo de acusação. Na época, participava da CPI o atual Vice-Presidente da República, Senador Itamar Franco; o Senador José Ignácio Ferreira, que foi Líder do Governo. Ele mesmo fez muitas dessas denúncias. Participou, também, o Ministro da Educação, Carlos Chiarelli. Ficou comprovada muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - É a minha expectativa, porque, a CPI da Corrupção, os três Relator, Presidente e Vice-Presidente acabaram nos altos escanões da República. Vamos ver se nós, também, chegaremos lá. (Risos)

Eu gostaria de perguntar, também, se neste edital existe o tal preço oculto.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Não. O preço é declarado. Há o preço, o valor orçado da obra, limite máximo e o limite mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Já é um pouco diferente deste caso aqui. Em relação a este caso, o Senador Gerson Camata havia falado hoje, pela manhã, que precisava chamar os dois representantes daquelas empresas que deram preços iguais para que jogassem na sena. Recomendaria a V.Exa. que chamasse também a firma vencedora, porque, dentro dos cálculos estabelecidos, para vencer, dentro do preço oculto, era necessário ter o índice 5,000. Qual foi o que deu? A empresa

teve o índice 5,00074. Veja, portanto, V.Exa., que também ganha a sena.

Como disse o Senador Nabor Júnior quando estávamos na CPI da Corrupção, recebemos inúmeros processos, inúmeras denúncias de prefeituras que tinham suas obras direcionadas para determinadas empresas, e que eram obtidas através de intermediários. Foram denúncias sérias e objetivas. Tão sérias e objetivas que o candidato a Presidente, à época, Dr. Fernando Collor, foi ao Ministério da Justiça com o dossiê da CPI da Corrupção para exigir do Ministro da Justiça, de então, que fizesse a apuração dos fatos. Ele deve ter lido o processo e exigiu do Ministro que fizesse a apuração daqueles fatos. Só que ele se esqueceu, agora, que é Presidente e pode dar ordens ao Ministro, de dar ordens para apurar esses fatos, que ainda hoje estão sem apuração.

Veja V.Exa. que naqueles casos também tivemos dificuldades em, inicialmente, saber o rumo exato por onde deveríamos ir.

Hoje estamos repetindo esses fatos. Veja V.Exa. que já começam a aparecer indícios - não provas, não existem comprovações -, coincidências de fatos que mostram a possibilidade de se estar encontrando alguma coisa que demonstre que essas obras estão sendo direcionadas. Esses indícios, na realidade, estão aparecendo. Veja esse índice. É muita coincidência, num preço oculto, a pessoa acertar na "mosca". Nem "raspou na trave", tirou uma lasca, mas entrou no gol. Tanto que ganhou.

Portanto, veja V.Exa. que as coisas estão começando a aparecer. No caso de Bento Gonçalves, vamos ouvir o Prefeito. Estamos aqui para ouvir os dois lados. Queremos é a verdade, e não acusar fulano, sicrano e ou beltrano. Estamos procurando a verdade, e, através dela, tentar evitar que se consiga continuar esse tipo de serviço direcionado para alguém.

O SR. GERSON CAMATA - Permita-me, Sr. Presidente. (Assentimento da Presidência) O Relator, certamente, além da procura dos culpados, vai sugerir mudança na legislação. Creio que a legislação precisa ser mudada. Essa já é uma conclusão lógica. O Deputado Osvaldo Leiva apresentou, na Assembleia de São Paulo, um projeto interessante. Toda licitação, antes de ser homologada, deve passar pela Comissão de Fiscalização do Orçamento da Assembleia, para uma análise. Depois, é devolvida para o órgão que abriu, onde é homologada ou não. Não muda a legislação.

Ontem, conversei com o diretor, no Brasil, de uma empresa multinacional, que vende para governos de toda a América Latina. Ele participa de muitos congressos fora da empresa, onde ouve, com frequência, que três países são muito corretos no trato, que são sempre elogiados por causa da legislação muito clara, que é a França, o Canadá e Cingapura, quando vão comprar, a legislação de licitação é muito clara.

Seria muito interessante a Comissão oficial às embaixadas desses países e pedir toda a legislação para fazermos um estudo comparativo, para ver se na mudança da legislação possam obter dados para adaptarmos ao Brasil idéias que possam vir na cópia da legislação desses países.

Realmente, lendo os jornais, nunca vi escândalos assim na França, no Canadá, e em Cingapura. Recentemente, haviam me contado que tinha um Procurador que tomava conta da administração que tinha ido para a cadeia e estava para ser condenado à morte - era o fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - É, lá o negócio é duro.

Concluindo apenas, antes de conceder a palavra, acho que nós devemos caminhar nesse sentido, e hoje, conversando com a nossa assessoria que está acompanhando os trabalhos aqui na Comissão e, também, conversando com outras pessoas à tarde, para não ficar muito claro que essa questão de preço oculto é totalmente ilegal, e é um dos pontos que devemos logo imaginar se é possível ou não, se um ação possa ser feita para acabar com esses editais de preço oculto, pelo menos para a área federal. Seria interessante examinarmos isso.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO - Eu realmente estou preocupado com o que vem ocorrendo neste País, e esta Comissão, que hoje ingresso aqui como membro, tem uma responsabilidade quase inexecutável, porque a corrupção, realmente, vem atingindo todos os níveis da administração pública deste País, é quase que um mal invencível.

Não há dúvidas que eu já pensei, como Deputado Estadual, refletindo sobre essa matéria, estabelecer um código moral para a corrupção. Parece um contra-senso, mas eu exatamente quis estabelecer para mostrar apenas a contradição, o contra-senso, nem pensei no código ético, mas num código moral para ver se isso despertasse, e fiz algumas considerações sobre esse tema. Mas ainda voltarei oportunamente, porque realmente disciplinar é mais fácil do que combatê-la pura e simplesmente; ao menos ela se torna explícita, e a hora em que a sociedade entender, efetivamente, de punir os culpados fica mais fácil.

O que está acontecendo? Evidentemente, vejamos V.Exa. o que ocorreu: o Senador colocou muito bem essa questão, uma forma mais sofisticada de se conseguir dirigir a licitação. Havia, e como há, as licitações dirigidas, mas esta, para absoluta garantia, Senador Gerson Camata, primeiro se licita. Depois se faz o convênio, se transferem as verbas, e depois se regulariza. Primeiro se licita o vazio, o nada, a nulidade como V.Exa. bem acentuou. Se der tudo certo aí não há mais risco e aparentemente tudo foi regular, normal, lícito; depois há as transferências dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V.Exa. me permite? E com a experiência da outra CPI, são casos que se combinam. No caso de Valença, no Rio de Janeiro, foi o primeiro caso em que o Prefeito esteve aqui para denunciar os intermediários. Também foi um edital.

O SR. AMIR LANDO - Sem as verbas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Edital sem a verba, não tinha nada na Prefeitura de Valença.

O SR. AMIR LANDO - Balão de ensaio, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Então, foi o edital, alguém se comprometeu a conseguir no Ministério os recursos necessários, a fundo perdido, para aquela obra, e quando o Prefeito sentiu que aquele edital não era muito correto, resolveu modificar o edital. Os intermediários assim não recebem a verba, e aí aconteceu de o prefeito ter ido procurar o Senador Nelson Carneiro, que era do Rio de Janeiro, para denunciar o fato. Daí surgiu o escândalo nacional, que nós aproveitamos na CPI da Corrupção para buscarmos outros casos que eram muito sérios, mas também em razão de um edital sem recurso orçamentário, com alguém interessado, com boas ligações no Ministério para facilitar a ida de recursos para o Município, desde que o edital

tal fosse aproveitado, porque aquele edital determinava que a empresa "x" é que ganharia.

O SR. AMIR LANDO - Exatamente. Eu desconhecia, porque não tive oportunidade de participar de outras CPIs, de outras investigações. Veja V.Exa. que, então, esse método aí já não é novo, mas é um método muito seguro. Tenho a certeza todos nós já conhecemos de que haverão de desembocar nesta Comissão outros editais. Eu já tenho em mãos alguns que parecem irmãos siameses. No momento oportuno, sem estrépito, porque entendo que o sigilo é a arma da eficácia na investigação. O importante é eu gostaria exatamente de recomendar é que esta Comissão, nesses momentos preliminares, estabeleça os pontos cardais para amarrar as suas convicções, conduza esse trabalho com alguma discricção, porque acho que o êxito será evidente. Temos que prestar um serviço corajoso ao País, que é o de elucidar essa imoralidade: a corrupção que vem destruindo os pilares da Pátria. Isto é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao Vereador Fernando César Ferrari para as suas conclusões, antes de encerrarmos os trabalhos.

O SR. FERNANDO CÉSAR FERRARI - Srs. Senadores, na qualidade de Vereador do meu Município, Bento Gonçalves, eu faria um apelo, um sincero apelo a V.Exas. para que intercedessem junto ao Governo Federal para que a preocupação de Bento Gonçalves - que, inclusive, ao que me parece, foi o pivô desta CPI, considerando-se que foi o primeiro caso levantado no sentido de esclarecer a situação, no sentido de preservar, digamos assim, o bom uso dos recursos públicos, não nos "premiasse" com a perda dos recursos para esse hospital, que é muito necessário para a nossa população. É um apelo que faço a V.Exas. para que esse contra-senso não ocorra.

Entendo que o Presidente Fernando Collor de Mello que, em sua campanha para Presidente fez tanta pregação em torno da transparência, em torno do combate à corrupção, não poderia de forma alguma retirar esses recursos do Município de Bento Gonçalves, porque lá houve a preocupação de combate à corrupção.

É um apelo que faço aos Srs. Senadores, um apelo sincero, um apelo até emocionado, porque eu vou voltar a Bento Gonçalves, e estou sendo acusado lá, juntamente com outros Vereadores, de inviabilizar a construção desse hospital por termos nos metido no meio do processo.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, gostaria de tecer uma breve consideração sobre esse tema.

Acho que isso seria, no mínimo, um atestado de isenção e de lisura do Poder Público Federal, no caso do Ministério da Saúde, que essa obra não fosse estancada em razão desse evento. Acho que o Ministério da Saúde, para dar uma prova inequívoca da sua lisura, dará continuidade a essa obra; se não, efetivamente, é passar recibo à corrupção.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Eu queria fazer uma colocação, já nos momentos finais do depoimento do Vereador de Bento Gonçalves.

É evidente que há um aspecto político local que fotografamos logo de saída; e, sem entrar no mérito propriamente dito do problema local de Bento Gonçalves, queremos transmitir exatamente a nossa preocupação. Esta Comissão está sendo erigida com um ideal nobre, porque se não conseguimos provar e isso foi discutido desde o

primeiro dia há os indícios, os comentários, dolorosamente os comentários.

Eu, por exemplo, como Senador, já tive oportunidade de viver um episódio e, como sempre acontece, a pessoa no final acabou dizendo que não. Eu tenho o ideal de ir para os Ministérios sou um homem que acredita nisso lutar pelos meus Prefeitos, lutar pelo meu Estado, e tive um desprazer muito grande em relação a um dos mais velhos companheiros que eu tenho na luta política do Espírito Santo. Prefeito Municipal, empenhado numa obra um certo vulto, cheio de ideal, vou ao Ministro, desço, volto à Secretaria. Fiz tudo com a maior humildade possível. E depois esse meu grande companheiro, que tenho a maior estima por ele, procurou-me numa conversa a dois e disse: - "Élcio, vou lhe falar uma coisa. Você não vai ficar zangado, mas fui aconselhado a que você não fique a frente desse pedido. Você tem de encaminhar para um outro Parlamentar". E citou o nome. Fiquei até meio perplexo. "Porque terá mais facilidade de conseguir com ele essa obra do que você, que é Senador, tem um mandato, tudo isso... Você me entenda. Acima de tudo a nossa amizade continua, sou seu companheiro, mas preciso da obra."

Talvez seja o seu drama que V.Exa. está vivendo em Bento Gonçalves, um momento em que manipula a opinião pública para dizer que V.Exa. é o responsável. Agora, como disse o Senador Amir Lando, a obrigação do Governo é manter a obra. E o que V.Exa. está querendo exatamente com uma Comissão Parlamentar de Inquérito lá da Câmara de Vereadores, e se o Prefeito também é patriota, quer o bem-estar do Município, é ter a obra com maior lisura possível.

Estou dando esse depoimento, pois foi uma das coisas que mais me chocou aqui no Senado, no início do meu mandato, quando uma pessoa que prezo, vem e me diz isso. Se acontece comigo, sou um Senador, que trabalho com toda a dedicação, faço isso com a maior humildade possível... fiquei perplexo! E aí compreendi que alguma coisa tem de vir à tona, porque não podemos continuar com esse tipo de assunto.

E um detalhe que está me chamando atenção. Cada vez mais os lobbies estão se instalando, de tal forma que se torna até difícil o cumprimento de um mandato popular, principalmente aqueles que exercem a política com honestidade, com amor, com compromisso com o povo.

Então, quero dizer ao nobre Vereador de Bento Gonçalves que aqui está, sem entrar no mérito do problema político local respeito profundamente a situação política de cada município, vivo também a política municipal que a sua posição nos parece, pelo que tivemos oportunidade de ver no depoimento, a posição de um homem diligente, que está consciente do seu mandato, lutando na sua comunidade para a moralização das coisas. E se o prefeito, efetivamente, quer a obra, almeja a obra, que é a grande aspiração de Bento Gonçalves, comprometo-me, dentro da Comissão, aqui, junto aos nossos Senadores, acredito que o Presidente Jutahy Magalhães tem uma longa história também de honestidade, de trabalho, vamos fazer a cura. Vamos dirigir o expediente, perdendo que o hospital de Bento Gonçalves tenha a sua reinclusão dentro do orçamento ou que a operação seja necessária, não estou bem a par ainda, vou me tornar consciente disso. Porque acho que desse depoimento todo ficou a grande preocupação que V.Exa. transitivo, um depoimento muito claro, de que, infelizmente, aqueles que querem lutar por moralização, daí a pouco viram réus e passam a ser réus responsáveis per-

rante sua comunidade, por uma coisa que, se fosse efetivada, poderia erigir uma grande obra, teria um grande benefício é inegável mas, na verdade, seria construída sob pilares inteiramente podres, que são os pilares da corrupção.

Então, dirijo essa palavra ao nobre depoente até com a estima e o respeito que me merece o Vereador. Sou um político, a minha vida toda foi de um político ao amanho da atividade de levar a todos os nossos companheiros uma palavra de satisfação, de alegria, de compreensão. Vejo no Vereador um elemento muito importante. E estimo que a Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves, dentro desses propósitos que foram manifestados, continue sempre vigilante. Temos que começar a construir o Brasil, do município para a grande cúpula nacional, que hoje é Brasília.

Então, essa é a nossa palavra. Vou debater com os nossos companheiros de Comissão esse aspecto, para que Bento Gonçalves amanhã não seja sacrificada, e muito menos ainda, o Vereador que teve a iniciativa de denunciar e não seja amanhã execrado da opinião pública como o responsável pela não-ida de uma obra tão importante para o município.

Eu gostaria de fazer esse registro para prestar homenagem exatamente a quem está depondo com tanta sinceridade.

O SR. DEPOENTE FERNANDO CÉSAR FERRARI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - A Presidência também deseja manifestar o seu agrado pelo depoimento.

Agora, vamos ver o Prefeito de Bento Gonçalves, deverá estar aqui na próxima semana juntamente com outros três Prefeitos do Estado de Minas Gerais e assim continuaremos dando os passos. Ninguém pense que, ao contrário do que eu próprio imaginava, de que o que se passa aqui fica aqui dentro. Sei, por experiência própria, que o que se passa aqui está sendo levado a alguns setores, porque quando do episódio ocorrido na última semana, logo em seguida, pessoas me procuraram para comentar o que teria ocorrido aqui.

Mas, nosso trabalho, como disse o Senador Amir Lando, deve ser um trabalho discreto, sem preocupações com flashs e nem luzes. Agora, buscando aquilo que julgamos ser a verdade, para através dela procurarmos evitar os males que vêm ocorrendo. Este foi mais um passo, com o seu depoimento prestado aqui. Será levado em consideração, será examinado, ficará em nossos arquivos, mas não só em nossos arquivos, servirá para encontrarmos a verdade.

Está encerrada a reunião.

Ata da 4a. Reunião, realizada em 27 de Junho de 1991.

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e quarenta e três minutos, na sala 02 da Ata Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Baccalar (Presidente), Elcio Álvares, Garibaldi Alves Filho, Amir Lando, Jonas Pinheiro, Rober Júnior, Affonso Casariga, Divaldo Suruagy, Magno Baccalar, Gerson Canabá e Jutahy Magalhães, reuniram-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". O Senhor Presidente convidou os Senhores Senadores, Jutahy Magalhães (Vice Presidente) e Elcio Álvares (Relator), para compor a mesa. A seguir, convidou o Senhor Fortunato Rizzardo, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves (RS), para iniciar o seu depoimento. Prestado o juramento, o Senhor Senador Elcio Álvares (Relator) sugeriu ao Senhor Presidente e membros da Comissão que os depoentes sejam interrogados primeiramente e logo em seguida poderão usar a palavra, para esclarecer algo que julgar necessário. Explica o Senhor Relator que tal sugestão tem por objetivo ampliar os depoimentos, devido a pauta da Comissão conter quatro depoentes. Todos estão de acordo com a sugestão do Senhor Relator, que continuando com a palavra inicia as interações ao depoente, seguido dos Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho, Gerson Canabá, Jonas Pinheiro, Jutahy Magalhães, Divaldo Suruagy, Amir Lando e os Senhores Deputados Luis Roberto Ponte e Francisco Diógenes. Encerrado o depoimento do Senhor Fortunato Rizzardo, o Senhor Presidente convidou o segundo depoente, Senhor Aldimar Rodrigues, Prefeito Municipal de Jandaia (MG), o qual veio acompanhado do Senhor Djalma Luiz Hiranda, Assessor da Prefeitura. O Senhor Prefeito Aldimar Rodrigues solicita ao Senhor Presidente que o Senhor Djalma Luiz Hiranda preste depoimento juntamente com ele. Com o consentimento da Comissão, os Senhores Aldimar Rodrigues e Djalma Luiz Hiranda prestam o juramento e iniciam o depoimento com as interações dos Senhores Senadores Elcio Alva-

res, Oivaldo Surrusny, Jutahy Magalhães, Berson Canata e Magno Bacelar. Encerrado o depoimento, o Senhor Presidente convida o Prefeito de Teixeira (MG), Senhor José Diogo Drumond Filho, para prestar depoimento. O Senhor Prefeito presta o juramento e inicia o depoimento, encerrando logo em seguida. O Senhor Presidente convida o Senhor Senador Magno Bacelar para assumir a relatoria, devido a necessidade de ausência do Senhor Relator, Senador Elcio Alvares. O Senhor Senador Magno Bacelar inicia as interpeleções seguidas do Senhor Senador Jutahy Magalhães, que encerra logo em seguida. O Senhor Presidente convida o Vice-Prefeito Municipal de Ouro Preto (MG), Senhor Paulo Marcos Xavier da Silva, para prestar o seu depoimento. O Senhor Prefeito presta o juramento iniciando o depoimento com as interpeleções dos Senhores Senadores Magno Bacelar, Amir Lando, Berson Canata, Jutahy Magalhães e Garibaldi Alves Filho. O Senhor Presidente agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião da qual, eu, Hamilton Costa de Almeida, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e *[assinatura]* à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DOS SENHORES PREFEITOS FORTUNATO RIZZARDO (BENTO GONÇALVES RS), ALDIRAR RODRIGUES (JANÁUBA MG), DJALMA LUIZ MIRANDA, ASSESSOR DO PREFEITO DE JANÁUBA, JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO (TEIXEIRAS MG) E PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA (OURO PRETO MG), QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR
Relator : Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO MISTA PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Havendo quorum, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Esta Presidência quer dar conhecimento aos membros da CPI de alguns documentos recebidos e outros que enviamos. Entre os recebidos, acho que é importante os membros tomarem conhecimento, há uma carta que recebi do Secretário de Saúde do Distrito Federal, Deputado Jofran Frejat, nos seguintes termos:

Sr. Presidente, tendo comparecido a essa ilustre Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar o depoimento solicitado através do ofício nº 015, CPI-Obras Públicas, de 18 de junho do corrente ano, sugerimos, naquele momento, a indicação de uma entidade para fazer a avaliação das planilhas de custo da construção do Hospital da Vila Paranoá. Considerando que se aproxima o recesso parlamentar, gostaríamos de ter alguma informação a respeito do resultado daquela avaliação, a fim de que o início da obra não seja postergado, ou então que haja realização de novo procedimento licitatório, com base nas avaliações feitas por essa comissão. Esclarecemos que o Hospital da Vila Paranoá será construído em área residencial de passoaas carentes, sendo que

qualquer delonga se refletirá em prejuízo à assistência da população daquele local.

Na oportunidade, apresentamos a V.Exa. protestos de elevada estima e consideração. Deputado Jofran Frejat, Secretário de Saúde.

Este ofício está endereçado ao Presidente da Comissão, Senador Ruy Bacelar.

A Presidência, ouvindo, também, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Jutahy Magalhães e o Relator, Senador Elcio Alvares, achou por bem responder o ofício com outro do seguinte teor:

Ofício nº 030/91, de 27 junho de 1991.

Sr. Secretário, em mãos o ofício nº 399/91, em que V.Exa. solicita pronunciamento sobre a avaliação das planilhas de custo da construção do Hospital da Vila Paranoá, cumpre esclarecer que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída para apurar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas e que o convite formulado à V.Exa. para prestar depoimento decorreu de denúncias formais apresentadas pelo eminente Deputado Luiz Roberto Ponte, ratificadas pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, apontando irregularidades ocorridas na concorrência para a construção do Hospital da Vila Paranoá, dentre muitas outras.

O prazo desta Comissão para apresentação do relatório final é de 90 dias e a concorrência do Hospital da Vila Paranoá é apenas um dos inúmeros casos em processo de avaliação por esta Comissão. De igual modo, não está inserida nas atribuições da CPI a de obstar, postergar ou autorizar a realização de quaisquer obras contratadas pela administração pública. Assim, compete a V.Exa. deliberar sobre o prosseguimento do processo licitatório em espécie ou determinar a sua anulação, reservando-se a esta Comissão o direito e o dever de prosseguir na consecução dos objetivos para os quais foi instituída.

Renovo a V.Exa. protestos de elevada consideração e apreço.

Senador Ruy Bacelar, Presidente.

Acho que todos estão de acordo.

Outro documento que esta previdência pretende colocar em discussão, para que os Srs. membros se pronunciem, é o que diz respeito a uma solicitação que estamos fazendo ao Tribunal de Contas da União no seguinte teor:

Of. 029/91- Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 167 de 1991, destinada a investigar denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas e de acordo com o disposto no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e Decisão Normativa nº 17/90 do Tribunal de Contas da União, comunico a V.Exa. que a Comissão deliberou - isso será colocado em discussão daqui a pouco - consultar - se aprovado, digo eu - esse egrégio Tribunal sobre a legalidade ou não da adoção de preço-base sigiloso, a ser revelado no ato de abertura das propostas, que vem sendo utilizado pela administração em vários editais de concorrência pública.

Em anexo, seguem, a título de exemplo, dois editais que contemplam essa inovação.

Em face de prazo legal a que estamos submetidos para a conclusão dos trabalhos, pedimos que o atendimento a essa solicitação se faça em 15 dias, a contar do recebimento desse ofício.

Coloco, então, em discussão o presente requerimento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente tenho uma dúvida, se podemos estabelecer o prazo. Seria bom até conversa com o Presidente, acho que S. Ex^a teria a maior boa-vontade em atender. É lógico que a urgência é grande. Não sei se nos compete estabelecer a resposta num prazo "X", mas, se pudermos...

O SR. JONAS PINHEIRO - Impondo prazo ou sugerindo?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não é propriamente uma imposição. Está-se falando num prazo de 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Pedimos que o atendimento se faça em 15 dias.

Ontem conversei com o Ministro Luciano Brandão a esse respeito e S. Ex^a disse que tinha muito interesse, inclusive, em relatar essa matéria e que iria procurar o Presidente, Dr. Adhemar Ghisi, para ver a possibilidade de S. Ex^a ser o Relator. E S. Ex^a nos prometeu urgência, em resposta ao requerimento.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - A redação me parece, dentro da mecânica do Tribunal de Contas em relação ao Poder Legislativo, absolutamente correta, apenas, tendo em vista o que se está processando dentro do entendimento, porque ali, a contar do recebimento desse ofício, já estaria assinalado um prazo. Qual seria a sanção se ele fosse ultrapassado? Acho que ali eu colocaria "dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento desse ofício". Evidentemente, a intervenção do Presidente junto ao órgão vai acelerar, vai agilizar.

O SR. JONAS PINHEIRO - S. Ex^a pode atender até em menos de 15 dias. Pode mandar amanhã ou depois, dependendo da redação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, vamos fazer a modificação para tornar menos...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Aprovamos o mérito e mudamos um pouco a forma, no final.

"Em face do prazo legal a que estamos submetidos para conclusão, pedimos que apresente solicitação, se possível, dentro do prazo de 15 dias."

(DISCUSSÃO PARALELA)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - "Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e, como membro desta Comissão de Inquérito destinada a investigar denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas, proponho que sejam requisitadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) as seguintes informações:

1. Quais as licitações realizadas para a obra de construção de estradas vicinais no âmbito desse Instituto nos anos de 1990 e 1991?

2. Qual a localização, com a especificação dos respectivos trechos, e os valores de cada obra licitada no referido período?

3. Qual ou quais as empresas de construção civil vencedoras em cada uma dessas licitações?

4. Os respectivos editais e contratos previam a subcontratação de parte do serviço ou de toda a obra em cada caso?

5. Na hipótese de resposta afirmativa ao quesito anterior, tendo ocorrido a subcontratação, houve expressa e manifesta concordância do órgão licitante após a verificação de fato superveniente justi-

ficado que tenha determinado a alteração contratual nesses sentidos, tudo de acordo com a legislação pertinente em vigor?

6. Quais as obras e/ou serviços, caso a caso, cada licitação em que ocorreu subcontratação e qual a empresa ou empresas subcontratadas?

Sala das sessões.

Senador Jutahy Magalhães."

Em conversa com a Assessoria da Comissão, requeiro que esta solicitação fosse encaminhada também a diversos outros órgãos do Executivo, tais como o Ministério da Ação Social, Caixa Econômica, Ministério da Educação, Ministério da Infra-estrutura.

Passo às mãos de V.Exa..

E como V.Exa. está falando nesse tal preço oculto, quero passar, também, às mãos de V.Exa., para conhecimento desta Comissão, o estudo que solicitei a esse respeito, que mostra a inconveniência para a administração pública dessa questão de editais com preço oculto.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Coloco em discussão a solicitação feita pelo Senador Jutahy Magalhães no sentido de requerer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) várias informações e estendê-las a outros órgãos da administração pública federal. (Pausa)

Todos estão de acordo!

Esta Presidência recebeu, também, um documento que diz respeito ao comentário sobre o Decreto-Lei nº 2.300, ao qual darei conhecimento à Assessoria e à Comissão.

Srs. Senadores todas as solicitações feitas na sessão anterior tiveram seguimento através de ofício, solicitando aquilo que foi aprovado nesta Comissão por parte dos Senadores Gerson Camata e Jutahy Magalhães.

Poderia solicitar a leitura da ata anterior, mas como V. Exas. vão ter conhecimento, está dispensada a leitura.

Aproveito a oportunidade para convidar o Prefeito de Bento Gonçalves, Sr. Fortunato Rizzardo, a tomar assento à Mesa.

Sr. Prefeito, a Comissão tem grandes poderes, sobretudo quando se trata de Prefeitos. Eu, que já fui vereador, entendo que devemos colocar V. Exa. à vontade, para não se intimidar no depoimento que vai fazer.

Esta Comissão tem por objetivo verificar irregularidades na contratação de obras públicas calcada que foi a sua criação em denúncia feita através de uma carta de Belo Horizonte, denominada "Carta das Empreiteiras".

Sabemos de antemão que há fraudes em algumas prefeituras, há fraudes em organismos estaduais, mas as grandes fraudes no Brasil não estão só nas prefeituras. As fraudes das prefeituras são pequenas em relação às grandes obras, como as hidrelétricas, essas empresas descentralizadas. E nosso intuito é chegar lá. Como também não podemos deixar de lado irregularidades que possa haver em prefeituras, quer sejam grandes ou pequenas.

Em sendo assim, convido V.Exa., Sr. Prefeito Fortunato Rizzardo, de Bento Gonçalves, a fazer o juramento de praxe, de acordo com os arts. 203 e 342 do Código de Processo Penal.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - (Presta Juramento)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Cumprindo outras formalidades do art. 203, gostaria que V.Exa. declarasse seu nome completo.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Fortunato Janir Rizzardo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - 45 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado civil e residência.?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Casado. Moro na Rua São Paulo, nº 971, Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Economista. Atualmente, exerço o cargo de Prefeito Municipal de Bento Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V.Exa., agora, terá um prazo de 15...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Queria fazer uma colocação. Em virtude de termos, hoje, quatro depoimentos de prefeitos, eliminaríamos aqueles 15 minutos habituais e daríamos aos prefeitos, depois das perguntas que já estão mais ou menos formuladas por nós, em relação ao caso de Bento Gonçalves, um prazo para se fazer uma digressão geral. Ficaria, parece-me, mais rápido e mais prático, porque o que S. Exa. vai falar, de maneira genérica, é pertinente ao problema da concorrência de Bento Gonçalves. Faríamos as perguntas e, ao invés de falar antes, S. Exa. falaria, se quisesse, após as perguntas formuladas.

Estou colocando isso, porque verifico que temos quatro depoimentos e assim, daríamos mais celeridade ao trabalho. Faço essa colocação a V.Exa., Sr. Presidente, porque a exposição inicial seria inteiramente feita, se fosse o caso, se S. Exa. achasse conveniente, após as perguntas formuladas pela Comissão.

O SR. JONAS PINHEIRO - É exatamente isso que iria indagar do depoente, isto é, S. Exa. se ele prefere aceitar a sugestão do Relator, ou se prefere falar primeiro.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Estou à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sr. Prefeito, este procedimento é norma da Comissão, tendo sido utilizada para outros que aqui estiveram, ou seja, um período de 5 a 10 minutos para expor, antes de entrar na fase de questionamento. Fica a seu critério, porque, se agisse, data venia ao eminente Relator, de modo contrário, estaríamos discriminando.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Estou à inteira disposição de V. Exas.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente na visão da Comissão, entendo ser muito mais importante para o depoente verificar a sistematização das perguntas e, depois, fazer uma digressão geral, porque, pode haver alguns conceitos pessoais que foram emitidos aqui que S. Exa. queira responder. Talvez até se S. Exa. julgasse, ao final das perguntas, que estava tudo elucidado em relação à sua pessoa, dispensaríamos os 15 minutos e ganharíamos mais tempo, uma vez que hoje o dia está altamente complicado, em termos de trabalhos na Casa.

O SR. JONAS PINHEIRO - O objetivo do Sr. Relator, parece-me, indiscutivelmente, economizar tempo.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Estou à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Gostaria de perguntar ao Sr. Prefeito se, além de sua presença, trouxe também alguns documentos, tais como: cópia do convênio do repasse de recursos do Ministério da Saúde; edital de convocação e seus anexos, inclusive os projetos e especificações técnicas; planilha de preços unitários que levariam ao preço final estimado; atas das reuniões alusivas a esse procedimento licitatório; propostas das licitantes qualificadas; seus recursos interpostos, se existentes; planilhas de preços unitários das três últimas obras de edificação de maior valor contratadas pela Prefeitura; qualificação técnica dos servidores que participaram dos julgamentos das propostas; critérios de fixação do preço de aquisição do edital. Isso no que diz respeito à licitação de um hospital a ser construído no Município de Bento Gonçalves.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Sr. Presidente, tenho comigo todos os documentos, só que a cópia do convênio não existe, porque não foi assinado nenhum convênio para a construção desse hospital. Os demais documentos estão aqui comigo, todos eles, para passar às mãos de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sendo assim, esta Presidência concede a palavra ao Sr. Relator, Senador Elcio Álvares, para questionar o Sr. Prefeito.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Prefeito, no depoimento do Vereador Fernando Ferrari, S. Exa. afirmou que V.Exa. teria dito que, se não fosse realizada a concorrência de conformidade com o edital enviado pelo Ministério da Saúde, a Prefeitura perderia os recursos. Há procedência nessa afirmação feita aqui?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Prefeito.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não há procedência, porque o edital foi montado através do Decreto nº 2.300, da Resolução nº 400, através de um apenso de vários editais de várias prefeituras e consulta feita à delegacia das prefeituras do Rio Grande do Sul e ao próprio Tribunal de Contas. Buscamos, isso sim, no Ministério da Saúde, os documentos essenciais, os quais estão aqui comigo, para a elaboração desse edital.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Nós gostaríamos também de saber qual a origem dos recursos previstos para a construção do hospital em Bento Gonçalves: é convênio ou dotação orçamentária?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Foi uma emenda ao Orçamento da União, do Deputado Federal Manoel Moreira.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Emenda ao Orçamento da União, especificamente para o hospital de Bento Gonçalves?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Para a construção do Hospital Geral de Bento Gonçalves, de 50 leitos, no valor de 2 bilhões e 660 milhões de cruzeiros.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - V. Exa. conhece os critérios adotados pelo Ministério da Saúde para a distribuição desses recursos?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Nós não os conhecemos, porque essa foi simplesmente uma emenda do Congresso Nacional e Bento Gonçalves a recebeu via emenda constitucional. E através dessa emenda constitucional, que saiu no Diário Oficial do dia 1º, elaboramos o edital de concorrência pública, que não foi homologado até hoje.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Somente em cima dessa emenda?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, foi elaborado em cima do Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Certo. Mas, simplesmente por ter sido publicada a emenda, foi feito o pedido de concorrência?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não. O pedido foi feito porque foram alocados, no Orçamento da União, os recursos correspondentes para a construção do Hospital Geral em Bento Gonçalves. Em cima disso, buscamos, através do Ministério, e daquelas outras prefeituras que teriam feito hospitais iguais, as informações para montarmos o nosso edital de concorrência.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O Deputado que alocou esses recursos orçamentários é da sua região?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, é de São Paulo.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - S. Exa. representa o Estado de São Paulo?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Prefeito, a minha indagação é a seguinte: quem fixou o preço do edital em 200 mil cruzeiros: a Prefeitura ou o Ministério? Qual o critério para a fixação desse preço?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - O critério foi fixado pela Prefeitura Municipal, tendo em vista o custo da reprodução no edital, memoriais e projetos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quantas empresas participaram da licitação? Qual empresa foi a vencedora? Como V. Exa. explica a notícia de que apenas uma empresa concorreu?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Foi comprado o edital por três empresas e só uma participou.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Apenas uma participou?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Somente uma. Foram retirados três editais, comprados por três empresas, e só uma apresentou a proposta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E essa empresa que apresentou a proposta é uma empresa paulista?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - É, uma empresa de São Paulo, a SERVILISA.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Prefeito, por que a Prefeitura adotou preço base para o julgamento das propostas? Como se constituiu esse processo de elaboração?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Temos uma equipe de licitação, que elaborou o projeto através da planta que temos dos documentos levantados e das outras plantas de execução de hospitais de idêntica forma em outros municípios do País.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, por ora, estou satisfeito.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, apenas complementando a pergunta que me passou agora.

O SR. PRESIDENTE (Rui Bacelar) - Com a palavra Sr. Relator, o Senador Elcio Álvares.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O Prefeito de Bento Gonçalves falou que foi um Deputado de São Paulo quem alocou os recursos.

V. Exa. não achou isso estranho? É seu amigo pessoal?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não. Acontece que todo prefeito corre atrás de recursos. E, ano passado, buscamos em toda a parte, inclusive nas dotações orçamentárias do próprio Congresso, estivemos também no Ministério da Saúde, pedindo a viabilidade de se alocar, para Bento Gonçalves, um pronto-socorro, que ainda não temos.

Bento Gonçalves é um pólo industrial, cuja população sofre muito só dispor de um hospital particular. Por isso buscamos recursos via Ministério da Saúde, sem obter êxito. Recorremos, então ao Congresso Nacional e, através dos nossos Deputados do Rio Grande do Sul, chegamos ao Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que atendeu ao nosso veemente apelo de alocação de recursos para Bento Gonçalves.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Quem alocou recursos foi o Presidente? Ou foi ele quem sugeriu o nome desse Deputado de São Paulo?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, o que ocorre é o seguinte: nós buscamos, via Congresso Nacional, via Deputados, e chegamos ao Deputado Manoel Moreira, a quem pedimos ajuda nesse nosso trabalho, porque, no Ministério da Saúde, não tínhamos conseguido nada. E S. Exa., como Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados nos ajudou na alocação desses recursos.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - No contacto com o Deputado Manoel Moreira - evidentemente, Bento Gonçalves é um Município de expressão no Rio Grande do Sul - houve a participação direta de algum representante seu? Porque, geralmente, os prefeitos votam em um Deputado Federal. Quem é o Deputado Federal de Bento Gonçalves hoje?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Nós não temos.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Bento Gonçalves não tem Deputado Federal? Então qual é o Deputado Federal do Rio Grande do Sul que se situa na área de Bento Gonçalves?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Atualmente?

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Na ocasião em que Manoel Moreira...

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Na época, havia o Deputado Federal Darci Posa e o Deputado Paulo Mincarone.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Eles participaram do seu pedido?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Foi através do Deputado Paulo Mincarone, que muitas obras grandes levou para Bento Gonçalves. Mas ele não foi reeleito.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Mas a pergunta que eu fiz é a seguinte: se o Paulo Mincarone, como Deputado da região, participou do entendimento com o Deputado Manoel Moreira para alocar esses recursos.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Acho que ele deve ter participado, porque nós...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Acho não. Estou perguntando se afirma, porque aí...

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, não tenho certeza, mas deve ter participado, porque fui...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Em sua companhia?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, eu fui falar com ele.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Falou com ele, mas não tem certeza se ele...

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, não tenho. Porque falei com vários Deputados, inclusive encaminhei correspondência para todos os Deputados, solicitando que me apoiassem, viabilizando a implantação de um pronto-socorro em Bento Gonçalves.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O Deputado Manoel Moreira falou com o Presidente da Comissão, segundo o seu depoimento. Quem era o Presidente da Comissão de Orçamento na ocasião?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Era o próprio. Não era ele o Presidente?

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Não, o Deputado Manoel Moreira não era o Presidente.

V. Exa. afirmou que o Deputado Manoel Moreira era o Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Eu achava. Tenho uma correspondência que dava a entender que não era ele o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rui Bacelar) - Membro da comissão.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Então, o erro foi meu.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Porque a pergunta, veja bem, é importante. Nós, todos, Senadores e Deputados, temos a tendência de canalizar a verba para as nossas regiões por isso, parece-me estranho que um Deputado de São Paulo solicite verba para o hospital de Bento Gonçalves. Evidentemente, com a interveniência ou a...

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - De outros Deputados, porque ele esteve...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Para isso, gostaria que V. Exa. declarasse para nós qual foi o representante do Rio Grande do Sul, cobrindo a região de Bento Gonçalves, que ajudou nesse trabalho, porque é comum um Coléga pedir ao outro para alocar recurso. Mas agora, à primeira vista, quero manifestar logo de saída que me causa estranheza o Manoel Moreira, um Deputado de São Paulo, ter alocado recursos para um hospital em Bento Gonçalves.

A sua explicação pessoal seria importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Rui Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Prefeito, qual a razão social das duas outras empresas que participaram da concorrência juntamente com a Servilise?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - As que compraram o edital?

O SR. JONAS PINHEIRO - Sim.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - A Bolognese Engenharia Ltda.

O SR. JONAS PINHEIRO - E a outra?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - A outra, é a Construtora Parlotense Ltda.

O SR. JONAS PINHEIRO - Essa Bolognese é de Bento Gonçalves?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, senhor.

O SR. JONAS PINHEIRO - Lá não tem construtora de porte para contratar essa obra.

Não pareceu estranho a V. Exa. que, depois de comprarem os editais por 200 mil cruzeiros, elas tivesse desistido e só uma ter-se habilitado?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não sei por que não participaram, embora tenham comprado o edital.

O SR. JONAS PINHEIRO - A autoridade maior, o Chefe do Executivo tem competência para anular concorrência, quando alguma coisa lhe parece estranha e abrir outra, chamando novos participantes, divulgando mais etc. E V. Exa., parece-me, aceitou de imediato o resultado dessa licitação.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não foi aceito, porque não foi homologada a concorrência.

O SR. JONAS PINHEIRO - Não foi homologada a concorrência.

Nós sabemos, Sr. Prefeito...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Um momento, nobre Senador. Qual foi a razão da não homologação dessa concorrência?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Porque não tinha sido assinado o convênio. Nós não assinamos o convênio.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O convênio com o Ministério da Saúde?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, não foi assinado.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - E por que que a Prefeitura, em virtude de uma verba que está consignada no Orçamento, consagrada no Orçamento, para uma obra tão importante, que é o hospital de Bento Gonçalves, não diligenciou para assinar o convênio?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Pressionamos de todas as formas, mas não conseguimos a assinatura.

O SR. GERSON CAMATA - (fora do microfone) -

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - A razão foi essa? Senador Gerson Camata, parece-me que ele disse que diligenciou e não foi assinado o convênio, apesar dos seus esforços ingentes. Essa mecânica não está...

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - É que conhecemos poucas mecânicas...

O SR. PRESIDENTE (Rui Bacelar) - Continua com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, já me dou por satisfeito, até porque as perguntas viabilizaram a participação. Acho que estamos buscando a verdade e a contribuição de todos é importante. Vamos discutir isso abertamente.

O SR. GERSON CAMATA - No orçamento do ano passado, a Comissão de Orçamento criou uma despesa artificial, se não me engano, de dois trilhões de cruzeiros acima da arrecadação, para atender exatamente esses... Coloquei verbos para o Espírito Santo, destinadas a

vários municípios, para hospitais, rodovias, calçamento, etc. Então, essas verbas que foram aceitas representaram um excesso de gasto no Orçamento a mais do que daria a arrecadação, que foram colocadas em cima de um provável excesso de arrecadação.

Feito isso, o que o Governo fez para não gastar aquele dinheiro? Fez um contingenciamento, como resultado, agora propus para LDO uma emenda dizendo que o Governo não pode gastar nenhum centavo do Orçamento do ano seguinte se ele contingenciar as emendas dos Parlamentares. Porque ficamos com aquelas emendas, comunicamos ao Prefeito, que mandou o requerimento, e a ministra Zélia, antes de sair, ou o Ministro atual, fez o chamado contingenciamento, essas verbas não podem ser gastas.

Fui informado agora pelo Ministério da Ação Social que houve um descontingenciamento de 10%. Ora, se uma prefeitura tem uma verba de 10 milhões para fazer uma drenagem, o que ela vai fazer com 1 milhão? Então, não adianta nem requerer, a não ser quando for liberado o total, descontingenciado o total de 10 milhões.

Penso que o que ocorreu lá foi o chamado contingenciamento das verbas dos parlamentares, daquelas que nós colocamos. As outras não estão contingenciadas, estão ao livre arbítrio do Ministro para serem distribuídas, as nossas estão contingenciadas. Qualquer Parlamentar que apresentou emenda dando recursos para Município sabe que eles estão contingenciados, não se estão celebrando convênios. E como não se celebram convênios, o prefeito não pode abrir, no Orçamento dele, o empenho para fazer a licitação da obra.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Gostaria de fazer uma pergunta. O Prefeito de Bento Gonçalves teve contato com o Ministério da Saúde na preliminar da construção desse hospital?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Estive conversando com o Ministro da Saúde.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - E S. Exa. disse para fazer o edital porque a verba iria sair?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não. Estive depois tentando a liberação de verbas com o Ministro.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Então, a Prefeitura, só porque há rubrica orçamentária, abriu concorrência?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não, buscamos informações e abrimos o edital baseados no Plário Oficial, porque o que sai no Plário Oficial é certo, nós achamos aquilo consagrado.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Mas o Senador Gerson Camata explicou que um prefeito mais experiente sabe que se a cada rubrica que saiu em favor do Espírito Santo, começarmos a abrir edital, vai haver um festival de editais no Espírito Santo.

O SR. GERSON CAMATA - Mas eles não pagam.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não estou discutindo a questão de se pagar. É um aspecto que até não conheço, porque não sou membro da Comissão de Orçamento.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, pela legislação atual, o poder público não pode abrir uma licitação se não tiver o recurso para fazer a obra. Ora, se não estiver no Orçamento da prefeitura, aprovado pela Câmara, o recurso para construir um calçamento, ele tem que fazer um convênio com o Ministério. Feito o convênio e publicado no Diário Oficial da União, ele abre uma alínea no orçamento da

prefeitura para comprovar que esse dinheiro está entrando e aí ele tem, no orçamento da prefeitura, o dinheiro para calçar a rua. Se ele não tiver essa abertura no orçamento da prefeitura, ele não pode abrir a licitação, porque ela é nula. Como é que ele abre uma licitação, se não tem o recurso para fazer a obra? Ele não pode fazer isso. E o Governo Federal também não.

Porque há briga na Comissão de Orçamento? Um Parlamentar diz: "Bota 3 milhões ali, só para abrir a rubrica." Com abertura da rubrica, dá para o Governo abrir a licitação, e depois ele dá um jeito de colocar mais recursos naquela rubrica. Se não houver a rubrica, ele não pode abrir a licitação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero dizer ao Senador Gerson Camata que o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento avocou a si ou contingenciou 95% das verbas. Agora, acredito que não só foi dos parlamentares, foi de uma maneira geral - 90, 95%. A liberação dessas verbas está a depender da vontade, sobretudo, do Ministro da Fazenda e Planejamento, Economia, e do prestígio do Deputado ou do Senador no próprio Ministério.

Mas, dando prosseguimento, tem a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Prefeito, gostaria, inicialmente, que V.Exa. me explicasse o que considera como verba alocada. É a verba que consta do Orçamento, é a verba que é dirigida para a prefeitura, portanto, liberada para a execução daquela obra, ou é apenas aquela que consta do Orçamento como recurso a ser ou não distribuído?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - É uma verba destinada para a obra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas destinada como? No papel, ou liberada, realmente, através de um convênio já feito?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Através de um documento oficial.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual é o documento oficial para V.Exa.? A Comissão de Orçamento coloca no orçamento verba X, então V.Sa. já considera isso uma alocação de recursos?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Já considero isso verba destinada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Já abre no seu orçamento os recursos necessários para a execução de uma obra?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não. No momento que assinamos o convênio, é que fizemos a lei municipal...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, o dinheiro não estava lá?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não estava.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agora, como é que V.Exa. chegou a esse índice de liquidez que consta do edital? Porque o índice de liquidez do edital fala em ativo circulante ou patrimônio líquido e esse índice nunca foi usado em qualquer manual de contabilidade ou de análise financeira. De onde V.Exa. tirou esse índice de liquidez?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - O índice de liquidez é para dar garantia às obras públicas. Inclusive, pegamos um edital do Rio de Janeiro e lá estava o índice de liquidez 2.5. Achamos muito importante ter um índice de liquidez alto para que as obras que são construídas

com dinheiro pública realmente saiam, para que não se repita o que está acontecendo com várias obras em Bento Gonçalves, iniciadas e não acabadas e com o dinheiro público. Então, se a empreiteira não tem condições de participar, não participa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Foi V.Exa., então, como Prefeito, ou sua assessoria, que estabeleceu esse índice de liquidez?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Buscamos em outros editais e estabelecemos o índice.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, mas, de qualquer maneira, foi V.Exa., através da sua assessoria, ou V.Exa. mesmo que chegou à conclusão de que era necessário fazer isso.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Era.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Porque, conforme V.Exa. declarou aqui, esse edital foi feito, pela prefeitura.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Pela equipe montada pela Prefeitura

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Prefeito, no início da reunião V.Exa. fez um juramento de dizer aquilo que realmente representa a verdade aquilo que estamos buscando. Tenho aqui em mãos com um depoimento de V.Exa. numa rádio, a Rádio Viva, de Bento Gonçalves, transcrito. A CPI tem esse depoimento de V. Exa. de viva voz e V.Exa. diz: "A única colocação que gostaria de fazer é que falar é fácil. Ocorre que, em primeiro lugar, a Prefeitura de Bento Gonçalves jamais elaborou algum edital de concorrência. Recebemos o edital de concorrência do Ministério da Saúde". Então, V.Exa. foi perguntado aqui se esse edital foi do Ministério da Saúde e declarou que não. Agora, na declaração de viva voz, V.Exa. mesmo que respondeu a essa pergunta: "Declaro que esse edital foi do Ministério da Saúde."

Quando V.Exa. se equivocou?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Há equívoco nessa entrevista

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quer dizer que o que V.Exa. disse na entrevista foi um equívoco?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Foi. Inclusive porque fui colocado no ar sem saber do assunto e naquele momento estava sendo criado de perguntas. Pode ser que tenham me faltado algumas...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas V.Exa. me desculpe, mas continua dizendo aqui. Acho que não é questão de equívoco. Veja V.Exa., a continuação do seu depoimento: "Recebemos o edital de concorrência pronto do Ministério da Saúde para a construção desse hospital em Bento Gonçalves." Qual é o equívoco possível?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Recebemos isso aqui, Sr. Senador. Recebemos o decreto, o formulário do Ministério, o instrumento para avaliação para hospital de médio porte; recebemos isso aqui. Nós, em cima disso aqui, fizemos a adaptação para que o hospital fosse construído em Bento Gonçalves. Então, talvez os termos usados não tenham sido corretos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. me desculpe, mas quando V.Exa. diz que recebeu o edital pronto, não posso admitir que sejam informações e dessas informações, então, se vá fazer o edital lá da prefeitura. São declarações de V.Exa., não são minhas. Olha aqui: "Recebemos o edital de concorrência pública pronto do Ministério da Saúde para a construção desse hospital em Bento Gonçalves."

V. Sa. se equivocou, ou na entrevista, ou aqui. Onde houve o equívoco, aqui ou lá?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Porque aqui recebi do Ministério, fomos buscar lá; estão aqui os documentos que recebemos, inclusive vamos anexá-los a toda essa documentação que será entregue a V. Exas. para serem examinados.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mais adiante ainda V. Sa. diz: - O processo todo veio de Brasília e nós simplesmente pegamos esse processo e o lançamos à imprensa.

V. Sa. várias vezes repetiu que o assunto veio de Brasília pronto, para V. Sa. fazer o edital.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Veio toda a documentação, é essa aqui; fizemos a elaboração.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sa. não recebeu o edital pronto de Brasília; mas foi buscar o índice de liquidez; e também um Deputado em São Paulo, a fim de colocar a verba no orçamento de Bento Gonçalves para a construção do hospital. Não foi V. Sa., certamente, mas foi uma empresa de São Paulo que foi lá buscar os recursos para poder fazer essa obra.

Veja V. Sa. que há muita coincidência junta. Não temos condições de fazer aqui afirmações, mas estamos buscando pelo menos alguma prova circunstancial para podermos chegar ao final, e o que vejo é que, me desculpe, no meu entendimento, declarou a verdade na entrevista e depois a está modificando, não sei por que razão, a colocação sobre como foi feito esse edital. Porque não é só o de Bento Gonçalves, não, os que estão chegando aqui indicam que esse edital sai do Ministério da Saúde, do INAMPS, e é um edital praticamente idêntico para todas as prefeituras que vão construir hospitais. Não sei por que V. Sa. está agora manifestando não ter havido essa colocação do Ministério a respeito da elaboração desse edital; não posso dizer que V. Sa. está aqui mentindo, não posso, mas posso dizer que fico com muitas dúvidas a respeito da declaração que V. Sa. está prestando aqui nesse depoimento, porque, se fosse por má interpretação, por levantamentos de hipóteses, tudo bem; mas, não, estamos na CPI com as declarações de V. Sa. feitas de viva voz. Desculpe-me, mas por mais que V. Sa. desconhecesse o assunto, não creio que reafirmasse por três vezes - V. Sa. não é São Pedro para reafirmar três vezes de maneira errada - ter o assunto levado a V. Sa. pronto e acabado, o edital do Ministério da Saúde.

Desculpe-me, mas acho que não posso aceitar a declaração que V. Sa. está fazendo aqui. Como também com relação a esse questão do ativo, do índice de liquidez, penso que as pessoas que estão mais indicadas do que eu para fazer essa afirmação disseram que as principais firmas do País não têm um índice de liquidez colocado no edital, de 2.5%.

Veja V. Sa. que não é isso que dá garantia, agora quando se fala no capital da empresa também, o edital e todas as normas dizem que já têm o máximo de 10%. E também aí mais uma vez houve uma coincidência; não sei se alguém já perguntou qual foi a razão de ter V. Sa. colocado no edital 105 milhões de cruzeiros de capital, um número até estranho; por que essa importância? E, por coincidência a empresa que ganhou tem 111 milhões de capital, uma empresa que tem 111 milhões de capital tem um índice liquidez de 2.5%. As principais empresas do Brasil não têm esse índice.

V. Sa. não considera que as coincidências estão se repetindo demais nesse assunto?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Conforme o manual, por exemplo, das 17 maiores empresas do País da construção, 10 têm o índice superior a 2.5.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas várias das grandes empresas também não o têm.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Das oitenta e tantas empresas, 55 delas, segundo aqui o manual...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Esse é o número que V. Sa. está apresentando, não sei discutir com V. Sa. porque não conheço essas empresas, mas o Deputado Luís Roberto Ponte poderia colocar, mas mesmo aceitando o número das 55, grandes empresas nacionais 25 não teriam esse índice.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - V. Exa. me concede um aparte, apenas para confirmar?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu agradeceria inclusive.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - As 17 maiores empresas do Brasil, entre elas Camargo Correia e Mendes Júnior, nenhuma delas atende a esse índice, porque o índice, certamente, a que S. Sa. o Sr. Prefeito está se referindo, foi mal calculado a partir desses dados. Isso é fácil de comprovar, até porque o índice põe no denominador o patrimônio da empresa. Quanto maior a empresa menor dá o número.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É o ativo circulante sobre o patrimônio líquido.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - O que é um índice inédito. Nenhuma concorrência do Brasil até hoje utilizou esse índice. Nenhuma. Não conheço caso algum na história da humanidade que tenha utilizado esse tipo de índice.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Veja V. Sa. que realmente não tenho o conhecimento de causa para esclarecer, como o faz o Deputado Ponte agora, porque ele tem conhecimento não só pela vivência que tem do assunto como pela posição que ocupa no sindicato.

Veja V. Sa. que tenho razão quando digo que é mais uma coincidência.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Os índices inclusive da concorrência, que tenho, são de 2.5%, e segundo o balanço anual, aqui constam as empresas maiores que têm o índice de liquidez superior; agora se partirmos para a construção pesada, há muitas empresas que não têm esse índice, porque como disse o Deputado quanto maior a empresa menor o índice de liquidez, muitas vezes acontece. Agora, na construção pesada...

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Para esclarecer o Sr. Prefeito. O índice de liquidez que consta aí não tem nada a ver com o índice de liquidez que consta do edital. Foi criado um índice de liquidez, chamou-se índice de liquidez áquilo que não é o que consta do balanço anual. Esse índice de liquidez é completamente diverso daquele que o edital colocou.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É exatamente o início da pergunta, se esse índice de liquidez está no edital, que é o ativo circulante sobre o patrimônio líquido da empresa. Isso nunca foi usado em qualquer manual de contabilidade; agora foi descoberto para esse edital.

Por isso é que eu gostaria de fixar bem, a idéia que tínhamos é de que o edital, conforme declarado por V. Sa. mesmo, teria sido enviado daqui para Bento Gonçalves pelo Ministério da Saúde. V. Sa. faz questão de dizer que não. Agora, como V. Sa. foi descobrir então esse índice de liquidez que ninguém usa e como chegou aos 105 milhões de cruzeiros para o capital da empresa é que não estou conseguindo compreender.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - O capital era até 10% do valor da obra. Então, geralmente a gente deixa um número de 3, 4 ou 5%; em cima disso foi calculado. Então, dava 100 milhões; deixamos 105. Poderia ter sido 90 ou 105, e aí foi calculado, deixado em 105 milhões o valor do capital exigido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E esse índice V. Sa. foi descobrir onde?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Esse índice encontramos no edital, não tenho aqui comigo, de uma concorrência realizada pelo Estado do Rio de Janeiro, e aqui consta também o índice de liquidez corrente igual ou maior a 2.5%, calculado pela fórmula. Tem aqui a fórmula, que é o o ativo circulante sobre o passivo circulante.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu tenho que me basear na informação técnica que chega para mim. Aquí diz: ativo circulante sobre patrimônio líquido.

V. Exa. deu outra fórmula, diferente, mas apenas para ficar aqui constando dos arquivos desta Comissão a declaração de V. Sa. V. Sa. dá a declaração que acha correta. No meu entendimento, há uma divergência de pronunciamento aqui e feito fora daqui, mas isso vai constar dos Anais e depois será analisado pela Comissão.

Da minha parte, não tenho mais o que perguntar no momento. Apenas alerto a Comissão para depois analisar esse depoimento com o maior cuidado, com o maior interesse.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o nobre Senador Divaldo Suruagy

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Prefeito, por gentileza, qual a população do seu município?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - 120 mil habitantes, estimados.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Na área urbana?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Na área urbana, estamos com 95, por aí.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quantos hospitais e quantos postos de saúde tem o município?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Temos só um hospital particular em Bento Gonçalves e temos um hospital psiquiátrico que é atendido particularmente, temos um centro de saúde em Bento Gonçalves e a prefeitura está tentando construir pequenos prédios para dar atendimento nos bairros e nas vilas mais pobres.

O SR. DIVALDO SURUAGY - É isso que digo, nessa área rural do município não existem postos de saúde?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Existem nos distritos, em alguns distritos estamos, juntamente com a comunidade, tentando implantar, porque o nosso agricultor não está tendo atendimento nem pelo Funrural, o nosso agricultor está sofrendo muito hoje. Ele está, inclusive, abandonando a própria agricultura porque não tem condições de pagar os médicos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quer dizer que esses postos não estão instalados, ou estão instalados e não estão funcionando ainda nos distritos?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Não. Existem dois ou três distritos que têm postos. Alocamos uma sala e lá instalamos. Com isso vai uma vez por semana um médico, fica uma hora ou duas horas e volta.

Não temos a equação, a solução em cima do atendimento público para assistência médico-hospitalar em Bento Gonçalves.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quer dizer que o município não tem nenhuma unidade de saúde construída com recursos da municipalidade?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Construímos uma unidade pequena, em um bairro. Temos projetos de construirmos mais porque é intenção nossa fazer com que cada bairro tenha um ponto de atendimento imediato. Mas é difícil que lá fique um médico durante todo o dia, que permaneça no trabalho.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quer dizer que, atualmente, a assistência médica é oferecida apenas por um hospital particular. O Estado não tem nenhum hospital lá em Bento Gonçalves?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Não.

O SR. DIVALDO SURUAGY - A Secretaria de Saúde do Estado não tem nenhuma unidade?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Só tem o Centro Saúde em Bento Gonçalves, o Posto de Saúde onde eles fazem o atendimento geral.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Mas os casos mais graves?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Os casos mais graves são atendidos, muitas vezes, pela prefeitura, que paga o atendimento, ou eles são internados, tentando, via fila do INPS, via INAMPS. Quanto aos casos mais graves, a prefeitura arca com as despesas, como está arcando com todo o transporte de ambulatório, aliás, pelas ambulâncias da prefeitura.

A nossa administração se alicerça em educação, assistência social e saúde. Então, todos os nossos recursos praticamente estão sendo revertidos nessas três áreas porque a nossa população é bastante carente, principalmente nos bairros. Como o nosso município era o de maior desenvolvimento deste País, teve o seu crescimento empresarial muito grande e, com o decréscimo da potencialidade industrial, sobram muitos desempregados.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Pelo que estou entendendo, a prefeitura transfere os casos mais graves em ambulâncias para outros municípios mais próximos?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Não, contratamos no próprio hospital, pagamos o próprio hospital, temos convênio com o hospital particular, pagamos anestesistas, pagamos atendimento em quarto coletivo. Nessas áreas ajudamos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quantos leitos tem esse hospital, V.Sa. poderia nos informar?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Em torno de 200 leitos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Cerca de 200 leitos. Quer dizer, é um hospital de grande porte?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - É muito bem equipado, tem excelentes profissionais. Somos o centro de uma região.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Certo. Esse hospital pertence a que grupo empresarial?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Não é bem um grupo, é uma sociedade.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Filantrópica?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - É.

O SR. DIVALDO SURUAGY - É uma espécie de Santa Casa de Misericórdia?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Não, não chega a ser.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Qual o orçamento do município?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Está orçado em torno de 6 bilhões.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Qual a dotação para a área de saúde?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Em torno de 12%

O SR. DIVALDO SURUAGY - 12% de 6.

Naturalmente na construção desse hospital a prefeitura vai ficar com a responsabilidade da manutenção? Não é isso?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Da manutenção.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Já foi calculado se a prefeitura teria condições de manter esse hospital funcionando plenamente após a sua conclusão?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Naveria condições de até fazermos convênios com outros hospitais, inclusive com o próprio Governo do Estado e com o Governo Federal.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Pelo contrato que estamos tomando conhecimento, esses hospitais são construídos e entregues ao município.

Então, V.Sa. se deu ao trabalho de mandar fazer uma projeção do custo da manutenção de um hospital desse porte?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Não.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu deixaria como sugestão que V.Sa. se desse a esse trabalho porque se não vai comprometer grande parte de um orçamento do seu município, vai comprometer a administração dos seus sucessores porque estão sendo oferecidos dezenas e dezenas de hospitais no Brasil todo, do Rio Grande do Sul ao Acre.

Em determinado momento, um número enorme de hospitais começou a ser oferecido, em pacotes, vem tudo pronto. O edital é padrão, o projeto também geralmente é padrão, e isso está sendo oferecido aos mais diversos municípios do País.

Por gentileza, qual foi o Deputado Federal que conseguiu esses recursos de São Paulo?

O SR. FORTUNATO RIZARDO - Manoel Moreno.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Vamos nos dar ao trabalho, Sr. Presidente, de anotar o nome dos Parlamentares que estão conseguindo esses hospitais porque está sendo muita coincidência, praticamente estão sendo os mesmos e não tem a menor vinculação política com os vários Estados. Então, isso está causando estranheza a todos porque Parlamentares que estão comprometidos politicamente com determinadas regiões. Num determinado momento ele fica muito preocupado com o que está acontecendo em Bento Gonçalves, com o que está acontecendo no Acre. Uma consciência nacional muito forte. Num determinado momento aquele Parlamentar ficou preocupado com o que está acontecendo no interior do Nordeste, da Amazônia, no Rio Grande do Sul.

Solicitaria ao Sr. Presidente que anotasse esses nomes, e o Senador Elcio Álvares, Relator, para a gente fazer um voto de louvor a essa preocupação nacional desses parlamentares.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Senador Divaldo Suruagy, acredito que isso seja um ponto muito importante, não estamos fazendo nenhum juízo apriorístico a respeito de quem quer que seja.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Também não estou fazendo nenhum. Estou apenas parabenizando.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Apenas quero complementar o que V.Exa. está dizendo, que vem ao encontro ao que estamos pensando. É que somos representante do Estado, fomos Deputado Federal. Sempre tivemos a preocupação de carrear verbas para a nossa região, é natural, é humano, é justo, é a convivência com a comunidade e o interesse político. Porém, Considero muito estranho um Deputado de São Paulo arranjar verba para Bento Gonçalves, lá no extremo Sul do nosso País. Realmente, precisamos fazer um levantamento. A Comissão de Orçamento. Está sendo altamente questionada. Houve um episódio recente que refletiu em Plenário: a disputa pelos cargos da Comissão de Orçamento. Estou muito a cavaleiro, porque não sou membro da Comissão. Até falei para o meu Partido que não gostaria de me envolver, mas eu assisti a disputa para participar da Comissão de Orçamento. Considere profundamente grava o que ocorreu. Se fosse um Deputado Federal do Rio Grande do Sul ou um amigo pessoal dele, poderíamos entender o que aconteceu, no entanto, é estranho que uma pessoa que não tem nenhuma identidade com a comunidade, com a região, venha pedir - não diria graciosamente-sen qualquer explicação política, verba para atendê-la..

O SR. DIVALDO SURUAGY - Vamos encontrar vários parlamentares colocando na lei orçamentária para vários municípios, de várias regiões do País. Com as quais não têm a menor identificação.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - O ponto que V. Ex^a invocou é muito importante. Penso que é um trabalho da comissão, inclusive, um trabalho de pesquisa, importante, para chegarmos à realidade.

Lembro-me que, como Deputado Federal, eu só trabalhava a favor da minha região. Há até um detalhe: lá no Espírito Santo, onde eu era Deputado, preocupava-me muito com o Norte, porque lá eu tinha o meu eleitorado, e recebia votos. Isso é natural. Se poucas verbas que consegui levar foram exatamente em razão da minha região. Nunca me preocupei em conseguir verbas. Então, isso me causou estranheza, já fiz o registro.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Exatamente, Senador Elcio Alvares, quero agradecer a todos os Senadores que aqui se encontram, que foram Deputados Federais, excluindo o Senador Garibaldi Alves, que, graças ao grande prestígio que tem lá no Rio Grande do Norte, veio direto para o Senado Federal. Todos nós fomos Deputados Federais. Todos. Há dois Deputados aqui presentes: o Sr. Francisco Diógenes e o Sr. Luís Roberto Ponte. Tenho certeza de que V. Ex^a, nobre Deputado Francisco Diógenes, que é um grande amigo meu, nunca ofereceu verba lá para o Estado de Alagoas. V. Ex^a que é cearense e está lá no Acre, já colocou algum recurso para algum município do Ceará? S. Ex^a é cearense, mas faz política no Acre, radicou-se no Acre, não teve nenhum cuidado com o seu Estado de origem?

O SR. FRANCISCO DIÓGENES - Claro. Mas temos compromisso com o Estado que nos elegeu. Querendo reforçar, aqui, o que o Senador Divaldo Suruagy, de quem me orgulha dizer que sou amigo, naturalmente, há um compromisso do Deputado com o seu Estado. E essa ter-

giversação de verbas que se vê, de alocação de recursos para outros Estados tem que ser um pouco mais estudado pelo nosso Relator, Senador

Elcio Alvares, porque na verdade essa pulverização de verbas do Estado tem um outro sentido. Naturalmente eu tenho procurado - e vou continuar fazendo o possível, dentro dos meus limites - acarrear recursos para o meu Estado, o Acre, para que realmente esse Estado tenha mais disponibilidade financeira para a execução das obras de que tem necessidades. O que não aprovo é tirar recursos de um para alocá-los em outro. Concordo plenamente com as colocações do Senador Divaldo Suruagy, que, na verdade, são bem fundamentadas e propõem realmente um caminho correto.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Meu Prefeito, gostaria de concluir o nosso questionamento. Bem sei, porque fui prefeito de Macaíó, e sabemos que a população cobra e reclama determinadas obras. Sabemos também que todo o prefeito tem o anseio, o desejo de realizar o máximo possível. Agora, o que está acontecendo no País, Sr. Prefeito, é uma coisa estranha. Na verdade, há interesses internacionais de vender equipamentos médicos. Tudo isso está encalacrado nos países. Então, quarenta vender esses equipamentos e também precisam de alguns empreiteiros para fazer obras.

Prefeito, estão pagando neste País comissões de 30 a 40%, não sei se é o caso de Bento Gonçalves. As obras estão sendo praticamente encarecidas em 30 a 40% com comissões com intermediárias. Isso está onerando a população, porque o encargo é transferido para ela. Na verdade, quem vai pagar é a população de Bento Gonçalves.

Portanto, quero deixar a minha preocupação com V. Sa. e com centenas e centenas de Prefeitos que estão recebendo esse "presente de grego", através de pacotes, tudo prontinho, arrumadinho. Precisamos ter muito cuidado com o que está acontecendo, Sr. Prefeito. V. Sa. pode comprometer não só o orçamento do seu Município, com um ônus com o qual não vai ter condição de arcar, mas também a sua imagem, porque vai sobrar para todo o mundo.

Então, não estou fazendo nenhuma acusação; estou apenas colocando uma sugestão de quem já foi prefeito, governador, Deputado Federal e Estadual. Nesse campo tenho mais experiência do que V. Sa.

O que está acontecendo neste País é uma coisa singular. V. Sa. sabe quantos hospitais estão fechados em Alagoas? Oito Hospitais. Sabe quantos postos de saúde estão fechados no meu Estado? Trinta por cento. Então, estão entregando esses pacotes para municípios novos antes de recuperar os antigos. Deus queira que não esteja acontecendo isso no seu Município, que, amanhã, o hospital que está sendo construído - não quero ser nenhum profeta - tenha condições de funcionar. Senão seus sucessores vão lhe criticar, vão fazer aquilo que é comum no Brasil: o relatório contrário. Vão fazer uma série de acusações a V. Sa., dizendo que comprometeu o orçamento do município com uma obra que a cidade, evidentemente, não tinha condições de realizar. Eram somente essas as observações que eu desejava fazer junto a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Sr. Prefeito, V. Exa. tem alguma coisa a dizer? (Pausa)

Algum dos Srs. Senadores deseja fazer interpelações?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, só para concluir, gostaria de, primeiro, agradecer a referência do Senador Divaldo Suruagy; não chego nem perto do prestígio de S. Exa. em Alagoas.

Em segundo lugar, pergunto: foi cancelado, Sr. Prefeito, o edital de concorrência; V. Sa. pode adiantar qual foi o motivo do cancelamento do edital? Fiquei em dúvida diante do ato publicado no Diário Oficial. V. Exa. afirma que houve mutação de dotação publicada no Diário Oficial. Por outro lado, também V. Exa. afirma que não foi por isso, mas porque não assinou o convênio.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Em primeiro lugar, não houve assinatura de convênio, a Prefeitura não assinou cópia de convênio. Em segundo lugar, foi feita mutação orçamentária na dotação destinada ao Hospital Pronto Socorro de Bento Gonçalves. Como não havia mais recursos, foi feito o cancelamento da concorrência pública. O prazo dado pela empresa, que era de 90 dias estava se esgotando e nós ainda não havíamos conseguido a assinatura.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer que não existe mais o recurso?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não existe.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O recurso desapareceu?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Foi tirado, porque o recurso estava alocado, no Diário Oficial, para a construção do Hospital-Geral de Bento Gonçalves. Então, houve numa errata no Diário Oficial: "onde se lê Hospital-Geral de Bento Gonçalves, passa-se a ler Hospital Regional de Bento Gonçalves". Iniciamos as obras em 1989. Assinamos um convênio, para a construção de um hospital psiquiátrico naquela cidade, porque o que há lá hoje está totalmente lotado. Há 130 leitos, e 150 internados. O nosso maior problema hoje são os drogados e os alcoólatras. Então o nosso pedido foi pela construção de um hospital psiquiátrico, na época do outro Governo. Assinamos um convênio de 50 milhões que, quando da assinatura, foram reduzidos para 20; faltaram 30. Depois foi feito um trabalho para conseguir verba para continuação das obras desse hospital, o que foi feito neste ano, tendo em vista a errata que publicada, quando foi feita a mutação que saiu no Diário Oficial.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E só por isso, então, por conta da errata, que não houve a retificação depois?

Eu não estou entendendo; V. Sa. disse que por conta desse erro.

..

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Desapareceu o recurso do Hospital Pronto Socorro de Bento Gonçalves. Não existe mais no Orçamento da União, segundo foi publicado no Diário Oficial.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Então, definitivamente V. Exa. não tem mais condições de construir.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não tenho mais condições de construir o Hospital Pronto Socorro de Bento Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador pelo Estado de Rondônia, Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, eu gostaria de saber do ponto de vista se não interessa mais ao município a construção desse hospital, porque a União inclusive, no meu entender, para aprovar, tem que colocar esses recursos à disposição de Bento Gonçalves, para que se faça uma licitação limpa, uma licitação que efetivamente dê àquele que oferecer melhores condições, o direito de construir esse hospital.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Nós precisamos e muito desse hospital. V. Exa. nem imagina a necessidade que nós temos, a angústia da

nossa população em não ter esse pronto-socorro. Nós precisamos demais; é por isso que eu peço apoio dos Srs. Senadores, para conseguirmos construir o nosso pronto-socorro em Bento Gonçalves.

É por isso que eu trago tudo que tenho, com referência à concorrência, para que V. Exas. examinem. Se nós cometermos algum vício no edital, na concorrência, na licitação, nós gostaríamos de ser orientados nesse sentido. E precisamos, de todas as formas, desse hospital. Como nós estamos precisando!

O SR. AMIR LANDO - Eu não tenho dúvidas de que essa é uma concorrência que veio de cima para baixo, que veio da União Federal dirigida e, inclusive, toda nula de início, porque essa verba era indisponível pelo município, essa verba não tinha sido repassada através de um convênio. O convênio só viria, evidentemente, se talvez aquele construtor, aquela empresa fosse a beneficiária. Quer dizer, esse é o processo escabroso que nós queremos coibir. Esse é um processo que não serve para o País. E eu acho que a obra é fundamental ao município. Tenho a certeza de que esta Comissão - acho que falo em meu nome - e todos quantos estão aqui, estão interessados para que esse município tenha essa obra, mas a tenha de forma lícita. Assim, que essa licitação seja feita de acordo com normas que realmente possibilitem a concorrência, e não com o dirigismo prévio que tem solapado e tem corroído o orçamento público deste País.

É nesse sentido que esta Comissão está agindo. Não somos contra o seu município e nem contra a realização da sua obra, só queremos que ela seja feita de forma correta, porque assim realmente não dá para suplantar.

Eram essas as observações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sr. Prefeito, a Presidência recebeu há pouco um ofício do Presidente do SINDISCON, do Rio Grande do Sul, Engenheiro Franco Semente, que nos solicita perguntar a V. Exa. o seguinte: o Sindicato tomou conhecimento da licitação; contratação e desenvolvimento das obras do hospital psiquiátrico no município de Bento Gonçalves? Em função disso esta Presidência deseja saber: está sendo construído este hospital?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Estamos na terraplanagem e na montagem de canteiro de obras. Estamos construindo. Agora, ele está sendo adaptado à realidade do município. Então, nós estamos deixando uma parte como psiquiatria e uma parte como clínica geral.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V. Exa. poderia nos informar agora o valor do contrato?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Está sendo feito o reestudo geral do projeto, porque o contrato inicial foi de 661 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quanto já foi pago à empresa contratada?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Uma verba de 20 milhões que nós recebemos, foi paga o ano passado; era um convênio de 50 milhões, mas somente recebemos 20 e os demais não recebemos; recebemos uma verba de 10 milhões, mas essa verba de 10 milhões está depositada no Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quer dizer que, por enquanto, só a parte de terraplenagem está sendo feita?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Também montagem de canteiros e projetos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência vai solicitar-lhe posteriormente o edital completo proposto pelas empresas licitantes; contrato assinado, faturas já emitidas, e movimentação financeira do contrato. Vamos mandar-lhe um ofício para ver se V. Exa. pode encaminhar-nos.

Alguns dos Srs. deseja ainda interrogar o Prefeito?

Concedo a palavra ao Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Apenas para um esclarecimento. S. Sa. disse que houve uma mutação na denominação hospital geral para hospital. Qual foi a mutação ocorrida nessa transação?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Regional.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Se isso impediria que esse hospital tivesse o nome de hospital regional? Só o fato da mudança da rubrica se impede que seja construído esse hospital.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Como?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - V. Sa. disse que cancelou uma concorrência porque houve uma troca de rubrica de hospital geral para hospital regional, em que isto impede que seja alocada a verba para o mesmo hospital que está licitado?

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Essa concorrência foi anulada, tendo em vista muita ação. A verba está alocada para o hospital regional de Bento Gonçalves.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Por que que esse hospital não pode chamar-se Hospital Regional de Bento Gonçalves?

Por que a mutação da verba implica a não execução mais deste hospital com estes recursos.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Não sei. Depende do Congresso. Nós gostaríamos que o hospital fosse feito; é isso que queremos.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - É que o fato de trocar a denominação Hospital Geral para Hospital Regional não impede que estes recursos sejam alocados - é isso que eu quero dizer - para este mesmo hospital que estavam pretendendo construir. É isso que eu quero informar a V. Sa. Imagino que não haja nenhum impedimento a que verba deste ano seja alocada para este hospital. Não é pelo fato de trocar o nome de Geral para Regional, na rubrica, que vai impedir que V. Sa. construa esse hospital.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vamos dar por encerrada essa primeira parte e agradecer a presença do Sr. Prefeito. Outros documentos que forem necessários, iremos solicitar-lhe.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. FORTUNATO RIZZARDO - Eu gostaria de passar às mãos de V. Exa. o pedido que me foi feito, tentando de todas as formas aqui possíveis tornar clara a minha exposição, e dizer que estou à inteira disposição. Tenho a certeza de que o dinheiro público tem que ser muito bem empregado. Principalmente nós, prefeitos, estamos com uma carga muito grande, com grandes responsabilidades, poucos recursos e a alocação de recursos da área federal e estadual são muito poucos. Tenho certeza de que o trabalho que V. Exa. está fazendo aqui virá em benefício da nossa população brasileira.

Espero contribuir com tudo o que for possível para o nosso Município e desejo que essas licitações sejam bem feitas, para bem empregar o dinheiro público brasileiro.

Passo às mãos de V. Exa. toda essa documentação que temos; qualquer outra documentação de que precisarem lhes será enviada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Muito obrigado a V. Exa.

Convidamos o prefeito Aldimar Rodrigues, de Janaúba, Minas Gerais.

Como é o nome do seu assessor?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Djalma Luiz Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando prosseguimento à presente reunião, já tomou assento à mesa o Prefeito Aldimar Rodrigues, do Município de Janaúba, Minas Gerais. S. Exa. se faz acompanhar de um Assessor, o Dr. Djalma Luiz Miranda, e nos solicita que alguns esclarecimentos possam ser dados por esse assessor. Então, a Presidência acha que o juramento deverá ser feito, então, pelo Sr. Aldimar Rodrigues, Prefeito, e pelo seu assessor, Dr. Djalma Luiz Miranda.

Antes do juramento, quero dizer que V. Exa. Sr. Prefeito, e V. Sa., Dr. Djalma, podem ficar à vontade, como se estivessem nos seus Municípios. A única coisa que queremos aqui é a verdade, e simplesmente a verdade, de acordo com os art. 203 e 342 do Código Penal e do Código de processo Penal, respectivamente.

Em consequência, solicitamos que V. Exa., Sr. Prefeito, faça o juramento de praxe.

O SR. ALDIMAR RODRIGUES -

"Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Da mesma maneira, solicito ao Dr. Djalma Luiz Miranda que faça o mesmo juramento.

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA -

"Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Para complementar as formalidades de praxe, de acordo com os artigos citados, gostaria que o Sr. Prefeito declarasse o seu nome completo.

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Aldimar Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Qual a sua idade?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Aldimar Rodrigues, 41 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Qual o seu estado civil?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Residência?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Rua Américo Soares, 605, Janaúba.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Da mesma maneira, ao Dr. Djalma Luiz Miranda.

Seu nome?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Djalma Luiz Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Qual a sua idade?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - 46 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Qual seu estado civil?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Residência?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Rua Tomé de Souza, 350, Apartamento 402, Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Sou funcionário da Prefeitura e Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando prosseguimento, esta Comissão achou por bem que os Srs. Senadores fizessem as interrogações, os questionamentos e, posteriormente, se necessário, o Prefeito fará uma exposição acerca do que lhe for perguntado.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Elcio Alvares.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, a primeira pergunta ao Prefeito é a seguinte: como surgiu a idéia da construção do Hospital de Janaúba?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Senador, há muito tempo Janaúba reivindica a construção desse hospital. E houve uma emenda do Deputado José Geraldo Ribeiro há muito tempo...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - O Deputado José Geraldo Ribeiro representa a sua região?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Sim.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - S. Exa. é Deputado pelo Estado de Minas Gerais, pertencente à legenda?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Na legislatura passada.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Qual foi o seu primeiro contato com o Ministério da Saúde, para efeito de construção do hospital de Janaúba?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - O primeiro contato com o Ministério da Saúde, em Brasília, quando, no final do ano passado, assinei o convênio.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Assinou o convênio. O Ministério entregou um convênio. Baseado em quê, ele o assinou? Havia uma rubrica orçamentária alocada em favor de Janaúba?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Segundo consta no convênio, existe.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - O Deputado da sua região daquela época o acompanhou até o Ministério?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Não.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Com quem o Prefeito manteve contato no Ministério da Saúde? Diretamente com o Ministro da Saúde ou alguém por ele?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Com um funcionário do INAMPS.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sabe o nome do funcionário do INAMPS, no Ministério?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Fernando Galindo.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quem elaborou o edital para concorrência do Hospital de Janaúba?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Posso eu mesmo responder?

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não há problema nenhum, desde que responda.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Djalma Luiz Miranda.

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - O edital de concorrência foi recebido pelo Sr. Prefeito e por mim, em Belo Horizonte. Recebemos uma minuta no Real Palace Hotel.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quem entregou ao Senhor?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Foi o Dr. Fernando Galindo que a entregou a nós.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Do Ministério da Saúde?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Eu não sei.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Era um edital padrão? Ou já mencionava nas cláusulas o Hospital de Janaúba, especificamente?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Não exatamente. O edital já estava pronto, apenas com os claros, as linhas em branco.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quer dizer, era um edital padrão?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Isso. Recebemos o edital com lacunas onde teríamos que fazer o preenchimento, de acordo com o caso de Janaúba.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quem fixou em 650 mil cruzeiros o preço do edital, lá em Janaúba?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Foi a prefeitura.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não seria restritivo esse preço de 650 mil cruzeiros?

Qual foi o critério que levou a prefeitura a estipular o valor em 650 mil cruzeiros?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Senador, o critério que a prefeitura utilizou foi em função dos gastos que tem. Realmente a...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Mas já não era praticamente montado o edital com todas as peças? Qual o tipo de...

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Devem ser as viagens da comissão de licitação, incluindo transporte, hospedagem, alimentação, muita coisa; demandam muito tempo, e o gasto da prefeitura é muito elevado. Portanto, e o prefeito achou por bem...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Esse montante não era fixado, também, pela autoridade que entregou a minuta?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Não, não se discutiu isso naquele dia.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - A aceitação desse edital foi condicionante para que fosse liberada a verba ou não? Por que entregaram o edital? Qual foi o motivo que levou o Ministério da Saúde a fornecer o edital à prefeitura de Janaúba? Havia alguma condicionante de liberação de verba?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Senador, isso não foi discutido. Geralmente, nós que somos lá do interior, recebemos isso quase como uma ordem. Não discutimos.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quer dizer, a concorrência praticamente estava sendo dirigida, montada pelo Ministério da Saúde, que seria o organismo fornecedor do dinheiro à prefeitura.

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Também consta do próprio convênio isso. Há uma cláusula no convênio que diz isso. Inclusive, se me permitir, posso ler o que consta dele.

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Outro detalhe: o preço-base, sigiloso, foi orientação da prefeitura ou foi orientação do próprio Ministério?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - O preço-base da obra?

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Não. V. Sas. adotaram o critério do preço-base sigiloso. V. Sas. não o divulgaram, para aquela avaliação. Quem sugeriu isso? Foi o Ministério da Saúde ou foram vocês, lá da prefeitura?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Foi o Inamps. V. Sa. se refere àquele preço básico para efeito do qual foi utilizado para fazer, pelas contas...

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Esse critério de preço-base sigiloso, não foi a Prefeitura de Janaúba que tomou a iniciativa de fazê-lo?

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Foi o Inamps, com uma correspondência lacrada à comissão de licitação.

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Vocês constituíram a comissão, quer dizer, encaminharam o expediente com as normas técnicas.

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - A comissão foi montada logo após o recebimento da cópia do convênio e a minuta do edital. Ela foi constituída através de um decreto e, posteriormente, antes de se fazer a abertura, o Presidente da Comissão recebeu esse envelope, devidamente lacrado.

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Determinando o preço-base, em caráter sigiloso, avaliações de mais 10, menos 10%.

O SR. DJALMA LUIZ MIRANDA - Determinando o preço que ninguém conhecia, em caráter sigiloso. A comissão tomou conhecimento desse valor no ato da abertura desse envelope que, anteriormente, havia sido rubricado pelas empresas participantes.

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Sr. Presidente, estou satisfeito e apenas pediria a V. Exa., porque tenho um compromisso agora ao meio dia e meia, que indicasse um Relator ad hoc, para que eu pudesse me ausentar.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy, esta Presidência indica ou nomeia o Senador Magno Bacelar, para servir como Relator ad hoc.

Com a palavra o Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Prefeito, como é que o senhor tomou conhecimento da existência do Sr. Fernando Galindo?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Foi em uma reunião em Belo Horizonte.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Essa reunião foi promovida por quem?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Não tenho conhecimento, não.

O SR. DIVALDO SURUAGY - O senhor foi convidado?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Fui convidado para uma reunião em Belo Horizonte...

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quem foi que fez o convite a V.

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Fui convidado por telefone.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quem foi que telefonou para V. Exa.?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Não sei quem ligou. Como, já ia a Belo Horizonte, fui e encontrei-me com o Dr. Fernando Galindo.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quem foi que organizou esse encontro em Belo Horizonte?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Acho que foi o próprio INAHPS, mesmo.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Dr. Fernando Galindo é funcionário do INAMPS?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Não sei se é do Inamps ou da Secretaria de Saúde, do Ministério da Saúde, não tenho certeza.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Mas tem certeza que ele é funcionário ou do Ministério da Saúde ou do Inamps? De um dos dois, V. Exas. tem certeza. Ele chegou a dizer que era funcionário, chegou a mostrar algum documento, por que essa certeza?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Não mostrou documento.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Por que o senhor tem essa certeza de que ele é funcionário do Inamps ou do Ministério?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Ele se apresentou desse jeito.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Ele se apresentou e disse que era funcionário de quê?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Do Inamps, ou da Saúde, não tenho certeza.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sim, por curiosidade. V. Sa. tem certeza de que era funcionário do INAMPS ou do Ministério da Saúde?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Não, não tenho certeza não.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Ah!, não tem mais certeza.

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - É de um dos dois. Apresentaram-me como do Inamps ou da Saúde, mas não tenho certeza se é de um ou outro.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sim, mas tem certeza que ele pertence a um dos dois. Ele não disse?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Não.

O SR. DIVALDO SURUAGY - E por que essa certeza de V. Exa.?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Foi pelo o que ele me declarou.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então ele declarou. O que foi que ele declarou?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Que era funcionário de um desses órgãos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Prefeito, V. Exa. é um homem bastante vivido, experiente, soube ganhar uma eleição. Ninguém chega e diz: - "Sou funcionário de um desses dois órgãos". Ninguém diz assim. V. Sa. acabou de fazer um juramento. Então ela disse, ou que era fun-

cionário do Inamps, ou era funcionário do Ministério da Saúde, ele não disse que não era nenhum dos dois.

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Não tenho certeza.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então, ele não disse.

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Ele disse que era funcionário de um órgão desses, mas eu não...

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Prefeito, vamos admitir o seguinte: alguém chega junto do senhor e diz: "Sou funcionário de um órgão". Ai diz o órgão, não é verdade? O Dr. Djalma Miranda acabou de dizer: "Sou funcionário da Prefeitura de Maceió". Não é verdade?

O SR. DJALMA MIRANDA - Pernambuco.

O SR. DIVALDO SURUAGY - S. Exa. não quis dizer que era funcionário ou da Câmara de Vereadores ou era do Estado, ele disse que era da prefeitura. Quando alguém diz: - Sou funcionário de um certo tal. Qual foi o local que ele disse?

O SR. ALDIMAR RODRIGUES - Senador, tem bastante tempo. Então eu não tenho certeza, não me recordo.

O SR. DIVALDO SURUAGY - O Dr. Djalma estava junto como advogado?

O SR. DJALMA MIRANDA - Estava.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Também não se recorda?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, não me recordo se era do INAMPS ou do Ministério da Saúde, mesmo porque o próprio convênio diz Convênio MS/INAMPS. Quer dizer, deixa realmente dúvidas em localizar a lotação desse cidadão.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Tudo bem! Eu gostaria só de saber o seguinte: a figura misteriosa do Dr. Fernando. Ele deve ser chamado de alguma coisa, ele deixou algum cartão com o senhor, deixou alguma referência, deixou algum telefone para contatos?

O SR. DJALMA MIRANDA - Temos o telefone dele, em Belo Horizonte.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então, poderia fazer chegar o telefone dele à Presidência da Comissão?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não temos condições de reavivar assim, no momento.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Mas o senhor disse que tinha esse telefone em Belo Horizonte.

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, em Belo Horizonte não, em Janaúba.

O SR. DIVALDO SURUAGY - O senhor tem o telefone?

O SR. DJALMA MIRANDA - Creio que temos o telefone.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quando o senhor volta para Janaúba?

O SR. DJALMA MIRANDA - Nós vamos voltar hoje ainda.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então, na próxima semana poderia comunicar à Presidência o telefone dele, tudo direitinho?

O SR. DJALMA MIRANDA - Perfeitamente!

O SR. DIVALDO SURUAGY - Gostaríamos de conversar com o Dr. Fernando Galindo. Sabe qual é o Estado dele, ele é mineiro?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não sabemos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Nesse encontro em Belo Horizonte, notadamente tinha outros prefeitos.

O SR. DJALMA MIRANDA - Senador, por favor. Gostaria de fazer um esclarecimento. A correspondência que foi informado o valor básico para efeito de avaliação das propostas está assinada por Fernando Galindo Pimentel, que creio ser a mesma pessoa. Não afirmo, eu acho, está assinada por ele. A correspondência diz o seguinte: "Dando cumprimento ao que determina a cláusula 2ª, item 2, alínea d, do Convênio MS/INAMPS, PM de Janaúba, nº 0190, que é o número do convênio"... Então, creio que aí já dá, mais ou menos pra esclarecer, mesmo assim, fica-se em dúvida, porque ninguém sabe se veio de lá ou de cá, porque aqui o documento não diz. Realmente, não esclarece.

O SR. DIVALDO SURUAGY - V. Sa. tem o endereço ou o telefone do Dr. Fernando Galindo?

O SR. DJALMA MIRANDA - Temos na prefeitura.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Comunique, portanto, à Presidência.

Sugiro, Sr. Presidente, que se convide formalmente o Dr. Fernando Galindo para prestar depoimento nesta Comissão a respeito desse súbito interesse dele em se deslocar para Belo Horizonte para oferecer recursos.

Foi a primeira vez que V. Sa. viu o Dr. Fernando Galindo?

O SR. DJALMA MIRANDA - Foi a primeira vez.

O SR. DIVALDO SURUAGY - V. Sa. não ficou sensibilizado por esse gesto dele?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não. Porque eu não sabia desse hospital.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quero deixar claro que a posição de V. Sa. é altamente louvável. Se V. Sa. é um Prefeito e alguém vai lhe oferecer um hospital, V. Sa. naturalmente quer construir o hospital; a população precisa disso.

V. Sa. se deu ao trabalho de analisar se o Município terá condições de manter esse hospital?

O SR. DJALMA MIRANDA - O hospital é regional.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sim, mas pelo contrato que está aí, vai ser mantido por quantos municípios? Vai ser mantido apenas pelo Município que V. Sa. dirige?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, a nossa microrregião é composta de 8 municípios.

O SR. DIVALDO SURUAGY - E todos os 8 prefeitos assinaram?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, só Janaúba.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então, evidentemente, Prefeito, estamos aqui com pessoas bastante experientes. O Prefeito da cidade vizinha não vai querer apenas contribuir.

O SR. DJALMA MIRANDA - Senador, vai querer contribuir sabe por quê? Porque, hoje, nos deslocamos, de Janaúba, 600 kms, para levar um doente a Belo Horizonte. O nosso problema de saúde é violento. Minha cidade, hoje, tem 120 mil habitantes. É uma cidade nova, com 40 anos, por isso o problema de saúde e de educação é sério.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Mas V. Sa. acredita, que, se isso ficar amarrado, os Prefeitos vão contribuir?

O SR. DJALMA MIRANDA - Vão contribuir, sim. Trabalhamos lá, todo mundo assim, de mãos dadas. A nossa microrregião - somos 8 prefeitos - é a região da Serra Geral. Eles não são do convênio. O convênio é da Prefeitura de Janaúba, mas Janaúba vai atendê-los. Já atendemos ali, em um hospital que temos em Janaúba, toda aquela região, mesmo com muita carência.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então, independentemente ou não da participação dos municípios circunvizinhos, a Prefeitura terá condições de manter um hospital?

O SR. DJALMA MIRANDA - Vamos reivindicar recursos junto aos órgãos competentes para ajudar na manutenção do hospital.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Prefeito, por curiosidade, V. Sa. já se deu ao trabalho de verificar quantos hospitais estão fechados em Minas Gerais? São 5 paralisados.

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, não sei.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Deixo essa idéia com V. Sa. Antes que comprometa seu orçamento, verifique quantos hospitais - não quero dizer nem no Brasil - apenas em Minas Gerais, para depois V. Sa. não construir um "elefante branco". Estão tentando vender material estrangeiro, é empreiteiro querendo ganhar dinheiro, estão encarecendo esse hospital em 30, 40%. Isso vai ser pago pelo seu povo, que não tem nem condições de enfrentar essa despesa. No fundo, vocês estão sendo vítimas de um grupo de exploradores que está querendo ganhar dinheiro nas costas dos prefeitos. Sabem que o Prefeito quer realizar, a população cobra, reclama. Então, apenas surgiu que V. Sa. tenha prudência. Acabei de dizer para o Prefeito de Bento Gonçalves. Por coincidência, são 4 prefeitos. As ofertas são as mesmas, as figuras devem ser as mesmas. Vão saber se as empreiteiras são as mesmas. Isso está assustando este País. Eu conheço bem o Dr. Fernando Galindo, só queria saber se V. Sa. o conhecia.

Bom, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O assessor do Prefeito é advogado, exerce a sua profissão em Belo Horizonte ou é funcionário da Prefeitura de lá?

O SR. DJALMA MIRANDA - Foi elaborado um currículo. O currículo diz que eu exerço, veladamente, a profissão de advogado. Bacharel em Direito, sou inscrito na OAB e já advoguei na minha terra, em Porteirinha. Mas, atualmente, não milito na área. Sou ex-funcionário do Banco do Nordeste. Então, logo que eu me aposentei, até então, eu não podia advogar porque era funcionário do banco - era uma proibição normativa do Banco do Nordeste. E após a minha aposentadoria, fui trabalhar com o Prefeito. Então, eu faço advocacia mais para atender pequenos pedidos de amigos, geralmente. Mas não exerço a profissão de advogado, não tenho escritório montado, não tenho nada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sa. é funcionário da Prefeitura e em que condição?

O SR. DJALMA MIRANDA - Sou Assessor Especial de Gabinete, nomeado no dia 2 de janeiro de 1989, no dia em que o Prefeito tomou posse.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Porque quando V. Sa. respondeu ao Presidente, V. Sa. declarou que residia em Belo Horizonte.

O SR. DJALMA MIRANDA - Resido em Belo Horizonte; a minha família reside em Belo Horizonte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Em quantas horas V. Sa. faz esse trajeto de seu município até Belo Horizonte?

O SR. DJALMA MIRANDA - São 570 quilômetros. Não viajo de carro, só viajo de ônibus e geralmente à noite.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sa. faz isso aí diariamente?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, duas vezes por mês vou a Janaúba, e cada vez que vou, fico lá cinco dias úteis. E trabalho geralmente 12 horas por dia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É uma explicação. Agora, o Prefeito ou o assessor, os dois declararam que o edital do Ministério, ou do IHAMPS, determinava preço oculto. E sabe-se que esse preço foi enviado num envelope lacrado e aberto na hora da abertura das propostas.

O SR. DJALMA MIRANDA - Propostas comerciais.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual é a data do ofício que informava esse preço?

O SR. DJALMA MIRANDA - A data é dia 20 de maio de 1991.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Dia 20 de maio foi aberto o envelope?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não. Ele é datado de 20 de maio, mas chegou-me às mãos no dia da abertura da proposta, no dia 22 de maio de 1991, conforme consta da Ata que trouxemos aqui.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A data da concorrência era dia 7 ou 8 de maio, não era?

O SR. DJALMA MIRANDA - Era. Mas ela foi adiada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Depois é que ela foi adiada. Esse ofício só foi enviado depois do adiamento?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, V. Exa. está fazendo uma pequena confusão. Dê-me um tempinho para que me situe. A data marcada no primeiro edital era 7 de maio de 1991. No dia 3 de maio de 1991, a Comissão de licitação recebeu a correspondência de uma empresa, que havia comprado o edital, solicitando que a data da abertura fosse adiada. A comissão achou por bem, ouvido o prefeito, fazer o adiamento para o dia 22 de maio de 1991.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quantas empresas tinham comprado o edital?

O SR. DJALMA MIRANDA - Seis empresas, até o dia do pedido do adiamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quer dizer que seis empresas haviam comprado o edital e uma solicitou o adiamento.

O SR. DJALMA MIRANDA - Uma apenas solicitou o adiamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estamos, aqui nesta Comissão, encontrando uma série de coincidências. Não é uma coincidência muito interessante saber que também as prefeituras de Ouro Preto e Teixeira adiarão, no mesmo dia, essa concorrência?

O SR. DJALMA MIRANDA - É, parece que sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É uma coincidência. A mesma empresa pediu para os 3 prefeitos?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não sei se foi a mesma empresa, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual foi a empresa que pediu?

O SR. DJALMA MIRANDA - A que nos pediu foi a empresa Marco XX.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Está sendo anotado o nome da empresa.

Chegou a haver a concorrência no dia 22 de maio?

O SR. DJALMA MIRANDA - No dia 22 de maio não, Exa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Foi aberta a concorrência?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não houve a concorrência até hoje?

O SR. DJALMA MIRANDA - A comissão de licitação achou por bem adiar novamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Também a pedido de alguma empresa?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não. Isso aí foi em função da decretação da greve geral no País, que coincidiu com o dia em...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acho que, ao contrário do que os jornais e televisões diziam, a greve teve êxito, conseguiu parar a concorrência em três municípios.

O SR. DJALMA MIRANDA - Mas, na verdade, quando adiamos, não sabemos se havia êxito ou não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, mas adiaram em decorrência da greve.

O Relator e o Senador Divaldo Suruagy já perguntaram sobre esse Dr. Fernando Galindo, e até agora não houve a explicação quer é este senhor; até agora não sabemos como é que se chegou a essa oferta de recursos para os três municípios, porque, pelo que disse o prefeito, a reunião foi com os três municípios.

Então, como houve essa procura de prefeitos para se oferecer esses recursos, já com todo o pacote pronto de edital, de projeto, de tipo de hospital, do número de leitos tudo isso já dentro de um pacote pré-estabelecido? Como se chegou a isso? Qual foi o início desse novo para se chegar a esse oferecimento?

Vejo, como o Senador Divaldo Suruagy, que se está oferecendo hospital por aí, a torto e à direito por esse Brasil, sem se procurar saber o seu custo de manutenção, se há um interesse real da população. Não apenas o desejo oficial interessa dentro das possibilidades administrativa. É preciso saber se há um cálculo de leitos e habitantes. Nada disso foi visto. Ven um pacote pronto, como V. Sa. declarou, não sei se o assessor ou prefeito. Disse que, quando se recebe no interior qualquer benefício, isso é como se fosse uma ordem. Então se considerou como sendo uma ordem para se fazer aquele hospital, dentro daquelas normas.

Não se chegou ao extremo de dizer quem é que deveria ganhar a concorrência?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não, Excelência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não há condições de sabermos um pouco mais sobre o Dr. Fernando Galindo?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não conhecemos esse senhor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Como ele chegou? Até agora não entendi bem. Parece que o prefeito se esqueceu quem teve a iniciativa do encontro. Quem teve a iniciativa do encontro?

O SR. DJALMA MIRANDA - Posso esclarecer isso como assessor do prefeito. Geralmente essas coisas mais especiais ele passa para mim. A convocação foi feita de Brasília, via telefone, marcando a data no Hotel Real Palace, em Belo Horizonte, num determinada hora.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O telefonema foi do Dr. Galindo?

O SR. DJALMA MIRANDA - Isso não posso confirmar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quem convocou essa reunião?

O SR. DJALMA MIRANDA - Olha, o telefonema...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Para o Sr. e o prefeito saírem do município, a 600 km de distância, e atenderem um telefonema, sem saber quem é?

O SR. DJALMA MIRANDA - Não. O telefonema foi recebido pela secretária, mas, a essas alturas, não nos preocupamos em anotar quem telefonou.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Foi uma secretária qualquer que telefonou, mas em nome de quem? Em nome de que órgão? Para quê?

O SR. DJALMA MIRANDA - Ninguém sabe se foi o Ministério da Saúde ou o INAMPS, para receber a cópia do convênio e a minuta do edital.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quer dizer, não se sabe quem é esse "papai-noel brasileiro", que anda por aí, distribuindo recursos.

O SR. DJALMA MIRANDA - Não. Podemos até produzir esse documento e encaminhá-lo à Comissão. Junto à cópia que nos foi encaminhada, tenho uma cópia da cópia, onde existe uma emenda constitucional do Deputado José Geraldo Ribeiro, na legislatura passada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Orçamentária.

O SR. DJALMA MIRANDA - Justamente isso. Então, acreditamos que talvez seja esse o embrião do nascimento do hospital.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sobre isso, quase não há dúvida.

O SR. DJALMA MIRANDA - Há até um detalhe, a oposição ao prefeito em Janaúba disse que quem arranjou o hospital foram eles.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pelo menos alguém arranjou.

O SR. DJALMA MIRANDA - Foi o Deputado José Geraldo, que é representante de Janaúba.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O que estamos procurando saber é como se chegou a essa reunião.

O SR. DJALMA MIRANDA - Através desse telefonema.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quer dizer, foi um telefonema, não se sabe de quem, nem porquê.

O SR. DJALMA MIRANDA - Porque o hospital foi viabilizado e iríamos lá porque... O convênio tinha sido assinado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Já tinha sido assinado antes?

O SR. DJALMA MIRANDA - No dia 26 de dezembro de 1990. Tenho a cópia aqui e estamos encaminhando.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O convênio já tinha sido assinado antes dessa reunião?

O SR. DJALMA MIRANDA - Antes da reunião.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Já é um ponto. E como se chegou a esse convênio?

O SR. DJALMA MIRANDA - O convênio foi o Prefeito que assinou, aqui em Brasília.

O SR. ALDIRAR RODRIGUES (fora do microfone) - O convênio assinou no Ministério da Saúde, em Brasília.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E V. Exa. foi convidado para um convênio?

O SR. ALDIRAR RODRIGUES - Não. Fui convidado para assinar o convênio. Viemos e assinamos o convênio; o ex-prefeito da minha cidade e eu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E V. Exa. foi convidado, à época, para...

O SR. ALDIRAR RODRIGUES - Para vir a Brasília.

Sempre nos preocupa muito...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exa. já era Prefeito ou estava para assumir a Prefeitura?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Já era Prefeito. Então, preocupamo-nos muito em conseguir ajuda para o hospital, que é o que mais precisamos na nossa cidade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quem testemunhou o convênio? Um dado interessante para mim, quando a Prefeitura assina um convênio com o Ministério, é que tem sempre algumas testemunhas. Quem testemunhou?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Isso não sei, Sr. Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Foi o Dr. Fernando Galindo?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Ninguém.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ou o Dr. Raposo?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Não tenho o nome quem testemunhou não. Simplesmente, como funcionário do Ministério da Saúde, assinei o convênio.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Na cópia do convênio de V. Exa. não consta o nome da testemunha?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Não consta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas não é normal, ou pelo menos necessário, que, quando se assina um convênio, tenha sempre testemunhas?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Na cópia não consta nada, Senador. Tem as duas testemunhas, só que não constam as assinaturas no convênio.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O ex-Deputado acompanhou-lhe?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não foi ninguém com V. Sa., além do ex-Prefeito?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Eu mesmo fui ao Ministério, onde entendi no convênio e o deixei pronto. É como fazemos em todos os ministérios.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, Senador Ruy Bacelar, teremos mais dois prefeitos para arguir e as duas perguntas serão praticamente as mesmas. As respostas, por sua vez, serão certamente as mesmas, porque parece que há um problema de irmãos gêmeos nas prefeituras. Como todas receberam convite, vamos ver se outros podem informar melhor quem é o Sr. Fernando Galindo e, depois, verificaremos as coincidências existentes nesses processos.

No momento, não tenho mais perguntas. Mais uma vez, é de se estranhar as coincidências que têm ocorrido nesses casos de hospitais pelo Brasil afora: uma empresa consegue descobrir o valor oculto e acerta na mosca o preço que deve oferecer para ganhar a concorrência; para outra empresa, que tem 111 (cento e onze) milhões de capital, faz-se uma concorrência exigindo-se 105 milhões de capital, um índice de liquidez que nem existe; faz-se convites para liberar recursos não se sabe de quem; e, na mesma hora em que uma empresa pede para adiar, todos os três prefeitos adiam a concorrência.

Então, são muitas as coincidências que se repetem. E acho que, cada vez que aprofundarmos mais, maiores coincidências teremos. Por isso não tenho mais o que perguntar, neste instante, e apenas lamentar que faltamos à votação no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Prefeito, os avisos de licitação e também do adiamento foram publicados no Diário Oficial da Minas Ge-

raia, no mesmo dia, na mesma página e com os mesmos dizeres dos avisos relativos a Teixeira, Ouro Preto e Janaúba.

Quem telefonou para V. Exa. pedindo para publicar o aviso de adiamento?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - V. Exa. está se referindo ao primeiro aviso de licitação?

O SR. GERSON CAMATA - Certo.

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Esse aviso já foi pronto no edital.

O SR. GERSON CAMATA - O Sr. mandou para o Diário Oficial?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Esse primeiro já foi pronto e nós só o copiamos.

O SR. GERSON CAMATA - Mas foi a Prefeitura que mandou esse aviso para o Diário Oficial ou alguém já mandou publicá-lo?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Não. Foi a Prefeitura que mandou publicar o edital.

O SR. GERSON CAMATA - E o aviso do adiamento?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - O aviso do adiamento, quem o fez por nós foi o Dr. Paulo Xavier, de Ouro Preto. Ocorreu um fato interessante...

O SR. GERSON CAMATA - O Dr. Paulo Xavier, que é funcionário da Prefeitura de Ouro Preto?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Sim. Ele o Vice-Prefeito, que é Secretário e está no exercício da prefeitura atualmente.

O SR. GERSON CAMATA - Foi ele quem sugeriu que os três adiassem a concorrência?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Não. Gostaria que V. Exa., por favor, ouvisse um relato.

Pelos meus poucos conhecimentos, entendia que deveria ser fixada uma data para que a empresa pudesse adquirir o edital, de modo que lhe fosse permitido preencher toda a documentação que o edital exige em tempo hábil e apresentá-la no dia marcado para tal mister. Ocorre que o edital omitiu isso. Então, no dia 3, a MarcoXX nos procurou e comprou o edital. Como a abertura estava marcada para o dia 7 numa terça-feira, e dia 3, foi uma sexta-feira, só tínhamos o sábado para fazer a publicação; senão, perderia a eficácia e teria que ser aberta realmente no dia apressado pelo primeiro edital.

Como estávamos muito distantes de Belo Horizonte e tínhamos nos conhecido nessa dita reunião, trocado até idéias a respeito, porque a nossa experiência não é muito grande nesse tipo de assunto, ele se encarregou de mandar publicar para Janaúba.

O SR. GERSON CAMATA - Qual a firma que ganhou a concorrência?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Da nossa? Marielva Construtora Limitada.

O SR. GERSON CAMATA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Magno Bacelar.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Sr. Presidente, embora o Sr. Prefeito e seu Assessor tenham declarado que a concorrência foi adiada e que foi publicado o edital já pelo Prefeito de Ouro Preto, gostaria de saber quem elaborou todos esses documentos relativos ao adiamento da concorrência?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Foi o Dr. Paulo.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Haviam outros prefeitos nessa reunião do hotel em Belo Horizonte ou cada prefeito foi individualmente ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Havia. Foi uma reunião única, em que os três prefeitos estavam presentes.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - De onde é a firma MARCO XX, Sr. Prefeito ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Parece-me que é de Belo Horizonte. Não afirmo, mas me parece que é sediada em Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - É a firma Márialva, que ganhou a concorrência, é de onde ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - A Marialva é sediada em Sete Lagoas, Minas Gerais.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, o relator dá-se por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O Prefeito trouxe a documentação que lhe foi solicitada ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Trouxe, em parte. O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Solicitamos ao Prefeito cópia do convênio.

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Posso entregar a V. Exa. o total, porque tem uma correspondência respondendo a um ofício..

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Edital de convocação, planilhas, atas, propostas. Alguns dos Srs. Senadores ...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pedi ao Sr. Prefeito que encaminhasse à Comissão o ofício que contém o preço sigiloso da concorrência, porque foi afirmado aqui que existe esse ofício, datado de 20 de ...

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Temos cópia dele aqui, só não está incluído na relação de de resposta de correspondência da CPI.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pediria que acrescentasse esse ofício.

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Perfeitamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, gostaria de perguntar se o projeto já foi pronto para o hospital.

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Não o projeto foi apenas uma planta baixa. E consta do edital que as empresas teriam que mandar realizar o projeto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Há coincidência também de que os projetos serão idênticos nas três Prefeituras, ou serão adaptados a cada município em separado ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Sr. Senador, não tivemos acesso a essa informação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quantos metros quadrados tem o hospital do município ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - O de Janaúba tem quase 13 mil metros quadrados.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quantos leitos ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - 120 leitos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E a população ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - A população do Município de Janaúba hoje deve estar em torno de uns 120 a 140 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Gostaria de perguntar ao Prefeito qual foi o preço da apostila cobrado pela Prefeitura para as concorrências ?

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - A venda do edital?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim.

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Cr\$ 650.000,00 e Cr\$ 690.000,00.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência agradece a presença do Prefeito Aldemar Rodrigues, como também do seu assessor, Sr. Djalma, e se reserva ao direito de se necessário, solicitar outros documentos, como também a presença de S. Exa. aqui nesta Comissão. Muito obrigado, Sr. Prefeito.

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Sr. Presidente, por favor, é sobre o telefone do Dr. Fernando Galindo. Deveríamos encaminhá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Justo.

O SR. ALDIRMAR RODRIGUES - Porque foi solicitado e providenciaremos tão logo chegemos lá.

Esperamos que a nossa cidade seja beneficiada com esse hospital porque é de suma importância. A nossa carência é imensa. Hoje a área da saúde é uma precariedade, é uma cidade sofrida, com gente desempregada etc... Obrigado. (Pausa)

O SR. (SINDICALISTA do Sul do Pará) - Desculpe, Senador, posso pedir a palavra? (Assentimento da Presidência)

O Coronel Curid, ex-Oficial do Exército, reformado, está fazendo abuso de poder, uso de arbitrariedade em Serra Pelada. Ele está vendendo o patrimônio coletivo dos garimpeiros, investimento de mais de 200 mil pessoas, 43 mil sócios de uma cooperativa, está vendendo para tirar proveito próprio, fazendo contrato abusivo, desrespeitando o direito dos garimpeiros. É possível chamar o Coronel Curid para prestar contas?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Encadine a denúncia com a documentação, por escrito, à esta CPI.

O SR. SINDICALISTA - Assim farei. Obrigado. O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Atendendo a nossa convocação, encontra-se presente o Prefeito José Diogo Drumond Filho, de Tezelas, Minas Gerais.

Esta Comissão o convocou e ao mesmo tempo solicitou uma série de documentos, cópia de convênio de repasse de recurso do Ministério da Saúde, edital de convocação, planilha de preços, atas das reuniões alusivas a esse procedimento licitatório, proposta das licitantes qualificadas, recursos interpostos, se existentes, planilhas de preços unitários das 3 últimas obras de edição de maior valor contratadas pelas prefeituras, qualificação técnica dos servidores que participaram do julgamento das propostas, critério de fixação do preço de aquisição do edital.

Pergunto ao Sr. Prefeito se trouxe esses documentos.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não. Recebi esta convocação no dia 25 e não estava no município. Ontem tive que viajar para cá e não houve prazo. Trouxe o convênio e gostaria que V. Exa. me desse um prazo para poder remeter tudo pelo correio.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência fica aguardando a documentação.

Sr. Prefeito, de acordo com o que determina o art. 362, que prevê das penas por falso testemunho e o art. 203 do Processo Pe-

nal, solicito que V.Exa. faça o julgamento de praxe antes do seu depoimento e, consequentemente, os interrogatórios.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com esta investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas".

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Cumprindo as formalidades, de acordo com este artigo citado do Código de Processo Penal, a Presidência pede que V.Exa. declare o nome completo.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - José Diogo Drumond Filho.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - 56 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado civil.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Residência.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Rua General Alvim, 81 - Teixeira - Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Onde a exerce.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Na comarca de Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sr. Prefeito, vamos passar à fase dos questionamentos e, no decorrer das respostas, se V.Exa. tiver alguma coisa a expor, fará alguma exposição que deseje.

Antes pergunto se V.Exa. tem alguma coisa a declarar no momento.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, com a palavra o Senador Magno Bacelar, que funciona como Relator ad hoc da Comissão.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - V.Exa. conhece os critérios que o Ministério da Saúde usou para a locação de recursos para construção do hospital?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Há algum Deputado, algum Parlamentar, V. Sa. poderia nomear quem conseguiu essa verba?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Há tempos venho pleiteando um hospital para minha região, que é uma área deficitária, é Zona da Mata. Em 86 votei no Deputado José Geraldo Ribeiro. Foi através dele que se conseguiu colocar no orçamento uma verba para construção do hospital de Teixeira.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Quem elaborou o edital de concorrência?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - O edital já recebi elaborado pelo INAPS.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - O preço também foi estipulado?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - O preço já constava do edital.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Quando o Ministério enviou-lhe este contrato, condicionou que o preço deveria ser esse ou mandou apenas uma sugestão, e V. Sa. a aceitou?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Ele mandou sugestão do preço, dizendo que seria para cobrir os gastos que a Prefeitura teria com a confecção dos projetos, do local etc.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - O preço foi realmente 650 mil?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, foi 560 mil.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - V. Sa. poderia nos informar se o preço desse hospital a ser concedido ao seu município era o mesmo dos outros 3 municípios que compareceram a esta reunião?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não entendi.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - A dotação orçamentária para construção do seu hospital é a mesma concedida aos outros 13 municípios que compareceram à reunião?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Tenho para mim que eles são diferentes. O meu hospital é um hospital de 50 leitos.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Qual foi o valor do Convênio?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - O valor do convênio assinado com o Ministério está aqui. O primeiro convênio que assinei foi de 11 milhões, 312 mil cruzeiros.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - O hospital que lhe foi concedido foi dentro de um critério que V. Sa. mesmo pediu, que solicitou ao Ministério de 50 leitos ou foi um tipo padrão já concedido a sua Prefeitura?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, solicitei um hospital de 50 leitos, minha cidade é pequena, embora a região seja grande e carente, mas a minha comarca é de 25, 30 mil habitantes, há os outros municípios que pertencem à comarca de Teixeira. Eu solicitei um hospital de 50 leitos, inclusive um hospital maior de difícil para o município manter o hospital.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Quem elaborou o projeto básico desse hospital?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Quem elaborou o projeto base desse hospital foi o INAMPS.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Então, confirma-se que é um tipo padrão, já que eles atendem à solicitação feita pela prefeitura, 50 leitos manda um projeto padrão a ser executado?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Penso que sim.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - O preço básico para a concorrência foi também estipulado pelo INAMPS ou ficou a critério da sua prefeitura?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - O preço básico foi mandado pelo INAMPS em envelope fechado, e aberto no dia da concorrência. Todas as firmas que concorriam assinaram os envelopes fechados pelo INAMPS, e depois esse preço foi aberto perante a comissão.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Embora V.Exa. seja também advogado, gostaria de saber se na sua prefeitura há algum departamento jurídico que tenha examinado essa concorrência?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Existe algum departamento jurídico, inclusive com uma das melhores bibliotecas da nossa região.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Então, esse contrato passou pelo departamento jurídico para ser examinado, ou como já estava tudo elaborado pelo INAMPS V.Exa. apenas criou a comissão e mandou abrir o edital na forma proposta pelo INAMPS?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, contrato passou pelo meu escritório. Tenho um escritório de advocacia, não advogo, mas tenho três advogados, passou pelo meu escritório.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - O seu escritório presta serviços à prefeitura, Sr. Prefeito?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Meu escritório, não senhor.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - A concorrência de V.Exa. foi adiada por que motivo, Sr. Prefeito?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - A minha concorrência era no dia 23 de maio e foi decretada greve geral. Então, foi adiada a concorrência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Um minuto apenas. Acho que o Senador Magno Bacelar queria saber a primeira data, se teria sido era 7 ou 8 de maio. Depois, foi adiada para vinte e tantos de maio. O primeiro adiamento foi feito por quê?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não. Só foi adiado do dia 8 para o dia 23. Não, tenho para mim que não foi adiado do dia 8.

Não sei se foi adiado de 8 para 23 foi a Comissão de Licitação. Eu não tenho conhecimento, tenho conhecimento do dia 23 que foi adiado.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Para V.Exa. foi marcada uma data, nesta data foi aberta e, se houve alguma alteração V.Exa., não tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, se houve qualquer alteração deve ter constado em ata e eu não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Muito bem! Mas não ocorre o fato de que dessa prefeitura também ter participado do mesmo aviso, no mesmo jornal que foi publicado o dia da transferência?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Tem sim. O problema do segundo adiamento, eu participei porque...

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Mas se houve um segundo adiamento, existiu um primeiro.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Do primeiro eu não sei o motivo. O segundo é que estou lhe dizendo que era greve no dia 23 de maio e foi adiado, houve uma firma construtora que pediu adiamento.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - V.Exa. poderia nominar essa firma construtora que solicitou esse adiamento?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Parece-me que é Marco XX, não sei. Então, ela entrou com uma carta, eu telefonei para Ouro Preto, pois sabia que Ouro Preto também estava com esse problema e perguntei se lá também houve pedido de adiamento. Eles me falaram que sim, que essa mesma firma também havia pedido o adiamento na cidade de Ouro Preto. E me informaram que esse adiamento havia sido publicado no

Estado de Minas. Então, eu pedi a Ouro Preto que fizesse para mim a publicação, porque eu estava a 200 km de Ouro Preto e Ouro Preto estava a pouco mais de 90 km de Belo Horizonte. Então, eu passei os dados para ele, os dados só da prefeitura e pedi que ele fizesse e publicasse para mim.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Pois não, Sr. Prefeito. Poderia nos dizer qual a firma que ganhou a concorrência?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Na minha cidade, Hermeto Costa Ltda.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Essa empresa é sediada no seu município ou V.Sa. sabe?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Sediada em Belo Horizonte, na capital do Estado.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Preliminarmente, eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Em primeiro lugar, saber se essa sugestão do preço do edital foi feita por escrito ou verbalmente?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Essa sugestão do preço do edital consta do edital.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Já vem o edital estabelecendo o preço?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Consta um preço e...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou dizendo o preço para a compra do edital, para aquisição do edital.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Pois é, já constava do edital...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Já constava do próprio edital?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Conta do edital o preço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O preço que foi estabelecido veio do INAMPS para lá? Foi o próprio INAMPS que determinou no edital, e V.Exa. disse que o edital foi recebido do INAMPS?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Foi recebido do INAMPS.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, nesse edital já constava o preço para aquisição do edital por parte das empresas?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - É. Poderia ser para mais ou para menos, segundo sugestão que eles deram, de acordo com os gastos que a prefeitura tivesse, e de cópias...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas no edital foi o preço de 560 mil cruzeiros?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, no edital foi o preço de 550, e eu o vendi por 560, porque eu tive mais 10 mil de despesas de cópias, de projetos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Prefeito, quantas empresas compraram o edital?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Na minha cidade cinco empresas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Poderia nos dizer quais?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Bom, eu não sei o nome

de todas, mas sei dizer quem ganhou a concorrência, a Hermeto Costa Ltda., a Marco XX...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Marialva concorreu lá?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, não posso afirmar pra o senhor. Eu não participei, porque eles compravam na minha prefeitura, na minha tesouraria, às vezes eu nem estava no município no dia, eu não...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não, mas não é quem comprou o edital, é quem concorreu.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Pois é, eu não sei de cor. Sei que a Hermeto Costa, a Marco XX, Cojan. São as que eu conheço. Mas não saberia dizer as cinco de cor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. foi convidado para uma reunião no Hotel Real, em Belo Horizonte? Não me lembro bem o nome do hotel, se é Real, se é...

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Hotel Real, na Rua Espírito Santo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. foi convidado para essa reunião com outros prefeitos?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Fui. Partitipei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quem convidou?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Quem me convidou foi a Prefeitura de Ouro Preto, dizendo que teríamos uma reunião com um rapaz do INAMPS que iria lá explicar como se faziam os projetos, e tal...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas quem convidou V.Sa. foi o Prefeito de Ouro Preto?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Foi, Dr. Wilson Milagre.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ele que fez o convite?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Ele que me convidou, falou assim: Vamos participar lá...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E o rapaz do INAMPS é o Dr. Galindo?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - O rapaz do INAMPS é o Dr. Fernando, eu não sei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Fernando Galindo?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, o sobrenome eu não perguntei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ele fez parte dessa reunião para dizer o quê?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - A conversa que ele teve comigo foi no sentido de orientar, que eu teria que procurar um pessoal especializada da prefeitura para fazer índice de preço. Não sei como se faz isso, sou advogado. Mas ele me orientou dizendo que eu teria que ter um economista, um engenheiro, que preenchesse, nos editais, esses índices. Sobre isso que ele me orientou.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ele é o que no Ministério?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Ah, é funcionário.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - De onde, do Ministério da Saúde, do INAMPS?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Do Ministério da Saúde, segundo me apresentaram.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Não é do INAMPS, é do próprio Ministério?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Segundo me apresentaram é do Ministério da Saúde. Lá no interior nós fazemos muito confusão entre Ministério da Saúde, INAMPS, INPS. Quem é advogado faz uma diferenciação, mas quem não é fala que é INAMPS, Ministério da Saúde, deixa sempre aquela confusão de diferenciação dos órgãos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. também recebeu o preço base no envelope para ser aberto na concorrência?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, eu não recebi não senhor. Eu sei que o envelope foi aberto...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, mas a prefeitura, não V.Sa, a prefeitura recebeu.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - A Comissão de Licitação recebeu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Recebeu o envelope fechado...

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Lacrado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - ... com preço base.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Com o preço básico.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. tem cópia aí desse ofício?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, eu não tenho conhecimento, eu não participava dessa comissão de licitação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas a comissão não levava ao prefeito, não dava conhecimento ao prefeito o que estava se desenrolando lá, para o prefeito poder saber se estava tudo caminhando direitinho?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, o Presidente da comissão lá, inclusive, era meu filho; ele é médico, indiquei-o para Presidente da Comissão, é meu filho, solteiro, um médico...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas ele não conversava com V.Sa. sobre o que estava se passando?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Ele me levava, às vezes, em casa o resultado, porque muitas vezes eu não estava na prefeitura. Havia uma sala própria deles se reunirem, lá e ele me levava sempre o resultado em casa; aconteceu isso, isso e isso. Os outros dois membros das comissão foram indicados pelo INAMPS. Então, eu sei que eles receberam esse envelope fechado, e que as firmas assinaram antes de abrir, e tal, levada essa notícia pelo meu filho.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Houve alguma curiosidade, alguma preocupação da comissão de licitação, da prefeitura ou alguém lá da prefeitura, em saber como se chegou a esse preço base, oculto, que estava no ofício?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, não tivemos essa preocupação sobre o preço básico.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E sabe informar qual era o preço base?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, não sei. Sei informar para o senhor o preço daquele que ganhou a concorrência, mas o preço básico...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual foi o preço da firma que ganhou a concorrência?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Foi de um bilhão oitocentos e seis milhões de cruzeiros para um hospital de 50 leitos, todo equipado, todo montado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A firma acertou na mosca o preço base oculto para ganhar? Porque houve uma concorrência. Então, cinco firmas entraram. Só uma foi qualificada dentro do preço base ou mais de uma delas?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Todas elas, mas o preço ...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Porque, às vezes, a firma é desclassificada porque não atende aquele preço base oculto, dá 10% acima ou 10% a baixo, mais de 10% acima e mais de 10% a baixo, então, é desclassificada.

No caso, houve alguma firma que foi desclassificada?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, não foi desclassificada. Todas concorreram.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Todas as firmas entraram dentro, mais ou menos, no preço base?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não sei porque aqui é critério por notas. A Comissão não dá critérios por notas. Notas sobre financeiro, econômico, técnico, jurídico. A Comissão se baseia dando notas. Agora não sei ...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Por um acaso V.Sa. veio acompanhado de algum assessor, de alguém da comissão de licitação? Será que aqui, quando V.Sa. veio hoje de lá, ou ontem de lá, veio acompanhado de algum assessor da Prefeitura ou de alguém da Comissão?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, estou sozinho.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. não está podendo informar praticamente nada da concorrência. Porque V.Sa., pelo que está dizendo, não tomou praticamente conhecimento de nada que ocorreu na concorrência. V.Sa. deixou tudo a critério da comissão de licitação.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Eu não participei. Tinha um filho meu, de minha estrita confiança, que era o Presidente da Comissão. Então, não participei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois é, por isso V.Sa. não está podendo informar. Mas eu gostaria que V.Sa. mandasse para a Comissão todas essas informações que estão sendo solicitadas e que V.Sa. não tem condições de informar.

Quais foram as propostas feitas? Qual foi o preço base determinado? Enviasse cópia do ofício que determinou esse preço base.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Perfeitamente. Não trouxe hoje porque...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, recebermos todas essas informações para termos aqui conhecimento. Quanto estava previsto no orçamento para isso, para essa obra? A emenda que foi colocada no orçamento pelo Deputado José Geraldo era de quanto para essa obra?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Era de seis milhões e pouco, corrigidos, que foi publicado no Diário.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A correção chegava a quanto?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - A correção chegou a onze milhões trezentos e doze mil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Onze milhões. A concorrência foi aberta e o vencedor foi um bilhão trezentos e tantos milhões.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Essa verba constou do orçamento de 1989. A do orçamento de 1990, a Prefeitura não sabe o montante e não recebeu ainda, não foi publicado. Essa verba aqui é do orçamento de 1989.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - No orçamento tinha... aí é que ficou essa dúvida, essa verba foi de 1989, muito bem. E no orçamento do ano passado para este ano, consta verba orçamentária para construção desse hospital?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Consta, sim Senhor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não sei o montante, não sei precisar, porque não vi a publicação, mas consta e eu tenho certeza.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. não teve curiosidade nenhuma de saber a quanto estava essa obra, que V.Sa. estava tão interessado em fazer, e que o Deputado José Geraldo teve tanta interesse de colocar? Não houve da parte da Prefeitura nenhuma preocupação em saber quanto é que estava previsto para isso? Agora, pelo menos V.Sa. poderia me informar se o que está previsto no orçamento é suficiente para fazer frente a essa obra como valor, como foi feita a concorrência?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, não sei informar a V.Exa. se o que está é suficiente. Não sei informar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, não tenho mais perguntas a fazer, porque infelizmente o Prefeito não pode informar nada. Então, peço apenas que remeta esses documentos para que a Comissão tome conhecimento, saber quanto está previsto no orçamento, corrigido, aqui podemos fazer a correção, se a Prefeitura não puder fazer; qual foi a proposta vencedora; qual foi o preço oculto estabelecido; qual foi o preço das demais propostas dos concorrentes. Todas as informações que são necessárias, para se saber alguma coisa do que foi que se passou lá. O que sabemos aqui é que: o Prefeito de Ouro Preto se encarregou de fazer o aviso de adiamento de todas as três Prefeituras, porque o outro Prefeito já declarou isso - o Prefeito de Januária - e agora foi confirmado pelo Prefeito; a reunião foi feita com o Dr. Galindo, ninguém sabe exatamente de onde ele é, o que ele foi fazer, além de dizer como deveriam proceder. Mas, por que o Dr. Galindo foi lá? Reuniu esses três Prefeitos também para dividir, levar esses recursos para essas obras?

Essas informações são necessárias para a Comissão e eu peço ao Presidente que determine aqui aos nossos assessores que façam a relação de documentos que precisam da Prefeitura, para que tomemos conhecimento do que se passou por lá.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - V.Exa. me permite um esclarecimento? Eu não assinei o convênio lá em Minas Gerais, assinei-o aqui no Ministério da Saúde.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu sei, não estou dizendo que o convênio foi assinado. V.Sa. tem o convênio aí?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Estou com ele.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Tem a cópia do convênio. V.Sa. foi para lá com quem para assinar? Teve alguma testemunha para a assinatura do convênio, alguém assinou como testemunha?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, não tem testemunha, mas eu assinei aqui no Ministério da Saúde. O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Assinou, mas ninguém assinou como testemunha. V.Sa. foi sozinho lá ou foi acompanhado de alguém para a assinatura desse convênio?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Fui acompanhado do Deputado José Geraldo Ribeiro, inclusive deixei com S.Exa. uma cópia, tirei um xerox e deixamos no gabinete dele.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A obra está sendo iniciada lá?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - A obra, não. Homologuei a concorrência, mandei chamar a firma para assinar o contrato.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Já foi assinado o contrato?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - O contrato já consta do edital.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Já tem projeto para o hospital em si, o projeto já está pronto?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Tudo pronto, na concorrência já vai tudo pronto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ah, o projeto foi junto com o edital?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, o projeto a firma apresenta. Damos as linhas básicas do hospital, que o INAMPS manda, as linhas básicas e, dentro daquilo, a firma é que faz o projeto e apresenta à Comissão de Licitação e preço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto V.Sa. tem em caixa para começar a obra?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Tenho em caixa os onze milhões trezentos e doze.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Os onze milhões do orçamento do ano passado?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Do ano passado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. recebeu, na correção da época, onze milhões e tanto.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Onze milhões trezentos e doze.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E não rendeu mais nada de lá para cá?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não. Proíbe-se que se aplique esse dinheiro quando ele vem a atrasar o andamento da obra. Como a obra não começou, não existe esse prejuízo de atrasar o andamento da obra, ele está aplicado a um rendimento menor do que a conta ouro, dia-a-dia. Se a firma amanhã...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, não são mais onze milhões, hoje já tem mais alguma coisa? Quanto é? Quanto tem?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Já tem mais alguma coisa. Agora, não sei, não se pode mexer no dinheiro aplicado...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Se recebe o extrato.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Os extratos estão na Prefeitura, vêm semanalmente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, mas quanto é?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Deve estar, hoje, na base de uns quatorze milhões de cruzeiros.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, insisto que faça a relação do que precisa ser informado para fazer as perguntas por escrito, porque talvez lá na Prefeitura o Prefeito tenha condições de apresentar as suas razões e as suas respostas, porque por aqui está difícil saber alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Alguns dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Lá nos Estados Unidos existe aquela forma de responder pela Emenda nº 5: "Recuso-me a responder..." e não responde nada. Aqui também podemos evitar, já que vai criar dificuldades para nós.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Estou notando é que o convênio, embora já assinado pelo Sr. Prefeito, ele tem claros, o convênio assinado não tem especificações da prefeitura, data, todos esses aspectos estão em branco.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Essa cópia que eu trouxe. Porque, quando foi assinado o convênio, os claros eram para ser preenchidos na Prefeitura. Tirei xerox antes. Mas o que está lá, que consta de um processo administrativo... porque existe um processo administrativo de construção do hospital, com todas as peças. Essa cópia que está lá está devidamente preenchida.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Sr. Prefeito, estou falando, não da cópia, mas do contrato com a construtora, é do convênio assinado com o INAMPS.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Pois é, mas no dia em que assinou faltavam alguns dados para ser preenchido.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Sr. Prefeito, V.Exa. falou que, quando da reunião no hotel, o assessor ou o funcionário do INAMPS ou do Ministério com quem conversou lhe sugeriu criar uma comissão para a elaboração desse projeto.

Posteriormente, V.Exa. declarou que o edital foi pronto, o projeto pronto e fechado, com os valores. Então, que função teria essa comissão, se todos os dados e todos os preços foram fixados já no envelope lacrado que V.Sa. recebeu do Ministério?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Não, ele sugeriu que eu arranjassem um engenheiro, um economista, para, de acordo com o Decreto nº 2300, preenchesse os claros do edital. Ele também não foi preenchido, preenchem-se os claros do edital. Ele não foi, foi o modelo. Mas ele não foi, não foram preenchidos os claros.

O pessoal técnico da prefeitura é que, de acordo com o mercado e de acordo com o Decreto 2.300, preencheu os claros do edital igual ao que o senhor está vendo, os claros aí no convênio...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Desculpe-me, Sr. Prefeito, interromper, mas V.Sa. disse que os índices foram feitos por lá. Quais índices?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Índices de liquidez. Não sou técnico nisso, mas lá pelo... Foram feitos esses índices.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Também foi estabelecido o índice de liquidez. Qual foi o índice de liquidez?

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Eu não sei. Sei que foi estabelecido. Qual foi eu não sei. E temos facilidade lá, porque Teixeira está a 10 km da Universidade Federal de Viçosa. Então, há economistas, engenheiros. Passei para o pessoal da prefeitura e eles levaram. A Universidade dá toda a cobertura. Depois é que vim saber que havia o Decreto 2.300 que regia a matéria, e eles fizeram de acordo com isso. Temos essas facilidades lá, porque somos a porta de entrada da Universidade Federal de Viçosa, estamos a 10 km.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Prefeito, V.Sa. declara que desconhece algumas informações solicitadas pelo Senador Jutahy Magalhães, e agora acaba de declarar que desconhecia os termos do Decreto-lei 200, mas afirmou, inicialmente, no seu depoimento, que é advogado.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Sou advogado.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Obrigado. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acho que nada mais havendo a tratar com V.Sa., Sr. Prefeito, a Comissão continua aguardando a documentação que lhe foi solicitada, bem como outras de que porventura necessitar, como também se reserva para, se necessário, lhe convocar novamente para participar desta Comissão. Muito obrigado a V.Exa.

O SR. JOSÉ DIOGO DRUMOND FILHO - Perfeitamente. Obrigado a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Gostaríamos de saber de S.Sa. como Vice-prefeito, ocupando a função, no momento, de Prefeito, tem condições de responder ou não. Mas parece-me que, no depoimento do Prefeito de Janaúba, S.Sa. nos informou que o atual Vice-prefeito é Secretário da Prefeitura e responsável pelo adiamento da obra, como também, parece-me, não sei, o Presidente da Comissão de Licitação.

Já se encontra presente aqui o Sr. Paulo Marcos Xavier da Silva, Vice-prefeito de Ouro Preto, no exercício da função de Prefeito.

Antes de dar prosseguimento a esta reunião, a Presidência quer saber se V.Sa. tem conhecimento do edital de concorrência da contratação da construção de um hospital em Ouro Preto.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Tenho algum conhecimento, e estou comparecendo para prestar os esclarecimentos que forem possíveis e necessários.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, feita essa preliminar, a Presidência convida V. Sa. para fazer o juramento de praxe, de acordo com os arts. 342 e 203, respectivamente do Código Penal e do Código de Processo Penal.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas".

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência, cumprindo formalidades exigidas pelos artigos citados do Código Penal e do Código de Processo Penal, pede para V.Sa. declarar o nome completo.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Paulo Marcos Xavier da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - 37 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado civil.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Residência.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Ouro Preto.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Engenheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Onde a exerce?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Na Prefeitura Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando continuação aos trabalhos, a Presidência concede a palavra ao Senador Magno Bacelar, Relator ad hoc da Comissão. Tem a palavra V.Exa., Senador.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Sr. Prefeito, quanto à origem dos recursos para a construção do hospital... Como se originaram as negociações para isso? Houve algum político que alocou recursos, foi um pleito direto da prefeitura ao Ministério? V.Exa. poderia esclarecer, por favor?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Do que é do meu conhecimento, já há muito tempo que Ouro Preto reivindica uma obra de um hospital para atender às necessidades do município, que são também regionais. Durante a nossa gestão, desde 89, temos encaminhado ofícios diretamente ao Ministério, ainda do Dr. Jader Barbalho. Ainda no governo anterior, solicitando isso. E temos correspondência entre o Ministério, a Secretaria de Estado e o Município.

Posteriormente houve, claro, o apoio de lideranças ligadas aos interesses do município. Não posso fazer esclarecimentos precisos, porque o Prefeito é que saberia posicionar os contatos de S. Sa. Mas sei que temos essa reivindicação direta com o Ministério, que, naturalmente, também conta com a colaboração e o apoio de lideranças que têm compromisso para com o município.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - V.Sa. não pode especificar quem foram os líderes, ou se esses recursos foram alocados no orçamento por parte de políticos - essa é que era a pergunta - ou se partiram do próprio Ministério, atendendo à reivindicação do prefeito, diretamente.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Eu não poderia precisar esse fato, porque é um atributo do prefeito, no contato das relações dele como gestor do município.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - A convocação para a reunião no hotel em Belo Horizonte foi provocada por quem, para o prefeito? Quem o convocou?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Pessoas ligadas ao Ministério, mas não sei precisar também, não.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Foi o prefeito?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - O prefeito compareceu.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - E foi o prefeito que convocou todos os outros prefeitos dos municípios que participaram

dessa reunião?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Desconheço essa informação.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Prefeito, quem elaborou o edital?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - A minuta do edital fora encaminhado pelo órgão promotor, que é o INAMPS e o ISS.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - O valor para a compra desse edital, qual foi?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Parece-me que de 690 mil cruzeiros.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Quem estabeleceu esse valor?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Fora o município.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Fora o próprio município?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Sim.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Não houve nenhuma sugestão do Ministério e do INAMPS nesse sentido?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Sr. Prefeito, qual o valor da obra?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Conhecida a proposta, hoje ela está orçada... - eu tenho a Ata comigo - a ordem de grandeza é de cinco milhões - é alguma coisa em torno de quatro mil e novecentos.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Para quantos leitos o hospital?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Para 200 leitos.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - A planta de construção dessa edificação é da própria Prefeitura ou, também, foi recabida como sugestão do Ministério?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Existe um projeto básico, elaborado pelo órgão promotor. Os executivos fazem parte integrante da contratação prevista no edital.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Os preços mínimos para o julgamento dessa concorrência foram encaminhadas ao município pelo Ministério ou, foram, também, fixados pelo município?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Na verdade, não são os preços mínimos. Existe um preço-base - a concorrência é a preço-base - e o preço-base foi fornecido pelo órgão promotor, pelo Ministério.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Quando V.Exa. recebeu isso?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Recebi lacrado, no dia previsto para a sessão.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - A assinatura do convênio, depois dessa reunião no hotel, foi com a convocação - por quem? - para o Prefeito, via Brasília, a com quem S.Exa. veio para assinar?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Essa concorrência foi adiada. Por que motivo foi adiada?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Houve, às vésperas da data prevista para a sessão inaugural do ato de licitação, uma empresa solicitando adiamento para que ela, também, pudesse participar de con-

corrência.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Qual foi a empresa?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - A empresa foi a Marco XX Construções Ltda.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Quem ganhou a concorrência, Sr. Prefeito?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - A nossa foi a Marco XX.

O SR. RELATOR (Mugno Bacelar) - Sr. Presidente, eu deixo aberto aos Srs. Senadores e, depois, se eu julgar necessário, eu volto a interrogar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, eu gostaria de indagar ao Depoente se o convênio foi assinado após o julgamento.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - O convênio com o INAMPS foi assinado antes. Aliás, o processo de abertura, licitatório, é instruído por um processo administrativo que se inicia com um processo de correspondência da qual integra esse convênio. Depois é que é encaminhado o processo de publicação de editais, etc.

O SR. AMIR LANDO - Foi feito, então, previamente?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Exato - previamente.

O SR. AMIR LANDO - Quais as razões, evidentemente, assentadas no processo para a prorrogação da licitação, exatamente para a entrada dessas coisas? O que se alegou, quais foram os motivos assentados, porque tinha que haver alguma justificativa? Quais foram as justificativas?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Está perfeitamente previsto no Decreto 2.300 que rege a matéria. Deve haver o máximo de abrangência e oportunidade de participação. Nessa empresa, nós tínhamos uma concorrência prevista para ser aberta, se não me falha a memória, no dia 7 de maio e ela comprou o edital às vésperas - entre 2 e 3 de maio - e, obviamente, uma obra dessa grandeza, dessa importância e complexidade de construção, jamais daria a ela a oportunidade de participar ou qualquer uma outra empresa que, também, pudesse se beneficiar com o provável adiamento. Eu diria que a decisão de adiar foi no sentido de, dentro do que prevê a legislação, tornar maior a possibilidade de uma maior participação à empresa que estava solicitando ou qualquer outra que pudesse participar.

O SR. AMIR LANDO - Esse edital foi lançado com quantos dias?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - A prorrogação foi de 15 dias.

O SR. AMIR LANDO - Não a prorrogação - é inicialmente?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Foi de 30 dias. Todo o edital de concorrência tem de correr 30 dias.

O SR. AMIR LANDO - No mínimo. O prazo poderia ser até maior.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Perfeito.

O SR. AMIR LANDO - Então, foi de 30 dias e prorrogado por mais 30 dias?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Por mais 15 dias. E devo, inclusive, esclarecer que, no caso da nossa concorrência de Ouro Preto, não só essa empresa acabou adquirindo como deu oportunidade e outras empresas de participar do processo de licitação.

O SR. AMIR LANDO - E quantas empresas haviam se habilitado nos primeiros 30 dias?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não saberia precisar, mas deve ser da ordem de 3 ou 4, e depois nós tivemos 6 ou 7 empresas, se não me engano.

O SR. AMIR LANDO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - V.Exa. está, aí, com a Ata. Eu gostaria de saber quais as empresas que concorreram?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Foram: Santa Bárbara Engenharia S.A.; Marco XX Construções Ltda.

O SR. GERSON CAMATA - Aí diz o endereço dessa empresa lá?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não, não havia. Via Engenharia S.A.; SERGEH, Serviços Gerais de Engenharia S.A.; Construtora Hermeto Costa Ltda. Essas compareceram na sessão inaugural, mas têm outras empresas que compraram. Lembro-me da JAO - parece-me que de São Paulo.

O SR. GERSON CAMATA - Tinha a Marialva.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não me lembro desse nome.

O SR. GERSON CAMATA - Uma outra informação: o adiamento foi no mesmo dia. Os Prefeitos de Janaúba e Teixeira telefonaram para o Sr., pedindo que publicasse, também, o adiamento deles?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Quando essa empresa que pediu o adiamento esteve no município, comprando o nosso edital, ela própria anunciou que estava, também, participando das concorrências que estavam sendo feitas nos outros municípios e que estava fazendo o pedido de apelo àqueles municípios também. Houve um contato entre as Prefeituras. Apenas para esclarecimento, a nossa cidade, Ouro Preto, certamente todos conhecem, está mais próxima da capital.

O SR. GERSON CAMATA - E foi a Prefeitura de Ouro Preto quem se encarregou de editar para as três.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Perfeito.

O SR. GERSON CAMATA - Tinha alguma verba no orçamento, colocada por algum parlamentar, para a construção desse Hospital?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - No orçamento da União?

O SR. GERSON CAMATA - Exato.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Tinha.

O SR. GERSON CAMATA - Qual foi o parlamentar que colocou a verba?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Foi o Deputado José Geraldo Ribeiro, se não me falha a memória.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Tem a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Prefeitura de Ouro Preto recebeu o preço-base, oculto - certamente, através de um ofício. V.Exa. tem, aí, a cópia do ofício?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - A comissão é formada por um membro da Prefeitura e representantes do INAMPS.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - São dois?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Exato. São dois. Quem encaminhava à Prefeitura e trouxe a carta contendo o preço-base foi o pessoal do INAMPS. Ela foi apresentada na sessão inaugural e rubricada por todos os presentes - inviolada e lacrada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Sr. tem, aí, a cópia do ofício?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não, não tenho.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. tem idéia de qual foi o preço-base?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Deve constar da Ata 5 bilhões, 433 milhões, 160 mil 256 cruzeiros, 66 centavos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A proposta vencedora foi de quanto?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Foi de 4,982.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Alguém já fez as contas para saber a diferença?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Deu 4,982; a proposta foi de 5,433. Duzentos leitos. Janaúba: 120 leitos; preço base: 5,159 milhões.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quer dizer, quase 10% abaixo do preço base, que é o limite estabelecido pelo edital. Segundo o edital, a empresa que desse menos de 10% abaixo do preço base seria desclassificada.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - O edital prevê, num dos seus artigos, que o preço não pode ser excessivamente alto, nem excessivamente baixo que possa comprometer a viabilidade da execução da obra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, essa empresa acertou praticamente nos 10% abaixo do preço base; quase 10%. Cabe outra pergunta: e as outras propostas? Foram desclassificadas ou os preços ficaram dentro desse limite?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Durante todo o processo licitatório de Ouro Preto, nenhuma empresa foi desclassificada em nenhuma das fases.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Nenhuma deu mais de 10% e nem menos de 10%. Todas deram dentro do limite. A segunda colocada deu o preço de quanto?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Construtora Hermeto Costa: 5,077. Seria suficiente eu dizer a ordem de grandeza?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, 5077.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Santa Bárbara: 5,178, Via Engenharia: 5,612; A JAO não compareceu à reunião; A Sergeh também não;

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual foi a média da vencedora?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não entendi a pergunta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. está dando aqui: 5,077.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Essa não é a média, é a ordem de grandeza, que dizer, 5 bilhões.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Há o coeficiente. Pensei que V.Exa. estava citando... Qual foi o coeficiente de cada uma?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Marco XX: 5,17, Ernesto Costa: 5,35; Estão na ordem crescente de classificação. Santa Bárbara Engenharia: 5,53; Via Engenharia: 6,33.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Só as 4? Nenhuma foi desclassificada?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Só as 4 apresentaram propostas financeiras.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O aviso de licitação das 3 prefeituras foi publicado em Minas Gerais, no mesmo dia, na mesma página, com os

mesmos dizeres, com os números seguidos. Foi o Sr. ou o Prefeito de Ouro Preto quem mandou publicar os avisos?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Perfeitamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Todos três?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Foi explicado aqui que, com relação à comunicação do pedido dessa empresa junto às outras prefeituras, entre a data da compra e da data prevista para a abertura inaugural do processo licitatório,...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Fala o primeiro aviso, antes do adiamento.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não entendi bem. O Sr. está se referindo à publicação do adiamento?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não houve, primeiro, a publicação do edital? Não houve nenhuma publicação do edital para que os concorrentes tomassem conhecimento?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Foram feitas no Diário Oficial da União e no Diário...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Todos os três foram juntos?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não sei informar sobre isso. Sei falar sobre o adiamento. Foram feitas, inclusive, por nós.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Todos os três feitos pelo Sr.? Quem pagou?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Cada prefeitura pagou a sua.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Os três primeiros V.Sa. não sabe sobre a publicação do edital. Foramtodos os três no mesmo dia, na mesma página, com números seguidos. Quem convidou o Prefeito de Ouro Preto para uma reunião no Hotel Rial com os prefeitos dos...

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Sei do encontro, mas não saberia informar ao Sr., não saberia precisar qual a pessoa de contato junto ao Ministério da Saúde, Inamps.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quem se comunicou com os prefeitos dos outros dois municípios para que eles comparecessem a essa reunião?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Também não sei informar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Segundo informações, foi de Ouro Preto que veio o telefonema informando aos dois sobre a reunião no Hotel Rial.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não tenho conhecimento disso, porque o Prefeito que estava em exercício é o titular do cargo.

O DR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. conhece o Dr. Calisto? Foi quem coordenou o encontro dos três prefeitos?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quem solicitou o adiamento foi a Marco XX? E foi a Marco XX que venceu a concorrência no caso de Ouro Preto?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Sr. sabe se há alguma ligação entre a Marco XX e as outras duas empresas que ganharam as concorrências nos outros dois municípios?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Desconheço essa informação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - De onde é a Marco XX?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - De Belo Horizonte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual é o capital da Marco XX?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Essa informação eu não tenho. Deve ser superior a 240 milhões de cruzeiros, previstos no edital.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A obra foi de quanto?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Da grandeza de 5 bilhões, ou seja, 4.982.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Portanto, o capital de giro foi de 240 milhões, ou seja, menos de 5% da obra. O índice de liquidez da Marco XX o Sr. também não sabe quanto foi?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Não. Não tenho esse valor. Mas todas elas, apenas para esclarecimento, porque nenhuma delas foi desclassificada no processo inaugural...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não é esta a questão. Isso eu sei, porque senão ela seria desclassificada. Quero saber se houve, também, uma coincidência, como em outros lugares. As firmas atendem a essas licitações num valor muito aproximados, numa coincidência muito grande com os valores estabelecidos.

Creio que, no momento, não tenho outra indagação.

Já foi iniciada a obra?

O SR. PREFEITO (Marcos Paulo da Silva) - Ainda não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto a Prefeitura tem em caixa para o início dessa obra?

O SR. PREFEITO (Marcos Paulo da Silva) - Foi repassado pelo órgão promotor - Inamps-Ms - o valor da ordem de 22 milhões de cruzeiros, de uma verba inicial de 33 milhões.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Prefeitura tem para execução dessa obra 22 milhões....

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Ainda não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto a Prefeitura tem em caixa para o início dessa obra?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Foi repassado pelo órgão - Inamps-Ms - o valor da ordem de 22 milhões de cruzeiro, de uma verba inicial de 33 milhões.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Prefeitura tem para execução dessa obra 22 milhões em caixa para o início dessa obra de 5 bilhões.

Nessa cópia do convênio que temos aqui em mãos, assinado no dia 26 de dezembro, também, por coincidência, não há assinatura de nenhuma testemunha, enquanto isso é exigido pelas normas que regem a assinatura de convênios.

V. Sa. sabe que o prefeito de Ouro Preto foi ao Ministério com alguém, foi levado por alguém ou foi sozinho em busca deste convênio?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Na assinatura específica desse convênio, não sei dizer Parece-me que S.Sa. o recebeu nessa reunião ou nesse encontro em Belo Horizonte.

Não sei se a assinatura fora feita anteriormente no Ministério, no INANPS ou nessa reunião.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Essa reunião foi quando?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Precisá-la não posso, mas parece-me que foi entre os meses de fevereiro e março deste ano.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Deste ano. O convênio é de dezembro do ano passado.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Para receber o convênio é que foi nesse período, fevereiro a março, não sei precisar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O convênio foi assinado no dia 26 de dezembro de 1990;

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Sim, mas não sei se ele fora assinado anteriormente e o ministério recebeu cópia dele posteriormente ou se assinara nesta data. Não sei dar essa informação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A data está colocada aqui em 26 de dezembro, à tinta, portanto deve ser a data da assinatura do convênio, senão não haveria razão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Dr. Marcos o V. Sa. poderia informar quem presidiu a comissão de licitação em Ouro Preto?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Fui eu.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - O contrato para a construção resultante da concorrência já foi assinado com a empresa?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Ainda não.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Poderia nos informar se, nesse contrato, existem cláusulas de reajuste?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Faz parte do caderno do edital a minuta do contrato. Não sei precisar nele se há cláusulas de reajuste.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Deveria ter constado mesmo é do edital.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Ele é parte integrante do edital.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Sim. A cláusula provável de reajuste teria de ser admitida anteriormente.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Deve ter, eu não me recordei com precisão.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - O material solicitado pela comissão já foi enviado? V. Sa. o trouxe?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Trouxe comigo o que foi comunicado, tanto é que a nossa confirmação foi muito tardia, dada a impossibilidade do prefeito de comparecer e eu estar assumindo emergencialmente o município. Trouxe cópia da ata e cópia do convênio, mas encaminharemos oportunamente a documentação que a comissão julgar necessária.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Sr. Presidente, dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Existe aqui no próprio edital a cláusula de reajustamento, a variação dos custos dos mesmos e do comportamento do mercado entre o mês da primeira publicação do edital em que ocorrer a variação.

O próprio Decreto-lei nº 2.300 estabelece normas para fazer-se esse reajustamento. E V. Sa., que presidiu a comissão de licitação, não tem conhecimento desses reajustes?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Disse que não tinha lembrança de de qual era o critério de reajuste, porque a minuta do edital foi recebida do órgão promotor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, eu sei, mas V. Sa. acompanhou a licitação. V. Sa. presidiu a comissão de licitação, não era apenas um membro. Portanto deve ter tomado as deliberações principais, e uma das deliberações principais é a questão de reajuste.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Com todo respeito, mas não tenho o dever de lembrar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Essa é a minha preocupação, porque nós precisamos aproveitar que o Ministério da Saúde está fazendo tantos hospitais para ver se é questão de amnésia que está atingindo a tantas pessoas, que, quando perguntadas, não se lembram. Então, esse problema de amnésia está me preocupando; acho que o Ministério da Saúde deve fazer um exame dessa questão.

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Por isso que a cidade precisa de hospital, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, gostaria de indagar do prefeito, do vice-prefeito no exercício da prefeitura: nos entendimentos com o Ministério da Saúde, no caso com o órgão promotor, fica condicionado, para a liberação dos recursos, que os editais sejam enviados, redigidos, elaborados pelo próprio Ministério da Saúde? V. Sa. tem conhecimento disso?

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - Parece-me que no convênio, há lá alguma coisa neste sentido. Há exigência do encaminhamento ou da orientação pelo órgão promotor.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O órgão promotor condiciona ...

O SR. PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA - No convênio, parece-me que há uma cláusula que fala sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência, antes de encerrar a presente reunião espera que a Prefeitura de Ouro Preto envie a documentação solicitada e se reserva, também, direito de convocar o Prefeito ou o Vice-Prefeito, se considerar necessário.

Agradecemos a sua presença, como também a presença dos membros da Comissão e de todos os que acompanharam a presente reunião.

Está encerrada a reunião

(Encerra-se a reunião às 14 horas e 15 minutos.)

Ata da 5a. Reunião, realizada em 08 de agosto de 1991.

Nos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e trinta e cinco minutos, na sala 04 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacelar (Presidente), Elcio Álvares, Jutahy Magalhães, Ovídio Suruagy, Meira Filho, Nabor Júnior, reunem-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". O Senhor Presidente declara aberta a reunião comunicando que sua finalidade é fazer uma síntese dos procedimentos adotados pela Comissão, uma vez que trata-se de uma reunião de trabalho para traçar normas e roteiros, a fim de dar continuidade aos trabalhos da Comissão. O Senhor Presidente cita os ofícios expedidos, convocando dependentes e requisitando documentos a diversos órgãos da Administração Pública Federal, bem como o requerimento de Senadores Ovídio Suruagy, Jutahy Magalhães, Elcio Álvares e Meira Filho. O Senhor Presidente agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a sessão da qual, eu, Hamilton Costa de Almeida, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO A ATA DA 5a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR
Relator : Senador ÉLCIO ALVARES

(ÍTEGRA DO APOANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO MISTA PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 08/08/91

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Aberta a presente reunião, cuja finalidade é fazer uma síntese dos procedimentos adotados por esta Comissão até a presente data, assim como, sendo uma reunião de trabalho, traçarmos normas, roteiros para dar continuidade à CPI.

Quero dizer aos Srs. que esta Comissão, até a presente data, fez o seguinte:

-convidei aqui o Presidente da Câmara Brasileira de Indústria e Construção, que prestou depoimento, o mesmo com o Vice-Presidente Aníbal Freitas e Marcos Santana;

-depois tivemos a presença do Deputado Luís Roberto Ponte;

-em seguida, a Comissão encaminhou ofício ao Tribunal de Contas da União, requerendo cópias de acórdãos que apontassem irregularidades em concorrências públicas nos últimos 5 anos, ofício esse atendido;

-depois encaminhou, requerendo à Câmara Brasileira de Indústria da Construção a remessa à Comissão dos editais de concorrência em obras públicas, que sugerem fraudes em corrupção - ofício não atendido até o presente momento;

-em seguida esta Comissão encaminhou outro ofício ao Tribunal de Contas da União, solicitando normas e decisões adotadas por esse órgão relativas à aplicação do Decreto-Lei nº 2 300, sobretudo no que diz respeito ao preço-base sigiloso;

-encaminhou ofício, convocando o Vereador de Bento Gonçalves, Fernando César Ferrari, que aqui esteve para prestar depoimento, fazendo o mesmo com o Deputado Jofran Frejat, Secretário de Saúde de Brasília, que aqui esteve depondo;

-convocou também o Prefeito de Bento Gonçalves, Fortunato Rizado, o Prefeito de Janaúba, Aldimar Rodrigues, o Sr. José Diogo Drumont Filho, Prefeito Municipal de Teixeira, o Sr. Wilson Milagres dos Santos, Prefeito de Ouro Preto, tratando todos eles da denúncia sobre irregularidades na contratação para construção de hospitais nos seus respectivos municípios;

-depois a Comissão enviou ofício ao Ministro da Saúde, requisitando informações, como programa de construção de hospitais a nível nacional, mediante convênio, ofício ainda não atendido;

-encaminhou ofício à Embaixada da França, solicitando informações a respeito da legislação para contratação de obras e serviços pelo governo, sugerido pelo Sr. Senador Gerson Camata, ofício atendido;

-logo em seguida, encaminhou um ofício ao Presidente da Junta Comercial do Distrito Federal, requisitando o contrato social da Empresa Construtora Mendes Carlos Ltda., ofício atendido e a documentação está aqui na mesa;

-enviou ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ademar Paladine Guise, consultando sobre a legalidade ou não do preço-base sigiloso - eu já tinha citado - ofício em tramitação para atendimento;

-ofício ao Deputado Jofran Frejat, Secretário de Saúde de Brasília, respondendo a um ofício de S. Exa. no que diz respeito à construção do hospital do Paranoá;

-fez o Ofício nº 31 ao Sr. Fortunato Rizado, Prefeito de Bento Gonçalves, requisitando cópia completa do processo licitatório para a construção do Hospital de Bento Gonçalves - ofício ainda não atendido;

-ofício ao Sr. Wilson Milagres dos Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto, requisitando à Prefeitura o valor final estimado da contratação para a construção do Hospital de Ouro Preto - ofício atendido;

-depois o Ofício nº 33 ao Sr. José Diogo Drumont Filho, Prefeito Municipal de Teixeira, requisitando à Prefeitura o valor final estimado da contratação para a construção do Hospital de Teixeira - ofício atendido;

- Ofício nº 034/91, de 28/6/91, ao Sr. João Mendonça Amorim Filho, Presidente do INCRA, requisitando informações diversas, sugerido pelo Senador Jutahy Magalhães - ofício aguardando providências;

-ofício ao Sr. Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, requisitando informações diversas pertinentes ao Ministério, sugerido também pelo Senador Jutahy Magalhães - ofício aguardando a resposta; - à Sra. Margarida Procópio, Ministra da Ação Social, requisitando informações diversas pertinentes ao Ministério, sugerido pelo Senador Jutahy Magalhães. Ofício respondido, aguardando providências. A Ministra encaminhou uma série de documentos.

Depois, ofício à Caixa Econômica Federal, requisitando informações diversas, sugerido pelo Srs. vice-Presidente, Senador Jutahy Magalhães. E, lá o Diretor do DNER, Antônio Carlos Perucci, requisitando informações diversas, também, sugerido pelo Senador Jutahy Magalhães, aguardando também resposta.

Além disso, acho que devemos tratar nesta reunião, de algo que diz respeito à prorrogação do prazo da CPI, já que o prazo desta Comissão se esgota no dia 27, 28 do presente mês de agosto. E ela teve um atraso na sua instalação, já que praticamente tivemos somente um mês de trabalho.

A Presidência está formulando uma solicitação aos Srs. Senadores, no sentido de que os trabalhos da Mesa sejam prorrogados por mais 90 dias. Deu-se conhecimento da documentação recebida; nós já temos aqui a complementação. A Presidência pede que faça constar que estamos reiterando as solicitações feitas aos diversos órgãos e não atendidas.

Temos de tratar também do problema da convocação e algumas personalidades para definir o problema dos depoentes futuros. E, de maneira geral, tratar do roteiro com o cronograma dos trabalhos até o fim do ano.

Em síntese, era o que tinha dizer aos Srs.

Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo

Suruagy

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, Srs. Senadores, solicitaria que se adotasse um critério de reiterar os pleitos sugeridos pela Comissão a essas autoridades, e caso não seja dada resposta, seria, então, dado ao conhecimento da opinião pública através da imprensa. Ficaria divulgado que determinada autoridade está se recusando ou, então, não deu nenhuma resposta. É uma proposta informal que gostaria de fazer.

A outra, era uma solicitação aos companheiros. Propus, numa reunião anterior, a convocação do Engenheiro Fernando Galindo Pimentel. Sugeriria, neste instante - já troquei idéias com o Presidente e gostaria de ouvir a opinião dos demais Senadores, porque não gostaria de trazer uma luta política de Alagoas para a Comissão, para que amanhã a Comissão não ficasse sendo rotulada de que está sendo um instrumento de luta política do Senador Divaldo Suruagy com o Governo Federal.

Então, antes da convocação, deixaria a proposta: que nós mandássemos um pedido de informações, porque o Engenheiro Fernando Galindo Pimentel foi Secretário de Obras em Alagoas; ele é filho de um ex-Prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, uma das cidades mais importante do Estado. Como terá uma conotação política em Alagoas, não quero que amanhã possa surgir qualquer crítica à Comissão, dizendo que o Senador Divaldo Suruagy se utilizou da Comissão como instrumento, como arma política na briga dele em Alagoas.

Acho que o primeiro passo seria, antes da convocação do Engenheiro Fernando Galindo Pimentel, formularmos um pedido de informações. Se a resposta fosse convincente tudo bem; se não fosse, então, se convocaria o Dr. Fernando.

Era a proposta que gostaria de fazer à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acredito que nenhum dos Srs. Senadores se opõem à sugestão do Senador Divaldo Suruagy. A Comissão, então, irá, de comum acordo com V.Exa., fazer as indagações necessárias para esclarecimento do caso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, antes da saída do Senador Elcio Álvares, porque S.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES ... tem que conversar com o Líder do Governo, quero pedir uma providência e anunciar uma outra.

Solicitaria que a Presidência entrasse em contato com a assessoria jurídica da Casa e com os assessores que estão acompanhando os trabalhos da CPI para ver as medidas jurídicas que determina as respostas aos ofícios da CPI. Porque hoje vou apresentar no Plenário um requerimento de obediência ao Regimento, para que o Presidente convoque uma sessão dentro de 48 horas, para determinar se a Ministra Margarida Procópio está ou não envolvida em crime de responsabilidade. Está sem responder ao requerimento de informações encaminhado a S.Exa. há mais de 30 dias.

Não quero criar caso, mas quero que respondam. Por isso já pedi a presença do Senador, porque S.Exa. pode providenciar junto à Ministra que remeta o ofício de resposta antes das 48 horas. O Presidente do Senado é obrigado a convocar a sessão para que o Plenário julgue se deve ou não responsabilizar a Ministra por crime de responsabilidade.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Esse ofício foi versando sobre o quê, Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou escolhendo esse ofício, mas há mais cinco.

O SR. ELCIO ÁLVARES - É um dos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Há mais cinco. Estou escolhendo esse porque é o mais simples. É baseado numa notícia de que na Bahia se estaria procurando 500 milhões de cruzeiros. O Prefeito de Salvador diz que não recebeu a verba que o Ministério da Ação Social diz que transferiu para lá. O pessoal ligado à URBS também diz que não a recebeu. E a verba foi, segundo disse o Ministério da Ação Social. Então fiz a pergunta para saber quando foi, a quem foi destinada e quanto foi destinado. Até agora não respondeu. Esse é um dos seis ofícios que estão sem resposta até hoje. Ontem recebi a resposta do Ministro Alceni Guerra. Não me satisfaz, mas pelo menos respondeu.

O meu objetivo é fazer com que o Senado seja respeitado. Não é de criar caso. Mas julgo que esses ofícios todos que foram remetidos pela CPI já deveriam ter sido respondidos pelo Governo.

O SR. ELCIO ÁLVARES - É uma prioridade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Se o Governo quer dar transparência as suas ações, não tem nada a esconder, não deveria ter nada a esconder. Agora, vejamos quantos ofícios estão aqui sem resposta há mais de 30 dias, todos eles. Se o Governo é obrigado a responder em 30 dias um requerimento de informações feito por um Senador, e referendado pela Mesa do Senado, mais responsabilidade tem o Governo de responder a ofício da CPI. Isso é obrigação, não é nenhum favor. É uma obrigação do Governo. Por isso é que peço a V.Exa., Senador Elcio Álvares, que converse com o Senador Marco Maciel para que tome as providências para isso, para evitar que se crie casos políticos sem nenhuma razão de ser.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Penso o seguinte, Senador Jutahy Magalhães: no caso da CPI, é obrigatório, é até indeclinável, em razão do ofício ser citado por qualquer pessoa junto ao Governo. É uma questão de transparência, até de norma ética de comportamento. E a Comissão deve agir com rigor. Se, evidentemente, uma solicitação nossa não tiver a resposta imediata dentro do prazo, vamos tomar as providências, examinar sob o aspecto jurídico, ao aspecto legal quais são

as providências que temos que tomar. Só quero me justificar: acabei de receber um recado. Estamos às voltas agora com a mensagem dos funcionários. O Marco pediu-me, vou dar um pulo. Mas estou inteiramente à disposição da CPI; vou tentar voltar logo.

O SR. GABRIEL ALVES FILHO - (Inaudível)(Fora do microfone... Tribunal de Contas, que é o órgão auxiliar do Poder Legislativo.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Acho o seguinte: esse levantamento aconteceu...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Vamos tratar sem formalidades. Se não tomarmos algumas providências...

O SR. ELCIO ÁLVARES - Estou de acordo, sou solidário inteiramente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES ... drásticas, ninguém respeita o que se faz. É por isso que vou levantar esse caso hoje, lá no plenário, porque eu quero fazer com que o Senado resolva cumprir ou não o Regimento. Se o próprio Senado achar que tem que ser votação em plenário, se o próprio Senado achar que não deve ser respondido o que perguntamos, tudo bem!

O SR. ELCIO ÁLVARES - Acho que qualquer Ministro tinha que ter uma assessoria...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, se o Senado achar que deve ser, então entra o processo de crime de responsabilidade.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Parece-me que o pedido de informação tem um volume grande.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agora, se quiser evitar, responda a tempo.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Acho que é válido

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Como houve aquele caso da Ministra Zélia com o Senador Jamil Haddad.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Acho mais grave o problema da CPI.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É mais grave ainda.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Porque lá está capitulador: quem não responde pedido de informação... Isso até no Direito Comum. Qualquer advogado que peça a uma autoridade, dentro de uma prazo, uma certidão, e a autoridade não fornece, essa autoridade é passível de enquadramento em crime de responsabilidade. Isso, no processo - nós, que somos advogados, sabemos -, é válido para qualquer certidão que é pedida e a autoridade se nega. Agora, imaginem um pedido de informações do Senado da República ou do Congresso! Então, acho que isso é válido.

Aliás, eu vou mais além: o problema do Senado, hoje, não está restrito apenas a isso, acho que nós estamos sofrendo uma crise de autoridade geral dentro da Casa. Tem existido alguns episódios aí - eu sou Senador novo, evidentemente os outros têm maior experiência - e acho que devemos tomar uma decisão em razão de muita coisa que está acontecendo nesta Casa. Eu estou sendo surpreendido a cada dia que passa, não sei se é meu modo de agir, com episódios que estão refletindo, inclusive, na atuação parlamentar de cada um. Na relação Governo/Senado, nós somos o Senado. Acho que todos aqui representamos o Senado. Estou inteiramente solidário com V.Exa. Inclusive, vamos verificar e reiterar, nesse ponto, e encarecer à Presidência e à Mesa o cumprimento da norma constitucional ou da norma legal.

Agora, entendo, no momento em que a coisa vem no descumprimento das obrigações de cada um, que o problema nosso, dentro do Senado, está-se tornando muito difícil na questão até do funcionamento interno da nossa Casa.

É um assunto mais interno, acho que deveríamos nos reunir, pois tenho conversado com vários companheiros e está me parecendo que há uma espécie de descumprimento das normas...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Há um desinteresse.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Um desinteresse total. Eu não posso aceitar isso porque a minha idéia do mandato é trabalhar integralmente, 24 horas por dia. Dou assistência, vou às Comissões, mas estou sentindo uma dificuldade. Por que? Tem funcionários magníficos, mas a Casa está sofrendo um processo de falta de comando.

Tive agora um caso que é um absurdo, isso não acontece em lugar nenhum. Aqui no Senado, para se autorizar a compra de qualquer coisa, é necessário cerca de cento e poucas assinaturas e o processo, em média, demora dois meses para se concluir, em termos de concorrência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas aí nós temos uma quantidade de isenção de chefes de si próprio.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Aí é que está o problema. Nós não somos da Mesa, mas temos que cobrar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Aí é que está também. Há um projeto de reforma administrativa há quase quatro anos.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Eu sou Senador novo, mas tenho muito cuidado em falar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu apresentei há quase quatro anos. Reapresentei agora, nesta legislatura, porque havia sido arquivado sem nenhuma manifestação da Comissão - sei que o Senador Dirceu Carneiro está preocupado em ver se dá andamento.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Mas, Senador Jutahy...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu só estou falando porque, não sei se chegam a cento e tantas, mas tem assinatura que não acaba mais num processo.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Cento e tantas, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - São chefes de si próprio que dão informações.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Senador Jutahy Magalhães, este problema talvez seja o seu problema. Nós temos uma Mesa para dirigir a Casa, evidentemente que nós temos que ser solidários. O que estou sentindo é neste problema, por exemplo, do pedido de informação...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não, Senador, não é a Mesa não, são os Senadores como um todo. A Mesa, muitas vezes, aprova e o Plenário não aprova.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Não, mas nós delegamos à Mesa...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - No meu caso, quando fui 1º-Secretário, fiquei cheio aí de providências que pedi e o Plenário não aceitou.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Mas, Senador Jutahy, eu tenho uma idéia de hierarquia muito grande. Nós delegamos a uma Mesa a responsabilidade... Estou falando isso em relação aos pedidos de informação. É

uma questão até de gerência desses pedidos de informação. Se, evidentemente, nós temos um Senado prestativo, ele vai cobrar o prazo, vai reiterar. Não pode o Senador ficar na expectativa de pedir uma reunião.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Mesa está cobrando dos Ministros quase que diariamente.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Mas, Senador Jutahy Magalhães, aí é enquadrar o Ministro que descumprir o pedido de informação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Guido, que é o Diretor da Secretaria da Mesa, está telefonando para os Ministérios pedindo quase que diariamente.

O SR. ELCIO ÁLVARES - A idéia de V. Exa. é ótima, acho que essa reunião deveria ser feita. Inclusive, há um grupo - eu estou falando isso sem qualquer sentido discriminatório - de Senadores novos que está levando essa idéia para a frente; nós queremos receber a experiência dos mais antigos para tentar, dentro da Casa, dentro do nosso esforço, dentro da nossa sinceridade de trabalho, uma fórmula.

Eu estou citando um episódio; aconteceu um fato, agora que é inusitado. O Senador Esperidião Amin, o Senador Oziel Carneiro e eu, quando voltamos do nosso recesso, encontramos apartamentos abertos, inteiramente esburacados, arrebatados à picaireta, e o Senador Esperidião Amin, com todos os seus pertences, roupas, etc, dentro do apartamento. Tivemos um mês inteiro de recesso, e ninguém fez obra nenhuma. Fizem no dia 30, e o que é pior, sem a autorização do Senador para entrar dentro da casa. Então, acho isso grave!

O meu problema, por exemplo: estou com a minha família, o meu pai e demais membros, graças à delicadeza de um Deputado do Espírito Santo. O que está acontecendo faltando é alguma coisa administrativa.

O SR. MEIRA FILHO - Permite-me uma correção?

O SR. ELCIO ÁLVARES - Pois não, Senador.

O SR. MEIRA FILHO - Fui solicitado por três vezes, se não me engano, a assinar liberação de obras no período do recesso, em virtude da ausência do 1º-Secretário. Não sei se é esse o caso.

O SR. ELCIO ÁLVARES - O caso mais grave é que essa obra... Aí é o caso criminoso que acho deva ser apurado. O apartamento onde vou habitar, e que estou disputando há seis meses, levando com a melhor delicadeza, foi pintado, colocaram carpete. Agora, com esse novo serviço, estragaram a pintura, estragaram o carpete - é mais uma despesa para esta Casa. Não me conformo com isso. Isso é dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O pior é que tenho dúvida de que isso esteja sendo feito em duplicata. Quando o Senador Jutahy Magalhães era o 1º-Secretário, em alguns apartamentos foi feita a revisão completa quanto ao problema elétrico. Já proibi que entrassem no meu. Queriam entrar, e eu disse que não, porque ali não se iria gastar dinheiro duas vezes.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Já estamos fugindo um pouco do tema. Mas quero deixar claro o seguinte: há uma preocupação de nossa parte em valorização da atividade parlamentar nas mínimas coisas. Estou inteiramente solidário.

Acho que é a autoridade da nossa Casa, a respeitabilidade, a responsabilidade, para evitar amanhã o que hoje está acontecendo. Há uma campanha nacional denegrindo profundamente a figura do Sa-

nador e do Deputado Federal. Dói muito quando vejo um programa de televisão - e é uma constante. Chegou-se ao cúmulo de a TVE pegar o ex-certo de uma peça teatral, anunciando uma campanha muito louvável, a TVE pega algumas peças teatrais, coloca; a parte que foram escolher para o artista falar era exatamente dizendo que o político é aquele que quer se enriquecer, quer receber benesses.

É uma campanha orquestrada. Penso que devemos ter a dignidade, a tranquilidade de consciência para discutirmos os problemas. Agora, se não nos organizarmos dentro da nossa Casa, dentro desse processo de respeitabilidade e de respeito ao dinheiro público... não foi o fato de invadir o domicílio de alguém; é o fato exatamente do gasto desnecessário, a repetição do gasto.

Conforme está falando o Senador Ruy Bacelar, houve uma revisão na parte elétrica, e, a pretexto de fazer um serviço elétrico, rebentaram todo o apartamento. O Senador Esperidião Amin está com a Deputada Ângela num hotel, porque não pôde entrar no apartamento onde estão as suas roupas e demais pertences. Não se pode fazer isso de maneira alguma! O respeito ao domicílio de qualquer pessoa, por mais humilde que seja, é elementar. Agora, o cidadão viaja no recesso, retorna e encontra esse quadro? Alguma coisa está errada nesta Casa. Então, esse processo de autoridade tem que ser pleno, para que, no momento em que o Senador formule o pedido de informações, tenhamos exatamente a resposta adequada.

Senador Jutahy Magalhães, logo mais terei uma reunião com o Senador Marco Maciel, mas quero dizer que estou solidário, acho que a nossa Casa tem que ocupar o seu espaço. Temos que ter uma forma de dignidade para mostrar que esse tipo de noticiário não constrói. Estamos no pelourinho da opinião pública por ato de um Deputado, quando a Casa tem tantos Parlamentares a integrá-la. Mas estamos pagando um tributo à opinião pública. Tenho certeza - pelo conhecimento que tenho do valor de cada um dos Srs. Senadores - que é profundamente injusto o conceito que está sendo criado de maneira artificial - e aí o valor da mídia. Não sei como vai ser, temos que ter a responsabilidade de assumir essa posição.

Na parte que me toca, trabalho com toda a dedicação, como todos os demais aqui presentes. Então, o que é isso, afinal de contas? É um processo, no momento em que estamos lutando denodadamente para valorizar a prática legislativa. Não podemos permitir a distorção desses fatos da maneira que está ocorrendo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O meu pedido é para que V. Exa. fale com o Senador Marco Maciel para que providencie. Porque já decidimos no Senado, no caso do pedido de informação do Senador Jamil Haddad à Ministra Zélia, num parecer de minha autoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ela discutia que deveria ser votado pelo Plenário o requerimento de informações. O Senado já decidiu que isso não é necessário. A Comissão Executiva do Senado, ao encaminhar, está referendando, em nome do Senado, o pedido de requerimento de informações do Senador. E aí vem a tramitação normal, de acordo com o Regimento.

O Presidente é obrigado a convocar uma sessão para estabelecer se o Senado vai ou não entrar com o processo por crime de responsabilidade, por falta de resposta.

Pessoalmente, não me interessa em criar caso, nem fazer nada - notícia não me interessa. O que me interessa é o fato concreto, e o fato concreto é o respeito ao Senado.

O SR. ÉLCIO ÁLVARES - Exato!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Temos muitas falhas, mas acho que para esse problema, nós, Senadores, devemos exigir solução. Levantei esta questão, porque na CPI isso é mais grave ainda. Por esta relação que estou vendo aqui, são inúmeros os ofícios que não foram atendidos. Então, é preciso que o Senador Marco Maciel telefone para esse Ministro, inclusive para o Sr. Marcos Coimbra, dizendo que o Senado agora irá tomar providências drásticas para isto e antes de se criar um processo político desagradável, mais fácil é o Executivo responder.

O SR. ÉLCIO ÁLVARES - Eu vejo o problema do reverso. Se eu estivesse investido da autoridade, é elementar no momento em que, acionado um pedido de informações, a minha primeira preocupação seria respondê-lo para que não paire nenhuma dúvida. É profundamente condenável, também, pela falta não só de cumprimento à norma constitucional, mas também aquilo que é o prurido básico de qualquer homem público no exercício de uma função.

Peço licença aos meus colegas, depois retorno se der tempo. Estou inteiramente à disposição do Presidente Ruy Bacelar e dos eminentes companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Nobre Senador Ruy Bacelar, vamos voltar ao formalismo.

Eu pediria que V.Exa. providenciasse a convocação do Líder do Governo na Assembleia baiana, o Deputado Simões. Isso, devido aos fatos já trazidos ao conhecimento da Comissão, para que S.Exa. repita ou retifique a declaração que fez na Assembleia Legislativa, de que uma empresa baiana teria procurado o ex-Governador da Bahia para pagar comissão para execução de obras.

Com a responsabilidade não só de Deputado, hoje Líder da Bancada Majoritária na Assembleia baiana, é lógico que S.Exa. convocou para isso.

Peço que V.Exa. diligencie junto ao Senador Beni Veras os nomes dos prefeitos do Ceará que foram procurados por aquela firma ligados a obras do Ministério da Ação Social, de acordo com a denúncia do ex-Governador Tasso Jereissati, a respeito de obras que seriam executadas no Ceará através de uma empresa determinada. Então, pediria a V.Exa. que convocasse também os dois prefeitos de lá para que viessem a trazer ao conhecimento da Comissão os fatos concretos a respeito desse assunto.

Temos a relação, não sei se atende a esse pedido, mas acho que deveríamos examinar com a Assessoria da Comissão a relação de obras orçamentárias do Ministério da Ação Social, e falar desse Ministério porque tem mais obras nesse setor e é ligado à Caixa Econômica, para verificarmos quais as obras que deveríamos averiguar. Logicamente há centenas de obras. Teríamos, então, que procurar uma duas ou três para investigarmos o que foi feito, como foi feito e se os recursos foram realmente aplicados. Esta é uma linha de conduta que deveríamos tentar averiguar, porque estamos jogando um pouco no escuro. Não temos aqui condições, porque a natureza das acusações torna isso

difícil, ninguém chega aqui e diz que fez isso e aquilo, porque senão também estaria condenado. Acho que devemos procurar caminhos para ver se chegamos a algum fato mais concreto. Vamos buscar todos os indícios que tivermos.

Soube, hoje, de uma ação do Executivo que eu elogio. Na reunião da Sudene, no Ceará, parece-me o diretor-substituto tinha sido procurado por um empresário para uma propina. Quando li a notícia, vim para esta reunião preparado para convocá-lo. Mas, hoje, li nos jornais que foi determinado que ele indicasse o nome do empresário que o procurou. Acho que aí é a ação certa do Executivo. É assim que se deve agir.

Temos que buscar esses fatos, porque outros fatos não têm essas mesmas providências do Executivo. Por isso, devemos procurar por esses caminhos e tentar chegar a um porto qualquer, dentro de uma linha de conduta que desejamos para Comissão Parlamentar de Inquérito.

As providências que peço são: ação jurídica para obrigar a resposta a esses ofícios; um levantamento de obras de acordo com o orçamento em vigor, que foram executadas, que recursos foram transferidos para as prefeituras para e verificarmos se eo algum caso devemos fazer a investigação; a convocação do Deputado Simões e de dois prefeitos que seriam indicados pelo Senador Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência tomará as providências necessárias para atender as solicitações de V.Exa., Senador Jutahy Magalhães.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 10 minutos)

Ata da 6a. Reunião, realizada em 15 de agosto de 1991.

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e vinte e cinco minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacelar (Presidente), Elcio Álvares, Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro, Nabor Júnior, Meira Filho, Affonso Camargo, Gerson Canata, Magno Bacelar, Esperidião Amin e Jutahy Magalhães, reuniram-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". O Senhor Presidente antes de iniciar com os depoimentos em pauta, comunica sobre a consulta enviada ao Tribunal de Contas da União, bem como à resposta satisfatória, sendo apertado pelos Senhores Senadores Elcio Álvares e Affonso Camargo. O Senhor Presidente comunica ainda as razões que justificam a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Alceni Guerra, passando a palavra aos Senhores Senadores Gerson Canata, Affonso Camargo, Elcio Álvares e Nabor Júnior. O Senhor Presidente convida à mesa o Senhor Luiz Otalles Pires, Diretor da Empresa Construtora Pires Ltda, para dar início ao seu depoimento. O Senhor Luiz Otalles Pires, presta o juramento e inicia o depoimento com as interpeleções dos Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Nabor Júnior, Elcio Álvares, Affonso Camargo e Jonas Pinheiro, encerrando as interpeleções ao Senhor Luiz Otalles Pires. O Senhor Presidente convida à mesa o Senhor Fernando Monteiro Andrade, Diretor da COSAL-Constroções e Saneamento Ltda., para prestar o seu depoimento. O Senhor Fernando Monteiro Andrade, presta o juramento e inicia o depoimento com as interpeleções dos Senhores Senadores Jutahy Magalhães, do Senhor Presidente, Nabor Júnior, Elcio Álvares e Affonso Camargo. O Senhor Presidente concede a palavra para prestar esclarecimentos ao Senhor João Agripino Maia, Assessor da CPI, encerrando assim o depoimento do Senhor Fernando Monteiro Andrade. O Senhor Presidente convida à mesa o Senhor Fernando Márcio Queiroz, Diretor da Via-Engenharia S/A, para iniciar o seu depoimento. O Senhor Presidente faz alguns comentários ao Senhor Fernando Márcio Queiroz e solicita que o mesmo preste o juramento de praxe. Prestado o juramento pelo o depoente, inicia-se o depoimento com as interpeleções dos Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Nabor Júnior, Affonso Camargo, Magno Bacelar, Elcio Álvares e o Senhor Presidente, encerrando o depoimento do Senhor Fernando Márcio Queiroz. A seguir, convida o Senhor Nildo Carlos de Assis, Diretor da Empresa Construtora Mendes Carlos Ltda., para iniciar o seu depoimento, antes passando a palavra ao Senhor Senador Jutahy Magalhães. O Senhor Nildo Carlos de Assis inicia prestando o juramento de praxe.

O Senhor Presidente comunica ao depoente o motivo de sua convocação e inicia com as interpeleções passando a palavra para dar continuidade, aos Senhores Senadores Jutahy Magalhães (apartado pelo Senhor Relator e pelo Senhor Senador Affonso Camargo) e Nabor Júnior, encerrando os depoimentos. A seguir, o Senhor Presidente submete à discussão a convocação de Sua Excelência o Ministro da Saúde para a próxima semana, passando a palavra aos Senhores Senadores Gerson Canata, Jutahy Maga-

lhães e Affonso Camargo, sendo a mesma aprovada. Antes de encerrar a reunião, o Senhor Presidente pede que os Senhores Senadores decidam no voto de congratulamento ao Tribunal de Contas da União, pela presteza com que atendeu a consulta da Comissão. Nada mais havendo, a tratar encerra-se a reunião, da qual, em, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO A ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DOS SENHORES LUIZ OTALLES PIRES, DIRETOR DA EMPRESA CONSTRUTORA PIRES LTDA.; FERNANDO MENTEIRO ANDRADE, DIRETOR DA COSAL - CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.; FERNANDO MARCOS QUEIROZ, DIRETOR DA VIA ENGENHARIA S/A E HAILDO CARLOS DE ASSIS, DIRETOR DA EMPRESA CONSTRUTORA MENDES CARLOS LTDA., QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR
Relator - Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 15/08/91

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Há número regimental. A Presidência declara aberta a presente reunião.

O Sr. Relator, Senador Elcio Álvares, já se encontra à Mesa.

O Sr. Senador Jutahy Magalhães, Vice-Presidente da Comissão, deverá chegar dentro em pouco e há a presença de eminentes Senadores, Membros da Comissão.

Antes de dar sequência a esta reunião, que tem por objetivo ouvir empresários; diretores-presidentes das empresas Construtora Mendes Carlos Ltda., Via Engenharia S.A., Empresa Construtora Pires Ltda e a empresa COSAL - Construções e Saneamento Ltda.

Antes de convidá-los a prestar depoimento, esta Presidência deve dar ciência de alguns fatos ocorridos entre a última reunião realizada há oito dias e a presente data: como os senhores sabem, esta Presidência, através do Ofício nº 29/91, endereçada ao Sr. Ministro Adhemar Paladini Ghisi, Presidente do Tribunal de Contas da União, solicitou o seguinte: "A Comissão deliberou consultar esse Egrégio Tribunal sobre a legalidade ou não da adoção do preço base sigiloso a ser revelado no ato de abertura das propostas, que vem sendo utilizado pela administração em vários editais de concorrência pública. Em anexo

seguem, a título de exemplos, dois editais que contemplam essa inovação. Em face de prazo legal a que estamos submetidos para a conclusão dos trabalhos, pedimos que o atendimento a essa solicitação se faça, se possível, em quinze dias. Renovo a V.Exa. protestos de elevada consideração e apreço. Senador Ruy Bacelar."

O SR. AFFONSO CAMARGO - Qual é a data do ofício, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - É de 27 de junho de 1991.

Então, nós tivemos o prazer de receber, logo após a sessão plenária, já que tínhamos consultado pela manhã, o eminente Presidente, Dr. Adhemar Ghisi, uma cópia do relatório e do voto, como também da decisão que o Tribunal tomou ontem à tarde depois de o Relator o Setor de Auditoria do Tribunal, ouvir o Ministério Público, e que tem o seguinte teor - " não consta ainda nem o número dela, porque o Dr. Adhemar me mandou, ontem, logo após o encerramento da sessão, com um bilhete que está aqui nos dizendo que esta decisão foi tomada pela unanimidade de seus Membros - Processo do Tribunal de Contas de nº 772/91-0-2 Classe: Assunto Consulta: Interessado: Senador Ruy Bacelar - Órgão de origem: Comissão Parlamentar de Inquérito constituída no Senado Federal para apurar possíveis irregularidades na contratação de obras públicas. Relator: Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, Representante do Ministério Público: Sr. Procurador-Geral, Profº Francisco de Sales Mourão Branco. Órgão de instrução: Secretaria de Auditoria. SAÚDE. Órgão de deliberação: Plenário. Data da sessão: 14 de agosto de 1991. Assunto: Consulta sobre a aplicação do disposto no art. 37, parágrafo único, inciso IV do Decreto-Lei nº 2.300/86, que trata da licitação do tipo preço-base.

Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decide:

1 - Conhecida a consulta formulada pelo Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre contratação de obras públicas, nobre Senador Ruy Bacelar, para responder a S.Exa. que, na licitação do tipo preço-base de que trata o art. 37, parágrafo único, inciso IV, do Decreto-Lei 2.300/86, é imprescindível que no respectivo edital seja fixado esse valor inicial preço-base e, em função do mesmo, sejam também ali especificados os limites mínimo e máximo de preços.

2 - Transmitir ao ilustre consulente cópia do relatório e voto apresentados pelo Relator, bem como dessa decisão e ainda dos pareceres emitidos pelo Sr. Procurador-Geral, fls. 109/114 e pelo Sr. Diretor da 2ª. Divisão da Secretaria de Auditoria, fls. 95/104.

3 - A título de colaboração, enviar cópia das mesmas peças ao titular da Secretaria da Administração Federal, com vistas a possíveis estudos naquele âmbito no sentido de identificar a conveniência e a oportunidade de ser revisto o disciplinamento constante do art. 7º do Decreto nº 30, de 7-2-91.

4 - Orientar os órgãos integrantes dos sistemas de controle interno dos Três Poderes da União, para que transmitam às unidades supervisionadas ou vinculadas o posicionamento disciplinador e uniformizador ora firmado, sobre a presente consulta nos termos da resposta a que alude o item 1, supra."

Assina: Luciano Brandão Alves de Souza, Ministro-Relator."

Sr. Presidente, acredito que esta decisão do Tribunal de Contas da União vai ajudar, em muito, o processo licitatório do País,

porque não temos dúvida de que o preço sigiloso era uma porta aberta para que obras fossem direcionadas para determinados empresários. Esta Presidência, também acha por bem comunicar - se V. Exas. aprovarem - que devemos dar conhecimento, de imediato, dessa decisão do Tribunal de Contas da União, aos Srs. Ministros de Estado, aos Srs. Governadores, aos Srs. Prefeitos, aos Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados, assim como Presidentes das Câmaras de Vereadores do País, para que aquelas licitações em curso ou aquelas já realizadas, mas cujas obras não tenham tido ainda o andamento necessário sejam sustadas, e novas concorrências públicas sejam feitas adotando-se o preço-base para que ele seja explícito, claro, transparente, constando nos editais, como também aquele percentual a mais ou a menos, de acordo com o preço-base.

Esta era a primeira comunicação que dispunha e o qual gostaria de transmitir a V. Exas

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Sr. Presidente, um comentário que se impõe diante da leitura...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o eminente Relator Élcio Álvares.

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - O primeiro momento é de congratulações pelo trabalho da Comissão. Talvez tenha surgido o primeiro fruto concreto dessa tarefa a que nos propusemos, a partir da instituição da CPI. O segundo ponto - e aí já referentemente à solicitação de V.Exa. - é óbvio que isso vai ter uma repercussão e penso ser da índole do próprio Tribunal de Contas da União que já está diligenciando para que os órgãos que lidam exatamente com o sistema de concorrência e licitação tenham conhecimento da decisão, porque a partir de agora, conhecida a consulta e firmada a posição do Tribunal, passa a ser, evidentemente, uma norma inflexível para que sejam realizadas as futuras concorrências.

Eu penso - e apenas arrisco um palpite - que esta decisão prospera a partir de agora. Ela não tem efeito, mesmo porque o Tribunal, na própria decisão, mostra o mérito da Comissão, o primeiro fruto concreto, a primeira grande vitória desta Comissão, e reconhece que, até então, não havia essas normas definidoras do processo adotado

Então, é a colocação que faço: não é da nossa competência, salvo opinião melhor dos integrantes desta Comissão, a comunicação. Não deixa de ser - e aí teria talvez o lado muito humano, muito natural - uma participação que teve êxito. Mas o próprio Tribunal, pela decisão, no final, nas recomendações, já abre um leque para todos os entes estatais, todos os organismos do Governo para que, a partir de agora, adotem o procedimento resultante da consulta formulada pelo eminente Presidente desta CPI.

A meu ver, esse tipo de comunicação nos daria apenas essa satisfação íntima que todos têm do primeiro resultado positivo; mas seria competência do próprio Tribunal, e o Tribunal recomenda ali a nível de Estados, e isso tem repercussão - os próprios Tribunais de Conta dos Estados vão tomar conhecimento dessa consulta formulada por V.Exa.

Há apenas um aspecto de direito que eu queria relevar neste momento. A partir do momento em que a decisão foi tomada, aí, sim. Mas aquelas realizadas, mesmo que as obras ainda não tenham sido iniciadas, já geraram um direito adquirido que pode-

rá ser questionado judicialmente. Esta é apenas uma colocação. O importante é assinalar que, em virtude desse expediente assinado pelo Ministro Luciano Brandão, o primeiro fruto positivo foi que se definiu o que é também a concorrência por preço básico. Até então, nós tínhamos dúvida, o que resultou a consulta.

Registro com muita alegria esse primeiro resultado e apenas faço essa colocação. Obviamente, para gáudio de todos nós, a comunicação é a nível de governos ou de prefeitos - são 4 mil e tantos Prefeitos, pelo sistema informatizado. Seria apenas a grande satisfação que temos de uma consulta dessas prosperar, para dar a qualquer tipo de concorrência ou licitação, aquela transparência que todos nós desejamos.

Felicitto V.Exa. pela iniciativa tão prestante na ocasião de ouvir a audiência do Tribunal de Contas, que resultou exatamente naquilo que todos nós desejávamos, que é uma forma definidora, espalhando qualquer sombra de dúvida a respeito de concorrência ou licitação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao eminente Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria também registrar esse fato como indiscutivelmente auspicioso, até porque nós, que temos discutido muito esse problema, inclusive as dificuldades de se comprovar as vantagens eventualmente oriundas desses direcionamentos, que sabemos que acontecem, temos concluído que, realmente, o que esta Comissão pode ter como resultado positivo é um disciplinamento mais conveniente e mais claro com relação a essas regras, essas normas das licitações públicas.

Então, efetivamente, tem razão o Senador Elcio Álvares, quando diz que este é um fato indiscutivelmente auspicioso. Tenho um pouco de dúvida com relação ao que está para trás. Não sei como o Tribunal de Contas iria analisar essas concorrências já feitas: se vão, amanhã, ratificar esse resultado ou se vão, inclusive, não aceitar essas licitações que foram feitas dentro de uma norma que eles acham que estaria irregular.

A minha intervenção é exatamente para confirmar aquilo que já vinha pensando: o grande benefício que esta Comissão poderá trazer para o País é em decorrência das observações, dos registros, dos debates, dos depoimentos e das conclusões a que chegarmos, e de podermos inclusive, fazer uma proposta de modificação para melhor, dessa lei. Não sei se essa própria posição, hoje tomada pelo Tribunal de Contas, é a melhor.

O SR. (ELCIO ALVARES) - Foi muito bem lembrado, porque é a menção, a uma lei que daria amparo ao processo anterior. Ao final da consulta, vamos examinar. Talvez, esta a Comissão pudessem até apresentar um projeto.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Não queria me estender, Sr. Presidente, porque hoje, desde cedo, estou com uma preocupação em relação aos nossos depoentes. Quando aqui cheguei, às 9h30m, eles já estavam aqui. Já são 10h40m, e não sei se os depoimentos vão ser feitos em conjunto ou separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vão ser separadamente.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Se vão por separadamente, acho que temos a obrigação de fazer a nossa autocrítica. Acho

que, quando forem depoimentos separados, os depoentes não poderão ser convidados para a mesma hora. Os quatro foram convidados para as 9h30m. Então, o último depoente vai ficar esperando aqui de duas a três horas. Nós somos o País campeão do desperdício, e o desperdício pior que existe é o de tempo. Só queria registrar, então, que, quando forem feitos depoimentos separados de mais de um, que se façam com horários diferentes.

Estou preocupado, porque são cidadãos brasileiros que estão aqui e, naturalmente, têm seus afazeres. Talvez pudessemos passar logo aos depoimentos, e V.Exa. marcaria uma outra reunião para discutirmos esses assuntos internos, como esse caso do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Atendo a reclamação de V.Exa. em relação aos depoentes. Acho que, de agora em diante, deveremos marcar a hora, porque também acho que um dos grandes desperdícios deste País é com relação ao tempo.

Mas quero também, respondendo ao eminente Senador Elcio Alvares, dizer o seguinte: o Tribunal de Contas publica no Diário Oficial e comunica aos Ministérios, mas não comunica aos outros Tribunais, Assembléias e Prefeituras. Como o decreto é de âmbito nacional, convém a comunicação, em benefício do País, ao maior número de entidades possível. No meu entender, mesmo que o Tribunal comunique, repetir a dose num caso tão especial como esse não invalida a iniciativa.

O SR. RELATOR ELCIO ALVARES - Exato. Há esse sentido que é realmente importante para todos nós. Acho fundamental comunicarmos aos Tribunais de Contas estaduais, recomendando que transmitam a decisão a todas as Prefeituras. Com isso, tenho a impressão de que o leque estadual se fecharia. É válido esse cuidado da CPI de que se comunique às quase 5 mil Prefeituras do País. Este é um trabalho realizável.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Outro assunto que eu queria levar à decisão da Comissão rapidamente é o seguinte: no momento, já há razões que justificam a convocação do Ministro da Saúde para depor na CPI nos próximos dias. Os motivos, vou enumerá-los aqui rapidamente, são os seguintes:

1 - Os depoimentos dos Prefeitos de Janaúba, Teixeira e Oura Preta evidenciam a participação de funcionário do Ministério da Saúde na condução das licitações para conclusão dos respectivos hospitais;

2 - O Ministério da Saúde adotou o critério de edital com preço sigiloso e, pela análise de várias licitações, as firmas vencedoras apresentaram preços com diferença irrisória sobre o preço sigiloso. O Tribunal de Contas da União, em sessão de ontem, apreciando consulta dessa CPI, pronunciou-se contrariamente à adoção do preço sigiloso nas licitações públicas;

3 - Em várias licitações, houve apresentação de preços bastante inferiores aos preços sigilosos do Ministério da Saúde, e as empresas alegam que poderiam realizar a obra pelo preço mais baixo;

4 - De acordo com as planilhas do Orçamento de 1991 do Ministério da Saúde, e dotação para a construção de hospitais cresceu de 1.852% em relação ao Orçamento de 1990, em detrimento

de obras, como reforma de hospitais, conservação e aquisição de equipamentos para os hospitais;

5 - Recentemente, a imprensa divulgou noticiário sobre a resistência do Ministro à pretensão de grupos sobre o Ministério para a elevação do preço-base para a construção dos CIACS. Prevaleceu o entendimento do Ministro, mas não há esclarecimento sobre as pressões exercidas no âmbito do Ministério. Isso significa que o Ministro, baseado numa empresa construtora, a Pronam, fixou o preço por metro quadrado de 220 mil dólares por metro, se não me engano. Algumas empresas acham que por esse preço, não dá para realizar a obra e gostariam que ele fosse estipulado na base de 400 dólares por metro quadrado, havendo uma defasagem muito grande.

A revista Isto é diz, claramente, que um grande empresário acha que as pequenas e médias empresas poderão realizar essa obra na base de 220 dólares o metro quadrado e ainda ter lucro. O Ministro, baseado nisso, resistiu às pressões, e prevaleceu o preço de 220 dólares. De acordo com a revista Isto é, isso significa um não desperdício de 5 bilhões de dólares, veja V.Exa. à que ponto chegamos neste País. E, finalmente, a CPI decidiu encaminhar requisição de informações ao Ministro da Saúde e, decorridos mais de 30 dias, não obteve resposta. Em face desses fatos e de outros, achamos por bem, de acordo com a assessoria, colocar em deliberação a convocação do Sr. Ministro para os próximos dias. Antes, é natural, por uma questão de ética e de educação, a Presidência irá conversar com S.Exa. para ver se na próxima quinta-feira, ou que outro dia, S.Exa. teo condições de comparecer.

Quero dizer a V.Exa., Senador, em relação ao Deputado Síndios, já falei com S.Exa., o Deputado, que está disposto a comparecer a depender de marcarmos a data. A Presidência pensou de hoje a oito dias, mas como esse fato é de maior relevância no momento, acho que a presença do Ministro seria mais útil ao País e a esta Comissão, evidentemente.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Pois não. Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Acredito que antes, porque o principal fato, que implicaria na convocação do Ministro seria o de que S.Exa. ter conseguido baixar o preço dos módulos para a construção dos Cieps. O Ministro, para vir aqui ser elogiado de ser honesto e tentar baixar o preço, é obrigação dele. Os outros fatos implicariam antes na convocação de um cidadão que foi muito citado nos depoimentos, o e a sua convocação foi pedida pelo Senador Divaldo Survaggy, porque, segundo os Prefeitos, era o cidadão que entregava o edital. Então, precisamos convocar esse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero dizer a V.Exa., em resposta a essa sua indagação, que na última sessão - acho que V.Exa. não estava presente - o eminente Senador achou por bem não convocá-lo, não fazer mais essa solicitação, e sim, encaminhar um requerimento, com determinadas perguntas, para que fosse respondido pelo citado funcionário. Entretanto, a Assessoria e esta Presidência acham desnecessária a vinda desse funcionário já que ele, praticamente, respondeu e irá aqui nos responder da mesma maneira que lá esteve, pelo

menos os jornais dizem publicamente, esteve lá prestando um serviço ao órgão público, no sentido de orientar os Srs. Prefeitos de como deveriam fazer a licitação ou usar o dinheiro. Se este País continuar sendo sério, como deverá ser, acredito, de agora para frente, acho que o funcionário foi lá desempenhar um papel importante, mas como degradou-se tanto, a desonestidade campeia em todos os lugares, então, acho que não podemos mais acreditar em ninguém. Noje, por exemplo, quando me pedem - já fiz tanto - para falar com fulano ou sicrano para ajudar ou para liberar uma verba, já tenho até medo de fazer isso, porque o sujeito vai pensar que estou fazendo pensando que vou receber um percentual. Mas, acho que o Senador Divaldo Suruagy - já conversei com S. Exa. em face disso, acha desnecessária a vinda e, já que o Ministro é o chefe geral, é o principal, estará aqui para responder, inclusive por esse funcionário ou por outros. Esse é o meu modo de pensar,

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Tem a palavra V.Exa.

D SR. AFFONSO CAMARGO - Não quero ser desagradável, mas vou insistir novamente com V.Exa. no seguinte: acho que os depoentes que estão aqui, não têm nada a ver com o convite ao Ministro Alceni Guerra. Isso é um assunto nosso, da Comissão. V.Exa. pode marcar uma outra reunião; não sei se estou insistindo indevidamente, mas são quatro que estão aqui, vão depor separadamente, são 11 horas da manhã, então, apelaria a V.Exa. que marcasse uma nova reunião, ou, no final, ficamos aqui. Agora, não vamos decidir coisas internas das quais os depoentes não têm que tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Coloquei o fato para conhecimento atendendo a solicitação do eminente Senador. Está Comissão passará a ouvir o primeiro depoente e, já que o fato está público, depois a Comissão receberá o voto, a decisão se devemos convocar, de imediato, o Ministro ou não.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, apenas em aditamento à preocupação manifestada pelo Senador Affonso Camargo. Temos quatro depoentes, já temos uma certa experiência, cada depoimento toma quase uma hora. Iríamos ouvir os dois primeiros, e deixaríamos para a parte da tarde os dois outros, porque tenha a impressão de que consumiríamos uma hora para cada depoimento, pelos depoimentos que temos tomado aqui, até aqueles que não têm a importância desse. Até para que o cidadão não permaneça aqui esperando. Acho que é quase impossível, antes do almoço, ouvirmos quatro depoentes aqui nesta CPI.

Essa é a minha sugestão. Começamos relativamente atrasados e não podemos impor aos depoentes esse atraso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Todos estão de acordo? (Pausa)

Antes do primeiro depoente, convidamos o Senador Jutahy Magalhães como Vice-Presidente para tomar assento à Mesa.

Convidamos o Dr. Naildo Carlos de Assis, Diretor da empresa Construtora Mendes Carlos Ltda que foi, inclusive, a empresa que venceu a concorrência para a construção do Hospital Paranoá aqui em Brasília.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra à V.Exa.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, pela manifestação dos membros da Comissão, ficou acertado que a Comissão ouviria dois depoimentos, agora, pela manhã e dois na parte da tarde.

Gostaria de saber quais os que serão ouvidos agora pela parte da manhã, porque os outros dois depoentes poderiam ser liberados para virem só à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acredito que seriam os dois. Poderia ser aquele que venceu a concorrência, o imediatamente, ou então aquele que apresentou a menor proposta.

O SR. NABOR JÚNIOR - Acho que isso poderia ficar à critério de V.Exa.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Mas já não há aí uma ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sim, mas a ordem foi a dos trabalhos, não é uma ordem obrigatória.

O SR. AFFONSO CAMARGO - V.Exa. decide.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acho que enquanto nós ouvimos o Dr. Naildo, da Construtora Mendes Carlos, a Presidência, juntamente com o Relator, decide qual a outra empresa que será ouvida de imediato.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Eu teria uma sugestão: ouvir primeiro os que não foram vencedores.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Nós liberaremos de imediato, dentro de 05 minutos ou 10 minutos.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Parece-me que - estou tomando conhecimento agora das perguntas - que ficou assim: Pires, Cosal, Via e M. Carlos. A M. Carlos foi a vencedora. Então, vamos ouvir as três que foram excluídas para se formar um raciocínio. Acho que é mais razoável. Muita coisa pode surgir ao longo do depoimento que vai dar margem para que fechemos o depoimento final. E com um detalhe que gostaria de frisar: é evidentemente que as pessoas não vão ficar presentes, os depoimentos seriam prestados...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Agora, quanto a essa presença, eu gostaria de levar em consideração o seguinte: acredito que esses depoimentos serão rápidos e já que esses eminentes empresários aqui estão se pudéssemos avançar até a uma hora da tarde e ouvir os quatro, pouca coisa teríamos a acrescentar aqui.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Vamos eliminar, então, aquele sistema da explicação?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não há por que explicar.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Começar imediatamente? Aí, teremos maior velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acho que sim.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sugiro que V.Exa. determine-se um prazo de meia hora para cada um dos depoentes. Em duas horas daria para fazer os quatro depoimentos, desde que se limitasse o tempo a meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Os empresários não vão precisar expor nada. Eles vão ser só questionados.

O SR. NABOR JÚNIOR - Exato. Então dá para fazer.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quanto à questão da ordem dos depoentes, submeto a V. Exa. e aos demais integrantes essa questão.

Estou tomando conhecimento agora: Pires, Cosai, Via e M. Carlos. São quatro empresas que participaram da licitação do Hospital do Paraná. Ouviríamos aqueles que foram excluídos e, por fim, a firma vencedora para formar, talvez, quem sabe, uma peça de raciocínio com os três depoimentos iniciais.

O SR. NABOR JÚNIOR - A minha avaliação está correta e a sugestão do eminente Colega, também.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Os Srs. estão de acordo?

Como é que ficaria então?

O SR. AFFONSO CAMARGO - Começamos com as que deram o preço mais em conta, mais barato?

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - As que foram excluídas da concorrência, que certamente alguma coisa será dita. Aquilo que for julgado relevante no depoimento poderia ganhar maior acústica no depoimento da firma vencedora.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência não tem nada a contradizer.

Convidamos o Dr. Luiz Otalles Pires, Diretor da empresa Construtora Pires.

Os demais empresários que irão depor, pedimos para aguardarem numa sala da própria Comissão em outro recinto que não este. Pedimos à Assessoria para levar os....

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A testemunha fará, sob palavra de honra, promessa de dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado. Assim sendo, convidamos os Srs. Senadores para, de pé, ouvirmos o juramento do depoente.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre qualquer fato relacionado com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas".

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência, ao mesmo tempo, pede a V.Sa. que declare seu nome completo.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Luiz Otalles Pires.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Trinta e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado e residência.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Estado de Goiás. Rua 20, nº 974, apartamento 401 - Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Engenheiro Civil. Exerce em Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência concede a palavra ao eminente Senador Elcio Alvares, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, eu gostaria, como Relator, de me reservar para a parte final, porque eu acompanharia o desdobramento das perguntas dos Srs. Senadores, o que me facilitaria a formulação de raciocínio e juízo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência concede a palavra ao primeiro inscrito, Senador Jutahy Magalhães, para questionar o depoente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, as perguntas serão poucas. O depoente aqui representa uma firma que perdeu a concorrência, dando o preço de 3 bilhões e 900 milhões. O vencedor deu 7 bilhões e qualquer coisa. Eu estava tentando fazer uma comparação entre as duas propostas. Não consegui, não dá tempo para fazer uma análise dessas. Eu gostaria que V.Sa. explicasse como chegou a esse preço e qual o preço do metro quadrado. Perguntaria, também, se teve condições de fazer uma comparação entre as propostas. Por exemplo, no item estrutura, a firma de V.Sa. deu o preço aproximado de 441 milhões. A vencedora, fazendo de forma diferente, deu 98 milhões de estrutura. Não deu para fazer uma comparação exata, porque deve ter qualquer coisa diferente, em cada firma, na maneira de fazer esses cálculos. Quais os itens que representam essa diferença de preço maior? V.Sa., como representante da firma, poderia afirmar que a firma teria condições de fazer a obra pelo preço apresentado na concorrência? Qual o custo do metro quadrado, conforme eu já havia pedido, na previsão de V.Sa.?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Para se fazer um orçamento, temos que levar em conta vários fatores. Um dos fatores é a administração que uma firma tem e a administração que outra firma faz. Uma firma pode ser de um porte maior ou de um porte menor. Esta seria uma discrepância: a administração. Agora, quem chegou a esses valores foi a equipe de orçamentistas da empresa, que é considerada por nós como sendo de alto nível. Acreditamos que os preços estão corretos. Por isso participamos da concorrência com o preço que apresentamos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual seria a média do metro quadrado numa construção dessas?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Olha, para falar com sinceridade, eu teria que fazer cálculos, porque não sei qual seria o preço do metro quadrado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quais as razões da variação de custo de uma para outra firma? V.Exa. fala em administração, mas não deve ter sido. Não é só administração.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - O custo é, realmente, o que eu coloquei na minha proposta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não houve da parte de V.Sa., como representante da firma, uma preocupação em fazer uma comparação entre os preços da firma vencedora e os da firma de V.Sa.?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não, porque fui desclassificado. Portanto, a partir do momento em que fui desclassificado, já me desinteressei de qualquer outra análise da proposta. Não me preocupi.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Também não se preocupou em ter uma idéia do custo da obra de V.Sa., por metro quadrado?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não, pelo seguinte: fui convocado, porque, na realidade, assinei a proposta. Não sou o orçamentista da firma. Não faço parte do orçamento da firma. Sou tocador de obras. Sou engenheiro de obras. Portanto, essa resposta eu não poderia dar, teria que ser dada por algum orçamentista da firma.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. não teria condições de dizer, por exemplo, se esses cálculos de fundações, por exemplo, estariam dentro das normas técnicas para a construção da obra? O caso de estrutura, os preços também estão corretos?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Foram analisados; constatou-se que estavam corretos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. deu, portanto, um preço que incluía um lucro para a empresa?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Sim, com lucro, mas, reduzido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ninguém faria uma proposta para perder dinheiro.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - A empresa entrou para ganhar alguma coisa. Para perder, não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E em condições técnicas de poder realizar a obra.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Em condições normais, de acordo com o edital.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Foi desclassificada porque não tinha bola de cristal para saber o preço.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não é bem assim, porque numa obra desse valor, qualquer porcentagem acima ou abaixo, tiraria o concorrente. Procuramos, então, o menor preço possível para entrar na faixa de concorrer.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Na opinião de V.Sa., como técnico, como pessoa que participou dessa concorrência, essa diferença do preço apresentado por V.Exa. e do preço oculto, foi superestimado o preço base para essa concorrência?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não posso afirmar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não é afirmar. Pergunto se, na opinião de V.Sa., que apresentou um preço abaixo de 4 bilhões (o preço oculto estava na ordem de 7 bilhões) e que considerou que, com esses preços apresentados por sua empresa, a obra poderia ser feita, com lucro para a empresa, houve uma superestimação do preço base para fazer essa obra?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Cada firma tem..

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não fale em firma; no caso não é a firma. Sua firma apresentou 4 bilhões, outra firma apresentou 7 bilhões. Pergunto como aqueles que fizeram o edital de concorrência, que apresentaram o preço oculto, poderiam chegar a um preço que é quase o dobro do preço da firma de V.Sa.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Talvez quisessem ganhar mais do que eu estava querendo ganhar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O problema não é ganhar. Quem fez o preço oculto era defender o interesse da União.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - O Sr. se refere a quem determinou o preço base?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim. Pergunto se não houve uma superestimação do valor da obra como preço base? É quase o dobro do preço que V.Sa. conseguiu chegar, com lucro para sua empresa.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Creio que cada caso é um caso. Por exemplo, no Estado de Goiás é um preço; Brasília tem outro preço; Mato Grosso tem outro preço; Amazonas tem outro preço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Perceita-me, mas, V.Sa. fala a obra em Brasília. Portanto, não interessa o preço de Goiás. Eles fizeram o edital para a obra aqui. Não é questão de preço em Brasília, preço em Goiás, preço em Mato Grosso; é o preço de Brasília. Quando V.Sa. apresentou a proposta, tomou por base o preço de Brasília, a obra seria

feita aqui, os custos aqui em Brasília. E quem fez o edital também deveria ter tomado por base os custos da obra aqui em Brasília.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Acredito que fiz da melhor maneira possível, o menor custo possível para que eu pudesse ganhar a concorrência. Agora, se meu preço está nesse nível de diferença, não sei explicar, não tenho como explicar. Errar o orçamento, não vou falar que errei, porque foi feito, refeito, não acredito que tenha erro no orçamento. Agora, para que chegasse no preço básico que o Sr. está dizendo bem mais elevado, talvez tivesse colocado outros itens que não coloquei no meu orçamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Espera aí! Vejo que V.Sa. está preocupado! Não dá uma resposta assim mais objetiva. Mas colocar outros itens? O Sr. para fazer a concorrência deve ter obedecido todos os itens da concorrência. Então, não tinham outros... porque os itens não são ocultos; o preço é que é oculto. Então, precisa ser claro!

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Vou explicar: por exemplo, num determinado item, a pessoa pode colocar cantina - estou falando assim para dar um exemplo simples -, transporte e uma série de coisas que poderiam ser colocadas num item. E talvez eu não tenha colocado, por estar mais próximo de Brasília, que a comissão talvez ou quem elaborou colocou, porque essa concorrência é do Brasil inteiro. Então, vários itens influem para se chegar num preço. O meu preço, tenho uma administração tal que, por exemplo, eu vou tocar a obra; sou o tocador de obra da minha firma. Eu, por exemplo, iria tocar essa obra, como sou o responsável do atestado da obra... para poder entrar na concorrência, tinha que ter um atestado técnico. Esse atestado era meu, quer dizer, tive capacidade para fazer a obra. Então, a gente chega numa conclusão... eu ia tocar a obra, quer dizer, a obra poderia ficar mais barata para mim do que para outro que ia contratar um engenheiro, caro talvez, para tocar a obra. E assim ia diversificando em vários itens.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Bom, Sr. Presidente, eu não teria mais perguntas a fazer, nesse caso, porque não adianta. Essas explicações, francamente, não me convencem, porque aí seria o caso de dizer: poxa, mas estão jogando fora o dinheiro deste País à toa, porque, fazer o preço, baseado numa firma que vai ter que gastar muito mais para poder executar obra em Brasília, porque tem que fazer o cálculo do preço oculto para ter cantina, para ter não sei mais o quê, etc. E a outra, que não precisa nada disso, fica desclassificada? Acho que vamos chegar ao absurdo. Estamos aqui discutindo sobre o absurdo. Acho que não adianta, porque o problema é ver como é que foi feita essa concorrência, como é que se chegou a esse preço oculto e como é que se chegou a ganhar uma concorrência com quase o dobro do preço daquele que acha poder executar a obra e ainda ter lucro! Então, essa é a indagação que deve ser a principal nossa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Nabor Júnior e, logo depois, falará o Senador Affonso Camargo.

O SR. NABOR JÚNIOR - Dr. Luiz, qual a função que o Sr. desempenha nessa empresa?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Sou Diretor de obras, sou Diretor da firma. Sou representante legal da firma, mas a minha função dentro da firma é executor de obras.

O SR. NABOR JÚNIOR - Agora, eu perguntaria ao Presidente: a informação que foi transmitida à Presidência era para convocação do Dr. Luiz ou do Presidente da empresa?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Mas sou o Presidente da empresa também.

O SR. NABOR JÚNIOR - Ah! O Sr. é Presidente da empresa também?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Sou o representante legal da empresa.

O SR. NABOR JÚNIOR - Não, porque o Sr. não veio munido dos elementos necessários ao esclarecimento da Comissão. Pela resposta que o Sr. acaba de dar ao Senador Jutahy Magalhães, não veio devidamente munido dos elementos. Não sabe o preço do m2 de uma obra que a empresa concorreu. E o Sr., na qualidade de Presidente, deveria ter trazido esse orçamento que foi apresentado para esclarecimento da Comissão.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Porque, geralmente, a gente não entra numa concorrência pelo preço do m2, a gente entra numa concorrência pelo preço da obra.

O SR. NABOR JÚNIOR - Pelo menos se tivesse trazido... como é que chama tecnicamente esse orçamento elaborado? Não sou engenheiro, mas como é que o Sr. chama... é um levantamento de custos.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - O levantamento que a empresa faz não é por m2, porque depende muito.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu sei, mas o Sr. não trouxe item por item, esses elementos. O Sr. não os trouxe?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não, não os trouxe, porque...

O SR. NABOR JÚNIOR - Para conhecimento da Comissão, esclarecimento da Comissão?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Fui convocado para depor, mas não fui esclarecido para quê; depor na Comissão. Não especificaram do que eu deveria vir munido.

O SR. NABOR JÚNIOR - E essa outra empresa de Goiás, a Cosal...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Senador Nabor, quero esclarecer ao depoente que o orçamento básico com o qual ele entrou na concorrência tem cópia aqui na Comissão e nos foi remetido pelo Secretário de Saúde do Distrito Federal, Deputado Jofran Frejat.

O SR. NABOR JÚNIOR - Há quanto tempo essa empresa, da qual o Sr. é Presidente e Diretor Técnico já está participando de concorrências?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Desde abril de 75.

O SR. NABOR JÚNIOR - Quer dizer, já tem mais de 15 anos. E sempre que participam de concorrências de obras públicas, o preço base do edital fixado é oculto ou é dado conhecimento às empresas?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Às vezes é oculto e às vezes não; depende da concorrência, não segue um critério rígido de cada obra ter o mesmo critério.

O SR. NABOR JÚNIOR - Qual a última obra similar executada pela sua empresa, nessa área de construção de hospitais? A sua empresa já executou alguma obra similar a essa?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Executei.

O SR. NABOR JÚNIOR - Onde foi?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Executei em Goiás Velho, Hospital de Goiás Velho, financiado pelo FAS.

O SR. NABOR JÚNIOR - Obra financiada pelo FAS, em Goiás. Qual o Município?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Goiás Velho.

O SR. NABOR JÚNIOR - Qual o preço do m2 dessa obra?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Essa obra faz precisamente... o Sr. perguntou que a empresa executou, porque, como responsável técnico, executei ano passado. Foi a do Carvalho Ramos, em Goiânia. Agora, o m2 não posso dizer ao Sr., porque eu não fazia parte do orçamento, mas da execução. Não cabia a mim, nessa obra particular do Carvalho Ramos, que é a mais recente, fazer parte do orçamento. Eu o executor, o responsável técnico da obra, só tocava a obra.

O SR. NABOR JÚNIOR - Então, o Sr. não tem conhecimento do preço do m2 dessa obra que a firma executou recentemente?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não, não tenho. Posso, se o Sr. quiser, informar-lhe posteriormente.

O SR. NABOR JÚNIOR - Perguntaria ao Presidente se a firma já encaminhou a planilha de custos, se já se encontra em poder da Comissão a planilha de custos?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Encontra-se o orçamento que nos foi enviado pela Secretaria.

O SR. NABOR JÚNIOR - Pediria ao Sr. Presidente que solicitasse ao depoente o envio à Comissão da planilha de preços unitários da última obra que a empresa executou.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - A empresa ou o responsável técnico?

O SR. NABOR JÚNIOR - A empresa.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - A minha empresa, como disse ao Sr., executou a obra do Hospital de Goiás Velho. Agora, a outra obra não fomos nós quem executamos. Foi o responsável técnico dela.

O SR. NABOR JÚNIOR - Não, que a empresa executou. Sr. Presidente, eram essas as perguntas que gostaria de fazer.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quantos leitos tinha esse hospital de Goiás Velho e qual o valor da obra?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Olha, eram 250 leitos.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - E o valor da obra?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - A obra foi executada em 1981.

O SR. NABOR JÚNIOR - Em termos de dólares, o Sr. saberia responder?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não, não saberia.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - E sobre esse hospital que o Sr. foi responsável técnico, a obra foi quando?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Foi em 1990.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - E o preço do m2?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Como eu disse ao Sr., fui só o executor.

O SR. NABOR JÚNIOR - Só mais uma pergunta, Sr. Presidente.

O depoente declarou aqui que a firma tinha sido desclassificada. O Sr. não chegou a participar da concorrência porque a sua proposta não foi analisada pela comissão de licitação ou a firma foi desclassificada logo de plano?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Foi de plano, porque é por preço.

O SR. NABOR JÚNIOR - Não chegaram sequer a analisar a sua proposta?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não; ela foi desclassificada, porque não ficou dentro da faixa estabelecida pelo edital.

O SR. NABOR JÚNIOR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, está aí um retrato do País.

D. Luiz, não somos seus adversários aqui, somos até aliados. Se eu fosse o responsável pela concorrência, a sua firma teria ganho.

Sou uma pessoa que defende, um pouco ainda isoladamente, não aceito sequer o preço-base. Acho que concorrência tem que qualificar rigorosamente as empresas, tecnicamente, financeiramente, e ganhar quem dá o menor preço.

Achei seu prêmio a produtividade. Falamos em produtividade, produtividade, e na hora da concorrência se faz um preço-base para cima e para baixo, normalmente as empresas, todas elas, dão o preço-base mais baixo, e aí se usa um critério subjetivo para dar para essa ou para aquela.

Esse é um assunto polêmico. O próprio Deputado Luis Roberto Ponte, que está aqui presente, não pensa assim, já pensa num sorteio, e isso é uma discussão que vamos continuar, porque a finalidade da nossa Comissão, fundamentalmente... Temos consciência de que dificilmente vamos descobrir se, quando houve desvios, ou houve pagamento de comissões, se alguém vai declarar aqui que pagou uma comissão para um outro... Sabemos que isso é praticamente impossível. Acontece nos outros países mas aqui no Brasil é muito difícil de acontecer.

Então, eu queria lhe dizer que a pessoa que está lhe interpelando é alguém que se fosse responsável pela concorrência teria lhe dado o ganho da obra porque V. Exa. deu o menor preço e eu partiria do princípio de que, como entrou, se qualificou tecnicamente para construir a obra. Aliás, V. Sa. disse isso.

O que vou tentar é ver se distensiono um pouco esse relacionamento. Fiz questão de contar e, durante o depoimento de V. Sa., 23 vezes V. Sa. falou a palavra talvez, e talvez não é palavra de engenheiro. Engenheiro dificilmente usa a palavra talvez. Acho que podemos, da nossa parte, descomplicar o processo de pergunta, porque acho que não cabe bem aqui. Se ele mandar uma planilha de uma obra que fez anteriormente, se aconteceu isso, o preço por metro quadrado é absolutamente inócuo. Aliás, não concordo muito quando V. Sa. diz: - Não sei qual o preço por metro quadrado. É só pegar a metragem da obra, dividir esse preço pela metade da obra e ter o preço do metro quadrado. É um negócio simples. Mas acho que não é esse o caso.

Parece-me que o importante é o seguinte: não conheço firma alguma empreiteira, construtora, que faça uma proposta para perder dinheiro. Ninguém vai fazer o seu haraquiri empresarial. Então, uma firma faz a sua proposta, com o chamado BDI, um é maior, outro é menor, mas vai ganhar dinheiro.

A firma de V. Sa. fez uma proposta aqui, segundo a relação, por 3 bilhões 920 mil cruzeiros. Acredito que aqui está embutido, e V. Sa. já declarou isso, porque é evidente, o lucro também da empresa.

Se a obra foi ganha por 7 bilhões, 161 mil cruzeiros, acho que V. Sa. não tinha que ter preocupação de dizer que realmente o preço está 3 bilhões acima do seu preço, e que se o fato de estar sendo feita pela Firma Mendes Cals e não pela Firma Pires, o erário público vai ser gravado em 3 bilhões de cruzeiros. Sinto que V. Sa. tem certo constrangimento em afirmar uma coisa que está clara aqui, está escrito.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - A Construtora Pires faria a obra por esse preço.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Pois então. Se a sua construtora faria por 3 bilhões, 920 milhões, o erário público, quer dizer, o Governo do Distrito Federal está pagando a mais por essa obra mais de 3 bilhões de cruzeiros. Acho que isso é um fato que não há o que discutir.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - É, porque se entrei com esse valor é porque entrei para fazer a obra.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Perfeitamente. Então, acho que isso é o fundamental, Sr. Presidente, o resto é periférico. Ele declara que estava qualificado tecnicamente, que tem o lucro embutido, porque é uma coisa evidente, e que iria executar essa obra por 3 bilhões, 920 milhões de cruzeiros, e a obra foi entregue para uma outra empresa que vai executá-la por 7 bilhões, 161 milhões. É só fazer a conta e ver quanto mais o erário público está pagando, e isso é dinheiro do povo.

Não vou fazer mais pergunta alguma porque para mim é evidente. Isso é a síntese de tudo.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Senador Affonso Camargo, temos todo o interesse em pesquisar a verdade. A única colocação que faço, evidentemente, é que sentimos uma dificuldade, um constrangimento no depoimento, isso ressalta o Senador Jutahy Magalhães inclusive percebeu isso. Sentimos que o depoente não quer falar, mas tenho a preocupação da verdade.

É evidente que quando a empresa coloca 3 bilhões, 920 milhões, verifica-se uma disparidade com os demais preços. Sem que isso represente qualquer desapreço ao depoente, o depoimento de V. Sa. para mim não tem muita sustentação, porque, na verdade, são respostas aleatórias e há uma disparidade flagrante. Não sei, não conheço a empresa, iria só complementar na hora em que me competir. Como é feita a qualificação? Não sou engenheiro; sou advogado, mas tenho uma idéia. Acho que V. Exa. falou muito bem. São duas fases de concorrência: a qualificação e o preço propriamente dito.

Tenho a impressão que essa empresa Pires, da maneira como está sendo feita, de forma aleatória, não anda bem na visão dos números. Não tomo por base o preço menor, tomo exatamente o valor da

afirmativa, e não houve afirmativa. V. Exa. notou muito bem. Ele falou 19 vezes "talvez"; talvez não é forma de depoimento.

Confesso que se reservaria a fazer uma ou duas perguntas, que anotei aqui, mas esse depoimento, até pelo preço... Achei a disparidade de preço impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Continua com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Eu queria fazer uma última pergunta. E, agora, aproveito a intervenção do Relator só para registrar que o preço da Construtora Pires não foi um preço isolado. Uma empresa, chamada Sólida, deu 4 bilhões, e outra, chamada Cosal que deu 4 bilhões e 24 milhões. Então, são três empresas que deram esse preço.

A minha pergunta a V. Sa., Dr. Luiz Otalles Pires, e V. Sa. está aqui sob juramento, é a seguinte: quando V. Sa. participou da concorrência e deu seu preço, V. Sa. estava na expectativa de ganhar ou já tinha ouvido dizer que ia perder?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não. Eu estava na expectativa de ganhar.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Muito bem.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Porque a obra seria reajustada também. Tenho ouvido sempre essa expectativa de que vai haver o reajustamento.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Não é uma pergunta boba. Faço essa pergunta porque é comum, e aliás o nosso Jânio de Freitas tem sido especialista nisso, em já dizer por antecipação qual é a empreiteira que vai ganhar a obra. Isso é comum no Brasil. É comum entre os empreiteiros, que afinal conversam entre si, dizerem: - Nessa obra não adianta entrar, porque já sabemos que vai ganhar é a empresa tal. Isso sabemos que é verdade, que há obras que já estão destinadas por antecipação. Só que não se consegue provar isso.

O SR. RELATOR (Elcio Álvaro) - Estou vendo o Senador Camata no nosso Estado acontece uma prática: faz o elenco de empresas já com cartas marcadas e decidem. Já temos tido isso no Espírito Santo. As empresas combinam e elegem...

O SR. AFFONSO CAMARGO - Por isso que fiz essa pergunta, porque às vezes entra por entrar, já sabendo que vai perder.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não, entrei pensando que ia ganhar, por isso que tentamos colocar o menor preço possível, de acordo com o nosso orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Não pretendo fazer pergunta alguma porque acho que já foram esgotadas, mas eu só queria lembrar que numa das reuniões aqui foi verificada uma coincidência de propostas, que uma proposta era idêntica à outra, com a diferença apenas no BDI. Não sei se a coincidência foi da empresa dele e de outra empresa...

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Foram duas empresas goianas, a nossa e a...

O SR. JONAS PINHEIRO - Haveria alguma explicação do porquê dessa coincidência, preço a preço?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não foi coincidência, foi real.

Fizemos o orçamento em conjunto, porque essa concorrência não dependia do meu preço básico. Eu teria que chegar a um preço do órgão. Então, o básico não definiria o ganho ou a perda da concorrência.

Entramos juntas com o orçamento e cada uma colocou o seu BDI, para ver se ficava na faixa. A que ganhasse, ganhou a concorrência. Porque nós somos, ambas as firmas, de Goiânia.

O SR. JONAS PINHEIRO - Uma empresa tinha conhecimento do orçamento da outra?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Do orçamento básico, e não do seu preço final, que é o BDI. A única diferença era o BDI, porque não resolvia. O preço básico não definia a concorrência. O que definia era o preço final.

O SR. JONAS PINHEIRO - Cada um ocultou o seu BDI.

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - É, o seu BDI. A que ganhasse, ganharia a concorrência. Somos firmas irmãs, lá, inclusive entramos em consórcio, quando é possível, quando há condições de entrar em consórcio de empresa, participamos em conjunto. É mais um motivo para economizar, porque é um orçamento caro, entramos em conjunto para o preço básico.

O SR. JONAS PINHEIRO - Li alguma coisa segundo a qual construção hospitalar é um tipo de construção especial, como há várias construções especiais; vi que o preço base, preço de mercado, situava-se entre 1.200 dólares por metro quadrado e 1.500 dólares. O Sr. não tem idéia se essa proposta contemplava esse dado, se estava dentro disso?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não, isso não tenho.

O SR. JONAS PINHEIRO - Tem sala de radiologia, tem centro cirúrgico, tem tipo de edificação especial. Foi levado isso em consideração?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Foi tudo, de acordo com o edital...

O SR. JONAS PINHEIRO - De acordo com esse mercado, 1.200 dólares, por metro quadrado não foi considerado?

O SR. OTALLES PIRES - Foi pesquisado pela nossa equipe, todos os itens do edital e da concorrência, dos projetos, tudo.

Agora, o preço por metro quadrado, sinceramente não sei explicar.

O SR. JONAS PINHEIRO - Só para concluir. Essa empresa já construiu aqui em Brasília?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Não. A Construtora Pires, não.

O SR. JONAS PINHEIRO - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Elcio Álvares.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, ainda dentro da pergunta do Senador Jonas Pinheiro, tomando por preço básico, por metro quadrado, 1.200 dólares, a sua proposta de 3 bilhões e 920 milhões, estaria dentro desse parâmetro 1.200 dólares a 1.500 dólares, ou 1.600 dólares?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Tenho que fazer as contas.

Tenho que pegar a minha proposta, ver o valor, e verificar se é possível.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou vendo aqui repetir, que é só fazer a conta. Não é isso.

O Senador Affonso Camargo, falou na questão dos em metros quadrados. Qual foi o valor da obra, quantos metros quadrados tem a obra?

V.Exa. tem que ver, também, que certos fatores implicam que o metro quadrado, daquele setor, seja mais caro do que a média. Eles não podem ficar toda hora repetindo, de que é só fazer a conta. Não é. Disse, afirma e reafirma, que tudo isso foi levado em consideração no preço final. Esse é o problema que existe.

O problema que estamos vendo, eu estava até brincando, é que o Brasil ganhou algumas medalhas de tiro ao alvo, nos Jogos Pan-americanos, mas, se esqueceu de levar o camarada que vendado acerta na mosca. Aqui, tem um campeão de tiro. O coeficiente era de 5,0000, ele faz um coeficiente 5,0007.

Então, é o tiro na mosca do preço oculto. E paga o dobro da qual que foi dado por uma empresa que está reafirmando...

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Senador Jutahy Magalhães, ele falou que tem empresa que tem cantina. Um mil e quinhentos dólares, evidentemente, é um parâmetro consagrado em matéria de construção.

Agora, se não tem cantina, evidentemente, seria um parâmetro de 1.200 dólares.

No momento em que ele fala que tem uma outra empresa da qual participa, evidentemente, a posição do depoente, que é muito importante para nós, é um referencial de preços.

E temos que ter essa idéia. Se uma empresa entra para disputar uma concorrência de forma aleatória, e duas coisas para a qual chamei a atenção, que está causando espanto no Espírito Santo, é quando todo mundo está orquestrado para eleger um dos concorrentes. Sete, oito concorrentes, numa obra. Preocupa-me, o cidadão entrar para fazer exatamente dublê do vencedor.

Essa a razão da minha pergunta.

Quantos hospitais, além do de Goiás Velho, a sua empresa já construiu?

O SR. LUIZ OTALLES PIRES - Hospital, só o de Goiás Velho.

O SR. O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - A Presidência agradece a presença de V.Sa., e comunica que, se necessário for, o convocará novamente para alguns esclarecimentos.

Queremos convidar o Dr. Fernando Monteiro de Andrade para vir à Mesa. (Pausa)

Srs. Senadores, já se acha presente o Dr. Fernando Monteiro de Andrade, Diretor da COSAL-Construções e Saneamento Ltda.

Fará S.Sa. sob palavra de honra a promessa de dizer a verdade, do que souber e lhe for perguntado, em conformidade com o art 203 do Código de Processo Penal.

Sendo assim pedimos que todos os presentes permaneçam de pé, para ouvirmos o juramento de S.Sa.

"Juro como dever de consciência dizer toda a verdade, nada omitindo, do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação, à cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas".

SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Gostaríamos que V.Sa., mencionasse seu nome completo.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Fernando Monteiro de Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Idade.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - 56 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Estado de residência.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Brasília-DF.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Profissão e onde a exerce?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Industrial, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - V.Exa. sabe que está sendo convocado aqui para prestar esclarecimentos à respeito de uma concorrência realizada no Distrito Federal, em relação à construção do Hospital de Vila Paranoá.

V.Sa. entrou na concorrência com um preço base de 4 bilhões, 24 milhões e 680 mil, foi desclassificado porque a empresa ganhadora, a M. Carlos, ofereceu o preço de 7 bilhões, 161 milhões, 155 mil e 379 cruzeiros, baseado para mais ou para menos do preço básico, sigiloso, do órgão, no caso: a Secretaria de Saúde.

Esta Presidência, pedindo vênias aos Srs. Senadores, faz uma primeira pergunta: V. Sa. considera o preço básico sigiloso um avanço nas concorrências públicas do Brasil, ou uma maneira de prejudicar os concorrentes?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Considero que há um critério de julgamento e que nós aceitamos. Então, não tenho nenhuma opinião a dar, porque aceitei, concordei e não compete a uma empresa julgar se o critério está bom ou se está ruim.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Essa decisão que V. Sa. deve ter tomado conhecimento, ontem, do Tribunal de Contas da União, considerando ilegal o preço sigiloso básico nas concorrências públicas, V. Sa. acha que isso foi um avanço, ou regresso nas concorrências públicas do Brasil, no sentido da maior lisura na concorrência das obras públicas?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Para V.Exa. ver, acabei de tomar conhecimento, há questão de meia hora atrás, desse parecer, dessa decisão do Tribunal de Contas da União.

É muito difícil, para nós empresários, julgar, de um momento para outro, ou dar uma opinião. Evidentemente, gostaria de ler para saber, para estudar com mais profundidade, para ver se, realmente, vai atender aos interesses das empresas. É muito difícil, de pronto, darmos uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Dando prosseguimento, a Presidência concede a palavra, para fazer as arguições necessárias, ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sa. representa a COSAL. A COSAL deu um preço de 4 bilhões, 24 milhões, 680 mil cruzeiros para a construção da obra.

A primeira pergunta: se esse preço, logicamente na opinião de V. Sa., dava condições de a empresa executar a obra e ainda ter o lucro que qualquer empresa busca quando faz uma construção?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Na época acreditava que sim, porque fizemos um orçamento sensato, pelo menos dentro dos critérios da nossa empresa. Mas ressalvo esta palavra "acreditava", porque depois que foram abertas as propostas vi que havia uma discrepância grande. Então, para que hoje eu afirme que o nosso preço é exequível,

seria necessário que fizéssemos um levantamento criterioso e bastante profundo do nosso preço, para ver se realmente o erro era nosso ou não.

Agora, veja V. Exa. o seguinte: na nossa empresa, quando participamos de uma concorrência, depois que a perdemos é uma página virada que não se pensa mais nela, temos que pensar nas próximas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sa. está dando uma resposta que me deixa estupefato. V. Sa. declara que imaginava. Entra numa concorrência sem saber se aquele preço é o preço adequado para a execução de uma obra de importância, como de um hospital em Brasília? V. Sa. não teve a segurança, com todas as especificações do edital que declarava que devia ser executado, numa empresa técnica, como deve ser a de V. Sa., não deve ter examinado o edital e estabelecido seus preços, os seus custos? Acreditava e ficou depois na dúvida se isso estava correto ou não?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Isso em termos de orçamento é normal. Não seria a primeira, nem a segunda vez que uma empresa erra ou para cima ou para baixo. Não disse que erramos. Disse apenas o seguinte: que em vista do resultado das outras empresas e do órgão pairou, em nossa empresa, uma dúvida. Essa dúvida teria que tirar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agora, não pairou dúvida na mente de V. Sa. de procurar, pelo menos, já que havia interesse de buscar se estava certo ou se estava errado as razões que levaram a que esses preços fossem tão díspares? Qual a diferença, de ordem técnica - imagino eu e continuo afirmando, que a empresa de V. Sa. está capacitada tecnicamente para a execução dessa obra, portanto, capacitada a fazer o orçamento - que levaria a empresa a fazer um preço de 4 bilhões e 24 milhões e o preço básico ser da ordem de 7 bilhões, 160 milhões de cruzeiros, que é uma diferença tão gritante, de quase o dobro do preço? Quais são as razões técnicas, na opinião de V. Sa., que levaram a que chegassem a esse preço oculto de 7 bilhões e tanto, e as razões técnicas de V. Sa. para chegar a esse preço de quase a metade do preço básico? Então, deve haver alguma razão de ordem técnica. Página virada é uma coisa, mas acho que sempre que perdemos uma concorrência, ou está na dúvida que V. Sa. imagina ter tido, que normalmente a pessoa vai buscar as razões para que na próxima concorrência não cometa os mesmos erros. Acho que a pessoa busca se aperfeiçoar. V. Sa. ficou na dúvida: "Será que dei preço certo?" Mas não teve a curiosidade de saber onde errou para poder acertar na próxima.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Não é bem isso. Primeiro, respondo pelo preço da Cosal, nossa empresa. Se apresentamos uma proposta, na época, daquele valor é porque eu achava que nosso orçamento estava certo. Então respondo por ele. Agora, como eu disse há poucos minutos, fiquei surpreso com os outros preços. E, realmente, não analisei porque houve essa discrepância. É uma coisa bastante trabalhosa. Para o senhor ter uma idéia, foi um serviço feito durante 30 dias, são quase 300 plantas. Então, pegar aquilo, levantar aquilo tudo, reanalisar aquilo tudo, não é mesmo um serviço fácil e rápido. É um serviço bastante demorado e bastante complexo. E como há uma dinâmica muito grande de concorrência, terminou aquela, eu parti para outra e pronto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O erro da empresa de V. Sa. foi mais na parte de construção civil ou da...

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Não disse que houve erro da nossa empresa. Não disse isso. Disse que respondo pelo preço da nossa empresa. Agora, se está certo ou se está errado, não tenho como...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas V. Sa. reafirma que o preço estava certo.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Acredito que estava certo. Agora...

O SR. AFFONSO CAMARGO - V. Sa. afirmou que depois que abriu a concorrência ficou em dúvida sobre o seu preço. Foi com isso até que me indignei, com essa declaração.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Mas foi exatamente isso. O senhor pensa bem. Quantas concorrências existem no Brasil, em que os preços são os mais díspares possíveis? V. Exa. é engenheiro, e sabe muito bem. Existe uma série de critérios para analisarmos e fazermos um orçamento. Usei um raciocínio, usei um tipo de linha. Não sei qual ele usou. Agora, realmente, com uma diferença tão grande, claro que nos assustamos. Evidente que tenho que me assustar. Agora, não cheguei, não analisei se é o meu orçamento ou o orçamento dele que está certo. Para isso existe uma comissão técnica que pode pegar minha planilha e pegar a planilha dele e, realmente, cotejar uma com a outra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas me parece que houve esse cotejamento. Pelo menos, como o depoente anterior, como outras firmas, V. Sa. foi eliminado de plano, na apresentação do preço...

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - O valor global.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não se examinou nada de planilha, não se examinou nada.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Exatamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então V. Sa. não sabe se elas teriam condições, porque foram três firmas que apresentaram na ordem de 4 bilhões: duas outras apresentaram na ordem de 6 bilhões e meio, também foram desclassificadas - então, as diferenças são razoáveis -, e cinco apresentaram abaixo do preço básico. Digo preço básico porque a ganhadora acertou exatamente em cima do preço. Então, o que eu buscava saber, o que eu estava tentando buscar saber, é se não teria havido a preocupação de fazer essas comparações para ver onde está a diferença. Foi no preço do metro quadrado da construção civil, foi no preço de determinados materiais, que V. Sa., por essa ou aquela razão deu um preço, e foi calculado para o preço básico um preço bem acima, por exemplo, de esquadrias. Estou citando assim exemplos que não são corretos. Mas teria sido na base de preços desse tipo ou de um preço da construção civil?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Olha, para que eu responda a V. Exa. seria preciso que eu tivesse acesso ao orçamento básico do órgão. Nós não temos. Eu tenho acesso ao valor global que ele abriu ali na hora. Agora, como é que ele compôs, como é que ele chegou naquele preço, eu não sei como? Eu não tenho a planilha do órgão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não sei se todos os itens estão de acordo. Mas imagino que o preço básico deve ter sido da ordem de 7 bilhões e 100 milhões, e ela deu 7 bilhões e 161 milhões. Falo isto por causa da diferença de 0,07 do preço exato do preço básico. Mas, pelo menos, devem ter sido criadas condições de os concorrentes

examinarem a proposta daquela outra que venceu. Normalmente os concorrentes tomam conhecimento das propostas de todas as empresas que entram na concorrência.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Correto. Mas V. Exa. veja o seguinte...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, não houve condições de fazer um...

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Um cotejamento? Não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Apenas por alto. Não digo aquele cotejamento de item por item, mas assim por alto, para ver... "Eom, eu calculei mal isto daqui.", ou então "eles calcularam mal, eu estava certo, mas eles fizeram um preço acima daquilo que poderiam fazer". Não houve nenhuma preocupação quanto a isso?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Não, pelo seguinte: primeiro, foram em torno de 10 propostas. Segundo, mandei um preposto. Não fiquei ali na hora da concorrência. Passei rapidamente e tinha um nosso representante. Que não é uma pessoa ligada à parte técnica, ligada à parte de documentos, porque era a parte que tínhamos medo de ser eliminada. Então foi uma pessoa credenciada para examinar a parte de documentos, que estava representando a nossa empresa. Passei por lá, é verdade, passei. Mas passei rapidamente. Então, essa pessoa não tem nem capacidade para isso. É uma pessoa da parte burocrática, a parte de documentação. Porque a documentação era bastante extensa, e tínhamos medo de ser eliminados por causa de um documento. Então, a pessoa que foi representando a nossa empresa, era especializada em documentação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Só mais um esclarecimento?

A parte de documento é uma fase, a parte da abertura da proposta é outra. E a parte de documento V.Exa. deve ter se habilitado.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Mas foi em seguida. Abriu a documentação e, em seguida, a proposta. Foi tudo num ato público. Num ato só.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas a documentação estava correta.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Estava.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A firma de V. Sa. foi considerada pré-qualificada para a concorrência?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Não entendi.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A firma estava pré-qualificada para fazer parte da concorrência?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Não. A qualificação da empresa é na hora. Temos um edital que tem as exigências. Então essa comprovação das exigências é num envelope fechado que vai...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Atendeu a todas as...

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Atendemos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Exatamente. Então estava qualificado?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Exato. Senão não seria aberto o envelope de preço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estaria qualificado, então, para a execução da obra?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Exato.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E aí foi desclassificada no preço.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - No preço.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de passar a palavra ao Senador Nabor Júnior, gostaria de perguntar - se V.Exa. me permite, é rápido, Quer dizer, a firma de V.Sa. foi qualificada tecnicamente e idoneamente?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Foi, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não foi até mencionada aqui, quando perguntaram ao Secretário Prejat, se a COSAL, que era de Brasília, que S.Exa. conhecia, se era idônea. S.Exa. disse que era. V.Exa. apresentou esse preço de 4 bilhões em vez de 4 milhões?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Para construir o hospital e ter lucro.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não tem dúvida disso?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - É aquilo que já disse...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas construiria?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Acredito que sim. Se a empresa não honrar o preço ela tem as penalidades já previstas no edital. E já aconteceu por diversas ocasiões neste País. A empresa dá um preço, depois verifica que errou, prefere se sujeitar às penalidades de multa e de cerceamento para entrar em concorrência por um ano, por dois anos, mas não tem condições de arcar com um prejuízo grande. Temos inúmeros exemplos disso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, e Srs. Senadores, a minha intervenção neste momento é no sentido de dar uma modesta contribuição para evitar que o poder público continue sendo objeto dessas denúncias de concorrências prejudiciais ao interesse público etc. Então, conforme o Tribunal de Contas decidiu nessa reunião realizada ontem à tarde, baseada em parecer do Ministro Luciano Alves de Sousa, o preço básico das concorrências, de acordo com a legislação já existente - é apenas uma questão de interpretação do Tribunal, o Tribunal não legisla nessa matéria, ele apenas dá uma interpretação da legislação já existente -, as concorrências têm que obedecer esses critérios de que o preço base deva ser do conhecimento prévio da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Transparente.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu perguntaria, então, ao deponente se a empresa tivesse tido conhecimento prévio desse preço básico, através do edital, se teria oferecido essa proposta de 4 bilhões e 24 milhões, ou teria feito uma proposta que se aproximasse mais do preço básico?

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Quando existe esse critério de julgamento com preço básico, existe sempre um parâmetro, normalmente menos dez ou mais dez, ou menos cinco ou mais cinco, depende do órgão. Então, toda empresa que ficar fora dessa faixa já

está eliminada. Logicamente, se eu tivesse o preço básico do órgão e se eu soubesse quais eram os parâmetros, se a COSAL orçasse e checasse o preço do órgão e achasse que o preço do órgão estava correto, iríamos dentro desse parâmetro, ou menos ou mais, dependendo do nosso custo. Agora, se a firma achar que o preço não dá, se o preço do órgão for, por exemplo, inferior ao seu custo, o único recurso que ela tem é não participar da concorrência. Ela fala assim: "O preço para a nossa empresa é inexequível. Pode ser exequível para a empresa a, b, c ou d., mas para a nossa é inexequível." Então, o que me resta? É não participar da concorrência.

O SR. NABOR JÚNIOR - Mas eu perguntei. Eu basicamente, gostaria de obter uma resposta do senhor que fosse conclusiva. Se a empresa tivesse tido conhecimento do preço-básico através do edital, e nesse preço básico já foi estabelecido que as propostas poderiam ser consideradas, se tivesse 10% a mais ou 10% a menos, se a sua empresa teria, também, apresentado uma proposta que se aproximasse desses 10%, e não essa de 4 bilhões que a empresa apresentou.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - V. Exa. está falando se eu soubesse que o preço do órgão seria de 7 bilhões. Claro que eu iria no limite inferior, porque pelo menos me deu a impressão na época que o preço dele estaria muito melhor do que o nosso. Evidentemente que eu iria.

O SR. NABOR JÚNIOR - Conclui-se aí que o preço básico fixado pelo Ministério da Saúde, através do Inamps, não foi correto, porque se a empresa apresenta uma proposta de 4 bilhões entendendo que, conforme ele declarou, teria condições de executar essa obra por esse valor, e se ele tivesse conhecimento de que o preço básico realmente seria 7 bilhões, ele teria feito uma proposta superior, porque declarou isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sim. Porque de acordo com o parâmetro, mais cinco, mais dez, menos dez, se ele não apresentasse uma proposta dentro daquele parâmetro ele estaria automaticamente desclassificado.

O SR. NABOR JÚNIOR - Então, a conclusão a que quero chegar, apenas à guisa de colaboração, é que a decisão do Tribunal é correta. As empresas precisam ter conhecimento prévio do preço base, para poderem apresentar sua proposta e não serem desclassificadas até por excesso de zelo. Com o intuito de ganhar, terminam perdendo. Com o intuito de ganhar a concorrência terminam sendo prejudicadas e desclassificadas porque não se aproximaram do preço básico.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Nessa questão do Tribunal de Contas é imprescindível o preço básico. É imprescindível a menção no edital, sem o quê...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Discordo, porque acho que deve ganhar quem der preço menor.

O SR. NABOR JÚNIOR - A minha colocação é a de que as empresas são prejudicadas por isso, por não terem conhecimento do preço base elas apresentam uma proposta, e muitas vezes eliminam determinados custos para ver se ganham a concorrência. E no fim termina sendo o contrário, elas são desclassificadas porque não se aproximaram do preço básico, porque não tiveram conhecimento prévio. Quer dizer, acho que essa decisão do Tribunal vai servir de parâmetro daqui para a

frente para se evitar que aconteça fato dessa natureza, não só do Governo Federal, mas dos governos estaduais e governos municipais.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Senador Nabor Júnior, há uma dúvida quanto à afirmação que foi feita aqui pelo nosso estimado Colega Relator. É a de que o Tribunal não determina preço base. O Tribunal, quando for feito preço base, deve ser...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - O edital tem que ter o poder de conter o preço base. É imprescindível.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não sei. O Tribunal declarou isso, que é imprescindível. Acho que nos casos em que tenha o preço base.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Não no preço base.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas tem que ter o valor aberto, não o oculto. Agora, nem sempre o edital necessariamente tem que ter preço base.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Não, veja aqui. A expressão é a seguinte. O Senador Ruy Bacelar, ao responder a S.Exa., que na licitação do tipo preço base...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Do tipo, não obrigatoriamente.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Mas estamos discutindo aqui o quê? Preço base. Essa licitação foi do tipo preço base. O Tribunal está entendendo agora que é altamente salutar, que é imprescindível ter. Se não tiver, o edital é nulo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Mas do tipo preço-base.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Do tipo preço-base. Não estou argumentando com outro tipo de concorrência. Estou argumentando com esse edital que serviu para a licitação do Hospital do Paranoá. E há um detalhe muito mais importante: além de ser imprescindível o preço base tem de haver avaliação para maior ou para menor. Se uma empresa, como é o caso da do deponente, apresentar um preço muito além daquele, estará automaticamente desclassificado. Acho altamente salutar, importantíssimo a decisão do Tribunal de Contas; contra qualquer dúvida, e acaba com esse tipo de pergunta que estamos fazendo, porque já não tem mais o que discutir.

O SR. NABOR JÚNIOR - É exatamente isto que eu gostaria de ressaltar. Essa decisão do Tribunal é muito importante; vai evitar por exemplo, o caso da empresa dele - essas duas empresas de Goiás sejam prejudicadas como foram, aliás, porque não tiveram conhecimento prévio do preço base; senão teriam feito uma proposta que se aproximasse do preço base.

Tiveram um excesso de zelo, até cortando algumas despesas que eles poderiam ter, pensando que o preço base fosse em torno da proposta que fizeram.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Como foi importante a consulta do nobre Presidente, Senador Ruy Bacelar. E a coisa não era assim, não era tranquilo no Tribunal de Contas, tanto que está havendo uma recomendação para possíveis estudos, no sentido de identificar a conveniência, oportunidade de ser revisto o disciplinamento constante do art. 7º, do Decreto nº 30, de 7/2/91. Não conheço esse disciplinamento, mas alguma coisa estava errada, o Tribunal flagrou que estava errada e, em virtude da consulta, está mandando rever o disciplinamento. Inclusive, vou ler depois esse art. 7º - no momento não o tenho em mãos aqui. Mas a decisão é muito ampla nesse sentido.

Acho que a partir desse instante, que o Tribunal se posicionou dessa maneira, em razão da consulta do Presidente Ruy Bacelar, não vai haver mais dúvidas para esse tipo de pergunta que estamos fazendo, porque é imprescindível que na concorrência, tipo preço base, conste o preço base. Aí para maior ou para menor a variação.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, continuando, perguntaria ao depoente se a sua firma já executou alguma obra semelhante a esse hospital que está sendo construído aqui em Brasília, se já tem experiência nessa área.

O SR. FERNANDO MONTEIRO DE ANDRADE - Hoje o acervo técnico não pertence mais a uma empresa. O acervo técnico é do responsável técnico pela empresa e o responsável técnico pela nossa empresa já executou obra desse porte e até maiores.

O SR. NABOR JÚNIOR - Bem essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Afonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, vou procurar ser bem conciso, explicitar para o nosso depoente Sr. Fernando, e que não estava aqui presente na ocasião em que o Dr. Luiz Pires falou aqui, que eu declarei minha opinião - posso estar errado - que se eu fosse o responsável pela concorrência ele teria ganho com menor o preço, porque na minha visão devemos partir para uma nova regra de licitação em que sejamos bastante rigorosos nas qualificações técnicas, financeiras, de idoneidade da empresa, e depois dar pelo menor preço.

Uma opinião pessoal minha, e em decorrência disso falei que o Sr. faria. Porque na legislação que imagino como sendo ideal, a empresa tem que fazer. Por que digo que tem de fazer? Se ela quebrar do meio do caminho ela não vai fazer. Porque sempre há uma margem de lucro. Não posso imaginar que uma empresa vá errar em mais de 20%, 25%, do orçamento; pode errar em 5%, já em 10% vai diminuir sua rentabilidade naquela obra. Como ela trabalha na média de suas obras poderia perfeitamente executá-las, porque o princípio é este: quando uma empresa participa de uma licitação, ela o faz para executar obras pelo preço que deu.

Apenas uma afirmação minha; percebo claramente, Sr. Presidente, que desde que o fato já se consumou, porque por informações que tenho essa obra já foi iniciada, acredito que nem deveria ter sido.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não, não foi.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Mas a informação que tive, hoje - V. Exa. poderá conferir - é que a obra já foi iniciada. Então, hoje, as construtoras que deram preço menor estariam dentro de um fato consumado, e estando dentro de um fato consumado não há porque o Dr. Fernando, da COSAL, que atualmente tem e precisa ter relacionamento com o Poder Público, ficar se conflitando com o Poder Público. A impressão que fica é que estamos procurando minimizar. Então, tenho um preço de 4 bilhões e 24 milhões; depois que abriu a concorrência, fiquei em dúvida se o meu preço era o preço certo, ou se 7 milhões, que é quase o dobro seria o preço mais certo.

Então, percebo bem que ninguém está querendo criar mais problemas. Vamos passar para frente, a empresa já ganhou, não vamos discutir. Quando, na verdade, estamos querendo apenas que digam o seguinte: Dei um preço, a minha firma é uma firma idônea, está credenciada, já

fiz várias obras, meu preço é "x", mais o lucro de 20%, 25%. É só isso, o preço é esse.

A conclusão que queremos chegar, e não é culpa de ninguém, é culpa de hábitos e costumes. É um problema em que as empresas idôneas querem mudar isso também, porque o empresário "dança conforme a música", e quem define a música é o Poder Público; não culpo nenhum empresário de nada. Culpo os administradores públicos. Essa é minha opinião pessoal.

Vivemos de jornais que, todos os dias falam em corrupção. Agora o Presidente da República manda a Lei Collor contra a corrupção.

O Governador do Paraná, hoje, denuncia um pretense ex-Governador à Presidência da República, na base do "Disque Quêrcia" que, é um problema de corrupção!

Temos que acabar com isso no País.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Dessa lei da corrupção só quero saber se tem efeito retroativo. Se tiver eu apoio. (Risos)

O SR. AFFONSO CAMARGO - Penso que devemos melhorar isso. Fala-se que corrupção é igual ao jogo de bicho: você pode diminuir, mas não se acaba.

Para terminar, para acusar uma firma idônea, que deu um orçamento de 4 bilhões e 24 milhões de cruzeiros, bem parecido com o de outras duas empresas, para mim é um orçamento válido e significa que essa obra foi contratada por 3 bilhões a mais do que podia ser, porque na minha opinião ele terminaria a obra. É essa a visão que tenho da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Nobre Senador Afonso Camargo, eu Secretário do Distrito Federal, anularia essa concorrência, mesmo começando ou não.

Não quero fazer justiça à Bahia. Agora mesmo, na Bahia, o Secretário de Saúde abriu um concorrência lá para reparo, pedimos até a documentação e ele nem nos enviou. Estamos ratificando a solicitação.

Mas vazou, a obra foi direcionada, como também não tenho dúvida quanto a essa de Brasília. É lá o jornal de oposição chamou a atenção, e o Secretário anulou automaticamente - lá acertaram, também como aqui, os centésimos e o Secretário anulou. Isso não significa que o Secretário se livrou do pecado em ter, ele ou os seus funcionários, direcionado a obra para determinada firma.

Estamos, inclusive, solicitando a documentação. Vamos fazer um apelo. Tenho a melhor das impressões do Deputado Jofran Frejat. E vamos comunicar dessa decisão do Tribunal, e pelo que me consta, essa obra não começou. Pelo menos o Sindicato de Brasília, ontem, me comunicou que ainda não havia começado. Até que me prove o contrário, tenho a melhor das impressões do Deputado Jofran Frejat.

Porque não é possível que uma diferença de 3 bilhões - a não ser que este País estivesse nadando em dinheiro, para estar dando dinheiro a meia dúzia de privilegiados, em prejuízo, em detrimento da grande maioria do povo brasileiro, que está aí passando fome, miséria! A não ser que queiramos premiar poucos, e, através de uma convulsão social o povo tomar aquilo que muitos poucos tenham ganhado ilicitamente.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Fico feliz com a sua afirmação, porque recebi a informação de que havia sido iniciada a obra. Realmente, não tem nada que ver com o secretário; esse tipo de concorrência com o preço curto, às vezes é um problema de datilógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Se secretário fosse, em qualquer parte, ou dirigente público, eu anularia todas, mesmo que se recorresse à Justiça, eu iria discutir na Justiça.

O problema de corrupção neste País é: ou tomamos atitudes severas para penalizar os ladrões de "colarinho branco", ou, então, este Brasil não vai para frente.

Queremos agradecer a presença de V. Sa. e convidar o próximo depoente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, enquanto não vem o outro depoente, eu gostaria de fazer uma proposta. Quando fizemos parte da outra CPI, o Senador Affonso Camargo, aqui presente, também fez parte da chamada CPI da Corrupção, nós tínhamos no Senado, na assessoria, pessoas de formação técnica de engenheiro, e uma vez elas de volta poderiam fazer um levantamento dos custos estabelecidos por esse preço oculto. Acho que poderíamos padir à assessoria que nos desse essa assistência de ordem técnica, para sabermos como se chegou a esse preço oculto; e qual a diferença, por exemplo de preços dessas firmas que apresentaram, ao preço mais baixo e se há, de ordem técnica, alguma explicação para isto.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Acho que V. Exa. tocou no ponto nodal. Quem é o responsável por esse cálculo? É o depoimento mais importante nesse affaíra todo. Quem fez o cálculo?

Quem é o responsável pelo preço-base? Esse que é o depoimento fundamental. O Secretário de Saúde.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Se chamarmos aqui o responsável, acho que ele ficará dizendo essas mesmas coisas.

Penso que temos que buscar ver se conseguimos chegar ao âmago da questão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Se V. Exa. leu o edital, verificou que não existem todas as plantas. Isso dependerá muito da empresa vencedora que fornecerá a planta...

Então é difícil calcular até um preço exato. Precisa-se é saber como se chegou a esse assunto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Por alguém tem que ser feito esse preço. Não é tirar do chapéu uma série de papelzinhos e dizer: "O preço é aquele que sair no papelzinho".

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, paço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra a V. Exa..

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, estou observando o Senador Jutahy, acho que o que ele pensa é o seguinte: há um momento em que se chegou àquele preço que deu origem a esse "P" grande aqui da fórmula. É o preço base deles, que foi de 7 bilhões e 950 milhões de cruzeiros. Para chegar nesse preço, houve um cálculo. Acho que se requisitássemos esse cálculo para os nossos técnicos examinarem isso, nossa Assessoria vai examinar esses cálculos e saber como é que eles chegaram a esses cálculos.

Acho que é importante, porque se esse preço é exagerado, se não é um preço justo, vamos ver se conseguimos descobrir aonde é que se fez um cálculo tendencioso para chegar a um preço maior do que devia ser.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência está tomando as medidas necessárias, inclusive pediu ao Sindicato do Rio Grande para fazer o cálculo da obra.

Temos alguns assessores do próprio Congresso que estão examinando. Entretanto, alegam que é difícil se chegar a um preço básico real, já que determinadas plantas e especificações não foram mencionadas no edital da obra.

Então, é difícil. Uma empresa apresenta um determinado preço, outra apresenta outro preço.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, vou insistir no seguinte: para se chegar a esse preço de 7 bilhões 950, foi feito um cálculo por alguma pessoa ou várias pessoas. A requisição, para a Comissão, desses documentos, desses cálculos, para que o nosso pessoal trabalhe em cima de um cálculo que levou a esse número, parece mais objetivo que os outros cálculos que possam vir a ser feitos, porque se houver algum erro é aqui.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Isso inclusive já foi requisitado e não chegaram as respostas.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Esse, eu diria, é o processo padrão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acho que se chegarmos a isso, se conseguirmos fazer esse cálculo, acho que vamos chegar ao problema. Vamos verificar, porque é gritante essa diferença.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Os elementos que levaram os técnicos da Secretaria a esse preço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acho que é importante a sugestão de V. Exa. e a Presidência vai tomar as providências para ver se requisita essa documentação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, foi requisitado pela Comissão, mas o Ministério não respondeu. Agora é insistir.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Ministério, não, tem que ser a Secretaria.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ao Ministério da Saúde.

O SR. JOÃO AGRIPINO MAIA - Sr. Presidente, posso prestar um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Pois não.

O SR. JOÃO AGRIPINO MAIA - A Assessoria concluiu, de posse das informações e do projeto encaminhado pela Fundação Hospitalar, que não se poderia chegar a um preço como se chegou.

Então, era preciso que alguém dissesse como chegou àquele preço.

No caso do projeto da Fundação Hospitalar, o preço avulso foi determinado pela Fundação Hospitalar e todos os outros foram calculados pelo Ministério da Saúde. E ao Ministério da Saúde já se oficiou o pedido para informar como se chegou aos preços. Não houve resposta, até a data presente, do Ministério da Saúde com relação a esse ofício.

Nenhuma empresa especializada seria capaz de chegar - tem a opinião técnica da Assessoria do Senado - a um preço como o que foi chegado no edital.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - No caso focalizado é o do edital do Hospital do Paranoá. Então, cabe à Presidência, como Assessoria, convocar os técnicos que colocaram os números nas especificações, ou nos metros, para nos dizer como se chegou àquele preço. É uma maneira também de dirimir a dúvida. Vamos ver se providenciamos.

Já presente o Dr. Fernando Márcio Queiroz, Diretor da Via Engenharia Sociedade Anônima.

S.Sa. está aqui para responder, dar esclarecimento a respeito de uma concorrência para a construção do Hospital do Paranoá, aqui em Brasília.

Já ouvimos dois empresários. Ambos alegaram que apresentaram preços menores, mas, na condição de realizar a obra, e mesmo assim ter lucros.

V.Exa. apresentou um preço e foi desclassificado porque não bateu na tecla do parâmetro para mais ou para menos, ou não acertou no alvo.

Dai solicito a V.Sa. prestar o juramento necessário, dando sua palavra de honra e prometendo dizer a verdade, somente a verdade.

Pedimos aos Srs. Senadores que permaneçam de pé, enquanto o depoente faz o juramento de praxe.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Para complementar o art. 203 do Código de Processo Penal, assim como o art. 42, esta Presidência pede para V.Sa. mencionar o nome completo.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Fernando Márcio Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - 49 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado e residência.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Resido em Brasília, no Lago Sul, na QI 15, chácara 22.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Engenheiro e exerce em todo o Brasil, estando estabelecido em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando prosseguimento, a Presidência concede a palavra ao eminente Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. representou uma das empresas que conseguiu chegar no alvo, só que V.Exa. acertou no número nove e a outra acertou na mosca, no dez.

Agora, seria possível, não sei se isso é informação sigilosa, ou se a empresa não tem interesse de informar, ter uma base do percentual de lucro que a empresa esperava obter na construção dessa obra com o preço apresentado?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Senador, é possível explicar ao Senhor esta pergunta.

Uma empresa, ao participar de uma licitação pública, tem que analisar uma série de fatores para a elaboração de sua proposta. Tem que analisar os preços de mercado, os preços que obras similares saem no mercado. Tem que analisar condições de pagamento. Tem que analisar condições de reajustes.

Então, esses fatos todos são levados em conta na elaboração de um orçamento e hoje vivendo uma fase que estamos vivendo há alguns anos, em que a diferença entre os custos reais e os reajustamentos

também são baixos, dificilmente se termina uma obra pública com um lucro de 15 a 20%. É muito difícil.

Então, o lucro estimado nessa obra é nessa faixa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. podia dar uma opinião de ordem técnica, da razão que houve para que as empresas apresentassem propostas tão diferentes? A que apresentou menor preço foi quase a metade do preço da vencedora.

V.Sa. sabe que tem que levar em consideração esses fatos, tudo isso, muito bem. Mas, na opinião técnica da empresa de V.Sa., essas firmas, essas empresas que apresentaram um preço muito mais baixo, teriam condições de executar a obra por aquele preço apresentado?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Senador, vou me utilizar um pouquinho da história das concorrências públicas no Brasil e a história do desenvolvimento dos contratos, que é muito interessante.

Tenho uma vivência de 27 anos nesse assunto. Sempre me dediquei a isso e já vi coisas incríveis, Sr. Senador. Eu já vi concorrências em que o preço do primeiro e do último lugar é um fator de multiplicação dos três. Eu já vi concorrências em que todos estavam aparentemente juntos. Eu já vi concorrências em que todos foram desclassificados; e já vi até um negócio interessante, Sr. Senador - se eu falar, aqui, talvez seja um caso único - uma concorrência de preço mínimo que empatou, e isto aconteceu comigo; eu empatei numa concorrência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E o preço compensa?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - O preço compensa - foi uma concorrência de preço mínimo e a concorrência empatou. É muito difícil, então, expormos para V.Exa., principalmente quando tem, assim, uma concorrência específica. Dois colegas nossos, os quais eu respeito como empresários da Construção, dizer para V.Exa. que eles vão fazer a obra, que eles vão quebrar, eles não irão fazer. Eu posso dizer para V.Exa. que isto é uma rotina nas concorrências públicas. Esse número de variação que é de aproximadamente 2 é até pequeno. Nas concorrências que têm preço mínimo, elas variam até 3. Isto é muito normal e eu já vi alguns casos de empresas que pegaram logo os bons preços e não terminaram. Já vi muitas que pegaram os preços ruins - e isto já aconteceu muito comigo, preço muito baixo - e conseguiram terminar. Então, é uma variação muito difícil para que eu possa dizer a V.Exas., explicitamente, se têm condições, se terminarão ou não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Dentro da resposta de V.Sa. - V.Sa. afirma que respeita aqueles concorrentes, certamente por conhecê-los...

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Eu os conheço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa., então, sabe que eles têm idoneidade e competência técnica para execução de obras desse tipo. Pelo menos, então, aparentemente, dá a idéia de que uma empresa que tem essas qualificações não apresentaria preços que, abertamente, comprovadamente, não dariam condições para que a obra fosse executada.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Isto eu não posso afirmar, Sr. Senador. É intensa...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É pelo conceito que V.Sa. faz da empresa e das pessoas.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Das empresas eu faço o melhor conceito...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, pelo menos dentro desse critério, na opinião de V.Sa., elas não apresentariam, assim, esse preço.

V.Sa. sabe se essa obra já começou?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Não sei informar a V.Exa. Infelizmente, eu não posso informar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. não tem condições?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O próximo depoente poderá dizer...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Isto ele terá que dizer - sim ou não - mas não há, portanto, da parte da empresa que V.Sa. representa nenhuma participação a mais nessa obra?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Não, não há.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não teve nenhuma participação de co-responsabilidade na execução?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Não. Nós consideramos o fato do processo licitatório encerrado e nós, normalmente, temos que sair para outra, Sr. Senador...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Às vezes, quando têm essas concorrências, por uma ou outra razão, sempre de ordem técnica, as empresas fazem uma espécie de sublocação e dão uma parcela da obra daquele determinado serviço em que a outra concorrente, talvez, tenha mais capacitação técnica. Então, fazem, às vezes, um entendimento com a firma vencedora e não é nada disso.

Então, Sr. Presidente, eu acho que não adianta, aqui, perguntar como chegaram a esses preços. Acho que aquele procedimento que nós não vamos, agora, estabelecer é o mais correto, e irá resolver isto.

Eu não tenho mais perguntas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu gostaria de formular apenas uma pergunta: o Edital de licitação dessa obra previa reajustamento?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - O Edital de licitação da obra previa reajustamento.

O SR. NABOR JÚNIOR - Qual era o índice de reajustamento previsto no Edital? V.Sa. tem como informar?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Eu tenho certeza de que previa reajustamento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sr. Senador Nabor Júnior, nós temos o edital aqui...

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu não tomei conhecimento.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - V.Exa. me desculpe. Eu, realmente, não me lembro. Eu tenho certeza de que prevê reajustamento e, por sinal, inclusive, é uma longa obra. Eu não tenho dúvida de que prevê.

O SR. NABOR JÚNIOR - Normalmente, toda obra permite reajustamentos.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Está certo, Sr. Senador.

O SR. NABOR JÚNIOR - Temos índices fornecidos pelo próprio Governo.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - O índice eu não sei se é da coluna 35, se é da coluna 5 ou se é analítica. Realmente, eu não me lembro.

O SR. NABOR JÚNIOR - Era a pergunta que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Eu acredito e conheço pessoalmente o Dr. Fernando, que é um mineiro, amigo do ex-Presidente Tancredo Neves e eu, quando fiz amizade com Minas, eu fiz amizade com S.Exa. e S.Exa. representa, aqui - acredito - não conheço bem, mas representa, aqui, uma firma de porte.

Eu somente perguntaria a V.Sa. se julga que esse sistema de preço-base, secreto, a ser deferido posteriormente é razoável e de interesse das grandes empresas?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Sr. Senador, V.Exa. tocou num dos assuntos mais complexos que existe para nós, nós que vivemos no dia-a-dia da construção. Eu, até hoje, tenho o prazer muito grande em ver, aí, o meu colega Luis Roberto Ponte, com o qual já tive o prazer naquela Câmara e na Construção, onde fui Vice-Presidente por duas legislaturas e, também, o Sr. Marcos Santana que, na minha época, foi Vice-Presidente. Então, Sr. Senador, essa luta de se conseguir o melhor método de uma licitação já foi objetivo de seminários, já foi objetivo de trabalhos conjuntos. Nós já fizemos um movimento nacional, onde cada sindicato da construção estudou o melhor processo de licitação para, depois, tentarmos levar às autoridades do Governo, e mesmo ao Congresso, os caminhos que nós poderíamos indicar. Lembro-me que, aqui, em Brasília, fizemos seminários, convocamos todos os tipos de empresários, porque tem-se o pequeno empresário, o médio e o grande onde, às vezes, os interesses são diferentes, e chegamos a conclusões interessantes. Eu até vinha meditando sobre isto, antes de chegar a esta Casa, e lembrava-me que aqui em Brasília há mais ou menos uns 10 anos chegamos à conclusão de que o método que deveríamos recomendar para a licitação seria a de um preço oculto - não tinha preço-base, não havia nada disso - e nós faríamos um julgamento pelo preço médio. Isto, há 10 anos. Foi a opinião do Sindicato de Brasília. Então, entravam na Concorrência 20 empresas, expurgavam-se os extremos e calculava-se uma média. Tem-se determinado caso em que se expurgavam dois ou três e o preço seria, aproximadamente, o que melhor se situava perto desse média. Esta era uma teoria razoável, porque há uma igualdade de condições a todos os licitantes e o poder público, vamos dizer assim, contrataria uma obra por um preço que fosse médio. Depois, com o decorrer do tempo, com a experiência de alguns órgãos, começou a se afastar um pouco dessa diretriz porque em todos os casos começam a aparecer as possibilidades de vícios, há uma montagem de coisas que tornam o processo não mais indicado. Então, parte-se para as concorrências com o preço em aberto. Essa concorrência com o preço em aberto e os limites estabelecidos, conforme V.Exa. mostrou, hoje, aqui, por recomendação do Tribunal, tem uma dificuldade muito grande que é como proceder no caso de desempate porque é muito comum haver empates.

Hoje, por exemplo, nos Estados que tenho que trabalhar, vivemos numa dificuldade muito grande. São poucas as obras e principalmente aquelas que têm recursos alocados onde o empresário tem que fazer e receber a obra. Então, o que acontece? Num obra dessa, ao se colocar um preço-base, ao admitir uma variação percentual para cima ou para baixo, normalmente 18 ou 20 empresários têm a sua proposta

empatada nesse limite inferior. Ai, então, vem um outro processo que é rigorosamente honesto mas é um processo doloroso para o empresário que é o sorteio. Então, se tiver um empresário azarado ele está riscado a nunca ter oportunidade de fazer uma obra, apesar da matemática, do cálculo da probabilidade, não prever um empresário azarado.

Um outro processo que, hoje, também é difundido para esse desempate é o processo do desempate através da proposta técnica. O processo de desempate, através da proposta técnica é um processo igualzinho a, vamos dizer assim: este é um processo de preço secreto. Se tiver um preço a ser colocado na hora da concorrência e for um preço que ninguém sabe, a concorrência será uma concorrência normal, uma concorrência perfeita. Da mesma maneira, a proposta técnica, se ela for julgada por uma Comissão onde, realmente, se analisa aqueles aspectos - algumas vezes até objetivos em alguns editais - a concorrência, também, é perfeita. Agora, a grande dificuldade que temos é saber se alguém conhece preço ou se aquela proposta técnica vai ser julgada corretamente. Então, leva a nós, empresários do setor, a ter dúvida de qual é o melhor critério que existe. É muito difícil, hoje, optarmos. Então, passa pela nossa cabeça, de vez em quando, o que no nosso meio é até famigerado, o preço mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V. Sa. conclui que, apesar de doloroso, o mais honesto e o mais limpo é o sorteio?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - É o único processo que o fator humano, nobre Senador, não participa. Agora, o processo do preço mínimo é um processo que também não tem a participação do fator humano, ele permite que cada empresa assuma a responsabilidade dos seus atos. Evidentemente, historicamente, é o que falei respondendo ao nobre Senador, já vi casos de concorrência que a pessoa adjudicou a obra por um preço que é a metade do último, terminou a obra e estava tudo direito, mas já vi outros casos em que não terminou.

Então, o preço mínimo tem um grau de risco muito grande para o poder público.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Perguntei a V. Sa. do preço base, aberto, declarado no edital, com um parâmetro para mais e para menos. V. Sa. disse que é doloroso porque o empresário pode ter falta de sorte e não ser sorteado. Mas, através de sorteio, é o melhor. É o mais sério. É o que menos poderá dirigir uma obra.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - É o que não tem a interferência do ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas, se qualificam a empresa quanto a parte técnica e quanto a parte da idoneidade, a não ser que haja um conluio, no sorteio não há como. O sorteio é público. Acho que é o mais honesto.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A tese é apaixonante, é isso que o nobre Deputado Luís Roberto Ponte tem feito.

Devido ao adiantado da hora, sem desprezo ao depoente, o nobre Senador Affonso Camargo está conduzindo muito bem, acho que podemos concluir e arrematarmos o depoimento.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Toda a origem da nossa comissão foi aquele alerta feito pelo Deputado Luís Roberto Ponte. Foi um alerta em que ficou muito claro aquilo que tenho absoluta convicção: aos em-

preiteiros interessa a maior lisura nas licitações públicas. Nenhum empreiteiro gosta de pagar comissão para qualquer administrador público. Vivemos num país, - são declarações minhas, ninguém tem de corroborar, muito menos no depoimento deve constar isso - onde as empreiteiras, às vezes, têm os seus escritórios jurídicos, de lobby, maiores do que os escritórios técnicos, do que o departamento de engenharia, porque ficam procurando descobrir quem é que está apanhando comissão. É um negócio terrível.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quem tem prestígio para influir junto ao Presidente da República, os Governadores, os Secretários etc.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Na verdade, sabemos que esses assuntos vão se resolver mais no plano moral, no plano ético, nas modificações. Tudo isso é um problema cultural e nem por isso vamos deixar de dar os passos que devem ser dados. Mas, qualquer tipo de licitação, sempre poderá ser séria ou não ser séria.

Temos o caso, já citei aqui, da aquela concorrência da ferrovia Norte-Sul. Naquela concorrência foi dado um preço base de "x", houve a denúncia do Sr. Jânio de Freitas, foi feito novo edital, e o preço base passou a ser "x" menos 5%. Ganhou-se naquela ocasião 250 milhões de dólares. Então, não se pode dar um preço mínimo alto, fazer por sorteio, e todo mundo comprometido em dar comissão para alguém.

Não é fácil resolver o problema.

As empreiteiras, no País, gostariam que tudo fosse feito com a maior lisura, e não tivessem que dar comissão para ninguém.

O SR. JOTAHY MAGALHÃES - Pela reportagem da revista Istoé, estou procurando este honesto que está cobrando até hoje 13% apenas, preço fixo, desde algum tempo atrás. A revista Istoé denuncia. Agora, precisamos saber o nome.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR - Gostaria de fazer uma única pergunta. A empresa de V. Sa. tem alguma obra em andamento ou ganhou alguma concorrência neste período de 60 a 90 dias, aqui no Distrito Federal?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Algum dos Srs. Senadores deseja interpelar?

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, como falou há pouco o nobre Senador Affonso Camargo, começamos com a carta de Belo Horizonte, houve uma acústica de denúncia através da Folha de S. Paulo, que foi, inclusive, o Hospital do Paraná.

Louvo-me nas palavras do nobre Senador Affonso Camargo, que é um homem bastante acreditado no setor. Essa discussão em torno do preço, que é muito relativo, vai acabar exatamente na análise da projeção do cálculo. Gostaria que nominasse algumas obras feitas pela Via, em termos de Brasil, a sua empresa.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Atuamos, até o Plano Collor, praticamente no setor de mercado imobiliário. Fizemos, naquele período, até o Plano Collor, algumas casas populares para a SHIS; fizemos algumas obras para o Ministério da Aeronáutica; uns blocos de residência na S.Q.N 204; fizemos em Taguatinga; fizemos um shopping center

para a CBS em Volta Redonda; fizemos obras para o Ministério da Aeronáutica, lá em São Paulo e no Rio, fizemos em São Paulo diversas casas para o CDH; fizemos distritos policiais para o Governo de São Paulo e atuávamos no mercado imobiliário. Com o advento do Plano Collor o mercado imobiliário tomou um rumo muito ruim, não há dinheiro no mercado, não se vende imóveis, não há financiamento, então partimos para a única oportunidade que houve que foi o Programa PHAP. Neste Programa PHAP, que é um programa de habitação para baixa renda, estamos construindo no interior de São Paulo diversas cidades, aproximadamente 3.000 unidades. Estamos construindo o abastecimento de água de duas cidades de Minas, Lavras e Porteirinha, e, agora, estamos viabilizando mais uns dois ou três desses programas conjuntos com prefeituras no interior de São Paulo.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Pergunta da Sra. Cibele: A firma do depoente, a VIA, comunga com os termos da carta de Belo Horizonte, que foi a carta ensejadora desta Comissão?

O depoente conhece os termos da carta de Belo Horizonte?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Conheço os termos da carta de Belo Horizonte. Acho que a carta de Belo Horizonte, vamos dizer assim, abrange a totalidade do sentimento da nossa classe. Agora, realmente, não tenho conhecimento de possíveis injunções que a carta de Belo Horizonte cita, mas a filosofia da carta é perfeita.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - É uma pergunta, também, muito objetiva. V. Sa. como depoente, desde o primeiro momento, chamou-me a atenção pela firmeza do posicionamento como elemento do setor. Há conhecimento de alguma irregularidade em concorrência pública no Brasil, dentro da filosofia da carta de Belo Horizonte por parte de V. Sa.?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - O nobre Senador disse que viu na revista Ísis, desta semana. Agora, eu não tenho conhecimento e nem participei de nenhum caso deste tipo. Não é meu objetivo participar disso.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Em relação a essa obra do Paranoá que, inclusive, alcançou repercussão nacional através do jornal Folha de São Paulo, e tem sido objeto, praticamente, de alguns depoimentos, V. Exa. tem alguma dúvida a respeito da concorrência?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Nobre Senador, vou dizer claramente, não tenho nenhuma dúvida de que essa concorrência comportou-se na maior lisura.

Conheço o Governador do Distrito Federal, conheço o Secretário Jofran Frejat, com o qual já trabalhei em outras ocasiões, antes de constituir a VIA, há dez anos; fui Presidente de uma outra empresa que teve o prazer de construir o Auditório Petrônio Portella e construir aquele outro anexo do Senado em licitação de preço mínimo; na época reformei o Hospital Distrital de Brasília. Tenho absoluta certeza, nobre Senador, que essa concorrência foi a mais lisa possível.

Não tenho conhecimento de fato nenhum. Posso assegurar a V. Exa. que não houve nada nesta concorrência.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V. Sa. acaba de nos dizer que a sua empresa está construindo programas de habitação.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - É o Programa PHAP, Programa de Habitação Popular.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Os financiamentos são diretamente à empresa?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Os financiamentos são diretamente à empresa.

A melhor opção nesse programa é que a prefeitura normalmente entra com o terreno, com a infra-estrutura e com a casa de oitocentos e cinquenta VRP. Casa de pobre que existe hoje no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sei.

Esse levantamento para os municípios é feito por quem?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Senador, fui eu quem procurei. Fui procurando os prefeitos, pessoas amigas minhas; meus amigos foram me apresentando prefeitos; inclusive meus amigos Parlamentares também me apresentam.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, V. Sa. chega para o prefeito e diz: "Olha, tenho condição de construir tantas casas populares aqui. Eu sou a empresa. A Caixa Econômica Federal lhe financia..."

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - A Caixa Econômica Federal me financia em alguns casos. E, em alguns casos, a Caixa Econômica Federal financia a prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Agora, se a Prefeitura não fizer a doação do terreno, V. Sa. diz para o prefeito: "Olha, se V. Exa. não concordar vou fazer em tal Município."

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Não é isso não, Senador. Esse programa é muito sério e muito eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sei que é sério.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Sem dúvida alguma, é um programa no qual o Governo, no meu modo de entender, deveria concentrar a totalidade dos recursos que tem hoje no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Agora, quando a prefeitura faz a doação?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Deixe-me explicar a V. Exa. Quando a prefeitura participa com a infra-estrutura e com o terreno, que é um caso que tenho no interior de São Paulo, que é uma região muito rica; é uma região, vamos dizer assim, onde é muito bom a gente trabalhar, onde esse programa funciona perfeitamente, porque em seis meses se fazem essas casas e também se comercializa fácil. É uma responsabilidade minha, o tomador sou eu, sou o avalista, meus bens ficam retidos. Então, em outros lugares, há uma dificuldade de viabilizar porque essa base salarial em que o programa se baseia é de três a cinco salários mínimos...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O financiamento para cada unidade é de quanto?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - São setecentas UPFs, que, hoje, é mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - São setecentas e vinte UPFs.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Que, hoje, é mais ou menos um milhão setecentos e cinquenta. A renda era em torno de quarenta mil no mês de julho e a prestação quatorze mil.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O que gostaria de saber, só por questão de conhecimento, que não sei, só para...

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Agora, há casos...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - ...satisfazer o meu ego.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Oostaria de satisfazer também a V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - As Prefeituras, quando fazem a doação do terreno, os Deputados levam o prefeito, V.S^a vai ao prefeito e diz: "Aqui, é preciso construir tantas casas".

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Não, a Prefeitura faz a pesquisa. O programa exige uma pesquisa, exige uma pré-comercialização. A Caixa Econômica Federal não libera o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O que quero saber é se no preço de setecentas e vinte UPCS estão incluídos já o terreno e a infra-estrutura ou não estão?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Quando a Prefeitura dá, o beneficiário é o mutuário. Então, a casa, no lugar de ter, às vezes, vinte e dois metros quadrados, ela tem vinte e oito a trinta. É uma contribuição da Prefeitura aos munícipes, fica excluído do projeto. A casa geralmente tem uma área melhor e um acabamento melhor, que é o caso dessas casas do interior de São Paulo.

Por exemplo, no Estado do Rio...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - E no caso da infra-estrutura também?

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - O que disse V.Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - No caso da infra-estrutura também? Como a água, as ruas...

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - A Prefeitura no interior de São Paulo abre e encascalha as ruas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quer dizer, aí vocês melhoram um pouco a especificação da casa.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Agora, há casos, por exemplo, no Estado do Rio, onde comprei o terreno. Nesse caso, as casas não têm um acabamento...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Esse programa é o programa de casa popular, mais ou menos, ou é simulado? Então, é incentivo à moradia através do poder municipal conjugado com a Caixa Econômica Federal. Então, o benefício em favor do adquirente da casa é aumentar a sua projeção em razão exatamente da contribuição da Prefeitura...

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Exatamente.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - ...revertendo em favor do município.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Como é?

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Reverte em favor do município o benefício oferecido pela prefeitura.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Exatamente.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Então, seria um programa de evolução de moradia.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Olha, é um assunto em que estou me aprofundando, e V.S^a faz um esclarecimento muito grande.

Mas o que está havendo neste País todo - estou presidindo esta Comissão, vocês me fizeram Presidente - mim não é para proteger empresa nenhuma nem o governo. Para mim, muitas delas têm

culpabilidade, tanto empresas privadas quanto dirigentes públicos. São exceções. Não é a regra geral.

Agora, o que está se dando na Bahia e no Brasil, - V.S^a deu um esclarecimento muito grande hoje - é que algum preposto, algum órgão, algum Deputado, algum Prefeito, e, sobretudo as empresas, chegam para determinada prefeitura dessas e diz: "Prefeito, sei que o seu município tem carência de mil casas. Poderei fazê-las aqui. Mas, para tanto - e isso já é feito através de um intermediário, apresentando um empresário ao prefeito, que já está comendo alguma coisa nisso -, é necessário que V.Ex^a, Sr. Prefeito, faça a doação do terreno e a infra-estrutura. Se V.Ex^a não fizer isso, em vez de fazer essas casas em seu município (mil casas), vou fazer em outro. E, além do mais, V.Ex^a será beneficiado politicamente, porque terá condição de indicar os mutuários, aqueles que vão adquirir a casa". O pior é que isso está incidindo infelizmente no preço das casas. Quer dizer, o mutuário, que é o povo, que paga imposto, é ao invés de ser beneficiado por essa verba, que é pública, quem está se beneficiando é meia dúzia de empresários. Isto é lastimável.

Estou querendo pegar, mas não consegui fazê-lo. Mas isso é negócio de colocar muita gente na cadeia. O sujeito está fazendo isso com a miséria do povo. Porque se não incidisse no preço da casa muito bem! Mas o pior é que continua incidindo. O empréstimo continua sendo de 720 UPCS para cada unidade dessas. Quer dizer, o povo paga o prefeito, paga a prefeitura, que leva a água, que leva a luz, que leva a estrada, que leva a rua, que faz a doação do terreno. Ganham com isso poucos empresários, ganham os dirigentes públicos: o Prefeito, alguns Vereadores, em detrimento da miséria do povo brasileiro.

Então, é uma questão difícil de a gente checar. Mas estamos procurando meios para chegar a isso, que infelizmente está acontecendo no Brasil. E o pior é que tenho o depoimento de alguns Prefeitos que dizem que no Ministério da Ação Social, ocorre o seguinte. Tal empréstimo é prioritário, contanto que seja a empresa tal que vá fazer a obra.

Quer dizer, chegamos, neste País, a essa situação. Não estou dizendo que seja o caso de V.S^a. Estou falando de uma maneira generalizada. Isso são exceções. Acredito que o sejam. Porque se isso for acontecer com todos os empresários, com todos os dirigentes públicos, só jogando uma bomba atômica neste País para começar tudo de novo. Acredito que sejam exceções.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - Senador Ruy Bacelar, por esse tipo de obra são muito poucas as empresas que se interessam. No PHAP mesmo, porque a margem de lucro é mínima. É isso que quis explicar a V.Ex^a. Se a firma não for muito especializada, se não tiver uma tecnologia e um planejamento muito grande, ele toma prejuízo nas obras.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Justamente. É por isso que as empresas estão forçando as Prefeituras a fazer a doação do terreno.

O SR. FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ - V.Ex^a pode estar certo que são poucas as empresas no Brasil que estão fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estão peitando os órgãos públicos para fazerem as infra-estrutura, quando já está embutido nesse preço de setecentas e vinte UPCS a infra-estrutura e a compra do

terreno, que se este País fosse um País onde houvesse mais lisura nas coisas, a empresa fazer. E não, através de mágica, dizer que vai melhorar a especificação da casa, vai aumentar o quarto de dez metros quadrados, isso em prejuízo do povo. Infelizmente, está acontecendo isso no País.

Vamos dar por encerrado o depoimento do Dr. Fernando Márcio Queiroz, ocasião em que lhe agradecemos os esclarecimentos que prestou aqui.

Convidamos, de imediato, o próximo depoente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, aproveitando também o intervalo já encaminhei à Mesa um requerimento de informações à Caixa Econômica Federal a respeito de obras financiadas por aquele órgão. Peço que V.Ex.^a, ouça a Comissão e, se ela concordar, encaminhar ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta Presidência já tomou conhecimento e vai agilizar a solicitação ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal do seu requerimento que solicita informações sobre obras financiadas em vários Estados, montante de financiamento, etc. Iremos encaminhá-lo ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

Dando prosseguimento à presente reunião, encontra-se presente o Dr. Naildo Carlos de Assis, Diretor da Empresa Construtora Mendes Carlos Ltda., que fará, de acordo com a legislação em vigor, art. 203 do Código Penal, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Para tanto, pedimos a V.Sa. que faça o juramento de praxe, solicitando a todos que permaneçam de pé.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Complementando o que diz o art. 203, do Código de Processo Penal, pedimos a V.Sa. que mencione o nome completo.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Naildo Carlos de Assis.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - 43 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado e residência.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Resido no Estado do Rio de Janeiro, à Rua Prof. Gastão Baiano, 575, apartamento 402.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Engenheiro Civil e exerce no País, em diversos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V.Sa. sabe o motivo porque está sendo convocado para prestar alguns esclarecimentos, que diz respeito à licitação para a construção do Hospital de Vila Paranoá, em Brasília? V.Sa., através de sua empresa, foi o vencedor da concorrência da obra, apresentando um preço de 7 bilhões, 161 milhões 155 mil e 379 cruzeiros, sendo que antes de V.Sa. aqui estiveram 3 empresários com os seus esclarecimentos, alegando que apresentaram preços menores na certeza de que fariam a obra e mesmo assim teriam lucros? De acordo com o edital, baseado no preço-base oculto, sigiloso,

a sua empresa ganhou porque foi a que mais se aproximou da variação do preço-base, de acordo com o parâmetro para mais, no caso específico, para menos.

Esta Presidência gostaria de saber se a concorrência foi homologada e se os trabalhos já foram iniciados.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Perfeitamente, a obra já está iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quando começou?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Aproximadamente há 30 dias. Não tenho a data exata da Ordem de Serviço.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Que trabalhos já foram executados?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Está sendo feito a toda a instalação da obra, toda a terraplanagem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O canteiro da obra.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - O canteiro e já iniciamos também as sondagens do terreno.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sendo assim, esta Presidência concede a palavra...

O SR. AFFONSO CAMARGO - V.Exa. veja que eutinha razão. Eu dei uma informação correta, isto é que a obra já tinha se iniciado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, teve uma informação do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Brasília de que a obra não tinha sido começada, mas o Diretor-Presidente afirma que já começou.

Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães, primeiro inscrito.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A empresa que V.Sa. representa ganhou a concorrência com um tiro digno de olimpíadas, na mosca. Quais os critérios de ordem técnica que a empresa de V.Sa. levou em consideração para chegar a esses preços, que fizeram com que acertasse praticamente o preço oculto que estava no edital que ninguém conhecia? Porque deve haver algum critério de ordem diferenciada, porque 5 empresas deram preços abaixo do preço que V.Sa. deu, aliás, 5 não, 6 empresas, porque uma foi desclassificada -, a HMG - 5 ou 6 empresas deram abaixo, sendo 3 delas quase à metade do preço vencedor.

Então, que ordem técnica poderemos ter aqui, quais as condições de saber, de sermos informados por V.Sa., que é técnico no assunto, como os outros que aqui estiveram, que levaram a esta discrepância tão grande de preço, e se todos que deram os seus preços mais abaixo afirmam que poderiam executar a obra com lucro. Onde está esta diferença em questões técnicas? Por que que o preço é tão diferente?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o depoente.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Eu não sei exatamente responder onde é que essa esta diferença, porque não posso opinar sobre o orçamento das outras empresas. Eu posso opinar sobre o da minha empresa. O da minha empresa foi chegado a esse preço por duas vias. A primeira, o levantamento minucioso da obra. O Departamento de Orçamento chegou a este preço e, segundo, pelo preço de mercado, hoje, da construção de hospital no País. Toda concorrência de natureza pública - e eu acompanhei diversas concorrências no País e constatei que o preço corrente está, hoje em torno de 1.200 a 1.500 dólares para a construção de um hospital.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O preço estabelecido pela firma de V.Sa. feito no mínimo dessa variação de 1.200, 1.500 dólares, não foi no máximo.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - O nono preço, a época da licitação, estava em torno de 1.190.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - 1.190 dólares?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - É. Abaixo, um pouquinho abaixo, inclusive, do preço de mercado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Tomando por base, então, a média de preço dos hospitais que estão sendo construídos pelo Ministério da Saúde em outros estados.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Perfeitamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Daí, foi a base para o tiro ser tão certeiro?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Eu não chamaria um tiro certeiro, foi a base para eu ser classificado...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ed digo tiro certeiro porque na realidade foi. Não é nada pejorativo. V.Sa. acertou praticamente na mosca. Se o índice do Ministério era de 25,00 o de V.Sa. foi de 5,007, então, eu digo, foi um tiro na mosca.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Se os Srs. Senadores virem os preços das concorrentes verão que pelo menos 5 firmas acertaram praticamente na mosca.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Como é?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Pelo menos 5 firmas acertaram perto desta mosca que V.Exa. fala.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pelo quadro que tenho, há duas que ficaram mais perto da mosca. A Estacom e Embrocom foram desclassificadas e a outra perdeu por pouco. Mas, a Estacom e a Embrocom apresentaram orçamentos de 6 bilhões e 728 uma e a outra com 6 bilhões e 573, essas foram desclassificadas. Erraram o alvo...

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - V.Exa. vê que tem...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Porque das concorrentes, somente duas: uma na mosca e a outra vinha acertando no número 9. Esse foi próximo da mosca. Nós gostaríamos de saber o que levou o Ministério ou a Fundação a estabelecer esse preço-base. Os critérios da Fundação devem ter sido muito assemelhados aos critérios que a empresa de V.Sa. levou a também dar, a oferecer esse preço à concorrência.

Os critérios da Fundação devem ter sido muito assemelhados aos critérios que a empresa de V.Sa. levou também a dar, oferecer esse preço na concorrência, os critérios devem ter sido mais ou menos esses porque para chegar a tal semelhança precisaria ter um tipo de critério técnico, não que conhecesse, mas um critério técnico que levasse a empresa de V.Sa. a oferecer essa proposta com preço assemelhado àquele a que chegou a Fundação ou ao Ministério da Saúde para estabelecer o preço oculto. E até agora não conseguimos saber exatamente quais foram os critérios de ordem técnica que chegaram a esse preço oculto.

Por isso, pergunto a V.Sa. se poderia nos ajudar dizendo quais foram os critérios, qual foi a fórmula, tenho que me socorrer do Senador Affonso Camargo - parece que se precisa saber como se chega a esse "p" V.Sa. poderia dar uma explicação de ordem técnica, como a empresa de V.Sa. chegou a esse "p".

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Senador, só existe uma fórmula para se chegar a um preço: é levantando todos os quantitativos, colocando preço em todos eles e sobre esses preços por a sua margem de lucro. Sou engenheiro desde 72, e só conheço essa fórmula. Não existem critérios para se fazer um orçamento. O orçamento só se faz...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Qual foi a margem de lucro da empresa?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Está em torno de 32%.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - 32%?

Veja V.Sa. que o que perdeu tinha margem de lucro de 15%.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Cometi um equívoco quando estava discutindo esses cálculos que deveríamos expedir para a Comissão, não é do "p"...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É do "v".

O SR. AFFONSO CAMARGO - O "p" é o preço final estimado por proponente. Vou fazer a minha intervenção agora para poupar tempo. Evidentemente que não esperávamos do nosso depoente algo diferente do que ele está dizendo, até porque um empresário do se porte, um engenheiro, visivelmente inteligente... A grande dúvida que temos é se ele atirou na mosca e acertou ou se puseram a mosca na ponta da sua espingarda. Essa a dúvida que temos. Evidentemente que ele não iria declarar aqui que recebeu a informação do preço para dar o preço dele.

Então, só para encerrar, parece-me que no depoimento o que ele falou de importante é que já começou a obra, conforme lamentamos, porque um fato que está ainda sendo discutido aqui, dentro de uma linha ética deveria aguardar as nossas decisões finais. Agora, inclusive, já sabemos que o Tribunal de Contas é contra esse tipo de edital. É de lamentar que a obra tenha sido iniciada, isso é uma informação importante. Acho que no resto vamos ficar aqui ouvindo S.Sa. dizer que fez os cálculos e que foi uma incrível coincidência ter dado 5,007. Porque S.Sa. não pode dizer outra coisa. Não pode dizer outra coisa.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Senador Affonso Camargo, V.Exa. tocou num ponto nodal... perdoe-me, Senador Jutahy Magalhães.

Com essa discussão toda, que tem sido até exaustiva realmente, como se define o valor de "v"?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Por isso, estou pedindo as informações de como a empresa dele chegou a esse valor?

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Mas a nível do órgão público. Ele quer ter lucro, é empresário...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ele deve ter feito seus cálculos, deve ter alguma fórmula também para os cálculos. Então, quero saber como é que ele fez o cálculo porque aí temos uma base de como é que o órgão também deve ter feito.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Com todo o respeito, estou muito preocupado em saber como é que o órgão... e quem é o responsável?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Também acho que o principal pelos menos hoje é isso.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - E saber quem é o responsável.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Por isso pedi que a Assessoria fizesse esse levantamento.

O SR. RELATOR (Elcio Alavres) - Senador Jutahy Magalhães, o importante é sabermos quem é o responsável pela homologação desse valor "V".

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou curioso em saber como é que os cálculos foram tão aproximados um do outro.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas se V.Exas. me perdoem, o Secretário de Saúde esteve aqui e se responsabilizou pelo preço, disse que era o responsável por tudo. No momento que nos disse isso, está nos Anais.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ele é responsável. Mas alguém fez esses cálculos. Então temos que buscar mais do que alguém, acho que devemos averiguar como foi feito, como se chegou a esses números.

Um dos pontos que vemos aqui, pelo menos para mim como lei-go, há uma certa forma e fico estranhando que o lucro embutido no preço do vencedor foi muito acima, quase o dobro ou mais do dobro, daquele que perdeu, está aproximado, chegaram a preços bem diferentes. Se um valor desse dá uma diferença de quase 15%, então os preços, os cálculos de preços, de custos da obra em si foram bem diferentes, muito mais do que essa diferença que aparece aqui no final da concorrência.

Acho que os cálculos foram feitos de maneira, de fórmula diferente. E o cálculo certo foi o da empresa vencedora. Esse calculou bem próximo e chegou a um preço, um preço que foi o vencedor. Não sei se ele poderia nos dar alguma informação de ordem técnica de como chegou a esse preço. A planilha está aí, podemos mandar verificar e fazer uma conferência com aquilo que obtivermos da repartição encarregada de fazer o preço. Era apenas uma curiosidade.

Desde o início fiquei preocupado porque todos dizem que poderiam fazer a obra, e o Estado, a União, em si saiu perdendo mais de 3 bilhões de cruzeiros. Acho que isso é importante num País de desperdício como o nosso. E temos que buscar uma maneira, essa decisão do Tribunal é importante, não é a que vai resolver todos os problemas, mas é importante. Mas, temos que buscar sempre maneiras para evitar essa diferença, que ganhem concorrências aqueles que apresentam um preço muito acima de outras que estão capacitadas para isso. Por isso insisto, estou com o Senador Alfonso Camargo. Tem que se fazer primeiro a escolha daquelas empresas que têm condições financeiras, de idoneidade e técnicas para participar da concorrência, daí partir para o menor preço.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Gostaria de formular algumas perguntas ao Dr. Naildo, Presidente da Empresa Mendes Carlos, que já conheço do meu Estado por lá já ter executado várias obras.

Essa ordem de serviço para início das obras do Hospital Paranoá foi expedida pela Secretarie deSaúde ou pela Secretaria de Obras do ODF?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Senador, não posso lhe responder essa pergunta. Não sei exatamente, porque a minha sede é no Rio de Janeiro e esse pequeno detalhe não atentei. Mas deverá ter sido dada pela Secretaria de Obras.

O SR. NABOR JÚNIOR - Mas já foi dada a ordem de serviço para o início da obra?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Já foi dada a ordem. Perfeitamente.

O SR. NABOR JÚNIOR - Há cerca de 30 dias?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Perfeitamente.

O SR. NABOR JÚNIOR - Bom, além dessa obra que a Mendes Carlos está executando aqui em Brasília, há outras obras também contratadas com o Governo Federal, Governos Estaduais? Poderia discriminá-las.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Em Brasília?

O SR. NABOR JÚNIOR - Não. No País todo.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - No Acre, por exemplo, estamos fazendo uma agência do BASA...

O SR. NABOR JÚNIOR - Em Brasília?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Em Brasília estamos executando obras de pavimentação, urbanização, empreitado com uma outra empresa, com a Construtora EGO, que V.Exa. conhece também. Em Natal estamos fazendo escolas. No Rio de Janeiro estamos construindo uma cozinha industrial de grande porte. Aqui em Brasília fizemos diversas obras para a Fundação Educar; algumas concluídas, e outras em conclusão. Em Tocantins estamos construindo prédios; temos diversas obras no País.

O SR. NABOR JÚNIOR - Mas normalmente são obras pública contratadas?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Praticamente obras públicas. Nós só trabalhamos para obras públicas. Fizemos empreendimentos há tempos, mas paramos.

O SR. NABOR JÚNIOR - Nessa área específica de hospitais quais as obras que a empresa já executou?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Construímos em Rio Branco, fizemos a ampliação e a reforma da Maternidade Bárbara Eliodora; fizemos hospitais em Mancio Lima; no Rio Grande do Norte construímos dois hospitais.

O SR. NABOR JÚNIOR - Quer dizer, que a firma já tem bastante experiência...

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Tem, graças a Deus.

O SR. NABOR JÚNIOR - ...na construções de hospitais?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Tem sim.

O SR. NABOR JÚNIOR - Perguntaria também a partir de quando o ex-Deputado Narciso Mendes desvinculou-se da firma.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - A data precisa não tenho, mas o aditivo contratual foi feito muito perto da sua primeira eleição, da sua primeira incursão na vida pública.

Não sei precisar a V. Exa. se imediatamente antes ou imediatamente depois, mas muito próximo de 1982.

O SR. NABOR JÚNIOR - Isso em função, também, daquele dispositivo constitucional que proíbe parlamentares de celebrar contratos com a União, Estados e Municípios.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - É possível.

O SR. NABOR JÚNIOR - Outra coisa, essa obra que a empresa está executando aqui é por administração própria, ou foi contratada alguma outra empresa para executar alguns estágios da obra?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - A empresa está executando.

O SR. NABOR JÚNIOR - A empresa é que está executando. Essas outras obras todas também estão sendo executadas pela própria empresa? Não subempreitou nenhuma obra dessas.

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Perfeitamente. O que subempreitamos são os serviços especializados. Por exemplo: para sondagem vai contratar uma empresa especializada em sondagem; esquadria, tenho que contratar esquadria mas, de maneira geral, será administração nossa.

O SR. NABOR JÚNIOR - A firma já está com escritório montado aqui em Brasília, com todo o equipamento necessário para a execução dessa obra?

O SR. NAILDO CARLOS DE ASSIS - Perfeitamente.

O SR. NABOR JÚNIOR - Era o que tinha a indagar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Senador Elcio Álvares, Relator.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Era importante também conhecer a projeção da firma, inclusive tivemos cuidado com a VIA Engenharia S/A, porque agora, dentro daquele raciocínio do Senador Afonso Camargo, abonado inteiramente pelo Senador Jutahy Magalhães, acho que é muito importante a apuração do ponto "VIA" Engenharia S/A, porque toda a discussão vai girar em torno de se o preço realmente avaliado para ser o referencial da concorrência, foi feito de maneira correta. Se não o foi, aí sim, em relação à coisa pública, houve, inevitavelmente, um furo muito grande pela disparidade de preço.

Estou verificando aqui, e o problema de concorrência me pareceu um capítulo apaixonante pelo depoimento do representante da VIA, Engenharia S/A; o problema de qualificação da empresa é importante. Já vivemos isso, o Senador Gerson Camata que está aqui conosco, sabe que ao Espírito Santo é um Estado muito sacrificado nesse aspecto, porque lá é bem diferente. Estou ouvindo o Senador Ruy Baccelar e o Senador Jutahy Magalhães do Estado maior que é a Bahia, mas no Espírito Santo é uma tragédia. Quando existe uma concorrência de qualquer ordem, já se sabe por antecedência, e não adianta porque todos que participam da concorrência, qualquer que seja o critério de preço, oculto ou declarado, já divide de tal maneira, que o Estado não tem condições de, evidentemente as pequenas empresas se tornam satélites das grandes empresas. Até me surpreendi, outro dia, lendo na "Folha de São Paulo", que construíram um hospital lá no Espírito Santo. Tomei um susto, porque a empresa que foi declarada eu nem sabia que existia por acaso, depois explicaram que o mecanismo alocado lá, empresas locais, trocaram. Então, acho que para nós, especificamente, nesses problemas, é fundamental saber-se apuração do ponto. A partir daí, fazemos todo o liame, todo o nexo dos depoimentos que passaram por aqui.

Sr. Presidente, eu me restrinjo somente a este comentário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Os Srs. Senadores desejam arquir o depoente? (Pausa.)

Podemos liberar o depoente para tratarmos aqui, rapidamente, sobre outros assuntos nossos que foram objeto de nossa convocação, pelo adiantado da hora e num gesto de patriotismo.

Obrigado, Dr. Naildo Carlos de Assis.

O assunto que ficamos de deliberar é a respeito da convocação imediata do Sr. Ministro da Saúde para a próxima semana, se S.

Exa. tiver condições de estar aqui presente. Fizemos uma série de alegações a respeito da necessidade de convocá-lo, já que achamos, juntamente com a Assessoria, que temos os pontos básicos importantes para arquir o Sr. Ministro - daí já ter exposto e ter colocado em deliberação.

O Senador Gerson Camata criou um obstáculo, alegando a necessidade de convocar antes o Sr. Galindo, já que havia sido sugerido pelo Senador Divaldo Suruagy. Entretanto, o próprio Senador, na reunião última, nos disse que seria mais importante, que, ao invés da presença do servidor aqui, se fizesse um questionamento por escrito a S. Sa. Mas, ontem mesmo, eu estive com o Senador e disse que de acordo com a reportagem da Revista "Isto É Senhor", que diz que quando perguntaram ao Sr. Galindo por que a presença dele em Belo Horizonte, em contato com os Prefeitos de Janaúba, de Ouro Preto e de Teófilas, se não me falha a memória, ele alega, nessa reportagem, que lá estava a serviço do próprio Ministério, orientando os Prefeitos como deveriam proceder na licitação da obra e como melhor empregar o dinheiro público na confecção daqueles empreendimentos.

Então, achamos que se fizermos essa solicitação ao Sr. Galindo, ele iria nos responder da mesma maneira. E até há pouco tempo, antes dessa degradação quase completa, no meu entender, esse servidor estava de fato - ou deveria estar -, como diz, prestando um grande serviço ao País e ao Ministério. Mas, como chegamos a esse ponto de ninguém acreditar em mais ninguém neste País, o Senador Gerson Camata acha necessário arquir-lo primeiro.

O SR. GERSON CAMATA - V. Exa. me permite? É que no depoimento dos três prefeitos apareceu esse nome que, naquele momento havia me fugido da memória: o do Dr. Galindo. Sempre acreditei que o procedimento que tivemos hoje aqui, quando primeiro se ouviu as empresas que perderam, porque elas poderiam ter feito um libero acusatório e, no final, se ouve a ganhadora, caso surgisse a acusação, para levar.

Para ouvir o Ministro, creio que a Comissão tem de estar instruída de todos os detalhes para depois chegar a S. Exa. Se as respostas que o Sr. Galindo deve encaminhar aqui, não chegaram, faltará subsídios para o interrogatório do Ministro. Essa a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Quero esclarecer que a própria Presidência, juntamente com o Senador Divaldo Suruagy, que foi quem teve a lembrança, chegou à conclusão da desnecessidade de o Sr. Galindo vir aqui, como também responder aos questionamentos que fossem feitos a S. Sa. já que na "Isto É Senhor" desta semana, ele fez claramente que lá esteve a serviço da repartição, cumprindo um dever patriótico de orientar os Prefeitos como deveriam. Ele disse que o próprio Ministério o mandou, e já que o Ministro é responsável, sobretudo no regime presidencialista que vivemos hoje, acho que ele é o responsável, ele é que é o chefe - ele é o Presidente da República - de todos os desmandos que possam haver neste País na área federal. Eu penso assim; se não escolheu bem, deveria tê-lo feito os Ministros, seus subordinados ou seus assessores...

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, não estou obstaculando de jeito nenhum, mas acho que se houver qualquer indicio no envolvimento de qualquer Ministro, qualquer autoridade, esta tem de ser chamada. O que acho, pelas informações do Sr. Galindo, é que ninguém, nenhum dos Prefeitos citou o Ministro. Seria muito interessante

para fundamentar o interrogatório de S. Exa., porque o meu temor, quando ocorre uma CPI aqui, - e até andei analisando, toquei nisso aqui, em alguns países onde as CPIs funcionam, elas são secretas, só se conhece o resultado depois. É que a nossa CPI, por exemplo, não caia na galatice dessa tal de CPI do Narcotráfico, que virou uma galhofa nacional, uma palhaçada pelo País a fora, aquele monte de Deputados correndo, com um monte de pivetes, da Polícia Federal, atrás um monte de alcaçuetes, desmoralizando o Congresso Nacional.

Olhem o resultado dessas CPIs: há parlamentares irresponsáveis à frente daquilo. Está uma galhofa. Agora, já estão até convidando a CPI para ir ao Rio de Janeiro ver lá onde é que se distribui a maconha, nas bocas de fumo. É uma palhaçada o que vão fazer com o Congresso Nacional, e o Parlamentar que está sendo acusado, vai ser absolvido agora no Supremo, porque ele já está absolvido lá no negócio de carro, que não tinha nada a ver. Vejam para onde estão levando a CPI, e o Congresso Nacional atrás.

Então, acho que a nossa CPI vai ter de caminhar por caminhos assim, ser prudente, porque quando ela envolve ela envolve e amarra. Por isso é que desde o início eu dizia: "Vamos mudar a legislação, porque é o fundamental que a gente pode fazer, pois ninguém vai chegar aqui dizendo que deu, nem dizendo que recebeu. Até agora, não conseguimos, efetivamente, que ninguém dissesse isso aqui.

O que está acontecendo é que o Executivo, correu na frente e remeteu esse projeto de lei que está chegando hoje aqui, o que é uma função que deveria sair daqui. Acho até que deveríamos pedir ao Presidente da Casa, para sustar a tramitação desse projeto que veio do Executivo - porque nós podemos emendá-lo, refazê-lo aqui, nesse setor das concorrências. Se bem que ele não toca muito ali, pelo que vi no jornal, até agora.

Mas, enquanto ficamos aqui discutindo, o Executivo se antecipou na manifestação desse projeto; deveria até requisitar que ele viesse para cá, para que, à luz daquilo que recolhemos aqui, ele pudesse refazê-lo na nossa Comissão, porque é ela que está tratando desse assunto. O meu temor é que ocorra com todas as CPIs isso que está ocorrendo na CPI do Narcotráfico.

Vejam V.Exas., que um Parlamentar disse o seguinte: 93% do povo de Rondônia está envolvido com narcotráfico. E já veio outro dizendo o seguinte: que a melhor maneira seria tirar os 7% que estão inocentes e fazer uma cadeia em volta de Rondônia, quer dizer, estão desmoralizando o Estado de Rondônia, por conta desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacerlar) - Veja V.Exa., que os trabalhos desta Presidência e da Comissão vão ao encontro da sua preocupação. Temos tido a prudência maior possível de não querer aparecer, de maneira alguma. Inclusive, o receio de cometer injustiças com quem quer que seja. Entretanto, essa sua preocupação também é minha. E eu, inclusive, levei isso à consideração da Assessoria que está nos dando apoio aqui e já conversei com alguns Senadores, do momento, de convocar o Sr. Ministro, porque uma autoridade tem muitos afazeres. Entretanto, a Assessoria, baseada em fatos, em documentos, em dados, acha que é a hora certa, é o momento certo, é o momento exato de convidar o Sr. Ministro.

Além do mais, só essas manifestações do Ministro, pelo menos, publicadas nos jornais a respeito da construção de CIACS merecem todo

o nosso aplauso, pois vai fazer uma economia para o Brasil, de imediato, da ordem de 5 bilhões de dólares. Só isso, além de outros problemas, carece a presença do Ministro para esclarecer, inclusive, e ter a nossa solidariedade e o nosso apoio, para que S.Exa. tenha a força necessária para, juntamente conosco, dar um basta na corrupção que existe.

O SR. GERSON CAMATA - Exa., ser honesto é obrigação de S.Exa. A Comissão é para trazer aqui quem errou. No caso, se ele está certo, tem o dever de ser honesto.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacerlar) - Mas, justamente, por isso. Pelo menos, S.Exa. - pelo menos, acredito na sua honestidade - poderá, aqui, dizer, com a maior clareza, que foi pressionado por outros e aqui dar os nomes dos corruptos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, já digo contrário: há tão poucos honestos, que vamos ter que chamá-los aqui, para elogiá-los.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacerlar) - Baseado nisso, acho, indo também ao encontro da Assessoria, que está na hora de convocarmos o Ministro. A não ser que V.Exas. decidam ao contrário.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacerlar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, data vémia do Senador Gerson Camata - acho que chamar aqui, o Dr. Galindo no momento, é bater em ferro frio. Ele virá para cá dizer o que disse na revista, e vamos ficar como hoje, nesse depoimento, dando voltas sem chegarmos a nada.

Mas, quanto a vinda do Ministro, manifestei a V.Exa. a minha preocupação de que não se faça uma convocação para dar notícias, para ser noticiário de jornal. Façamos uma convocação, se estivermos em condições de tirarmos do Ministro as informações que interessam realmente a esta CPI, de obras que estamos tratando.

Lí a reportagem, V.Exa. me chamou a atenção para ela. Procurei lê-la, como li também a da Veja. A minha preocupação é a de que se não tivermos fatos, dados, informações diferentes, acontecerá o que já aconteceu com aquele representante da Sudene, na reunião com os Governadores do Nordeste, em que se diz que foi procurado por um empresário que quase o achou no seu gabinete, mas que tinha recusado não sei o quê, etc.

Então, quando foi chamado à responsabilidade, inclusive, segundo os jornais, pelo próprio Governo, ele disse que não ia dar nome de ninguém, porque ia ficar a palavra dele pela do outro. Então, ele não iria dar nome de ninguém. Espero que isso não ocorra, aqui.

Acho que a Assessoria informa que já tem informações suficientes para convocar o Ministro. Se tivermos, ótimo. Agora, não façamos nada para sermos notícia. Tenho muito medo dessa vinda de Ministro, que da muita televisão, dá muito fotógrafo, mas, na prática, dá muito pouco, porque ele vem aqui com a idéia de não dar as informações que estamos querendo colher.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - V.Exa. me permite uma intervenção?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Dentro do espírito da própria CPI, tivemos um debate, e V.Exa. também esteve presente na CPI da Previdência, inclusive quando seriam convocados a Ministra Zélia Cardoso de Mello, o Ministro Rogério Antônio Magri, e tal. Naquela ocasião, fomos examinar a Constituição, inclusive a possibilidade de um Ministro não vir, porque colocou obstáculos para não vir, etc.

A convocação de um Ministro, dentro da problemática constitucional, apesar de todo o poder que tem a CPI, porque ela tem o efeito até de órgão semelhante ao do Judiciário, pois envolve uma série de problemas. Mas não é isso que vem ao caso. Acho que poderíamos também resguardar esse posicionamento, já que esta Comissão tem tido a maior dignidade possível no tratamento de um assunto que seria palpitante, se ganhasse a acústica ou as luzes da divulgação. Mas estamos trabalhando no sentido de perseguir a verdade ou identificar um fato determinado: O que, realmente, traz o Ministro para ser convocado? Confesso, sinceramente, que só agora estou tomando conhecimento da convocação de S.Exa. Portanto, gostaria de examinar. E quero trazer um esclarecimento ao Senador Jutahy Magalhães: outro dia, em uma conversa lateral quando estava no exercício da Liderança, falou-me que vários requerimentos seus não tinham sido respondidos e que aquilo era um desapreço à Casa. Fui solidário com S.Exa. e procurei verificar, então, quais seriam os requerimentos - e aí, também, veio à luz o fato de a nossa Comissão não ter tido uma resposta diante de um pedido de informações - e constarei que, em relação ao Senador Jutahy Magalhães, o Ministro já havia mandado a informação sobre a construção desses projetos de creches, que era o seu pedido, se não me engano, ao Ministro - "Projeto Minha Gente", não é?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Aí é que está o problema: o Ministro Alcení Guerra respondeu o meu requerimento, mas não no ponto que considero básico.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - V.Exa. me falou isso. Mas parece que ele teria dado uma resposta a V.Exa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ele deu uma resposta ampla. Foram vários quesitos, e S.Exa. deu uma resposta ampla. O que faltou informar, se S.Exa. vier aqui, na próxima quinta-feira, vou fazer esta observação direta ao Sr. Ministro.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Certo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É se a firma que está fazendo o projeto para a construção dos CIACs teria se submetido a uma concorrência pública e qual o preço. E isso ficou sem resposta.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - A informação que o Ministro me deu foi que teria respondido ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Isso ficou sem resposta. Mas existem outros projetos. Inclusive, recebi, em minha residência, telefonema do Secretário da Presidência, Marcos Coimbra, não digo pedindo desculpas, mas explicando porquê ainda não tinha respondido ao requerimento e solicitando mais prazo para responder. E tem outros ainda também sem resposta.

O Ministro Marcos Coimbra soube que eu ia apresentar, naquele dia, em plenário, uma reclamação desta Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Eu tomei a iniciativa porque V.Exa. falou consigo. É um desapreço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Naquele mesmo dia, recebi a resposta da Ministra Margarida Procópio; depois, recebi não só o telefonema, como um ofício do Secretário Marcos Coimbra, informando-me e explicando uma série de coisas.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Acho que é dever do Executivo esclarecer os pedidos de informações.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas tem também o Ministério de Infra-Estrutura e vários outros que não responderam ainda principalmente aqui da CPI.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Só para fechar minha intervenção: Quanto à CPI, eu não sei; vou perguntar isso ao Presidente. O Ministério informou-me de que já teria sido oficiado ao Presidente Ruy Bacelar o pedido de informações feito pela CPI. Então, era importante esclarecer isso, porque num dos itens de convocação do Ministro, consta o desatendimento ao nosso pedido de informações. Evidentemente, se o Ministro não atender, é um motivo para que nós o convoquemos. Mas, como houve essa informação, que a assessoria do Ministro me passou, gostaria depois que fosse verificado se realmente já chegou à Casa o expediente do Ministério da Saúde, versando sobre o nosso pedido de informações.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Para concluir, Sr. Presidente, eu quero falar que não sou contra a convocação do Ministro. Acho que a Presidência, com a Assessoria, deve pesar e verificar se estamos em condições de convocá-lo de imediato ou não, porque a minha preocupação - sempre afirmei a V.Exa. - é que os Ministros devem ser normalmente para o final, quando o assunto já está bem esclarecido e nós possamos amarrá-lo naquele novelo que foi sendo criado aqui no decorrer dos trabalhos.

Agora, se V.Exa. achar, juntamente com a Assessoria e com o Relator, que nós estamos em condições já de convocar o Ministro, tudo bem! Que S. Exa. venha na próxima quinta-feira.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Outra coisa que me ocorreu é que nós estamos discutindo o ponto "v", seria um dos assuntos realmente importantes a Comissão trazer ao conhecimento do Ministro, através de sua convocação, a idéia concreta de que o ponto "v" apurado na construção do hospital do Paranoá foi superestimado.

Eu acho que deveríamos raciocinar também, dentro dessa idéia, que deveremos arrolar os fatos para o desfecho final de um depoimento a nível ministerial. E, conforme falou o Senador Gerson Camata, tudo aquilo que viesse surgindo na Comissão, para criar o nosso raciocínio final, nós iríamos considerar na apreciação da convocação do Ministro Alcení Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de conceder a palavra ao Senador Alfonso Camargo, eu quero dizer ao Senador Elcio Álvares o seguinte: em relação ao preço-base calculado pela fundação, a gente tem que deixar bem claro - e o Secretário de Saúde disse aqui, com a maior clareza possível - que ele e seus assessores eram responsáveis pelo preço-base ao público, que foi feito pela sua Secretaria, e que ele acreditava, inclusive, que ninguém tinha tido conhecimento. Isso está aí transcrito.

Então, o Ministro nada tem a ver, porque o Secretário assumiu. Como é que vamos levar à consideração do Ministro numa coisa dessa? A não ser que convoquemos novamente o Secretário.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - V.Exa. me perdoe, mas o que o Senador Affonso Camargo está querendo, com muita objetividade, é saber como é que calcularam o "V". Agora, o problema da verba, nós temos que discutir é com o Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas isso é com o Secretário, não é com o Ministro

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Mas a verba é do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas o responsável é o Secretário. Foi o Secretário, e não o Ministério, que fez o orçamento. Não foi o Ministério que fez o orçamento, não foi o Ministério que o calculou, é

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - A verificação da responsabilidade é evidente que seria do Secretário, que assumiu. Agora, como a mecânica me parece estar sendo usada de modo errado, o dinheiro público está sendo jogado fora, o Ministro tem uma responsabilidade maior...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O que nós não podemos é parar o andamento da CPI em face de um preço que não é fácil de calcular.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Ninguém falou em parar. Nós vamos apurar independentemente e, paralelamente, nós continuamos a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - É algo que pode levar 20 dias ou 30 dias, eu não sei.

O SR. GERSON CAMATA - Se V.Exa. me permite, eu tenho aquelas convocações lá do Espírito Santo, que estou encaminhando a V.Exa. Vou ouvir o delegado do Banco Interamericano de Desenvolvimento, aqui em Brasília e o Presidente da firma CAB. É uma licitação fraudada já provada. Não precisaria nem convocá-los, era só indicá-los, porque há documentos para isso. Mas, como existe o chamado direito de defesa, nós vamos convocá-los para que se defendam. Estou encaminhando essas três convocações, que são fundamentais em cima daquele caso.

Lá, no Espírito Santo, V.Exa. soube, houve até o caso Mandela, agora, que se enquadra nesta CPI. Eles gastaram dinheiro para reformar o quarto em que o Mandela ia dormir, sem licitação: três milhões e meio.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, vamos por partes. Eu gostaria, primeiro, com relação ao tema de hoje, de saber se ainda a Comissão poderia tomar alguma iniciativa eficaz em termos de fazer essa eventual defesa do dinheiro público. Nós não estamos convencidos da lisura dessa concorrência. Então, seria possível, sob o aspecto legal, sustar a obra? Estou perguntando, porque não sou advogado e acho que a Comissão tinha que estudar isso. Ou, então, se alguém vai entrar com uma ação popular. Em termos de CPI, o que é possível fazer ainda, até porque V.Exa. estava absolutamente convencido que a obra não tinha sido iniciada e isso deve ter frustrado muito a expectativa de V.Exa.

Quero até deixar isso para que se veja depois.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Seria interessante nós verificarmos o teor do nosso ofício encaminhado ao Secretário, frejat porque parece que nós não nos envolvemos com o andamento da obra em

si. Entendíamos até que, se regular a concorrência, me parece já ter aí um pano de amostra bem significativo, e o Tribunal de Contas tomaria a iniciativa necessária.

Agora, não me lembro dos termos. Foi um ofício até muito bem redigido...

O SR. AFFONSO CAMARGO - O que estou propondo é que se veja o que se pode fazer ainda, até para se chegar à conclusão de que não se pode fazer mais nada.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Parece que alguém queria que nós falássemos se a obra podia continuar, e o Presidente entendeu, na ocasião - e a assessoria também - de que não era competência nossa. Houve até um ofício muito bem redigido, de parte da Presidência. Tenho a impressão de que se nós também não mandamos tocar a obra, também não afirmamos que a mesma devia ser paralisada.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Nem mesmo nós poderíamos paralisar a obra. É que houve um fato novo, que é o da decisão do Tribunal de Contas. Só por isso. Saber junto ao Tribunal, conversar se é possível ainda se sustar a obra...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Desejo esclarecer o seguinte: depois que o Sr. Secretário aqui esteve nos encaminhou um ofício colocando-nos na parede - o linguajar é este, falando terra-a-terra - e responsabilizando-nos pelo andamento, pelo começo da construção do hospital ou não, alegando que os habitantes de Paranoá eram carentes e necessitavam urgentemente desta obra.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Isso tudo no plano ético, Sr. Presidente, mas estou analisando no plano legal.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, respondemos dizendo que não nos cabia dar prosseguimento ou não à licitação, e sim a ele que abriu a concorrência.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Está perfeito! Mas quero dizer o seguinte: em decorrência da decisão do Tribunal de Contas, consultado este Tribunal, conversar na área legal, talvez seja possível se fazer alguma coisa, até para ficarmos com a consciência tranquila...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Darei conhecimento ao Secretário dessa medida ainda hoje...

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - E aí passa a ser um problema dele.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acredito que ele vai mandar sustar. Acredito não, quero crer.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Li a decisão do Tribunal de Contas da União, que é perfeita dentro do nosso raciocínio de moralização das concorrências, mas ela deixa muito claro que o decreto vigente, que atualmente regula o problema de licitação e concorrência, ele está vulnerável no que tange a melhor lisura na apuração. Tanto que há uma recomendação expressa, aliás, não conheço o texto do decreto. Vou lê-lo agora, dizendo o seguinte:

"Há possíveis estudos naquele âmbito da Administração Federal, no sentido de identificar a conveniência e a oportunidade de ser revisto o disciplinamento constante do art. 7º do Decreto nº 30, de 7/2/91".

Evidentemente, esse decreto está vulnerado em razão da consulta. Agora, quero saber por inteiro até onde há fragilida-

de do texto do decreto, permitindo a ocorrência de fatos como esse que estamos examinando e que se discute a lisura de um tipo de concorrência preço-base, que parece é uma modalidade de concorrência. É isso que estamos discutindo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, só para terminar, pois tenho um compromisso mais tarde, com relação à convocação do Ministro, a minha opinião é a seguinte: há vários fatos que estão sendo acompanhados pela Comissão que tem relacionamento com o Ministério da Saúde. O fato novo que me parece muito importante é exatamente essa denúncia, que se tornou pública da defesa que o Ministro fez de um preço menor e que não é uma coisa só superficial nem fantasiosa; inclusive ali se analisa que em decorrência disso as grandes empreiteiras não participaram da concorrência; as empreiteiras menores participaram da concorrência.

Então, acho que ele entrou no cerne do objetivo da Comissão, porque nós queremos modificar exatamente o sistema de licitação para que os preços sejam mais em conta para o Erário Público. E sob esse aspecto é que vejo quão é importante a vinda do Ministro, para que S.Exa. viesse colaborar, inclusive com a experiência que deve ter tido lá, porque vamos que hajam duas vertentes no ministério: a que luta pelo preço menor, que é do ministro, e a outra que luta pelo preço maior, que pode ser a vertente que levou a esse preço de sete milhões. Nós não sabemos. Tenho muita simpatia pela vinda de S.Exa., no sentido de colaborar com a nossa Comissão para chegarmos a algumas conclusões em matéria de melhoramento das normas da Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacular) - Quero, antes de concluir e conceder a palavra a alguns dos Srs. Senadores, dizer o seguinte: a Presidência está tendo o maior cuidado possível para não convocar quem quer que seja antes da hora certa. Em relação ao ministro, levei o problema à consultoria, aos assessores, inclusive criando obstáculos à vinda do ministro no momento atual, como eles, inclusive, argumentam, orientam, sugerem. Precisariamos, atendendo à orientação do Senador Jutahy Magalhães ter o cuidado necessário para não convocarmos o Ministro antes da hora. Já que não há número, quero dizer que, se V. Exas. entenderem por bem, poderiam deferir a vinda do Ministro. Eu e os Senadores Elcio Alvares e Jutahy Magalhães iríamos nos reunir com a assessoria; se possível, ouvir os demais membros da CPN e verificar se há cabimento na vinda do Ministro na próxima quinta-feira ou não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - No meu entendimento - e logicamente com a aquiescência do Relator - a decisão ficaria a critério de V. Exa, que é o Presidente. Estou aqui conversando informalmente e considero que já temos fatos, não para denunciar ministros, pois a intenção não é esta.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacular) - Não há esse interesse de forma alguma. Esse é apenas um esclarecimento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Ministro vem aqui informar o que a Comissão pode entender oportuno de esclarecer. Gostaria que V.Exa. ficasse responsável pela conveniência ou não da vinda do Ministro agora. Para não deixar de constar nos nossos Anais, e estou aqui graças à gentileza do nosso assessor e ex-companheiro da Câmara dos Deputados João Agripino, que lá está fazendo muita falta e estou tomando co-

nhecimento de uma resposta do Secretário da Saúde da Bahia a esta Comissão. Com aquele velho estilo baiano que já conhecemos, em vez de se defender, S. Exa. vem acusar. Creio até que está agindo corretamente, porque anulou uma concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacular) - Semelhante a esta de Brasília.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Exatamente, o concorrente acertou na mosca, mas não houve tanta espontaneidade. Houve um movimento na Assembléia, queixas, e etc. e anulou-se a concorrência. Mas no nosso estilo da política baiana, principalmente, quando é dirigida pelo atual Governador, S. Exa. diz que no tempo do PMDB que mandava no Governo, licitações foram feitas sem concorrência, mas esqueceu-se de dizer que, na sua administração, também houve muitas obras feitas dessa forma. Na Assembléia levanta-se esse ponto. O Governador, então, está brigando com um Deputado de Feira de Santana que está levantando esses licitações sem concorrência. E S. Exa. também acusa o atual Deputado. Conclusão: há uma troca de acusações sem se chegar a uma realidade. Para constar nos Anais, a realidade é esta: no Governo do PMDB fizeram obra sem licitação, mas no atual fazem o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacular) - Quero dizer a V.Exa. que estamos reiterando a solicitação feita e não cumprida. Essa resposta do seu Secretário é muito evasiva. Antes de concluir a presente sessão, quero, pedir que os Srs. decidam um voto de congraçamento com o Tribunal de Contas pela presteza como atendeu à consulta da Comissão, e, da maneira como foi decidido, creio que prestaram um grande serviço ao País.

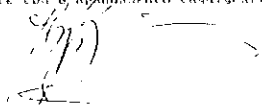
Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Ata da 7a. Reunião, realizada em 28 de agosto de 1991.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e um, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, na sala 08 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacular (Presidente), Elcio Alvares, Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro, Nabor Júnior, Affonso Camargo, Gerson Canata, Magno Bacular, Divaldo Suruagy e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "Investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". O Senhor Presidente declara aberta a reunião e convida o Senhor Senador Magno Bacular para secretariar a Comissão, devido ao Relator estar ausente naquele momento. A presidência comunica que a reunião tem por objetivo a realização de trabalhos internos, dando conhecimento aos membros da Comissão sobre os órgãos que atenderam e os que estão providenciando as solicitações da Comissão. A Presidência leva ao conhecimento dos Senhores Senadores a convocação do Senhor Eujácio Sinões, Deputado Estadual e Líder do Governo da Bahia, para prestar depoimento perante a Comissão no dia seguinte a esta reunião. O Senhor Deputado justificou, entretanto, a impossibilidade de seu comparecimento, sugerindo a data de cinco de setembro do corrente no mesmo local e hora. A Presidência apresenta ainda aos membros da Comissão, um expediente enviado pelo Senhor João Frejat, Secretário de Saúde do Distrito Federal, colocando em discussão a resposta a este expediente. Usa a palavra para discutir os Senhores Senadores, Jonas Pinheiro, Magno Bacular, Jutahy Magalhães, Affonso Camargo, Nabor Júnior, Divaldo Suruagy e Gerson Canata. Terminada a discussão, todos concordam com a mudança, em parte, do texto de resposta ao expediente enviado pelo Senhor Secretário, aprovando uma minuta elaborada pelo Senhor Relator, Senador Elcio Alvares. A seguir o Senhor Presidente, faz a leitura de uma sugestão do Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senador Jutahy Magalhães, no sentido de convocar o Senhor Roberto Resquão, Governador do Estado do Paraná, o Senhor Rui Rosemann, Deputado Federal, e o Senhor Antônio Garcia, Embaixador, também do Estado do Paraná. O Senhor Senador Divaldo Suruagy propõe que seja colocado em votação a sugestão do Ex-limite Vice-Presidente, Senador Jutahy Magalhães. A Presidência concede a palavra para discussão aos Senhores Senadores, Affonso Camargo e Gerson Canata, colocando em seguida a proposta em votação, sendo que, de acordo com a discussão, todos sejam convocados separadamente. A proposta é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente apresenta para apreciação da Comissão, um Projeto de Lei com modificações no Decreto-Lei dois mil e trezentos e mil novecentos e oitenta e seis, concedendo a palavra aos Senhores Senadores Elcio Alvares, Jutahy Magalhães e Nabor Júnior. O Senhor Senador Nabor Júnior propõe à Presidência que envie aos membros da Comissão cópia do Projeto de Lei em discussão, para que todos possam analisar e fazer as conclusões sobre a matéria.

A presidência acolhe a proposta do Senhor Senador Nabor Júnior e solicita a secretaria da Comissão que tome as providências no sentido de atender ao Senhor Senador. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião convocando-se outra para o dia vinte e nove do corrente às dez horas, e para constar, eu, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da

Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apêndice taquigráfico.



ANEXO À ATA DA 7ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR

Relator : Senador ÉLCIO ALVARES

(ÍNTegra DO APLAHLAMENTO TAQUIGRAFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 28/08/91

PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Está aberta a reunião. Convido o Senador Magno Bacelar para secretariar a reunião.

A presente reunião destina-se à realização de trabalhos internos. Quero dar conhecimento aos Srs. Senadores dos órgãos que atenderam às nossas solicitações em relação a documentos. São: DNER, Ministério da Ação Social, INCRA, Caixa Econômica Federal. Órgãos que estão providenciando: Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Companhia Paranaense de Energia, CHESF e Secretaria da Saúde da Bahia.

Esta Comissão, também, quer dar ciência aos Srs. Senadores de que convocou o Deputado Estadual Eujácio Simões para depor amanhã, aqui, na Comissão. Ele respondeu, via telex, da seguinte maneira:

"Acuso recebimento de ofício CPI Obras Públicas para comparecer no dia 29 do mês em curso, às 10 horas, no Senado. Lamento informar a V.Exa. que, face a compromissos assumidos, na qualidade de Líder do Governo, nesta Assembléia, tais como o acompanhamento do projeto de lei de utilização do uso de cruzados para pagamentos de impostos e projeto de lei de revisão orçamentária dos Estados, não poderei atender ao convite formulado por esta Comissão.

Sugiro, contudo, a data de 5 de setembro, no mesmo local e hora, para a prestação de informações julgadas necessárias por esse Colegiado. Atenciosamente, Eujácio Simões, Líder do Governo, Deputado Estadual.

"Portanto, a Presidência achou por bem concordar e marcar para o próximo dia 5 a presença do Sr. Deputado Eujácio Simões, da Bahia. A sugestão da convocação é do Senador Jutahy Magalhães. Esse Deputado, usando a tribuna, disse claramente - consta dos Anais - que conhecia a pessoa que levava recursos a parentes do ex-Governador da Bahia, como propina pela execução de obras públicas.

Quero, também, dar conhecimento aos Srs. Senadores de que a Presidência recebeu, datada do dia 23 de agosto de 1991, o seguinte ofício do Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal, Deputado Jofran Frejat.

"Sr. Presidente, em entrevista ao Programa Bom dia DF, de 23 de agosto de 1991, da Rede Globo, V. Exa. afirmou que a concorrência para a construção do Hospital da Vila Paranoá foi ilegal, em função do edital, e, em consequência, apresentou como sugestão o cancelamento da mesma. A propósito, informo a V. Exa. que determinei, nesta data, a paralisação das obras, aguardando um pronunciamento oficial desta Comissão técnica com relação às irregularidades apontadas, a fim de dar andamento à proposta de cancelamento da concorrência. Na oportunidade, renovo a V. Exa. protestos de estima e consideração."

A esse respeito apelei à Assessoria da Comissão; fizemos uma minuta para responder ao Sr. Secretário, a qual vou submeter à apreciação dos membros da Comissão:

"Sr. Secretário, em atenção ao seu ofício de nº 559, de 23 de agosto de 1991, cumpre-me cientificá-lo de que a Comissão deliberou esclarecer a V.Exa. que a irregularidade que torna ilegal a licitação para a construção do hospital da Vila Paranoá foi apontada pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, em consulta formulada por esta Comissão, de cuja decisão transmito-lhe, novamente, cópia, apesar de já ter sido enviada correspondência a propósito também ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Como a dotação orçamentária que serve de suporte à edificação do nosocômio é de origem federal, a ser repassada mediante convênio com o Ministério da Saúde, tal matéria se insere na competência fiscalizadora do Tribunal de Contas Federal, a teor do art 71, inciso VI, da Constituição.

E é àquela Corte de Contas que V.Exa. deverá indagar se procedimentos decorrentes do ato administrativo da espécie podem ou não prosperar legitimamente.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exa. protesto de consideração e apreço."

Esta é a minuta da correspondência que coloco à apreciação dos Senhores, para que possam discutir e deliberar.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, eminentes integrantes desta Comissão, a respeito desse assunto recebi em meu gabinete um representante dessa empresa, que me entregou, afirmando que entregara também à Presidência da Comissão. ...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência não recebeu o documento nem a comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - ... um expediente, que faço questão, porque foi endereçado a mim, mas gostaria que V.Exa. incorporasse porque é uma correspondência que, apesar de estar endereçada ao Relator, diz respeito exatamente ao problema que está sendo suscitado.

Então, a firma faz uma exposição, li por alto, leitura dinâmica, não fiz uma leitura mais ampla, teria havido uma informação de que foi feito um expediente idêntico para a Presidência.

Eles fazem uma série de exposições aqui, não entrei no mérito da matéria, pois acho que ele tem que ser examinado mais profundamente.

Apenas acho o seguinte, sem qualquer visualização de quem quer que seja:

Mandamos um expediente inicial, que foi da lavra da Assessoria, e que o Senador Ruy Bacelar teve a oportunidade de nos entregar. Parece-me, salvo melhor juízo, porque hoje tenho por norma, entendo, que nenhuma concorrência pública pode ser feita por preço básico.

Mas, evidentemente, suscitamos o problema. É um problema de dado em cujo mérito não quero entrar. Acho que não é da nossa competência, porque houve um expediente nosso, já para o Secretário, dando o posicionamento desta Comissão, que está absolutamente correto.

Se fôssemos tomar conhecimento de todas as concorrências, parece-me que não é só esta concorrência, são várias concorrências em todo o Brasil, vamos assumir praticamente uma posição que, legitimamente, pertence ao Tribunal de Contas da União. Ele é que tem de dizer como foi o contrato, porque, na verdade, não conheço o contrato. Apenas foi suscitado aqui, que é um ponto que nós repudiamos, e que inclusive, já provocou uma consulta que prosperou - acho que foi um dos grandes pontos desta Comissão -, dizendo que preço base, a partir de agora, tem que ser declarado de maneira até imprescindível - eles usam essa expressão, "imprescindível" - no edital.

Então, quero lembrar o seguinte: quando eles me encaminharam o expediente, não tomei conhecimento. Acho que isso deve ser examinado inclusive pelo Presidente e Vice-Presidente da Comissão, ou seja, por todos nós que compomos a Mesa Diretora da Comissão, vamos assim dizer. Confessei a eles que estava com o tempo completamente tomado.

Mas, vejam o seguinte: aquele primeiro expediente, porque entendi que o Secretário queria transferir à Comissão uma responsabilidade que não é nossa, é inerente a ele, éle, Secretário, é que tem que dizer se o negócio foi feito de maneira legal.

Então, esta Comissão fez o seguinte expediente: "em mãos o Ofício nº tal, em que V.Exa. solicita pronunciamento sobre a avaliação das planilhas de custo da construção do hospital da Vila Paranoá.

Cumpra esclarecer que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída para apurar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas, e que o convite formulado a V.Exa., para prestar depoimento, decorreu de denúncia tal e tal".

Agora, vem a parte que acho que é importante: "Não está inserida nas atribuições da CPI a de obstar, postergar ou autorizar a realização de quaisquer obras contratadas pela Administração Pública.

Assim, compete a V.Exa. deliberar sobre o prosseguimento do processo licitatório em espécie - aí já é obra em execução - ou determinar a sua anulação, reservando-se a esta Comissão o direito e o dever de prosseguir na consecução do objetivo para o qual foi instituída.

Este é o nosso posicionamento. Acho que para examinar um contrato, com toda a complexidade, me parece que está se in-

taurando uma lide paralela. Pelo que me falou o representante da empresa, que me procurou - não identifiquei o nome - mas eu sei que é um dirigente, não é o Deputado... eu conheço o Deputado agora... ele me falou o seguinte: "Nós já estamos fazendo uma representação contra o Governo do Distrito Federal", e, aí, o problema não é nosso; o problema nosso é o seguinte: nós vamos apurar... bem, isso aí salvo melhor juízo. O problema de julgar se o contrato obedeceu ou não às normas vigentes é do Tribunal de Contas da União e cada um assumirá a sua responsabilidade. A Comissão não tem esse condão de chegar lá e dizer: "Continua a obra ou paralisa a obra; ou julgar a licitude ou a validade do contrato.

Então, é o ponto de vista que eu, esposo, salvo melhor juízo, cada um vai expor da melhor maneira possível... como me foi endereçado, eu acho que teria que ser endereçado ao Presidente e a todos os Membros... eu estou passando oficialmente às mãos... não li, confesso que não li e me reservo o direito com o Senador Jutahy e com o Senador Ruy Bacelar de um melhor exame.

Agora, preliminarmente, eu acho que nossa resposta de 27 de junho... se eles estão consultando... reportando à resposta do ofício de 27 de junho... e ele que resolva o problema dele: se é ilegal, se foi imoral, se foi ilícito, aí é problema dele assumir a responsabilidade perante o Tribunal de Contas da União, que vai julgar aí o último passo, a validade ou não desta concorrência. Nós temos, aqui, de esta-belecer um comportamento nosso na apuração... exatamente... se há um fato concreto denunciado... nós ainda estamos examinando esse contrato, nós não podemos formar um juízo.

Estou falando isso com a maior tranquilidade, porque é uma questão até da minha posição de advogado. Eu sempre tive esse cuidado. Agora, se, evidentemente, essa proposta foi calcada em coisas que ferem frontalmente a moralidade, a dignidade do processo licitatório... porque o órgão que tem a competência exclusiva de julgar isso é o Tribunal de Contas da União, ainda mais porque a verba é oriunda do Ministério da Saúde.

Então, esse é o pronunciamento que eu gostaria de fazer e deixo a critério dos Colegas o posicionamento. Acho que esta Comissão, que já lavrou um tanto magnífico, não tem o condão de autorizar ou não a obra, isso não é problema nosso. O problema é do Secretário que arca com toda a responsabilidade, é da firma porque, mais cedo ou mais tarde, se o Tribunal glosar, aí é problema de cada um perante o Tribunal.

Então, esse é um entendimento que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, seria interessante tomarmos conhecimento do expediente que foi endereçado...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - O expediente é longo, há razões de direito, inclusive a assessoria deu uma examinada porque peguei de repente...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eu estou despachando à assessoria para analisar...

O SR. MAGNO BACELAR - Foi encaminhado a mim, agora...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Falaram-me que havia sido

encaminhado, também, ao Presidente da Comissão, mas estou vendo que não chegou...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eu procurei de todas as maneiras...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, salvo melhor juízo, acredito que o Senador Elcio tem razão quando diz que não compete à Comissão dizer se a obra deve continuar ou não deve continuar. Acho que compete à administração. Se nós chegarmos à conclusão de que uma ilegalidade está sendo feita, então nós podemos até encaminhar o assunto ao Ministério Público, para que tome as devidas providências. Pode ser uma consequência final, que normalmente é uma consequência do final dos trabalhos da Comissão mas se for uma coisa de suma gravidade ou urgência, nós podemos até, no decorrer da Comissão, fazer um relatório prévio e encaminhar o assunto ao Ministério Público.

No caso em espécie, acho que o Tribunal de Contas é quem determinará a ilegalidade ou não da obra. Agora, acho que nós estamos cumprindo a nossa obrigação, como já foi feita a consulta, consulta que, no meu entendimento, já foi um passo importante dado pela Comissão e, agora, com a consulta respondida, levamos ao conhecimento dos órgãos, que estão praticando essa irregularidade, segundo o Tribunal de Contas da União - e eles assumam a sua responsabilidade. Nós, então, teremos esse papel: se for necessário, se tivermos conhecimento e provas de que as obras estão sendo executadas contra as determinações do Tribunal de Contas, nós podemos entrar com um processo.

Informo a V.Exa. que quando entrei no Senado, hoje, estavam pessoas na porta, diretores de serviços, aqui na porta do Senado, esperando a chegada do Ministro Jarbas Passarinho.

Parece que S.Exa. vinha trazendo, hoje, para entregar ao Senador Mauro Henrique, a proposta do Governo, o Projeto do Governo, a respeito de licitações públicas. O Governo já quer se antecipar àquilo que nós estamos fazendo... Vejam como é que age o Governo: se o Congresso está no meio de um trabalho de

O SR. - ...Acho que foi uma grande vitória desta Comissão...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - ...isso daí...é um assunto... vejam como é que age o Governo: se o Congresso está no meio de um trabalho de... apuração dos fatos, o Governo prefere se antecipar para dizer que cabe a responsabilidade de tomar a atitude que o Congresso está tomando.

Isso é o de menos. Devemos continuar o nosso trabalho e apresentarmos nossa proposta. Podemos até, na tramitação do projeto, já apresentarmos uma proposta como sendo da Comissão a respeito daquilo que estamos sabendo.

O SR. PRESIDENTE - (Ruy Bacelar) - Senador Jutahy, penso que a opinião de V.Exas. vai ao encontro dessa carta minuta que pretendemos endereçar, se a Comissão achar por bem, ao Sr. Secretário.

Lerei novamente e peço aos Srs. para que ouçam com a máxima atenção:

"Sr. Secretários:

Em atenção ao seu Ofício nº 559, de 23 de agosto de 1991, cumpre-nos cientificá-lo de que a Comissão deliberou esclare-

cer a V.Exa. que a irregularidade que torna ilegal a licitação para a construção do hospital da Vila Paranoá, foi apontada pelo egrégio Tribunal de Contas da União em consulta formulada por esta Comissão, de cuja decisão transmito-lhe cópia, novamente, apesar de já haver sido enviada a correspondência a propósito, também, ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Como a dotação orçamentária, que serve de suporte à edificação do nosocômio, é de origem Federal e deve ser repassada mediante convênio com o Ministério da Saúde, tal matéria se insere na competência fiscalizadora do Tribunal de Contas Federal, a teor do art. nº 71, Inciso VI, da Constituição e é aquela Corte de Contas, que V.Exa., Sr. Secretário, deverá indagar se procedimentos decorrentes do ato administrativo da espécie pode ou não prosperar legitimamente".

Isso significa o quê? Significa que cabe ao Secretário indagar ao Tribunal de Contas da União se a licitação feita é regular ou irregular. Não a nós. Acreditamos que S.Exa. deve consultar o Secretário e acredito que após essa mensagem do Presidente da República que chegou hoje, o Secretário anularia, no meu entender, com licitações daquela porque aqui está previsto prisão de seis, cinco, algo muito duro que já teve oportunidade de tomar conhecimento em minha vida e vou distribuir a V.Exas.

O SR. RELATOR - (Elcio Alvares) - Queria fazer uma colocação em cima do texto.

Percebi, não li, confesso que preciso ler com maior atenção. Parece-me que a essa altura já há uma representação caracterizando perdas e danos, etc. Aqui estamos dizendo, estamos fazendo uma afirmativa de que torne ilegal, somos nós que estamos afirmando. Quem vai dizer isso não somos nós. Vamos denunciar o fato, vamos enviar ao Tribunal de Contas e é até colidente o texto porque fazemos uma afirmativa no primeiro parágrafo e no segundo, em razão exatamente da responsabilidade legal, remetemos ao Tribunal de Contas. O segundo parágrafo está corretíssimo. Quem tem de decidir isso é o Tribunal de Contas.

Então, com a devida vênia, acho que afirmarmos... Levantamos uma dúvida que está prosperando. Agora, quem vai decidir isso é o Tribunal. O que penso, resposta de advogado e agora falo como advogado, é nos reportarmos à primeira carta e acabou. O Secretário, se tem zelo pela coisa pública, ele vai a quem de direito. Não somos nós que vamos afirmar de maneira peremptória, categórica que há irregularidade, que torna ilegal. Tenho até dúvidas sobre a legalidade ou não dessa concorrência. Ela pode até ter sido calcada em algo que não é muito ético, tanto que o Tribunal de Contas reconheceu, mas se instaurou dentro do Tribunal de Contas, li a consulta firmada pelo Ministro Luciano Brandão, existiram correntes divergentes dentro do Tribunal. Eli Lopes Heireles, inclusive, e defende a sustentação do preço base que acho que não é correto, mas Eli Lopes Heireles é um grande nome, é um tratadista que hoje, já nos deixou uma saudade muito grande, mas foi uma grande figura. Lembro-me até de uma concorrência da terceira ponte, lá em Vitória, que foi a obra do século, inclusive o Governador Oerson Camata teve uma participação muito grande, foi uma obra de 150 milhões de dólares, essa obra foi feita exatamente com assessoria de Eli Lopes Heireles defendendo essa tese porque, na ocasião, a empresa construtora era do Governo.

Queria só reforçar isso. O texto, penso que não deveríamos afirmar nada. O Tribunal de Contas da União deve pesquisar. Se achar que, realmente é algo ilegal, que decreta e responsabilize de quem de direito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, eu gostria de endossar as argumentações do Relator, porque me parece, data venia, que estamos fazendo uma afirmação e um julgamento: foi tornado ilegal pelo tribunal. E não sabemos qual a norma que o Tribunal vai seguir, se essa nova decisão do Tribunal, ou se essa nova regulamentação vai valer com data posterior ou a partir...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Só um esclarecimento: a consulta foi em tese e, evidentemente, abroquelou a situação.

O SR. MAGNO BACELAR - Exatamente, também concordo. Acho que foi uma grande vitória da Comissão, que por esse fato só já justificaria, e pela imitação do Governo Collor também justifica.

O Governo tem se caracterizado por isso: manda uma mensagem sobre corrupção, mas tudo está na Constituição. A Comissão está trabalhando e ele, para roubar a cena, manda também.

Então, é difícil entender o Governo, mas o que tratamos é do texto, e meu voto é que esta Comissão não deve se manifestar declarando ilegal, dando essa afirmativa que, a meu ver, seria uma intromissão indebita no andamento do processo no Tribunal de Contas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, paço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Pois não, V.Exa. tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO - Meu entendimento também é semelhante ao do Relator e do nobre Senador Magno Bacelar, porque, salvo engano de minha parte, essa consulta que foi formulada é posterior à licitação, posterior à assinatura de contrato, posterior à emissão de ordem de serviço, obra iniciada e, portanto, acho que seria uma precipitação de nossa parte dizer que o Tribunal julgou aquela concorrência ilegal. A essa responsabilidade, como Comissão, é muito grande, porque se foram cumpridas as etapas previstas na legislação e do ponto de vista jurídico estão legais, é um fato consumado. Se eles entram, como disse o Relator que já ouviu rumores sobre o assunto - com uma ação, ela seria vitoriosa na Justiça e o Estado, o Governo, seria condenado ao pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O Senador Elcio Alvares não comunicou que seria vitorioso na Justiça, é um pré-julgamento.

O SR. JONAS PINHEIRO - Mas eu estou dizendo: se estão legais e as etapas foram cumpridas, a responsabilidade vai ser atribuída à nossa Comissão.

Se nos pronunciarmos dizendo que a obra é ilegal. Pára ou não pára. Acho que, no nosso entendimento, a resposta ao Secretário, Sr. Presidente, deve se cingir ao cumprimento das informações dadas naquela carta que foi lida pelo Relator, dizendo que a Comissão não competia entrar no mérito, sem prejuízo das nossas averiguações.

Acho que isso nos eximiria da responsabilidade de, depois, no caso de pagamento de indenizações ou qualquer coisa assim, dizerem que foi a Comissão que julgou, pré-julgou, etc.

Esse é meu entendimento. Reafirmo que a resposta dada por esta Comissão deveria ser: "Sr. Secretário, a resposta à consulta de V.Exa. já está contida nos termos daquela carta emitida naquela data."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero esclarecer, para relembrar ao eminente Senador e aos demais colegas, que a decisão do Tribunal de Contas foi de uma clareza meridiana.

O Tribunal que considerou ilícito. O Tribunal não faz lei, interpretou uma lei em vigor. Interpretou o Decreto-Lei nº 2.300, em vigor, e considerou ilícitas as concorrências feitas com preço oculto. Considerou ilícito, considerou irregular.

Então, se os Srs. acham que os atos provenientes de algo ilícito, irregular, são legítimos posteriormente, já que a lei estava sendo interpretada erroneamente por quem de direito, e o Tribunal teve o cuidado de ouvir a Secretaria, a auditoria do Tribunal, ouvir a Promotoria Pública e por unanimidade decidiu. E o que estamos fazendo aqui nesta carta, nesta minuta, a Comissão está dizendo que quem considerou ilegal a concorrência foi o Tribunal quando achou irregular, ilícita a concorrência, com preço base oculto. Foi o Tribunal que achou assim.

Agora, achou assim, de uma maneira geral. Não especificou porque não pedimos com relação à Paranoá, em tese, no Brasil.

Então a Comissão está dizendo o seguinte: quem considerou ilegal não fomos nós da Comissão, foi o Tribunal, porque considerou concorrência com preço oculto, irregular, ilícito, ilegal. E estamos dizendo ainda ao Sr. Secretário que ele deve fazer a correspondência não é a nós, é ao Tribunal de Contas da União. Então, o negócio tem uma clareza meridiana. Quem considerou irregular foi o Tribunal, não somos nós que estamos considerando. Foi somente para esclarecer. Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, parece-me que se discute apenas a redação de um ofício que vai ser mandado para o Secretário de Saúde do Distrito Federal.

O Relator coloca uma dúvida com relação a essa redação. Acho que para podermos enfiar da maneira mais racional o processo, o Relator poderia dizer que modificações ele quer fazer, quer retirar ou modificar alguma frase e decidimos aqui, porque acho que não é um assunto assim tão importante para ficarmos discutindo aqui por muito um bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - O Senador Mário Covas costuma, sempre que há uma discussão sobre Regimento Interno no plenário, dizer o seguinte: como não sou advogado, vocês, advogados, entendam de um jeito e não consigo entender como vocês. Há uma coisa muito interessante: primeiro, acho que quem interpreta a lei não é o Tribunal de Contas da União; não é ele! E estou dizendo isso, porque há pouco tempo Deputados foram condenados por uma juíza - porque agora está uma loucura - por um voto que eles deram num processo da Vale do Rio Doce há cinco anos atrás e tiveram que pagar, devolver ao Tesouro não sei quantos milhões cada um.

Bem, o Tribunal de Contas da União é muito interessante. O Governador do Espírito Santo tem uma firma chamada ENEFER, que tinha um contrato com a Rede Ferroviária Federal. Desse contrato, ele tiraram 25 contratos guarda-chuva: aluguel de mão-de-obra, que não,

era do contrato inicial; manutenção de vias férreas, assistência técnica a motores. Eles foram tirando de um contrato e deram para essa firma do Governador chamada ENFER 25 contratos. Tudo sem licitação, que passou em muito dos 25% do contrato original.

Pedi ao Tribunal de Contas da União, há um ano, uma inspeção extraordinária na Rede Ferroviária para analisar esse contrato. A resposta que me veio é muito interessante. Eles dizem que não houve ilegalidade apontada no processo. Mas recomendava à Rede Ferroviária que não prosseguisse nesse procedimento. Ora, não entendi! Quer dizer, aquilo ali não valeu nada, primeira coisa. Segunda coisa: o Tribunal de Contas, acho que tem um outro Tribunal que interpreta a lei; não é ele! Esse parecer do Tribunal de Contas pode ser derrubado lá. E cobrar-se depois aí um juiz, como o negócio está uma loucura, o voto da gente que deu na carta e que interrogou a obra.

Outra coisa: a lei é dúbia, porque diz assim: "A de preço base em que a administração fixa o valor inicial e estabeleça em função dele. Limites: limites - olha o plural - mínimo e máximo de preços especificados no ato convocatório." Ela pode especificar no ato o limite, aí manda; mas o preço não está claro aqui. Por isso, alguns juristas entendem de um jeito e outros entendem de outro. Como não sou jurista, não entendo nem de acordo com ? e também não entendo nem de acordo com o Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Entendo também que não é da competência desta Comissão autorizar ou não o embargo de obras, a continuidade ou o início de obras. Estamos apurando denúncias que foram apresentadas à Comissão e, ao final dos nossos trabalhos, as conclusões do Relator, se forem aprovadas pelo Plenário, encaminhar a quem de direito, que seria o Ministério Público para o devido procedimento se houver, evidentemente, a comprovação de irregularidades e, também, arrolar pessoas que participaram dessas irregularidades.

Agora, como se trata de um ofício que o Secretário encaminhou à Comissão, acho que esse ofício deveria ter resposta. Só que essa resposta, que V.Exa. está apresentando à Comissão, deveria sofrer uma ligeira modificação. Nesse aspecto, estou de acordo com o Senador Elcio Álvares. Não acusar o recebimento do ofício do Secretário e dizer que ele se dirija ao Tribunal de Contas para saber a opinião do Tribunal de Contas se aquela decisão abrange as obras já licitadas e iniciadas, ou se é só daqui para frente. Caberia a ele dirigir-se ao Tribunal de Contas, pois não é bem da competência da Comissão dirimir essa dúvida. Aqui estamos apurando denúncias de irregularidades. Pode até ser que esta seja uma delas, pode até ser. Agora, não cabe a nós, evidentemente; acho que é uma responsabilidade que o Secretário está querendo transferir para esta Comissão. O Secretário está querendo exonerar-se de uma responsabilidade para transferi-la para a Comissão. Então, acho que o ofício deveria ser respondido, dizendo que cabe a ele dirigir-se ao Tribunal de Contas para saber se aquela decisão abrange também as obras já contratadas...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Assessoria está socorrendo a Presidência e nos sugere responder. O primeiro parágrafo passaria a ser da seguinte maneira:

"Sr. Secretário, em atenção ao seu ofício nº 5559 de 23 de agosto de 1991, cumpre-me cientificá-lo de que a Comissão deliberou reafirmar a V.Exa. que foi o Tribunal de Contas da União que decidiu sobre a controvérsia do preço base oculto nas licitações públicas..."

E continuaria o parágrafo seguinte:

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, deixe-me ponderar. Fala o advogado. Tenho um cuidado danado, porque esse negócio tem um desdobramento. É inevitável!

Exas. temos uma pedra angular, tudo isso é girando em torno da pedra angular que foi o primeiro expediente nosso. O primeiro expediente é primoroso. Se apurarmos, conforme diz o Senador Jutahy Magalhães qualquer fraude irregular, é nossa obrigação, inclusive remeter para o Ministério Público o relatório final.

A essa altura, o Secretário, em razão da entrevista do Presidente, vir nós perguntar o que ele deve fazer? A Comissão não é nune tutelar de Secretário para saber o que ele vai fazer! Ele tem a sua responsabilidade. Devemos, isto sim, reiterar os termos do primeiro ofício. Porque o primeiro ofício responde. Agora, se o Secretário vai ter, amanhã, o seu contrato examinado pelo Tribunal de Contas, esse é um problema dele, não é nosso! Que amanhã não venha a firma dizer que foi a CPI que determinou a paralisação, porque o Secretário fez a indagação e esta Comissão não respondeu.

Então, eu queria fazer esta colocação, com a devida vênia, porque há também um questionamento - o Senador Gerson Camata lembrou - se o caso fosse em espécie, um caso determinado - o caso está colocado em um plano genérico e com um detalhe, verifiquei, pelo voto do Ministro Luciano Brandão, que tive o cuidado de ler, que ele tem várias correntes dentro do Tribunal. Evidentemente, como disse o Senador Gerson Camata, não é o Tribunal de Contas que julga em última instância, é o poder Judiciário! Essa firma, não sei qual o problema que vão enfrentar, teria direito ao mandado de segurança, ou coisa que o valha para fazer prevalecer o seu direito.

Mas no momento em que o Tribunal de Contas dá uma orientação - e foi o meu entendimento na ocasião, creio que alguns dos Srs. Senadores estavam presentes, achei que foi muito importante essa decisão, porque a partir de agora - e vejam o cuidado do Tribunal de Contas, ele determina, depois de haver esclarecido o assunto, que fosse comunicado aos órgãos para que, a partir dali, adotassem esse procedimento. Aí há, me parece, a figura de direito adquirido, perdas e danos.

Exas., a melhor coisa que esta Comissão tem, se no correr da Comissão ficar provado que esse Hospital do Paranoá, ou qualquer outra obra do Brasil, tem a eiva da corrupção, da imoralidade, então vamos relatar ao final e indicar ao Ministério Público. Acho que é um juízo temerário, mesmo porque esta Comissão não examinou, em caso, o projeto do Hospital do Paranoá. Não o examinamos! Falamos de maneira genérica, discutimos, levantamos dúvidas sobre o preço do metro quadrado. Lembro-me que o Senador Afonso Camargo até levantou a questão que não queríamos saber o valor final, falou sobre um tal de PV. Não entendo sobre esse assunto. Não sou engenheiro, sou advogado.

Acho que o cuidado que temos de ter na pedação dessa carta, que deve ser vigorosa, autêntica, é esconder de nossa responsabi-

lidade qualquer dúvida que possa haver na licitude, ou não, do contrato, que não é competência nossa, ou na responsabilidade ou não do Secretário dizer prazerosamente: "Encerre a obra". E amanhã se entrarem com perdas e danos? A quem vai competir a responsabilidade de haver paralisado a obra? Exclusivamente ao Secretário que tem que responder por todos os onus decorrentes de seu ato administrativo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, permita-me? Só gostaria de dar a minha opinião.

Concordo com as colocações feitas pelo Senador Elcio Alvares e sugeriria, a título de colaboração, que a Secretaria de Saúde, ou os órgãos do Governo, a exemplo do que já acontece em vários Estados, tivesse o cuidado de submeter ao julgamento prévio do Tribunal para evitar problemas. Então, o julgamento não ser a posteriori, quando a obra... O julgamento prévio. Seria uma grande colaboração que poderíamos oferecer. Eu dava esta sugestão, reiterando os termos do Senador Elcio Alvares.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Pedi mais em termos de aparte ao Relator, e continuo insistindo no seguinte: Foi feito um ofício e tem que ser dada a resposta. Concordo com o Relator, sendo advogado o Relator, que traga uma outra... Já se notou, claramente que a maioria aqui - e me incluo nessa maioria - acha que não convém impor, que torne ilegal, não podemos dizer que torne ilegal. Tanto que o Presidente já está propondo...

Agora, o que acho difícil é ficarmos discutindo a redação de resposta a um ofício, já se tem uma idéia de como é, acho que a Mesa podia propor uma nova redação para aprovarmos.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Senador, o parágrafo final de uma correspondência anterior, que foi um ofício muito debatido, que o Senador Ruy Bacelar trouxe e nós aprovamos à unanimidade. Veja: "De igual modo, não está inserida nas atribuições da CPI a de obstar, postergar ou autorizar a realização de quaisquer obras contratadas pela administração. Assim, compete a V.Exa. deliberar sobre o prosseguimento do processo licitatório em espécie ou determinar a sua anulação, reservando a esta comissão o direito e o dever de prosseguir."

Acho que está perfeito! Se remontarmos a esta carta, em atenção ao seu expediente, reportamo-nos ao teor da carta de tanto, e acabou! Ele é que vai ter responsabilidade amanhã, realizada a obra ou não realizada, em responder. Veja que a Comissão não tem o direito de postergar, de paralisar. Então, acho que é uma questão até de cautela.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas o que V.Exa. pretende, nobre Senador? Dar um atestado de quê ao Secretário?

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não pretendo. Apenas estou ressaltando...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Porque nesta correspondência aqui a Comissão está se eximindo de tudo, por Nossa Senhora! Vou ler com mais cuidado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Exa. permite, Senador? Acredito que não é questão só de redação. Temos que estabelecer alguns parâmetros para nossa atividade.

Em primeiro lugar, não nos compete dizer se a obra é ilegal ou não. Acho que esse é o primeiro parâmetro que temos que fazer. Compete ao Tribunal de Contas, como já o fez, dizer que têm que ser tomadas tais e tais providências para as licitações públicas, e não pode haver o prego oculto. E competirá, no caso, à Secretaria, considerar que praticou um ato equivocado ou não.

E outra questão também, de um parâmetro que temos que estabelecer aqui. Competirá à Justiça determinar se aquela proposição do Tribunal de Contas deve ser acatada ou não pelos órgãos competentes.

Não estaremos nos eximindo se não dissermos que o caso não compete a nós declararmos que estamos 100%, em vez de dizer que não é competência da Comissão de que a obra foi ilegal ou não. Nós achamos. Eu, por exemplo, acho. É opinião pessoal. V.Exa., acredito, também considera que foi a obra...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acho imoral.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Também considero. Principalmente pelas declarações feitas aqui pelos diretores das outras obras. Mas como comissão não temos competência para isso.

Então, acho que a idéia do Senador Elcio Alvares está bem. Porque temos que ver - permita-me alongar um pouco - que a Câmara dos Deputados está se omitindo num fato da maior importância. A Comissão de Justiça, por solicitação minha, examinou a questão das ações populares contra o Congresso. Nós estamos - vários Srs. Senadores e Deputados - não num processo só, porém em mais de um processo, respondendo pelos nossos votos, contra aquilo que determina a Constituição. Mas o Supremo Tribunal - aí é que está a gravidade da questão, porque não é um Juiz Federal, como muitos estão pensando, foi o Supremo Tribunal Federal - já tem uma súmula declarando que nós somos responsáveis pelos votos que aqui praticamos. Para evitar isso, tem que ser modificada a lei da ação popular.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Se o Supremo prosperar nesse entendimento é um absurdo!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Nós já fizemos... E a questão, acho que é o maior absurdo! Mas aí é que está, Senador Elcio Alvares, ninguém teve a preocupação de examinar o caso. A Comissão de Justiça já deu o parecer, apresentou a proposta-substituição, e dentro do período anterior, temos a proposta. A questão que falo aqui ninguém escuta. Já fiz vários pronunciamentos aqui no Senado, mostrando que temos que assumir os papéis. Já falei com o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, os líderes dos diversos partidos, inclusive do meu, e nada é feito.

Cito um exemplo aqui: o tal "trem da alegria" da gráfica do Congresso. Inicialmente, na primeira instância, o pedido foi para responsabilizar o Presidente do Senado pelo "trem da alegria". Foi para o Superior Tribunal de Justiça e mandou que se responsabilizasse a Mesa como um todo. E foi para o Supremo e o Supremo mandou responsabilizar todos os Senadores. Nós todos estamos respondendo processo.

Esta Casa está se omitindo. Eu perguntei ao Deputado Waldir Pires que faz parte da Mesa da Câmara, por que eles não tomam conhecimento dessa questão? E a resposta foi simples: um deles me disse que isso daí será um negócio de interesse dos Parlamentares e tal. Então isso daí vai ser só do nosso interesse, nós não devemos votar.

Ora, nós temos que tomar esse cuidado que V. Exa. está dizendo. Porque nós seremos responsabilizados por todos os ônus que a empresa vier a ter, daquilo que nós consideramos que foi imoralidade - eu acho que foi imoralidade -, mas que nós não temos competência para declararmos isso daí.

Então, nós temos que ter esse cuidado. Enquanto não se modificar na Câmara a lei de ação popular, estaremos sujeitos a todos os votos que damos aqui, somos responsabilizados economicamente, financeiramente. Nós temos que responder e eu não tenho dinheiro para ficar pagando contra os meus votos aqui não.

O SR. GERSON CAMATA - Senador Jutahy, se V. Exa. permite, resolvemos o problema. A primeira parte do ofício vai reiterar o ofício anterior, porque a Comissão não pode obstacular. Entretanto, anexamos um parecer que nos foi enviado pelo Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Nós já enviamos isso. Agora, eu queria ler novamente. Tenho a impressão de que não consigo compreender no que esse ofício fere o Secretário... Acho que com esse ofício estamos dando até um atestado à concorrência feita lá. E eu não sei por que todo mundo está contrariando ele. O que este ofício diz?

"Sr. Secretário, em atenção ao seu ofício de agosto de 91, cumpre-me cientificá-lo de que a Comissão deliberou reafirmar a V. Exa. que foi o Tribunal de Contas da União que decidiu sobre a controvérsia a respeito do preço base, oculto nas licitações públicas"

O SR. DIVALDO SURUAGY - Mas aí nós estamos fazendo um julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Julgamento como?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Essa premissa é que é perigosa!

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Qual? Nós já mandamos. V. Exa. leu a decisão do Tribunal de Contas?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Confesso a V. Exa. que não li. Aí é o Tribunal de Contas que está com essa responsabilidade. (discussão)

O SR. AFFONSO CAMARGO - Presidente eu gostaria que o Relator dissesse qual a restrição...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Qual a redação que V. Exa. tem?

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Acho que o melhor raciocínio aqui foi o do Senador Jutahy Magalhães. No meu ponto de vista, eu quero passar, com a devida vênia, e se estiver errado quero ser corrigido.

Isso aqui é a reiteração de um expediente anterior e que nós, anteriormente, por intermédio do Presidente, respondemos de forma magnífica. Está aqui o expediente. Então, vamos nos reportar ao Secretário com os termos do primeiro ofício. Agora, ele está com a decisão do Tribunal? É problema exclusivamente dele. Não nos compete examinar mérito de Comissão. É evidente que se no decurso da comissão surgir uma prova concreta de que houve irregularidade, vamos capitular no relatório final e mandar para o Ministério Público, como fizemos na CPI da Previdência.

Agora, a essa altura acho que o secretário, com muita inteligência, volta dizendo que paralisou a obra em virtude da entrevista do Presidente - e aí respeito muito, merece acatamento -, mas ele está fazendo da declaração do Presidente o ponto nodal da paralisação da obra. E não foi esse o sentido. Eu tenho certeza de que V. Exa. falou da maneira mais patriótica. Hoje, nós conversamos de manhã.

Agora, ele está querendo dar ao seu pronunciamento, que não é um ato oficial, foi um ato público, mas não foi um ato oficial o o nó górdio da questão. Ele deixou de prosseguir a obra, com todas as suas consequências, porque V. Exa. falou no programa de televisão, segundo li aqui, e quer que a Comissão se pronuncie.

Nós vamos reiterar o primeiro ofício.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. relator, não vejo qual é a dificuldade de se colocar, por exemplo, a segunda parte deste ofício, aqui, que diz: "Com dotação orçamentária, que serve de suporte, o Tribunal de Contas é quem deve decidir". Não vejo qual a inconveniência.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Está aqui. O meu apontamento não, sim. O primeiro parágrafo é uma função de responsabilidade total.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Era como estava escrito antes.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Mas, por isso que foi a minha ponderação. Está aqui.

O segundo ponto, evidentemente, como elementar raciocínio, ele como autoridade pública ele tem saber que tem de fazer consulta ao Tribunal de Contas. Compete a nós, num gesto de colaboração, informar. Não estou contra. Só não concordo é que nós venhamos a panger, posso até ser voto vencido, o primeiro parágrafo.

Acho que no 1º 5 nós deveríamos dizer: "Em atenção sua consulta, reportando aos termos do expediente, tal e tal, com uma decisão orçamentária, etc."

Aí, pode colocar e não terá problema nenhum.

Apenas acho que, para resguardo da nossa posição, que já foi gizada num primeiro documento, nada mais estamos fazendo se não manter o primeiro documento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O primeiro documento, permitame eminente Senador Elcio Alvares, foi anterior à decisão do tribunal. O que é que o Secretário quis, na primeira vez? Pelter a Comissão, o secretário, demagogicamente, colocar a Comissão numa posição difícil, dizendo que havia uma carência na Vila do Paraná e que a responsabilidade era nossa postergar-se o andamento da obra. Então, nós respondemos.

Mas, essa decisão, agora, essa carta, já é posterior à decisão do tribunal.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Nós vamos chegar aqui no final, porque parece que todos acham que não se deve colocar é o termo "que torna ilegal a licitação". Isso foi tirado, agora, pelo Presidente nessa nova redação.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não! O acordão é genérico. Quero fazer uma colocação. A hipótese anterior não convola, porque, na verdade, a concorrência, a licitação, foi feita muito anterior à consulta que nós fizemos.

Então, o que me parece é seguinte: não há o nexo causal entre a consulta e a obra em espécie. Então, nós teríamos de mandar para todos, para Bento Gonçalves, para Janaúba.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Já mandamos.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Mas é a questão do talante do administrador. Ele pode não concordar com a interpretação do Tribunal de Contas. É o ponto de vista dele. Agora, quem fez a colocação exata, Senador: nós temos competência ou não para determinar a paralisação? Não!

O SR. AFFONSO CAMARGO - Mas isso já é um consenso, inclusive, do Presidente.

Quero ver se nós chegamos à decisão. V. Exa. poderia fazer uma proposta, porque eu acho que repetir, *ipsis litteris*, alguma coisa que já se mandou, a mim não convence. Mas fazer alguma coisa que diga, mais ou menos o mesmo, faz uma redação e resolve.

O Presidente e o Relator resolvem isso.

Porque o fundamento já está decidido aqui, consensualmente. Nós não podemos dizer que é ilegal.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Gostaria de aprovar o texto. Parece-me que o assunto é polêmico e, inclusive, fui procurado, não li o expediente, vou fazê-lo vou dar, aqui, uma resposta ligeira.

Nós estamos discutindo até agora e não temos a carta do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A carta foi lida, Senador.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - A carta do Secretário é um primor. De sabedoria, é um primor.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vamos dar continuidade aos trabalhos.

A Presidência recebeu ontem uma sugestão do Senador Jutahy Magalhães, do seguinte teor:

"Sr. Presidente: Levando em consideração o teor das duas reportagens cujas cópias estou anexando à presente, considero ser inadmissível a convocação do Exco. Governador do Paraná, Dr. Roberto Requião, bem como a do Ex^{co} Sr. Deputado Max Rosenmann, e do Sr. Toni Garcia, ambos citados pelo Sr. Governador na denúncia que encaminhou ao Palácio do Planalto, divulgada pela imprensa. Fatos como esses devem ser esclarecidos de imediato. Isto só poderá ocorrer se acusados e acusadores forem convocados para depor perante a CPI, da qual fazemos parte. A Comissão deverá decidir se as convocações serão feitas para a mesma hora ou se os depoentes deverão ser convocados separadamente.

Na certeza de que V. Ex^a tomará as providências devidas, com a urgência que se faz necessário, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Jutahy Magalhães

Senador

Aqui está o recorte do jornal,

V. Ex^{as}. já tomaram conhecimento?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Acho que deve ser colocado em votação.

A convocação na minha opinião é pacífica. A dúvida é esta, que o nobre Senador Jutahy Magalhães colocou se é em separado. No meu modo de entender, é que seja em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, também acredito que o normal é que fosse convocado o Governador, que em entrevista on-

tem, publicada hoje no jornal *O Estado de S. Paulo*, já declarou que se dispõe a confirmar na CPI da Corrupção do Senado Federal as tentativas de extorsão de que foi vítima na semana passada. Já tomou conhecimento, já declarou aos jornais que se dispõe a agir.

Acho, primeiro, esgotar com o Governador tudo isso e, depois, ver a sequência.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vou proceder à votação. (Pausa)

Não chamei o Senador Jonas Pinheiro, porque o Senador Affonso Camargo...

Então, a Presidência vai contactar o Sr. Governador, assim como o Deputado Max Rosenmann e o seu suplente, parece-me o Sr. Toni Garcia, para marcar as datas, para que S. Ex^{as}. possam estar aqui presentes. Separados.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores um projeto de lei, que pretendemos - eu, por exemplo, pretendo -, mas que achei por bem que deveria ser a Comissão. Se alguns dos Srs. Senadores achar por bem subscrevê-lo, é que no caso de preço base oculto - é uma modificação do Decreto-Lei nº 2.300 - adotar-se-á o sorteio como forma de desempate, se todos os concorrentes empatarem no preço mínimo. (Inaudível)

Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo. V. Exa. quer usar da palavra?

O SR. AFFONSO CAMARGO - Não. Estou entendendo qual é a intenção do Senador Gerson Camata. É que faz um sorteio e, por desistência, o sorteio se torna um sorteio de uma firma só. Então, aí, não há sorteio. É só isso, evitar esse problema. Estudar uma forma de redação que possa evitar isso.

O SR. GERSON CAMATA - (Fora do microfone.)

O SR. RELATOR (ELCIO ALVARES) - Quero só fazer um aditamento à fala do Senador Gerson Camata. Somos do Espírito Santo. Fomos Governadores. Lá no Espírito Santo, aparecem 15 firmas. Já tem a vencedora, brevemente preparada para ganhar. E ficamos numa situação. É tudo moral, o edital foi bonito, mas entre eles é um negócio diabólico. Os outros concorrentes não têm coragem de enfrentar os grupos mais poderosos. Isso, no Estado, é comum: olha, quem vai ganhar a concorrência que você vai mandar fazer daqui a dois meses é a firma tal. Você fica olhando para a cara do interlocutor e pergunta como é que você sabe o resultado.

Aí, você acha que é o Diretor de DER que é safado, não é não. Reuniram todos os empreiteiros e a outra obra que vem já é da firma tal. Isso acontece no Brasil inteiro. Esse detalhe que está se falando da concorrência de empate.

Aconteceu um caso na SHIS, com uma firma do Espírito Santo, com vinte concorrentes. A nossa firma do Espírito Santo tirou em 11º lugar. Fiquei desanimado e disse que havia perdido porque estava em 11º lugar. Aí, os dez primeiros desistiram. Ele ficou todo feliz e recebeu um cara da SHIS, e foi para lá para assinar o contrato. Quando chegou lá, disseram negativo. Nós mandamos para todos e veio um antes do Sr. e já assinou o contrato na SHIS.

Isso parece brincadeira, mas é verdade! Aí, botaram a culpa no datilógrafo que tinha que mandar só a carta para ele e mandou para todos. Como é que ficava agora, se já estava assi-

nado o contrato? Isso é verdadeiro. É um episódio que aconteceu na semana passada: dez desistiram, o cidadão lá do Espírito Santo achou que ele era o vitorioso, mas não era nada. Era para ele desistir também e apareceu o 15º que estava no rankings.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Vamos voltar esse projeto à assessoria, para ver a possibilidade de incluir esse dispositivo sugerido pelo eminente Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. RELATOR (ELCIO ALVARES) - Gostaria de dizer que essa carta aqui é de advogado. Qualquer crítica é válida para tentarmos chegar a um ponto. Ela diz:

"Em atenção ao seu expediente de 23 de agosto corrente, cumpro-me certificá-lo, conforme deliberação desta Comissão, que estão mantidos na íntegra os termos do nosso Ofício nº 030/91, de 27 de junho p.p., onde, de forma expressa, ficou patente que não está inserida nas atribuições da CPI, a de obstar, postergar ou autorizar a realização de quaisquer obras contratadas pela Administração Pública.

Assim, compete a V.Exa. deliberar sobre o prosseguimento do processo licitatório em espécie ou determinar a sua anulação, reservando-se a esta Comissão o direito e o dever de prosseguir na consecução dos objetivos para os quais foi instituído.

A propósito, encaminho em anexo, cópia do inteiro teor da decisão do Tribunal de Contas da União, Processo TC-013.772/91-O, resultante de consulta formulada por essa Comissão de Inquérito, etc."

Com isso, estamos mandando - e essa consulta é clara - evidentemente, não estamos dizendo que a concorrência foi ilegal, estamos dizendo o seguinte: há uma consulta nossa e que o Tribunal de Contas entende que a consulta é com o preço-base. Acabou o papo, ele que tome a sua atitude. Se ele mandar continuar a obra, amanhã ele responde. Nós cumprimos com o nosso dever, mantivemos o teor da primeira carta.

Não nos omitimos. Estamos mandando para ele não alegar, amanhã, que não tomou conhecimento. Vai em anexo, com o ofício, a cópia da consulta e ele tem que tomar conhecimento.

Está aqui na carta, não estou inovando em nada: "Assim, compete a V.Exa. deliberar sobre o prosseguimento do processo licitatório, em extenso, ou determinar a sua anulação".

Então, quero deixar claro que não estamos tomando posição. Agora, ressaltando a posição da Comissão, nós estamos mandando a consulta. Aí, valeu a observação, conforme já foi remetido através do ofício nº tal.

Acho que valeria a pena, porque nós encaminhamos para ele em 16 de agosto; já tem 12 dias. Se achassem conveniente, nós faríamos um adendo, conforme já foi remetido anteriormente, o expediente que adotamos, não sei, aí ficaria a critério da Comissão, se achar que a redação está válida.

Sr. Presidente, entendo que o texto está válido, deve ser submetido à discussão, referindo-se à correspondência que V.Exa. fez em 16 de agosto, reiterando a correspondência de 16 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eu coloco em discussão a redação do Sr. Relator. Todos de acordo?

Senador Jutahy Magalhães, o que acha?

Senador Magno Bacelar?

Senador Afonso Camargo?

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, rapidamente

estão surgindo agora umas licitações muito interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes do Senador Magno Bacelar sair, quero dizer que amanhã às 10 horas estará aqui presente o Sr. Ministro da Saúde.

O SR. GERSON CAMATA - Tem uma licitação agora, Sr. Presidente, que estão fazendo muito, que é uma licitação - lá no Espírito Santo, então, viraram especialistas nisso - em que o poder público não dá preço nenhum. Faz a média ponderada dos preços apresentados pelas firmas que chegam para concorrer. Então, as firmas ficam sabendo qual é a média. Os empreiteiros, se reúnem, combinados já com o Governo: a firma tal vai ganhar aquela estrada ali, aquela firma vai ganhar aquela ponte, aquela outra firma vai ganhar tal, a outra vai ganhar o outro lado. Então, na ponte, o cara que vai ganhar sabe o preço dos outros e ele bota um preço de média ponderada daqueles outros preços. Aí ele ganha. Quando vai na ponte, essas mesmas empreiteiras vão lá na ponte e bota um preço para aquele outro ganhar. Sai tudo honesto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E não se pode nem fingir de honestidade.

O SR. GERSON CAMATA - Mas eles fazem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Preço ponderado é pior do que preço oculto. O problema nosso, infelizmente, é que estão fazendo muita coisa errada.

O SR. GERSON CAMATA - Mas proclamaram lá que é a concorrência mais honesta do Brasil, que lá ninguém sabe, nem o Governo sabe o preço, só que os empreiteiros sabem a tal da média ponderada que inventaram lá no Espírito Santo agora.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Isso não existe.

O SR. GERSON CAMATA - Tinha isso que proibir aí nessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Eu gostaria de apresentar pela Comissão, Senador.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra, o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Já que V.Exa. manifestou interesse em que o projeto que pretende apresentar seja subscrito também pelos demais membros da Comissão, eu sugiro a V.Exa. que determine a Secretaria tirar cópia do projeto e encaminhar aos demais Senadores para receber sugestões, porque verifico que alguns companheiros gostariam de contribuir na elaboração desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esse projeto é uma complementação à decisão do Tribunal. O Tribunal decidiu considerar irregular, ilícito o preço base oculto, mas ficou ainda um critério subjetivo no caso de preço base, o desempate ser feito através da nota técnica. Então, se todas as empresas quando da qualificação são consideradas idôneas e tecnicamente boas, em condições de realizar a obra, eu acho que nada mais justo, no caso de empate, do que o sorteio.

O SR. NABOR JÚNIOR - Não, eu não discordo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Sim, prevalece o menor preço.

O SR. NABOR JÚNIOR - Que mais se aproximar do preço básico. O preço menor que mais se aproximar do preço básico.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Está no edital, para os casos de empate.

O SR. NABOR JÚNIOR - Como percebi que alguns companheiros fizeram sugestões, eu sugiro que seja enviada cópia para aqueles que quiserem realmente apresentar sugestões, no sentido de aprimorar mais ainda a matéria. Espero, portanto que seja tomada essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A ideia de V.Exa. é muito boa e a Previdência vai orientar a Secretaria no sentido de que chegue às mãos de V.Exa. e dos demais Senadores cópias do projeto.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para amanhã às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

Ata da 8a. Reunião, realizada em 29 de agosto de 1991.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e um, às dezessete horas e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacelar (Presidente), Elcio Alvares, Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro, Nabor Júnior, Affonso Camargo, Gerson Camata, Magno Bacelar, Divaldo Suruaggy, Amir Lando, Jutahy Magalhães e os Senhores Deputados Max Rosenmann, Augusto Carvalho, Flávio Palmier, José Felinto, Roberto Jefferson, Nelson Marquizezelli, Pedro Irujo, Panderney Avelino e Werner Wanderer, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". Havendo adiado, o Senhor Presidente declara aberta a reunião convidando o Excmo. Senhor Dr. Alcení Guerra, Ministro de Estado da Saúde, para tomar assento à mesa e iniciar o seu depoimento. O Senhor Presidente antes de conceder a palavra ao Senhor Ministro, faz algumas colocações, tais como: os fatos que levaram a criação da Comissão, o projeto de lei do Executivo no sentido de coibir a corrupção, os motivos que levaram a convidar Sua Excelência para prestar depoimento perante a Comissão e, por fim, concede a palavra ao Senhor Ministro Alcení Guerra. O Senhor Ministro agradece a oportunidade, externando a satisfação de estar presente para prestar esclarecimentos à CPI. Comenta a respeito dos modelos de editais utilizando o critério de preço fechado adotado pelo Ministério, comenta também sobre a decisão do Tribunal de Contas da União em relação à consulta formulada pela CPI, da qual já havia recebido uma correspondência enviada pela Presidência da Comissão. A Presidência inicia a fase de interpeleções concedendo a palavra aos Senhores Senadores, Nabor Júnior, Affonso Camargo, Jutahy Magalhães, João Galvão, Divaldo Suruaggy, Elcio Alvares, Gerson Camata, Mariuce Pinto, Garibaldi Alves Filho, Eduardo Suplicy e ao Senhor Deputado José Felinto. O Senhor Presidente usa da palavra para esclarecer ao Senhor Ministro que a Comissão diverge de suas colocações quanto à decisão do Tribunal de Contas da União. A seguir a Presidência agradece ao Senhor Ministro a atenção com que Sua Excelência atendeu o convite formulado pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e será a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO A ATA DA 8a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 147, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR MINISTRO DA SAÚDE, ALCENI GUERRA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR
Relator: Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES
NA
CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, ao tempo em que convida o Excmo. Sr. Ministro Dr. Alcení Guerra para tomar assento à Mesa.

A presente reunião tem como finalidade ouvir o Excmo. Sr. Dr. Alcení Guerra, Ministro de Estado da Saúde. S. Exa., como os Srs. Senadores e os presentes, tem conhecimento de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas, foi criada, centrada e em uma carta-denúncia proveniente da Comissão Brasileira da Indústria da Construção nessa carta os empreiteiros ou as empresas privadas alegam que estava difícil continuar a trabalhar para os órgãos públicos, tanto a nível federal quanto estadual ou municipal, porque determinados dirigentes públicos estavam extorquindo, peltando, essas empresas, no sentido de receber bonificação para contratar obras.

Em consequência disso, achamos por bem requerer ao Senado da República a criação desta CPI. As denúncias de corrupção estão em todas as partes do Brasil. Acredito mesmo que ronda até o próprio Governo Federal. Prova evidente do que afirmo é que Sua Excelência o Senhor Presidente da República recentemente enviou projeto de lei coibindo a corrupção, e ontem mesmo o Sr. Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho entregou ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, um novo projeto oriundo do Senhor Presidente da República complementando aquele outro enviado anteriormente, sobretudo no que diz respeito às penalidades e dando rito sumário a todas as ações provenientes da corrupção.

S. Exa., o Sr. Ministro da Saúde foi convidado a estar hoje presente, em face de depoimentos prestados a esta Comissão por vários prefeitos do País. O Secretário de Saúde do Distrito Federal, Deputado Jofran Frejat, na alegação de que nas concorrências para a construção de hospitais e reformas de obras no setor de saúde, o Ministério estava sugerindo a concorrência, tomando por base, tendo nessas concorrências o preço base oculto. Entre os vários casos no Brasil situa-se sobre modo o caso da construção do hospital do setor Paranoá, cuja obra, já em início, o Secretário achou por bem paralisar até determinadas providências.

V. Exa. foi convidado para estar aqui em face do aumento vertiginoso que houve, de 1990 em relação a 1991, de verbas alocadas para a construção de hospitais, da ordem de 1852%. V. Exa. também foi convidado a depor nesta Comissão em razão de noticiário de jornais e de revistas, quanto a concorrência para a construção dos CIACS, quando V. Exa., de acordo com as informações, baseado e centrado em empresas de consultoria, entre elas a PROMAN, fixou o preço de 220 dólares por m² da construção, quando determinadas empresas ou pessoas achavam que esse preço deveria ser da ordem de 400 dólares. Se verdadeiras essas informações, acredito que sejam, quero de antemão prestar minha solidariedade a V. Exa., por esse gesto, proporcionando,

parece-me, uma economia para os cofres do País da ordem de alguns bilhões de dólares, como esclarece a revista Isto.

Por fim, V. Exa está aqui para ser questionado pelo Srs. Senadores, sobre vários assuntos que dizem respeito ao setor de saúde no País.

Diante desta exposição, esta Presidência vai conceder a palavra a V. Exa. por um prazo de 15 a 20 minutos, para que possa fazer os esclarecimentos de praxe, e depois V. Exa. será questionado pelos Srs. Senadores. Quero dizer que a Presidência e a própria Comissão se sentem honrados com a presença de V. Exa., Deputado e Ministro brilhante que é, e que vem desempenhando trabalho importante pela saúde no País.

Concedo a palavra ao nobre Ministro Alceni Guerra.

O SR. ALCENI GUERRA - Sr. Presidente, Ruy Bacelar; Sr. Relator Senador Elcio Alvares; Srs. Senadores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito; Srs. Parlamentares aqui presentes:

Desejo iniciar dizendo do prazer e da satisfação de poder prestar alguns esclarecimentos à CPI, que em boa hora resolveu investigar a contratação de obras públicas por parte dos governos do Brasil, e que me sinto muito à vontade neste lugar.

Por cerca de seis meses ocupei o cargo de relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, e pude sentir durante aquele período de quanta utilidade é para o povo brasileiro e para as suas estruturas de governo a investigação aberta, profunda, democrática, sobre assuntos que de uma maneira ou de outra possam estar incomodando a população brasileira. Quero parabenizá-lo, Senador, pela iniciativa, cumprimentá-lo, porque acho que com este fórum podemos esclarecer muitas dúvidas que têm permeado as páginas dos jornais e que têm agastado a imagem de dirigentes de governo. Considero essa uma oportunidade excepcional para repor algumas verdades e dar testemunho do trabalho que se faz hoje nessa direção.

Quero também resgatar um pouco da minha história pessoal, no início, em relação a esse assunto. Tenho a convicção clara de que fui eleito Deputado Federal, a primeira vez no Paraná, depois de uma passagem por órgão público, em que a principal característica foi uma verdadeira caça às bruxas, à corrupção dentro daquele órgão; a administração naquele período foi citada como modelo e fez com que a nossa equipe de dirigentes no Paraná fizesse o mesmo trabalho de investigação de corrupção, na época da Previdência Social, a nível de Brasil; passamos a investigar também outros estados.

Isto me deu experiência para uma CPI da Previdência Social, que como disse, fui Relator e posso perfeitamente aqui avaliar o trabalho feito nesta Casa nesse sentido no Ministério da Saúde posso dizer que não demos tréguas em nenhum dia e em nenhum instante. No dia seguinte ao da posse, 16 de março, instituímos uma comissão de investigação sobre todos os setores do Ministério da Saúde sem exceção, ou seja uma investigação preliminar de começo de governo. Isso gerou, de imediato, o afastamento dos dirigentes, para que pudessemos propiciar uma investigação em profundidade. O que encontramos de irregularidade, de imediato encaminhamos à Polícia Federal e ao Poder Judiciário.

De lá para cá, numa escalada de aperfeiçoamento da instituição para combate à corrupção, temos um avanço que me permite dizer que, do começo até agora, penso, podemos atingir o que considero

para o presente momento a perfeição, em termos de editais de Centros Integrados de Apoio à Criança, os CIACS, que vieram como evolução natural do aprofundamento de investigações de cotejamento de preocupações com esta própria Casa. Desde maio deste ano, temos um modelo de edital único para o Ministério da Saúde que deve seguir o modelo que os Srs. percebem hoje nos CIACS.

Em relação aos comentários feitos por V. Exa. no início, realmente, entre 26 de dezembro e maio deste ano, o Ministério utilizou o critério de preço fechado nos editais, com abertura do preço apenas no momento da licitação. E eles foram, ao contrário do que foi divulgado na imprensa, de 12 foram, na realidade, 23 editais a quem foi sugerido esse modelo. Desse 23 editais apenas 13 receberam o proposto.

Ao final desta exposição passarei às mãos de V. Exa. um mapa que registra quais municípios receberam esse tipo de edital. Afirmando que nem todos o adotaram na íntegra. Permito-me dizer que nenhum o adotou com absoluta integridade. Mesmo nos casos mais notórios, como o do Paraná, em Brasília, existem diferenças tão importantes que nos permitiríamos dizer que ele fica descaracterizado.

Passarei também o modelo de edital que adotávamos até maio.

Em maio deste ano, percebendo que a imprensa na vinculava seguidamente declarações, inclusive de parlamentares que questionavam a idoneidade desse procedimento, determinei à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde que não mais o adotasse.

De maneira que, quando recebi com bom grado a manifestação de V. Exa., dizendo que o Tribunal de Contas o julgava não adequado, pude ter a satisfação de remeter-lhe correspondência, dizendo que desde maio já havíamos adotado este procedimento, para evitar questionamento quanto à lisura dos editais.

Em relação aos editais dos CIACS, a evolução proposta foi um caminho que nos agradou muito. Nos dias em que Sua Excelência, o Senhor Presidente passou-nos a incumbência de dirigir esse projeto importante do seu Governo - Projeto Minha Gente, a construção dos CIACS - formulamos um modelo de edital em conjunto com essa empresa de consultoria, a PROMON, e, tendo a primeira versão do edital, eu me dirigi pessoalmente ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas e entreguei-lhe o modelo, pedindo que, se não fosse possível fazê-lo de forma oficial, ele o fizesse como um gesto de amizade ao Governo e analisasse o edital. S. Exa. confirmou não ser de sua competência, mas reuniu técnicos do Tribunal de Contas, que e fizeram de antemão algumas preciosas sugestões que redirecionaram o modelo do edital e nos remeteu uma correspondência oficial, dizendo que, pela Constituição atual, o responsável pela análise de documentos dessa natureza seria a Advocacia Geral da União que, no momento, é representada pela Consultoria Geral da República.

Remetemos o modelo do edital à Consultoria Geral da República que, durante cerca de um mês, o analisou artigo por artigo, item por item, parágrafo por parágrafo, chegando a propor quase 100 modificações. Concluímos que tínhamos um documento tecnicamente parte do que exige a total dedicação, a lisura, a seriedade. Eu não diria 100, porque penso que seria um atrevimento, para mim. Para análise ele é perfeito, tem 100% do que exigimos e está aberto à discussão. Apenas no fim do processo poderemos dizer se foi realmente 100% adequado, mas

tenho a pretensão de dizer que temos um documento 100% hábil à execução de contratação de obras públicas. Ele mudou fundamentalmente o critério, inclusive utilizado pelo Ministério da Saúde depois desta análise. Ele se baseia na avaliação preliminar das empresas, diríamos, de caráter morfológico da estrutura das empresas para habilitá-las à licitação; a proposta técnica é submetida a uma análise, permito-me dizer, extremamente objetiva. Tem um número determinado de itens para serem analisados, que estão abertos, e constam do edital. Cada item tem a sua nota consignada e a avaliação é feita sempre numa sala aberta a todos, exposta por transparência. As notas são dadas e até o presente momento, não houve nenhum questionamento administrativo ou judicial dos concorrentes sobre qualquer nota dada.

Essas notas, se não atingirem o total de 80 pontos previamente determinado item por item, eliminam a empresa da concorrência por inabilitação técnica. Atingindo 80 pontos, abre-se a proposta definitiva de preços: se os preços estiverem empatados, a escolha da concorrente será pela proposta técnica, aberta e discutida com a presença dos interessados. Havendo o empate de nota técnica, remete-se para o sorteio.

Já houve um caso dessa natureza, onde, por coincidência, as notas de duas empresas eram absolutamente iguais. Quando pensávamos que iríamos proceder ao primeiro sorteio, houve uma diferença muito grande de preços que nos remetia inclusive para uma economia de 35 milhões de dólares, e a empresa declarada vencedora foi a que apresentou obviamente o preço menor, por isso não foi necessário o sorteio.

Acreditamos haver atingido a segurança de 100% quanto à lisura e abandonamos todos os processos antigos por acharmos o atual realmente o mais consistente na defesa dos interesses públicos.

Em relação ao que V.Exa. disse sobre os investimentos do Ministério da Saúde, eu me permitiria enfatizar que, entre as nossas contas e aquelas apresentadas por V.Exa., existe uma diferença substancial: não temos esses números, vimos a sua entrevista pelos jornais, ontem, analisamos profundamente o nosso orçamento e não chegamos a essa conclusão.

Realmente há um crescimento bom, diríamos perto do que pretendíamos do volume de investimento do Ministério da Saúde, mas poderíamos dizer, em breves palavras, que o crescimento real foi de 1.074%, que entendemos, frente às necessidades que todos os Srs. conhecem, são insuficientes. Há, porém, um ponto que pretendo ressaltar. Tenho certeza de que debateremos isso antes do final. Precisamos melhorar o relacionamento entre o Poder Executivo, e o Poder Legislativo.

O crescimento do Ministério da Saúde, consignado em orçamento, foi de 133,6%. O restante para atingir os 1074% - se descontássemos disso as emendas parlamentares, seria mais fácil - e o crescimento de 1051% deveu-se às emendas que os próprios parlamentares consignaram em orçamento. Esse crescimento, de certa forma, espantoso deveu-se mais à ação dos próprios Parlamentares, que emendaram o orçamento e destinaram recursos especificamente nominando municípios e especificando obras, do que à vontade do Ministério da Saúde.

Esse é um ponto inicial de reflexão e pensamento que os Srs. devem ter. Desse 23 municípios que receberam o edital questionado hoje, todos, sem exceção, foram determinados por projetos de lei do

Congresso Nacional. Foram os Srs. parlamentares que escolheram esses municípios e nós, simplesmente, assinamos esse convênio para destinação dos recursos. A apresentação do edital era, inicialmente, uma prerrogativa de lei nossa; um dos artigos da Lei Orgânica sobre Saúde que trata das competências do Governo Federal, assim reza: "é dever do Ministério da Saúde prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aperfeiçoamento de sua atuação institucional".

Baseado nesse artigo o Ministério fornecia, até maio, para quem solicitasse, modelo de edital e nomes de licitantes. Desde o mês de maio isso está proibido no Ministério. Não fornecemos edital, nem licitante, por entendermos hoje que os municípios têm outros fóruns intermediários, como as secretarias estaduais, para recorrer na formulação de editais ou licitantes que não sejam o Ministério da Saúde. Apesar de sermos os financiadores, os autores da remessa de dinheiro, o questionamento público e a tentativa de preservar a lisura dos procedimentos dos Ministérios sem a certeza de que não incorreríamos em erros com esse edital, fizemos com que proibíssemos o envio desses editais. Ninguém mais no Ministério e em nenhum dos seus órgãos está autorizado a fornecer licitantes, a menos que outro Ministério o solicite - Ministério do governo Federal. A não ser dessa forma não autorizamos. Mesmo o Ministério solicitando, não sendo para o próprio Ministério, não pretendemos mais participar desse trabalho, por entendermos que os Municípios têm outro fóruns para conseguir esse apoio. E fóruns até mais adequados, já que a proximidade de uma Secretaria de Saúde permite fiscalização melhor que o Ministério da Saúde que fica, às vezes, a milhares de quilômetros para averiguação disso.

Todo o nosso programa, Sr. Presidente, passa por uma transformação, e temos a certeza de que muitos dos questionamentos que sofremos hoje são dores de parto, há uma profunda modificação determinada pela lei na atuação do Ministério da Saúde. As ações da saúde estão sendo municipalizadas. Com o passar do tempo, deveremos ser apenas as instituições que fazem com que as decisões do Congresso Nacional, em termos de investimentos, cheguem a seus municípios. Temos, também, o dever de planejar, e este é um dever manifesto na lei, de fiscalizar. Eu diria que até o fim do presente Governo o Ministério da Saúde deverá ser o grande agente financiador, o grande agente de planejamento e o grande agente de fiscalização. E não executará mais qualquer atividade de saúde, que ficará a cargo principalmente dos municípios e um pouco com os Estados.

Esse entendimento tem sido difícil de ser permeado por todas as pessoas do Brasil que ainda encarnam o modelo antigo e nos causam muitas dificuldades. O questionamento sobre o que recebe São Paulo, o que recebe o Nordeste é permanente nas páginas dos jornais.

Quanto a isso, o esclarecimento final que eu gostaria de dar é de que realmente o Estado de São Paulo caiu em seu nível de financiamento, de 35% dos recursos totais para cerca de 25%. O Estado de São Paulo tem uma população de 20% do total brasileiro e recebia 35 a 36% - recebe hoje entre 25 e 26%.

Quero deixar claro que isso não significou redução de envio de valores em dólares. Em valores corrigidos, o que o Estado de São Paulo recebia no ano de 1979 é menor do que em 1990, e menor do que 1991. Houve um aumento global do orçamento do Ministério da

Saúde com maior destinação de recursos ao setor saúde; todos os Estados tiveram aumento, alguns privilegiados, porque não o eram antes, como os Estados do Nordeste que receberam aumentos muito grandes.

Esses questionamentos têm sido muito frequentes e percebe-se que, geralmente, são feitos sem base técnica profunda, não são usados os mesmos indicadores para deflacionar os investimentos, para corrigi-los chegando, às vezes, a alguns resultados estapafúrdios inaceitáveis. Mas os números no Ministério da Saúde estão à disposição de todos onde poderá ser constatado que nenhum Estado deixou de receber um aumento de pelo menos 50% no período de 1989 a 1991. Todos tiveram aumento real, alguns menores do que outros, em função da correção de distorções históricas, que pretendemos até o fim deste ano corrigir com um estudo aprofundado do art. 35 da Lei Orgânica de Saúde, que disciplinará definitivamente a remessa automática e regular os Estados e Municípios.

Sr. Presidente, não quero tomar tempo do que, penso, poderá ser uma útil discussão, através dos questionamentos dos Srs. Senadores, para que possamos enriquecer este debate e realmente prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, que fará alguns questionamentos à V.Exa.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Ministro, gostaria de formular alguns questionamentos com relação a esses 23 editais aos quais o Sr. se referiu durante a sua exposição.

Quantos editais obedeceram ao critério do preço básico oculto, e quantos foram lançados com base nessas normas as quais V. Exa. se reportou e que foram, inclusive, objeto de apreciação da Consultoria-Geral da República? Esta é a primeira pergunta.

O SR. ALCENI GUERRA - Dos 23 municípios que solicitaram o edital, a informação que temos passível de alguma correção é de que todos utilizaram o preço oculto.

Com relação ao modelo novo aprovado pela Consultoria-Geral República, está sendo utilizado apenas na licitação dos CIACS, já que para o restante das obras financiadas pelo Ministério da Saúde, a partir de maio, proibi a indicação de licitantes e a sugestão de editais. Isso deve ficar a cargo dos próprios municípios; eles têm autonomia para escolher o seu método de licitação e devem responder individualmente à Justiça, ou ao Tribunal de Contas, sobre qualquer falha nos processos licitatórios.

O Ministério da Saúde, de agora em diante, deverá utilizar sempre o método aprovado pela Consultoria-Geral da República, que até, o presente momento só é utilizado para os CIACS, porque é a única obra que o Ministério da Saúde, representando o Ministério da Criança, contrata individualmente, representando o Governo. As demais obras do Ministério da Saúde estão sendo licitadas pelos Estados, universidades e municípios e não fornecemos edital nem o licitante.

O SR. NABOR JÚNIOR - De conformidade com a decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União, essa licitação que leva em conta o preço básico oculto, não tem o cunho de ilegalidade, de acordo com a decisão do Tribunal.

Então, eu perguntaria a V.Exa: mesmo que esses editais tenham sido lançados pela Secretaria de Saúde dos Estados e Municípios, e que as empresas que foram contratadas com base no resultado

dessa concorrência, dentro da sua avaliação, essa decisão do Tribunal modificaria o andamento da obra, ou só teria validade daqui para a frente?

O SR. ALCENI GUERRA - Não sou, nobre Senador, profundo conhecedor de leis, por isso eu devo me basear sempre na Consultoria do próprio Ministério, na Consultoria-Geral da União e na Procuradoria-Geral da República.

Como ex-parlamentar e afeito ao processo de feitura de leis, entendo que processos contratados anteriormente - e essa é a opinião da minha Consultoria jurídica - são preservados, dentro daquele argumento de que o fato jurídico perfeito não gera penalidades. Entendemos que as prefeituras que contrataram sobre esse edital, não tenham cometido nenhuma ilegalidade, essa é uma proposta atual do Tribunal de Contas e não temos o poder legal de determinar as prefeituras que rompam o contrato com as empresas construtoras. Essa é uma deliberação única dos Srs. prefeitos municipais, eles têm autonomia para isso. Mas estamos estudando partindo do princípio de que o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, no caso, não possibilitam a anulação dos contratos. Essa é uma versão preliminar, verbal e de pronto da nossa consultoria. Aguardamos, assim, uma manifestação, a posteriori, mais aprofundada.

O SR. NABOR JÚNIOR - O Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal, Deputado Jofran Frejat, em ofício que endereçou à Presidência da Comissão, comunicou a sua decisão de suspender a continuação das obras do Hospital do Paranoá, levando em conta as declarações do Presidente desta Comissão, Senador Ruy Bacelar, numa entrevista ao Boa Dia-DF, em que citou a decisão do Tribunal de que aquela obra seria ilegal. Desta forma, o Secretário comunicou à Comissão haver suspendido a execução da obra.

O que V. Exa. pensa dessa decisão do Secretário de Saúde? Ele, inclusive, pediu a manifestação da Comissão, se deveria ou não manter a sua decisão de suspender as obras do Hospital do Paranoá. Quer dizer, quis exonerar-se de uma responsabilidade que é inerente à sua Secretaria, para transferi-la a esta Comissão.

O SR. ALCENI GUERRA - O Secretário Jofran Frejat, em diversas ocasiões, deu demonstração de seriedade e lisura frente a esse processo. Logo nas primeiras acusações de que havia uma disparidade muito grande entre o preço mínimo e o preço vencedor da licitação, em contato comigo e com o Governador Joaquim Roriz, ele manifestou a intenção de suspender o convênio, de retardar o início da obra ou cancelá-lo, até uma averiguação, que foi feita por pessoal de sua Secretaria, a respeito dos preços de mercado praticados no Brasil. A informação que obtive, depois, do Sr. Secretário, é que ele havia verificado em diversos Estados brasileiros, e tendo o cuidado de que houvesse administrações de diferentes cunhos partidários, percebeu que o preço vencedor da licitação era o praticado em todos os quadrantes do Brasil. Assim, reiniciou-se o processo, e lhe encaminhamos os primeiros recursos para a execução da obra.

Recentemente, soube - apenas pelos jornais - que ele havia encaminhado uma carta à Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo que suspendia as obras até o esclarecimento definitivo da situação. Quero crer que seja um processo que busca a seriedade completa do procedimento. Se é uma obra que está em questionamento, o questionamento vem de figuras respeitáveis da República, a quem devemos a obri-

gação da investigação sobre suas acusações. Penso que ele se portou de uma maneira adequada.

Como é preliminar, como não está decidido o fato, se reinicia ou se cancela definitivamente, penso que devemos aguardar a manifestação final do Sr. Secretário. Por estarmos em meio a um assunto que se tornou eivado de emocionalidade, a reflexão por alguns dias não fará mal a ninguém, até que tenhamos a certeza da lisura completa da obra.

O SR. NABOR JÚNIOR - Mesmo se levando em conta que as dotações orçamentárias para a construção dessas novas unidades hospitalares em diversos Estados do País foram decorrentes de emendas apresentadas por Parlamentares à proposta orçamentária do ano passado, pergunto se não seria de melhor política a recuperação das unidades que estão superadas, em situação precária. Temos acompanhado pelo televisão, seguidas vezes, mesmo em Brasília, hospitais sem a mínima condição de funcionamento, outros já inaugurados - como é o caso do Hospital Geral do Acre -, mas sem condições de funcionar por falta de equipamentos. E por aí afora. Está-se utilizando muitos recursos na construção de novas unidades hospitalares, quando a rede física da própria União, do Inamps e dos Estados está em situação de sucateamento, sem condições de funcionar e a imprensa tem denunciado esse fato com bastante assiduidade, como temos acompanhado pela televisão.

Qual a opinião de V.Exa. sobre esse assunto?

O SR. ALCENI GUERRA (Ministro) - O grande percentual, lamentando não poder dizer-lhe o número preciso, Senador mas, seguramente, entre 85% e 90% dos recursos de investimento de decisão pessoal do Ministro foram alocados, este ano, para a recuperação de unidades já existentes. Os investimentos novos, que estão sendo feitos, em sua grande maioria, são determinados pelos Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados. É altamente questionável o modelo atual que, por ter sido votado o orçamento num período que antecedeu a Lei Orgânica, manda os seus investimentos obedecerem os Planos Estaduais de Saúde. Os Planos Municipais de Saúde, ainda têm essas distorções. O Programa Pró-Saúde, das capitais brasileiras, recebeu neste ano grandes investimentos para recuperar todas as unidades públicas de saúde, do vaso sanitário ao teto, do chão ao teto, a lâmpada, com tudo o que há no meio, raios-X, não só incluindo a recuperação dos equipamentos, mas a colocação de novos equipamentos. Esse processo termina sempre na inauguração de uma central informatizada, de marcação de consultas e marcação de internações. As duas únicas unidades que estão prontas são Belo Horizonte e Florianópolis. Todas as outras 27 capitais brasileiras têm o seu processo em andamento. Assim, posso dizer com absoluta tranquilidade que o grande percentual de investimentos, de decisão do Ministro, são para a recuperação de unidades. Os investimentos são de 15% ou 20% no máximo - encaminharei mais tarde os números com mais precisão - são de novos investimentos do Ministério da Saúde. Estes decorrem em quase sua totalidade das emendas parlamentares. Para corrigirmos isso, para o ano que vem propomos o seguinte: V.Exas. estarão recebendo o orçamento dentro de alguns dias, e perceberão que o Ministério da Saúde não fixou nenhuma obra. Não declarou a intenção, e não consignou em valores, importância para nenhuma obra. Deixou em aberto. Faço a sugestão a V.Exas. que aqui no Congresso delimitemos apenas o total de investimento por Estados; depois, em contatos com os Srs. Governadores, Srs.

Prefeitos e Srs. Parlamentares, possamos adequar de maneira mais correta os investimentos dentro de cada Estado, iniciando com essa sua preciosa sugestão: recuperando o que já existe, completando o que foi iniciado, colocando para funcionar o que pode ser colocado, e só então iniciar obras novas, que considero o processo correto da administração.

No ano passado, recebemos do Congresso Nacional, a preços de abril, valores para investimentos de Cr\$ 112 bilhões, na sua quase totalidade para obras novas. É uma distorção que surge nesta Casa e que nós, em conjunto, precisamos corrigir. O primeiro passo para isso tomou-o um Ministro de Estado, ao mandar para cá um orçamento completamente em aberto, para que fossem colocados os valores por Estado ou município, ou, se V.Exas. desejarem, colocar obra por obra, o que é um procedimento inadequado pelo tempo que temos para decidirmos isso.

Desde junho, venho solicitando aos Secretários Estaduais de Saúde que procurem os Parlamentares e encaminhem a eles as sugestões de prioridades dos seus Estados. Até o presente momento não recebi notícias de que qualquer Parlamentar tenha recebido essas sugestões para que votar o Orçamento. Mas o orçamento virá completamente aberto para que possamos direcioná-lo conforme as necessidades de cada Estado.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, esta será a última pergunta. Com relação aos CIACs, programa que V.Exa. está dirigindo, parece-me que a proposta do governo é construir 3 mil a 5 mil deles. Não seria mais conveniente recuperar o rede física já existentes? As escolas estão sem funcionar, precisam de reparos imediatos. Mesmo na Capital da República, os jornais estampam escolas sem instalações hidráulicas e elétricas adequadas para o seu funcionamento, carteiras quebradas, jogadas no pátio; diretores dos estabelecimentos reclamando sobre a falta de condições para o funcionamento... e o Governo com o programa de investir em novas obras. É isso o que a sociedade está questionando. Dentro da mesma linha de raciocínio que V.Exa. acaba de expedir, com relação às unidades hospitalares, creio, também, que ela tem validade no que tange à rede escolar do País. É um investimento altíssimo que o Governo está fazendo, e está sendo muito questionado. V.Exa., em entrevista concedida a Isto É, diz que recebeu pressões de determinados empreiteiros para aumentar o preço do metro quadrado dessas unidades, se não me engano, de US\$ 200 e poucos dólares para US\$ 400. Gostaria que V.Exa. se manifestasse a respeito dessas duas questões, encerrando, Sr. Presidente, a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ALCENI GUERRA - O erro mais comum que percebo em relação aos CIACs no Brasil é esse erro decorrente, ainda, da falta de informação precisa, de todos os dias, que se possa fazer sobre os CIACs. Os CIACs não são escolas, são Centros Integrados de Atenção à Criança.

O Senhor Presidente, em janeiro deste ano, impressionado com as estatísticas e os indicadores sociais da criança brasileira, que apontavam para os maiores índices de mortalidade infantil do mundo e de evasão escolar e repetição das Américas, com um percentual gravíssimo de crianças com algum sinal de desnutrição - em torno de 30% -, com

5% de crianças com sinais graves de desnutrição e com o que agora se configura como uma ponta de um iceberg, porque há grupos de externínio atuando para eliminar crianças nas capitais brasileiras, determinou que cumpríssemos o art. 227 da Constituição, uma emenda popular na fase Constituinte, que diz que é dever do Estado atender a criança de forma integral: em educação, saúde, alimentação, esporte, lazer, defesa dos direitos humanos, que determinou a criação desse projeto.

Dentro desse projeto existe uma escola de tempo integral, que ocupa 1.500 m² de área e que pretende - discute-se ainda, está em discussão até o fim de setembro o processo pedagógico dos CIACs - manter dentro dessas estruturas a criança por 9 horas diárias, dando-lhes cinco refeições diárias. Essas estruturas têm um centro de defesa dos direitos humanos, onde vão estar localizados fisicamente os conselhos tutelares dos municípios e os conselhos municipais de defesa da criança e do adolescente dentro de cada unidade. Existe uma creche, uma pré-escola, existem locais para esporte, ginásio de esporte e campo de futebol, existe biblioteca, um posto de puericultura. Enfim, é uma gama de ações que pretende atender integralmente a criança. E a escola é um dos detalhes - eu me permitiria dizer - o mais importante, dado que o aspecto educacional da criança brasileira tem sido relevado a um segundo plano, e precisamos resgatar essa possibilidade.

Temos tido a colaboração de alguns notáveis componentes desta Casa, como o Senador João Calmon, que há poucos dias, quase incógnito, conseguiu colocar um artigo na Lei de Diretrizes Orçamentárias que viabiliza a implantação dos CIACs no Brasil inteiro. E a escola é o detalhe mais importante, mas é um detalhe do CIAC.

Com relação à segunda parte do argumento de V.Exa., de que algumas escolas estão caindo aos pedaços, precisamos recuperá-las, o argumento é correto. Mas lembraria a V.Exa. que, se atingíssemos a capacidade total, instalada, de construir CIACs, que são 5 mil, estaríamos atendendo cerca de 5 milhões de crianças, ainda muito aquém do déficit relacionado por parte dos Srs. Governadores, que apontam para uma insuficiência de salas de aula de cerca de 10 milhões de crianças atualmente no Brasil. Mesmo que contruíssemos todos os CIACs e recuperássemos todas as escolas, ainda assim teríamos falta de outras para atender a demanda. Então, não é excludente. Apesar de que alguns Governadores de Estado, como o do Piauí, o de São Paulo e o de Mato Grosso do Sul me procuraram nos últimos dias, dizendo que não pretendem construir escolas tradicionais e normais e concentrá-las através dos CIACs nos seus Estados, até para que, no caso do Mato Grosso e do Piauí, o dinheiro que vão economizar na construção de salas de aulas possa ser revertido para um aumento do salário e do treinamento dos professores.

Com relação à última de suas argumentações, a respeito de pressão da construção dos CIACs, elas existiram, são inegáveis, são públicas. A equipe técnica que dirige o processo de concorrência dos CIACs foi procurada. Se V.Exas. quiserem usar a palavra "pressionados" podem fazê-lo. Pressionados para aumento do preço. A empresa de consultoria foi procurada e em nenhum momento consideramos isso um crime. Vivemos num País absolutamente democrático. Quem se julga atingido nos seus interesses tem o direito, ou até o dever, de procurar pressionar, contra-argumentar. Crime seria se nós, convictos de que temos um preço correto, cedéssemos à pressão. Aí poderíamos ser acusados de criminosos. Não cedemos porque estamos convictos de que com esse preço pode-

mos construir essas unidades. São preços que foram estudados com profundidade, foram detalhados item por item; os preços unitários foram baseados nos índices das próprias organizações que congregam empresas construtoras ou empresas públicas de notória credibilidade. E com base nesses preços fixamos os índices, colocamos no edital. E era nossa obrigação - minha e dos meus assessores - resistirmos a qualquer tipo de pressão. A pressão sempre vem. Recordo-lhes, quando estava nesta Casa, de que fomos muitas vezes pressionados por votações que se tornaram marcas desta Casa: as Diretas Já, o mandato do Presidente, o Parlamentarismo, o Presidencialismo. Pressão é algo com o que precisamos aprender a conviver. Ceder a elas é criminoso quando temos a certeza que estamos no caminho correto. E foi isso o que fizemos. Realmente houve essa pressão. Resistimos porque entendemos que estávamos seguros da nossa verdade. E estamos com o processo de licitação ao meio, muito bem encaminhado, sem questionamentos da lisura do processo, apenas com questionamentos administrativos sobre alguns itens do edital que também devem ser encarados com naturalidade. Qualquer empresa tem o direito de questionar quando se julga lesada nos seus interesses.

O SR. NABOR JÚNIOR - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, diante das respostas que o Sr. Ministro deu até agora, eu me reservaria mais para o final. V.Exa. poderia chamar o próximo inscrito, porque as perguntas do Senador Nabor Júnior foram sobre o que pretendíamos também perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Afonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu estaria mentindo se dissesse que estou surpreso com o depoimento de V.Exa. E também estaria mentindo se dissesse que não estou feliz com o depoimento de V.Exa. V.Exa. é meu conterrâneo, é político tradicional do meu Estado e deixa evidente - e eu disse isso inclusive no dia que a Comissão resolveu convocá-lo - a certeza de que estava jogando no time daqueles que querem realmente colocar as coisas nos lugares certos. Além disso, ainda traz hoje uma idéia, que também não surpreende, bastante clara em favor da descentralização.

Quando tive a oportunidade de ser Ministro por 11 meses, e possibilitar a extinção da TRU e a criação do IPVA, os meus assessores me olharam como se fosse um extraterreno, alguém que abre mão de uma taxa que era federal para transferir para Estados e Municípios. Acredito que V.Exa. passe muito por isso também porque a mentalidade brasileira é centralista. É natural que tenha sido assim. A História de Brasília foi uma de centralização de poder. E sabemos que uma das formas mais eficazes de se combater a corrupção é a descentralização. A centralização do poder de decisão é evidente que estimula, pelo menos possibilita a corrupção.

Queria só deixar um registro, porque ainda não sou daqueles entusiastas dos CIACs, porque fiz questão de visitar os CIEPs e ficou muito vinculada a uma idéia do Governador Brizola. Visitei os CIEPs e vi que a sua maioria foi um grande fracasso, porque a idéia é boa, mas não funcionou na prática. Não havia possibilidade de criar toda aquela manutenção caríssima do aluno, e até porque, dentro da visão de descentralização - acredito que esse problema dos meninos do Brasil é

terrível, são problemas de primeira responsabilidade do município e segundo, do Estado. Penso que não é um assunto para o Governo Federal executar. Mas esse é um assunto polêmico. Não quero dizer que esteja contra. Só digo que não sou entusiasta. E até espero que o tempo me desminta, e que realmente essas obras - sei que vão ser muito bem conduzidas por V.Exa. - funcionem bem.

Eu gostaria de complementar a pergunta do Senador Nabor Júnior: V.Exa., tem uma sinceridade e franqueza, incomuns nos políticos brasileiros. Sempre digo que temos três pragas no nosso País que tem que ser eliminadas: a corrupção, a mentira e o desperdício. Somos campeões nisso. E que são causas. O Presidente Collor, na sua campanha, dizia que as três pragas eram: a corrupção, a miséria e inflação. Mas creio que miséria e inflação são efeitos. Causa é mentira, desperdício e é corrupção.

V.Exa., com a sua franqueza - os jornais e revistas disseram que não houve só pressão das grandes empreiteiras, mas que havia quase que um dualismo no Ministério-, defendia o preço mais barato, e o Sr. Secretário Executivo defendia o preço mais alto. Então, eu gostaria de saber se houve realmente isso ou se foi só por parte dos empreiteiros.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar)- Com a palavra o Ministro.

O SR. ALCENI GUERRA - O Ministério da Criança é um programa de Governo que inclui a coordenação de todas as atividades sobre a criança em todos os Ministérios do Governo do Presidente Collor. O Ministério da Saúde sedia, administrativamente, o programa, por ser o Ministro da Criança o mesmo Ministro da Saúde. É o Dr. Luiz Romero Farias, que teve o seu nome vinculado nessas pressões é, unicamente, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. Quando nós formamos a equipe para tratar do projeto "Minha Gente", eu me vali de pessoas com experiência na área de construção: trouxe o Diretor Administrativo da Itaipu binacional; o ex-diretor financeiro, da Eletrobrás, Dr. Paulo Aguiar; pessoas com notório conhecimento em administração de grandes obras brasileiras, notadamente aquelas que exigiam concreto em grande quantidade, e trouxe outras pessoas para associar ou para formar uma equipe e ela é independente da equipe do Ministério da Saúde e, desde o início, determinei, até para preservar a continuidade dos trabalhos do Ministério da Saúde, que o projeto "Minha Gente" do Ministério da Criança, fosse tratado isoladamente e determinei, também, que os membros do Ministério da Saúde não recebessem nenhuma informação a respeito do processo de concorrência e edital do projeto "Minha Gente".

De maneira que, o Dr. Luiz Romero Farias, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, jamais teve acesso a preços, ele não poderia falar sobre esse assunto porque sequer sabia o valor de que tratávamos. Não teve acesso a edital nem a nenhuma reunião de que participamos. Se ele fez qualquer colocação a respeito do preço, o fez sem conhecimento de causa, porque o segredo final do preço de 220 dólares, guardado a sete chaves, foi revelado depois da zero hora do dia em que o edital estava sendo lançado, para que não tivéssemos nenhum questionamento jurídico. Não procedem as afirmações de que ele teria influenciado no preço, porque dele não tinha conhecimento.

Com relação, Senador, ao projeto dos CIACs, permita-me não perder essa oportunidade, ainda que por cinco minutos, de influenciar uma cabeça tão brilhante que possa, depois, defender os CIACs. Realmente, não é competência da União o ensino básico, que é dos itens

dos CIACs, mas nós entendemos que os municípios, recebendo uma obra tão grandiosa, não teriam capacidade de custeá-la, apesar do custo mensal projetado ser infinitamente inferior ao que foi divulgado, por ser uma obra muito racional.

No instante em que o Senhor Presidente manifestou o desejo de que a União participasse do custeio integral dos CIACs, como participe, como uma das três partes, ele viabilizou o projeto. O orçamento que os senhores estão recebendo da União terá cerca de 40 bilhões de cruzeiros, a preços de abril de 91, para o custeio dos CIACs. Isso fará com que cada CIAC tenha um financiamento de três partes ou quatro: a União, os Estados e Municípios. Antecede à assinatura do convênio de construção a assinatura do convênio de manutenção, de custeio dos CIACs. Nenhum CIAC será construído se não tiver, preliminarmente, um convênio de custeio. A partir daí, o Presidente da República preocupado com a possível criação de 500 ou 600 mil novos empregos públicos para atender aos CIACs pediu-me que nós organizássemos um novo sistema de gestão e a solução foi simples, como acontece em todos os países que desenvolvem, no presente momento, obras sociais: os CIACs não terão funcionários públicos, eles não serão contratados para dirigir, para prestar serviços no CIAC. Os funcionários serão dos CIACs, que serão das comunidades que escolherão a sua empresa gestora, que contratará os funcionários, e receberá um contrato de franquia em que consta desde a cor do uniforme do recepcionista até o índice de cobertura vacinal, de prática de esportes das crianças, até o índice de repetência, o índice de evasão escolar.

No fim do ano, as Secretarias Estaduais, os Municípios e o Ministério da Criança farão a análise do cumprimento ou não do contrato para saber se ele será ou não renovado. Nós saímos com isso do serviço estatal para o serviço público sem perdermos as prerrogativas e os currículos que são determinados pelas Secretarias Estaduais e pelos Ministérios da área. É um contrato de franquia, é um franchising que será administrado pela comunidade com o financiamento de três setores, que são o Município, o Estado e a União. Apenas em passant quero relatar que almocei com o Senador Albano Franco, e fui convidado pela entidade que ele preside, Confederação Nacional da Indústria e pela FIESP, em São Paulo, que me argüíram sobre a possibilidade de as empresas participarem do gerenciamento e do custeio desses CIACs. A proposta recente que me foi trazida através do Governador Luiz Antônio Fleury foi se nós poderíamos abrir mão de uma parcela do salário-educação para as empresas que investissem diretamente nos CIACs, que lhes interessam, por terem naquele bairro, naquela localização, famílias de seus funcionários. O Presidente da República concordou e determinou ao Ministro Goldemberg que fizesse o estudo.

Má dois dias, recebi uma outra sugestão de empresas - eu a considero melhor - para utilizarem à noite os CIACs, a escola de tempo integral, para treinamento do seu pessoal em contrapartida de investimento para o custeio dos CIACs. De maneira que estamos abrindo caminho para a quarta forma de financiamento. Agora, a gestão será através da organização da comunidade: associação de pais, clubes de serviços, empresas que estejam ali localizadas, que recebam a delegação da comunidade. Será uma gerência comunitária: o Estado brasileiro através dos seus governos, não contratará funcionários públicos para dirigirem os CIACs, apenas determinará o seu programa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Continua com a palavra V.Exa.

O SR. ALCENI GUERRA - Eu reitero e espero que dê tudo certo. Pareceu-me que o processo foi inverso, não se discutiu primeiro para depois tomar a decisão, eu não quero polenizar com V.Exa., eu já disse que estou torcendo para dar certo, foi um processo inverso primeiro, se decidiu e, agora, está-se se discutindo e bem. Acho, inclusive, que essa solução da manutenção feita pela comunidade é interessante, mas é evidente que, pela pressa com que foi tomada, e o assunto é urgente, é claro, que a comunidade não foi consultada para ver se era exatamente esse tipo de obra... não a consulta que sei V.Exa. e eu gostaríamos que tivesse sido realizada porque conheço a sua formação democrática. Foi uma decisão, evidentemente, autocrática e que agora se procura consertar e eu espero que dê tudo certo. Estou dizendo que tive uma experiência com CIEPs, que foi citada como uma grande solução, e, realmente, na prática, não estavam funcionando, e a saída que está sendo apresentada agora é mais moderna. Eu, sinceramente, espero algum dia encontrar V.Exa. e lhe dar os parabéns, mas, ainda não estou convencido de que será este tipo de obra - uma obra grande e não várias obras pequenas - que será a melhor solução.

Mas, de qualquer forma, o que vale não é o problema dos CIACS. Mas sua presença aqui, é saber que em maio já se mudou esse sistema de editais, V.Exa. sabe e nós, políticos, também que esse problema da corrupção está aí. Em nosso país procura-se ganhar de uma maneira mais fácil; e as empreiteiras estão sempre aí querendo fazer pacotes, tentando sair na frente, sempre procurando as prefeituras do interior, sempre dizendo "deixa que eu arrumo o dinheiro desde que você me dê a obra", isso a gente sabe que existe no Brasil e a forma de coibir é exatamente com um sistema que modernize a licitação, que iniba essa atitude que infelizmente, acontece. E a forma de resolver esse problema é mudar o sistema de editais, porque mudar a mentalidade das pessoas nós não vamos conseguir em 24 horas, e esse é o grande objetivo de nossa Comissão que ficará muito satisfeita - e já está colhendo os frutos. V.Exa. já falou antes, mas essa decisão do Tribunal de Contas foi fruto dessa Comissão, o que nós queremos é que se implante o sistema de licitação para que se evite a corrupção, dessa maneira é que ajudaremos o País, porque é evidente que a corrupção é a irmã mais próxima da inflação, porque ela aumenta o custo público e o déficit público.

Muito obrigado e parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Ministro, eu tive a oportunidade de encaminhar um requerimento de informações a respeito de CIACS e V.Exa. deu uma resposta bem detalhada sobre as questões levantadas no meu requerimento e, possivelmente, por um equívoco de redação da parte de V.Exa. houve uma resposta que não atendia, pelo menos, à intenção do que solicitava. Por isso aproveito sua vinda, neste instante, para solicitar um esclarecimento.

V. Exa., na resposta ao requerimento, declarou que existe, na realidade, uma empresa que está fazendo a elaboração do projeto básico das unidades Ceiacs, e essa empresa é a PROMON - Engenharia Ltda., com sede no Rio de Janeiro.

A pergunta, essa a minha idéia, é para saber se, para chegar à indicação dessa empresa, teria sido feito concorrência pública, para que essa empresa viesse a ser, então, a encarregada da elaboração desse projeto básico das unidades. E qual o custo desse projeto? Foram as duas perguntas que não obtive resposta no requerimento - como eu digo - possivelmente até pela forma como o redigi. Porque V. Exa. dá uma resposta sobre o custo unitário de cada unidade e dá, também, que a concorrência ainda está na fase inicial e tal e por isso não foi ainda realizada.

Então a primeira pergunta seria se houve a concorrência

O SR. ALCENI GUERRA - Pois não. Eu vou lhe encaminhar a posteriori, não trouxe aqui, Sr. Senador, o processo de contratação da Promon. Ele já é de domínio público, foi divulgado por todos os jornais. A nossa Consultoria Jurídica e a nossa - Secretaria de Controle Interno - se manifestaram sobre a dispensa de licitação da Promon, em função de aspectos técnicos, estão muito claros no edital de notório conhecimento, exclusividade de conhecimento, e a dispensa de licitação foi feita em cima desses critérios que lhe encaminharei a posteriori, porque infelizmente não trouxe aqui.

Em relação ao preço, não temos condições de lhe dar antecipadamente porque o contrato com a Promon é por atividades exercidas. De maneira que nós só pagamos o que eles realmente fazem, não é um preço contratado antecipadamente, mas poderei lhe encaminhar as tabelas dos serviços que pretendemos contratar durante o período em que elas tiverem a vigência desse contrato. Alguma coisa já foi contratado e lhe encaminharei, também, o que já foi contratado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou recebendo aqui uma cópia do Diário Oficial de segunda-feira, 1º de julho de 1991, que estabelece como valor do contrato 1 bilhão e 344 milhões de cruzeiros.

O SR. ALCENI GUERRA - E. Existem vários itens dentro desse contrato que não tenho condições de lhe informar agora. Pretendemos contratar diversas modalidades de serviço, do projeto ao controle de qualidade do Ceiacs - inclusive já está sendo construído aqui em Brasília - pretendemos, para maior rapidez, contratar através de uma das empresas - ou a Novacap, ou a Riocop, ou a Promon - formas para as demais fábricas - e esse 1 bilhão e 800 se referem a itens especificados que não tenho aqui e terei o prazer de lhe encaminhar depois.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Discuto muito o título das nossas comissões. Comissão Parlamentar de Inquérito. Acho esse título errado. Deveria ter um outro significado. Porque, muitas vezes, quando se fala Comissão Parlamentar de Inquérito e se diz: nós vamos aqui convocar o Sr. fulano..., então já se pensa que o fulano é réu. Não é nada disso. É que estamos aqui buscando informações. Não é o caso de V. Exa., porque V. Exa. deu aqui várias informações que, no caso, muitas das minhas perguntas estariam baseadas nessas informações já prestadas. Mas há uma delas que V. Exa. já deu uma explicação, mas me chama a atenção, que é o problema do orçamento do Ministério da Saúde. V. Exa. já deu uma explicação de que foram recursos alocados no orçamento aqui através de emendas dos próprios Parlamentares. Então aí criou essa distorção. Para a construção foram alocados 70,90% dos recursos do Ministério da Saúde para a construção; para reformas, 1,16%; para conclusão e equipamentos, 1,44%; reforma e ampliação, 3,05%. Então, a ênfase é a construção, 70% e construção e equipamento, 13,54%. Então, es-

sa distorção, realmente, é gritante. Se a responsabilidade é do Congresso estaremos na necessidade de modificar essa prática. V. Exa. fala que, para o próximo ano, fez uma proposta aberta, para que aqui, então, se estabelecesse os recursos que deveriam ser alocados para os diversos Estados. Mas não seria melhor já o Ministério da Saúde fazer uma proposta, dar um quadro geral das necessidades que o Ministério tem conhecimento, das necessidades dos Estados, para ter uma planificação global do País e não uma disputa de prestígio na Comissão de Orçamento, para ver qual é o Deputado que arranca mais recursos para o seu Estado, sem que haja, na realidade, um planejamento global para estabelecer esses recursos? E, também, V. Exa. falou mostrando aí o que propôs, o que o Ministério propõe e quais os quantitativos de cada item? Que é, praticamente, pelo que vi, quase o inverso do que está aqui no orçamento.

O que me estranha mais é que os orçamentos de diversos órgãos foram contingenciados, ficaram com 15% - parece-me - para aplicações e, aí, parece que não está havendo contingenciamento de recursos. Seria melhor - no pensamento de V. Exa. - fazer um planejamento global ou deixar que aqui façamos essa distribuição de recursos de acordo com o prestígio que cada um tenha de conseguir colocar no orçamento e sem o conhecimento geral do País, das necessidades. Cada dia estamos vendo aí nas televisões aparecendo - agora mesmo teve um em Valparaíso, Goiás, um hospital onde o desperdício é da ordem de 1 bilhão de cruzeiros. Foi informação da Rede Globo, que não pode ser acusada de oposicionista.

Então não seria melhor cobrirmos essas falhas que aí existem para depois pensarmos na ampliação ou, pelo menos, simultaneamente, na ampliação desses hospitais?

O SR. ALCENI GUERRA - Nobre Senador, essa iniquidade, em termos de orçamento, só não foi perpetrada porque nós não permitimos. Os números que V. Exa. tem à mão, de 70%, são de um orçamento que não foi executado. Até o presente momento temos quase que - diria - intacta esta fatia de orçamento das emendas Parlamentares. Primeiro, porque não tendo sido descontingenciadas, não as tínhamos disponíveis. Quando elas iniciaram o seu processo de descontingenciamento, nos defrontamos com um rombo na arrecadação da Previdência Social que não nos permitia implementá-lo.

Nos próximos dias, estaremos mandando ao Congresso Nacional um projeto de lei que reformula isso. Esses recursos da ordem de 70%, a que se refere V. Exa., são recursos consignados no orçamento mas, recursos, não efetivados através de sua aplicação. Eles não foram ainda aplicados. Simplesmente é uma distorção ocorrida aqui no Congresso Nacional, e quero lhe relatar com o meu protesto, na época. Porque esses recursos foram retirados não de investimentos do Ministério da Saúde, foram retirados do custeio do Ministério da Saúde. E esse dinheiro faz falta, hoje. Exatamente o que foi alocado pelas emendas Parlamentares é o que falta para custear a rede hospitalar. Na minha previsão, desde um ano atrás isso iria ocorrer e ocorreu. Precisamos que o Congresso reformule essa parte e nos devolva esse dinheiro para o custeio.

De maneira que a preocupação salutar de V. Exa., em evitar que novas obras sejam iniciadas antes que possamos terminar as atuais, ela terá uma correspondência na efetivação do orçamento. Esse

dinheiro, realmente, não será aplicado em novas obras. Porque ele faz falta no custeio e nós precisamos reformular.

Mandamos o orçamento aberto para o Congresso Nacional, para uma discussão, não porque não tivéssemos plano, Senador, temos um plano quinquenal de investimento que queremos ver privilegiado. Queremos, unicamente, discutir com os Srs., com os prefeitos, com os governadores, as prioridades dentro do que exista para ser investido em 1992. E lhe adianto que a proposta virá com cerca de 50 bilhões de cruzeiros de investimento a preços de abril de 1991, o que nos remete para uma quantia de cerca de 1 trilhão de cruzeiros para janeiro de 1992, uma proposta aberta, para discussão, mas sem se afastar do plano quinquenal.

Esse Plano Quinquenal foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo Conselho de Secretários Estaduais de Saúde, e é a bíblia que rege os investimentos no Brasil. Não podemos nos afastar dele. Dentro dessa planificação teremos prazer em discutir com os Srs. Parlamentares, com os Srs. prefeitos, com os Srs. Secretários Municipais, as prioridades.

Entendo que um Parlamentar, hoje, que visita frequentemente suas bases, saiba mais do que um técnico do Ministério da Saúde a respeito das reais necessidades daquela região. E não vejo porque não possamos discutir abertamente esses assuntos, se temos uma planificação ideal para a saúde no Brasil. Parece que a discussão ampla será propiciada, até, Senador, pela possibilidade de se discutir um orçamento realmente aberto. A mim, agradar-me-ia muito, e fiz isso positivamente, para provocar o debate, que discutíssemos inicialmente os tetos: o que deveremos alocar para a Bahia, para o Paraná, para São Paulo, em termos de investimentos, pois os custos estão definidos.

Cada cidadão brasileiro tem o mesmo direito à saúde. Consequentemente, havendo equidade perante a lei, a maneira correta de se encaminhar recursos para o custeio é o número de habitantes, respeitada a rede existente. Não poderemos encaminhar para onde não existe capacidade de atendimento os mesmos recursos que encaminhamos para onde existe uma capacidade sofisticada de atendimento. Esses dois parâmetros determinam o custeio. Ele está decidido.

O que queremos discutir com V. Exas. são os investimentos. A primeira proposta que faço é que delimitemos a quantia por Estado, baseados nas necessidades de ampliação da rede, de término do que já existe. Depois, que escolhamos as prioridades dentro de cada Estado, dentro daquela quantia. E me permitiria citar aqui um exemplo caro a nós, no Espírito Santo, temos "n" hospitais em construção. Os Senadores Gerson Camata, João Calmon e Elcio Álvares têm ido frequentemente ao Ministério reclamar do andamento das obras. Mas há uma obra que não podemos deixar de iniciar. É um caso típico, numa localidade chamada Nova Veneza; e os três Senadores frequentemente reclamam que há ali uma incidência espantosa de um tipo de câncer de pele e temos necessidade de iniciar naquela cidade um ambulatório altamente especializado. Essas determinantes é que vão condicionar as prioridades em cada Estado. Por isso o orçamento virá aberto, para que possamos discutir aqui.

A capacidade de cada Parlamentar influenciar cria, realmente, distorções. Sabemos que Parlamentares mais experientes são mais hábeis para conseguir recursos para as suas regiões. E foi o que aconteceu no

orçamento deste ano. A proposta aberta de um plano de saúde e de quantias por Estado visa corrigir isso, até porque não é uma invenção minha, é uma invenção da lei, que manda que os investimentos do setor de saúde só sejam realizados - a Lei Orgânica de Saúde - após a feitura dos planos nacional, estaduais e municipais. Temos a lei para orientar-nos e entendo que a melhor maneira de aplicá-la é mandar para cá um orçamento aberto que propicie a discussão plena.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Nos CIACs vemos que há uma idéia altamente generosa: atender cinco milhões de crianças. Nossa necessidade mostra que é preciso buscar-se alguma coisa nesse sentido. Pelo planejamento, nada teríamos a discutir do que está no papel.

Agora vejo, e V.Exa. falou das formas de custeio, que o grande problema é a manutenção dos CIACs. Pelo que está proposto, cada CIAC atenderia mil crianças. Essa seria a idéia. Já existe alguma previsão do custo de cada criança no CIAC?

O SR. ALCENI GUERRA - Senador, é um estudo muito preliminar. Vou-me permitir, pela qualidade de sua pergunta, dar-lhe as informações que temos até o presente momento, mas que eu não gostaria que V.Exa. levasse em conta como definitivo. Podemos ter alterações para mais, ou para menos. Os cálculos feitos em duas distintas regiões brasileiras nos indicaram um custo equivalente, hoje, a mil dólares por dia por CIAC.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Seria um dólar por criança por dia?

O SR. ALCENI GUERRA - É! Na verdade, vamos ter 950 crianças, mas são instituições diferentes. O custo de uma criança na creche é diferente do custo da criança da pré-escola. Aliás, há uma confusão, alguns entendem que creche e pré-escola sejam mesma coisa, assim determinou a Constituição.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Na exposição que V.Exa. fez, V. Exa. falou em cinco refeições diárias para as crianças. Então, o custo de um dólar por criança, para cinco refeições diárias, fora a manutenção, o material escolar, o pessoal, tudo isso fica muito baixo.

O SR. ALCENI GUERRA - V.Exa. não permitiu que eu concluísse o raciocínio. Esses mil dólares dizem respeito ao funcionamento da escola de tempo integral, da creche, da pré-escola, dos profissionais que a comunidade possa contratar e da manutenção física do seu conteúdo todo. Por isso, as questões de saúde serão financiadas pelo Sistema Único de Saúde. Dentro do Sistema Único de Saúde, está incluído, por exemplo, o programa de suplementação alimentar, o fornecimento de remédios, de material odontológico, etc. Dentro do programa escolar, existe o custo à parte, a ser pago pelo Ministério da Educação, da merenda escolar e das refeições, que não estão incluídas nesse custo de manutenção, conservação, pessoal, energia elétrica, água e o custo normal do funcionamento. Eu, pessoalmente, considero caro, superestimado, e penso que, tendo a comunidade a gerência desse processo, ela haverá de baixá-lo, e saberá como fazê-lo.

Não, por exemplo, uma instituição que ganha corpo no Brasil inteiro, que é a "mãe crecheira", mãe da comunidade que atende as crianças em rodízio e que faz, naturalmente, baixar o custo estabelecido hoje por governos estaduais e pelo Governo federal em relação ao número de funcionários para cada creche. Se a comunidade vai administrá-

lo, ela o fará com muito mais eficiência do que os governos, que ficam à distância.

Então, esse custo que lhe apresentei e pedi que relevasse, porque poderemos chegar a custos diferentes, é o da manutenção do prédio e dos seus serviços básicos, eletricidade, limpeza, água, e dos recursos humanos do CIAC. O restante será aportado da mesma maneira que hoje. Muito provavelmente, iríamos gastar os recursos de saúde da mesma maneira na comunidade. Muito provavelmente, o Ministério da Educação gastaria os mesmos recursos em merenda, em alimentação, em material escolar, se não tivesse os CIACs. O custo novo será esse que lhe falei, em torno de mil dólares. O restante são custos que já temos, que aplicamos da mesma maneira na comunidade, de uma forma mais racional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Uma das preocupações que eu, como leigo, que não acompanho de perto, assim como V.Exa. faz, tenho, é a da manutenção. Na nossa vida pública, todos sentimos, tanto o Senador Ruy Bacelar, lá da Bahia, como eu, que era a grande preocupação de todos os municípios criar condições para que se instalasse um ginásio no município. Os meninos teriam que se locomover para municípios mais distantes, afastar-se da família para poderem continuar seus estudos. Então, cada um queria um ginásio no seu município. Quase todos, hoje, os têm, de péssima qualidade, com maus professores, poucos recursos, mas não ficaram satisfeitos. Além do ginásio, procuraram escolas normais para formar professores. Vários conseguiram. A qualidade da formação dos professores, todos pudemos acompanhar. Infelizmente, é o que acontece por falta, até, de professores para ensinar os futuros professores.

Agora, a grande reivindicação - pelo menos no nosso Estado - é a universidade local. Cada município quer ter a sua universidade. V. Exa. pode imaginar o que vai haver de procura de CIACs. Cada município vai querer ter o seu CIAC. Qual a condição do município manter o CIAC, apesar dessa proposta da comunidade de suprir a manutenção? Preocupo-me com isso. Lembro-me daqueles conjuntos sociais que foram criados numa determinada época e que, hoje, estão abandonados, servem para outras coisas, mas não à finalidade para que foram criados - os Centros Sociais Urbanos.

Hoje, vemos a cada instante falar-se que não temos recursos para a educação, que a União está sem recursos para isso. A União quer retirar até o velho sonho do Senador João Calmon, os 18%; quer retirar isso da Constituição, porque não tem recursos para aplicar na educação, nesses termos. E assume a responsabilidade quase total dos CIACs, pelo que V.Exa. está mostrando. O custo por aluno não é mil dólares por CIAC; vai ser muito mais, distribuído entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação; o custo de cada aluno será muito maior do que um dólar por dia.

Os recursos para cinco mil CIACs serão grandes e terão que ser alocados em larga escala. Se hoje não há recursos para as universidades, que estão aí gritando que não têm dinheiro para nada, não podem ampliar os seus laboratórios, não têm condições de pagar bem aos seus professores, não têm condições de ampliar a sua parte física, os ginásios públicos são muito ao contrário daquilo que, em certa época passada representavam. Era motivo de orgulho a pessoa dizer que era aluno do Pedro II, um colégio da Bahia que tinha os melhores mestres. Hoje, não, é quase uma vergonha dizer que o seu filho tem

que estudar em escola pública por falta de recursos. As escolas primárias estão aí abandonadas, depredadas muitas vezes por vândalos que vivem quebrando vidraças e carteiras. Não há não recursos para fazer a renovação do material e nós vamos ter recursos para a construção de todos esses cinco mil CIACS! Essa, a minha preocupação. Digo francamente que tenho uma grande preocupação com a manutenção; com a construção, não.

O SR. ALCENI GUERRA - É nossa preocupação também, Senador. Quando o Presidente da República decidiu que a União participaria do custeio do CIACS, no meu entender viabilizou os CIACS. Guardei, para minha referência histórica, a frase que Sua Excelência me disse naquela ocasião: "Quero criar para o meu sucessor uma armadilha. Antes de construir uma usina de energia nuclear, ele terá que satisfazer as necessidades de educação, saúde e atenção à criança em cada orçamento." A meu ver, é uma mudança de postura, uma procura da melhoria da atenção à criança. A manutenção era algo que nos preocupava muito até essa decisão. Andamos no mesmo caminho de V.Exa. e tivemos a preocupação de procurar saber por que não deu certo o Centro Social Urbano. Procuramos todos os gestores iniciais dos centros sociais urbanos, conversamos muito com eles e percebemos hoje que era um projeto completamente diferente do nosso. Não havia a ênfase à educação de tempo integral que se dará nos CIACS, de maneira que pensamos estar evitando alguns dos erros que os centros sociais urbanos tiveram no seu nascedouro.

Em relação ao percentual de recursos que será destinado ao ensino básico e aos CIACS, eu me permitiria passar ao largo. Tive algumas dificuldades com o Ministério da Educação, por entender que, pelo menos numa certa ocasião, insculmi-me demais nesses setores. Temos hoje uma equipe nova e eu preferiria que as perguntas, que V.Exa. formulou muito bem, fossem dirigidas ao professor José Goldenberg, o responsável pela área de educação.

A Constituição me parece muito clara. A esse respeito, o Senador João Calmon cobrou, há poucos dias, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a posição do Governo em relação ao quantum de dinheiro destinado ao ensino básico.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - As propostas do Emendão são exatamente no sentido de acabar com essa vinculação. Como o Senador Marco Maciel, que é muito hábil, já declarou que o próprio Presidente não tinha conhecimento das propostas do Emendão...

O SR. ALCENI GUERRA - Posso dizer-lhe da intenção do Presidente, que eu conheço, nessa frase que relatei. Sua Excelência se referiu a armadilhas para os sucessores, construindo equipamentos sociais que necessitem, depois, da manutenção, e tão boa quanto a que vai haver no seu governo, para que a criança nunca mais chegue à situação a que chegou hoje no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. ouvisse outros Senadores que desejam fazer indagações, se houver alguma outra pergunta no final, em razão das respostas dadas a outros Senadores, pedirei a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não deveria ser permitida a minha participação nesta reunião, porque não sou um Parlamentar isento em relação ao Ministro Alcení Guerra. Acompanhei o seu magnífico trabalho na Assembleia Nacional Constituinte, onde alcançou vitória espetacular. Como Ministro, ele inovou, passando a receber parlamentares aqui no edifício do Congresso Nacional e não no seu Ministério. De maneira que tenho essa debilidade. Mas, como estou fazendo a minha autocritica em público, peço a indulgência de todos os meus companheiros.

Anteontem, em Vitória, o Ministro José Goldenberg, o novo titular da Pasta da Educação, transmitiu à imprensa uma boa notícia. Depois de ter abandonado a idéia inicial constante no Projeto Emendão, que eliminava a gratuidade do ensino superior, o novo titular da Pasta da Educação, que é um homem do ramo - foi Reitor da maior universidade deste País - adiantou a inclinação inicial do Presidente Collor de eliminar da Constituição parte do art. 212, que vincula obrigatoriamente o mínimo de 18% da receita de impostos federais para o ensino. Se se confirmar, como todos esperamos, essa informação do Ministro José Goldenberg, o Brasil estará de parabéns. Aliás, nunca acreditei que o Presidente Collor fosse levar adiante essa idéia incluída no Emendão. Quando era Deputado Federal, Sua Excelência preferiu um discurso muito carinhoso em relação a mim, porque havia conseguido incluir na Constituição da época, em 1983, esse percentual para a educação. Confirmada a informação do Ministro José Goldenberg, as perspectivas da educação, certamente, vão melhorar no Brasil, embora, segundo meu entendimento, tal percentual deveria ser até aumentado. Na Constituinte gaúcha, foi aumentado o percentual para a educação de 25%, como consta na Constituição Federal, para 35%. Portanto, um aumento de 40% em relação ao percentual constitucional.

No nosso Estado, nobres Senadores Gerson Camata e Elcio Álvares, um Vereador de Vitória, Márcio Calmon, conseguiu a aprovação de um artigo da Lei Orgânica dos Municípios, aumentando também o percentual de 25% para 35% da receita de impostos municipais. Tudo isso nos permite alimentar uma razoável dose de otimismo em relação às perspectivas do projeto governamental, inclusive na área dos CIACS. O Ministro Alcení Guerra, que, além de ser o Ministro da Saúde é o Ministro da Criança, tomou, antes mesmo da mudança do Ministro da Educação, várias iniciativas felizes, convocando um expoente extraordinário da educação em nosso País, que só por acaso é capixaba, a professora Ana Bernardes, que pertenceu ao Conselho Superior de Educação e foi diretora do Ensino Fundamental do MEC, para dar uma contribuição, que certamente será preciosa para a parte pedagógica dos CIACS.

Eminente Ministro, tenho alguma dúvida sobre a alta conveniência dessa tendência de municipalização de várias atividades: saúde, que já está encaninhada; educação, que se pretende ampliar ainda mais. Recentemente, participei de um debate em Florianópolis e tomei conhecimento de que, em Santa Catarina, está em andamento também uma tentativa de municipalização da agricultura. Vou explicar em que se baseia o meu temor. Centenas de municípios brasileiros não cumprem o dispositivo constitucional que os obriga a destinar 25% da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino. Os Tribunais de Contas dos Estados não cumprem o seu dever. E nenhum Governador deste País, em tempo algum, teve a coragem de cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, determinando a intervenção

nesses Municípios, como consta expressamente das nossas últimas Certas Magnas.

Portanto, como no Brasil, nesse momento, está havendo uma série de distorções: prefeitos constroem estradas, mudam-lhes o traçado para que passem diante da porta da escola e consideram todas as despesas como dispêndios com educação, então, este é um problema que me preocupa.

Outros aspectos me preocupam - e reparem bem, V.Exas. na realidade, esta é uma reunião dedicada, principalmente aos CIACS, o que é um bom sinal - por que não há, ainda, no Brasil a preocupação de dar prioridade à educação. Os CIACS representam uma idéia alvissareira, patriótica, que merece todos os aplausos, colaborações e sugestões. Mas como ficará um outro segmento da educação que, obviamente, não é de responsabilidade do Ministro da Saúde? E 60% das escolas no interior do Brasil só têm uma sala de aula para quatro séries, exatamente como acontecia na minha remotíssima infância no Distrito de Baunilha, Município de Colatina, no Espírito Santo: uma sala de aula com uma professora para quatro séries. São 50 ou 60% de municípios nessa situação.

Por outro lado, é público e notório que neste País - que está tomando providências de país desenvolvido, o que é ótimo para todos nós - há seres humanos que são professores ou professoras e que não ganham um salário mínimo; ganham a metade ou 1/3 de um salário mínimo. E nada é feito para que isso seja corrigido.

De maneira que considero as iniciativas ora tomadas altamente elogiáveis. Creio, e creio sinceramente, no patriotismo do Presidente Fernando Collor. Estou absolutamente certo de que Sua Excelência é digno de admiração por ter recuado em relação à eliminação da gratuidade do ensino superior, até porque a receita decorrente dessa eliminação seria irrisória. Estou certo de que Sua Excelência vai recuar também em relação à eliminação dos 18%. Mas, precisamos, Ministro Alcení Guerra, continuar ou tentar, pelo menos, dar prioridade à educação. E educação não é prioridade neste País. Na Constituinte lutei desesperadamente para que fosse aprovado um artigo, criando no Brasil - não é idéia minha, aproveitei-a de países desenvolvidos - em cada município, um Conselho Municipal de Educação eleito pela comunidade. Nos Estados Unidos, no mesmo dia, são eleitos o prefeito, o vereador, o conselheiro da educação e o juiz de paz. A Assembleia Nacional Constituinte não se sensibilizou. E o quadro realmente é preocupante. Porque, se não se respeita nenhum artigo da Constituição, como esse a que já me referi de decretação de intervenção nos municípios, não poderemos atingir os outros objetivos.

Encerro essa intervenção já muito longa, Ministro Alcení Guerra e meus nobres colegas, lembrando a extrema gravidade e complexidade do problema. Na Capital do Estado de São Paulo, naquela megalópole que vai ser, até o fim deste século, a segunda cidade mais populosa do mundo, depois da Cidade do México, porque Tóquio ficará em terceiro lugar, as escolas de primeiro grau têm quatro a cinco turnos; as crianças permanecem na escola duas horas por dia. Descontada meia hora da merenda, elas estudam apenas uma hora e meia.

Eu participei de um programa na Rede Bandeirantes de Rádio, e o nosso colega Sólton Borges dos Reis protestou contra essa informação. A Deputada Irma Passoni logo interferiu e disse: "-É verdade! Eu já fui

professora de escolas desse tipo, que só dão aulas uma hora e meia por dia." E o novo Secretário da Educação de São Paulo, Fernando de Moraes, acaba de revelar numa entrevista que a minha informação está incompleta, porque, na periferia da Capital de São Paulo - não estou falando do interior do Nordeste - são sete os turnos por dia.

Mas estou absolutamente certo de que, contando com o patriotismo, o idealismo, o devotamento, não apenas do Presidente da República, que quer avançar no terreno social, mas também de V.Exa., Ministro Alcení Guerra, e do mestre dos mestres da Educação, que é o atual Ministro José Goldemberg, acabaremos ganhando essa batalha.

O SR. ALCENI GUERRA - Sr. Presidente, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccar) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. ALCENI GUERRA - Nobre Senador, inicialmente quero agradecer os elogios e realmente dizer que V.Exa. é absolutamente suspeito para fazê-los, dada a amizade que nos une, o que me gratifica, das coisas boas que aqui houve na minha vida pública.

Em relação aos municípios percebo algo ainda mais perverso do que aquilo que V.Exa. relatou. Nos últimos meses há uma certa rebeldia por parte de alguns prefeitos e, principalmente, secretários estaduais das áreas quanto ao processo de auditoria e de investigação que nos compete fazer por lei. Chegou-se a iniciar um processo de tentativa de se alterar a legislação, por uma forma ou por outra, para que não haja a investigação, porque ela feriria a autonomia dos Estados e Municípios.

Estamos fazendo por sorteio. Dentro de cada Estado, além do processo normal dos nossos relatórios de alarme, de Dataprev, de Data-sul, sistemas de processamento de dados do Governo Federal e dos Estados nos remetem uma investigação específica quando esses relatórios são emitidos, como o alarme de que alguma distorção está ocorrendo; nós também fazemos o sorteio. E para surpresa nossa percebemos que a informação de V.Exa. de que em algumas localidades o calçamento é feito às expensas da educação, percebemos que alguns prefeitos também consideram o asfalto uma maneira de evitar doenças de pulmão, conseqüentes da poluição e o fazem com o dinheiro da saúde.

As investigações já nos remeteram para a emissão de ordens de recolhimento, apenas em 1991, de 7 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, dinheiro que havíamos passado; em função das investigações, estamos emitindo ordem de recolhimento para recuperar o dinheiro que não foi corretamente aplicado em saúde.

Ora, se saúde é algo muito mais candente e tem apelo nos dias atuais apenas, até por mídia, do que a educação, imagino o que esteja ocorrendo no processo da educação, que realmente precisa ser verificado em profundidade, até para que não percamos esse processo bom de descentralização em função de algumas pessoas que cometem essa irregularidade.

V.Exa. colocou o dedo num ponto crucial: o tempo de permanência da criança na sala de aula.

Ontem, numa reunião do Ministério da Criança, abordávamos este assunto com o Senhor Presidente. Sua Excelência já tem dois decretos na sua gestão para minorar esse problema. O primeiro estabelece que, para 1991, cada criança tenha, pelo menos, 200 dias de ano letivo. E outro, que já emitiu também, para 1993, estabelecendo turnos de 6 horas: dois turnos por dia de 6 horas, e fazendo que, no meio, haja a

possibilidade, para quem entra e para quem sai, de uma refeição alentada para as crianças. Nos CIACs, chegaremos ao turno único. As crianças ficarão o dia todo na sala de aula.

Com relação a esse processo, realmente dramático, eu tinha conhecimento da situação da cidade de São Paulo, que a própria Prefeitura havia me relatado, educadores haviam me relatado. E não por outra razão, o número de CIACs para a cidade de São Paulo é grande, para que possamos ajudar a corrigir essa situação. E está para ser assinado um aval do Governo brasileiro ao Banco Mundial, remetendo o Estado de São Paulo cerca de 200 milhões de dólares para o ensino fundamental, para que seja melhorado - é um empréstimo externo do Banco Mundial - porque é crítica a situação, tão ruim quanto no interior do Nordeste; como V.Exa. disse, talvez até pior. Mas é algo que temos em mente, queremos ajudar o Estado, o Município que, em última análise, são os responsáveis pelo ensino fundamental, a corrigir esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Alceni Guerra:

Conhecendo de perto as qualidades de homem público de V.Exa., imagino as dificuldades que vem enfrentando para implantar um clima de seriedade, de austeridade na condução das obras do Ministério da Saúde.

Causa estranheza, e já foi muito bem colocado por vários Senadores que nos antecederam no debate, o enorme número de unidades de saúde, de todo porte, de hospitais regionais a pequenos postos, em distritos de municípios no interior do Nordeste, abandonados, e a oferta de construção de vários hospitais nos mais diversos municípios deste País.

Prefeitos do interior de Minas prestaram depoimentos nesta Comissão, foram convidados por um funcionário do Inamps para comparecer a um encontro na cidade de Belo Horizonte, onde receberam uma proposta de construção de um hospital - pelo menos foi o que nos foi dito aqui nesta Comissão. Não desejando particularizar, mas apenas quereêdo dar um exemplo, em Alagoas há seis hospitais fechados, inclusive um universitário, que vem sendo construído há mais de vinte anos. Na entrada de Maceió, no caminho que dá acesso ao aeroporto, estão sendo construídos três hospitais novos e mais três, segundo informações, serão licitados. Mais de 30% dos postos de saúde do interior do Estado estão totalmente fechados. Daí a estranheza, daí a preocupação que dominou os depoimentos de vários Senadores e que estou reforçando neste instante.

V. Exa. explicou as dificuldades orçamentárias, mas o Senador Jutahy Magalhães, mais uma vez, nos trouxe essa angústia de saber que 70% dos recursos do Orçamento estão destinados à construção de novas unidades e um percentual insignificante - não gravei o número, mas são insignificantes, diante dos 70 - está apenas destinado à recuperação de inúmeros hospitais abandonados pelo interior do Brasil.

V. Exa. tem tomado atitudes que o engrandece diante do nosso conceito quando tem visitado hospitais. Imaginem os Senhores que hospitais no Rio de Janeiro, estão abandonados por falta de equipamentos. E V.Exa., com determinação, autorizou para todo o País presenciar as medidas indispensáveis ao funcionamento daquele hospital.

Imagino o que pode estar acontecendo no interior do Piauí, no interior de Alagoas, no interior do Ceará, enfim, no interior do Nordeste ou lá da Amazônia. Contudo, acreditamos em V. Exa. Temos a certeza de que V. Exa. será vitorioso em tentar implantar esse clima de austeridade. V. Exa. já deu explicações a vários Senadores em torno desse assunto. Eu gostaria, também, de discutir alguns tópicos a respeito dos CIACs.

O Senador Jutahy Magalhães foi muito enfático ao enumerar os vários projetos que se transformaram em ruínas ao longo do tempo. Eu iria até um pouco mais longe do que o Senador Jutahy Magalhães. Iria naquelas escolas rurais do Município Presidente Dutra. Não sei se no Sul do País, se no Paraná, algumas delas foram construídas, mas no Nordeste os ginásios foram orientados para o trabalho. Há, também, escolas rurais abandonadas em todo o interior do Nordeste. Algumas delas se transformaram até em estribarias. Segundo o Senador Jutahy Magalhães, pelo menos tiveram uma finalidade. E as outras que estão totalmente abandonadas!

Depois, tivemos os Centros Sociais Urbanos. Como isso foi bem apresentado, como isso foi bem vendido para o Brasil. Era uma solução que congregaria toda aquela comunidade em torno daquele centro. E nós estamos presenciando o fracasso do projeto que foi tão bem vendido, tão bem colocado para a sociedade brasileira.

O Senador João Calmon, que é o nosso guru, o nosso mestre, nos deu números enfáticos que dramatizam o quadro educacional brasileiro. Destacou, também - e aí a minha dúvida se foi o Senador João Calmon ou o Senador Jutahy Magalhães -, o modismo que, lamentavelmente, é uma das nossas características. Em determinado momento, torna-se moda construir estádios. Passou a surgir uma competição em cada Estado, objetivando ver qual o Estado que construiria o maior estádio de futebol.

Isso ficou mais grave na Paraíba, porque há uma rivalidade entre Campina Grande e João Pessoa. O Governador Ernani Sátiro teve que construir dois estádios ao mesmo tempo, como, também, inaugurar os dois no mesmo dia, pois se inaugurasse em dias diferentes o fato poderia ser interpretado como um agravo para a cidade. Os dois foram inaugurados no mesmo dia: um dia pela manhã, o outro à tarde, em Campina Grande e João Pessoa, respectivamente.

Depois, tivemos a moda de se construir ginásios esportivos. Foi outra febre que ainda continua. Depois, veio a época das universidades. O Estado que não tivesse uma universidade, era sinal de desrespeito, de agressão, de ofensa a sua população. Todo Estado teve que construir a sua universidade federal. Algumas delas, esquecendo até a vocação existente na área, como, por exemplo, ter uma grande faculdade que o passado nos legou. A grande Faculdade de Medicina do Brasil estava na Bahia, as grandes faculdades de Direito estavam no Recife e em São Paulo. Essas vocações vêm desde a época do Império. Agronomia em Viçosa, Escola de Geologia em Ouro Preto, enfim, isso vem do Império. Poder-se-ia oferecer esse exemplo, mas que nós esqueceros.

Como é que se encontram as universidades brasileiras? Todas elas fracassadas. Tenho dúvidas se a de Campinas, em São Paulo, também já não entrou nesse rol. Mas as outras todas fracassaram nos seus objetivos mais nobres.

Um professor universitário, com o aumento de 20% que foi concedido agora, inicia recebendo um salário de setenta e dois mil cruzeiros e, com raríssimas exceções, as universidades estão colocadas em centros distantes da área urbana, pelo menos nos campus universitários, e o professor ainda tem que pagar a despesa do transporte, que deve reduzir esse salário acerca de pelo menos 50%.

Todo esse quadro nos traz essa preocupação, Ministro Alceni Guerra, que já foi bem colocada. Mas como eu me dei ao trabalho de levantar uns números, deixarei esses números com V. Exa. E como os CIACs tomaram como modelo os CIEPs, eu vou trabalhar em cima dos números dos CIEPs.

Em 1988, os CIEPs representaram 5,1% do universo da rede escolar do município do Rio de Janeiro e 4% dos alunos do 1º grau. E observe que a cidade do Rio de Janeiro é a capital cultural do País e uma das mais ricas do Brasil. Os CIEPs atenderam 24 mil alunos em regime de turno único, que V. Exa. coloca, com muita propriedade, como uma grande conquista, enquanto que 26% da rede escolar, num total de 155 mil alunos, 6 vezes mais praticamente, mantiveram em regime de três turnos aquilo que o Senador João Calmon denunciou em São Paulo e estou denunciando no Rio, isto é, de três horas e meia de aulas diárias. Se nós excluirmos merenda, recreio, ficará uma hora e meia de aula, que o Senador João Calmon nos trouxe em seu depoimento. Quinhentos e setenta e seis mil alunos em regime de dois turnos de quatro horas. Nas 944 escolas profissionais, 300 estão em estado precaríssimo, necessitando de reforma urgente. É importante ressaltar, Ministro, que apesar do enorme número de escolas em estado de carência no município do Rio de Janeiro - não é no interior do Nordeste - os 51 CIEPs representam 5,1% do universo total. Quer dizer, estudar nos CIEPs é um privilégio, porque são apenas 5,1% do universo do alunado. Foram investidos 62% das verbas de educação para 5,1% dos alunos do Rio de Janeiro. Isso no Rio de Janeiro, eu gosto de destacar, porque se fosse feito em Mossoró, no Rio Grande do Norte, poderia ser mal recebido, mas é no Rio de Janeiro. Cem por cento dos CIEPs possuem vagas ociosas, num total de 53%, enquanto que nenhum deles mantém mais de 75% de sua capacidade ocupada. Enquanto isso, há excedentes na rede convencional, obrigando a algumas escolas à utilização de três turnos e, em alguns casos, até de quatro turnos. O custo de um aluno do CIEPs só na área de educação - V. Exa. deixou bem claro que isso é apenas um tópico embora V. Exa. tenha reconhecido que seja o mais importante, mas é apenas um tópico e estou trabalhando apenas nele -, o custo de um aluno do CIEP é bem mais alto do que nas escolas convencionais. Em 1988, um aluno do CIEP custava 4,5 OTN, enquanto que nas escolas convencionais custava 1,5. O quadro não mudou, para 1991. Em 72 CIEPs construídos no município, mantendo-se, portanto, um pequeno percentual de atendimento, em torno de 5% da rede pública geral. Em 1991, no ano em que estamos vivendo -, apesar de muito investimento para poucos, nenhum estudo prova a eficácia dos CIEPs até hoje, pelo menos, no Rio de Janeiro.

Sete anos após o lançamento do projeto, dos 500 CIEPs, temos hoje apenas 121 concluídos, no Estado do Rio de Janeiro, e 72 no município. Se for feita uma projeção para o nível atual do Brasil, de cinco mil, vamos ter um número insignificante, cinco ou seis anos depois desse sistema implantado. Desses 133 CIEPs, apenas

29 cumprem jornada integral, e somente 6 respeitam o programa idealizado para o projeto. De 129, Srs. Senadores, apenas 6 cumprem o programa para o projeto. Enquanto isso, a rede estadual, composta de 2780 escolas carecem de manutenção. Não fazendo do fato um marco político, ficam relegados, naturalmente a um segundo plano.

É nesse projeto educacional que se inspira o programa único do Governo Federal. Se o Rio de Janeiro - e repito - é a Capital cultural do País, e um dos municípios mais ricos da Nação, não consegue manter os seus CIEPs, atendendo à sua rede regular de ensino, o que ocorrerá em outros Estados e Municípios do Brasil? Ah, recordo-me de todo aquele quadro desesperador que V. Exa. tem encontrado pelo interior do País e que foram tão bem exaltados pelos Senadores João Calmon, Jutahy Magalhães e Nabor Júnior.

Ministro, quero deixar essas minhas preocupações. Se V. Exa. se interessar, deixo esses números com V. Exa., para o confronto com as informações que V. Exa. possui e reitero a minha confiança em V. Exa.

O SR PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o eminente Ministro.

O SR ALCENI GUERRA - Espero, Senador, em duas etapas, agora, e depois com mais tempo e, consequentemente, com mais propriedade, poder aliviá-lo de algumas preocupações em relação aos CIACs.

Veja V. Exa. que os CIEPs não são um projeto que possa se equiparar para efeito de comparação de custos com os CIACs, até porque a sua forma de administração será diferente. Os CIACs serão administrados pela comunidade e os CIEPs pela máquina estatal do Governo do Rio de Janeiro que, V. Exa. há de reconhecer, sempre coloca custos a mais, até para cumprir suas tabelas, seus planos de cargos e carreiras. Mas entre o dia de hoje e o início da construção dos CIEPs, permito-me apenas fazer essa referência, não tenho procuração para defender ou atacar nenhum dos dois governos, entre a construção e o dia atual, houve, no Rio de Janeiro, um governo absolutamente hostil ao projeto e que governou durante quatro anos. Eu não teria a leviandade de dizer que fez tudo para destruir, mas, seguramente, não acrescentou uma palha ao projeto para viabilizá-lo. E foram quatro anos de um projeto na chuva, porque ele não recebeu o alento de uma administração que se interessasse por ele.

Outra coisa que me permito esclarecer. V. Exa. fala em 4,85 OTNs, uma escola de tempo integral, para 1,5. Concordo com V. Exa. em que o custo de um CIAC deva ser maior do que o custo de uma escola regular, normal. Acho que um processo de gestão mais eficaz, voltado para a comunidade, talvez possamos baixar de 4,85 para o ponto que queremos - alguma coisa em torno de 3 e 4 OTNs - tomando por base só a sua referência, em termos de diminuir. Não tenho condições, hoje, de dizer a V. Exa. quanto custará.

Acho que o parâmetro que devíamos utilizar seria o custo de horas de aluno na sala de aula. Porque essa média de 1,5, seguramente pegará alguns alunos a que se referiu o Senador João Calmon, de 3, 4 turnos. O que faz com que o seu tempo, sendo pequeno, na sala de aula, o seu custo seja pequeno. Eu acho que mais apropriado para discutir escola de tempo integral e escola regular sejam as horas-aulas que o aluno recebe. O custo de hora-aula que o aluno recebe, até

para que a comunidade possa decidir qual o tempo ideal de permanência de suas crianças na sala de aula.

Mas reconheço aqui a minha relativa incapacidade de dar respostas mais aprofundadas. V. Exa., gentilmente, ofereceu-se para encaminhar o seu relatório. Terei prazer em recebê-lo. Faremos o estudo e responderemos às questões logo com o que tivermos em nossas mãos.

Temos um cronograma de implantação do projeto. No dia 31 apresentamos uma proposta preliminar ao Senhor Presidente, sobre o funcionamento, o custeio do CIAC, a sua manutenção, enfim, a sua operacionalização, que Sua Senhoria aprovou, preliminarmente, e publicamos no Diário Oficial, - e temos dois meses de prazo, para discutir com a sociedade inteira - um projeto definitivo. O mês de outubro reservamos para uma discussão mais interna de poderes: discutir com o Congresso Nacional, discutir com os Ministérios, discutir com o Poder Judiciário, enfim, com a alta estrutura de poder, no País, as sugestões que receberemos dos municípios, dos Estados, das Universidades, de pessoas físicas, para que, no fim de outubro possamos ter um projeto consolidado. Esse é o projeto de operacionalização dos CIACS - 30 de outubro. Para o mês de novembro, dezembro e janeiro, poderemos aperfeiçoar, não precisaremos criar recursos humanos, vamos treiná-los para a execução das atividades que elaboraremos em conjunto para que o projeto possa ser implementado. Está publicado no Diário Oficial, para ampla discussão nacional e espero receber dos Srs. Senadores a contribuição necessária para um projeto consistente que possa incluir nesse contexto, inclusive, o custo a que V. Exa. se referiu. Tomando por base experiências que possam não ser muito bem sucedidas, quais foram os fatores que levaram a isso, como é o caso dos Centros Sociais Urbanos, que, aparentemente, representam um fracasso monumental, a nível nacional, para que não venhamos a repetir os mesmos erros.

Com relação aos hospitais em fase de acabamento, não utilizados, V. Exa. tem razão. No início deste ano, catalogamos cerca de mil unidades que não funcionavam, no Brasil. Não tenho, no presente momento, o número das que colocamos em atividade mas, seguramente, só teremos mil se outras forem concluídas e não entrarem em atividade, como é o caso do hospital de Valparaíso, como se referiu, aqui, o Senador Jutany Magalhães.

Penso que poderemos corrigir isso no novo Orçamento, ele vem aberto de propósito, e V. Exa., deu-me razão, quando se referiu a 30% dos postos em Alagoas não utilizados.

Concluo da mesma maneira que conclui antes: o parlamentar que visita suas bases conhece com mais propriedade os problemas do seu município, do que os funcionários do Ministério da Saúde, em Brasília. Essa discussão aberta, ampliada, vai fazer com que, no ano que vem, possamos contabilizar um número de unidades que hoje não funcionam adequadamente, seguramente bem menor do que temos hoje. E o Orçamento vem aberto de propósito, para que possamos priorizar o funcionamento adequado em relação à construção de novas unidades.

Deixarei aqui, Srs. Senadores, para o Presidente, no final desta reunião, a minha portaria, datada de 4 de julho de 1991, logo a seguir que esta Comissão denunciou que um funcionário do Ministério da Saúde havia participado de reunião com prefeitos, em Belo Horizonte, determinando uma sindicância para saber o que esse funcioná-

rio fazia lá em contato com prefeitos. Há consequente resposta da Comissão de Sindicância, que identificou os motivos ou viu os funcionários, e a sindicância se encontra toda aqui para a apreciação da comissão parlamentar de inquérito. Faço essa colocação para dizer que todas as questões aqui levantadas que possam servir de dúvidas em relação à lisura do Ministério da Saúde, tenha correspondência numa investigação rigorosa para que possamos acompanhar de maneira efetiva os trabalhos desta comissão, em muito boa hora feita pelo Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, gostaria de concluir a minha participação neste debate dizendo que alimento esperanças de que o futuro Presidente da República tenha o bom senso de convidar V. Exa. para ser Ministro do Menor e da Saúde, para evitar que aconteça com o CIACS, o que aconteceu com o CIEPS no Rio de Janeiro.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JUTANY MAGALHÃES - A minha intervenção será rápida. Como disse o Ministro Alceni Guerra a respeito dos CIACS, aquela reportagem teria gerado pressão, e esta, segundo S. Exa., é normal acontecer em várias manifestações de votos nossas, e também, com certeza, como em qualquer atitude de ordem administrativa. Mas, S. Exa. tinha convicção do preço. E por isso não cedeu as pressões daqueles que consideravam que era impossível de se fazer a obra naquele determinado preço.

Esses editais de preços ocultos também deveriam ter a convicção de um preço. No entanto, aqui temos um fato concreto em Brasília, onde houve um preço-base oculto, na ordem de 7 bilhões e 100 milhões de cruzeiros. Quatro firmas apresentaram propostas que variavam de 3 bilhões e 900 milhões a 6 bilhões e pouco; e todas as quatro foram desclassificadas, porque estavam além do limite de 10% abaixo do preço base oculto. Todas as quatro manifestaram aqui, nesta Comissão, que tinham condições financeiras para executar a obra com lucro, e estava embutido no preço o lucro que esperava obter na execução da obra. Concorrentes disseram que essas empresas tinham capacitação para isto.

Nessa convicção de preço, da parte de quem foi responsável de se estabelecer esse preço-base oculto, não estaria embutido um grande equívoco, o que trouxe prejuízo à União e ao Estado? Porque não nos compete aqui, - foi o Secretário que fez uma indagação - dizer que a obra foi paralisada ou deve ser paralisada. Não temos competência para isso. O que existe foi a manifestação do Tribunal de Contas, provocado por nós. Mas chego também à conclusão de que se essas empresas tinham condições reais e tinham sido pre-classificadas para participar da concorrência, houve, na realidade, um grande prejuízo para a União, da ordem de 3 bilhões e tanto de cruzeiros. Isso não demonstra, e V. Exa. diz que já tomou as providências devidas para acabar com essas questões do preço oculto, de que a elaboração desse edital foi um grande equívoco, que trouxe prejuízo ao País?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Sr. Ministro .

D SR. ALCENI GUERRA - Nobre Senador Jutahy Magalhães, o Secretário Jofran Frejat, no momento em que depôs nesta Comissão, foi muito claro sobre a responsabilidade total do Governo do Distrito Federal nesse edital. Encaminhamos um modelo de edital, como ele havia pedido, e este modelo de edital não foi exatamente o que foi usado pelo Governo do Distrito Federal. Eu me sinto muito pouco à vontade, até por não ter as informações de detalhes desse edital, para a sua discussão. Apenas posso lhe dizer que a questão que nos remeteu ao preço aberto, foi para que ele possa ser discutido no edital, e o edital possa ser impugnado antes da abertura do processo de concorrência e licitação. Este foi o motivo principal que nos levou a estabelecer o preço aberto nos editais do CIACS. Normalmente - e eu não tenho conhecimento de qual foi o procedimento utilizado pelo Governo do Distrito Federal - esses preços, mesmo os ocultos, são feitos com uma especificação unitária de cada unidade do objeto de licitação: metro e quantia de tijolos, metro cúbico de concreto, metro de fio, metro de cano, e tudo isso. Não tenho conhecimento como foi feito este edital, mas tenho impressão que V.Exas. poderão se reportar aos esclarecimentos do Sr. Secretário de Saúde, que esteve aqui por várias horas depondo, e, seguramente, haverá de ter dado esta explicação que V. Exa. me pede. Estou, no presente momento, incapacitado de falar sobre o preço; apenas recebi do Governador Roriz e do Secretário de Saúde a informação de que haviam compatibilizado os preços praticados nessa obra em diversas Regiões do Brasil e em diversos Governos de Estado, e haviam chegado à conclusão de que os preços eram os mesmos e teriam iniciados os trabalhos do hospital.

Mas lamento não poder ajudá-lo nisso porque eu teria que entrar no valor de cada item que foi assentado, para poder dizer se houve ou não desperdício.

Mas aproveito a colocação de V. Exa., muito oportuna para mim, porque quando houve o questionamento desta Casa a respeito do preço oculto, eu chamei meus funcionários para uma conversa de responsabilidade, por que eles estavam utilizando o preço oculto, por que o Ministério da Saúde utilizava o preço oculto, se o preço aberto é mais fácil de identificar precocemente qualquer irregularidade. A resposta foi isto. O Poder Judiciário: licitação da sede do Tribunal Regional Federal, em Brasília. Preço oculto. Licitação feita em dezembro de 1990 à mesma época em que nós iniciamos o processo de preço oculto.

Srs. Senadores, se quem tem obrigação de nos julgar pelas leis que os V.Exas. aqui fazem adota este procedimento, é lícito que o restante das unidades da administração pública no Brasil também adote. E o Ministério da Saúde adotou durante 5 meses. Ao final de 5 meses entendemos que é mais claro o processo de preço aberto e se ele é mais claro e ele significa um avanço, nós devemos adotá-lo. Então, o Ministério da Saúde tomou as duas atitudes que eu me referi aqui:

A partir de maio não sugere mais preço fechado, não fornece mais edital, não fornece mais licitante, e utiliza para as suas concorrências o preço aberto a fim de que ele possa ser discutido.

Com base nesse edital e nessa declaração dos meus funcionários, eu sequer tomei qualquer providência administrativa, como o processo investigatório, como qualquer outra atitude; apenas determinei que, de agora em diante, se utilize o preço aberto que me parece mais adequado. Mas quero dizer que ele se baseara em concorrências feitas, porque nos julga a respeito da correta aplicação das leis, que é o Poder Judiciário, que utilizou o preço fechado para a sua concorrência, da sua sede, recentemente aqui, exatamente no mesmo mês que o Ministério da Saúde iniciou esse procedimento.

Acho que é um argumento muito forte a favor dos funcionários do Ministério da Saúde, que tomaram essa atitude e que hoje já não a praticam mais por determinação do Sr. Ministro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Embora não tenha havido nenhuma ação judicial nem contra a própria Justiça, o que pode ocorrer, mas no caso não houve a intercessão, mas o Tribunal de Contas já manifestou a sua estranheza, a sua preocupação com os preços ocultos, manifestando que está fugindo as determinações da Lei nº 2300. Também é o órgão que tem a responsabilidade de examinar estas questões *a priori*, antes até do julgamento final do Tribunal.

Mas, no caso dos CIACS V. Exa. falou a respeito do turno único. O meu "Espírito Santo de orelha", o meu mestre João Calmon, disse que aqui no Paranoá, onde será instalado o primeiro CIACs, e parece que há uma determinação neste sentido, foi feito uma pesquisa com a comunidade e parece que 90% das respostas daqueles que são mais pobres mostram que os filhos não poderiam ficar o tempo integral no CIAC, porque eles necessitaram de um período de trabalho dos filhos para complementação do orçamento familiar, dentro da realidade da pobreza nacional.

Nós estamos discutindo no Congresso, já com grande atraso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lá, serão determinadas várias normas de funcionamento das escolas, e uma das grandes preocupações, por exemplo, naquilo que V. Exa. citou ou foi citado por algum Senador, de que foi ampliado o número de dias, é que foi decidido assim sem nenhum estudo anterior, sem nenhuma preparação anterior para determinar o número de horas de funcionamento da escola. Ampliou-se o número de dias, mas não se acertou o horário da presença do aluno na escola.

Então, continuo com essas preocupações com o funcionamento dos CIACs, porque aí eu conto uma estória sobre um outro aspecto de cada lugar que está pleiteando alguma coisa, e a minha grande preocupação vão ser esses pleitos para instalação de escolas em locais que não terão condições.

Permito-me uma divagação. Numa campanha política, eu estava com um companheiro, com um ex-Senador da Bahia, fazendo comícios no interior, e passando por várias cidades. Sempre a reivindicação era aquela: uma faculdade aqui no município. Aí, no comício, o Senador: "por que aqui nós iremos fazer uma faculdade..." Então, eu puxei o paletó e disse: "Puxa, já é a décima que você promete. Chega!"

Esse é o problema. Vamos ter uma série de reivindicações para uma coisa que é colocada quase como uma panaceia para resolver o problema dos menores, não por culpa do Ministério da Criança, nem do Ministério da Saúde, nem do Ministério da Educação, mas está se apresentado como uma panaceia. E é, realmente, uma proposta das melhores que podem existir.

É natural que cada um queira ter no seu local, mas a preocupação maior é a manutenção. É a condição de manter o CIAC.

Então, essa preocupação faz com que eu continue insistindo: quando V.Exa. tiver condições me informe qual é o preço por aluno, seja dividido por hora, seja dividido por dia, qual o preço do aluno do CIAC.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Ministro.

O SR. ALCENI GUERRA - Terei muito prazer em lhe encaminhar, penso que nos próximos dias, possivelmente antes do fim de setembro, já que esses são estudos adiantados.

O tempo de permanência da criança na escola versus a sua renda familiar, Senador, é uma situação crítica, realmente. Mas a intenção de se mudar o perfil do processo educacional no Brasil tem, seguramente, que achar a resposta para isso.

Até os dez anos, ou até os doze anos, que é o período de vida a que o CIAC se destina, parece-me que esse problema não é muito grave, até por que essas crianças, em casa, geralmente usufruem do trabalho, da complementação da renda familiar que crianças de uma idade um pouco maior fazem, hoje, aos milhões, nas ruas das cidades brasileiras. E a permanência dessas crianças, até os doze anos, que é o seu período de ensino fundamental, bem alimentadas e corretamente atendidas, talvez possa aliviar esse trabalho dos irmãos mais velhos em busca de algo mais de renda familiar.

Mas é um problema sobre o qual estamos debruçados, estudando, e entendemos que a escola de tempo integral, no Brasil, realmente tem dificuldades quando se trata já do 2º grau, de crianças maiores, e que estão em atividade para complementar a renda familiar.

Mas é uma preocupação à qual estamos atentos e a sua colocação foi pertinente e bem fundamentada, porque é, também, uma preocupação de todos nós. Mas não queremos que isso inviabilize o extraordinário novo processo educacional.

Quando tivermos os dados mais corretos, eu lhe transmitirei com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o eminente Relator, Senador Elcio Alvares.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Preliminarmente, quero pedir desculpas aos novos integrantes desta Comissão, porque, realmente, o Relator fala em último lugar. Mas tenho um compromisso com a Presidência da Câmara, de interesse de todos os Senhores Senadores, e tenho que partir para lá.

Antes eu queria levantar, também, a mesma preliminar do Senador João Calmon.

Se não fosse o caráter do convite ao Ministro Alcení Guerra, eu me daria por impedido, por suspeição, por amizade e de agradecimento, porque hoje o Ministro Alcení Guerra comparece aqui, realiza uma exposição que é típica da sua personalidade, do seu comportamento político, muito clara, muito franca, dando-nos uma dimensão exata de todos os problemas que foram suscitados aqui, alguns pertinentes à sua Pasta.

Obviamente, esta Comissão foi instituída para investigar denúncias de corrupção e irregularidades por contratação de obras públicas. A exposição do Sr. Ministro, bem como algumas respos-

tas já dadas aos Srs. Senadores que fizeram perguntas, deixou claro para o Relator os pontos que são objeto, realmente, de questão. E creio - e aí há o condão, exatamente, do homem público, que tem a vocação para o exercício do cargo - que se alguma digressão está havendo, de ordem paralela - e é muito bom que os Srs. Senadores, inclusive, esposassem seu ponto de vista de maneira tão franca e ampla - é exatamente porque há ressonância no Ministério da Saúde de todas as nossas reivindicações, seja as de caráter praticamente administrativo, referentes ao nosso Estado, as inquietações naturais que assaltam todos os Senadores e Deputados que aqui trabalham e que o Ministro, com toda a nobreza de comportamento, soube manter o diálogo bastante elevado.

Acho que é importante, estarmos aqui para indagar exatamente sobre alguns pontos determinados. E o Sr. Ministro foi muito claro.

O comentário lateral é uma preocupação e talvez seja esse o sentido de diálogo que o Ministro transmita.

Gostaria de fazer essa consignação, Sr. Ministro. Aqui estão os três Senadores do Espírito Santo: o Senador João Calmon, que é o nosso líder espiritual e é a quem nós sempre recorremos para nos inspirar nos momentos do exercício deste mandato; o Senador Gerson Camata, também, que divide com ele a representação do Espírito Santo, e eu.

Queremos dizer de público a V.Exa. que quando esteve, recentemente, no Espírito Santo, conseguiu um fato inusitado, já que sabemos muito bem do comportamento do Senador Gerson Camata, de oposição clara e franca ao atual Governo: nós participamos do mesmo palanque - o Governador, os Senadores, numa demonstração de apreço à sua política de saúde, voltada inteiramente para o Espírito Santo.

Só posso fazer esse registro me considerando como um Relator inteiramente satisfeito com os seus esclarecimentos, e o Senador Jutahy Magalhães também representou muito bem esta Comissão, tocando nos pontos fundamentais que seriam objeto das perguntas naturais desta Comissão. E, no mais, encerro minhas palavras, rendendo-lhe, de público, neste momento em que aqui vem a convite, a homenagem do nosso Estado.

V.Exa. tem sido um Ministro altamente competente, tem um entusiasmo extraordinário na execução do programa da sua Pasta, e acredito, sinceramente, que ao Brasil, nesta quadra tão difícil, de inquietações, de dúvidas, V.Exa. tem dado uma demonstração de que é, realmente, um homem público vocacionado para o exercício do seu mais elevado mister.

E, desta maneira, o Espírito Santo, aqui, está presente, já falando pela palavra do Senador João Calmon, e eu também estou dentro da suspeição arguida por ele inicialmente, pela amizade e pela admiração, e tenho certeza de que, logo em seguida, o Senador Gerson Camata falará também - manifestamos a unanimidade da bancada do Senado, o agradecimento, pelo comportamento político: isso é muito importante.

E um dos Ministros do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello que tem dado toda a dignidade no exercício dos nossos mandatos.

Também lhe dizer, de maneira muito sincera, muito franca, que no Espírito Santo a saúde ainda tem sobrevivido, porque V.Exa. tem tido uma presença constante e permanente, fazendo com que nós acreditemos, sinceramente, que o seu programa é o mais salutar em favor da saúde brasileira.

Era este o registro que eu queria fazer.

O SR. ALCENI GUERRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V.Exa. quer usar da palavra?

O SR. ALCENI GUERRA - Agradeço a manifestação do Senador Elcio Alves, e digo que palavras desse porte servem como estímulo numa época em que, normalmente, nós só colhemos, através de órgãos de comunicação ou de manifestações pessoais, exatamente o contrário.

Quando se ouvem manifestações dessa natureza, isso serve como combustível para continuarmos o trabalho.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Ministro, quero fazer uma pergunta e, depois, colocar dois pensamentos em relação àquilo que foi perguntado e àquilo que V.Exa. prestou esclarecimento aqui, perante a Comissão.

Foi convocado para vir aqui - fuge um pouquinho ao assunto, mas é um assunto da Comissão - o Governador do Paraná.

Recentemente, S.Exa. apareceu muito nos jornais, na colocação que fez em torno de telefonemas que teria recebido sobre tentativas de direcionamento de recursos do Governo Federal para obras no Paraná, envolvendo, inclusive, um Parlamentar.

A pergunta era - e porque li nos jornais que o Governador teria conversado sobre o assunto com V.Exa, e para que sirva, depois, para que nós possamos, também, questionar o Governador - o que é que o Governador disse a V.Exa. sobre esse assunto.

Mas, antes, acho que tinha que fazer um registro. Nós fizemos uma Constituição que obriga o Governo brasileiro à assistência integral ao menor.

Ora, quando o Governo ousa partir para o cumprimento desse artigo da Constituição, nós temos que estimulá-lo.

Entre os nossos tempos de escola e os de hoje, o Brasil passou pelo fenômeno do empobrecimento do seu povo e vemos, hoje, milhares de crianças pelas ruas das grandes cidades, pedintes, cheirando cola, sendo utilizadas por maiores, sendo assassinadas.

Tem que ser uma preocupação do País inteiro. Essas crianças são brasileiras e têm direito a vida como todos nós. Qual o caminho que queremos para essas crianças: que elas continuem nas ruas, sendo assaltadas, corrompidas, utilizadas por maiores para atividades ilegais, ou as queremos em uma escola, abrigadas, para que possam, no futuro, ao invés de um assaltante perigoso, tornasse cidadãos como nós, úteis à sociedade e trabalhando?

Essa ousadia do Governo merece o apoio e o esforço de todos, para que esses centros, onde a criança irá exercer a cidadania, onde a comunidade, com o Conselho Tutelar do Menor, irá discutir o direito

dessa criança e o próprio direito da comunidade perante a lei, proliferem-se. Isso é uma semente. Não se pratica a democracia se não tivermos cidadãos, o cidadão, contribuinte, mas também o cidadão que cobra, que exige. Essa é a base fundamental da democracia.

Se reclamamos, às vezes, que o Parlamento, os órgãos representativos não são aquilo que esperávamos, é porque o cidadão precisa ser também aquilo que o País espera dele. Acho que o CIAC é um caminho ousado, que precisa ser estimulado de todas as maneiras para que dê certo, para que essas sementes de democracia, de igualdade, que estão previstas na Constituição como obrigação, possam efetivamente ser praticadas.

V. Exa. deixou aqui, Sr. Ministro, a marca principal do seu caráter, que é a seriedade com que conduz a coisa pública, e esclareceu, à sociedade, a esta comissão. A antecipação que V. Exa. teve, na prática, da lisura da recomendação que o Tribunal de Contas transformou em uma norma apenas - porque a lei não é explícita e, por isso, precisou da consulta - em alguns meses, merece os meus cumprimentos e o desejo de que este seja um exemplo para todos os governos e para todo o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Ministro Alcení Guerra.

O SR. ALCENI GUERRA - Agradeço ao Senador Gerson Camata. V. Exa. toca no ponto principal da construção dos CIACs. Realmente é a exteriorização física do artigo 227 da Constituição, votado aqui, através de uma emenda popular, com centenas de milhares de assinaturas, que diz exatamente o que será um CIACS.

Cumprimento V. Exa. por entender ser realmente o cumprimento de um preceito constitucional.

Quando em uma reunião com o Governador Roberto Requião, na véspera da publicação dessa notícia nos jornais brasileiros, S. Exa. encontrava-se muito agastado, irritado ao telefone com algumas ocorrências que acabavam de suceder no Estado.

S. Exa. citou a interferência, dentro da administração, na possível contratação de algumas obras públicas. O telefonema não foi muito longo e não pude depreender a natureza exata dessa interferência. Mas citou o ex-candidato a Senador, Sr. Toni Garcia, não tendo se referido ao nome de nenhum Parlamentar, nem mesmo do Deputado Federal Max Rosenmann citado no dia seguinte pelos jornais.

No domingo seguinte, à noite, jantei com o Governador, cujas referências em nada se dirigiam ao Deputado Max Rosenmann. Ficou claro, na nossa conversa, que a interferência do Deputado Max Rosenmann era de outra natureza; ou seja, queria que a estrada Curitiba-Joinville voltasse a ser de responsabilidade do Governo Federal, para que o Estado do Paraná pudesse economizar os 30% que o decreto presidencial exige, se assim não o for.

Mas se referiu novamente ao cidadão como tendo interferido na sua administração. No telefonema, disse que iria se reportar ao Secretário-Geral da Presidência da República, atitude que estimulei ser tomada, por entender tratar-se de uma denúncia que deveria ser levada adiante. Assim o fez e, com certeza, procedimentos administrativos estarão sendo adotados.

Vejo que o Governador irá ser convocado e, poderá dar esclarecimentos com muito mais propriedade. Já que conhecedor é do as-

sunto, pois sou apenas o recebedor de uma manifestação irada do Governador a respeito da interferência, no seu Governo, desse personagem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Concedo a palavra a Sra. Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Ministro, lamentavelmente, não me fiz presente no início, porque estava na Comissão de Orçamento. Mas, depois de ouvi-lo e aos demais nobres Colegas, quero também expressar aqui o meu registro da solidariedade e do apreço que V. Exa. vem dando a esse Ministério da Criança, porque, naquela reunião nacional com as esposas de governadores, de que participei - além de Senadora sou também esposa de Governador -, sentimos a preocupação de V. Exa.

Tenho acompanhado muito bem o trabalho da CBIA. Enquanto em outros órgãos a Região Amazônica tantas vezes é discriminada, no seu Ministério da Criança, Roraima já teve a participação de um centro profissionalizante - que tão bem já expliquei a V. Exa. e à Coordenadora, Dra. Fátima, da nossa necessidade, pela precariedade econômica do nosso Estado, onde não há indústrias, não há como fazer com que aquelas famílias possam ter um emprego para que os pais tenham condições de sustentar os filhos. No caso de Roraima, digo até que fomos privilegiados. Já temos, inclusive, a palavra de V. Exa. de instalação de um CIACS.

Quando o Senador João Calmon questionou sobre um dólar para a manutenção por criança, V. Exa. citou que a merenda escolar é uma participação, já que existe e vai participar deste programa dos CIACS. Uma vez que saúde e educação, neste programa, estão integrados, por que não regionalizar a merenda escolar?

A merenda escolar, no nosso Estado, quando chega, já está estragada - não quero acusar a FAE absolutamente - dada a precariedade dos transportes. Ficamos a distância do centro. Essa merenda sai, via Belém, em transporte rodoviário. De Belém a Manaus, fluvial; de Manaus a Boa Vista, rodoviário e em estradas precárias, como é do conhecimento de V. Exa., pois não temos uma estrada asfaltada naquela região.

Seria muito mais prático que fosse regionalizado. Dessa forma teríamos condição de fazer a aquisição dessa merenda por preço bastante acessível, sem o ônus do transporte, e as crianças ficariam bem melhor alimentadas com a matéria-prima da região e não aquele leite com biscoitos já passados. Quería a interferência de V. Exa. nesse assunto, porque em Roraima, é impraticável a aceitação, pelas crianças, da merenda que segue do Poder Central.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ALCENI GUERRA - Sra. Senadora, queria parabenizá-la.

No meu despacho de terça-feira com o Presidente, relatei a Sua Excelência as dificuldades que enfrentamos dentro desse processo de compra centralizada de alimentos para o INAM e a FAE, que, parece-me, têm as mesmas dificuldades.

Entendo, e sou um defensor, como pediatra, que uma parte da alimentação deva ser de produtos formulados no Brasil. As crianças têm necessidade de suplementação de vitaminas, de sais minerais, que podem colocar em risco o seu desenvolvimento se não forem aportados à criança. Esses elementos poderiam ser de compra centralizada para facilitar a distribuição de acordo com as necessidades das crianças em

cada região. E isso, permita-me dizer, Senadora, é entre 5 e 10% da quantidade total de alimentos comprados. O restante, é claro, deve ser descentralizado, até para se respeitarem os hábitos alimentares da criança em cada local. Uma criança no interior da Amazônia não tem os mesmos hábitos alimentares que uma criança do interior do Rio Grande do Sul.

Não é possível que não se possa cometer erros nesse processo de compra. E o processo de descentralização é o pensamento também do Ministro José Goldenberg, com quem conversei rapidamente neste mesmo dia. Estabelecemos a vontade conjunta de levarmos ao Presidente uma proposta de modificação de compra de alimentos no Brasil, privilegiando a descentralização, passando recursos para que os Estados e Municípios possam fazer essa compra para suas crianças em idade escolar ou crianças carentes.

Quero cumprimentá-la pela exteriorização da idéia e dizer que a nossa intenção é caminhar nessa sentida. Estamos aguardando o relatório da CPI da Câmara dos Deputados, na qual já depus, até para que não precipitemos alguma atitude que possa ser diferenciada em relação a sugestões da CPI. Creio que, nos próximos meses, teremos isso, e para o Orçamento do ano que vem adotaremos uma prática diferente da que adotamos hoje.

A SRA. MARLUCE PINTO - Louvo muito em saber, porque tenho até um projeto de lei tramitando. Mas quero pedir aos meus nobres Colegas para fazer uma comunicação que nada tem a ver com essa reunião.

Trata-se do nosso hospital que será inaugurado na próxima segunda-feira. V. Exa. sempre me dizia, se houvesse uma oportunidade, iria até lá.

Aproveito para deixar outro registro aqui. Enquanto tantos outros não vão àquela região, o nosso Ministro Alceni Guerra já esteve em Roraima três vezes.

Digo a V. Exa. que, se a cólera não entrou no nosso Estado, foi dada aquela cautela que teve de fazer o tratamento preventivo. Recebemos a visita do nosso Ministro da Saúde, tão logo surgiu o problema no Peru. Como S. Exa. nos disse que era quase certo entrar também em Roraima, ele foi àquele Estado, enviou todo o medicamento, instruindo como deveria ser feito, e nenhum caso foi registrado em Roraima. A meu ver, como o Ministro Alceni Guerra já foi Deputado, sabe o quanto sofrem os nossos Estados e os seus parlamentares. Sempre que formulamos as nossas solicitações ao nosso Ministro da Saúde, temos sido atendidos. Fica desagradável dizer isso tudo de viva voz, na presença de S. Exa., mas tantos colegas já ressaltaram esse pensamento. Portanto, quero deixar aqui registrado, porque S. Exa. foi o primeiro Ministro da Saúde dessa administração, a visitar Roraima, aquele Estado tão distante, onde há tanta necessidade das visitas para ver, de perto, o que é aquela região, com grandes potencialidades econômicas, mas que não podemos explorar e não temos investimentos em Estado novo; como tivemos a cooperação de muitos que estão aqui na transformação daquele Estado, e não estamos tendo aquela cooperação para transformá-lo num Estado promissor. Tantas brigas existem em outros Estados por causa do problema da terra. Em Roraima não existe isso. Há mais terra que gente. Poderíamos nos voltar para aquele Estado para fazer um grande trabalho, porque somos todos brasileiros; Roraima é Brasil,

Amazônia é Brasil, e chegou a hora até de nos unirmos para começar explorar aquela região. Os Estados do Nordeste, todos os Estados ficam hoje à mercê sem poder investir, quanto temos condições de explorar uma região tão rica e investir ali mesmo e tirar o Brasil dessa posição em que se encontra no momento.

A meu ver, Sr. Ministro Alceni Guerra, V.Exa. tem tanta clareza, tanta sensibilidade; quando foi Deputado Federal já se mostrou sensível com aquela sua emenda que tornou V.Exa. conhecido em todo o País. Com essa sua sensibilidade fique - não digo a mãe, porque, talvez, V.Exa. se sentiria até ofendido - como o pai daquela região. Peço que converse com os outros Ministros das diversas áreas, com o Presidente da República, porque o nosso Brasil tem condições de sair desse estado de miséria que estamos enfrentando. Não é exagero, tampouco sensacionalismo. O nosso povo da região Amazônica empobreceu incrivelmente. Digo-lhe assim, porque já tive a condição de, entre 1979/1983, ser esposa de governador daquela região, e andava no interior. A condição do nosso povo era outra. Se V.Exa. pudesse visitar o nosso interior para ver a quantidade de crianças com retardamento mental, e isso em decorrência, nada mais, nada menos da fome que passam naquela região. Trata-se de um Estado, cuja economia era o garicipo, que agora fechou, então, não existe mais nada. Não temos nenhuma indústria, nenhuma hidroelétrica, ainda queimamos o óleo diesel.

Por isso, aproveito esta oportunidade para pedir a V.Exa. que, a partir de agora, V.Exa. pense naquela região, o que o deixará marcado na sua vida política, é o que poderá fazer pela região Amazônica.

O SR. ALCENI GUERRA - Obrigado Senadora. Agradeço as suas generosas palavras. Quando V.Exa. iniciou a sua fala, dizendo que já fui três vezes a Roraima, instintivamente, liquei-me à quantidade de viagens e gostaria que V.Exa. creditasse outras duas. Foram cinco viagens a Roraima depois de Ministro da Saúde.

V.Exa. tem razão quando se refere à prioridade que precisa ter a Amazônia. Com a chegada do cólera no Alto Solimões, descobrimos o abandono que aquela região sofria. Aproveito para dar-lhe boas notícias a respeito da região. Estão, hoje, na área, o Secretário Nacional de Divisão Sanitária, que é o Presidente da Comissão do Cólera, e uma série de técnicos, número de dez a quinze de cada Estado, treinados em Iquitos, para tratar do cólera. Cada Estado está adotando um município. Estão chegando hoje à Bahia. Os Municípios de Benjamin Constant, Tabatinga e Atalaia já receberam delegações de Iquitos e de outros Estados e estão trabalhando. São dois helicópteros, três navios e mais uma centena de lanchas rápidas para reformularmos completamente o trabalho contra o cólera.

No presente momento, já estão treinados oitenta e seis agentes de saúde. Cada comunidade é visitada por técnicos, através dos helicópteros, é escolhido um agente de saúde na comunidade, que é treinado, contratado e começa a trabalhar. No próximo sábado, com estarão iniciando o trabalho e, a partir daí, as outras cidades. De modo que todo o Alto e Médio Solimões, e depois o Baixo Solimões, passarão daqui a um prazo, que queremos rápido, ter a atenção de um agente de saúde para cada cem famílias na região.

Esses agentes de saúde, por decisão do Ministro - e eu o assumo - levaram em sua bolsa equipamentos e medicamentos de uso médico para socorrer as populações, até porque, não temos médicos nesse

número para colocar em contato com a população. Mas terão a supervisão dos médicos na sua retaguarda. A meu ver, é um avanço em relação às ações primárias de saúde que podem nos possibilitar deter a escalada do número de casos de cólera que, realmente, é dramático nos últimos dias. Há uma enxurrada, uma onda de cólera vindo do Peru em direção ao Brasil. O rio baixou, formaram-se poças d'água, que contaminam a região inteira. Os habitantes da Amazônia estão utilizando essa água, o número de casos tem subido muito. Temos a sensação de que nas próximas semanas teremos muitas dificuldades, um número crescente de casos novos; mas pensamos que, para essa emergência nova, devemos estar preparados. Temos lá, como já foi dito, equipes de saúde de todos os Estados brasileiros, incorporando-se cada município, cada Estado num mesmo município. A contratação rápida de agentes de saúde, para atender à comunidade, os estoques de medicamentos estão perfeitos há vários meses, já foram encaminhados para lá; há navios, lanchas, há pessoal de retaguarda. Não temos a esperança de, nos próximos dias, fazer diminuir o número de casos, já que no outro lado do rio já são mais de vinte mil casos contra oitenta e três nossos, do lado de cá. Eles têm mais de um mil e quinhentos óbitos, nós temos um. E essa onda contra a fronteira brasileira está afetando seguramente as condições de saúde em relação ao cólera da nossa população. Mas os esforços foram redobrados. Estarei lá, no sábado, abrindo a Campanha de Multivacinação e verificando, pessoalmente, as condições de trabalho. E esse mesmo trabalho, pretendemos antecipá-lo para ter fé, a setecentos e cinquenta quilômetros de distância, tentando montar preventivamente uma estrutura que possa deter naquela região a escalada dos casos de cólera.

A SRA. MARLUCE PINTO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Barcelar) - Com a palavra o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Ministro Alceni Guerra, o Senador João Calmon manifestou uma preocupação no que diz respeito ao processo de municipalização. Tenho aqui outro tipo de preocupação, com relação àqueles municípios que se mostraram aptos dentro desse processo; credenciaram-se para isso e, entretanto, não foram ainda atendidos. Gostaria de indagar de V.Exa. o que está acontecendo com relação a essa demora no processo de municipalização?

O SR. ALCENI GUERRA - Temos, Senador Garibaldi Alves Filho, cerca de duzentos e cinquenta municípios no Brasil que já atenderam aos requisitos da Lei Orgânica de Saúde. São seis quesitos que a referida Lei exige para a municipalização. Esses duzentos e cinquenta já recebem diretamente. Os outros, quando atenderem às referidas exigências, devem-se articular com as Secretarias de Saúde, com o Ministério da Saúde, para que também recebam as condições de municipalização imediata e o repasse. Conforme diz a lei, regulamentação e automático dos recursos. Mas a própria lei condiciona que esses recursos só sejam encaminhados quando esses seis quesitos forem preenchidos.

Como eles não têm, temos a obrigação de encaminhá-los às Secretarias Estaduais de Saúde. Como as Secretarias também não cumpriam, o instante superior foi o próprio Ministério da Saúde, que tomou a decisão de assim mesmo repassar, todos os meses, automaticamente, para as Secretarias Estaduais de Saúde, para evitar que o dinheiro ficasse concentrado aqui, num processo intermediário de descentralização.

Mas, já são cerca de duzentos e cinquenta municípios, e a nossa meta, que era mais ambiciosa, tem sido um pouco prejudicada principalmente em relação às Câmaras de Vereadores, que devem votar o orçamento, que devem votar outros dois quesitos, e têm apresentado uma certa morosidade.

É nosso interesse implementar isso da forma mais rápida possível.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Ministro, esse assunto já foi abordado aqui, mas temos aqui uma nota da assessoria desta Comissão informando seguinte. Que em 1990, o total dos recursos orçamentários destinados à construção de hospitais, corrigidos pelo índice geral de preços de junho de 1991, foi da ordem de 13,97 bilhões. Enquanto que em 1991 o montante também corrigido está previsto em 272,72 bilhões, havendo, assim, um acréscimo da ordem de 258 bilhões, o que corresponde a um aumento real de 1852,88%.

O que está me preocupando é que na distribuição desses recursos por Estado, São Paulo recebeu em 1990, Sr. Ministro, 1,6 bilhão aumentando para 52,88 bilhões em 91. Enquanto o Maranhão e Sergipe receberam em 1990, respectivamente, 2,49 bilhões e 757,047 milhões.

Já em 1991 essa participação da dotação desses Estados caiu para 1,969 bilhão e 532,87 milhões. Quer dizer, houve um decréscimo no caso de o Maranhão e de Sergipe.

Fico preocupado porque sou do Rio Grande do Norte e sei que V.Exa. tem um contrerrâneo nosso no seu quadro de auxiliares e deve estar vigilante. Mas, pode ser que o Rio Grande do Norte também esteja neste caso.

Gostaria de contar com um esclarecimento de V.Exa.

O SR. ALCENI GUERRA - Nobre Senador, tão vigilante que vigia as suas próprias palavras.

Não tenho como lhe responder isso. Confesso a V.Exa. que morreria de vergonha se esses dados fossem corretos. Eles são absolutamente incorretos, inverídicos, e não tenho sequer como contrargumentar porque eles não têm qualquer sentido de veracidade.

São Paulo não pode ter recebido, em 1991, 52 bilhões, em nenhuma hipótese. O orçamento em todos os Estados, como disse anteriormente, tiveram de 89 para 90 um crescimento real de no mínimo 30%. De 90 para 91 também houve um acréscimo. E não conheço nenhum Estado que tenha tido diminuição de investimento por parte do Ministério da Saúde.

Então, esses dados conflitam com os meus, com os quais lido todos os dias. Consequentemente, a única afirmação que posso fazer é que os dados apresentados por V.Exa. não são corretos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Confesso a V.Exa. que, realmente, estou utilizando aqui dados da assessoria da Comissão.

Até tomo a liberdade de dizer a V.Exa. o seguinte: vou procurar cotá-los e, posteriormente, procurarei V.Exa. ou até mesmo o Dr. Augusto, tendo em vista que, havendo esse decréscimo de recursos, acredito que os representantes desses Estados citados aqui devem estar igualmente preocupados.

Também não posso responder pela fidelidade desses dados. Sei que a assessoria aqui é bastante competente, e dela estou me valendo.

O SR. ALCENI GUERRA - Senador, vou externar a V.Exa. a manifestação do Governador do Maranhão, que esteve há poucos dias comigo e estava extremamente satisfeito pelo tratamento que o Ministério tem dado ao seu Estado. Disse-me S.Exa. que é o setor do Governo onde ele tem sido melhor atendido e tem recebido os recursos que o Estado, realmente, necessita.

É possível que a assessoria tenha cometido alguns erros de ponto e vírgula, porque eu próprio fui beneficiado por um desses erros da Assessoria Legislativa, no ano passado, quando destinou, por um erro de feitura de orçamento, 22 bilhões de cruzeiros para a construção de um hospital no Ceará, quando o Deputado que fez a emenda havia pedido apenas 2 bilhões e 200 milhões. Isso nos permitiu uma folga de recursos para remanejá-los internamente, atendendo a outras necessidades.

São erros da natureza humana. Acredito que esses dados encaminhados a V.Exa. tenham algum equívoco, talvez. Só posso dizer a V.Exa. que esses não são os dados que tenho como administrador maior do Ministério da Saúde.

Confesso que se eles fossem corretos estaria envergonhado. Felizmente, não estão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Ministro, por último, tenho uma curiosidade a respeito do processo de fabricação, de construção dos CIAC's, a porque técnica usada para a sua construção é a de argamassa armada. Será utilizada essa técnica. Lá no município de Natal, na capital do Estado do Rio Grande do Norte, foi implantada uma pequena fábrica de argamassa armada. Esse programa é muito ambicioso, conforme os números que V.Exa. divulgou aqui. Parece-me que está prevista a construção de uma fábrica em Mossoró, citada de maneira até, imprópria pelo nosso colega, Senador Divaldo Suruagy. Gostaria de saber de V.Exa. se essa fábrica de pequeno porte que foi erigida em Natal ela não poderia prestar uma colaboração a esse programa? Isso foi estudado, foi descartado ou V.Exa. não tem conhecimento desse fato?

O SR. ALCENI GUERRA - Senador, no início do processo de licitação, o Tribunal de Contas nos advertiu que era inadequado para o nosso estamento legal a passagem de dinheiro para que as fábricas fossem do Estado, se tornassem do Estado.

Após isso, por uma questão de economia de recursos, já que existiam três fábricas de médio porte no Brasil, e duas se dispunham a atender à feitura de CIACs, autorizamos a do Distrito Federal e a do Rio de Janeiro, que para nós se configura numa economia de cerca de 10 milhões de dólares.

Não temos manifestação de desejo nesse sentido da prefeitura de Salvador nem da de Mossoró. Se houver esse interesse, é uma fábrica pública, Senador, poderemos estudar o assunto dentro desses parâmetros: economia de recursos públicos, se é melhor para o projeto a contratação dessa fábrica, se economizaremos recursos, ganharemos em eficiência, em tempo, ou se não tem condições iguais às do Rio de Janeiro e às de Brasília.

Vou encaminhar essa solicitação da Prefeitura de Natal ao setor competente para que a gente possa analisar a situação, posteriormente darei a V.Exa., Senador, uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Senador Ruy Bacelar, Sr. Ministro Alceni Guerra:

Dado à necessidade de estar presente na reunião do colégio de líderes até há pouco, não pude acompanhar inteiramente a exposição de V.Exa. Mas, conforme havia transmitido ao Presidente, Senador Ruy Bacelar, estou encaminhando a esta Comissão um conjunto de documentos, e sobre esses documentos seria interessante ouvir o Ministro Alceni Guerra porque, talvez, S.Exa. possa trazer algum esclarecimento sobre o assunto.

Estou encaminhando denúncias consubstanciadas no relatório do Ministério Público do Estado de São Paulo, bem como nos documentos da Câmara Municipal de Contagem, Estado de Minas Gerais, além dos depoimentos do inquérito policial nº 543/91, todos em anexo, trazidos ao nosso conhecimento pelo Vereador Durval Ângelo Andrade, da Câmara Municipal de Contagem, que aqui se encontra presente, além do Sr. Deputado Tilden Santiago, ambos do PT de Minas Gerais. Essas denúncias tratam de intermediações ilegais praticadas por empresas em empréstimos externos e licitações viciadas junto a diversas prefeituras, para que possam ser devidamente apuradas por esta Comissão.

No relato feito pelos Promotor de Justiça, Dráusio Lúcio Barreto e Sérgio Luis Mendonça Alves, eles esclarecem o mecanismo pelo qual uma verdadeira quadrilha estava enganando dezenas de prefeitos, e conseguiram verbas fantásticas relativas ao Orçamento dessas prefeituras. Para sintetizar, como a exposição dos promotores é bastante simples, vou procurar ler trechos da mesma.

A fantasiosa história contada para iludir os prefeitos municipais consistia em demonstrar que o Brasil havia iniciado o pagamento de sua dívida externa e o Governo brasileiro teria imposto aos credores, como condição, investimento do percentual de 35%. Interessados com o deságio do valor da dívida em obras de saneamento básico, saúde, educação e habitação, junto aos municípios de pequeno e médio portes do País, além de outros tantos milhões de dólares virem de bancos internacionais interessados em participar da privatização de empresas da União, como por exemplo, a Usininas.

Apresentavam-se, então, aos prefeitos como pessoas que poderiam captar tais recursos para as localidades que, com eles, desenvolvessem projetos de viabilidade; e, para tanto, cobravam antecipadamente a importância correspondente a 0,5% do orçamento anual corrigido de cada município, para a obtenção de verbas correspondentes a 50% do referido orçamento. Esclareciam, ainda, que seus honorários - ou desta empresa e afins - na realidade, seriam de 20% do valor da verba a ser obtida e que 19,5% restantes seriam pagos pelas empreiteiras que executassem as obras. E, portanto, o processo licitatório deveria por ele ser conduzido, a fim de que apenas determinadas construtoras figurassem como vencedoras.

Acreditando na veracidade da narrativa ardilosamente conduzida pelos indiciados: Sr. Alderir, Manoel A. - a Presidência receberá inteiramente o teor desses documentos - foram induzidos em erro os prefeitos dos municípios de nada menos: Anhembi - que pagou 711 mil cruzeiros; Bofete, 1 milhão e 50 mil; Quamba, 1 milhão 125

mil; Uru, 700 mil; Nova Guataporanga, 900 mil; Salmorão, 875 mil; Pa-norama, 1 milhão e 500 mil; Flórida Paulista, 1 milhão 625 mil; Pa-caemba, 1 milhão 875 mil; Biritiba Mirim, 6 milhões e meio; Reginópolis, 1 milhão 075 mil; Conchas, 1 milhão 650 mil; e diversas outras, Isso, aqui, citados em São Paulo.

Em Minas Gerais, um grande número de municípios, inclusive em Contagem. A empresa que estava fazendo isso era, em especial, a Gutierrez Comércio Exterior Ltda.

No depoimento realizado junto à Polícia Civil de São Paulo por um dos principais envolvidos, Sr. Alderir Gutierrez, dizia ele que a sua empresa tinha influência para convocar dezenas de prefeitos, porque eram amigos dos Srs. Leopoldo Collor, Euclides Mello, Egberto Baptista, pessoas que estão sendo solicitadas junto à Justiça de São Paulo para serem ouvidas neste procedimento.

Dentre os diversos municípios que foram objeto dessa pressão, inclusive tendo os prefeitos aceito esse tipo de procedimento, houve, por exemplo, o caso de Contagem, onde o prefeito Ademir Lucas enviou para se habilitar junto ao financiamento do Fundo Nakasone, por mecanismos apresentados por essa empresa, um dossiê muito grande.

Dentre as obras solicitadas, estavam, por exemplo, obras como do Hospital Geral Municipal, do Pronto Socorro Municipal; para obras do hospital, custo de 800 mil dólares; para a aquisição do terreno, construção e equipamento, 8 milhões 880 mil dólares; total: 9 milhões 680 mil dólares.

Sr. Presidente, trago esses documentos porque exatamente este conjunto de procedimentos, que estão consubstanciados em denúncia bem formulada pelos promotores de Justiça de São Paulo, se relaciona com aquilo que deu origem ao requerimento de V.Exa. quando pediu que esta CPI fosse criada.

Eu perguntaria ao Ministro Alceni Guerra se teve conhecimento desses fatos. No caso específico do Hospital de Contagem, V.Exa. teria tido conhecimento de que havia um procedimento dessa natureza, relacionando obras importantes de tantos municípios, seja de São Paulo; seja de Minas Gerais e de outros Estados? E, se ocorreu isso com uma empresa, será que há outras empresas que funcionam no Brasil realizando esse tipo de procedimento, de lobby, de intermediação, e que estejam, continuamente, procurando organismos do Governo Federal para tirar proveito e vantagens de maneira indevida? E o que tem feito o Ministério da Saúde, digamos, para se precaver de procedimentos dessa natureza, que, obviamente, conflitam com o interesse público?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Ministro Alceni Guerra.

O SR. MINISTRO ALCENI GUERRA - Nobre Senador Eduardo Suplicy, tomei conhecimento unicamente pelos jornais desse episódio. Não recebi, até o presente momento, nenhuma comunicação do Ministério Público sobre essa situação.

Pareceu-me, pela leitura, que temos problemas de diversas naturezas, que vão dos legais aos de saúde mental de alguns autores do projeto. Mas, no fim do ano passado, eu andava muito preocupado com situações desse gênero. Comumente chegava ao meu conhecimento que pessoas, falando em nome de autoridades do Ministério da Saúde, procuravam autoridades municipais, estaduais, e se ofereciam para intermediar recursos. A situação chegou a um ponto desesperador, porque nin-

quém se dispunha a apontar qualquer uma dessas pessoas, para que tomassem as medidas judiciais.

Como consequência, fiz vincular, no começo de janeiro, Portaria 257, do Ministro da Saúde, que estabelece normas extremamente rigorosas para a consecução, para a tramitação, dentro do Ministério, de processos de pedido de auxílio financeiro. E algumas coisas, por não poderem ser colocadas no formal, ficaram embutidas no informal, mas meus assessores sabem disso. Qualquer processo que tenha manuseio de pessoas estranhas ao Quadro do Ministério hoje é remetido para o arquivo. Não se admite que ninguém, tomando conhecimento de uma emenda parlamentar, vá ao prefeito levar um processo em mãos para tomar assinatura, porque, acreditando na lisura de algumas dessas pessoas, nós podemos, ao mesmo tempo, desconfiar de outras, desse tipo de procedimento. E dificultamos tanto que criamos, para nós mesmos, burocracia que vamos, agora mesmo, passada aquela crise, nos desvencilhando e fazendo com que se retorne a padrões, digamos, normais, porque essa Portaria 257 é anormal, é uma Portaria anticorrupção, é para impedir o tráfico de influência dentro do Ministério. Estávamos cansados de ouvir afirmações desse tipo, sem que ninguém nos apresentasse um responsável por isso. Essas pessoas são as primeiras a serem apontadas.

Quando depus na Câmara dos Deputados, pedi aos Srs. Parlamentares que, se tivessem conhecimento de alguma pessoa, se dirigissem, de imediato, ao promotor público e apresentassem a queixa, para que pudéssemos processá-la. Vejo que alguém deve ter adotado o conselho que recebi do Ministro da Saúde e apresentou a queixa ao promotor, que é o caminho correto. Sempre que houver uma denúncia contra um administrador público, devemos formular ao Ministério Público essa denúncia, porque, mesmo baseado em fatos que o Ministério averiguará posteriormente, é dever do cidadão apresentar essa denúncia; só assim terminaremos com essa imensa onda que tomou conta do País, de pessoas se apresentando como amigos de funcionários, amigos de altas autoridades, amigos de pessoas que têm algum laço de parentesco com algumas autoridades e que se oferecem para isso. Essas pessoas precisam ser denunciadas.

A única forma de inibirmos isso é a forma como foi feito nesse caso: apresentar ao promotor a denúncia. Nós tínhamos a queixa, agora temos fatos. Eu tenho, por algumas entrevistas que vi, que estamos talvez na frente de algumas outras possibilidades, inclusive doenças ou alguns transtornos de faculdades mentais. Mas é esse o procedimento, precisamos, sempre que houver denúncia dessa natureza, procurar o promotor, registrar a queixa, fazer o processo andar confiante no Ministério Público, para que possamos debelar essa imensa onda de tráfico de influência que se estabeleceu no Brasil.

Posso assegurar-lhe que temos, nós ministros, o apoio do Presidente da República irmos a fundo em todas as questões. Sua Excelência entende que, só se não deixarmos dúvida alguma em nenhum processo, poderemos terminar com a onda que se estabeleceu no Brasil, a da impunidade, da corrupção, o que faz com que a população se revolte contra todos os homens públicos, não só os ocupantes dos cargos executivos federais.

Cumprimento os seus companheiros. Esta é o trabalho que deve ser feito: procurar o Promotor e apresentar a queixa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ainda, Sr. Presidente, uma breve questão. Tive a oportunidade de acompanhar gestões de prefeitos do Partido

dos Trabalhadores, como o de Santo André, e também da própria prefeita Luísa Erundina. E, continuamente, tenho procurado averiguar em que medida cerca de 30 prefeituras do Partido dos Trabalhadores têm tido acesso aos órgãos governamentais, bem como definidas obras para as respectivas prefeituras, em que pese serem os prefeitos de um partido de oposição, que, obviamente, têm a responsabilidade de estar apurando problemas tais como esses e outros.

Ainda hoje o porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto, afirmou que os problemas que estão ocorrendo na LBA, por exemplo, são da responsabilidade do Partido dos Trabalhadores. Isto é, como se a pedido de esclarecimentos. Então, volta e meia, surgem momentos de tensão, como o que presentemente envolve essa a da LBA.

Ficamos nos perguntando se, em função disso, as prefeituras administradas pelo PT poderão sofrer atrasos na aprovação de verbas.

Como um dos ministérios mais importantes com relação a liberação de recursos, a aprovação de verbas, é o Ministério da Saúde, que está examinando esses procedimentos. Gostaria apenas de poder ouvir do Ministro Alceni Guerra se procurará tratar das prefeituras do partido de oposição com a mesma imparcialidade e boa vontade, por mais intensa que seja aqui a nossa cobrança de tudo o que faz o Poder Executivo, o que, aliás, é a nossa responsabilidade.

O SR. ALCENI GUERRA - Senador, esse não é exatamente o meu problema hoje. Tenho a impressão de que o problema está na outra parte, no meu partido, que reclama muito do não atendimento aos seus prefeitos e governadores.

Por parte dos prefeitos do PT, tenho tido um relacionamento correto, até porque eles não são mais ou melhor atendidos do que os prefeitos do PFL. Apenas a saúde é tratada com equidade. Não podemos partilharizar a saúde, porque estaremos punindo os cidadãos que necessitam da administração municipal.

Em relação, especificamente, à capital, São Paulo, temos tido uma relação muito cordial com a senhora prefeita. Ela lidera um segmento importante de prefeitos. Temos tido reuniões produtivas. E posso assegurar-lhe que, pela primeira vez, São Paulo recebe um pouco do que tem direito na sua prestação de serviços. E isso já monta a mais de 1 bilhão de cruzeiros por mês agora, contra menos de 100 milhões no total do ano passado, correções em função do que me perguntou aqui o nobre Senador Garibaldi Alves Filho, a respeito da municipalização.

São Paulo é um dos municípios que preencheu aqueles requisitos, esta municipalizado tem a remessa regular, automática, como manda a lei. E temos, inclusive, com esse município um projeto, que deverá ser discutido junto com o Governador Fleury Filho - seria no dia 22, mas foi transferido - de investimentos na área de emergência e trauma, na área de atendimento pronto.

Mas a respeito da qualidade, penso que V. Exa. deverá perguntar aos prefeitos se estão ou não satisfeitos. Temos tentado cumprir integralmente o compromisso de equidade. E como lhe disse no início, minhas queixas atuais não são do PT, são do meu partido, que se julga hoje indevidamente atendido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Com a palavra o nobre Deputado José Filinto.

O SR. JOSÉ FILINTO - Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados, caro Ministro Alcení Guerra, sendo eu nascido na terra de V. Exa. e tendo me iniciado politicamente fazendo oposição a V. Exa., até na área da saúde, onde V. Exa. como superintendente do INAMPS do Paraná, demonstrou a sua capacidade de administrar, sinto-me é um pouco prejudicado, porque já fui informado de que uma indagação semelhante à minha foi feita pelo Senador João Calmon. Solicitarei depois do presidente, Senador Ruy Bacelar, se possível, as notas taquigráficas para não tomar mais o tempo do Sr. Ministro.

Parabenizo V. Exa. pela sua vida pública, onde o conheci como líder sindical no Paraná. Pude também acompanhá-lo na Constituinte, onde seguramente teve uma participação importante. E não seria diferente à frente do Ministério da Saúde, basta analisarmos os quadros que compõem o Ministério do Presidente Fernando Collor de Mello. V. Exa. acaba de ser agraciado com três ministérios, até atarefado por falta de recursos humanos na equipe do Sr. Presidente da República.

Quero parabenizar V. Exa. e agradecer ao Presidente a oportunidade, porque me sinto prejudicado, mas estarei atento às notas taquigráficas, e conversaremos em outra oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. ALCENI GUERRA - Agradeço a V. Exa. e me congratulo, porque das nossas querelas e pendências iniciais, creio que evoluímos um bocadinho, depois de suas palavras, para um bom entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Parece que não há mais nenhum dos presentes interessado em questionar V. Exa., Sr. Ministro.

O SR. OERSON CAMATA - Sr. Presidente, permita-me apenas uma pequena intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Tem a palavra V. Exa.

O SR. GERSON CAMATA - Na colocação feita pelo Senador Eduardo Suplicy e na resposta do Sr. Ministro ocorreu-me a lembrança de que esta Comissão, dentre os resultados que deverá apresentar, está o de promover encontros com o Ministério Público para essa ação que a nova Constituição deu ao Ministério Público, e que ele não venha exercendo na sua plenitude.

Cito um caso. No Espírito Santo flagrei no município de Conceição do Castelo, três firmas do governador do Estado, três firmas das quais participam ele, irmãos e parentes. Entraram numa licitação para a construção do ginásio esportivo com a verba que S.Sa., como Secretário, havia liberado para a prefeitura.

O Tribunal de Contas do Estado verificou que as três licitações haviam sido datilografadas na mesma máquina, tinham sido entregues na prefeitura no mesmo horário, pela mesma pessoa. É claro que, como só as três entraram, uma delas ganhou a concorrência.

Denunciei o fato ao promotor público, dizendo que S.Sa. deveria tomar providências no sentido de promover um inquérito judicial à denúncia. A resposta do promotor foi que ele não se mete em política. Então eu disse: estou denunciando um roubo, não é política, não. S.Sa. disse que não se metia em política e ficou por isso mesmo.

Entendo que a Comissão deveria manter um encontro com a Associação Nacional dos Magistrados, que à época veio aqui, corporativista, advogar o direito dos promotores terem ampliadas as suas obrigações de vigilância da sociedade. Agora, precisam também assumir essas

obrigações que a nova Constituição lhes atribuiu. No encontro devemos dizer que demos poderes a eles corporativisticamente, eles pediram à época da Constituição e, agora, queremos que exerçam esse direito de vigilância que pediram e que a Constituição lhes deu.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência agradece a sugestão de V. Exa. e vai examiná-la com todo o carinho.

Mas, antes de encerrar a presente reunião, cabe à Presidência agradecer a presença do Sr. Ministro e dizer a V. Exa. que parece estar havendo equívocos, de sua parte ou da nossa assessoria, em relação aos números.

V. Exa. alega que houve um crescimento, entre 1990 e 1991, da ordem de 1074%. Coincide o número com o da nossa assessoria, quando diz que o crescimento também, na área de saúde, foi de 1074,81%.

Quando falamos em 1852%, é somente em relação à construção, reforma, e não ao aumento relativo à saúde, como um todo. A nossa assessoria deverá se encontrar com a assessoria de V. Exa. depois para checar os números.

Quero também dizer a V. Exa. que em relação ao preço básico oculto, há um pouco de divergência aqui na CPI, mas o meu pensamento pessoal é de que o Tribunal de Contas da União não elaborou o Decreto-Lei 2.300. Foi consultado sobre a interpretação desse Decreto-Lei 2300 e chegou à conclusão, pela unanimidade dos seus Membros, de considerar ilícitos, e evidentemente irregulares, as licitações realizadas com preço básico oculto.

V. Exa. declarou nesta reunião que a partir do mês de maio, V. Exa. proibiu ou coibiu que o Ministério da Saúde sugerisse essa modalidade de concorrência àquelas entidades de Estados ou de municípios que recebessem recursos proveniente do Ministério da Saúde. Foi em dezembro ou em maio que V. Exa. declarou. Parece-me que recebi um documento de V. Exa. neste sentido. Entretanto, o Secretário de Saúde declarou aqui que a responsabilidade quanto à sugestão do edital com preço básico oculto tinha sido do Ministério da Saúde. E essa concorrência verificou-se no dia 23 de maio de 1991 - para ser mais preciso, foi a Concorrência nº 001/91, 23/05/91.

Com isso, queremos chegar à conclusão de que o Ministério não tinha mais responsabilidade na sugestão do preço básico oculto a responsabilidade era somente do Secretário de Saúde e não mais do Ministério, quanto a essa modalidade de concorrência.

O SR. ALCENIR GUERRA - Sr. Presidente, o ofício da Secretaria de Saúde ao Ministério solicitando a remessa de edital para licitação é datado de 11/03/91. Foi atendido no dia 22/03/91. Esse foi o edital encaminhado ao Sr. Secretário. V. Exa. poderá compará-lo com o que foi utilizado e verá que houve modificações no edital utilizado. Eu lhe passo também à mão, apenas para seu esclarecimento, os demais documentos, conforme me comprometi com V. Exa. aqui no começo: um edital de preço oculto utilizado pelo Poder Judiciário em Brasília, em dezembro, que serviu de parâmetro para o Ministério da Saúde, e outras atitudes tomadas, como já lhe disse no começo da reunião - comissões de investigação, o final da determinação para que se extinguísse o processo de licitação por preço oculto. Afirma a V. Exa. que, realmente depois de maio, não enviou mais nenhum edital. Esse edital do Distrito Federal foi em março. Ele foi encaminhado apenas a título de sugestão.

Eu teria outros documentos, que posso lhe encaminhar, do Sr. Secretário de Saúde, provando que os preços praticados aqui em Brasília são até menores do que os praticados em São Paulo, com índices bem abaixo, e demonstrando que havia lisura no seu processo licitatório. Quero deixar bem claro aqui que os editais de licitação são de responsabilidade das prefeituras. Nós enviamos a título de cooperação técnica, mas não temos condições de vigiar a licitação, por isso que determinei que o Ministério não mais participasse. Não podemos participar de licitações à distância, às vezes de mais de mil quilômetros, sem condições de aferir a lisura do processo. E, quanto à lisura do processo, cabe mais ao Tribunal de Contas, ao Poder Judiciário e não do Ministério da Saúde. Mas tenho percebido que se fez do Paranoá um cavalo de batalha e, de repente, parece que está mais em julgamento a honorabilidade dos dirigentes do que o processo licitatório propriamente dito.

Por isso, quero externar aqui a vontade de que isso fique definitivamente claro com respeito ao Paranoá. Temos tido um relacionamento exemplar com o Governo do Distrito Federal. Não temos tido nenhuma indício de irregularidade dentro da Secretaria. As suas contas estão rigorosamente em dia, temos acompanhado e temos percebido de que se trata, realmente, de uma administração idônea e muito séria. E que, de repente, tem contra si um episódio ocasional do Paranoá, que precisa ser esclarecido a bem do entendimento, da lisura do processo e do conceito dessas pessoas. Mas, respondendo pontualisticamente sua pergunta, o edital foi enviado em março. Foi solicitado em março e enviado em março.

O Sr. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Agradeço a informação de V.Exa., só que a concorrência verificou-se em 23 de maio. Mas, quero dizer também a V.Exa. que a impressão que temos do Deputado Jofran Frejat, quanto à sua seriedade, quanto à sua honestidade, é a melhor possível. S.Exa., Deputado Federal já pela segunda ou terceira vez, e a sua permanência nesta Casa tem dito isso que eu afirmo, quanto à sua seriedade e quanto à sua honestidade.

Em função disso, acredito, para que não paire dúvida de maneira alguma quanto à seriedade do Sr. Secretário, que considerada irregular uma licitação, os atos a posteriori não devem ser considerados irregulares. Mas, esta é só uma conclusão pessoal do Presidente desta Comissão. Acredito que não seja o pensamento de todos os membros da Comissão, que alegam esse problema do direito adquirido, mas parto do princípio de que se algo é irregular no seu início, os atos a posteriori não podem ser considerados irregulares.

Queremos agradecer a V.Exa., o pronto atendimento ao convite que lhe formulamos, e dizer que a cada dia que passa esta Casa, este Congresso, fica satisfeito com a obra que V.Exa. realiza em benefício do povo brasileiro. Muito obrigado a V.Exa.

Está encerrada a reunião.

Ata da 9a. Reunião, realizada em 05 de setembro de 1991.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e trinta e cinco minutos, na sala 04 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores, Jutahy Magalhães (Vice-Presidente), Elcio Alvares (Relator), Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro, Gerson Canata, Magno Bacelar e Divaldo Suruagy, reunem-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". Havendo número, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e convida o Exmo. Senhor Eujácio Simões, Deputado Estadual e Líder do Governo da Bahia, para tomar as-

sentado à mesa, a fim de prestar o juramento de praxe e iniciar o depoimento. Depois de prestado o juramento o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado, que disse estar honrado em comparecer à Comissão, comentando a respeito de denúncias de sua iniciativa junto ao Governo do Senhor Valdir Pires, como também ao seu sucessor, Governador Nilo Coelho. Afirma que entrou com mais ações judiciais junto à Justiça Baiana, a fim de revogar atos que considerava inconstitucionais e ilegais do Executivo Baiano. Apresenta recortes de jornais que contém matérias sobre pagamento a empreiteiras pelo Governo do Estado. Comenta que entrou junto à Assembleia Legislativa da Bahia para a instalação de uma CPI, com o objetivo de investigar as acusações de corrupção contra o Senhor Governador Nilo Coelho. O Senhor Presidente inicia as interações ao deponente, seguido dos Senhores Senadores, Jonas Pinheiro, Elcio Alvares (Relator), Magno Bacelar, Gerson Canata e Divaldo Suruagy. A Presidência, antes de encerrar a reunião, faz algumas ponderações ao Senhor Deputado, confirmando o compromisso de Sua Excelência de enviar à Comissão os Contratos que evidenciem a corrupção no Estado da Bahia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Hamilton Costa de Alcântara, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Hamilton Costa de Alcântara

ANEXO À ATA DA 9a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-9F, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR EUJÁCIO SIMÕES, DEPUTADO ESTADUAL E LÍDER DO GOVERNO DA BAHIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR

Relator Senador ÉLCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES

NA

CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 05/09/91

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Na ausência do Senador Ruy Bacelar, que está representando o Senado na Assembleia da ONU, assumo a Presidência; na qualidade de vice-Presidente efetivo.

Está aberta a reunião.

Convido o Deputado Eujácio Simões para tomar assento aqui na Mesa.

Como é de praxe, antes de iniciar a reunião, o Deputado Eujácio Simões irá prestar o juramento.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar

as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Deputado Eujácio Simões, esta Comissão foi instalada para apurar denúncias a respeito da corrupção na contratação de obras públicas.

Esta Comissão, por meu intermédio, tomou conhecimento de um discurso do Deputado Paulo Maracajá, na Assembleia da Bahia, no qual V.Exa., em aparte, fez um pronunciamento que consideramos seria de grande valia para os trabalhos da Comissão. A nossa idéia é, realmente, buscar informações a respeito da corrupção em obras públicas. V.Exa. afirmou - está aqui nas notas taquigráficas, lerei a parte final, que mais nos interessa:

"Deputado Paulo Maracajá, já o meu aparte é no sentido de informar aos novos Deputados do PMDB, que aqui não estiveram na última legislatura, sobre a corrupção e a mazela do serviço público sob o auspício do Sr. Nilo Coelho. Entrei com protesto judicial na 8a. Vara da Fazenda Pública, citando o Sr. Governador, o Sr. Secretário da Fazenda, do Planejamento, os Diretores de Órgãos, Autarquias e as Empreiteiras, que recebessem recursos, dinheiro com base na suplementação ilegal, ao arrepio da Constituição, em que o Sr. Nilo Coelho baixou, através de decreto, em dezembro do ano passado"... AI vem o ponto principal: - "Que entre essas empreiteiras, se a OAS estiver incluída, será também protestada através de ação pública. E, mais ainda, a OAS paga comissão ao Sr. Nilo Coelho. Entrega na Rua Dom João VI, na sede da Nordeste Linhas Aéreas. Paga e, se quiser o nome, darei o nome de quem faz isso."

Então, agora, chegou o momento de V.Exa., diante, inclusive do juramento que acabou de prestar perante esta CPI, declarar quem recebeu essas comissões, quem paga as comissões e se esse aparte, realmente, representa uma informação correta.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente da CPI, Senador Jutahy Magalhães, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais do meu Estado, Ribeiro Tavares e Jairo Carneiro, para mim é uma honra muito grande comparecer a de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Alta da República.

Entendo que, sendo um homem que defende em todos os momentos a valorização do Legislativo, nunca iria me furtar de aqui comparecer para deixar as minhas informações, o meu depoimento, sobre quaisquer dos assuntos que envolvam a questão pública brasileira, principalmente pela minha trajetória legislativa, que sempre foi pautada na busca de que o Legislativo se fortaleça, principalmente pela fiscalização do Executivo, mantendo o equilíbrio entre os três poderes e, efetivamente, desenvolvendo o papel que lhe é reservado.

Gostaria, para ilustrar e enriquecer este depoimento, de fazer um breve histórico da minha trajetória. V.Exa. que é um representante do povo baiano, bem sabe, pelo menos pelos jornais, que a minha atuação como Parlamentar estadual tem se pautado sempre em denunciar as mazelas com o serviço público, tendo feito isso ao longo de 5 anos em que exerce o mandato.

Denunciei inúmeras questões vinculadas ao Governo do Estado da Bahia na gestão do Dr. Waldir Pires, também denunciei várias questões relacionadas com o Governo do Sr. Nilo Coelho, que o sucedeu no Executivo baiano.

Também, não só me limitei à questão das denúncias, mas, por outro lado, entrei com várias ações judiciais junto à Justiça baiana para revogar atos que considerava inconstitucionais, ilegais, do Executivo baiano.

Lembro-me bem, não é objeto desta CPI, mas tem uma ligação muito íntima, a questão da ação judicial para a revogação da loteria instantânea da Bahia, a famosa raspadinha, que o Sr. Governador criou ao arrepio da Constituição, quando não pediu uma autorização prévia para a concessão daquele serviço. E, mais ainda, quando constituiu uma secretaria executiva, sem que o Legislativo se posicionasse aprovando essa criação.

Nesse diapasão, como V.Exa. acabou de relatar, tive a oportunidade de entrar com ação judicial - trago aqui recortes de jornal, o jornal de maior circulação no Estado da Bahia - onde movi, também, contra o Sr. Governador do Estado, uma ação por ter aberto créditos suplementares da ordem de 4 bilhões e meio para o pagamento de obras de estradas em vários setores do Estado. O Sr. Governador encaminhou para a Assembleia um pedido de suplementação do orçamento e este foi negado. Foi negado de forma soberana. O Governador, ao arrepio da lei, suplementou o orçamento e pagou.

Também trago aqui uma matéria em função desta ação. O Juiz da 8a. Vara da Fazenda Pública concedeu uma liminar em que o Sr. Governador mandou pagar aos empreiteiros, na calada da noite, como bem estampa a manchete do principal jornal da Bahia: "Empreiteiros recebem na calada da noite, no Banab". A mesma matéria diz: "O Governo paga empreiteiros durante a noite".

AI, constituindo como provas cabais, pelo menos à minha visão, a minha ótica, de que o Sr. Governador tinha envolvimento muito grande com as empreiteiras e tinha todo o interesse no seu pagamento.

Em função disso, e posterior ao aparte que profiri, na sessão em que V. Exa. aí mencionou, fiz um discurso no dia 27.2.91, onde explicitiei, realmente, qual a visão que tinha do comportamento do Sr. Governador Nilo Coelho, com relação ao pagamento de obras no Estado.

Vou ler trechos onde menciono isso. Está publicado no Diário Oficial, de 12.3.91, terça-feira:

"Refiro-me expressamente à interpretação que alguns Deputados usam no procedimento obrigatório a que estão sujeitas as empreiteiras que prestam serviços ao Governo do Estado, pagando ao Sr. Governador Nilo Coelho comissão sobre as faturas recebidas, num verdadeiro crime de extorsão. É a tipificação da extorsão vil, mesquinha, pusilânime, nojenta. Tudo isso é público e notório. A Bahia toda tem conhecimento de inúmeros fatos dessa natureza. Aliás, para ilustrar como essa prática insidiosa é perfeitamente do domínio público, basta lembrar que quase todos os baianos contam a seguinte anedota: "O Governador Nilo Coelho tem um parente, muito próximo mesmo, que gosta muito de terço. Pensava-se que era terço de contas para rezar, mas não é. É terço de contas".

Há, então, de se perguntar: Por que algumas empresas sujeitam-se a isso? Porque se assim não procederem não recebem o que lhes é contratualmente devido, embora saiba-se que nesses casos os preços de contratações praticados estejam excessivamente acima de qualquer tabela de preços aceitável. Forma que permite o uso de comis-

sões, sem deixar as empresas com o ônus de repasse e tendo que pagar para trabalhar para o Governo, às vezes até sem auferir lucros, coisa até inconcebível na gestão empresarial.

É imperativo que se afirme que o fato de algumas empresas serem, neste Governo, obrigadas a pagar comissão não as colocam infinitamente sob o manto de suspeita, porque muitas têm a tradição de comportarem-se de modo sério e responsável, a não ser as que foram criadas para adotar essa prática.

O Governador do Estado, Sr. Nilo Coelho, foi quem instituiu essa prática de corrupção, verdadeira extorsão nunca vista em administração pública alguma. O que sempre se viu na gestão do Estado foi a empresa que tem competência para prestar bons serviços, por preços justos, ser tratada com respeito e seriedade; a que não atender às exigências contratuais, ser penalizada na forma da lei. Nunca houve lugar para parceria entre contratante e contratado, visando a lesar o erário e condenar o contribuinte, sempre ansioso da ação pública, ao limbo.

Então, é bastante claro e cristalino que a prática indistinta do comissionamento via extorsão é uma instituição unicamente praticada pelo Governo do Sr. Nilo Coelho, que coloca sobre a cabeça das empresas a espada de Dâmoqueles, para vergonha das pessoas honestas, que não esperam outra coisa senão a hora de vê-lo pelas costas.

Aliás, o efeito da extorsão generalizada pelo Sr. Nilo Coelho já é bastante visível, por mais podre e mais nojenta que possa ser. Como pode um governador aumentar o seu patrimônio tão vertiginosamente? Por que não o fez quando passou dois anos como vice-Governador ou quando foi sumariamente demitido do cargo de Secretário, sob a alegação de tentativa de uso da pasta para beneficiamento ilícito?

E aí continuo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a colocar todos os bens, o aumento do patrimônio do Sr. Nilo Coelho, mostrando que conseguiu em pouco menos de dois anos, de forma estimativa, aumentar o seu patrimônio na ordem de 40 milhões de dólares.

Em consequência de todos esses atos, dei entrada, na condição de Líder e com apoio da Bancada majoritária, em um pedido de CPI na Assembleia Legislativa, que arrola, entre as diversas acusações de corrupção ao Sr. Governador Nilo Coelho, a apuração de fatos de extorsão praticados por ele às empresas prestadoras de serviços ao Governo do Estado, para recebimento de comissões sobre faturas pagas.

Por outro lado, também, em função do saque feito na calada da noite no Banco do Estado da Bahia - Baneb, dei entrada, como notícia o jornal *A Tarde*, em uma ação complementar na 8a. Vara da Fazenda Pública, no sentido de que o Sr. Juiz oficiasse a direção do banco, mandando relacionar todas as empreiteiras que receberam recursos fora do expediente bancário, e também que fossem bloqueados todos os recursos que estavam à disposição do Governo do Estado, para evitar que tais práticas insidiosas se repetissem.

Em consequência disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Legislativo baiano rejeitou - como notícia o jornal *A Tarde* - as contas do ano de 1990, ao qual correspondiam esses pagamentos do Sr. Governador, numa decisão inusitada e praticamente sem símil na Nação brasileira. Não se tem conhecimento de que um governante tenha tido as suas contas reprovadas, não só pelo órgão de auxílio ao Legis-

lativo estadual, no caso o Tribunal de Contas da Bahia, mas também referendado pelo Plenário da Assembleia Legislativa, numa votação da ordem de 39 votos favoráveis à rejeição da conta, contra 20 votos contrários à rejeição.

Entendemos que essa questão de denúncias das mazelas do governo da administração anterior no Estado da Bahia se insere muito bem no momento histórico que a Nação vive, porque é público e notório, inclusive objeto desta CPI, que o País passa por uma fase difícil, onde há uma verdadeira deterioração dos valores morais. Precisamos buscar uma saída para reverter esse quadro tão negro. E entendo que, neste momento, nós, que lideramos a Bancada Majoritária no Legislativo baiano, e que temos sempre, nesta legislatura, nos pautado por coibir esse tipo de ação e também punir os que, em tempos pretéritos, não se comportaram de acordo com o mandamento legal, estamos realmente investidos, estamos realmente mais envolvidos nesse processo.

Entendo também aqui que o Congresso Nacional, do qual tenho a honra de participar neste momento, tem também uma preocupação muito importante, e o Senado, como a Câmara Alta, ou a Câmara revisora dos atos da Câmara Federal, pode muito bem contribuir para esse trabalho. Espero que, em bom tempo, como um legislador, como um Parlamentar, como um homem público e, afinal de contas, como um cidadão preocupado com a situação nacional, possa auferir verdadeiros progressos nesse sentido, e que, de certa forma, possamos viver dias melhores.

Eram estas, Sr. Presidente, as minhas colocações iniciais, e coloco-me à disposição para quaisquer inquireções.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V.Exa., Deputado Eujácio Simões, levantou aí uma série de argumentos. Nós todos aqui, do Senado, e principalmente desta CPI, gostaríamos de ver todos esses fatos apurados.

É lógico que todos nós, homens públicos, principalmente os homens públicos sérios deste País, gostaríamos que esses aumentos de patrimônio no exercício de um mandato, tudo isso fosse apurado. Não apenas em relação a um, mas a todos os que passaram pelos Executivos. Por isso digo muito aqui que o crime de corrupção deveria ser imprescritível, porque muitos casos do passado deveriam ser apurados. Gostaria que V.Exa. encaminhasse a esta Comissão os documentos, a que V.Exa. fez referência em seu pronunciamento e qualquer outro documento. Mas a grande ajuda que V.Exa. pode dar é afirmar ou não aquilo que disse. V.Exa. declarou e aí é o ponto. Se V.Exa. nos ajudar, nós teremos um ponto para irmos adiante.

V.Exa. falou da CPI lá da Bahia, mas a CPI da Bahia não se instala e dizem, até, as más línguas que é o pessoal do Governo que não quer instalar a CPI.

Mas o problema nosso, aqui, não é a CPI da Bahia, é essa afirmação que V.Exa. deu. Se V.Exa. confirmar e der o nome, então V.Exa. vai prestar uma grande ajuda a esta Comissão.

V.Exa. afirmou num aparte que a OAS - citou a empresa - alguém paga ao Sr. Nilo Coelho e deu até o endereço, lá nas Linhas Aéreas do Nordeste.

E declarou, no final do aparte, que se alguém quisesse o nome V.Exa. daria. Então, nós estamos querendo os nomes e essa é a grande ajuda que V.Exa. pode dar a esta Comissão.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Senador, primeiro, V.Exa. deve estar mal informado com relação à CPI, de que é o Governo que obstaculiza o seu funcionamento.

A CPI foi criada, logicamente automaticamente, porque contém o apoio não só de 21 Parlamentares - 1/3 do Legislativo baiano, mas, além disso, existe o apoio da maioria absoluta do Legislativo baiano. E os nomes da bancada majoritária foram indicados incontinenti ao despacho do Presidente do Legislativo, Deputado Martins, para a sua reunião.

O que não existe até hoje - e eu gostaria de colocar - é que a bancada da Oposição não indicou os três Parlamentares a que ela tem direito.

Lá, na Bahia, a maioria parlamentar tem o direito de indicar cinco Parlamentares, os quais estão indicados, e a Oposição, os outros partidos, a maioria parlamentar tem que indicar três.

Nós já indicamos os cinco e não foram indicados os outros três da Oposição.

Portanto, se não houve ainda um avanço com relação à CPI, que tem, dentro como se diz aqui, dentro dos seus objetivos, além de inúmeros objetivos, além de quinze outros fatos de corrupção flagrante do Governador Nilo Coelho - tem, como li, a apuração de fatos de extorsão praticados pelo Governador Nilo Coelho às empresas prestadoras de serviços ao Governo do Estado, para recebimento de comissões sobre faturas pagas.

Então, essa CPI não funcionou ainda e quando deverá aflorar a questão, por culpa exclusivamente da Oposição, que não indicou os seus três membros.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Mas e a pergunta que fiz diretamente a V.Exa.? Quem pagou a comissão e a quem foi paga a comissão?

V.Exa. disse que daria o nome. É muito difícil, nessa questão de corrupção de obras, chegarmos à afirmação de que temos condições de saber quem pagou comissão e quem recebeu.

Então, a grande ajuda que V.Exa. pode dar a esta Comissão é que V.Exa. talvez tenha sido o único, até agora, que declarou que tem nomes a dar.

A vinda de V.Exa. estava sendo aguardada com muito interesse pela Comissão, porque era a oportunidade que teríamos de receber a informação clara e precisa de que houve uma corrupção, um ato concreto e que V.Exa. sabe quem foi o corruptor e quem foi o corrompido.

Então, é o momento próprio para nós, inclusive para ajudar V.Exa. a apurar fatos que V.Exa. falou aqui, na exposição.

Para isso, precisamos dos nomes.

Se V.Exa. nos der esses nomes, então nós teremos condições de ajudar até na apuração de outros fatos.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, entendo que sendo de minha iniciativa a constituição de uma Comissão no âmbito do Parlamento baiano para apurar esse tipo de procedimento, nada mais justo que eu deixe para - como me coloquei à disposição - me pronunciar no âmbito do Legislativo da Bahia, que teria essa primazia, porque foi quem primeiro levantou a questão.

Eu estou à espera desse momento para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V.Exa. prestou o juramento de que diria, aqui, tudo que fosse do conhecimento de V.Exa.

Então, V.Exa. tem conhecimento do fato e está se negando a prestar a informação.

V.Exa. acaba de reafirmar que apenas está aguardando para prestar a informação no Legislativo baiano. Então, V.Exa. tem a informação e se V.Exa. tem a informação, V.Exa. prestou um juramento que tem que ser atendido, porque, inclusive, dentro do Código Penal, podemos entrar com Ação Penal Por V.Exa. não prestar as informações que conhece e se nega a prestar aqui nesta Comissão.

Veja a responsabilidade que tem V.Exa., porque acabou de reafirmar que tem conhecimento, apenas quer aguardar para prestar essa informação na Assembleia e V.Exa. prestou juramento de que aqui daria as informações que fossem de seu conhecimento.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Continuo a defender a minha posição de que na CPI da Assembleia Legislativa, se eu tiver as informações, eu as darei.

No momento, eu me considero sem condições de prestá-las.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, quero fazer uma consulta e em dela oferecer uma sugestão.

É possível que o Deputado depoente se sinta constrangido em dar a informação em uma sessão aberta e eu consultaria se ele se disporia, tendo as informações, a cedê-las em sessão secreta.

Se isso fosse possível, transformaríamos a sessão pública em secreta, se fosse o caso.

É uma consulta e uma sugestão.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, quero fazer uma colocação, também. Estamos exatamente naquele ponto que debatemos no primeiro dia da nossa instalação: que é muito difícil alguém assumir a responsabilidade.

Pode até, num aparte, no aceso de uma discussão, alguém falar, mas a nossa Comissão não é especificamente para investigar a corrupção. Para a corrupção nós tivemos, aqui, uma Comissão que até se tornou notável: todos os seus integrantes, de uma forma ou de outra, se projetaram muito e foi presidida até por um capixaba, que foi o nosso candidato a governador no Espírito Santo. Esta era destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas.

Eu gostaria - estou sentindo que o depoente não quer dizer, não quer falar - de saber se ele tem conhecimento, na Bahia, de irregularidades e denúncias de corrupção na contratação de obras públicas. Já que ele afirmou que existe corrupção, então, ele teria que dizer, porque, evidentemente, a corrupção é oriunda de um ajuste, de um contrato, de uma obra, se ele poderia determinar quais são os empreiteiros, os elementos que estão vinculados a essa corrupção, porque dizer que a corrupção levou dinheiro é um outro capítulo, mas me parece que o depoente, que tem a responsabilidade de uma Liderança na Assembleia da Bahia, e estou também como Presidente. Pelo contrário, sem demérito da CPI baiana, que nos merece todo o apreço, esta CPI, aqui, tem um condão nacional e aqui, talvez, fosse o estuá-

rio mais amplo para denúncia embasada, fundamentada, nominada alcançar a repercussão devida.

Então, Sr. Presidente, dentro do contexto daquilo - seria um ato até patriótico e não fico singelamente preso à determinação que nos constituiu - acho que se alguém souber de corrupção, e que essa corrupção está prosperando - o projeto do Governo já é resultante, evidentemente, do trabalho desta Comissão - mas, lamentavelmente, desde o primeiro dia tive oportunidade de falar isso. Eu sinto, todo mundo sabe, aquele negócio existe mas ninguém afirma e todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - A primeira pessoa que disse que daria os nomes foi o Deputado.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Eu não sei como é que é o Deputado, parece-me que é Líder, tem uma experiência parlamentar grande e agora nos honra, aqui, com seu depoimento...

Houve corrupção na Bahia. Tudo bem, houve corrupção na Bahia. Se existiu firma, como é que foi, qual foi o contrato de obra, para que nós possamos ter, residualmente, um amparo e projetar o seu depoimento com a importância que ele merece e dentro da finalidade a que nos propomos.

Então, eu gostaria de retornar ao depoente, se o Presidente me permitisse, para que ele identificasse o nexo dessa corrupção que ele fotografou num aparte, lá na Bahia, com episódios... É evidente que a Bahia é um Estado altamente politizado e por isso nós temos até a honra de ter, aqui, o Presidente e o Vice-Presidente vindos da Bahia - o Senador Ruy Bacelar e o Senador Jutahy Magalhães.

Eu gostaria que o depoente nos dissesse se essa corrupção está vinculada a algum ato, a algum contrato, a alguma concorrência, a alguma licitação que foi fraudulenta para que nós possamos, realmente, embasar e fazer a pedra angular desse depoimento que, pelo primeiro momento, nos pareceu de mais alta importância, razão pela qual acredito sinceramente que o nobre Senador Jutahy Magalhães e o nosso não menos eminente Presidente Ruy Bacelar acharam por bem convocar o Deputado aqui, para prestar esse depoimento.

Então, Sr. Presidente, já que não houve uma resposta afirmativa à pergunta tão objetiva de V.Exa., se o Deputado poderia dizer, nessa possível corrupção baiana que foi denunciada no aparte da Assembléia Legislativa, se há vinculações com obras ou licitações irregulares que não obedeceram, de maneira alguma, os padrões de moralidade, que são aqueles necessários, para que a coisa pública não sofra esses vícios tão deletérios e tão condenados.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Em primeiro lugar, pediria ao Deputado Eujácio Simões que respondesse à indagação que se, em sessão secreta estaria mais conveniente para V.Exa. prestar essas informações. Estaria disposto a prestá-la em sessão secreta?

E quanto às colocações do Relator Elcio Alvares, considero que se V.Exa. puder dar essas informações, também serão valiosas.

Mas no caso específico da colocação de V.Exa. pois na Assembléia, V.Exa. falou sobre alguma coisa relacionada à construção, obras públicas, finalidade precípua desta Comissão de apurar corrupção em obras públicas.

Então, estamos exatamente dentro da linha, e como já tive a oportunidade de repetir, V.Exa., talvez seja o primeiro a vir aqui dar nomes.

Até poderíamos usar aquela expressão popular: "dar nome aos bois".

Esta é uma grande oportunidade para V.Exa. e para nós.

V.Exa. confirmar o que disse para nós, só assim teremos um caminho aberto para seguirmos daqui por diante.

Então, se V.Exa. quiser prestar essa informação em sessão secreta, poderemos transformar esta sessão em secreta.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, quero relembrar a questão que coloquei em função também da colocação do nobre Senador Elcio Alvares, Relator desta CPI, de que a denúncia feita foi em função do crime de extorsão praticado pelo Governador Nilo Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - A respeito de uma obra pública.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Estou afirmando que havia uma prática, como disse no meu discurso, elucidativo, de que o Governador Nilo Coelho, instituiu na Bahia, uma prática de extorquir as empresas que prestavam serviço ao Estado, recebendo comissionamento, e que em função disso, ele aumentou estupidamente o seu patrimônio.

Portanto, em verdade, esta é a informação que estou prestando, e o cunho do meu aparte, foi no sentido de caracterizar o fator que o Governador estabeleceu, via extorsão, uma prática de comissionamento, e que todas as empreiteiras que prestavam serviço ao Governo do Estado estavam sujeitas a isto, porque eram assim obrigadas.

Portanto, a informação é no sentido de acusar o Governador dessa prática.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Eu não gostaria de dar qualquer conotação à política baiana, nesse depoimento, por isso vou me reservar a dar a palavra ao Senador Gerson Camata, que está inscrito.

O SR. RELATOR - (Elcio Alvares) - Eu pediria, se V.Exa. me permitisse, antes da arquiração do Senador Gerson Camata, de voltar à trilha do meu raciocínio.

O depoente alega que houve um processo de extorsão caracterizado na Bahia, em que o governador recebeu vantagens de vários empreiteiros.

Obviamente, nenhum empreiteiro paga extorsão se a coisa não foi feita de forma fraudulenta, irregular.

Seria até um negócio qui generis o Senador pagar extorsão no momento em que S.Exa. não foi beneficiado com o ato anterior.

E é voz corrente, torna-se até curial, através dos depoimentos aqui prestados, até pela representação da Carta de Belo Horizonte, pela participação do Deputado Luís Roberto Ponte, que o grande "X" do problema da corrupção brasileira está exatamente no momento em que a firma ganha a obra.

A partir daí sim, pode haver extorsão, pode haver comissão, pode haver tudo em decorrência, exatamente, daquilo que é o ponto de origem de qualquer obra. Tanto que em virtude da representação que fizemos ao Tribunal de Contas da União, o preço oculto já foi banido do sistema de licitação de obras públicas, de concorrência de obras públicas.

Então, eu gostaria, novamente, de voltar a insistir na pergunta, porque estaria exatamente dentro do espírito dessa corrupção.

Em virtude dessa extorsão, que é decorrente de um procedimento ilícito, ilegal, imoral, ou seja, a concorrência dirigida, a concorrência carimbada, se ele pode depor aqui, algumas obras na Bahia, que realmente deram ensejo a essa extorsão, ou que houveram fraude; porque dizer que houve a extorsão e não caracterizar o ponto de origem dessa extorsão, ficaria muito difícil para a comissão. Seria um sistema aleatório, impossível até de chegar a uma conclusão objetiva.

Como Relator confesso, sinceramente, que até agora o depoimento não aduziu em nada. Eu não gostaria, e quero dizer isso muito claro, tenho um profundo respeito pela pessoa humana, pela dignidade dos homens públicos. Até ser contatada a prova, o cidadão é honesto. Sinto que dentro do depoimento do eminente Deputado, há uma carga política contra o ex-Governador Nilo Coelho.

Nem o conheço pessoalmente, mas eu não gostaria que a coisa ficasse no registro da comissão apenas como uma posição política ou pessoal.

Respeito a posição do Deputado. Ele pode até ter inúmeras razões, mas ficaria mal à Comissão ouvir o depoimento em que há uma carga contra o ex-Governador Nilo Coelho.

Então, pergunto ao Depoente; se é do seu conhecimento alguma obra, que foi oriunda de um contrato, ou de uma concorrência, ou de uma licitação, que estava sivada de irregularidade na sua contratação.

Estaríamos dentro do pressuposto básico que constitui esta Comissão, estaríamos colhendo deste depoimento alguma coisa de concreto. Até o momento, infelizmente, não temos nada de objetivo, para atingir o fim a que foi proposta esta Comissão.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria, se V.Exa. me permitisse, de encarecer se é do conhecimento do depoente qualquer tipo de irregularidade e contratação de obra, que permitisse a extorsão, que foi denunciada por ele, através de um aparte de Assembléia baiana.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Senador Elcio Alvares, quero lembrar uma parte do discurso que proferi na Assembléia Legislativa, no dia 27.02, onde afirmei porque algumas empresas sujeitam-se a isso. Porque se assim não procederam não recebem o que lhe é contratualmente devido.

Embora saiba-se que nesses casos os preços de contratação praticados estejam excessivamente acima de qualquer tabela, de preço acertado. Formula que permite o uso de comissões sem deixar as empresas com ônus do repasse, e tendo que pagar para trabalhar para o Governo, às vezes até sem auferir lucro inconcebível na gestão empresarial.

Então, essa parte...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V.Exa. pode apontar qualis?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Então, estabeleceu-se que foi uma prática generalizada no Governo Nilo Coelho, a supervalorização dos orçamentos e das contratações, para permitir o pagamento das comissões como disse no meu discurso.

E mais ainda, V.Exas. não de saber que o Governador não poderia, não tem interesse maior do que como coloquei aqui. Abriu o Banco do Estado da Bahia, no dia 08 de março, depois de uma liminar, depois de concedida uma liminar, na 8ª Vara da Fazenda Pública, de uma ação judicial, uma ação popular, que deu entrada, para pagamento de 4 bilhões 450 milhões, na calada da noite, como noticiaram todos os jornais, e flagrar os representantes das empresas, recebendo o recurso e se esquivando do registro da imprensa.

Inclusive, na calada da noite, o Diretor do Banab, o Sr. Celso Peregrino estava presente no ato.

Além disso, também, deu entrada complementarmente a esta ação, pedindo informações de quais empresas que receberam os recursos, e estou ainda a espera do pronunciamento do Exmo. Sr. Juiz, Titular da 8ª Vara de Fazenda, que deve ter tomado as providências mediante a minha ação complementar, na ação pública que movi contra o ato do Governador do Estado.

Portanto, aqui, está caracterizado a prática, o desdobramento do pagamento da abertura do banco à meia noite, na calada da noite, para pagamento dos empreiteiros, e, que em função de uma ação cautelar que suspendia esse pagamento e que, posteriormente complementei com o pedido de quais empresas que receberam recursos naquela noite.

O SR. MAGNO BACELAR - Uma pergunta dentro do que ele está falando, para esclarecimento meu.

Esses jornais que publicaram isto, têm alguma ligação com o Governador Antonio Carlos Magalhães ou com o grupo de V.Exa.?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Não, todos os jornais da capital publicaram.

O SR.

O SR. MAGNO BACELAR - Eu gostaria de fazer uma pergunta, dentro do que ele está falando, Sr. Presidente, só para esclarecimento meu. Esses jornais que publicaram isso têm alguma ligação com o Governador Antônio Carlos Magalhães ou com o grupo de V. Exa.?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Não. Todos os jornais da capital publicaram.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, não quero estabelecer diálogo paralelo, porque é horrível isso em CPI, mas dentro da trilha do raciocínio, estou tentando ser o mais objetivo possível. O depoente afirmou que a extorsão era praticada em razão de preços super-relevados, acima do que seria o normal e correto. Obviamente, ninguém cobra um preço acima do correto se não tiver preconizado dentro de um instrumento legal, ou seja, o contrato. O contrato de obra.

Então, gostaria de saber se o depoente pode identificar quais foram os contratos super estimados no preço, que deram ensejo à prática de extorsão do ex-Governador da Bahia Nilo Coelho, identificando os nomes e aí, até onde o depoente pudesse dizer, para que se atinja, exatamente, a finalidade desta Comissão, se esses contratos foram elididos dentro da fraude e de corrupção. Porque ninguém vai aceitar um contrato, qualquer órgão público sério, qualquer Governador sério, qualquer homem público sério, não vai aceitar um contrato, em que o preço de origem já é um preço superestimado. Então, gostaria que o depoente, se pudesse, nominasse quais são os contratos e se ele tem, como depoente, idéia de que possa ter havido, na ocorrência dessa con-

trato, na sua fase inicial, corrupção, imoralidade ou prática que não seja inteiramente compatível com a dignidade dos negócios públicos.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Eujácio Simões.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Senador, como coloquei, disse que foi uma prática generalizada no Governo e, como tal, acuso todas as contratações e, principalmente, no setor rodoviário, no setor de transportes. Agora, não me muni desses contratos e quais são as obras que objetam, mas proponho-me a encaminhar a essa CPI a relação de todos os contratos que foram objetos dessa prática, para que esta Comissão fique devidamente municiada.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V. Exa. acaba de afirmar que vai enviar os contratos que tiveram essa prática de corrupção.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Não. Essa prática de supervalorização dos preços e que possibilitaram o pagamento das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - No meu entendimento é prática de corrupção.

Então, V. Exa. ficou de enviar esses contratos, vamos aguardar esses contratos.

Agora, com a responsabilidade de V. Exa. que está declarando que esses contratos, que chegaram ao nosso conhecimento, são todos atos de corrupção.

Então, V. Exa. enviará esses contratos para nós, e nós aguardaremos, com muito interesse, da mesma maneira que aguardamos com muito interesse o pronunciamento de V. Exa. que, infelizmente, não está nos levando a nada. Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata, que está inscrito.

O SR. GERSON CAMATA - Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Deputado Eujácio Simões, logo no dia da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sugeri que tirasse o nome para se apurar a corrupção. Que nós nos dedicássemos em analisar casos e mudar a legislação, torná-la mais transparente, mais inflexível e mais dura. Disse que seria muito difícil chegar a um caso.

Seria muita inocência nossa imaginar que quem pagou ou cometeu um crime, viesse aqui dizer que deu no dia tal, com o cheque número tal, e quem recebeu viesse aqui dizer que pegou mesmo. Isso não vai acontecer nunca e é muito difícil que cheguemos lá.

Por outro lado, por parte de nós políticos, não de todos, sempre há o exagero da linguagem. O político faz aquela tremenda acusação e depois, na hora, não apresenta provas. Se bem que ele vai no indicio daquilo que normalmente a sociedade, o pessoal do local vai conhecendo, vai sabendo, mas há talvez o exagero de linguagem do político.

Por outro lado também, há a tentativa, quando o caso é comprovado, de torcer, dizendo que a coisa não foi bem assim, a intensão foi outra.

No Espírito Santo, por exemplo, recentemente ocorreu um caso interessante. O Governo do Espírito Santo pagou 30 mil dólares a um grupo de vigaristas que estavam envolvidos naquele negócio do SOS Iraque, para levar o Mandela ao Estado.

Pagou. Mas só que aparece na televisão o Governador do Espírito Santo e o Secretário de Ação Social negando que haviam feito o pagamento. Em São Paulo, a televisão entrevistou o vigarista, o qual

disse que recebeu 27 mil dólares. Então, arrumaram dizendo que tinha sido a Companhia Vale do Rio Doce que teria mandado aquele dinheiro para fazer os pagamentos.

O Secretário aparece numa fotografia, junto com os vigaristas, e o hotel mostra uma ordem dele mandando hospedar os tais vigaristas, por ordem do Governo do Estado. Foi pago mentindo, caso comprovado.

Há poucos dias, o Governador Brizola, por quem nutro grande admiração, paga aquele tijolão que sai nos jornais de domingo, e aí ele lança, estou fazendo-lhe até uma carta, e uma nova teoria que se chama a corrupção racista. Essa é uma novidade absoluta que tem de ir para os livros de sociologia.

S. Exa. acusa a imprensa e as pessoas que denunciaram aquele ato de corrupção de racistas, porque a figura do Sr. Mandela não podia ser tocada. Significa o seguinte: que se o autor do ato de corrupção for minoria racial no Brasil, se for japonês, chinês, filipino, se não for da raça branca, que é a maioria brasileira, ou for negro, então, pode fazer corrupção, porque a corrupção racista é permitida. Essa não é alcançada pela lei, a teoria defendida pelo Governador Brizola, que assina o artigo. Mais grave ainda, naquele dia o Governador do Espírito Santo reuniu um grupo de quarenta empresários e na frente do Sr. Mandela fez a proposta - que é a prática que ele executa no Espírito Santo - dizendo o seguinte: "Que o Sr. Mandela, para chegar ao poder na África do Sul, precisava de dinheiro, e que esperava dos industriais exportadores do Espírito Santo dez milhões de dólares, mas se comprometia, ao chegar no poder, favorecer aquelas empresas capixabas, exportadoras e construtoras, que tivessem ajudado ou que se dispusessem a ajudá-lo."

O Sr. Mandela que é uma figura internacional, respeitada, um símbolo da própria humanidade, se ficasse mais algumas horas no Espírito Santo sairia desmoralizado. Graças a Deus que ele veio correndo para cá.

Digo isso tudo para mostrar, às vezes, se é leniente, às vezes se é complacente, às vezes se defende o ato corrupto comprovado e, nas outras vezes, os próprios políticos, nós todos, exageramos na denúncia e não temos provas.

Diante disso o nobre Deputado Eujácio Simões, é um parlamentar como nós, o interesse de apurar esses fatos. É mais dele do que nosso, se bem que é obrigação de todos nós. Nós vemos que ele foi à Justiça na tentativa de inibir o prosseguimento do ato, que ele considerou inoral ou amoral.

Mas, queria fazer uma pergunta objetiva: na taquigrafia que nós temos aqui, há uma frase que é a seguinte, atribuída ao nobre Deputado Eujácio Simões e mais ainda: "A OAS paga comissão ao Sr. Nilo Coelho e entrega na rua D. João VI, na sede da Nordeste Linhas Aéreas. Paga e se quiser o nome, darei o nome de quem faz isso." Perguntaria ao Deputado, essas palavras são realmente suas? V. Exa. disse isso neste dia?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Disse.

O SR. GERSON CAMATA - Segunda pergunta. Naquele momento em que V. Exa. disse isso, V. Exa. sabia o nome de quem levava?

V. Exa. disse: "se quiser o nome, darei o nome de quem faz isso." V. Exa. disse isso porque já tinha o nome, já sabia o nome?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Não. Não tinha o nome.

O SR. GERSON CAMATA - Porque dá a entender aqui que, quando o Deputado Paulo Maracajá concedeu o aparte ao nobre Deputado Artur

Mala, ele interrompeu um ato em que parece que V. Exa. ia dizer o nome. V. Exa. naquele momento não tinha o nome?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Não.

O SR. GERSON CAMATA - V. Exa., depois daquele momento, conseguiu o nome?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Se eu consegui o nome? Não.

O SR. GERSON CAMATA - V. Exa. está tentando conseguir o nome? Porque V. Exa. assumiu um compromisso com a Assembleia da Bahia de dar o nome. V. Exa. não tinha o nome para dar. Então, ocorreu um exagero verbal parlamentar de V. Exa. Disse que daria o nome e não tinha o nome na hora.

Então, que dia ou até quando, até o final desta CPI, V. Exa. teria condição de dar esse nome a CPI? Essa CPI se encerra agora, final de outubro, até V. Exa. acha que conseguirá o nome?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Estou tentando, agora não posso garantir que conseguirei o nome.

O SR. GERSON CAMATA - Se conseguir, por favor, mande o nome para nós. Esse problema de nós, políticos, falamos um pouco demais, às vezes, deixa os políticos mal, porque falamos e na hora não acontece nada. A prudência verbal é muito útil a todo ser humano e, principalmente, a nós políticos. Mas, a expectativa que tínhamos era que V. Exa., hoje, pudesse chegar aqui e nós pegáramos o primeiro nome para começar a puxar o carretel. Ficamos sem a ponta do fio e o carretel não vai desenrolar nesta CPI.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. JONAS PINHEIRO - É possível que o acusado, o ex-Governador Nilo Coelho, saia, hoje, como um grande vitorioso, e a declaração, enseja a oportunidade até de abertura de um processo de calúnia e difamação. Isso é perigoso.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Eu queria fazer uma colocação: a de que o depoente foi sincero. O Senador Gerson Camata também fez... nós somos políticos. Eu sou político, todos aqui são políticos. Temos esses arroubos mesmo. Em programas de televisão, principalmente em campanha eleitoral no Espírito Santo, se fôssemos cobrar 10 cruzeiros por cada processo que se erigiu por conta das denúncias de corrupção, teria sido algo absurdo. O próprio Senador Gerson Camata é autor de várias denúncias lá, eu também sou. Acusaram-me, porque quem já exerceu um cargo público neste Brasil paga um tributo muito grande. Se o cidadão é amigo da gente, ele nos endeusa o que se transforma até em uma corrente; se é inimigo, ven e diz o diabo; se não temos defeito, colocam-nos. Valeu a sensibilidade do Senador Gerson Camata, que é um homem identificado inteiramente com a vida política. O registro foi feito, houve o arroubo no momento em que o depoente está confessando, foi um arroubo de debate. Então, Sr. Presidente, a essa altura, em relação ao ex-Governador Nilo Coelho, que não conheço, eu não gostaria de tecer nenhum comentário, porque é da vida política: o governador que sai tem que resolver uma porção de problemas que ven ocorrendo na corrente que entra, isso é natural. Há até aquela frase famosa que diz que o único governador que não reclamou do antecessor foi Tomé de Sousa, que não tinha ninguém. Alí um levantou e disse que ainda tinha o Pedro Álvares Cabral, em quem ele colocaria a responsabilidade de ter descoberto o Brasil. O problema é muito sério. Sr. Presidente, em face da declaração do Deputado Eujácio Simões - é da vida política, é do ramo, e nós estamos dentro dele - não tenho mais

nada a perguntar. Estou fazendo a colocação do Relator.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro em função da intervenção do Senador Jonas Pinheiro. Com relação à questão judicial com o ex-Governador Nilo Coelho, eu prossigo com duas ações judiciais: uma com relação à criação da loteria instantânea da Bahia, que ele criou ao arrepio da Constituição do Estado e sem autorização legislativa; outra quanto a essa questão da abertura dos créditos suplementares e o pagamento depois de concedida a liminar de 4 bilhões e 450 milhões, que deu toda essa questão que acabei de colocar, como notícias nos jornais, da abertura do Banco do Estado na calada da noite. Prossigo com as ações e esperarei chegar até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Pergunto ao Senador Divaldo Suruagy se tem alguma pergunta a fazer.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Apenas uma colocação, Senador Jutahy Magalhães, a respeito da necessidade cívica. É claro que nós, políticos, não trabalhamos com provas; trabalhamos com evidências. Quem trabalha com provas é o Poder Judiciário. O político trabalha com evidências e dá roteiros, pistas, a essas evidências.

Durante o mês de julho - apenas um exemplo que estou oferecendo para possibilitar ao Deputado Eujácio Simões, se achar conveniente, ter atitude idêntica - mandei uma carta aberta ao Presidente da República, que os jornais publicaram, dizendo que auxiliares do Presidente haviam adquirido chácaras aqui em Brasília e que o Presidente dispunha da Polícia Federal, da Secretaria de Ação Estratégica e da Receita Federal para avaliar a melhoria súbita do padrão de vida dos seus auxiliares. Aí é uma evidência concreta. Se, durante dois ou três anos, alguém que vive de salário adquire um imóvel por 665 mil dólares, sem que tenha um patrimônio que justifique essa compra, isto é fácil de se identificar, se o Executivo tiver interesse em fazê-lo.

Hoje à tarde, em meu discurso, vou ler a nota do Estado de S. Paulo, e sugerir ao Presidente da República que mande a sua equipe da Secretaria de Ação Estratégica fazer um estágio na redação desse jornal. O pessoal da imprensa provou ser mais ágil do que a própria Polícia Federal. Em pouco tempo, localizou a chácara, que fica na QI 15, no nº 35, conseguiu a procuração do Deputado Cleto Falcão, concedendo plenos direitos de venda, e publicou o fac-símile no Estado de S. Paulo. Essa chácara custou, 665 mil dólares! Quando o jornal noticiou, Porta-voz da Presidente disse que não queria mais a chácara, e devolveu o presente - foi até um gesto bonito - de 665 mil dólares. Confesso que fiquei tocado por esse gesto. Primeiro, ninguém passa a procuração de um bem sem ter algo que justifique essa procuração. Quero dizer aqui que fiquei muito magoado com o Senador Gerson Camata, porque somos amigos há tanto tempo, fomos Deputados federais juntos, fomos Governadores juntos e somos Senadores juntos, e S. Exa. nunca teve um gesto desses para comigo. Coisas dessa natureza são fáceis de se descobrir. A imprensa descobriu com muita facilidade. Todos mundo sabia disso. Eu dei todas essas pistas. Outra coisa: o Deputado Cleto Falcão nada tem a ver com isso, está sendo mais uma vítima da amizade com esse Porta-voz Cláudio Humberto. Quanto foi feito o registro, o Deputado Cleto Falcão é que vai pagar o preço caro, porque assumiu a responsabilidade; ele vai ter que explicar isso. Ele não tem patrimônio, não tem verba, não tem nada para isso. Inclusive ele estava até viajando no exterior. Botaram no nome dele e, quando chegou, encon-

trou o fato e, por anizade, passou essa procuração. Mas isso todo o mundo sabe, os jornais publicaram, e agora estão levantando facilmente o patrimônio do Deputado. Lamento que o Cleto esteja numa situação dessas, porque, na verdade, ele nada tem nada com isso, a não ser o fato de ter emprestado o nome. Mas vai ter que arcar com a responsabilidade, vai ter que explicar isso.

Eu cheguei um pouco atrasado, mas ouvi V. Exa. comentar o pronunciamento que fez na Assembléia da Bahia e dizer que o ex-Governador Nilo Coelho visivelmente melhorou o seu patrimônio. Isto é fácil de se ver pelo Imposto de Renda. Esse caso eu acabei de provar facilmente. Dei as informações para a imprensa, e ela as levantou facilmente. V. Exa. dispõe dessas provas da melhoria do patrimônio do ex-Governador Nilo Coelho?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Disponho. No meu próprio discurso, coloquei que o ex-Governador, aparentemente em termos de evidências, teria ampliado o seu patrimônio da ordem de 40 milhões de dólares e alinhei todas as propriedades, imóveis e negócios que S. Exa. teria adquirido ao longo de pouco menos de dois anos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - V.Exa. poderia mandar essas provas para a Comissão?

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Posso mandar.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Senador Magno Bacelar, sem V.Exa. a palavra.

O SR. MAGNO BACELAR - Não há nada que se perguntar, há que se lamentar profundamente. O nobre Deputado depoente declara que as notas taquigráficas são legítimas. Declara que está movendo dois processos e declara que não tem provas. Não pode citar os nomes, porque aguardaria a Comissão de Inquérito instalada na Bahia. Depois concorda com o Senador Gerson Camata, em que houve um roubo verbal. Então, há uma série de contradições. Eu fico calado, mas vou observando as coisas e tenho uma boa memória. No depoimento, numa das frases, o depoente disse: "nos pautando nesta legislatura". Nesta somente ou nas anteriores? É um procedimento de agora, quando o País acaba de ser vítima do maior engodo, elegendo um Presidente que falava de moralidade, e quando o atual Governador da Bahia assume essa característica, diz que vai ser o salvador da pátria, que lugar de ladrão é na cadeia. Tudo justo; mas será o próximo candidato, Sr. Presidente? O nobre Senador alertou: será que o nobre Deputado agora não deu um atestado de idoneidade e de dignidade ao ex-Governador? Não há prova nenhuma. Eu não concordo que os políticos falem nas campanhas o que não devem ou o que não assumem. Eu não concordo.

Estamos vivendo num país que está à beira do abismo pela descrença, pelo descrédito dos homens públicos, pela falência das instituições. Era o grande momento para recuperarmos a credibilidade, Sr. Presidente; mas não é com o depoimento do nobre depoente que encontraremos esse caninho. De forma que fica o meu registro na Comissão apenas de uma lamentação.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Senador, eu gostaria de esclarecer - talvez V. Exa. não tenha percebido - que eu disse que eu não me prendia somente a essa legislatura; ao longo da outra legislatura, no primeiro mandato de deputado estadual, eu sempre tinha adotado uma postura de fiscalização do Executivo. Criei, na Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão de Fiscalização dos Atos do Executivo, em que tinha

denunciado inúmeros atos, não só quando assumiu o Governador Valdir Pires com relação ao decreto de reajustamento pautado no decreto federal e outras denúncias de contratações de convênios, com entidades fantasmas, como também, na outra legislatura, entrei com ação judicial, buscando anular a Loteria Instantânea da Bahia, que foi criada sem autorização da Assembléia, como prevê a Constituição Estadual. Portanto, a minha conduta veio ao longo do tempo, e posso dizer a V.Exa. que, ao longo da Legislatura anterior, fui distinguido, como o melhor Deputado da Assembléia, inclusive na Assembléia Constituinte. Acho, então, que tenho contribuído para, realmente, coibir esse tipo de procedimento na administração pública.

O SR. MAGNO BACELAR - Eu gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, que não estou aqui para desrespeitar ninguém. Fiz perguntas! E, se for o caso, recorramos à Taquígrafia ou à gravação. Afirmei - eu anotei -, perguntei apenas: Foi dito na acusação, num roubo de oratória. Tem dois processos movidos. Foi dito isso também. E, quando perguntei se é imprensa, porque, no meu Estado, existe isso, se o Senador José Sarney resolver imputar alguém por crime de corrupção, todos os jornais publicarão, porque são todos dele, Sr. Presidente. Como o Governador Antônio Carlos Magalhães, mais do que ninguém, está envolvido nos escândalos das doações de rádio, sei que na Bahia tem muita coisa do Governador Antônio Carlos Magalhães, se eu queria caracterizar - porque é um dever meu, estou aqui para isso - se as denúncias da Assembléia, nobre depoente, Líder do Sr. Antônio Carlos Magalhães, não é uma "orquestração" para todas as declarações que o Dr. Antônio Carlos Magalhães está dizendo, para que amanhã, se ele chegar à Presidência da República a custa do slogan "Corrupto na cadeia", saiba-se que eu disse isso aqui!

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Senador Jonas Pinheiro tem alguma indagação, algum comentário a aduzir?

O SR. JONAS PINHEIRO - Não, Sr. Presidente, mas o Deputado Eujácio Simões fez uma observação a um registro que fiz. Eu vou fazer só mais um comentário: não conheço o quadro político da Bahia, não sei quem é quem, nem o quadro político, nem nome de construtora, absolutamente! Estou aqui com toda a isenção. Não tenho parte em relação a ninguém. Mas, o que observei foi a contradição de V.Exa., que disse, quando indagado pelo nobre Senador Gerson Camata, que aquela declaração havia sido de V.Exa. realmente. E agora V.Exa. negou perante a CPI que tivesse o nome da pessoa. Disse que tinha e aqui disse que não tinha! Então, aquela declaração, na Assembléia, comprometia o nome do ex-Governador Nilo Coelho. E esta agora aqui isenta o Governador Nilo Coelho. Eu apenas fiz esse registro. Isso talvez, se for do interesse dele, pode até mover uma ação contra V.Exa. Só fiz esse registro. Eu não tinha outro interesse, a não ser fazer esta observação da contradição, que pode levar a algum outro fato. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Senador Meira Filho.

O SR. MEIRA FILHO - Apenas um rápido comentário bem à brasileira! Entendo que, se a corrupção é um mal que prejudica tanto a Nação, uma acusação sem provas, no meu entendimento, é um mal igual a corrupção, porque aquele que acusa, ele assume evidentemente o ônus da prova, senão tudo fica parecido como d'antes. No caso do Carlos Lacerda, que veio com aquela Carta Brandi, que assustou a Nação inteira, no fim, a Carta Brandi era falsa. E o Sr. Carlos Lacerda che-

gou na tribuna e disse: "Ah é? Então, já consegui o que eu queria!" Quer dizer, acho que não é por aí que temos que corrigir os nossos males, acusando sem prova! É um comentário rápido à brasileira. Sempre entendi que quem acusa tem que levar uma prova.

O SR. EUJÁCIO SIMÕES - Senador, apenas queria colocar o seguinte: eu voltaria a repeti-lo sobre as questões dos processos que estou movendo com relação aos pagamentos que deram início de que havia favorecimento da empreiteira em troca, comissões. Então, esse processo estou levando à Justiça e vou até o fim com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Acredito que todos os Srs. Senadores já se manifestaram. Resta-me aduzir que, como o Senador Meira Filho afirmou agora há pouco, um dos grandes males que existem na política - o Senador Gerson Camata disse que os políticos são acostumados a fazer isso - é o fato de que não só o corrupto fica impune como também o acusador leviano. Creio que as leis deveriam atingir os dois lados, não apenas um só. No caso específico, lamento que o Deputado Eujácio Simões tenha perdido essa grande chance que teve de trazer, para a opinião pública nacional um fato concreto.

Não tenho nada a ver com o ex-Governador Nilo Coelho. Pelo contrário. Na Bahia, quando o ex-Governador assumiu o cargo, afastamo-nos politicamente, e ele demitiu todos os meus companheiros que estavam exercendo cargos, colocando, no lugar, os companheiros do Deputado Eujácio Simões. O partido de V.Exa. assumiu o lugar antes ocupado por mim. Portanto, durante muito tempo, o partido ligado ao Deputado Eujácio Simões também fez parte do Governo Nilo Coelho. Isso é uma questão de política baiana. O problema, nesse caso, era este: dar chance. É verdade que muita gente faz acusações contra outras pessoas, inclusive quando se trata de corrupção. Mas quando um homem de bem declara que sabe quem fez a corrupção, quem foi o corruptor e quem foi o corrupto, esperava-se que ele aqui viesse para reafirmar o que disse. Não foi uma acusação genérica; foi uma acusação completa, declarado até o endereço. Só faltou dar a hora em que foi feito o pagamento. Ele deu o endereço, o lugar, e manifestou a opinião convicta de que, se quisessem, ele daria o nome.

Estranho, francamente, que ele tenha chegado a afirmar - infelizmente foi no momento em que eu estava falando com pessoas do Paraná que deverão vir aqui na próxima reunião, quinta-feira próxima, o Governador e o Deputado Max Rosenmann, separadamente - que foi num arroubo que fez a declaração. Como disse o Senador Jonas Pinheiro, deu-se margem a que o ex-Governador Nilo Coelho ficasse satisfeito com essa afirmação. Lamento que não tenhamos tido a chance que esperávamos de ter os nomes que nos levassem a algum objetivo. Era o que estávamos aguardando aqui. Mas, pelo menos, fica nos registros desta Comissão o depoimento do Deputado Eujácio Simões, que será examinado por quem tiver interesse e será julgado por aqueles que o examinaram. Portanto, creio que não teríamos mais nada a tratar nesta reunião. Apenas afirmo que acabei de confirmar com o gabinete do Governador Roberto Requião sua convocação para comparecer aqui na próxima quinta-feira. Em seguida, o Deputado Max Rosenmann.

O SR. JONAS PINHEIRO - Vamos torcer para que os contratos, que forem encaminhados, tragam alguma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Os contratos, como disse o Deputado Eujácio Simões, seriam contratos de atos corruptos.

Obrigado a todos pelo comparecimento, de todos, especialmente ao Deputado Eujácio Simões.

Está encerrada a reunião.

Ata da 10a. Reunião, realizada em 12 de setembro de 1991.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães (Vice-Presidente), Elcio Álvares (Relator), Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro, Gerson Camata, Magno Bacelar, Oivaldo Suruagu, Meira Filho, Eduardo Suplicy e os Senhores Deputados Max Rosenmann, Jone Varisco, Luiz Carlos Hauy e José Felinto, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". Havendo número, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e convida o Excmo. Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná para tomar assento à mesa, a fim de prestar o Juramento de praxe e iniciar o depoimento. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Governador. O Senhor Governador consente que a sua participação, além de confirmar alguns fatos, pretenda propor medidas institucionais que estabeleçam a transparência na contratação de obras públicas, como também na própria atividade do Congresso Nacional. Consente que foi procurado pelo Senhor Antonio Celso Garcia, o qual informou que pleitos do Paraná junto à Caixa Econômica Federal, poderiam ser liberados, caso o Governo do Estado aceitasse uma lista de empreiteiras impostas pelo Sr. Paulo César Farias (PC). Se o Governo do Paraná não aceitasse, iria propor a Sr. Paulo que aceitaria a proposta. Na oportunidade entregou à Presidência da Comissão uma minuta que teria sido elaborada pelo Senhor Deputado Max Rosenmann e uma relação de obras da PROBERG entregues pelo Sr. Hélio Célio B. Lopes, contendo anotações manuscritas com o nome das empresas que deveriam executar as obras. A seguir, o Senhor Governador faz uma comparação da Usina de Salto Segredo no Paraná com a Usina de Xingó em Alagoas e passa à Presidência da Comissão documentos de análise da obra de Salto Segredo. Propõe a criação de um cadastro Nacional de preços de obras públicas e sugere também um projeto de lei regulamentando a concorrência em obras públicas, encerrando a primeira fase do depoimento. O Senhor Presidente concede a palavra, de acordo com a lista de inscrições aos Senhores Senadores Affonso Camargo, Mahor Júnior e Garibaldi Alves Filho, ao mesmo tempo em que pede aos Senhores Senadores comparecerem à sessão do Congresso para votar, ficando somente o Senador que estiver arguindo ao Senhor Governador Roberto Requião. A seguir o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Max Rosenmann, que prefere aguardar a presença dos Senhores Senadores que foram votar. A seguir, o Senhor Presidente sugere suspender a reunião, antes concedendo a palavra aos Senhores Deputados Carlos Hauy e José Felinto. Assume a Presidência Interina o Senhor Relator.

Em seguida, o Senhor Senador Ruy Bacelar retorna a presidir a reunião, enquanto que o Senhor Relator continua com a palavra. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Deputado Jone Varisco que sugere a convocação do Senhor Paulo César Farias (PC). A Presidência acolhe a sugestão do Senhor Deputado Jone Varisco, e concede a palavra ao Senhor Deputado Max Rosenmann. O Senhor Deputado Max Rosenmann diz ser importante a convocação do Senhor Vice-Governador, Senhor Mario Pereira. O Senhor Deputado José Felinto sugere que o Senhor Vice-Governador estando presente, possa prestar alguns esclarecimentos à Comissão. O Senhor Relator propõe que o mesmo seja convocado depois de uma análise dos documentos trazidos pelo Senhor Governador. O Senhor Presidente informa que o Senhor Vice-Governador será convocado posteriormente, porém poderá usar da palavra para prestar esclarecimentos, como complemento ao depoimento do Senhor Governador Roberto Requião. A Presidência concede a palavra ao Senhor Vice-Governador o qual foi interrompido pelo Senhor Relator. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Max Rosenmann para prestar esclarecimentos, uma vez que será convocado a depor na próxima quinta-feira. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Deputado Jone Varisco e ao Senador Eduardo Suplicy. Antes de encerrar a reunião, a Presidência concede a palavra ao Senhor Governador Roberto Requião para finalizar. O Senhor Presidente encerra a reunião, antes convocando outra para a próxima quinta-feira, dia dezesseis de setembro do corrente, com o depoimento do Excmo. Senhor Deputado, Max Rosenmann e também do Senhor Antonio Celso Garcia. E para constar, eu, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e assinada pelo Senhor Presidente irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

J. Magalhães

ANEXO À ATA DA 10a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR ROBERTO REQUIÃO, GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR

Relator : Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES
NA
CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 12/09/91

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Declaro aberta a reunião.

Convido o Governador Roberto Requião para tomar assento à mesa.

Como de praxe, solicito aos Srs. membros da Comissão que se levantem, a fim de que o Sr. Governador possa prestar o juramento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Sr. Governador, estamos aqui reunidos, hoje, para escutar o depoimento de V.Exa., prestando esclarecimentos a respeito de certos fatos publicados na imprensa e, também, para que V.Exa., respondendo aos Srs. Senadores e Deputados que assim desejem, traga esclarecimentos a esta comissão a respeito de assuntos relacionados a obras públicas e corrupção no País.

Temos buscado informações através de vários depoentes e, infelizmente, quando esses depoentes chegam aqui, normalmente, não confirmam aqueles fatos publicados na imprensa. Agora, sei que V.Exa.

pelo menos pelo que o conheço, irá aqui dar os esclarecimentos necessários e prestar as informações que são do seu conhecimento. Por isso, inicialmente, ao contrário do que estamos fazendo ultimamente, gostaria de saber se V.Exa. deseja fazer alguma exposição inicial, antes de começar a responder as indagações dos Srs. Senadores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Participo desta Comissão Parlamentar de Inquérito hoje com alegria, porque o fato de esta Comissão estar instalada no Senado Federal me dá a segurança e a esperança de que a intermediação e a corrupção na contratação de obras, serviços e compra de produtos na administração pública, no Brasil, pode terminar.

Há muito tempo faço política. O meu primeiro entusiasmo na política ocorreu numa eleição presidencial, onde tive, na época, o prazer de votar num dos homens mais corretos do Brasil. Votei, para vice-presidente da República, no Nilton Campos, velho udenista, do qual registrei na memória uma afirmação antiga, crítica, de que no Brasil a política era conduzida segundo um princípio: "Me dêem um cargo público ou um mandato, que transformarei numa alavanca; me dêem um ponto de apoio no Tesouro Nacional e levantarei um patrimônio."

Acredito que a minha participação nesta comissão, mais do que confirmar alguns fatos, pretende propor algumas medidas institucionais que estabeleçam a transparência absoluta na contratação de

obras públicas e na própria atividade do Congresso Nacional em relação à elaboração do orçamento. Medidas institucionais definitivas mais do que punições eventuais, medidas que assegurem e garantam a transparência de todos os atos de contratação de obras, produtos e serviços, seguramente, impedirão, para o futuro, que a imoralidade, o instituto das comissões continue proliferando no Brasil. Tenho notícia, pela convocação, que o convite que a comissão me fez se deve a dois fatos relatados nos jornais; vamos expô-los com toda a precisão possível. Um diz respeito à contratação de obras da Caixa Econômica Federal; outro diz respeito à transferência de um convênio de construção da estrada de Curitiba a Joinville do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado para o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens.

Vou historiar o primeiro caso. Depois do processo eleitoral que me levou ao governo do Estado do Paraná, passei a ser procurado por inúmeros políticos, eleitos ou não, que se dispunham a ajudar o Estado do Paraná nos seus pleitos junto ao Governo Federal, disposição essa absolutamente legítima. A maior parte desses políticos era composta de deputados eleitos pelo Estado do Paraná, do meu e de outros partidos. Dentre os políticos sem mandato que se aproximaram do governo, estava o ex-candidato ao Senado, Antônio Garcia, ligado ao PRN, que se propunha a acompanhar pleitos do Paraná junto ao Governo Federal. Solicitou informações sobre essas postulações e recebeu, como de resto todos os deputados devem ter recebido, um relatório, acompanhado de um cartão; e neste relatório estavam listados os pleitos e os encaminhamentos junto aos órgãos públicos. Até aí tudo bem.

A Caixa Econômica Federal dispunha, no seu orçamento, de cerca de oitenta milhões de dólares de financiamento para o Estado do Paraná. Até que um dia recebo esse Senador, que estava muito próximo do Governo. Durante a primeira fase do Governo, nos primeiros sessenta dias, por exemplo, em que assumi, quando o Governo do Estado do Paraná, por questão de revisão, estava sem avião, o Governo do Estado utilizou o avião desse candidato a senador, que o ofereceu e o colocou à disposição do Estado. Num determinado dia, o candidato a senador me procura no Palácio e me expõe a seguinte situação: - "Requião quero lhe informar que os pleitos da Caixa Econômica podem ser liberados, mas o PC só os libera se você aceitar essa lista de empreiteiras que deverão executar as obras." Imediatamente demonstrei, com clareza, a minha contrariedade. - "Isso não é possível, Toni, o Paraná não pode aceitar concorrência dirigida." - "Mas a informação que tenho a lhe dar é que, se você não aceitar, o PC vai mandá-los para São Paulo, porque São Paulo aceita." Imediatamente procurei o Presidente da SANEPAR, Stênio Sales Jacó, que estava em Brasília, e com quem não consegui um contato. Eu estava indo para São Paulo, a fim de fazer um programa com o Jô Soares; fui a São Paulo e o empresário e ex-candidato a Senador, Toni Garcia, me acompanhou. Voltei à Curitiba, consegui falar com o meu superintendente da SANEPAR e tive a informação de que a Caixa Econômica Federal havia retirado de pauta o julgamento dos pleitos do Paraná, a recomposição dos financiamentos do Estado do Paraná. Logo depois fui procurado pelo meu Secretário da Fazenda, que havia sido procurado pelo Toni Garcia, que tinha, através dele, dirigido um recado ao Governador, numa mesa de restaurante, em Curitiba. - "Eu não entendo (dizia o Toni) por que o Governador não aceita (já não era uma informação) a distribuição das obras, se tudo no Brasil é assim. E ele

tem vinte quatro horas para definir se aceita ou não, senão as obras irão para o Estado de São Paulo."

Fiquei estupefato com o encaminhamento do processo. Logo depois recebi um telefonema do Toni Garcia: - "Governador, tem que haver uma solução. Se não for dada a solução, o PC manda as obras para São Paulo." Nesse mesmo dia recebi um telefonema do Vice-Governador, Mário Pereira, presente nesta reunião, que me informava que o Deputado Max Rosenmann havia procurado a Secretaria dos Transportes, com uma minuta transferindo a delegação da realização das obras na estrada Curitiba-Joinville, delegação de duplicação das obras, porque, segundo o Deputado Max Rosenmann, se o Estado do Paraná não abrisse mão da delegação, o Governo Federal não colocaria recursos nas obras. Era uma informação que o Deputado Max Rosenmann levava ao Vice-Governador Mário Pereira. Essa informação foi levada ao Mário Pereira, ao Engenheiro Rogério Tissot, Diretor do DER, ao Engenheiro José Antônio Ghisi, que recebeu em mãos a minuta da desistência, com o conhecimento do Engenheiro Lásaro Parrelada (?), do DER, o Luís Roberto Borges, Engenheiro Roberto Blase, Deputado Geraldo Cartário e Deputado Afonso Júnior, que acompanharam, porque estavam presentes na secretaria no momento, o desenrolar desse fato.

Entendi que Governo Federal tinha declarado guerra ao Paraná, primeiro impondo direcionamento de concorrência na Sanepar e depois exigindo que o Governo do Estado desistisse de uma delegação contratada durante o governo Sarney, de uma obra já iniciada, obra que os empreiteiros só receberiam do Estado após o Governo Federal ter repassado os recursos, como condição absoluta para que recursos para a obra fossem incluídos no orçamento nacional. Imediatamente sugeri ao vice-governador que ligasse para o Ministério dos Transportes; o vice-governador ligou, para o Engenheiro Perruci, Diretor-Geral do DNER, e o Engenheiro José Henrique Amorim, que disseram nada saber sobre a questão, que não havia nenhuma determinação e nenhum condicionamento em relação a isso e, mais do que isso, que não havia recursos previstos no orçamento que estava sendo elaborado.

Que providência tomei? No primeiro encontro que tive, como Governador, com o Presidente da República, Sua Excelência me afirmou que todos os casos que dissessem respeito ao relacionamento direto entre o Estado do Paraná e o Governo da República deveriam ser levados diretamente a ele. É natural que isso não exclui a dedicação de um político, de um deputado no acompanhamento de uma verba orçamentária no Congresso Nacional.

Imediatamente liguei para duas pessoas em Brasília: o Ministro da Saúde, Alceu Guerra, que é um Ministro do Paraná, e o co-loquei a par dos fatos. Em seguida, liguei ao Marcos Coimbra, que não estava; deu-me um retorno lá pelas seis ou sete horas da noite quando expus para ele os fatos: - Ministro, que tipo de relação se estabelece na República? Quero que o Governo Federal resolva rapidamente esse problema ou vou montar um "disque PC" no Paraná, para aprofundar os conhecimentos que eu possa ter sobre essa tão interessante figura da República. O Ministro me respondeu de forma surpreendente no telefone. S.Exa. disse: - "Governador, vou tomar todas as providências que o caso reclama, mas um "disque PC" seria uma medida extraordinariamente interessante para o País." Dez minutos depois, o Presidente da Caixa Econômica me liga e confirma que havia saído de pauta a recomposição

dos investimentos no Paraná, porque ele não tinha tido contato direto comigo. Comprometeu-se, imediatamente, a colocar na pauta da outra reunião e garantiu-me que da parte da Caixa Econômica não havia intermediários, não havia comissões de quaisquer naturezas. Esses, Presidente, são os fatos.

O fundamental é que eu já me havia proposto, desde o início do Governo, diante dos rumores de intermediação indevida entre os Estado do Paraná e a República, a denunciar o fato no primeiro momento que ocorresse. E acho que os fatos expostos dessa maneira transformam a sua explicação em uma tarefa muito difícil, mas que não cabe a mim.

Gostaria de entregar à Presidência da Comissão de Inquérito dois documentos. Um deles é a minuta que o Deputado Max Rosenmann entregou ao Engenheiro Ghisi, do DNER, que, certamente, não foi escrita por paranaense, porque ela se refere à nossa secretaria, ao nosso secretário como Secretário de Estado dos Negócios do Transporte no Paraná. Não temos secretário dos Negócios do Transporte, temos Secretário de Transporte. Secretário de Negócios de Transporte é uma denominação utilizada por outros Estados. E a esse documento, peço atenção porque é o original.

Nessa questão da intermediação dos recursos da Caixa Econômica Federal, ocorreu um outro fato que entendo importante relatar. Foi procurado por um amigo, chamado Hélio Célio Batista Lopes, que me disse procurar por delegação de um grupo de pequenos empreiteiros profundamente insatisfeitos com o Governo do Estado, porque, segundo ele, o Governo do Estado estaria dirigindo obras públicas, o que os empreiteiros do Paraná sabiam que comigo era praticamente impossível acontecer, porque eu já tinha sido Prefeito de Curitiba e a lisura com que conduzi a Prefeitura é conhecida em todo o Estado do Paraná.

Esses empreiteiros queriam me informar que algumas obras do Prpserge (?) estavam sendo distribuídas e, segundo esse cidadão, em meu nome. Deixou-me um documento que eu, profundamente aborrecido, amarrotei e joguei na cesta de papel, mas que consegui, com muita sorte, encontrá-lo, graças a desidia da empregada doméstica da minha casa, uma semana depois. Trata-se da relação de obras do Proserge e a relação das empresas que, segundo essa informação, teriam assegurada a concorrência por terem acertado no Governo Federal e pretendiam, assim, acertar no Governo estadual. Apesar de ser uma xerox, esse documento tem uma característica muito especial: e chama a atenção da Comissão, que é o único que tenho: possui anotações manuscritas embaixo, com os nomes das empresas, seguramente feitas pelo proprietário de uma delas. Qualquer dúvida pode ser resolvida por qualquer instituto de perícia técnica do Brasil.

Não sei se o Presidente deseja que eu me atenha a esses dois fatos ou me dê a liberdade de acrescentar algum tipo de informação pertinente ao trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Juracy Magalhães) - Sendo pertinente ao trabalho da Comissão, não há dúvida de que V.Exa. pode falar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, estamos construindo uma usina hidrelétrica no Paraná, a Usina de Segredo, e os nossos técnicos examinaram alguns preços, alguns itens da Usina de Segredo e, comparativamente, da Usina de Xingó: custo por metro quadrado

de concreto, custo por metro quadrado de rocha escavada. Constataram que o preço de concorrência da Usina de Xingó é de trinta e três dólares e dezessete centavos, enquanto o da Usina de Segredo é onze dólares; o preço de concorrência de concreto de Xingó é trezentos e vinte dólares e cinquenta e nove centavos, o preço de concorrência de Segredo é duzentos e vinte e sete dólares e cinquenta e dois centavos. Os nossos técnicos aprofundaram o exame da planilha de custos da Usina de Xingó e detectaram uma anomalia que deveria merecer a atenção desta comissão. Na planilha da Usina de Xingó, além do preço de concorrências, introduziu-se o chamado fator "K", que é avaliado semestralmente. É adicional aos coeficientes de reajustes normalmente utilizados destinados a equiparar os preços reajustados com os vigentes no mercado.

Percebam bem, os Srs. membros da comissão: todo o princípio da concorrência pública desaparece nesse processo. Por quê? Por exemplo dos 33.17 dólares iniciais da concorrência o fator "K" levantou o reajuste da escavação de rocha para 40 dólares atuais. É um fator "K" que poderíamos dizer semelhante ao fator delta de uma empresa de computação que tentou alterar a eleição no Rio de Janeiro numa determinada ocasião.

Queria repassar esses dois documentos de comparação de preços, de análise e de observação da existência numa concorrência pública de um fator que ajusta os preços ao mercado à Presidência da comissão.

Para que a minha participação não se restrinja à exposição de alguns fatos que me desagradaram profundamente e que devem ser analisados pela comissão, quero colocar a esta comissão do Senado algumas propostas. Uma delas, formulada por escrito, será operacionalizada pela Bancada do Paraná na Câmara Federal. É a proposta de criação de um cadastro nacional de preços de obras e serviços praticados pela administração pública no Brasil.

Acredito que poderíamos acrescentar preços, obras, serviços e produtos. Permito-me a uma leitura rápida do texto.

"O serviço público, no cumprimento de suas obrigações e funções constitucionais e para a consecução de interesses públicos, vê-se na contingência de contratar com particulares ou com outras entidades administrativas.

A contratação de obras e serviços pela administração rege-se por normas legais que estabelecem critérios mais ou menos rigorosos para garantir não apenas a moralidade pública, princípio exigido em qualquer administração, mas também eficiência, rapidez e melhores resultados financeiros para o Erário Público.

As normas em si, a lei, são insuficientes, porém, para garantir os princípios exigidos de moralidade, eficiência e bom preço. É sempre necessário uma forte e determinada vontade política sonada à possibilidade de controle eficaz. A determinada vontade política, assim como a moralidade são pressupostos da democracia.

O cidadão consciente não pode admitir um administrador sem estas qualidades. Não é sequer concebível que o administrador público não deseje aplicar os princípios da moralidade, eficiência e bom preço.

Porém, para que esta vontade se transforme em prática e em ação, é necessário que ele tenha fácil e permanentemente à mão informações capazes de lhe garantir a efetivação de contratos com padrão de moralidade de acordo com o interesse público.

Exatamente para que o administrador disponha dessa informação e para que a cidadania possa a cada momento, conhecer e constatar a probidade da administração, o Governo do Estado do Paraná propõe a criação do Cadastro Nacional de preços de obras públicas, Serviços e Produtos junto ao Congresso Nacional:

1. Deveria ser criado no Congresso Nacional uma central de informações sobre preços praticados pela administração pública em todo o Brasil. Isso chamaria Cadastro Nacional de Preços de Obras, Serviços e Produtos;

2. Todas as entidades federais e as administrações estaduais direta e indireta estariam obrigadas a remeter ao Cadastro Nacional cópia de todas as licitações com valor acima de 200 milhões de cruzeiros para contratação de obras, serviços e compra de produtos, bem assim como os contratos firmados para execução das obras e prestação de serviços;

3. Haveria obrigação ainda dessas entidades informarem o preço final praticado na execução dos contratos inclusive proveniente de aditivos;

Com base nas informações recebidas o cadastro calculará os preços praticados em cada obra que serão publicados e servirão de parâmetros balizadores de futuras licitações.

Com este cadastro, os administradores e a cidadania disporão de um instrumento capaz de garantir-lhes a prática da moralidade e probidade nos atos públicos."

Passo às mãos do Presidente essa proposta. E gostaria também de deixar como sugestão para transformação num projeto de lei uma minuta de decreto, regulamentando concorrências públicas, trazendo uma série de inovações já existentes em legislações de outros países e com uma sugestão a meu ver brilhante do jornalista Hilton Rodrigues que é a separação da efeitos de concorrência da propriedade das máquinas e implementos necessários à execução da obra do projeto de engenharia.

Uma empresa que tivesse um excepcional projeto de engenharia poderia participar de uma obra com uma carta de fiança onde uma empresa proprietária de equipamentos, de obras, uma grande construtora como a C.R. Almeida, por exemplo, ou uma empresa criada exclusivamente para alugar equipamentos garantiria a existência e o aluguel por determinado preço das máquinas e implementos necessários para a execução da obra, se a empresa viesse a ganhar a concorrência.

Vejam bem, Srs. Senadores, que isto evita a sobreposição de materiais, de equipamentos. Uma mesma empresa garantidora poderia dar carta de fiança a 5, 6, 10, 15 empresas executoras de obra.

Considero esta medida é extremamente interessante. Além disso, o decreto impõe condições absolutas de transparência, de publicação, cria um banco de dados e, a nível do Estado do Paraná, um cadastro estadual de preços de obras, produtos e serviços. Tem 94 artigos, portanto seria muito extenso o tempo que eu levaria para analisá-los.

Passo como sugestão a nossa bancada, que aliás colaborou na sua execução, e à Presidência da comissão.

Nessa linha de combate ao cinismo na administração pública, a essa cultura de que nada pode ser mudado, a essa conversa antiga de que tudo é assim e que, se não for assim, nada se faz, quero trazer mais uma contribuição à Comissão do Senado.

Coloco esta notícia, porque é uma questão já resolvida, colocamos porque acho que a iniciativa que tomei pode ser imitada em muitos

Estados brasileiros onde porventura ocorra uma situação semelhante. Quando assumi o Governo do Paraná, encontrei estabelecido um monopólio de seguros de bens públicos absolutamente indevido; porque, com a dispensa de qualquer tipo de concorrência, se delegava, há mais de uma década, a uma empresa seguradora privada, na qual o Banco do Estado do Paraná detinha uma participação minoritária, o monopólio dos seguros dos bens públicos e da utilização de todas as agências do Banco do Estado do Paraná para a realização de seguros através da Seguradora Paraná, de uma associação do Bamerindus, do Estado do Paraná, minoritariamente, e de uma seguradora alemã de colônia, que se não me engano se chama Alemanha.

Quebrei esse monopólio por decreto. Libertei a corretora do Banco do Estado do Paraná para trabalhar com todas as seguradoras do mercado. Mas quero passar para vocês dados interessantíssimos. Estabeleci a concorrência no seguro dos bens públicos e tive, em relação ao ano anterior, uma média de cima para baixo de 60% de desconto na tabela. Porque, uma vez estabelecido o monopólio ilegal, a tabela era usada de forma plena sem nenhuma espécie de descontos entre os descontos autorizados pelo IRBES e pelo SUSEP.

Para V.Exas. terem uma idéia do descalabro, a própria Seguradora Paraná entra numa concorrência e ganha a concorrência da Biblioteca Pública do Paraná com um desconto de 57% sobre o preço com que havia segurado a Biblioteca Pública no ano anterior. Sessenta por cento de desconto de cima para baixo significa que os preços estavam inflados em 120%. Um seguro de 100 está sendo feito por 40, e 40, para chegar a 100, precisa de um aumento, de baixo para cima, de 120%.

Estou estou acrescentando mais esse dado para que a comissão entenda que a política de moralização é um dado absoluto no Governo do Estado do Paraná. E não se dirige como crítica específica a comportamento de a, b ou c, mas é uma necessidade imperativa da República que se restabeleça a transparência. E o caminho para isso não é só a denúncia instantânea, mas é a prática clara. Afinal de contas o que define um Governo não é o seu discurso, mas a sua ação traduzida nos atos praticados do dia-a-dia.

Presidente, como introdução, a exposição que tinha que fazer a esta comissão se encerra dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Vamos passar a segunda parte.

Concedo a palavra ao Senador Affonso Camargo, primeiro Senador inscrito.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Governador Roberto Requiao:

V. Exa. deve ter acompanhado que esta comissão surgiu, em boa hora, em decorrência de uma chamada Carta de Belo Horizonte, uma denúncia feita pelo Deputado Luís Roberto Ponte, endossada pela câmara da construção.

Desde o momento em que ela foi instalada, estamos aqui. Lerei só uma frase da carta de Belo Horizonte, que dizia assim: "Conhecemos os mecanismos espúrios que utilizam para dar uma obra a quem desejam previamente escolher."

É apenas uma frase, mas é a filosofia, a base dessa denúncia. Nós que fazemos política há muito tempo - eu há mais tempo que V. Exa., mas acredito que com a mesma lisura - conhecemos e ficamos sempre procurando saber como vamos provar esse intercâmbio entre empreiteiros

e administradores públicos e essas comissões que - em menor ou maior valor - sabemos há muitos anos são pagas.

Estamos aqui como uma pretória de indícios. Já sabemos e os indícios estão aí. V. Exa. agora mesmo traz uma informação importante de uma comparação de preços entre a Usina de Segredo e a de Xingó. A mim não surpreende, até porque a nossa Copel tradicionalmente trabalha com preços baixos e de a forma correta.

Recordo-me que, na época da construção de Usina de Foz de Areia, fizemos rapidamente uma comparação entre o preço dos seus acampamentos com os da Usina Itaipu, obras construídas simultaneamente. E as mesmas casas feitas pelas mesmas empreiteiras em Itaipu eram o dobro do preço das de Foz de Areia.

Esse é um processo que vem ocorrendo e que, que, felizmente, no caso das construções hidrelétricas no Paraná, a Copel tem sido um exemplo. V. Exa. sabe disso.

Quando V. Exa. fez as denúncias e o Senador Jutahy Magalhães, em boa hora, pediu que V. Exa. viesse à comissão, eu, conhecendo-o muito bem, sabia que V. Exa. iria confirmá-las. Não tinha dúvida com relação a isso. São duas denúncias que me parecem, fora outras, que vieram agora. Mas as duas denúncias publicadas me pareceram um pouco diferentes. Estou procurando agir, com sempre, com franqueza.

Quando V. Exa. diz: "o Tony foi pessoalmente ao Palácio e já repetiu que se eu não aceitasse a concorrência dirigida, ao PC mandaria as verbas para S. Paulo", é exatamente aquilo que estamos procurando descobrir na comissão. Como iremos conseguir comprovar que alguém realmente direcionou e se essa pessoa recebeu alguma vantagem? Como iremos provar isso?

Imagino - espero que não - que o candidato a Senador, o Sr. Tony Garcia pode chegar aqui na comissão e simplesmente falar que não disse. Não sei o que irá acontecer. Mas estamos acostumados a ouvir isso na comissão. As pessoas vêm aqui e desmentem. Chegamos a ter inclusive firmas empreiteiras prejudicadas em concorrências possivelmente dirigidas para aquela firma que ganhou chegarem aqui e elogiarem a concorrência. Nessa altura já consideravam aquela concorrência um fato consumado e não querem mais criar problemas com o Poder Público, que é aquele que irá fazer novas concorrências. Ninguém quer se conflitar com o Poder Público.

Acho evidentemente importante a sua posição aqui, porque é algo com o que estamos procurando romper. A própria comissão já conseguiu uma grande vitória, quando teve já do Tribunal de Contas da União uma posição clara de que o chamado preço oculto não era uma prática recomendável e muito menos legal.

Não entendi bem o contato feito pelo Deputado Max Rosenmann, pedindo o retorno da delegação. Inclusive V. Exa. lembra que construímos a duplicação da estrada de Ponta Grossa porque deleguei para o Estado do Paraná. Sou um descentralizador convicto e acho que a descentralização é uma das formas mais práticas de se combater a corrupção.

Digo isso porque o Deputado Max Rosenmann encaminhou aos Srs. Senadores alguns esclarecimentos em que ele dizia que a obra estava com dificuldades, parada e que era um órgão importante; e nós sabemos disso. Estou dizendo porque ele encaminhou para os membros da comissão e para os políticos do Paraná que apenas ele queria que ela retornasse

ao Governo Federal para que pudesse ser realizada.

Gostaria de saber onde que V. Exa. viu que haveria alguma coisa incorreta. Porque ele já mandou a parte dele. Seria importante esclarecermos isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O Senador Affonso Camargo é Senador pelo Paraná e foi eleito com o meu voto.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Com seu voto e com a sua ajuda muito grande também.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Essa questão do DNER foi tratada pelo Deputado Max Rosenmann, diretamente com o Vice-Governador, Mário Pereira, aqui presente que é o nosso Secretário de Transportes. Causou-me indignação, porque considerei que, valendo a afirmação do Deputado Max Rosenmann, o Governo Federal estava em guerra com o Paraná.

O convênio era antigo, vejam bem, não é esse convênio modificado por um decreto do Presidente Collor, que só é possível ser assinado quando os Estados contribuírem com 30% do valor do convênio. Não se tratava da estadualização ou da federalização de uma estrada, porque ela é federal. É um convênio antigo, do tempo do Presidente Sarney, já iniciado, em que o Governo Federal realiza as obras através do Estado do Paraná e, mais do que isso, o Estado do Paraná faz o acompanhamento, a consultoria e isso significa em preço menor.

Não trouxe à comissão uma comparação dos preços dessa obra, porque esta é realizada num dos lugares de maior índice pluviométrico do Brasil. O índice pluviométrico da Serra do Mar, da Mata Atlântica é superior ao índice pluviométrico da Amazônia e é uma estrada feita em serra. Ela tem uma composição de preços qui genera e isto me impede de compará-la com preço do DNER.

A minha estranheza foi neste sentido: por que o Governo Federal não mantém o convênio? Se os recursos fossem canalizados através do DNER, seguramente eles chegariam integralmente na mão dos empreiteiros. Não vejo motivo algum que justifique o cancelamento de um convênio de delegação de construção de obra pública federal.

E foi essa a informação e dessa forma que eu passei ao Ministro Alcení Guerra e ao Embaixador Marcos Coimbra. Mas queria aproveitar, Sr. Affonso Camargo, a introdução da sua pergunta para colocar aqui mais uma sugestão à comissão do Senado que deixei de fazer. É a criação de um cadastro de emendas no Congresso Nacional.

A minha sugestão é que a Comissão vá aos computadores do Congresso, liste todas as emendas apresentadas pelos Deputados, estabelecendo: o nome do Deputado, autor da emenda, o Estado onde a emenda foi alocada e o nome da empreiteira que executou a obra, ou porque já tinha um contrato de execução, ou porque posteriormente veio a ganhar o contrato de execução. Essa comparação teria que ser feita com dados do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens.

Com isso, teremos uma visão muito clara, que poderia, de uma vez por todas, esclarecer essa acusação que abala o Congresso Nacional. Existe lobby dentro do Congresso Nacional? Se existe, quem o faz? Quais são as empreiteiras que têm o maior número de obras públicas no Brasil, e por que essa diferença tão grande de destinação orçamentária de uma empreiteira em relação a outras, de grupos de empreiteiros em relação a outros? Penso que esse cadastro de emendas - Estados e empreiteiras que realizaram as obras - poderia ser uma tarefa extremamente interessante para a Comissão e poderia não provar nada, mas iria expor de uma forma veemente o comportamento de cada Deputado e Senador no Congresso Nacional.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Fica a sugestão da Mesa.

Recebemos aqui uma série de informações do Deputado Max Rosenmann. Como S. Exa. as encaminhou, seria oportuno esclarecer. Lembro que não pretendo exercer papel de advogado de defesa. V. Exa. entende que, se a obra fosse refederalizada, certamente os preços iriam aumentar? Se não, seria melhor que a obra saísse pelo mesmo preço, o que não aconteceu no nosso caso. Quando decidimos fazer aquela duplicação, eu sabia que a intenção era diferente, ou seja, se fosse pelo Governo Federal, a obra não iria sair. Então delegamos e fizemos, porque estadual tinha recursos, e depois houve uma reposição dos recursos pelo Governo Federal. A obra está parada. Então pergunto - é esse o meu problema de consciência - realmente o Deputado Max Rosenmann teria tido uma atitude incorreta no fato de querer refederalizar?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, não consigo imaginar nenhuma vantagem para a União em assumir uma estrada que estava sendo executada pelo Governo Federal. Aproveito a oportunidade para entregar ao nosso Presidente uma comparação de preços de obras feita em 1987 entre o DR e o DNER. Não tenho nenhuma publicação de preços de obras públicas do DNER atualizada. Se a Comissão conseguir uma relação de preços de obras do DNER, facilmente compararíamos o Estado do Paraná.

Existem algumas situações em que os preços do Estado do Paraná são maiores que os do DNER, mas o resultado final dessa tabela de comparação é de uma redução de custo de 40% em média.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Procurarei ser objetivo na minha pergunta, porque é importante para nós. Como a obra estava em andamento, havia empreiteiras com uns trechos ganhos. Naturalmente esses preços estão estabelecidos pelo DR. V. Exa. julga que, quando houvesse a refederalização, modificar-se-ia todo esse processo? A empreiteira mudaria? O sistema de preços modificaria? Só discuto isso. Se fosse para ser o mesmo preço, não haveria razão. Naturalmente se V. Exa. entende que os preços iriam aumentar, teríamos que descobrir como isso poderia ocorrer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, tenho uma confiança enorme no discernimento e na inteligência da Comissão. Vim aqui na qualidade de depoente. Não sou advogado de defesa nem promotor público. Na ocasião, eu quis saber por que o Governo Federal desejaria tomar uma estrada do Paraná se ela já estava sendo feita, fiscalizada, se a consultoria era local. Limito ao depoimento.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Com relação ao outro problema, V. Exa. chegou à conclusão de que realmente houve uma modificação no comportamento da Caixa Econômica naquele processo da retirada ou inclusão em pauta. Pela sequência dos acontecimentos poderíamos concluir que o Sr. Paulo César Farias é um homem de influência na Caixa Econômica?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Pela sequência dos acontecimentos, comecei recebendo uma informação que se transformou numa cobrança de decisão em 24 horas.

O SR. AFFONSO CAMARGO - É uma tirada da pauta dos processos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Eu tenho duas hipóteses: uma é de estilionato, já que o clima de corrupção no Brasil está tão arraigado e tenso que algumas pessoas se utilizam de influências junto a governos estaduais e federal para vender o que talvez nem tenham para oferecer. A outra hipótese é que exista uma ligação direta. Hoje,

os pleitos do Paraná junto à Caixa Econômica Federal transcorrem com normalidade. Mas, de qualquer forma, a minha obrigação, num primeiro momento, era me dirigir ao Presidente da República através do seu Secretário, Marcos Coimbra, informá-lo do que estava acontecendo e perguntar se essa iniciativa era do Governo da República. Se não fosse, tinha que ser imediatamente abortada.

Provavelmente a Comissão do Senado, aprofundando-se no caso, pode chegar a essas conclusões. O meu papel eu fiz. A minha postura é de denúncia instantânea. Jamais vou negociar intermediação. É a denúncia instantânea - denunciar quer dizer revelar - é uma revelação. Um fato que não é absolutamente lícito será imediatamente revelado. A avaliação dos fatos cabe à Comissão do Senado.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Como última pergunta, por ser da maior importância, eu gostaria que V.Exa. repetisse, sobre o seu telefonema com o Ministro Marcos Coimbra, quando falou no "Disque PC", qual foi a frase de S. Exa.?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O meu depoimento está sendo gravado. O Ministro Marcos Coimbra disse que o "disque PC", seria um serviço prestado ao Brasil.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Roberto Requião, eu gostaria de me ater inicialmente à análise dessa propalada intermediação do candidato ao Senado pelo Paraná, o Sr. Toni Garcia.

V.Exa. disse que logo depois da eleição, foi procurado várias vezes por esse cidadão. Colocou, inclusive, o avião da sua empresa à disposição do Governo do Paraná no período em que o avião do Estado se encontrava em revisão. Numa dessas oportunidades, parece-me que em São Paulo, quando ele conduziu V.Exa. para participar do programa Jô Soares ou no retorno dessa viagem, ele teria feito a proposta de direcionar as obras.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, essa situação ocorreu em dois tempos: o primeiro tempo se caracteriza como uma informação. Sei que, se o governo do Estado não aceitar uma proposta que será feita, a obra vai para São Paulo, porque o PC faz isso. Isso tem, num primeiro momento, o aspecto de uma denúncia. E tentei apurar essa situação, procurando o Presidente da Sanepar que se encontrava em Brasília. Como não consegui o contato, conversei com ele dois ou três dias depois.

O segundo tempo é um pedido ao meu Secretário da Fazenda: "Por que o Requião não aceita? Se ele continuar assim, o Paraná vai perder recursos". Lembro-me de uma frase célebre de Samuel Johnson a respeito desse regionalismo que se traduz no paranismo, no paulismo, que esse regionalismo esconde todas as canalhices. O Samuel Johnson dizia em certo momento que "o patriotismo era o último refúgio dos canalhas". Eu diria que o patriotismo não. O patriotismo é o único caminho para um país. Mas esse regionalismo acima do bem e do mal é o refúgio de todas as canalhices.

A questão foi colocada, então, para o meu Secretário da Fazenda Eron Arzuza, desta forma: "Por que o Requião não aceita isso de

uma vez? Se não o Paraná vai perder o dinheiro". Aí já não era mais a informação, não era mais a denúncia; era o convite a delinquência.

O SR. NABOR JÚNIOR - V.Exa. o considera intermediário do Sr. Paulo César Farias, como é alardeado em todo país? A imprensa tem divulgado várias vezes que esse cidadão está procurando direcionar todas as obras do Governo para auferir comissões. É essa a conclusão de V.Exa.?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Eu me atenho, Senador, aos fatos. A conclusão a que cheguei é que eu poderia estar sendo vítima de um estelionato ou de uma tentativa, de extorsão. De alguém que teria, não um mandato, mas uma alavanca e um ponto de apoio no orçamento da Caixa Econômica. Imediatamente levei isso ao conhecimento do Ministro Alceu Guerra e do Embaixador Marcos Coimbra.

O SR. NABOR JÚNIOR - Mas a revista Isto É, numa reportagem que teve ampla repercussão em todo o País, atribui também uma influência muito grande do Sr. Paulo César na nomeação do Presidente da Caixa Econômica. A versão da Isto É, foi divulgada e a comissão, inclusive, tomou conhecimento desse assunto. Até que ponto V.Exa. pode fazer essa ligação do Sr. Paulo Cesar com o Presidente da Caixa Econômica? Segundo a informação de V.Exa., no seu depoimento, o Sr. Toni Garcia teria dito que, se as obras não fossem direcionadas, os financiamentos da Caixa Econômica seriam transferidos para São Paulo. E o Presidente da Caixa Econômica, no momento em que V.Exa. manteve o contato para saber da veracidade dessa notícia, confirmou que realmente já tinha saído de pauta. V.Exa. declarou que o processo do Paraná já teria saído de pauta. Há aí uma certa coincidência.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Para uma consulta pessoal ao governador, segundo o Presidente, sobre a conveniência ou não de algumas modificações.

Senador, sou advogado. O avanço a conclusões definitivas é uma tarefa básica da Comissão. A minha obrigação, como governador e como cidadão, é trazer alguns fatos que se passaram no meu Estado e dos quais, de certa forma, participei ao conhecimento da Comissão. Se os indícios se avolumam, podem levar a uma conclusão; caso contrário, podemos ter uma conclusão em sentido diferente. A minha obrigação é de fazer a denúncia e de repelir, a todo momento e de forma pública, qualquer ação que eu entenda não ser absolutamente com os princípios da moralidade.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu gostaria, então, de indagar de V.Exa. se no momento em que V.Exa. manteve contato com o Ministro Marcos Coimbra, dando conhecimento desses fatos, S. Exa. desautorizou essa intermediação do Sr. Paulo César.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - S. Sa.. me disse que entraria em contato imediatamente com o Presidente da Caixa e que eu aguardasse um retorno. O retorno veio num tempo não maior do que 5 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR - Não admitiu, então, a intermediação do Sr. Paulo Cesar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Não. Ele disse que não se admitia isso no Governo da República e que ele iria imediatamente entrar em contato com o Presidente da Caixa Econômica, para que ele entrasse em contato comigo, esclarecesse e acompanhasse pessoalmente o andamento dos pleitos do Paraná. Cinco minutos depois, recebi um telefonema do Presidente da Caixa Econômica. Aliás, até esses telefonemas po-

dem ser acompanhados com facilidade, porque foram interurbanos e devem estar, os do Ministro e o meu, registrados na conta telefônica.

O SR. NABOR JÚNIOR - Com referência ao segundo episódio, que envolve o Deputado Max Rosenmann, recebemos aqui, conforme disse o Senador Affonso Camargo, uma carta explicativa do Deputado, a respeito da sua participação nesses acontecimentos. E um dia, ele disse que o primeiro contato que manteve foi com V.Exa., no momento em que V.Exa. telefonou para parabenizá-lo a respeito da mudança de legenda, mudança de partido, que ele tinha sido eleito pelo PRN e recentemente transferiu-se para o PFL. Nessa oportunidade, ele teria feito a proposta a V.Exa. da transferência dessa rodovia para ser executada pelo Governo Federal, tendo em vista que ela estava paralisada há três anos e que, se o Governo do Paraná fosse dar prosseguimento a sua execução, teria que dispende também 30% do seu valor, conforme esse decreto a que V.Exa. aludiu. V.Exa., num primeiro momento, teria achado interessante a proposta, e pediu que ele se dirigisse ao vice-Governador, que também acumula as funções de Secretário de Transporte. Essa é a versão que temos aqui na Comissão. Eu perguntaria a V.Exa. se, naquela oportunidade em que V.Exa. telefonou para o Deputado, realmente S. Exa. fez essa sugestão, e que V.Exa. teria concordado inicialmente ou teria, pelo menos, achado interessante tanto que mandou que ele procurasse o seu Secretário de Transporte.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Para que o Senador entenda a moldura do processo, o Deputado Max Rosenmann é um velho conhecido meu, é meu amigo de infância. Quando fui Prefeito de Curitiba, foi um dos Deputados que mais me ajudou na Prefeitura junto ao Governo Federal. Em Brasília, entrei em contato com o Deputado, quando da sua transferência, numa ligação feita pelo Secretário Especial de Assuntos Externos, Dr. Sebastião Rodrigues. O Deputado queria conversar comigo, e o Dr. Sebastião fez a ligação para que eu conversasse com S. Exa., que me disse estar indo para o PFL. Não me lembro de termos tratado, em detalhe, de assunto referente à estrada. Agora, de qualquer forma, admitindo que possa faltar-me a memória o fato de um telefonema, - dou centenas de telefonemas numa semana, e dezenas num dia a Deputados e outros - qualquer questão relativa a estradas, seria remetida ao vice-Governador do Estado, o Secretário de Transportes, Dr. Mário Pereira, porque eu não trato desses assuntos.

No Governo do Estado do Paraná, é o vice-Governador e Secretário de Transportes, que encaminha todos os assuntos relativos a essas questões. Mas, vamos admitir, que o Deputado Max Rosenmann tivesse dito alguma coisa, e que me fogue à memória neste momento; a informação natural que lhe daria e seria: procure o Dr. Mário Pereira.

O SR. NABOR JÚNIOR - Outra pergunta: qual ou quais as empresas vencedoras para a execução dessa obra, dessa rodovia?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Se V. Exa. permitir que eu faça uma consulta ao Secretário de Transportes, darei a informação, porque não tenho idéia de qual ou quais foram. (Pausa)

Rodoférrea e Tibagi.

O SR. NABOR JÚNIOR - Nessa proposta de refederalização dessa rodovia, importava também a mudança dessas empresas?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, como disse a V. Exa. não sou um homem ingênuo, qualquer rompimento de convênio, implica no rompimento da licitação. O Governo Federal jamais poderia construir

diretamente uma obra licitada pelo governo estadual, mesmo que a carta a ser enviada ao DNER, a minuta sugerida pelo Deputado Max Rosenmann, - e veja, não esatou fazendo um juízo de valor, a conclusão da desistência do Paraná, seria a abertura de uma nova concorrência. Se um contrato, é resiliado, não se pode subestabelecer concorrência estadual para o Governo Federal.

O SR. NABOR JÚNIOR - Nesse caso então, o Governo Federal teria que abrir nova concorrência?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Gostaria de esclarecer também que, hoje, no Orçamento da União, não se encontra um centavo sequer para a duplicação da estrada de Curitiba a Joinville.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, era o que tinha a perguntar.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, só queria fazer uma pequena intervenção em um ponto fundamental.

O nobre Governador do Paraná Roberto Requião é advogado e colega nosso, o que muito nos honra, e a figura da resilição, todos conhecemos bem, a afeição ao direito.

Quero fazer um registro, - as perguntas farei no final como relator - porque as sugestões que foram dadas são profundamente louváveis sob o aspecto da moralização da coisa pública: inclusive esta Comissão já debateu o assunto anteriormente, e parece-me que o Governo avançou um pouco com relação a isso.

Mas, os dois pontos básicos do depoimento, sobre os quais vou me concentrar, são exatamente as denúncias referentes a obra da Sanepar. Isso é importante porque não é só a credibilidade do nosso colega, Max Rosenmann; independente de qualquer posição pessoal para nós é a dignidade, e tenho dito isso aqui em vários depoimentos, que mais tem importância para a Comissão, porque somos homens públicos e temos que ter todos os fatos relacionados com a nossa pessoa, profundamente esclarecidos.

Mas, parece-me que no próprio ofício que foi encaminhado, e essa minuta que está aqui, parece-me um documento importante para ser comentado depois e a consequente sub-rogação concomitando dos contratos de empreitada. Parece-me que se o Governo Federal fosse ficar com a obra, haveria uma sub-rogação do Paraná para o Governo Federal.

Perdoe-me o nobre colega Nabor Júnior, por complementar a sua pergunta, que é profunda no sentido de avaliarmos o fato. Se nessa resilição a sub-rogação se faria, evidentemente como diz aqui, respeitados evidentemente os contratos de empreitada número 307/87 e 309/87. Seria esse o sentido Governador?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Fiz uma avaliação técnica. Primeiro não existe a possibilidade de um convênio ser resolvido e transferido. O convênio resolvido está extinto, as concorrências também. Isso é um aspecto que poderia nem ter sido alçado pelo Deputado. O fundamental, que me levou a fazer o telefonema ao Ministro, é que o Governo Federal não repassa recursos para o Paraná. A minha postura foi a seguinte: o Governo Federal está em guerra com o Paraná. O Governo Federal está descriminando o Paraná. Ora, se estamos fazendo estradas; ela está em andamento, é um contrato antigo; um contrato que não seria contingenciado por aquele célebre 30% de participação, porque o contrato é de 1987, e tem cláusulas expressas com relação à for-

ma de pagamento da obra. A obra seria concluída; o Governo Federal paga, e, depois que ele fizer este pagamento, o Governo do Estado mede e paga uma empreiteira. Queria juntar, também, o contrato PG nº 395/97, do trecho Curitiba a Garuva. Juntar aos documentos que trouxe à Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Governador, apenas dentro da letra fria do documento. Se fosse rescindido o contrato, e feita a subrogação com a desobrigação do Estado do Paraná de pagar o percentual de contrapartida, não seria um bom negócio para o Estado? Se fosse mantida a firma e os mesmos preços, conforme a minuta...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Para o Paraná, mantida a firma ou não, seria uma coisa sem muita importância...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não haveria desobrigação dos 30%, no momento em que a União assumisse o controle da obra? O Paraná deixaria de pagar 30% que, através da parte conveniada, 70% da União - que repassaria o recurso para o Estado -, e 30% seria a contrapartida do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, o que causou curiosidade e provocou o telefonema ao Ministro Marcos Coimbra foi o quid prodest

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - V.Exa. está examinando, então, a exorbitância do Governo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Porque o Governo Federal havia assegurado a mim e ao Secretário Mário Pereira, numa visita que fizemos ao Ministro João Santana, dias antes, que não alocaria recursos na duplicação da estrada Joinville/Curitiba - Curitiba/Garuva, porque o Governo Federal, de uma hora para outra, dispunha-se a fazê-lo se o Paraná desistisse da obra. Eu levei essa consulta ao Ministro Marcos Coimbra.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Então, a sua irressignação foi em razão do comportamento do Governo Federal, e não o de examinar o mérito ou o juízo de valor da proposição propriamente dita?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Não tenha V.Exa. a menor sombra de dúvida. Foi exatamente isso.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Permita-me uma pergunta, Sr. Presidente? (Pausa) Se os fatos não fossem simultâneos - como o foram, que lhes deram essa justa indignação de que o Paraná estaria sendo discriminado, esse processo de refederalização não poderia ter sido administrado de uma outra... Quem sabe V.Exa. se não teria sido uma denúncia tão caustica contra o Deputado Max Rosenmann, se fosse numa outra ocasião, fora desse problema do Dr. Ênio Garcia...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Não vejo nenhuma causticidade nas duas denúncias.

O SR. AFFONSO CAMARGO - É que estão misturados. Penso que são dois assuntos que não possuem a mesma gravidade, e foram juntos. É por isso o motivo da minha pergunta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Se V.Exa. coloca dessa forma, sim. No primeiro, temos evidências mais concretas; no segundo, temos uma postura... Acho que, de qualquer forma, Senador Affonso Camargo, o vice-Governador do Estado teria condições de esclarecer isso com mais autoridade que eu, porque não participei desse processo. Tive conhecimento através do telefonema do vice-Governador sobre essa proposta, e disse a ele: "então S.Exa. me liga para o Ministério dos Transportes e

me esclareça essa situação." Ele ligou para o Perutti e para o Amorim. Os dois disseram que não havia a menor hipótese de o Governo Federal alocar recursos à estrada, em circunstância alguma, e que eles não tinham conhecimento de nada. Na verdade, o Deputado, naquela ocasião, passava à Secretaria uma informação de que, se fosse rompido o convênio, o Governo Federal assumiria a obra, e propôs isso através de uma minuta, escrita, que entregou às mãos de um dos engenheiros citados. Esse esclarecimento não cabe a mim. Tendo notícia do fato, procurei o Embaixador Marcos Coimbra e o Ministro Alcenir Guerra, para saber o que significava isso. Veja bem qual foi a minha postura. Quero saber o que isso significa, porque, a ser verdade, vou montar um disque PC no Paraná. Isso, com relação aos problemas da Sanepar, com o apoio do Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Governador, pelas afirmações de V.Exa., existe uma preocupação muito grande em fazer denúncia instantânea de acontecimentos que lhes pareçam ilícitos. No desenrolar da sua exposição, sente-se que V.Exa. quer ir mais além, apresentando essas propostas à Comissão. Daí, nossa preocupação de tornar mais claras as coisas. Pergunto a V.Exa., diante dessa exposição que recebemos do Deputado Max Rosenmann, nessa exposição S.Exa. deixa bem claro que a preocupação dele foi apenas fazer com que o Governo Federal pudesse retomar uma obra que foi paralisada. Pergunto a V.Exa. se essa obra continua paralisada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Continua paralisada e sem recursos do Orçamento da União.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Então, o Sr. não acredita que a intenção dele foi a de apenas ajudar ao Estado?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, não tenho capacidade para julgar emoções subjetivas das pessoas. Relatei um fato que me pareceu extremamente agressivo para o Estado do Paraná, no momento em que chega a mim, através do Secretário de Transporte, vice-Governador do Estado, a informação de que o Governo Federal só construiria a estrada, se o Governo Estadual desistisse do Convênio. Um convênio, por todos os títulos, muito interessante para o Governo Federal.

Repassei, agora, ao Presidente da Comissão, uma tabela de preços, comparativos, do DR e do DNER e, normalmente, as obras feitas pelo Estado do Paraná, licitadas conforme a nossa tabela, são obras bem mais baratas que as obras realizadas pelo DNER. Então, na verdade, ganhava muito o Governo Federal em fazer a estrada através do Estado do Paraná. Agora, as intenções subjetivas do Deputado não são objeto da minha consideração. A minha revolta foi contra uma atitude do Governo Federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Se o Sr. me permita, é que estou levando em conta o que o V.Exa. disse: que conhece o Deputado há muitos anos, inclusive militaram juntos na vida pública do Paraná. Então, V.Exa., por conhecer bem o Deputado, poderia realmente ter chegado a essa conclusão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Se V.Exa. quer um juízo, o que tenho do Deputado é um juízo de bons antecedentes. Esse atestado não

nego ao Deputado Max Rosenmann. Porém, sou Governador do Estado do Paraná, não tenho amigos. Como Governador, tenho responsabilidades.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Governador, com relação ao outro episódio, em algum momento, naquele episódio em que se envolveu o empresário Toni Garcia, ele deu a conhecer os nomes das empreiteiras que seriam beneficiadas, caso o Governo do Paraná concordasse com a proposta que ele chegou a fazer?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Há minutos passei um documento ao Presidente da Comissão, que recebi de um cidadão chamado Hélio Célio Batista Lopes, que se fez portador do clamor de pequenos empreiteiros do Paraná, um documento com a relação das empreiteiras que, supostamente, seriam beneficiadas...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Dessas obras?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Certo. De parte delas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - O documento está aqui na Mesa.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Solicito ao Senador Garibaldi Alves uma pequena interferência.

Já tive a oportunidade de examinar o documento, também. Já que a pessoa está nominada - Hélio Célio Batista Lopes - V.Exa. pode afirmar se foi do cidadão Hélio Célio, ou já foi entregue a V.Exa. com aquele manuscrito, e ele não fez a parte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Segundo o Sr. Hélio, a parte manuscrita teria sido feita por um dos empreiteiros que participaram do acordo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ele chegou a mencionar o nome?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, se me permite, não declinarei nomes e fatos dos quais não tenho certeza absoluta. Mas, o manuscrito está aí...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Quero situar a V.Exa. no seguinte: o seu depoimento é muito importante, exatamente naquele enfoque em que o Senador Afonso Camargo teve a oportunidade de fazer ainda há pouco. E a sua objetividade, realmente, impressiona, porque V.Exa. está dentro de um propósito e nós, que também já fomos Governadores de Estado, sabemos o que representa isso, quando temos a responsabilidade de governar uma Unidade da Federação. Mas, parece-me - e estou reservando-me exatamente para fazer a parte final, porque nesse ponto, também, o Senador Garibaldi Alves tem muita objetividade. Precisamos identificar, há menção do nome do Sr. Hélio Célio Batista Lopes, e a parte manuscrita também é muito importante. Tenho a impressão que os membros da Comissão já receberam o manuscrito. Esse documento é muito importante. Então, reservar-me-ia para a parte final, já consignando esse ponto do Senador Garibaldi Alves, num ponto importante de identificação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Senador Garibaldi Alves, gostaria de fazer uma pergunta a V.Exa. se ainda vai prosseguir nas indagações? É porque o Presidente do Congresso está convocando os Senadores para uma votação. Gostaria que ficassemos aqui, eu, e aquele Senador que estivesse fazendo a indagação; os demais fossem lá votar e retornassem imediatamente, para nós não pararmos nossos trabalhos. Porém, se V.Exa. vai continuar as indagações, peço que aqui continue; senão, peço que vá à votação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Perguntaria ao Governador Roberto Requião o seguinte: Esse temor de o Estado do Paraná ser discriminado, ele só tende em função desse episódio, ou o Estado em alguma outra oportunidade, já se sentiu discriminado pelo Governo Federal?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Se V.Exa. examinar o Orçamento da República irá verificar que o Estado do Paraná não existe para o Governo Federal, há muito tempo. O Senador Eduardo Suplicy tirou dos computadores do Congresso Nacional as destinações de verbas orçamentárias às Unidades da Federação. Seguramente, o menor volume de verbas federais aplicadas no País, é o volume aplicado no Paraná. Por outro lado, o Paraná tem uma situação muito confortável. Nós temos tido bons governos ao longo dos anos. É o único Estado brasileiro, hoje - talvez, não o único, ao lado do Ceará e do Espírito Santo - que pode fazer um governo de oposição ao Governo Federal. Não tenho, praticamente, dívida externa vencida. Praticamente, não; não tenho um cruzeiro de dívida externa vencida. A minha dívida mobiliária significa 15 dias de arrecadação do Estado. O perfil do pagamento da dívida é extremamente favorável, vai até ao ano de 2017. A dívida externa e a interna vão até ao ano 2006. Temos a folha em dia. O Estado é absolutamente administrável. Não fossem esses fenômenos isonômicos que levantam os salários dos ministros e puxam, sem previsão orçamentária e a menor possibilidade de antecipação do fato, a folha de pagamento do Estado para cima, o Paraná estaria em condições excepcionais. Só que este mês recebi um impacto de Cr\$ 2 bilhões e 400 milhões de retroações salariais e aumentos no Judiciário, no Legislativo, no Tribunal de Contas e na Procuradoria de Justiça.

Creio que não se faz política com temores. O que quero deixar claro é que a minha revolta e a postura que estamos exercendo no Estado é de oposição a essa idéia de que qualquer denúncia prejudica o Estado. Se o Governador for sério, e a República não o sendo, o Estado será prejudicado. Não é por aí. Tanto que os fatos mostram que os fluxos de recursos não sofreram nenhuma interrupção. Talvez, até, pelo contrário, tenham sido intensificados nos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - O Senador que teria a palavra em seguida seria o Sr. Henrique Almeida. Como não está presente, aproveitando para não parar... Se os Senadores Afonso Camargo e Garibaldi Alves quiserem votar, podem fazê-lo, mas peço que voltem imediatamente.

Governador, V.Exa. falou a respeito de um cruzamento de dados para informações de verbas orçamentárias, quem as colocou, quais as empresas que realizaram essas obras... Penso que isso seja importante. Temos tentado conseguir algumas informações desse tipo. Infelizmente, com os primeiros fatos apresentados pelo Senador Eduardo Suplicy, que recolhia esses dados, essas informações, através do terminal de computador do Senado, por um convênio que temos, ou tínhamos, o Governo Federal resolveu sustar essas informações para que os Senadores não tivessem mais acesso a elas. Uma das informações que estavam para ser colhidas, através desse computador era a de buscar informações de verbas transferidas, verbas colocadas no Orçamento, transferidas, na realidade, para o Estado, e as empreiteiras que teriam executado essas obras. Agora, estamos tentando colher esses dados através de solicitação de informação por escrito às autoridades competentes.

V.Exa. apresentou a sugestão. Pergunto, V.Exa. já teve a oportunidade, já conseguiu fazer algum levantamento a esse respeito?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, gostaria de deixar clara a visão que tenho desse processo. Não existe corrupção se ela não estiver alicerçada no Executivo, no Legislativo, e na ponta da execução, que é na ponta das empreiteiras. As denúncias de corrupção contaminam, agredem e desmoralizam a todos nós: Senadores, Deputados, Governadores... Sabemos que a maioria, quase absoluta, dos homens que fazem política no Brasil, é composta de homens sérios. Temos que criar instrumentos de transparência, procurar condições que permitam aos empresários sérios um trabalho sério, que não os contingenciem ao jogo de tráfico de influência e de comissões.

No sentido da pergunta que V.Exa. me fez, tenho uma sugestão a dar. Fui procurado, esta semana por um empresário - que está presente aqui - da Associação Nacional de Obras Rodoviárias, Dr. José Alberto Pereira, que se dispõe, de posse de documentos, com a natureza a que V.Exa. se referiu, a fazer um depoimento na Comissão. Esta Associação já tem algum cruzamento de dados e também documentos das emendas, que podem ser extremamente úteis nesse caminho da moralização. O seu nome correto é José Alberto Pereira Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Perguntaria ao Senador Afonso Camargo, único Senador presente, se poderíamos chamar, para fazer as perguntas, o Deputado Max Rosenmann, enquanto os Srs. Senadores não retornam.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Pergunto a V.Exa. se S.Exa. foi convocado para hoje. Não sei...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Não, no caso S.Exa. estaria como Deputado. Os Deputados têm direito de fazer indagações logo em seguida aos Srs. Senadores. Tenho inscritos três Deputados que desejam fazer perguntas...

O SR. AFFONSO CAMARGO - Não tenho nenhuma dúvida. Penso que S.Exa. iria antecipar o seu depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Assim, na qualidade de Deputado, S.Exa. pode fazer a indagação. O depoimento será prestado na próxima semana. Agora, como Deputado, tem direito a fazer as indagações, dentro do depoimento do Governador Roberto Requião.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Da minha parte, nenhum problema.

O SR. MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, gostaria de aguardar mais alguns minutos a presença dos demais Senadores, para que esse entendimento das minhas colocações fossem, também, do conhecimento dos demais que estão neste momento ausentes. Portanto, pediria mais algum tempo para usar da palavra.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Pela ordem, Sr. Presidente. Foram chamados para alguma outra Comissão, como sempre acontece?

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Foram chamados para a votação no plenário, que é a votação de vetos, e começa pelo Senado, hoje. É sobre o Código de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. tem a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, Srs. Senadores e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores:

Com muita satisfação, vimos o pronunciamento de S.Exa. o Sr. Governador, abordando alguns temas, entre eles a questão da construção da Usina Elétrica de Xingó, em comparação com os preços praticados da Usina Hidroelétrica de Segredo, no Estado do Paraná. A propósito, encaminhei, há algum tempo, à Comissão de Finanças e Tributação, uma proposta de fiscalização e controle, com base em uma denúncia, na revista *Veja*, que levantava essa questão e abordava, também, um relatório de funcionários que trabalham na chesf e que é da maior gravidade. A obra pública, no Brasil, tem sido tratada de uma tal maneira que, no meu entendimento, o sobrepreço praticado hoje nas obras públicas depõe contra a Nação inteira.

E podemos falar com conhecimento de causa, porque somos do Estado do Paraná, e assistimos ao maior enfrentamento público já visto na história deste País, com relação à construção da Usina de Salto Segredo. Os preços praticados naquela usina são os mais justos possíveis no País, em função do enfrentamento feito pelo ex-Governador Alvaro Dias, com o apoio de seus correligionários; acabou nas barras da Justiça, mas o Governo do Paraná foi vencedor. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica foi vencedora dessa demanda judicial, o que fez com que os preços das obras públicas no Brasil não fossem elevados em 60%. Consequentemente, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não há referência, no Paraná, para se legitimar a cobrança do sobrepreço em nenhuma obra pública do gênero no País, porque a COPEL e o Governo do Paraná não se renderam a essa tentativa de se criar sobrepreço em obra pública.

O segundo assunto é o cadastro nacional de preços das obras públicas, os preços públicos e serviços, também parabenizamos o Governador por haver encampado essa idéia. Já fizemos três pronunciamentos a respeito disso na Câmara Federal. Nos primeiros pronunciamentos que fizemos quando chegamos aqui, entendíamos que o Congresso Nacional poderia e deveria, a exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, criar um comitê, no Congresso Nacional, para termos um cadastro dos preços das obras públicas no Brasil que servisse de parâmetro para que não acontecesse o que está acontecendo, hoje, com preços tão díspares e, na maioria das vezes, com a disparidade para mais, trazendo prejuízo a toda a Nação.

O terceiro aspecto é parabenizar o Governador Roberto Requião pela iniciativa da proposta que já transformou em decreto, no Estado do Paraná, com a apresentação de um projeto de lei sobre licitação. Acho da maior importância a correção do processo licitatório no Brasil.

E o quarto assunto é a Comissão Mista de Orçamento. Penso que o cruzamento de dados deveria ter origem também no Executivo, porque muitas obras já vêm carimbadas pelo Poder Executivo, na proposta orçamentária, sendo direcionadas para tal ou qual Estado. Então, tenho dúvidas sobre como seria operacionalizado esse cadastro para fazer o cruzamento dos Deputados que apresentam emendas em favor de uma obra tal, no Estado tal. Como sou um Deputado do Estado do Paraná, vou procurar trabalhar as propostas enviadas por S.Exa. o Governador Roberto Requião, que listou as suas prioridades, e tentar fazer emendas dentro das prioridades do Estado do Paraná e dos municípios que me apoiaram. De qualquer maneira, não quero ter, no dia de amanhã, o carinho de que fiz alguma proposta de emenda destinada a uma deter-

minada obra, a um determinado município ou ao Estado, para atender ao interesse social, e que tenha qualquer outro tipo de interpretação. Então, realmente, me preocupa um pouco esta questão. Mas, de qualquer maneira, o Deputado de um Estado inserir no orçamento proposta de emenda de interesse de um outro Estado já é algo complicado. Poderíamos, também, ver quais são as prioridades que os Governadores elencam e dar ampla publicidade a elas para que não fiquemos envolvidos em suspeição.

E, por último, sobre uma afirmação do Governador a respeito da companhia de seguros Paraná Seguros no Paraná quero dizer que se é possível, hoje, o Banestado fazer concorrência para buscar outras empresas e oferecer melhores preços, isso se dá em função de um novo acordo de acionistas. Quando Secretário da Fazenda, fui com a diretoria do Banestado, tive o prazer de negociar com o Bamerindus e com os alemães um novo acordo de acionistas. Éramos sócios minoritários em duas empresas. Fundimos as duas empresas em uma, que se denominou Paraná Seguros, sendo que as duas antigas eram a Rio Branco de Seguros e a Paraná Germano. Criou-se, assim, uma terceira razão social, e única, de que o Banestado continuou sócio, com 30% das ações, o Bamerindus com 44%, os alemães com 20% e havia 6% de acionistas minoritários, sendo que não haveria, a partir de então, nenhuma cláusula que obrigasse o Banestado a fazer seguros somente com esta empresa. Tiramos esta cláusula do novo acordo de acionistas, da nova razão social. Até então, 95% da produção da Rio Branco era criada pelo Banestado e 65% da Paraná Germano; os 30% de capital que o Banestado detinha na nova empresa passariam a ser o piso para as demais empresas, isto é, os acionistas que não produzissem o que o Banestado produzia anteriormente, à razão de 30%, teriam que por dinheiro na empresa. E com isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a Paraná Seguros tornou-se a 16a. empresa no ranking nacional. Recentemente, na revista Exame, tivemos oportunidade de ver, com muita satisfação, que ela foi uma das dez maiores empresas em rentabilidade no ano passado.

É parabênzo o Governador pelo processo licitatório, que economizou uma quantidade respeitável de recursos na contratação de seguros para os seus próprios, no Estado do Paraná. Portanto, com esta afirmativa, deixando esclarecida também, essa questão, quero parabenizar, de uma maneira geral, o Governador do Paraná, Roberto Requião, pela coragem, pelo desprendimento que tem tido em favor da moralização deste País. O gesto concreto que temos hoje, no Brasil, vem do Paraná. O exemplo de moralização vem do Paraná, para orgulho de todos nós paranaenses, e brasileiros, porque, realmente, se este País está em crise, a crise é de falta de moral, e isso reflete a falta de credibilidade no Governo, que não consegue os seus intentos porque não tem credibilidade. Quero crer que neste momento em que se discute um entendimento nacional, é importante que se coloque na mesa a questão da moralização do setor público brasileiro. Essa era a nossa interferência e esse o nosso posicionamento neste momento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Pouco tenho a acrescentar ao que o Haully colocou, fora o fato de que no Paraná estamos apertando os parafusos já há algum tempo, e os que apertamos neste Governo tiveram algumas voltas dadas no Governo anterior, que foi do Álvaro Dias, quando o Haully foi Secretário da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a palavra o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Governador Roberto Requião, temos acompanhado esta Comissão, mesmo quando Deputado Estadual e não fazendo parte dela, desde o seu início. Tenho uma pergunta a fazer ao Governador Roberto Requião: Se V. Exa. teria condições de informar se um "Disque PC" teria a mesma repercussão, receberia a mesma quantidade de documentos, a mesma quantidade de denúncias de corrupção que um "Disque Quêrcia". Essa seria a minha primeira pergunta a V. Exa.

A segunda colocação é que preocupados com isso, pedimos ao Presidente da Companhia de Energia Elétrica do Paraná - Copel - e ele nos mandava, por fax, esses mesmos documentos que se encontram distribuídos com relação a Xingó e a Salto Segredo. O Brasil inteiro acompanhou a briga, naquela oportunidade, do Governo do Estado - na época o Governador era Álvaro Dias - na Justiça para que a obra pudesse ser feita por esse preço. Estive somando, aqui, e Xingó, no caso de rocha e concreto, custou 870 milhões 131 mil e 40 dólares. Se fosse feita a mesma obra, somando rocha e concreto, pela Copel, daria um custo de 421 milhões 155 mil e 200 dólares, o Brasil teria uma economia de 448 milhões 975 mil 840 dólares. Esta seria a economia para o País se fosse a Companhia de Energia Elétrica do Paraná que estivesse fazendo as obras de Xingó.

Também tenho em minhas mãos, preocupado com isso, os preços da tabela de pavimentação de rodovias estaduais. Comparando os preços do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, apenas esses três Estados, e vemos que em São Paulo já foi dobrado o preço - a última informação que tivemos - subleito: o metro quadrado - Paraná: 103; São Paulo: 183; Macadame seco: Paraná: 4.236,87; São Paulo: 17.464 - temos informação que já houve um aumento de preço - Brita graduada, o metro cúbico: Paraná: 5.656,39; São Paulo: 18.484,50; e assim por diante.

Quero parabenizar o Governador Roberto Requião de que tanto quanto na prefeitura, quando tive oportunidade de ser vereador, e depois com Álvaro Dias, como Deputado Estadual, que do Paraná saíram os grandes exemplos de prisão, de punição e diminuição da administração pública brasileira. Lembro-me também que, naquela oportunidade, o então Deputado Federal Max Rosenmann, junto aqui ao Governo Federal, contribuiu em vários aspectos com relação ao Orçamento da União, que poderia ser acompanhado pelo então secretário Mário Pereira, vice-Governador e também pelo Secretário da Fazenda Ivo(?) no orçamento passado.

Era esta a nossa colocação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O Deputado Filinto fez uma exposição comparativa entre os preços dos Estados do Paraná e outros Estados, que é realmente muito interessante e que dá um suporte extraordinário para a realização rápida desse cadastro nacional de preços de obras e produtos.

Quanto ao primeiro capítulo da pergunta do Deputado, sugiro que S. Exa. faça a experiência pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Aos membros da Comissão uma explicação: Tivemos que votar estamos retornando e ainda não tivemos conhecimento pleno da agenda. O Senador Jutahy Magalhães, que é o Presidente se deslocou do plenário. Estou verificando aqui, o Deputado Luiz Carlos já perguntou, então dou a palavra ao Deputado Joni Varisco para fazer as perguntas ao eminente Senador do Paraná.

O SR. JONI VARISCO - Sr. Presidente, Srs. Governador, Srs. Deputados e Senadores, o Governador do Paraná fez uma afirmação interessante que eu acredito já hoje ser reconhecida em todo o Brasil e até mesmo no exterior.

Ele colocava que a situação do Paraná se deve, e privilegiada hoje nas suas contas, ao passado dos homens públicos do Paraná.

Isto hoje, informa o Governador, aqui em Brasília, já é plenamente reconhecido por todos.

Eu só queria acrescentar, Sr. Governador, que também se deve na conjugação homens públicos sérios ao trabalho abnegado do povo paranaense.

Mas fiquei curioso com uma afirmação do Sr. Governador que dizia que no orçamento da União, há muitos anos, o Paraná não é privilegiado, ao mesmo tempo que afirmava da seriedade dos homens públicos do Paraná. Então pediria ao Sr. Governador, na sua avaliação, porque partindo do princípio de que os impostos saem do Paraná e vêm aqui à União e que, teoricamente, teriam que retornar ao Paraná, mas e que não retornam com uma constância que desejava o povo paranaense, pediria ao Sr. Governador a que se prenderia esse fato, eu faria duas colocações: será que os políticos paranaenses que gestiona aqui os direitos do povo do Paraná, porque nós, paranaenses, não pretendemos privilégios aqui no Governo Federal, mas sim alguma coisa dos nossos direitos, será que é incompetência dos políticos do Paraná, que gestiona em Brasília, ou será que é o fato de que os homens públicos do Paraná são sérios e que não é permitido por uma questão normal do povo paranaense em fazer tramboque no Paraná, será que isso aí inibe o Governo Federal de que canalize recurso para o Paraná? Eu pediria qual a avaliação que o Governador faz.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Eu espero que logo mais adiante, no transcorrer do seu mandato, com a sua presença aqui no Congresso Nacional, V. Exa. possa me dar essas respostas que eu não as tenho.

O SR. JONI VARISCO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Apenas uma consulta aos eminentes Pares que estão integrando a Comissão. Alguém deixou de fazer pergunta? (Pausa)

Gostaria de fazer uma colocação então. Tenho a responsabilidade de ser o relator desta Comissão e acompanhei com muita atenção e interesse o depoimento prestado pelo eminente Governador Roberto Requião, e fiquei muito feliz em sabê-lo advogado como nós, porque sem qualquer demérito das demais profissões, o advogado tem uma visão mais objetiva, mais concreta, principalmente quando é advogado militante, e quero fazer uma colocação, independentemente da presença do Senador Jutahy Magalhães, o nosso Presidente aqui da Comissão, que acho que ela será muito proveitosa. E quero fazer logo duas colocações.

A primeira colocação: quero cumprimentar o Governo do Paraná, porque uma das preocupações que estamos tendo exatamente dentro desta Comissão é extrair uma legislação que impeça, amanhã, algumas dúvidas que foram suscitadas aqui durante os depoimentos, principalmente naquela que, acredito, tenha se constituído na maior vitória

desta Comissão: A eliminação, praticamente, do preço oculto no sistema de concorrência, no que o Tribunal de Contas da União, atendendo uma consulta do eminente Presidente Ruy Bacelar, entendeu de colocar normas através do voto do Ministro Luciano Brandão.

De outro modo também, há uma idéia que considero muito importante, sem demérito de quem quer que seja; temos de fazer, realmente, um cadastro nacional de preços porque a disparidade de preço que se verifica é extraordinária. E o governador está nos passando um documento referente a duas hidroelétricas, se não me engano, de Segredo e de Xingó, com preços inteiramente díspares.

Agora, dentro do contexto da Comissão e acompanho o Governador Requião, não o conhecia pessoalmente, através da sua voluntariedade, do seu espírito público, da sua maneira muito dinâmica de governar o Paraná. Dois pontos anotei durante o seu depoimento e gostaria agora de formalizar. Acho que, basicamente, toda a colaboração que foi prestada e vamos examinar juntamente com a assessoria, principalmente a mecânica desse decreto que o Governador está me informando que deverá entrar em vigor dentro dos próximos dias, é uma mecânica interessante porque está ajustada exatamente no propósito moralizador desta Comissão.

Dois pontos ficaram vivos e claros: é o ponto relacionado com a Sanepar, envolvendo um político do Paraná, que também não conheço pessoalmente, de nome Tone Garcia, que foi candidato a Senador pelo Paraná. Parece-me que aí há uma mecânica indiciária que nos leva a uma pesquisa maior, razão pela qual, em virtude de convocação já anteriormente feita, tenho certeza absoluta que a Comissão manterá a convocação do Sr. Tone Garcia, que está sendo citado de uma maneira muito expressa.

A colocação da Sanepar, o Governador foi muito objetivo. Agora, gostaria de fazer uma colocação e baseado, inclusive, na expressão porque não há sentido corporativista; assim o sentido que o Governador melhor do que ninguém sabe disso, é o Deputado Max Rosenmann. Tive o cuidado de examinar todo o dossiê que me chegou às mãos, e evidentemente o Governador deixou aqui, em vários momentos da sua explanação, por sinal muito objetiva, muito concreta de que primeira irritação dele não foi em relação ao comportamento do Deputado Max Rosenmann, mas no sentido discriminatório emprestado ao Paraná que, aliado este fato da estrada e mais os fatos da Sanepar e outras evidências, o Governador entendeu que estaria sendo montado contra o Estado do Paraná, por parte do Governo Federal, um sistema discriminatório, razão pela qual tomou em boa hora - acho que é isso que todo homem público tem de fazer - a providência de entrar em contato com o Chefe do Gabinete Civil, o Ministro Marcos Coimbra, o Governo Federal da República e denunciar o fato.

Então para fechar o nosso raciocínio e eu tive oportunidade de ler o documento, há dois documentos importantes que o Governador me passou, o primeiro, o processo de financiamento para operações de crédito, de 1991, e o segundo, uma minuta que teria sido atribuída ao Deputado Max Rosenmann, que deveria ser preenchida pelo Secretário de Transportes do Paraná e encaminhada ao ONER para que a obra então questionada passasse à responsabilidade do Governo da União.

O Governador já nos comunicou o nome da pessoa que entregou o primeiro documento, fez o seu histórico, com indignação jogou-o na cesta de lixo e no rodapé do documento consta, manuscrita, a indicação de várias firmas que seriam as beneficiadas pelas obras enumeradas aqui nesse demonstrativo.

Logicamente, é uma questão de situarmos responsabilidades; teríamos que nos aprofundar, em razão até mesmo da caligrafia da pessoa que escreveu.

O Governador, também com muita sinceridade, disse que recebeu o documento, mas não pode dizer que a caligrafia seja da pessoa que lhe entregou o documento, parece-me que foi isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Seguramente, não é.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Então, não seria o Sr. Nélio o responsável por esse documento.

Agora, sobre o segundo documento, Governador, nós ouvimos com muita atenção. Com relação ao Deputado Max Rosenmann, só tenho também referências pela nossa convivência, de homem sério, de um homem voltado para os interesses do Paraná. E V. Exa. também falou com muita objetividade. Era seu amigo de infância, conheceu-o durante um período. Então, penso que a caracterização é fundamental, Sr. Governador: houve, através deste documento, que nós já estamos examinando, qualquer motivo para que fossem configurados aqui os dois crimes que V. Exa. citou, como advogado, o estelionato ou a extorsão, por parte do Deputado Max Rosenmann? Eu gostaria de saber isso no seu aparte.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Coloquei ao Ministro Marcos Coimbra o fato talo me foi me foi apresentado pelo Secretário dos Transportes e Vice-Governador do Estado, Mário Pereira. Como não me envolvi diretamente no caso, acho que se existe a pretensão da Comissão de aprofundar alguns aspectos, o caminho seria a convocação do Vice-Governador do Estado do Paraná para depoimento.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Há mais um ponto que eu gostaria e, evidentemente, no desdobramento de V. Exa., no exame deste documento e nos fatos que são do seu conhecimento, há alguma característica de crime de estelionato ou de extorsão por parte do Deputado Max Rosenmann?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O documento foi trazido pelo Deputado quando ele informava que a obra só seria construída se o Estado do Paraná desistisse do convênio e é este o fato que eu tenho a relatar.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - A sua posição está gizada inteiramente no documento. Não há, como disse V. Exa. há pouco, subjetivamente, nenhuma presunção de crime, porque V. Exa. disse que dois crimes estão presentes nessa denúncia, extorsão e estelionato. A extorsão é um pouco mais grave do que o estelionato que, hoje em dia... A extorsão é um processo até hediondo, em matéria de crime. Então, eu gostaria que V. Exa. caracterizasse a nível seu e, evidentemente, no desdobramento do Vice-Governador, se há alguma caracterização desses dois crimes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Num processo, existe a acusação, existe a defesa, o juiz que julga a causa e que enquadra o fato descrito. Nesse caso aqui, sou o depoente, ou, como diria o pernambucano Paulo Cavalcanti, "O Caso eu Conto Como o Caso Foi".

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Bem, mas, no caso, nós somos os juízes e é por isso que eu estou sendo tão objetivo. Gostaria de comunicar a V. Exa. que dentro do documento que me foi entregue, e já o examinei, isso eu faço com a maior lisura, me parece um procedimento normal de qualquer Deputado. E eu quero asseverar a V. Exa., que como Senador do Espírito Santo, eu não teria dúvida nenhuma em levar esse documento ao Governador do meu Estado, porque iria desonerar o meu Estado de uma obra pública. Então, estou igual ao Senador Affonso Camargo. Acho que o Deputado Max Rosenmann, V. Exa. falou há pouco e é o conceito que nós temos dele, e houve um envolvimento, parece-me que ele foi envolvido, a do Sanepar é grave, mas a intensidade da parte indiciária do Deputado Max Rosenmann é inteiramente diferente do que está envolvendo o cidadão Toni Garcia, que eu não conheço. Então, V. Exa. nos remete gentilmente para a audiência do seu Vice-Governador. Então me parece que não há juízo firmado.

V. Exa. se coloca na posição de depoente e, evidentemente, nós, com a responsabilidade de julgadores, iremos avaliar não só o seu depoimento, mas também os documentos.

Então, Sr. Presidente, basicamente, o que eu queria dizer aqui antes do seu retorno é que nós temos dois casos configurados no espírito desta Comissão, porque tudo que o Governador falou aqui é muito importante no sentido da moralização. Parece-me que há um documento aqui que vai nos merecer uma atenção muito grande, que é esse decreto que está sendo editado agora, no Paraná, mas eu me cingi exclusivamente na imputação que poderia envolver o Deputado Max Rosenmann e também na imputação que envolveria o cidadão Tony Garcia com obras na Sanepar. E, também, a transferência dessa obra para o Governo Federal cuja a minuta o ofício nos dá uma visão muito ampla do que foi praticamente a participação do Deputado Max Rosenmann. Estou, nesse momento, satisfeito, por enquanto, e inteiramente consciente de que o Governador com tanto empenho reiterou, ele é consciente e acho que caberá formar o juízo a respeito das peças produzidas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Almeida.

O SR. TONI VARISCO - Sr. Presidente, gostaria de dar só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Pois não, se for rápida.

O SR. TONI VARISCO - Qual é o dia em que o PC está convocado para depor.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Ele não está convocado.

O SR. TONI VARISCO - Eu sugeriria à Comissão com a minha modestia de Deputado, que fosse imediatamente feita essa convocação, porque tudo o que eu ouvi aqui se diz que foi em razão desse símbolo maior da corrupção no País.

Acho que esta Comissão, como sugestão, Sr. Presidente, imediatamente teria que convocar em regime extraordinário essa sombra da República a depor imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - A sugestão de V. Exa. fica anotada, agora nós estamos com a grande preocupação de não chamarmos aqui, diante do que interessa apenas de fazermos publicidade da Comissão.

Nós estamos querendo chamar aqui quando tivermos fatos concretos e que as pessoas que aqui venham como o Governador está, no meu entendimento, está fazendo, está trazendo fatos a serem analisados pela Comissão.

No momento em que nós tivermos fatos suficientes para chamarmos, seja quem for para vir depor nós chamaremos. A Comissão anota a sugestão de V. Exa., mas nós estamos seguindo esta linha de trabalho.

O SR. TONI VARISCO - Concorro com a linha, mas gostaria de informar, não sei se é seu conhecimento: o Brasil não tem mais muito tempo para nós aguardarmos, sugeríamos que nos pégássemos o mal pela raiz o quanto antes possível.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Aproveito para fazer uma pergunta ao Governador diante dessa linha de raciocínio de V. Exa. O Governador comunicou que ao Secretário Marco Coimbra, que iria criar o Disque - PC, e teria tido o apoio do Secretário Marco Coimbra.

Pergunto a V. Exa., Governador, se desistiu de fazer o disque-PC, por ter sido o Paraná atendido pela Caixa Econômica, ou porque considerou que não havia nenhuma condição prática, nenhuma afirmação que pudesse ser conferida e, portanto, o seu PC nada teria com as intermediações internas. Foi por isso que V. Exa. desistiu de fazer o disque PC?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O meu raciocínio foi exatamente igual ao raciocínio do Sr. Presidente ao responder a pergunta ou a proposta do Deputado Toni Varisco. O PC passou nesse processo a ser uma testemunha referida, sem um nexo absoluto de causa e efeito.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - O Deputado Max Rosenmann já pode falar.

O SR. MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, Srs. membros desta Comissão, eu considero muito importante e o faço com muita convicção um pronunciamento, nesse momento, considerando a natural informação que aí foi colocada nesta comissão a respeito do envolvimento do meu nome.

Considero que foi muito clara a colocação do Sr. Governador no momento em que separou nitidamente os dois episódios. É pena que não tenha feito imediatamente esse esclarecimento de separação das atitudes no primeiro momento em que a imprensa, tanto do jornal O Estado de São Paulo, como da imprensa do Paraná, imediatamente da mesma forma em que o Governador coloca à sua disposição da denúncia imediata, porque no momento em que foi colocado no jornal essas informações a minha pessoa ficou envolvida até por ser parlamentar, ficou prioritariamente colocada, como o Deputado da extorsão do assunto. Na realidade o que eu fiz e confirmo e continuo defendendo é uma simples proposta que considero como uma atribuição do trabalho parlamentar a condição de sugerir ao Governador do meu Estado ou ao prefeito de algum município que represento uma sugestão para a solução de uma obra paralisada.

É importante também que eu transmita a todos os membros da Comissão que, em momento algum, quando sugeri ao Sr. Governador no dia 14 de agosto, quando ele me ligou provavelmente como bem disse do escritório do Paraná para o meu gabinete, que, em momento algum, coloque-me como uma pessoa que sugeria algo em nome do Governo Fe-

deral. Sugeri em nome do meu discernimento para a solução de uma estrada que está paralisada e que infelizmente continuará paralisada o ano que vem se prevalecer a proposta na Comissão de Orçamento, enviada pelo Poder Executivo, onde a estrada está novamente zerada. Considero este convênio, um convênio de delegação política que ocorreu durante o período do Governo Sarney que busca do voto dos cinco anos, ele delegava estradas a governos estaduais, não com o sentimento absoluto talvez de descentralização, mas sim de contemplação política que, na ocasião, foi delegada ao meu Estado por esta estrada, foram alocados recursos iniciais e em seguida uma estrada de tanta importância não só para o meu Estado, mas para todo o Sul do Brasil, porque é uma estrada que liga Santa Catarina ao Paraná e portanto todo o sul do Brasil passa por essa estrada, considero realmente que este convênio de delegação não teve mais recursos alocados, porque ele já desde o início foi uma delegação política. E isto me incomoda como cidadão, como político e como responsável que eu sou. A prova disso, que já no ano de 1989, eu apresentei emenda no orçamento para alocação de recursos nessa estrada; no ano de 1990 tentei novamente colocar recursos nessa estrada ou fazer emendas nesse ano. Está aqui presente um Sr. Chacado Teodoro, que é membro do DR do Paraná que sempre utilizou o meu gabinete como ponte de apoio para o Governo do Paraná em busca de recursos para construções de estradas, porque sempre considerei que isso era uma obrigação de político e lá estava sempre o Sr. Teodoro trazendo os pleitos do Paraná e entere eles a 376. Aliás eu fui, com muito orgulho, o deputado que mais aprovou emendas dentro do orçamento, como prova do meu trabalho e minha dedicação ao meu Estado.

O Governador Roberto Requião colocou que durante o seu período de prefeito municipal de Curitiba eu muito colaborei com a sua gestão e isto é verdade. E eu colaborei como colaboraria com qualquer um outro que fosse o prefeito de Curitiba ou o Governador do Paraná, porque é importante esse discernimento de ajuda a seu Estado, independente de condição partidária do governante. Acho que as teses de defesas não podem ficar no discurso e na retórica, têm que ficar nas atitudes que eu sempre desempenhei aqui no Congresso com dignidade, e neste episódio em que meu nome foi envolvido tem fatos muito relevantes que devem ser ouvidos por esta Comissão. O Ministro Alenir Guerra a questão de duas ou três semanas atrás aqui esteve depondo a respeito do assunto que hoje estamos tratando e ele declarou o seguinte: Em relação ao telefonema que recebi em reunião que tive depois com o Governador Roberto Requião, tal fato ocorreu na véspera do dia em que essa notícia foi publicada nos jornais brasileiros.

O Governador Roberto Requião realmente se encontrava muito agastado, se poderia dizer irritado, por telefone com alguns fatos que acabavam de ocorrer no Estado. S. Exa. citou a interferência dentro da administração na possível contratação de algumas obras públicas. O telefonema não foi muito longo e não pude depreender qual o tipo de interferência. Mas citou uma pessoa, a pessoa que está relacionada no jornal, um ex-candidato a Senador, Sr. Tony Garcia. Não citou - li no dia seguinte - o nome de qualquer parlamentar em nenhum momento de seu telefonema. S. Exa. se referiu ao Deputado Max Rosenmann que era citado no dia seguinte nos jornais.

No domingo seguinte, à noite, jantei com o Governador que fez referências às quais em nada se dirigia ao Deputado Max

Rosenmann. Ficou claro na minha conversa com o Governador que a interferência do referido Deputado era de outra natureza. S. Exa. queria que aquela estrada Curitiba-Joinville voltasse a ser de responsabilidade do Governo Federal, para que o Estado do Paraná pudesse economizar 30% que o decreto presidencial exige e esse foi o entendimento que também me deu o Governador do Estado naquela noite, que a participação do Deputado Max Rosenmann era apenas em relação a esse aspecto, de tornar a estrada federalizada para que o Estado pudesse economizar 30%. Foram as referências que ouvi do Sr. Governador e nenhuma outra a respeito de Max Rosenmann. Mas se referiu novamente ao cidadão como tendo interferido na sua administração, no telefone, S. Exa. me disse que iria se reportar ao Secretário - Geral da Presidência da República e inclusive eu estimei para que eu o fizesse. Achava que era uma denúncia que deveria ser levada adiante e S. Exa. assim o fez e, com certeza, procedimentos administrativos estão sendo adotados.

Quero, primeiro, deixar muito claro que as sugestões aqui apresentadas e quanto ao comportamento do Sr. Governador na tentativa de encontrar meios de moralização de contratos públicos, de compra de serviços por parte de qualquer tipo de governo, elas têm o meu endosso, porque é o papel de um Deputado, parlamentar ou cidadão brasileiro responsável lutar pela moralização do nosso País.

Agora, neste caso em questão, eu fui envolvido e acredito até que maliciosamente porque eu não tive, em momento algum, nenhuma atitude indigna que pudesse ser alvo de um julgamento a não ser a crítica maliciosa com que meu nome foi colocado.

Se o Governador entendeu que eu teria dito a ele que essa estrada não sairia se não fosse refederalizada, não é a expressão absoluta da verdade da forma com que eu me dirigi ao governo do Estado, seja na pessoa do Governador quando eu citei no telefone o meu desejo de participar na possibilidade da refederalização ou junto ao Secretário de Transportes, Vice-Governador ou seus diretores. O que eu fiz foi sempre no sentido de única e exclusivamente viabilizar a estrada e, em momento algum, conversei com membros do Governo Federal com essa garantia que se a refederalização ocorresse a estrada sairia.

Eu entendia que no dia 1º de setembro reiniciaria o processo de formação do novo orçamento dentro do Congresso e que teríamos a oportunidade de alocar recursos com esforços. Daí sim com a associação do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Percebi que essa verba necessária para essa estrada não seria alocada e, realmente, entendo e continuo defendendo essa idéia da refederalização. Tivemos uma reunião em Curitiba, uma cidade próxima a Curitiba onde justamente essa estrada fica alocada geograficamente, Cidade São José do Pinhal, na presença do ex-Secretário de Transportes, hoje deputado estadual de membros da equipe de governo de obras de estrada do atual Governo, o Diretor Regional do DNER, Associação Comercial Industrial, enfim toda a sociedade representada e depois de um debate de mais de duas horas se chegou ao entendimento de que realmente a refederalização da estrada era uma boa sugestão e uma proposta idônea.

Foi perguntado, nesse momento, ao Diretor do DR do Paraná como que ele explicava as constantes declarações do Governo do Estado de que essa obra se refederalizada fosse custaria 40% mais barato e respondendo em nome do Governo nesta reunião o Diretor do DR. que era um técnico acredito que capacitado declarou que ele não sabia

fazer esta argumentação porque ele também só tinha lido no jornal a idéia da redução de custos de 40%.

É muito importante que esta Comissão saiba que a nossa participação foi exclusivamente dentro da obrigação parlamentar de um político do Estado. No momento em que eu levei esta minuta, eu a levei dentro de um sentimento de busca de uma solução; jamais representando quem quer que seja, seja Governo Federal, seja empreiteiro seja lá quem fosse, porque eu continuo entendendo que, realmente, o Governo Federal não está interessado em terminar essa estrada tão necessária.

O meu nome foi colocado. O governador do Paraná fez esclarecimentos muito objetivos nesta reunião, mas é importante também que se conheça, dentro da sua personalidade, que S. Exa., ele também tem o hábito de criar determinados fatos que hoje são conhecidos da vida nacional.

Nós temos conhecimento de que, num passado recente, ainda durante as eleições no Paraná, em que eu apoiiei o Governador, foi criado, foi inventado um caso...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Solicito a V.Exa. que se mantenha dentro do assunto. V.Exa. vai prestar depoimento na próxima quinta-feira. Então, na próxima quinta-feira, V.Exa. tem toda a liberdade para falar.

O SR. MAX ROSENMAN - Então, volto a ratificar que, realmente, a minha colocação foi única e exclusivamente no sentido de contribuir com o meu Estado, e jamais em tempo algum, de representar qualquer pensamento ou qualquer atitude criminoso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a palavra o Sr. Governador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Como os fatos relatados pelo Deputado não correspondem exatamente aos fatos relatados a mim pelo Vice-Governador Mário Pereira, acho que nós temos que aprofundar um pouco essa questão.

Vamos descobrir porque tanta insistência em tirar do Estado do Paraná uma obra delegada, e o depoimento do Deputado Mário Pereira vai aprofundar e esclarecer definitivamente essa situação.

Eu reitero, mais uma vez, a minha posição. Eu não sou promotor nesse processo, sou um homem público interessado na moralização dos costumes, e um Governador envolvido na tarefa de transformar o Paraná numa referência de decência e de austeridade. Mas acho que vai ser muito interessante o depoimento do Vice-Governador neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Considerar o que para um melhor esclarecimento é importante, primeiro, obter a palavra do Vice-Governador, estando ele presente, se V.Exa. assim avaliar.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Eu tenho a impressão que há uma mecânica de exame documental.

Eu tive oportunidade de deixar isto muito claro e o depoimento do Governador Roberto Requião é objetivo. Nós gostaríamos de examinar mais detalhadamente.

Eu tenho a impressão que o Presidente Jutahy Magalhães teve uma certa prudência, porque, evidentemente, hoje nós estamos arguindo o Governador Roberto Requião. S. Exa. está nos dando um desdo-

bramento de depoimento. Então, acho que, não obstante o interesse que está sendo manifestado, do Senador Eduardo Suplicy e do Deputado que o antecedeu, ele será levado em conta. Mas acho que isso valeria o exame, porque todos os depoimentos prestados a esta Comissão são objeto de um crivo de exame e de confrontação de documentos.

Então, evidente, a palavra do Governador é muito importante. S. Exa. está falando de forma até impositiva e nós gostaríamos de fazer essa ponderação.

Obviamente, a presidência dos trabalhos não me cabe, eu sou apenas o Relator, mas eu tenho tido muito cuidado nesta Comissão, principalmente nesta coisa muito delicada. Além de apurar os fatos, eu sou muito cioso quanto ao problema da dignidade humana, do conceito.

Eu já tive, inclusive, uma participação na CPI da Previdência, e todos se lembram do meu cuidado na divulgação dos nomes, porque, infelizmente, na vida pública e na política às vezes corre uma versão e depois para o cidadão recolher as penas desse travesseiro que é jogado do alto de uma torre é muito difícil.

Então, submeto-me, logicamente, à palavra mais ponderada e judiciosa do Senador Jutahy Magalhães, com muito mais experiência do que eu.

Entendo que a nossa função aqui - e disse-o bem o Governador Roberto Requião: ele é um simples depoente - a nossa grave responsabilidade é a de julgar e, para julgar, acho que deve haver muita isenção e, acima de tudo, um comportamento da Comissão que caracterize em todos os momentos a sua prudência, a sua análise dos fatos, em razão dos documentos e das palavras, para que nós possamos formar um juízo.

Obviamente, entendendo a Comissão, salvo melhor juízo do Sr. Presidente, de que nós devamos convocar o Vice-Governador do Paraná, então, nós teremos uma data oportuna.

Eu gostaria de submeter o assunto ao Presidente Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Vou ouvir agora o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Acho que não há outra forma de conduzir os trabalhos, a não ser tomar as providências para que se encerre em determinado momento, o depoimento do Governador; depois, nós vamos estudar os outros depoimentos. Se não, estaríamos inovando, fazendo alguma coisa que nunca vi em nenhuma CPI. Temos que encerrar o depoimento do Governador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas sem prejuízo de perguntas mentuais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V.Exa. terá a palavra para indagações. V.Exa. queria ainda se manifestar a respeito desta questão?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deixarei o critério do Presidente. Mas gostaria de formular perguntas brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - A Mesa entende que, na realidade, poderemos convocar o Vice-Governador para um depoimento posterior, embora nós tenhamos aqui precedentes de que quando o depoente necessita de alguma informação de algum auxiliar, esse auxiliar tem o direito de usar a palavra.

Esse é um precedente que nós temos aqui e eu até discutia muito, porque diziam que o depoente tem esse direito, mas o Senador não tem, de colocar a assessoria para falar por ele, principalmente quando o assunto é técnico e os auxiliares têm mais capacitação técnica para isso.

Por isso, neste instante, embora ouvindo as ponderações do Senador Affonso Camargo e do Senador Elcio Alvares, se a informação do Vice-Governador for apenas uma mera informação auxiliar ao depoimento e não um depoimento, apenas uma explicação sobre o fato, acho que até para o próprio Deputado Max Rosenmann seria interessante que o assunto fosse logo aforado para que S.Exa. tivesse as condições também, seja hoje ou no seu depoimento, de poder rebater aquilo que fosse dito neste instante.

Portanto, esta é a minha opinião. Se a Comissão concordar, eu daria a palavra ao Vice-Governador para, numa brevíssima participação, esclarecer apenas esta questão.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, acredito que nem eu nem o Senador Elcio Alvares temos nada contra isso. O que foi proposto é que o Vice-Governador fizesse seu depoimento hoje. Nós só desejamos que o seu depoimento deveria ser posterior ao do Governador. O Secretário de Transporte inclusive já deu uma informação, pode dar outra, duas, três, quatro.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - É exatamente esse o ponto que quero colocar: como uma informação, não como um depoimento, do Sr. Vice-Governador.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Agora, apenas uma questão porque é óbvio que temos que ter certos cuidados: essa informação seria incorporada ao depoimento do Governador Roberto Requião?

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Não o depoimento. Não estaria ele prestando nenhum depoimento hoje, mas apenas uma informação e a mais rápida possível.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não seria tomada a guisa de depoimento, mesmo porque aí teria o processo do juramento.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Não é um depoimento, é uma informação auxiliando o depoimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Deixe-me esclarecer o que eu pretendo dessa assessoria que me presta o Vice-Governador.

Eu pretendo que o Vice-Governador explique o contato que o Deputado teve com ele; esclareça o telefonema que me deu; esclareça o telefonema posterior que deu ao Deputado Max Rosenmann; o telefonema que deu ao Diretor Geral do DNER, engenheiro Perucci e ao Anorin; a resposta que obtive deles; e, posteriormente, numa nova ligação do Deputado Max Rosenmann, em retorno, qual foi a declaração do Deputado sobre a sua participação e como ele encerrou o episódio.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a palavra o Sr. Vice-Governador.

O SR. VICE-GOVERNADOR - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Governador, o Deputado Max Rosenmann, através do telefone, procurou-me na Secretaria dos Transportes e, não me encontrando presente, falou com meu chefe de gabinete, Luis Roberto Borges, e solicitou a ele que me informasse que havia falado com o Governador Requião, o Governador Requião havia concordado e solicitado que conversasse comigo para que fosse reafirmada uma obra - aliás, uma

obra federal mesmo -, em outras palavras, rompiu o convênio de delegação para a execução da segunda pista do trecho Curitiba-Garuá, da 376.

Eu estava concedendo uma audiência a várias pessoas quando o chefe de gabinete entrou no meu gabinete e me passou um bilhete falando em refederalização, que eu não entendi, e disse para que falássemos em outra oportunidade.

A justificativa era de que se refederalizasse seria colocado recurso no orçamento federal para o prosseguimento da obra, se não rompesse o convênio não seria colocado recurso no orçamento federal para o prosseguimento da obra, e mais, rompiu o convênio o Estado teria uma economia de 30% visto que havia um recente decreto do Presidente Collor que determinava que obras conveniadas o governo federal entraria somente com 70%.

Esse contacto com meu chefe de gabinete se desdobrou para o chefe de gabinete do Diretor-Geral do DER, engenheiro José Eugênio Gissi e com o diretor pessoalmente aí nesse caso em duas oportunidades o Deputado Max Rosenmann conversou com o chefe de gabinete do Diretor-Geral do DER. Em uma delas, com o Diretor-Geral do DER, engenheiro Rogério Tissot, foi levar pessoalmente uma minuta que foi entregue pelo Governador ao Presidente da CPI.

Esses fatos todos estavam ocorrendo sem que eu tivesse conhecimento a não ser a primeira comunicação do meu chefe de gabinete.

Em seguida, trouxeram-me um ofício para que eu assinasse que, depois via a saber, era a cópia daquela minuta, e eu não gostei dos termos porque o Paraná propunha rescisão do convênio. Eu comentei com o Diretor-Geral da Secretaria dos Transportes, engenheiro Gabriel Macedo, que nós, sem nenhum documento, poderíamos estar propondo um rompimento do convênio. E afinal de contas, por que isso? Mandei alterar dizendo que nós poderíamos fazer, se o Governo Federal tinha intenção, como o Deputado afirmou a diversas pessoas do DER, algumas delas já citadas, o Governo Federal que produza um documento manifestando essa intenção para então o Paraná se manifestar.

Então, a modificação que eu mandei fazer foi que o Paraná, se o Governo Federal assim entendesse, manifestava não ter nada em contrário, desde que o Governo Federal viesse a dizer que era preciso romper o convênio.

Quando eu mandei alterar, disseram mas aí ficaria diferente da minuta do deputado Max, e só então tomei conhecimento que havia uma minuta entregue pelo Deputado Max Rosenmann a um funcionário do DER chefe de gabinete do Diretor-Geral.

Passei então a dar mais atenção ao caso, pois não estava dando muita atenção, em função de que, primeiro, o Paraná não luta para ter convênio com o Governo Federal, Paraná luta para que haja estrada - uma estrada importante, que vem ifando a vida de muita gente que por ali trafega - que seria a duplicação da rodovia que liga o Paraná a São Paulo.

O Paraná não gasta nada com convênio, aliás, o Governo Federal até economiza porque a fiscalização da obra é feita por engenheiros do Estado e não do DNER e sim do DER e mais todo o apoio a esta fiscalização e o gerenciamento dos dois contratos com as duas empreiteiras que tinham.

Era evidente que eu não poderia mandar um ofício desse sem consultar o Governador que, até então, eu não havia consultado

porque sempre tive o melhor relacionamento de consideração e respeito dos dois lados para comigo e eu para com o deputado Max Rosenmann desde há muito tempo. A primeira reação minha foi a de não ter dúvidas nenhuma de que o Deputado Max Rosenmann havia falado com o Governador, que havia mandado falar comigo já numa decisão, pois, Brasília assentiria, como disse o Deputado Max Rosenmann a uma série de auxiliares meus lá na Secretaria dos Transportes e no DER.

Mas, quando me falaram da minuta, eu achei estranho e mais com uma observação: olhe, essa minuta, me disse o engenheiro Gissi, tem uma particularidade, ela não deve ter sido redigida no Paraná, porque no Paraná a Secretaria dos Transportes nunca se chamou Secretaria do Estado dos Negócios dos Transportes do Paraná e sim Secretaria do Estado dos Transportes.

Ora, alguém do serviço público do Paraná não colocaria a denominação de uma secretaria do nosso Estado igual a de um outro Estado, porque tenho conhecimento que alguns outros Estados têm essa denominação dos negócios dos transportes. Aquilo, chamou a atenção e fez com que eu ligasse ao Governador Requilão e perguntasse se era verdade que nós deveríamos romper o convênio; aliás, de forma unilateral, estávamos denunciando o convênio, se havia sido combinado isso com o deputado Max Rosenmann, e ele disse de pronto que não, que não tinha conhecimento, e solicitou que eu, de imediato, ligasse para Brasília se esta que estava solicitando.

Porque veja bem, Sr. Presidente, só se coloca recurso se rompeu o convênio e se alguém deu essa informação, a uma informação dessa é considerada grave pelo Governador, porque parecia uma guerra do Governo Federal com o Paraná. Só se põe dinheiro na obra se romper o convênio, senão não se põe.

Ora, prosseguindo, o Governador solicitou que eu fizesse contacto com o Ministério da Infra. Estrutura; eu liguei para o Diretor-Geral do DNER e ao Secretário Nacional dos Transportes, engenheiro José Henrique de Amorim; nos dois telefonemas fiquei sem graça, porque senti que eles não tinham conhecimento nenhum e não havia nada de solicitação deles, abordando outros assuntos para não parecer ridículo.

Trinta por cento do decreto não atingiriam o convênio assinado em 87; se rompiu o convênio não é vantagem para o Governo Federal, não traz economia para o Governo Federal, por que então a insistência? Deu o retorno ao governador dizendo: no Governo Federal ninguém está solicitando que se rompa o convênio.

De imediato, liguei ao deputado Max Rosenmann quando tive oportunidade de fazer o primeiro contacto sobre este assunto, que confesso não estava dando maior importância, até quando soube da existência dessa minuta, o deputado Max Rosenmann me disse, ficou apastado, que o estavam levando ao constrangimento que solicitaram e agora dizem que não pediram, até me fez uma observação; Mário, você acha que essa minuta caiu do céu nas minhas mãos? E disse que me ligaria em seguida. Eu disse: Max esse documento não mando para Brasília. Claro, nessas condições você não deve mandar mesmo.

Retornou o telefonema meia hora, uma hora depois dizendo que havia repreendido quem havia a ele solicitado, que esses caras me levaram ao constrangimento e que você não deve realmente enviar o documento.

Na verdade, não mandamos o documento, mas, pela confiança que sempre tive no deputado Max Rosenmann ter enviado e aí teria que me explicar ao Governador quando ele tomasse conhecimento.

O Governo Federal não tem nenhuma vantagem rompendo o convênio, o decreto de 30% não atinge um convênio assinado em 87 e, portanto, não sei por que romper o convênio; o Governo Federal tem até vantagens, pequenas é verdade, de não precisar mobilizar técnicos do DNER para fiscalizar e sim o DER fiscalizaria.

São essas, Sr. Presidente, as informações que eu poderia dar. Todas essas questões aconteceram por acaso, como eu não estava dando uma atenção especial àquela solicitação que não foi feita diretamente a mim na presença de uma série de testemunhas que já foram nomeadas pelo Governador Roberto Requião, tudo que estou dizendo é a palavra de um órgão do Serviço público do Paraná, do DER, pois todas essas pessoas nomeadas pelo Governador foram envolvidas e tudo que eu tratei, inclusive os telefonemas, foram dados na presença de testemunhas accidentais, ocasionais, testemunhas que ali estavam, porque não se tratava de um assunto reservado que eu não tratei em particular.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Sr. Presidente, aconteceu, exatamente, o que estávamos prevendo. É evidente que não se trata de uma simples informação; trata-se de um depoimento que tem desdobramentos. Gostaria de assinalar que o sentido é de esclarecer. Vai ser aduzido, mas vamos relevar o direito de examinar esse esclarecimento. Se for o caso, requereremos o depoimento do Secretário de Transportes do Paraná, porque se parece o ponto nodal, como bem disse o Governador do Paraná, Roberto Requião; está exatamente no depoimento do Secretário de Transportes.

Apenas para uma questão, para forma, e o documento que o Governador Roberto Requião nos entregou é uma importante peça. Gostaria que o Vice-Governador, acumulando a função de Secretário dos Transportes, informasse à Presidência e à Mesa se essa minuta da qual tomou conhecimento como entregue pelo Deputado Max Rosenmann para fazer expediente para Secretaria dos Transportes. Se V.Exa. tiver condição. Há um desdobramento. Não gostaria exatamente. Mas se trata de um ponto que não podemos deixar de caracterizar, porque há uma referência expressa na informação a respeito de um documento que nos foi entregue pelo Governador. Gostaria que o Sr. Vice-Governador, que é o Secretário de Transportes, nos informasse se foi esse o documento, a minuta.

O SR. VICE-GOVERNADOR - Irei pessoalmente ao Governador que fez a entrega à Presidência da comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - V.Exa. afirma que esse é o documento.

O SR. VICE-GOVERNADOR - Sim, afirmo.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Seria interessante que V.Exa. reconhecesse oficialmente o documento para uma auditoria. É um ato importante. Considero esse documento muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Solicitamos a informação do Vice-Governador, porque, no meu entendimento, a grande primeira obrigação desta Presidência é buscar a verdade.

Em segundo lugar, a minha preocupação pessoal é com a imagem de qualquer cidadão, seja deputado ou não. Se peirava no ar a

dúvida do que poderia ser dito pelo Sr. Vice-Governador, se essa informação seria uma peça acusatória contra o deputado, considero, de imediato, que deveríamos ouvir o que seria dito, para que o Deputado tivesse conhecimento da acusação para poder, se essa ocorresse, neste instante, ou, na próxima quinta-feira, dar a sua versão e a sua opinião. Estou permitindo, inclusive, que o Deputado Max Rosenmann participe desses debates, em primeiro lugar, como Deputado. Se todos os deputados têm o direito de falar, após a audiência dos senadores, também o deputado Max Rosenmann tem o direito de falar, porque é deputado em primeiro lugar. Em segundo, porque a preocupação que senti no referido deputado é de que o assunto fosse tratado, de imediato, para que não ficasse pairando nos jornais informações. Logo, S.Exa. gostaria de dar, de imediato, uma informação a respeito dessa questão. Há também esse aspecto que poderia ser chamado de aspecto humano, o de fazer com que as pessoas tenham o direito de dizer o que pensam. Estamos, aqui, buscando a verdade. Essa verdade tem sido difícil de arrancar. A meu ver, o depoimento do Governador foi importante para nós, para que pudéssemos ter os indícios e buscarmos o caminho para se encontrar as provas, os comprovantes daquilo que foi dito.

O SR. MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra, mesmo que fique claro perante a Comissão, até mesmo em forma de juramento e não do simples depoimento de um parlamentar. Desde o início desse episódio, tenho procurado fazer o esclarecimento da forma mais objetiva e honesta, como, aliás, sempre fiz em todas as minhas atitudes. Gostaria de, realmente, neste mesmo momento, agora, já que localizei a origem de toda essa desinformação, gostaria de esclarecer a respeito. Eu poderia continuar usando da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Pediria apenas a V.Exa., porque teríamos que ver o aspecto formal. V.Exa. poderá usar da palavra, desde que seja um esclarecimento bem mais rápido que a informação, porque temos que encerrar o depoimento do Governador; temos que chegar a um ponto de, primeiro, ouvir o Senador Eduardo Suplicy, antes de encerrar esse depoimento. E V.Exa. virá quinta-feira para dar todos os esclarecimentos com o tempo que for necessário.

O SR. MAX ROSENMAN - Considero muito importante o esclarecimento imediato até para que não fique um hiato, qualquer dúvida entre essa semana e a próxima.

Inicialmente, por ordem, queria confirmar que tive o diálogo telefônico com o Governador. Foi no mesmo dia em que S.Exa. comentou-me que tinha sido reconhecido, em São Paulo, num restaurante de uma churrascaria e que tinha sido algo de alegria dele, de ter sido reconhecido pela sua discussão com o ex-Governador Orestes Quêrcia, e que pretendia lançar o Programa Pau-Brasil. Nesse mesmo momento, fiz a sugestão da refederalização da estrada, que o Governador em palavras não muito objetivas acabou concordando com a possibilidade, hoje mesmo, aqui, de ter falado com ele sob a alegação de que ele trata de tantos assuntos, que, às vezes, não se lembraria de todos os contatos. Porém, se eu tivesse citado o assunto em questão da refederalização, a expressão que sempre usei da BR-376, ele indicaria que eu falasse com o secretário. E assim eu fiz.

Segundo, em momento algum afirmei ao Governador ou ao Secretário que a refederalização, por si só, seria uma garantia de recursos. O que citei foi que estávamos próximos da Comissão de Orça-

mento para iniciar os seus trabalhos e que teríamos a solidariedade dos demais Estados e a possibilidade de definir recursos orçamentários, sem o pagamento da contrapartida de 30%.

Terceiro: quando procurei o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Um minuto, por favor. Estou sendo procurado pela parte técnica da gravação, solicitando que V.Exa. fale um pouco mais próximo do microfone, porque não está saindo bem na gravação.

O SR. MAX ROSENMANN - Terceiro: quando procurei telefonicamente o Secretário dos Transportes, S.Sa. me comunicou que estava viajando para Cascavel e que eu tratasse o assunto com o Diretor Geral da Secretaria ou com o Sr. Guisi, o que fiz. Procurei, pessoalmente, o Sr. Guisi e o Sr. Tissot que estavam, realmente, não muito informados, mas orientados no sentido de me receber e sugeriram que eu trouxesse uma proposta mais pragmática, mais definida, quem sabe até numa forma de minuta. Retirei-me da secretaria, produzi a minuta com os dados que me foram fornecidos e levei-a à secretaria que confiro é a mesma minuta que entreguei. Dentro de uma visão cautelosa, de transferir a obra da forma em que ela estava, até porque, o Governo do Paraná, quando fez a licitação, tinha que fazê-la com os preços inferiores aos praticados pelo DNER. Uma vez que a obra, na minha visão, era um problema de velocidade de reinício das obras, deixo claro, aqui, que seria importante a retomada da obra, ao mesmo tempo, evitando novos ônus de licitação.

Ao ser entregue essa sugestão de minuta, procurei o secretário - não me lembro com exatidão se procurei, ou fui procurado - em que S.Sa. já havia trabalhado o documento e também me transmitiu, naquele momento, que o Governador não estava a par do assunto. Confirmei que havia conversado e que só havia procurado o secretário em função da autorização e do caminho que me dera o Governador. E pedi que ele procurasse o Governador para um esclarecimento para podermos dar prosseguimento, até porque, não tinha nenhum contato com o Governo Federal, definindo garantias de recursos. Tinha uma audiência com o Sr. Perutti, no DNER. Entendendo que estávamos na proximidade da apresentação por parte do Poder Executivo, dos valores determinados pela proposta de governo para verbas no Paraná, havia da minha parte interesse em ter uma audiência com ele, no sentido de cobrar recursos, não somente para essa estrada, mas também para outros trechos que considero decisivos e de grande importância do Paraná. Que eu poderia, depois que ele falasse com o Governador, caso houvesse uma vontade política do Governo do Estado em rescindir o contrato, em realmente devolver o convênio de delegação ao Governo Federal, eu poderia, até mesmo, ensejar um início de uma interlocução com o Governo Federal na audiência que eu teria. Coloquei-me à disposição para trazer o convênio autorizado pelo Governo, na tentativa de aproximar a solução, que venho lutando, há tanto tempo, e que entendi, ultimamente, que a refederalização seria a forma mais justa e econômica para o nosso Estado.

Como o secretário comunicou-me, numa segunda ligação, que havia contactado com o Governo Federal, e que esse desconhecia o interesse de refederalizar, de aceitar a rescisão, ele não sabia, realmente, que passo tomar. Foi assim que S.Sa. se referiu ao telefone. Disse que, realmente, era uma questão de Estado e que, em momento algum, acreditava que num contato com o 2º escalão do Governo seria o suficiente para que o Governo Federal aceitasse a devolução pura e

simplesmente, e sim, através, talvez até de uma intervenção do Governador. Como o secretário ficou imóvel, no sentido de não querer prosseguir o assunto, considerei em lhe transmitir que eu considerava o assunto encerrado. E de forma alguma existiu esse diálogo aqui colocado pelo secretário de que eu estaria falando com pessoas outras - isso nunca existiu. E confirma, realmente, uma preocupação que tive nas últimas quarenta e oito horas, quando o Governador mandou uma equipe aqui a Brasília e se reuniu no hotel onde estavam hospedados, tentando achar uma forma - segundo foi-me informado - de poder achar um erro que eu tivesse cometido, ou, quem sabe, agora está consolidado, a invenção de uma frase como se eu estivesse a serviço de outras pessoas. Isso realmente não existiu, isso é uma mentira. Da mesma forma, é uma mentira do secretário, quando diz que se referiu ao Dr. Perutti em que ele havia ligado para o DNER, perguntando sobre a possibilidade de refederalização, porque, dias após, tive audiência com o secretário, até para saber o que teria acontecido e, ao mesmo tempo, pedir informações a respeito dos pleitos de outras estradas do Paraná, da possibilidade de recursos terem sido ou não alocados, e S.Sa. disse-me

que o Vice-Governador, Secretário de Transportes - e eu estava na presença de testemunhas - transmitiu que o Vice-Governador não perguntou a respeito da possibilidade de rescisão do contrato. Perguntou, sim, sobre os créditos que o Paraná teria no Governo Federal que ele gostaria de saber. O Sr. Perutti disse-me que ele iria fazer um levantamento dos eventuais créditos que o Governo do Paraná tem junto ao Governo Federal por outras obras e que o assunto não havia sido tratado. Como até aquele momento eu não havia conversado com o Sr. Peruce a respeito do assunto, como não tinha falado com o Amorim, tampouco com o Sr. João Santana a respeito da possibilidade de refederalização, ou seja, não havia falado com ninguém do Governo Federal, perguntei se realmente era válida aquela minha preocupação de que no caso de uma devolução, de uma rescisão do contrato da estrada, haveria ou não a necessidade do pagamento dos 30%, porque eu estava vendo o assunto com interesse, mas não estava realmente me aprofundando ponto absoluto. Não era questão de minha vida a refederalização, e sim, e uma sugestão. E ele confirmou. Portanto, contrário ao depoimento do secretário, em que diz que sendo a obra antiga, do período do Governo José Sarney, ela não seria vulto ou causa do pagamento dos 30%. Ele confirmou que teria que pagar sim. Procurei, então, o Secretário do Departamento Nacional dos Transportes, o Sr. Amorim. Naquele mesmo momento, o Sr. Perutti confirmou-me que a estrada não tinha recursos alocados o que confirmava a minha preocupação de que mais um ano a Rodovia da morte Curitiba-Joiville continuaria ceifando vidas. Procurei então o Secretário nacional de Transportes Henrique Amorim e ele não se encontrava. Falei com o seu chefe de gabinete, que confirmou que o pensamento eo entendimento do Governo Federal a respeito da necessidade do pagamento da contrapartida. Diante dessa resposta, fiquei convicto de que a minha proposta e a minha preocupação era correta. Porém, em momento algum, houve esse tipo de diálogo colocado aqui no final da entrevista do Secretário em que estaria me referindo ou apresentando situações a terceiros, ou a qualquer pessoa.

Quanto a essa questão do nome, da Secretária de Estado de Negócios dos Transportes, honestamente, pensava que esse seria o nome da referida secretaria. Da mesma forma, seria a mesma forma de entender que o Roberto Requião não é Roberto Requião, e sim Roberto

Mello e Silva que é o complemento do seu nome. Não houve nisso aqui fato impreponderante, importante; foi fruto puramente da minha memória, da minha colocação. Não há nenhum fato de fantasma, ou de qualquer situação a respeito dessa colocação. Acreditava, até ser alegado aqui mesmo nessa reunião que o nome da secretaria seria esse, por entender que se tratava de uma secretaria antiga que, mesmo durante os períodos de reforma administrativa, nunca teria perdido o seu nome original. Logo, esse o esclarecimento que eu quero fazer e que, volto a ratificar, que a minha proposta foi honesta, foi uma proposta clara, uma preocupação, e que eu continuo confirmando e o futuro vai dizer, se essa estrada, um dia, poderá ser feita, da forma como se encontra conveniada. Porque enquanto o governo do Paraná ficar declarando, como declarou aqui, que é um estado que não deve, um estado que não tem dívidas, um estado que está numa situação privilegiada, graças a todos os governantes que tivemos até hoje, enquanto nós ficarmos numa forma simples, explicando, bancando o rico, nós não teremos a contemplação de recursos. E é exatamente esta a preocupação que eu tenho, como paranaense e como político paranaense, eu acho que está na hora de nós assumirmos uma postura de sabermos reivindicar do governo federal, e não ficarmos aqui, como hoje presenciei e identifiquei e, talvez até, o próprio governador tenha sido induzido ao erro pelo próprio Secretário. Da mesma forma que eu lamento que o governador, tendo colocado à frente o meu nome, em uma denúncia, tenha, hoje, pedido e apelado para o pronunciamento do Secretário, uma vez que ele assumiu a responsabilidade da denúncia e hoje se negou a fazer a complementação da explicação, pedindo a intervenção do Secretário, como se a sua memória e o seu entendimento não tivessem sido absolutos sobre o assunto, até agora. Ratifico que o envolvimento do meu nome é político. Entendo - e as minhas desconfianças vão se confirmando - que, no momento em que mudei de Partido, no momento em que passei a ter uma postura política definida dentro do partido que eu assumi, a possibilidade de eu ser um futuro concorrente contra ele mesmo, eventualmente, ao Senado, em 94, tenha sido a causa, pois tradicionalmente, a prática do governador tem sido de abalroar seus candidatos, seus concorrentes. Creio que trata-se de uma trama política, combinada, à noite, em algum hotel, aqui, de Brasília, no sentido de tentar criar um fato novo, que é absolutamente improcedente.

O SR. JONI VARISCO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Joni Varisco.

O SR. JONI VARISCO - Sr. Presidente, o pronunciamento do Sr. Governador foi feito sob juramento. E S.Exa. não poderia mentir, com relação à atual situação do Paraná. S.Exa. fala que o Paraná está bem, sob juramento tem que falar.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - O Deputado Max Rosenmann vai falar, sob juramento, na próxima quinta-feira.

Agora, nós vamos concluir nossas requisições com a palavra do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Ministro, primeiramente, Sr. Presidente, Senador Jutahy Magalhães, Governador Roberto Requião, infelizmente não pude assistir ...

(Apartes paralelos)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães. Fazendo soar a campainha) - Por favor, Deputado Max Rosenmann.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Não foi possível, desde o início, ouvir todo o depoimento, e especialmente o do Governador Roberto Requião, mas acredito haver uma pergunta, diante do debate havido e das informações dadas, que seria importante para esclarecimento.

Se o Governo Federal não tinha interesse na obra, quando arcaava com 70% dos recursos, então que fato novo teria ocorrido para que o Governo Federal tivesse interesse, quando teria que arcar com 100% dos recursos da obra? É uma primeira indagação.

V. Exa. gostaria que eu formulasse tudo, antes?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - É exatamente a questão que eu me coloquei, no momento em que o Secretário dos Transportes e Vice-Governador me colocou a essência da proposta. Foi esse tipo de análise e observação que me levou a telefonar, imediatamente, para o Embaixador Marcos Coimbra.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Eu gostaria de cumprimentá-lo Governador Roberto Requião, por sua vontade e determinação de procurar fazer com que os recursos públicos sejam administrados de forma transparente e corretamente. No que diz respeito à proposição que fiz sobre o cadastramento de todas as obras públicas, acho que é muito pertinente. Quando Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, um dos artigos que foram colocados na lei orgânica do Município de São Paulo, refere-se, justamente, à necessidade de se publicar, uma vez ao mês, no Diário Oficial do município, o custo de todas as compras e de todos os serviços contratados, para que haja maior transparência do custo dos serviços. É isto, tipicamente, poderia ser feito até mesmo sem projeto de lei, mas como norma administrativa, por exemplo, de um governo que seja estadual, ou federal, e estaria, obviamente, contribuindo para essa transparência. Aliás, está tramitando um projeto de resolução de minha autoria, nesse sentido, para que o Senado, dando o exemplo, faça isso, ao lado de outras medidas, visando maior transparência administrativa.

Mas, eu gostaria de formular uma questão relativamente à sua visão sobre fatos que ocorrem no País, relativos à administração de recursos públicos, que são objeto dessa CPI, no seu sentido mais amplo. Por exemplo, hoje, no jornal "O Estado de São Paulo" a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello faz uma declaração, respondendo à repórter, que organizou um chamado Instituto Brasil. Uma instituição sem fins lucrativos. Instituição esta que, segundo suas palavras, realizará contratos de prestação de serviços junto a empresas privadas e junto a empresas estatais. Junto a empresas estatais, como a Eletrobrás e outras - diz ela - fará contratos sem licitação. Porque como é empresa sem fins lucrativos, poderá cobrar serviços, contratar, junto ao governo, sem licitação. Até vou examinar com detalhes a lei sobre licitação. Porque estranho muito esse fato mas, se isso ocorrer, como ela está ali expressando que vai ocorrer, a repórter diz a ela até que "então, a senhora me disse que três empresas estatais, dentre as quais a Eletrobrás já prometeram firmar contratos" Ela respondeu: "não, ainda não fechados completamente, mas estão para ser fechados". Se isto ocorrer, não será procedimento que contraria qualquer norma do que seria a administração séria de recursos públicos? Eu formulo esta per-

gunta que é de uma natureza não tão específica quanto o motivo pelo qual V. Exa. está aqui presente, mas como um governador de estado, hoje, que está preocupado com a questão da ética e da honestidade no trato da coisa pública. É por isso que pergunto a sua opinião e análi-se sobre um fato como esse.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Acho que o fato descrito é de uma imoralidade absoluta. Porque, não tendo a entidade fins lucrativos, ela pode superdimensionar os custos operacionais e os salários internos. E se beneficiar de influência política para prestação de serviços sem licitação. É rigorosamente inaceitável a hipótese. Porque é a consagração do compadrio e da influência política na prestação de serviços.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Concorde totalmente com V. Exa. e, Sr. Presidente Jutahy Magalhães, este fato, revelado hoje pela própria ex-ministra ao jornal "O Estado de São Paulo" acredito que seja de tal gravidade relevância que eu já havia, e está tramitando um requerimento de convite à ex-ministra Zélia, na Comissão Mista de Orçamento, sobre assuntos correlatos que ela mencionou na sua entrevista hoje, sobre a administração e coordenação da administração dos fundos de providência fechados, que, em verdade, constituem um instrumento peculiar de política econômica que existe neste País. E o Deputado Aloizio Mercadante, à vista dos fatos relacionados à entrevista ao "Estado de São Paulo", resolveu acrescentar ao requerimento para que ela compareça à Comissão Mista do Orçamento, para, também, esclarecer todos os fatos. Então, não fosse já este encaminhamento na Comissão Mista do Orçamento, onde Câmara e Senado estão presentes, eu quase que também sugeriria o convite para que ela aqui viesse. Mas não o farei porque acredito que a finalidade estará sendo cumprida naquela Comissão Mista. Estou de pleno acordo com a opinião dada pelo Governador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - O Senador Supply foi o último inscrito, e nós, agora, deveremos encerrar o depoimento do Governador Roberto Requião, agradecendo a sua presença, atendendo ao convite da Comissão, manifestando até uma certa satisfação pelo que foi dito aqui, nesta reunião, em todas as intervenções. Antes de encerrar, comunico aos Srs. Parlamentares que na próxima semana, na quinta-feira, ouviremos aqui, às 10 horas, o Deputado Max Rosenmann, e às 11 horas, poderemos convocar o Sr. Antônio Garcia. Gostaríamos também de ouvir o Dr. José Alberto Pereira Ribeiro. V.Exas. concordam com essa convocação para a próxima quinta-feira?

O Dr. José Alberto Pereira Ribeiro foi citado aqui pelo Governador Roberto Requião como uma pessoa que tem uma relação de cruzamento de informações a respeito de verbas orçamentárias de empresas que executam obras.

O SR. MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, eu gostaria de transmitir que, por ocasião de uma audiência coletiva que dei em Curitiba, em que procurei esclarecer o assunto, nesse mesmo dia, por determinação do Governador Roberto Requião, o Secretário de Transportes, que fez esse depoimento, que acabamos de ouvir, telefonou e se dirigiu aos jornalistas isentando-me de qualquer ato de imoralidade ou ilícito. Portanto, estranhou-me muito hoje a colocação aqui feita.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V. Exa. prestará depoimento na próxima quinta-feira.

MÁ um assunto para o qual, antes de conceder a palavra ao Governador Roberto Requião, eu queria pedir à Comissão para que assumissemos também uma responsabilidade.

O Senador Eduardo Supply está pleiteando, interferência da Mesa para que tenhamos direito a receber as informações a respeito de despesas públicas. Essas informações deveriam ser bem claras, objetivas e abertas, para que nós, do Senado, que temos obrigação de acompanhar a aplicação do orçamento, pudéssemos fazer essa verificação. Mas o Governo, não sei por que razão, resolveu proibir o acesso aos Senadores. Entendo que nós, da Comissão, deveríamos insistir, junto ao Presidente do Senado, para, em nome dos trabalhos desta Comissão, pedirmos a interferência séria do Presidente, para que o Governo voltasse a nos prestar essas informações, por se tratar de um assunto da maior importância para os trabalhos da Comissão e de cada um de nós, Senadores.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, quero agradecer essa atitude. Seria importante até que a Comissão lembrasse ao Presidente, Mauro Benevides que já perfazem agora oito dias desde que S.Exa. conversou com o Ministro Marcílio Marques Moreira, pedindo o restabelecimento desse acesso até hoje não atendido.

Pretendo mostrar ao Governo que de nada adiantará não permitir o acesso, porque, ainda hoje, estarei entrando com um requerimento de informações, pedindo o detalhamento de diversas despesas de organismos públicos, de 15 de março até 30 de setembro, o que acarretará um extraordinário trabalho burocrático ao Governo, quando essas mesmas informações poderiam ser prestadas de pronto, através do SIAF. O Governo vai ter que gastar muito papel para dar todas as informações se não for ligado ao SIAF. Quer dizer, não vai adiantar a negativa, mas adiantará muito a possibilidade de, prontamente concederem o acesso a todos os Senadores e, portanto, ao Senado Federal.

Agradeço o apoio de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Para finalizar, com a palavra o Governador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, espero ter dado a minha contribuição a esta CPI, como Governador do Paraná e como cidadão. Ressalto as três propostas que deixei: cadastro nacional de obras, produtos e serviços; o cadastro, no âmbito do Poder Legislativo, de emendas feitas pelos Srs. Deputados; e uma proposta de modificação do Decreto nº 2.300, através da análise de um decreto que formulamos para o Paraná.

Porém, mais do que qualquer coisa, Sr. Presidente, desejo que esta Comissão acabe por expor os ~~deuses exmachuina~~, que controlam o teatro da Administração Pública brasileira. ~~Deus Exmachuina~~ é uma figura do teatro grego. São as pessoas que, atrás do palco, manejam os bordões. E eu espero, sinceramente, Presidente, que esta Comissão identifique, com clareza, onde fica o céu e onde caminham, e quem são os deuses que administram esse paraíso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Ata da 11a. Reunião, realizada em 19 de setembro de 1991.

Nos dezanove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães (Vice-Presidente), Elcio Alvares (Relator), Garibaldi Alves Filho, Affonso Camargo, Nabor Júnior, Magno Bacelar e Eduardo Suplicy, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". Havendo número regimental, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião convidando o Exmo. Senhor Max Rosenmann, Deputado Federal pelo Estado do Paraná, para prestar o juramento e iniciar o depoimento. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Max Rosenmann que agradece a oportunidade de esclarecer os fatos que levaram às denúncias do Senhor Governador Roberto Requião. Fez um breve relato de sua luta para a duplicação da rodovia BR-376, trecho Curitiba/Joinville, apresentando à Comissão dados estatísticos de acidentes ocorridos na rodovia. Comentou também, sobre o depoimento do Senhor Governador Requião e os esclarecimentos do Senhor Vice-Governador, Mário Pereira. Antes de iniciar a fase interrogatória, o Senhor Presidente apresentou aos Senadores membros um ofício do Senhor Antonio Celso Garcia, justificando a ausência, uma vez que seria o outro depoente na pauta. O Senhor Presidente apresentou ainda, uma sugestão do Senhor Senador Eduardo Suplicy, no sentido de se ouvir o Senhor Antonio de Castro Paixão, Diretor da Módulo Engenharia Ltda, em virtude da ausência do segundo depoente. A seguir o Senhor Presidente submete à discussão a sugestão do Senhor Senador, concedendo a palavra aos Senhores Senadores Nabor Júnior e Affonso Camargo. Prosseguindo, usa da palavra na fase interrogatória os Senhores Senadores Affonso Camargo, Magno Bacelar e Nabor Júnior. O Senhor Senador Eduardo Suplicy usa da palavra para enfatizar a necessidade da Comissão ouvir o Senhor Antonio Paixão. Antes de conceder a palavra ao Senhor Antonio Paixão, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Deputado Max Rosenmann, e solicita que o Senhor Antonio de Castro Paixão preste esclarecimentos sob juramento. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores Elcio Alvares, Eduardo Suplicy e Nabor Júnior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 11a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR MAX ROSENMAN, DEPUTADO FEDERAL PELO ESTADO DO PARANÁ, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR

Relator : Senador ÉLCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA

CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 19/09/91

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Convido o Deputado Max Rosenmann para tomar assento à mesa. Vamos dar início à nossa reunião de hoje. Peço aos Srs. que se levantem, pois o Deputado Max Rosenmann vai prestar juramento.

O SR. MAX ROSENMAN - Juro, por dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a

cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, o Deputado Max Rosenmann foi convidado a participar desta reunião como depoente, para dar a sua versão dos fatos apontados aqui pelo Governador Roberto Requião. Na última reunião já teve oportunidade de se manifestar através de debate com o próprio Governador, e no momento, se desejar fazer alguma declaração anterior às indagações dos Srs. Senadores. Concedo a palavra ao Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, Senador Jutahy Magalhães, Sr. Senador Elcio Alvares, ilustre Relator, demais Senadores aqui presentes, ilustres parlamentares, quero antes de mais nada, Senador Jutahy Magalhães, agradecer esta oportunidade que a CPI nos deu de vir aqui a esta Casa, para fazer esclarecimentos. Se eu não tivesse sido convidado, não teria esta oportunidade tão extraordinária para o esclarecimento do episódio ao qual meu nome foi envolvido.

Muito obrigado aos Membros desta Comissão.

Eu gostaria de, rapidamente, fazer algum relatório e a entrega de alguns documentos, para, em seguida, me colocar inteiramente à disposição desta CPI para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sras. e Senhores, quero iniciar meu depoimento lembrando as palavras do próprio Governador Roberto Requião, na CPI, no dia 12 de setembro de 1991. As palavras do Governador, eu gostaria de entregar em forma de documento que foi aqui apresentado.

O Deputado Max Rosenmann é um velho conhecido meu. É meu amigo de infância, quando fui Prefeito de Curitiba, foi um dos Deputados que mais me ajudou na Prefeitura, junto ao Governo Federal. O que tenho do Deputado é um juízo de bons antecedentes, e este atestado não nego ao Deputado Max Rosenmann.

Realmente não havia como negar esse atestado, pois sempre me preocupei em trabalhar para ajudar não apenas as Prefeituras, como ao Estado do Paraná como um todo, independente de quem estivesse ou esteja no poder. Além disso, quero lembrar que depois de uma década de trabalho e uma convivência de quase toda vida, somente se estivesse fora de meu juízo perfeito, teria uma postura ilícita defendendo interesses de terceiros, como sugerem as denúncias do Governador em detrimento de minha própria imagem.

É a transparência e a postura política que mantive durante toda a minha vida, que me fazem chegar tranqüilamente a esta Comissão para esclarecer a verdadeira versão dos fatos que envolveram o meu nome. Antes de mais nada, quero esclarecer os motivos pelos quais luto tanto pela concretização do projeto de duplicação da BR-376, trecho Curitiba-Joinville, batizada pelo usuários de "corredor da norte".

De acordo com os levantamentos realizados pela Polícia Federal, em 1990, foram registrados 707 acidentes com 429 feridos e 19 mortos, envolvendo 1.241 veículos. Em 1991, somente até o mês de junho, ocorreram 363 acidentes, envolvendo 654 veículos, cau-

sando ferimento em 135 pessoas e 22 mortes. Só no mês de julho passado, foram registrados 51 acidentes, envolvendo 90 veículos, 20 feridos e uma morte. Eu gostaria de entregar o documento.

Esses dados estatísticos, por si só justificariam a necessidade da retomada imediata das obras, mas existe ainda o aspecto do dinheiro perdido, ou seja, tudo aquilo que foi feito até agora está sofrendo estragos, prejudicados pela erosão, além da deteriorização de equipamentos. No momento de crise em que vive o país, nada mais do que nunca não se justifica o desperdício de dinheiro público.

Uma prova de que minha participação em favor da duplicação dessa rodovia antecede ao Governo Roberto Requião, cito propostas de emendas orçamentárias que fiz no ano de 1989 e 1990.

Estas foram as emendas que apresentei pedindo recursos para essa estrada em 1989 e 1990, Sr. Presidente.

Bem, como gestões feitas este ano, junto ao Governo Collor, através do Ministro da Infra-estrutura e do Secretário Nacional de Transportes, para que alocassem recursos para a obra no orçamento de 1991. Inclusive, essas entrevistas, Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, se realizaram no dia 7 de agosto e no dia 13 de agosto, que antecederam, sendo que ao Ministro João Santana ainda levei um abaixo-assinado de Deputados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pedindo para que, na proposta orçamentária do Governo constassem recursos que, infelizmente, não constaram.

Além disso, é importante lembrar que durante três anos o meu gabinete parlamentar aqui em Brasília foi utilizado como central de apoio ao Governo do Estado do Paraná, através do Engenheiro Teodoro - que é aquele Senhor que ali se encontra - que durante três anos utilizou o meu gabinete como ponto de apoio para fazer o trabalho rodoviário de ajuda política aqui em Brasília, e cujas prioridades eram sempre determinadas pelo próprio Governo do Estado.

Cabe lembrar ainda este ano, o próprio Secretário de Transportes do atual Governo, Mário Pereira, bem como o Secretário de Planejamento, Arthur Passos, enviaram pleitos que eu acompanhasse em Brasília as autoridades federais, no que diz respeito a BR-376 e outras rodovias. O que demonstra que sempre houve um estreito trabalho de relacionamento entre o meu gabinete parlamentar e o Governo do Estado do Paraná em busca de soluções.

Exatamente porque tenho essa tradição de colaboração, quero registrar que não sou voz isolada nessa luta, trata-se de um movimento que conta com a participação de políticos, de lideranças empresárias, motoristas de cargas, demais usuários da rodovia conhecida como "corredor da morte".

Minha proposta de refederalizar a obra, para que a mesma pudesse ser agilizada em sua conclusão. Não tem nada de estranho. É um pleito tão lícito e válido que o Senador Elcio Alves, nesta mesma CPI afirmou que apresentaria pleito semelhante ao Governador. Esta é a cópia da última reunião da CPI da qual há esse depoimento. O que demonstra que minha ação faz parte da obrigação de todo parlamentar que, eleito pelo povo, procura soluções para problemas graves de seu Estado, ou seja, um ato lícito que demonstra vontade política positiva, e do que muito me orgulho.

Quero aproveitar este meu depoimento para informar a todos os Senadores e Parlamentares presentes sobre um assunto que me foi trazido ao conhecimento pelo Sr. José Henrique Amorim Figueiredo, Secretário Nacional de Transportes, que nos transmitiu que dos 170 mil quilômetros de estradas federais existentes no país, apenas 70 mil, aproximadamente, serão objeto de interesse da manutenção ou construção. O restante, 100 mil quilômetros, é desejo do Governo Federal, devolvê-los a Estados e até mesmo a Municípios. Enquanto essa transferência não se concretiza, ficarão abandonados sem qualquer ação governamental. Esse fato é muito grave e merece a atenção de todos os parlamentares desta Casa.

Vamos ao relato dos acontecimentos: na manhã do dia 14 de agosto, atendi em meu gabinete, um telefonema do Governador Roberto Requião, que desejava cumprimentar-me pela mudança de partido. Nesse ensejo, sugeri-lhe gestonar junto ao Governo Federal, para que este reassumisse a responsabilidade total pela duplicação da BR-376, entre Curitiba-Joinville, no trecho São José dos Pinhais-Oarua, nacionalmente conhecida como "corredor da morte".

Com as obras paralisadas há cerca de 3 anos, por não estar sendo cumprido o convênio de delegação entre o Estado do Paraná e a União por insuficiência de recursos e que continuará paralisada por não terem sido alocados recursos no orçamento para 1992.

Argumentei, na oportunidade, que a refederalização seria benéfica ao Paraná, nos termos do Decreto nº 20, de 1º de fevereiro deste ano, que exige a contrapartida mínima de 30% para que haja repasse de recursos do Governo Federal para obras conveniadas nos Estados e Municípios. Está aqui a cópia do decreto que determina essa participação mínima de 30%.

Salientei que não seria justo o Paraná gastar cerca de 20 milhões de dólares numa estrada federal que consumirá aproximadamente 70 milhões de dólares, beneficiando outros Estados do sul, que não teriam a obrigatoriedade da contrapartida.

Deixei claro que, assumida a decisão política da devolução da responsabilidade da execução da obra para a União, eu me colocaria à disposição para gestonar, junto às Bancadas da Região Sul, a obtenção de dotações orçamentárias necessárias, bem como para colaborar com o Governo do Paraná nas gestões junto ao Governo Federal, o que, aliás, eu já vinha fazendo com muita disposição.

Disse-me o Governador que a idéia era boa e autorizou-me a entrar em contato com o Secretário de Transportes, Mário Pereira, o que fiz telefonicamente. O mesmo comunicou-me que estava viajando para o interior e recomendou-me que falasse diretamente com um dos diretores do DER, a quem deveria transmitir as informações.

Entreí em contato com um dos diretores do DER e dele recebi dados e pedidos para elaborar um esboço da sugestão, que seria entregue ao Secretário, na sua volta do interior.

Preparado o esboço, em forma de minuta que versava exclusivamente sobre a transferência da obra, respeitando os contratos anteriormente firmados, evitando novas licitações para acelerar a retomada da obra, adverti que a negociação necessitaria da participação direta do Governador junto ao Presidente da República ou ao Ministro da Infra-Estrutura, considerada a provável dificuldade de aceitação da proposta. Portanto, ficou nítido que nunca falei em nome do Governo Federal representando seu interesse nesta refederalização. No texto do do-

cumento que foi aqui entregue, na minuta que entreguei à Secretaria é bem nítida essa linha de raciocínio da transferência da obra interinamente, sem a necessidade de nova licitação. Aliás, quero ressaltar que a minha sugestão, transformada em minuta a pedido do DER, só ocorreu porque todos sabemos que, para rescindir ou firmar qualquer contrato, é necessário haver acordo ou desacordo, manifestos por uma das partes. Neste momento, eu estava procurando reafirmar a posição do Paraná quanto ao interesse de devolver as obras de duplicação para o Governo Federal.

Retornando a Curitiba, o Secretário Mário Pereira, sem o conhecimento necessário, contactou com o Secretário Nacional dos Transportes, Henrique Amorim Figueiredo, que se manifestou contrário à devolução da obra. Ora, em nenhum momento afirmei que o Governo Federal estava disposto a pedir que a obra fosse devolvida, como disse aqui o Secretário Mário Pereira em seu depoimento, nesta CPI. O que estava fazendo era apenas uma sugestão para que, se houvesse interesse do Paraná, o assunto fosse levado adiante pelos canais competentes, o que, com certeza, não seria a nível de segundo escalão. Aliás, foi o que eu disse ao Secretário Mário Pereira, quando ele me cientificou da recusa federal da proposta. Eu disse que tinha feito apenas uma sugestão e que dava por encerrada a minha participação, mas que continuava, como sempre, à disposição do Governo do Estado na luta visando obter recursos, no período de aprovação orçamentária para o ano de 1992, que iniciaria no mês de setembro deste ano, uma vez que, em audiência com o Diretor-Geral do DNER, Dr. Ferruti tomei conhecimento de que não existiam recursos alocados para a referida estrada na proposta orçamentária sugerida pelo Governo, pela União para 1992, enviada ao Congresso Nacional.

Para minha surpresa, no dia 23 de agosto, uma vez que o primeiro telefonema do Governador recebi no dia 14 de agosto, recebi um telefonema de uma jornalista do jornal O Estado de S. Paulo, pedindo esclarecimentos quanto a denúncias do Governador Roberto Requião ao Ministro Marcos Coimbra, envolvendo meu nome.

A partir daí, a imprensa continuou divulgando o fato, com meu nome envolvido no episódio da SANEPAR com a Caixa Econômica Federal. As notícias levantadas inicialmente denunciavam o fato do saneamento e não o da estrada. Em seguida, esse assunto foi esclarecido.

É importante frisar que, a nível nacional, tais notícias só foram veiculadas no jornal O Estado de S. Paulo. Diante da dimensão conferida ao fato, o Governador tentou minorar o impacto de suas declarações anteriores, mas o mal já estava feito.

Convoquei uma entrevista coletiva, em Curitiba, no dia 26 de agosto, segunda-feira, para esclarecer todo o episódio. Quero que os Srs. Senadores prestem atenção: durante essa entrevista, mais precisamente às 16 horas, o Secretário Mário Pereira, que aqui esteve para me acusar, autorizado pelo Governador Roberto Requião, telefonou para a entrevista coletiva e falou com um dos jornalistas presentes, escolhido entre os jornalistas que estavam dispostos a ouvir o Secretário, inocentando-me do episódio. Mas, na ocasião, para minha nova surpresa, o Secretário também afirmou que o Governador Requião discordava da sugestão de refederalização. Mas, isentava-me absolutamente da tentativa de qualquer extorsão; simplesmente ratificava uma posição - agora nova - de ser contrário à refederalização. Isso me causou estranheza, uma

vez que a idéia nunca havia sido repelida. Ao apresentar a sugestão de minuta, o Governo não apenas acatou mas também preocupou-se em melhorá-la. Posteriormente, durante o encontro com sua Bancada de apoio, o Governador Requião voltou a afirmar que eu era inocente nas acusações de intermediação levantadas, respondendo a perguntas feitas pelo Deputado Estadual Chelise(?). Respondeu o Governador: "O Deputado Max Rosenmann nada tem a ver com acusações de intermediação levantadas. Seu nome foi misturado indevidamente."

Nessa notícia os Deputados trataram com o Sr. Roberto Requião questões polêmicas do Estado. O Governador disse ao bloco que não citou, em momento algum, o nome do Deputado Max Rosenmann nas denúncias de intermediação de verbas que levou ao Governo Federal.

No dia 28 de agosto, através do jornal O Estado de S. Paulo, o Governador separou as denúncias de intermediação de verbas para saneamento e a devolução da delegação da execução da obra da BR-376. Imaginem, Srs. Senadores, que fiquei, durante vários dias, sendo acusado como tendo feito uma extorsão ao Governo do Estado num imbróglio de informações. E só depois de vários dias, quando o mal já estava feito, é que ele fez a separação dos assuntos.

A matéria, devo esclarecer, foi publicada posteriormente à coletiva que convoquei, quando ameaçei que iria processá-lo por calúnia e difamação. Mesmo após o esclarecimento do Secretário da minha incêndia, perguntado por um jornalista, deixei muito claro que eu me considerava caluniado, injuriado, e que eu iria processá-lo por aquela denúncia indevida, por ter utilizado meu nome num processo de extorsão.

A reação do Governador é nítida, o que lhe causou aborrecimentos, uma vez que reverteu sua posição. Além de, pela primeira vez, publicamente me inocentar, preocupou-se em reproduzir a entrevista dada no jornal O Estado de S. Paulo em vários jornais do Paraná, inclusive, com matérias pagas, o que demonstra a sua intenção de envolver até mesmo o Tesouro do Estado em suas brigas pessoais, todas matérias pagas pelo Governo do Estado e reproduzidas no Paraná.

Nessa matéria, o Governador confirma que foi através de um telefonema que surgiria a refederalização. Esse telefonema ele havia negado perante esta CPI. V.Exas. devem estar lembrados de que ele alegou, aqui, não estar lembrado do telefonema. Mas ele havia dito em várias entrevistas que havíamos conversado telefonicamente, passando as respostas e explicações ao Secretário Mário Pereira. Essa atitude demonstra que sua memória funciona de acordo com suas conveniências. Aliás, vale lembrar que é tal a dimensão do seu egocentrismo que, ao responder ao censo do IBGE, não soube lembrar a data do nascimento nem a idade dos filhos e da esposa. Isso demonstra que ele só se importa com ele mesmo.

No dia em que foi iniciada a pesquisa do IBGE em todos os Estados, os Governadores foram os primeiros entrevistados até para estimular, e ele não lembrava nem sequer os dados familiares, porque ele só se preocupa com ele.

Diante dos fatos expostos, concluo que existem interesses políticos impulsionando o Governador a ter agido como agiu. Como Deputado Federal, o mais votado do Paraná em 1990, reiteradamente apontado como alternativa para a Prefeitura de Curitiba, em 92, ou para uma vaga no Senado, em 94, pela imprensa do meu Estado, só posso crer que toda essa manipulação obedece à inspiração de caráter eleitoral.

Como não mais pertença ao Partido do Governador, ele aplica a lógica totalitária, segundo a qual quem não é seu aliado incondicional é seu inimigo em potencial. Daí por que minha expressiva liderança política se tornou alvo de sua má fé, na busca de eliminar um possível adversário político. Essa má-fé pode traduzir-se em um jantar, ocorrido poucos dias antes da denúncia, ganhar as páginas dos jornais. O Governador convidou-me para jantar, juntamente com nossas esposas, e o convite foi aceito. Ele próprio passou em nossa casa para nos buscar e, durante o jantar, procurou sempre saber da minha posição em disputa eleitoral. Confirmei minhas pretensões sem qualquer malícia e até pela confiança e amizade que sempre tivemos.

Analisando agora, sob a luz dos fatos posteriores, creio que as indagações ocorridas naquele jantar, assim como as denúncias que se sucederam, fazem parte de uma campanha visando a desestabilização do meu projeto político, justamente quando os jornais do meu Estado identificam essa possibilidade eleitoral do meu nome.

Seu estilo, conforme V.Exas. podem comprovar pelas declarações feitas diante desta CPI, onde diz que conta o caso conforme ouve - uma característica, lembro, dos regimes ditatoriais, onde pessoas são perseguidas e julgadas apenas por ouvir dizer - e essa opção de criar fatos e de agir por ouvir dizer fazem parte da sua personalidade, comportamento esse que se confirma publicamente nas entrevistas com Jô Soares e na TV Cultura, durante esses dias que antecederam a sua vinda a esta Comissão, além de matéria paga, publicada no jornal O Estado de S. Paulo, no último dia 28 de agosto, o qual quero entregar à Mesa, onde são reproduzidas as afirmações feitas nesta CPI sobre denúncias. Ele inclusive lembrou o pernambucano Paulo Cavalcanti: "O caso eu conto, o caso ouvi", quer dizer, ouvir dizer é o suficiente para ele fazer suas denúncias.

Numa matéria paga, publicada no jornal O Estado de S. Paulo, ele se diz admirador de Antônio Gramsci, teórico comunista italiano: "Requião transformou 'A Arte da Guerra' de Sun-Tzu", em seu livro de cabeceira. Tal leitura reforçou-lhe a convicção de que o melhor é precipitar as crises, porque isso ajuda a clarear o horizonte".

Ainda sobre seu estilo e personalidade, foi no Programa Jô Soares, no final do mês de agosto, que o Governador afirmou que cria denúncia através da ironia, cabendo ao denunciado provar a sua inocência. Uma inversão do ônus da prova, técnica que usou em todas as suas campanhas políticas para derrotar eventuais candidatos e adversários.

Isso talvez justifique a minha presença aqui, hoje, diante de V.Exas. porque eu é que fiquei com o ônus da prova. Não me causou nenhuma estranheza o fato de o Governador Roberto Requião, após ter ocupado, de forma notável, os espaços da mídia nacional, ter comparecido, diante desta CPI, sem trazer prova alguma sobre supostas denúncias e irregularidades de corrupção a mim atribuídas, por S.Exa. próprio levantadas, não apenas no Paraná, mas também no Estado de São Paulo.

É muito importante lembrar que S.Exa. perdeu uma excelente oportunidade, nesta Comissão, de ter trazido algo sobre o "Disque Quêrcia", com que tanto se notabilizou nos últimos meses, o que prova que S.Exa. só causou ironia e denúncia, deixando o ônus da prova às outras partes.

Essa técnica, Srs.Senadores, não pára só nas denúncias vazias, verifica-se também no jogo de empurra sobre a origem dos fatos na hora em que são cobradas as provas concretas. Nesse episódio, envolvendo o meu nome, num primeiro momento o Governador teria recebido a sugestão de refederalização durante um telefonema. Até no Paraná, em jornais pagos por S.Exa. o Governador botou: "Alô, Requião, aqui é o Max". Depois negou que houve um telefonema.

Posteriormente, disse que foi seu Secretário que teria tratado do assunto, levando o Secretário Mário Pereira a declarar que nada sabia e quem deveria explicar era o próprio Governador. O próprio Secretário depois, em várias declarações no Paraná, disse que só o Requião podia explicar, que não era com ele. No entanto, aqui nesta Comissão, vimos a situação inversa.

Nesse meio tempo, não faltaram atribuições ao jornal O Estado de S. Paulo como sendo o causador da confusão, desagravos e contradições entre o que denunciou inicialmente e aquilo que pretendeu passar à imprensa.

Inclusive aqui, é importante até eu ler esse trecho que saiu no jornal Indústria e Comércio do Paraná, que é um dos grandes jornais do Estado, que entrevistado, o Governador disse que classificou como absolutamente ridícula a ameaça de Max Rosenmann de processá-lo por calúnia e difamação. "O Estadão, O Estado de S. Paulo é que misturou o Max com problemas da SANEPAR". Justificou afirmando que o Deputado não tem nada a ver com a tentativa de intermediação de 80 milhões de dólares da Caixa Econômica com a SENAPAR. Ele fez um jogo permanente de mistura entre a denúncia feita a outra pessoa e ao meu nome, fazendo com que o eleitorado e o povo do Paraná, principalmente, que foram alvos de todas essas informações, sempre sentissem uma dúvida e pudessem me alocar como um suspeito dos dois assuntos ou do assunto da extorsão.

Na última quinta-feira, diante desta CPI, o Governador voltou a afirmar que era o Secretário de Transportes quem poderia esclarecer o episódio, chegando a sugerir, repetidas vezes, que o mesmo fosse ouvido. Mário Pereira chegou a negar saber qualquer coisa sobre a denúncia. É bom lembrar novamente que foi ele que me ligou, no dia 26 de agosto, me inocentando. E foi ele mesmo que aqui esteve fazendo acusações, o que demonstra o jogo de espurra entre esses dois cidadãos. Chegou a negar qualquer coisa sobre a denúncia, prestou-se a falar nesta CPI, não apenas sobre aquilo que dizia desconhecer, mas como também criando fatos novos. Evocou o testemunho de três políticos paranaenses: Francisco Claudino, Prefeito de Mandrituba; Geraldo Cartário, Deputado Estadual e José Afonso, Deputado Estadual, além de outros servidores do DER sobre os telefonemas que deu ao Governador Requião e ao Secretário Nacional de Transportes. Ele deu a entender, nesta CPI, que essas pessoas testemunharam telefonemas que ele teria feito a mim ou teria recebido da minha pessoa.

Nas três pessoas citadas, conversei com elas, que garantem ter somente presenciado contato havido entre o Secretário Mário Pereira com o Governador, o qual determinou que o Secretário consultasse o Governo Federal, através da Secretaria Nacional dos Transportes, na pessoa de José Henrique Amorim, para saber da possibilidade de aceitação da devolução da delegação da obra da BR - 376. E que ouviram de Mário Pereira, ao final do telefonema, que o Governo Federal

se negara e aceitar a proposta e que ele, Mário Pereira, se declarava surpreso.

Essas testemunhas garantem que nunca ouviram o telefonema de Mário Pereira, que citou nesta CPI, em que ele deu a entender que teria feito ligações comigo, onde ele fez afirmativas mentirosas, que eu até naquele momento, aproveitei para desmascarar a mentira. Teriam sido feitas e recebidas deste Parlamentar, o que mostra claramente tratar-se de uma invenção, de uma armação, tentando atingir-me politicamente, para favorecer projetos políticos pessoais ou de terceiros do interesse do Governador Roberto Requião.

Aqui os depoimentos que identificam esse quadro.

Não passam de acusações irreais, levianas e infundadas. Essas armações, voltando ao aspecto do estilo, de personalidade do Governador Requião, não são de nenhuma novidade para quem o conhece. São tão usadas que até fizeram escola. Durante o período em que Requião ocupava o cargo de Deputado Estadual, juntamente com o atual Secretário Mário Pereira, a dupla ficou conhecida em todo o Paraná por realizar armações ilimitadas. Em vez de projetos, tanto Requião quanto Mário Pereira, preocuparam-se em ocupar o tempo, fazendo trotes. Aliás, os nossos Governadores têm uma grande capacidade de imitação de vozes, e ele utiliza isso para as suas brincadeiras; imitando vozes, fazendo convocações de sem-terra para falsas reuniões, marcavam audiências falsas e tiveram a brilhante idéia de criar diplomas pejorativos para a distribuição entre os colegas. Esses fatos demonstram que essa dupla tem muita afinidade no que diz respeito a brincadeiras e mentiras. Creio que seja em função dessa conduta que o estilo irônico do Governador que o Paraná perde o espaço na política nacional. Não sendo ouvido, por exemplo, nas discussões da proposta de entendimento nacional e também sendo discriminado na distribuição de recursos orçamentários para obras importantes nas áreas de rodovias, saúde, saneamento e habitação. Em função dessa discriminação, que vou mais longe, na verdade, quando levantou as denúncias, o Governador Requião, que visava não apenas me atingir politicamente, acredito que era apenas uma espécie de instrumento necessário para seus objetivos maiores. Seu interesse, acreditem, senhores, era pressionar, chantagear mesmo o Governo Federal na liberação de recursos.

Por isso que no começo S.Exa. chegou a dizer que iria montar um "Disque Collor" e, depois, para amenizar falou em "Disque PC". Em todas as notícias, quando iniciaram as informações desse episódio, sempre se falava em "Disque Collor", depois é que amenizou, talvez por interesse de relacionamento do Governo Federal. No seu depoimento nesta CPI, em vários momentos S.Exa. afirmou que sua preocupação era com a postura do Governo Federal.

O Governo Federal está em guerra com o Paraná, repetiu S.Exa várias vezes. Em nenhum outro momento chegou a dizer - aqui tenho o documento nº 25, onde identifica justamente essa questão da mudança de "Disque Collor" para "Disque PC" -, questionado pelo Relator, o Senador Elcio Alves, sobre a irrisignação se era em razão do comportamento do Governo Federal e não o de examinar o mérito ou o juízo da minha proposição.

O Governador foi enfático: "Não tenha V.Sª a menor sombra de dúvida". Foi exatamente isso, o que identifica que S.Exa.,

envolvido emocionalmente, num desequilibrado, resolveu fazer uma guerra contra a minha pessoa no momento em que S.Exa se sentiu psicologicamente dentro da sua personalidade prejudicado pelo Governo Federal.

Em que pese o Governador ter dito nesta CPI que o Estado está com as finanças saneadas, praticamente sem dívida externa, o Paraná real exige muito mais esforço por parte dos seus representantes no Congresso Nacional que recebem pleitos de toda a natureza, necessitando de recursos federais para sua realização e depende da gestão e empenho de cada Parlamentar para os resultados serem obtidos.

O envolvimento do mau nome num caso que teve início absolutamente natural e normal na vida de qualquer Parlamentar, acabou aparecendo como irregular, muitos dos meus companheiros estão apreensivos e até inseguros em apresentar qualquer sugestão o pleito ao Governo Federal. Na última reunião que aqui estivemos, o Deputado Maíley Margon fez uma declaração onde caracteriza exatamente essa preocupação de apresentar pleitos e ser atingido.

Não uma sugestão encaminhada pelo que entendemos como postura normal, parlamentar, que seja usada de forma distorcida como arma de destruição e desmoralização política, como aconteceu nessa meu episódio.

A par disso, quero lembrar que a situação econômica do meu Estado não é exatamente o paraíso que o Governador tentou mostrar diante desta CPI. Aqui, onde S.Exa faz as declarações de que o Paraná estava numa situação de paraíso. Gostaríamos muito que isso fosse verdade, porque assim, e aí fica a minha sugestão porque o Estado poderia assumir a construção da duplicação da BR 376 com recursos próprios, evitando, desse modo, que ela continue ceifando vida de milhares de pessoas e não interessa quem faça o trabalho, mas que ele seja realizado o mais rápido possível.

Entretanto, temos dados, cuja fonte é a Secretaria da Fazenda Nacional, utilizados em reportagem no Jornal do Brasil, demonstrando que o Paraná é o sexto maior devedor da Federação, que passo à mesa essas informações. Com a dívida de dois bilhões e trinta e quatro milhões de dólares contra uma receita anual de um bilhão e novecentos milhões de dólares. O Paraná no primeiro ano dos vinte anos que tem que pagar a dívida, terá que transferir treze por cento de sua arrecadação para o caixa do Tesouro Nacional.

Diz aqui o Jornal do Brasil que o Paraná - revela o documento - não está em situação tão favorável, como divulga o Governador Roberto Requião. E o sexto maior devedor com 2,34 bilhões contra 1,91 bilhão de receita anual e dos primeiros vinte anos para o pagamento da dívida, o Estado terá que transferir treze por cento de sua arrecadação para o caixa do Tesouro.

Entretanto, o documento revela que o Paraná não está em situação favorável, como afirmou o Governador Roberto Requião, sob juramento, perante V.Exa.

É bom lembrar que o Dione Evaristo, durante o depoimento do Sr. Governador nesta CPI, afirmou que V.Exa não poderia mentir sobre a situação atual do Paraná. S.Exa fala que o Paraná está bem sob o juramento tem que falar.

Aqui foi a intervenção do Deputado Dione Evaristo, quando ele confirma as posições do Governador.

É justamente por conhecer a verdade da realidade do Paraná, apesar dos acontecimentos recentes, reafirmo minha disposição de continuar trabalhando a seu favor. Faço desde já um apelo as futuras vítimas do Governador Roberto Requião para que não mudem de postura em defesa dos interesses do Estado, mesmo quando forem atingidos, no caso específico da duplicação da BR 376, que continua a defender. Quero esclarecer que a obra é um compromisso que assinalo não apenas como político, mas especialmente como cidadão, preocupados com os perigos que essa estrada oferece.

Para finalizar, quero lembrar os Srs. Parlamentares sobre o depoimento do Sr. Alceni Guerra aqui mesmo nesta Comissão sobre o episódio envolvendo o meu nome. Indagado pelo Senador Gerson Camata, do Espírito Santo, Alceni Guerra afirmou que em nenhum momento do telefonema recebido do Governador ele citou o meu nome como envolvido nas denúncias de suposta corrupção. Continuando, o Ministro Alceni Guerra também explica que no domingo, dia 25 de agosto, jantando com o Governador, S.Ex.^a voltou a fazer referências de que nada se dirigiu a minha pessoa.

E aqui está o depoimento do Ministro Alceni Guerra, onde S.Ex.^a confirmou perante esta CPI que meu nome não estava envolvido e, sim, o outro episódio.

Tais afirmações V.Ex.^a podem comprovar pelo documento que lhe entrego, agora, que é a transcrição literal do depoimento do Ministro Alceni Guerra nesta CPI. Por tudo isso, gostaria que esta Comissão tomasse o cuidado que com o céu de onde caem tantas denúncias levianas, sem provas, e quem são os seus autores e pelo jeito se julgam deuses, administrando um paraíso. E o que tenho a dizer. Coloque-me inteiramente à disposição de V.Ex.^a para explicações que se fizerem necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Srs. Senadores, ouvimos aqui o depoimento do Deputado Max Rosenmann.

Acredito que este é o papel do político. O político, normalmente, é acusado quase sempre; e o político deve sempre dar respostas às acusações. Para aqueles que têm realmente desejo de saber a verdade, possam comparar a acusação e a defesa e fazer o seu julgamento. Eu, pessoalmente, sempre digo que nós, políticos, quando nos defendemos, não estamos querendo atingir aos opositores, porque esses continuarão repetindo as mesmas acusações eternamente, mas pelo menos atingir os homens de bem que desejam fazer um juízo real das acusações e das respostas. Falo isso, porque, lamentavelmente, recebemos um ofício do Sr. Antônio Garcia que não poderia vir hoje a esta reunião, colocando-se à disposição para uma outra data que iremos marcar. O Sr. Antônio Garcia não tinha sido convidado, tinha sido convocado, mas apresentou como escusa pelo fax de que tinha recebido a informação e já estava com compromisso; a outros não através de fax, mas através de telefone que ia a Buenos Aires. Mas marcaremos uma nova reunião, convocando dentro daqueles princípios da CPI que atende também ao Código Penal. Estou também dizendo isto, porque estou recebendo aqui a relação de Senadores que desejam fazer perguntas e, entre elas, está o Senador Eduardo Suplicy que me procurou ontem, dizendo que iria sugerir, hoje, que, se o Sr. Antônio Garcia não viesse, tomássemos aqui o depoimento do Sr. Antônio Paixão. Lembro-me porque S.S.^a assinou aqui, dizendo ao Senador Eduardo Suplicy para arquir o Sr. Antônio Paixão.

Declarei, então, ao Senador Suplicy que colocaria a questão para os Srs. Senadores e se S.Exas. a aprovassem, nós, em continuidade a esta reunião, poderíamos convocar o Sr. Antônio Paixão, já aqui presente, para prestar o seu depoimento.

Assim sendo, se V.Exas. concordarem, logo após a arguição, ouviremos o Sr. Antônio Paixão.

Sei que os Srs. Senadores que fazem a inquirição, muitas vezes, têm outros compromissos e têm que sair. Então, queria chamar a atenção...

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, peço um esclarecimento: O Sr. Antônio Paixão iria depor nesse episódio relacionado com o Sr. Antônio Garcia?

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Não! São outros assuntos referentes a obras públicas. Segundo o Senador Eduardo Suplicy, referem-se à denúncia sobre editais. Não conheço o problema em si, mas trata-se de editais e de certo direcionamento dos itens que são colocadas para concorrência.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, entendo que a audiência com esse senhor deveria ser processada em outra reunião, pois a Comissão foi convocada hoje para ouvir o depoimento do Deputado Max Rosenmann e do Sr. Antônio Garcia que, infelizmente, não veio. Poderíamos marcar uma outra ocasião para que o Sr. Antônio Paixão pudesse trazer alguns subsídios à consideração desta Comissão.

Esta é a minha opinião a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, também penso assim e quem sabe, até para aproveitar a presença do Sr. Antônio Paixão, S.Sa. poderia fazer um contato, após o término do depoimento, com o Presidente e com o Relator, dando primeiras informações, até para ser julgada a conveniência de ser convocado ou não; então, pediríamos a presença dele se as informações forem convincentes e justificarem sua posterior convocação.

Esta é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Desta forma, deixaremos a audiência do Sr. Antônio Paixão para uma próxima reunião e, conforme sugestão do Senador Affonso Camargo, conversaremos com o Sr. Antônio Paixão ainda hoje para vermos a conveniência de sua convocação imediata.

Concedo a palavra ao Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO - Sr. Presidente, farei uma intervenção muito rápida porque, infelizmente, começamos a reunião atrasada e ainda temos um outra muito importante, com a explanação do Dr. Roberto Macedo, da qual pretendo participar; tenho obrigação de dizer que já tinha um juízo formado com relação a esse problema, por ser Senador do Paraná, de onde o Sr. Roberto Requião é Governador e o Sr. Max Rosenmann é Deputado.

A minha opinião é que, realmente, o Deputado não cometeu nenhum ato ilícito. Creio que S.Exa. apenas atuou dentro dos seus deveres de representante não só do Estado do Paraná, como da região, que é altamente atingida pelo problema gravíssimo dessa rodovia, em nosso Estado.

Sempre fui a favor da descentralização. Quando fui Ministro, conseguimos executar duplicações pela delegação, porque, na época, chegamos à conclusão de que, se houvesse a delegação, a obra sairia. Agora chegamos à conclusão de que a obra não sai pela delegação, mas poderia sair se não houvesse a delegação.

Então considero perfeitamente normal que ele quisesse atuar em favor, dentro do quadro que estabeleceu, assim como a sua conclusão de que a redefederalização poderia viabilizar a obra. Tem lógica esse pensamento. Portanto, entendo que não houve nenhum ato ilícito e todos os atos praticados foram no sentido de seus deveres de representatividade.

Com isso, faço menção à minha opinião com relação a esse episódio Governador Roberto Requião e Deputado Max Rosenmann.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a palavra o Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMAN - Gostaria de agradecer do Senador as palavras mas o mais importante é confirmar que essa linha de raciocínio é tão correta, que no Estado de Santa Catarina, existe a previsão orçamentária. Nesse sentido. Então, o trecho até a divisa com Santa Catarina, em função do convênio, está zerado, e, em função de uma situação diferente, em Santa Catarina estão alocados os recursos necessários à duplicação da mesma estrada.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, também eu não pretendo arguir o Deputado Max Rosenmann, porque já havia formado juízo e julgamento após ouvir o Governador do Paraná, que declarou, perante esta Comissão, que não é juiz, que apenas apresenta os fatos para que sejam apurados e julgados por terceiros.

Creio que seria da maior importância que o Governador fosse menos leviano na busca do sensacionalismo em promoção pessoal e tivesse responsabilidade pelas suas declarações.

O Ministro da Saúde - eu já havia dito isto antes - declarou aqui, que, no telefonema com o Governador, não havia feito referência ao Deputado e que, depois, no jantar, havia minimizado que o Deputado estava cumprindo suas obrigações como Parlamentar.

Sr. Presidente, é muito grave quando se está procurando aqui, nesta Comissão, a busca da verdade, onde, muitas vezes, o trabalho é ingrato, porque muitos vêm aqui e não têm coragem de declarar, chega o Governador e faz declarações sem nenhuma responsabilidade e confunde, porque o depoimento também, no meu entendimento, deve ser, e é feito sob juramento, com muita responsabilidade.

Um Governador, que diz que não se lembra de um telefonema ao Deputado, não está falando a verdade. Diz ele que recebe dez telefonemas por dia, daí não lembrar-se.

Mas, o mais grave nas declarações do Governador, no meu entendimento, é que, além de inocentar o Deputado, perdeu também muito da substância da campanha que também, de certa forma, moveu contra o Sr. Oreste Quêrcia, de quem não sou adepto; mas, pelo andamento das declarações do Governador, é isso que se pode depreender. E o que é mais grave, essa história de dizer eu faço um "Disque-PC", um "Disque-Collor", "Disque-quem-que seja", já não me parece mais uma ameaça. Parece-me uma chantagem leviana e que não se deve tornar uma rotina.

Este País foi vítima das declarações do Presidente Collor quanto à corrupção. Isso eu já disse aqui, uma vez, nesta Comissão; de repente aparece o Governador Antônio Carlos Magalhães, também dono da verdade. Esses são os que buscam o engodo para tornar a enganar a população. Prefiro discordar sempre, quando se diz que o político declara determinadas coisas pela emoção. Quando faço declarações, eu as assumo. De forma que, pensando que o nosso País está precisando muito de responsabilidade, não podemos admitir que irresponsáveis proliferem em nosso País.

Era que eu queria declarar.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMAN - Agradeço simplesmente a oportunidade de estar nesta Comissão ouvindo estas colocações que concluem o que eu já concluí quanto ao comportamento psicótico do nosso Governador.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr. Deputado Max Rosenmann: Diante da exposição feita, nesta manhã, por V.Exa., em nossa Comissão, instruída com farta documentação que encaminhou à Presidência desta Comissão, dou-me por plenamente satisfeito e convencido da sua inocência a respeito da acusação que lhe foi feita, até mesmo pelo depoimento do Governador, na semana passada, onde, em nenhum momento, S.Exa. assumiu, de maneira concreta, essa acusação que a imprensa nacional, principalmente o jornal O ESTADO DE S. PAULO, divulgou durante vários dias.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer. Quero apenas parabenizá-lo pela maneira com que se conduziu perante esta Comissão, fazendo uma exposição bastante concreta e consistente, e apresentando todos os documentos para instruir o relator da Comissão.

O SR. MAX ROSENMAN - Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy - que não estava presente no momento em que tivemos que abordar a questão da convocação ou não do Sr. Antônio Paixão - que gostaria de fazer uma apresentação do problema, para poder ouvir novamente a opinião dos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Peço desculpas por haver-me ausentado, Sr. Presidente, mas foi em razão de ter de apresentar o meu voto na Comissão de Relações Exteriores mas eu solicitaria a compreensão dos Srs. Membros da CPI, que examinam as obras públicas, no sentido de podermos ouvir hoje o depoimento do Sr. Antônio de Castro Paixão, Diretor da Módulo Engenharia e Comércio, empresa que há 23 anos existe, e ele como empresário nesse setor de construção, na medida em que já havia sido convidado pelo Presidente, Senador Ruy Bacelar, uma vez que ele enviou alguns ofícios aos Ministérios da Saúde, da Ação Social e da Justiça, revelando a maneira como, em algumas cidades, da Bahia em especial, mas também na execução e contratação de algumas obras, houve impropriedade na forma, segundo a qual, as licitações foram realizadas. O Senador Ruy Bacelar havia, por sua assessoria, convidado o Sr. Antônio Paixão, inclusive para ficar de sobreaviso numa dessas próximas quinta-feiras, isso foi há algumas semanas.

Na medida em que o Sr. Antônio Paixão esteve em Brasília nesta terça-feira, foi que sugeri ao Presidente Jutahy Magalhães, em exer-

cício desta CPI, que ele pudesse realizar o depoimento nesta semana. O Senador Jutahy Magalhães mencionou que caso não houvesse o segundo depoente hoje, teríamos possivelmente um tempo para isso, e em consideração a isso é que o Sr. Antônio Paixão permaneceu em Brasília para poder prestar alguns esclarecimentos. Então, avalio como ele está pronto para fazê-lo, inclusive entregando documentos para exame da Comissão, do Sr. Relator, acho que seria importante se ele puder prestar este depoimento, obviamente se o Relator, se os Membros da Comissão avaliarem como importante esclarecimentos adicionais, isso poderá acontecer. Acredito que, inclusive, se o Sr. Antônio Paixão, se convidado outra vez, para complementação de esclarecimento, acredito que ele se disporia a fazê-lo.

Se trata de um depoimento voluntário, de um empresário que já encaminhou documentos a esta Comissão, por isso avaliei que seria importante que ele possa prestar esses esclarecimentos. Ainda ontem o Sr. Antônio Paixão conversou com os Senadores Marco Maciel e Ney Maranhão, expondo que hoje seria ouvido na Comissão, inclusive ambos os Líderes de Governo, ao final da tarde de ontem disseram da importância de ele prestar esses esclarecimentos - seria uma contribuição - e que tudo, obviamente, seria apurado com a imparcialidade, como tem se conduzido esta Comissão nesses trabalhos.

Então, Sr. Presidente, avalio que seria oportuno ouvirmos essa exposição, com a compreensão do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Antes de passar a palavra ao Relator, continua o Deputado Max Rosenmann, ainda não encerrou seu depoimento.

O SR. ELCIO ALVARES - Quero voltar ao assunto do Senador Suplicy, mas me parece que todos Senadores já falaram a respeito do depoimento do Deputado Max Rosenmann, e na condição de Relator, se o Sr. Presidente permitir, eu estimaria fazer uma apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Então, V. Exa. falaria sobre essa questão, só para encerrarmos o depoimento.

O SR. ELCIO ALVARES - A Comissão, aqui representada pelos seus Membros mais eminentes, está dando uma demonstração ao Deputado Max Rosenmann de que o juízo, já sedimentado, é inteiramente em seu prol. A parte mais significativa do seu depoimento é que nenhum Senador colheu qualquer tipo de pergunta, porque a sua declaração contida num documento lido, aqui, foi bastante elucidativo em todos os quadrantes da questão levantada pelo Governador Roberto Requião. Talvez seja essa a homenagem maior que o Deputado Max Rosenmann, em defesa da sua honra, da sua dignidade e da sua inocência pode receber do Plenário. Agora iríamos complementar, também. Não faremos na condição de relator nenhuma pergunta ao Deputado Max Rosenmann. Mesmo porque achamos que seu depoimento, hoje, foi até um excesso. Tivemos oportunidade - com o respeito que nos merece o Governador do Paraná, Roberto Requião - de realizar perguntas objetivas, porque evidentemente nesse affair todo que está sendo levantado, o grande painel é a política do Paraná. Seria ingenuidade dizer que o assunto principal era o depoimento do Deputado Max Rosenmann, ou a pretensa extorsão advogada pelo Governador Roberto Requião; é a política do Paraná. Tanto no depoimento do Governador Roberto Requião, quanto no depoimento do Deputado Max Rosenmann, a política do Paraná está presente em tudo.

Mas para nós da Comissão, a política do Paraná é muito relevante, e a presença aqui dos eminentes representantes do grande Estado

brasileiro é uma demonstração de solidariedade, também, ao Deputado Max Rosenmann, tenho certeza disso. Tenho colhido vários depoimentos paralelos em favor do Deputado Max Rosenmann, que não o conhecia pessoalmente, mas ele tem uma tradição de vida pública das mais importantes do Paraná.

Em gostaria de assinalar o seguinte: o que que importa para a Comissão? E a Comissão tem essa grave responsabilidade agora, já que o assunto ganhou âmbito nacional, e chegou extamente aqui dentro dos braços da Comissão. É saber se existe contra a pessoa do Deputado Max Rosenmann qualquer fato que possa ser imputado como crime, tanto no exercício do seu mandato, quanto na sua atividade de cidadão comum.

Confesso, sinceramente, que tive o cuidado de apanhar o depoimento do Governador Roberto Requião, nas duas intervenções, porque ele nos entregou dois tipos de documento - quero deixar isso muito claro - o documento em que tinha a pretensa relação de empreiteiras e de obras, que seriam beneficiadas, caso o problema da SANEPAR tivesse o prosseguimento com a aquiescência dele. Levantei uma dúvida, e na ocasião o Governador foi muito claro, a parte escrita datilograficamente nos deu o nome de um cidadão que não entregou o papel, disse amarrotou e jogou dentro da cesta. Mas a parte referente às empresas que estão ali citadas, com possíveis empresas que seriam beneficiadas, não se sabe, não se precisou quem é o autor da grafia porque, a partir dali, talvez a denúncia ganhasse a corporificação material de documento, que mereceria o exame da Comissão.

Agora, quero repisar, porque é uma questão de honra, de dignidade. Tenho dito, como falei na CPI da Previdência, acho que quando levantamos qualquer dúvida a respeito da honorabilidade de quem quer que seja é importante que o assunto seja espancado totalmente, para que não perdure qualquer sombra de restrição à dignidade, principalmente de um Deputado Federal, de um homem público que tem carreira e vida intensa dentro do seu Estado.

Então, verificamos aqui no depoimento do Governador Roberto Requião as seguintes perguntas, que vou traduzir, para fechar o raciocínio, porque acho que é muito importante neste momento em que se está examinando aqui - não é a situação política do Paraná - o envolvimento de um Deputado que tem responsabilidade de integrar a Mesa da Câmara dos Deputados, e representa com muita dignidade seu Estado.

Fiz uma pergunta ao Governado do seguinte teor. Ele dizia que estava irrequieto, não concordava, que aquilo que aconteceu o Paraná não podia admitir, dando a entender, num determinado momento do depoimento, que talvez fosse até a conduta do Deputado Max Rosenmann que ele teria de reagir como reagiu. Então, o Deputado Max Rosenmann seria o responsável pela profunda irritação dele que ganhou o clamor nacional. Fiz a seguinte pergunta: então, a sua resignação foi em razão do comportamento do Governo Federal e não de examinar o mérito ou juízo de valor da proposição propriamente dita? Que foi aquela proposta que o Deputado Max Rosenmann levou corporificada num papel, que qualquer um de nós apresentaria esse papel ao Sr. Governador. E o Governador Roberto Requião aqui, que é o ponto nodal da questão, responde de maneira enfática; não tenha V. Exa. a menor sombra de dúvida, foi exatamente isso. Então, a irrequição do Governador Roberto Requião, naquele momento, e que ganhou o clamor da imprensa, foi exatamente a irrequição dele com o Governo Federal, não se trata do comportamento,

da atitude ou do procedimento do Deputado Max Rosenmann. A pergunta ficou aí.

Fiquei com uma certa dúvida, também porque o depoimento do Governador Roberto Requião foi multiforme, ele apresentou como se calesse o escópio. A medida que ele ia falando a coisa ia se desdobrando. Fiquei muito presente, porque no meu modo de sentir, apesar de todo esse painel, o Estado do Paraná nos merece o maior apreço. Cabis-me, como relator, a responsabilidade de examinar se o Deputado Max Rosenmann tinha tido ou não um procedimento que pudesse ser imputado como criminoso, o que seria, caso procedente, um labéu na sua vida. Se não tivesse procedência e a denúncia fosse inconsistente, seria uma maldade política inominável. Nós temos obrigação, como participantes da mesma Casa congressual, a grave responsabilidade de dirimir qualquer dúvida.

Tive oportunidade de ver o depoimento de folhas 45. Há dois episódios - vamos esclarecer bastante isso para não haver dúvida - o episódio da SANEPAR e o episódio dessa rodovia que envolveu o nome do Deputado Max Rosenmann. O problema da SANEPAR precisa de um exame melhor, e a comissão insiste, evidentemente no depoimento do empresário Toni Garcia. Com relação ao episódio da SANEPAR, o Governador foi muito objetivo, mas gostaria de fazer uma colocação baseada na expressão "porque não há sentido corporativista". Assim, o sentido - que o Governador melhor do que ninguém sabe disso - é o Deputado Max Rosenmann. Tive o cuidado de examinar o dossiê que me chegou às mãos, e, evidentemente, o Governador deixou, em vários momentos da sua explanação, por sinal muito objetiva, muito concreta, que a primeira irritação de S.Exa. dele não foi em relação ao comportamento do Deputado Max Rosenmann, mas ao sentido discriminatório emprestado ao Paraná. Aliados a este fato da estrada, os fatos da SANEPAR e outras evidências, o Governador entendeu que estaria sendo montado contra o Estado do Paraná, por parte do Governo Federal, um sistema discriminatório, razão pela tomou em boa hora - que é o que todo homem público tem que fazer - a providência de entrar em contato com o Chefe do Gabinete Civil, o Ministro Marcos Coimbra, o Governo federal da República e denunciar o fato.

Com relação ao Deputado Max Rosenmann, só tenho referências de um homem sério, voltado para os interesses do Paraná. V.Exa. falou com muita objetividade, era seu amigo de infância, conheceu-o durante um longo período. Penso que a caracterização é fundamental, Sr. Governador. Houve - através deste documento que a Comissão tem em mãos e que estamos examinando - qualquer motivo para que fossem configurados aqui os dois crimes que V.Exa. citou como advogado: o estelionato e extorsão por parte do Deputado Max Rosenmann? Eu gostaria de saber isso agora; o Sr. Roberto Requião veio com essa resposta que é primorosa.

Coloquei o Ministro Marcos Coimbra a par do fato tal como me foi apresentado pelo Secretário dos Transportes e Vice-Governador do Estado, Mario Pereira. Como não me envolvi diretamente no caso, se a comissão pretende aprofundar alguns aspectos, o caminho seria a convocação do Vice-Governador do Estado do Paraná, que prestou um depoimento em que foi mais dispersivo que nunca na colocação do problema. Logo em seguida retornei, porque entendi que a resposta ficou meio aleatória.

Há mais um ponto no desdobramento de V.Exa., no exame desse documento e dos fatos: se há alguma característica de crime, de estelionato ou extorsão por parte do Deputado Max Rosenmann. Voltei a insistir, porque na verdade o Governador disse que estavam configurados duas figuras típicas de crime: extorsão e estelionato. O Sr. Roberto Requião volta a dizer: "O documento foi trazido pelo Deputado quando ele foi informado que a obra seria construída, se o Estado do Paraná desistisse do convênio, e é este o fato que tenho a relatar".

Eu não perguntei isso, perguntei objetivamente sobre o fato de ter levado o documento, e o Deputado Max Rosenmann declarou que o levou. Em nenhum momento ele deixou de dizer que o documento era dele. Volto novamente: "A sua posição está ajuizada inteiramente no documento. Não há, como disse V.Exa. há pouco, subjetivamente, nenhuma presunção de crime, porque V.Exa. disse que dois crimes estão presentes nessa denúncia: extorsão e estelionato. A extorsão um pouco mais grave do que o estelionato, porque, hoje em dia, a extorsão é um processo até hediondo em matéria de crime".

Eu gostaria que V.Exa. caracterizasse a nível seu, e evidentemente no desdobramento do Vice-Governador, se há alguma caracterização desses dois crimes. Veja a Comissão que insistimos muito no crime de estelionato e extorsão, porque é evidente que, se ele confirmasse, a posição do Deputado Max Rosenmann seria uma outra, para efeito de aprofundamento da Comissão.

Diz ainda o Governador Roberto Requião: "Num processo existe acusação e existe a defesa, o juiz que julga a causa e que enquadra o fato descrito. Nesse caso aqui, sou depoente. Como diria o pernambucano Paulo Cavalcante: "O caso eu conto como o caso foi". Não diz coisa nenhuma. Ele continuou: "Eu não vou admitir. Nós somos juizes, é por isso que estou sendo tão objetivo. Gostaria de comunicar a V.Exa. que já examinei o documento que me foi entregue isso eu faço com a maior lisura parece-me um procedimento normal de qualquer Deputado."

Quero asseverar a V.Exa., como Senador do Espírito Santo, que eu não teria dúvida nenhuma em levar esse documento ao Governador do meu Estado, porque seria de uma obra pública do meu Estado. Estou como o Senador Afonso Camargo. Creio que o Deputado Max Rosenmann V.Exa. falou há pouco qual é o conceito que temos dele parece ter sido envolvido no episódio da SANEPAR, um pouco mais grave. A intensidade da parte em que foi indiciado o Deputado Max Rosenmann é inteiramente diferente da que está envolvendo o cidadão Antônio Garcia, que não conheço também. V.Exa. nos remete gentilmente uma audiência com o Sr. Vice-Governador. Parece-me que não há juízo firmado.

Perdoem-me, fui exaustivo, porque sou advogado. Esse depoimento é um ponto crucial. Não vamos perder um tempo inenso. Acredito no Deputado Max Rosenmann, que é profundamente justo e fez um depoimento, onde colocou uma prova documental alicerçando, inclusive, as passagens que mais o nãgaram por certo. Mas, dentro das minhas ótica de relator, de homem público acostumado a lidar com fatos e documentos, e até pelo fato de eu ser advogado, inclusive da parte criminal declaro neste momento, pela profundidade que mereceu o exame da matéria, que não há, em nenhum momento, em nenhum instante deste questionamento que foi levantado na Comissão Parlamentar de Inquérito

qualquer dúvida que possa pairar sobre a sua vida pública do Deputado Max Rosenmann. Ele sai desse depoimento, desse episódio, inteiramente ilibado, inteiramente íntegro quanto ao seu comportamento de parlamentar. Tenho a responsabilidade, na condição de relator, em dizer que não é absolvição antecipada, porque aqui sequer cabe absolvição.

Se a comissão tivesse examinado mais profundamente, e não o fizemos exatamente em virtude dessa precariedade, talvez o Deputado nem precisasse depor, porque não houve de fato nenhuma imputação, a nível do depoimento, que provocasse sua convocação. Em virtude da sistemática do depoimento, convocamos para o episódio o Governador Roberto Requião, o empresário Toni Garcia e o Deputado Max Rosenmann. A comissão prosseguiu, o que em boa hora, para o Deputado Max Rosenmann, foi muito importante. S.Eza. teve a oportunidade plena, perante os seus pares, de dizer dos seus sentimentos e colocar a verdade dos fatos.

Na condição de relator, penso que o comportamento dos Srs. Senadores, de todos aqui presentes, nada perguntando ao depoente e julgando seu depoimento inteiramente crível, inteiramente cabível com a prova documental, lhe dá uma posição que pode apregoar no Paraná inteiro. Não há nenhum fato que o desabone no comportamento que adotou não só em relação ao episódio nesse Estado, mas também ao comportamento da sua vida pública. Pelo contrário, ao reverso, nós somente recebemos depoimentos que o consagram como homem público dedicado ao Paraná.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAX ROSENMAN - Agradeço, Sr. Presidente e Sr. Relator todos os pensamentos aqui colocados. Para mim realmente, que estava magoado, essas palavras de todos os Senadores e Parlamentares e a presença de muitos companheiros do Paraná que nos conhecem, nos entusiasma a continuar a luta, sabendo que enfrentaremos sempre adversários que tentarão repetidamente criar problemas na imagem de qualquer parlamentar que tenta lutar pelo seu estado.

Hoje mesmo no meu Estado, o Governador, através do extraordinário controle da imprensa e de gastos milionários para que as suas realizações satisfaçam a sua personalidade, faz afirmativas absolutamente inverídicas a respeito de declarações atribuídas a outras pessoas, elogiando-o como cidadão extraordinário, o que realmente não corresponde à realidade. Eu, até por educação, não vou citar com detalhes, mas isto se repete todo dia: o hábito de colocar palavras na boca de outras pessoas para que S.Eza. seja considerado perante a opinião pública o paladino da justiça e da anticorrupção.

Lamento o ocorrido, mas gostaria, até por uma questão de complementação definitiva desse assunto, Sr. Presidente, de entregar à Comissão, para que fique guardado nos Anais desta CPI, um parecer de três médicos psiquiatras do Paraná que foram lembrados em uma outra questão em que o Governador teve uma confrontação, onde esses médicos, que até são professores, considerados portanto de capacidade extraordinária, concluem, respondendo diretamente às perguntas formuladas quanto à personalidade e comportamento do Sr. Governador:

"É possível afirmar que a autoridade em questão possui marcantes traços de distúrbio de personalidade narcisista e secundariamente alguns traços de personalidade paranóide e anti social".

Esse foi um pronunciamento do Dr. Reinaldo Sérgio de França Krögger, bem como do Dr. Paulo Epitácio Monteserrat, que concluem a sua análise dizendo que:

"O comportamento da autoridade pública configurado na presente consulta revela traços de psicopatia classificada por Mira Y Lopez como personalidade perversa."

O que eu não tenho dúvida. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - O Dr. Max Rosenmann não citou, mas uma das matérias que ele traz aqui é referente a declarações feitas por mim a jornalistas do Paraná. É uma forma muito natural de se fazer reportagens: pega-se trechos de uma declara-

ção e publica-se entre aspas. Não são desmentidas porque, em parte, representam realmente a verdade. Mas se fosse dado o contexto geral, a situação não seria naquela linha que o jornalista procura dar. Fui procurado por vários jornalistas de Londrina e Curitiba, do Paraná, a respeito dessa situação, mostrando o interesse que havia no Paraná por uma questão política, acusações, uma realidade transformando-se em pressões políticas.

Tenho procurado, como Presidente, não só como Presidente, como Senador, ser isento. Não quero, absolutamente, manifestar uma opinião favorável ou contrária.

Se o Governador quer levantar a bandeira da moralidade, merecerá sempre os meus aplausos, dentro da defesa da bandeira da moralidade.

Se o Deputado Max Rosenmann vem aqui e mostra aquilo que vem fazendo, a realidade e fatos que ele aborda, também tive oportunidade de declarar que é assim que se age como político. O político mostra a sua verdade, e esta verdade é então examinada por aqueles que, realmente, querem saber o que é que ocorreu. Não procurar fazer acusações a "A" ou "B", e, aqui, como Presidente, não faço nem as manifestações que os outros Senadores tiveram oportunidade de fazer.

Mas, se alguém quiser pinçar uma dessas frases, meu pensamento é este. Mas, no momento, quero agradecer ao Deputado Max Rosenmann mais uma vez, por ter atendido diretamente o convite de vir a esta reunião, e manifestar, já que os Srs. Senadores já declararam o que pensavam, e o Relator fez uma manifestação mais enfática.

Por isso, meus cumprimentos e meus agradecimentos.

Antes de encerrar a reunião, vou continuar dando a palavra ao Senador Elcio Alvares, que estava falando a respeito de uma solici-

tação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, no momento em que os demais Senadores se pronunciaram, o Senador Eduardo Suplicy tinha, por motivo de força maior, saído do plenário.

Houve um levantamento, só questão de horário, quanto à importância do depoimento, que seria avaliado pela Presidência, e, evidentemente pela Mesa da Comissão.

Agora, parece-me que foi falado que havia uma prova documental, e, eu gostaria que ela fosse feita imediata, juntada, e no exame, através da Assessoria, da nossa própria participação, tanto o Presidente, quanto a e Relatoria, iríamos, então, avalizar, para dar

uma maior ênfase a essas colocações que estão sendo feitas, de forma documental.

Eu gostaria até de sugerir, se ainda a Comissão não tem, um documento firmado, ou colocando no papel exatamente o seu pensamento, para efeito do desdobramento maior do depoimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Permite-me fazer uma sugestão?

O SR. ELCIO ALVARES - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Devido ao horário, e avalio que sendo importante, possam todos os membros da Comissão, ouvir, e até com anúncio antecipado, eu faria a seguinte sugestão: se pudermos dividir o depoimento do Sr. Antônio de Castro Paixão em duas etapas. Hoje, ele faria uma breve síntese dos documentos que encaminhou ao Governo, para que inclusive a Comissão possa ter esses documentos distribuídos e analisados, para, em data a ser marcada, possivelmente na semana que vem, ou de comum acordo, possamos ouvir o depoimento do Sr. Antônio Paixão, já tendo os Membros desta Comissão examinado os documentos, e aí sim, poderíamos formular as perguntas de detalhamento.

O Sr. Antônio de Castro Paixão permaneceu em Brasília, com uma possibilidade concreta de que hoje prestaria o depoimento. Para que os Srs. Senadores, aqui presentes, se prepararem para uma arguição mais detalhada, sugero que seja dada a oportunidade de prestar a introdução do seu depoimento nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Acredito que podemos atender, porque não se trata de uma manifestação prolongada. E, o Senador Elcio Alvares, que é o Relator, terá que estar presente. S.Exa. tem um compromisso muito sério a respeito dessas propostas que estão sendo encaminhadas ao Congresso Nacional. S.Exa., Vice-Líder do partido, e Vice-Líder do Governo, está sendo convocado para esta reunião.

Queremos atender à sugestão do Senador Eduardo Suplicy, se os Senadores concordarem, em apresentar aqui os documentos, posteriormente faremos uma avaliação, e, conforme for poderíamos convocá-lo novamente.

O SR. ELCIO ALVARES (Relator) - Sr. Presidente, eu já havia me manifestado anteriormente, solicitando que fosse transferido. Eu concordo. O Senador Suplicy faria uma síntese, bastante objetiva, com os pontos principais.

Seria importante que se marcasse uma data. O Senador disse que proporia vir aqui, agora; parece-me que teria que seguir o ritual do juramento.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Tomaremos então o depoimento dele.

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com investigações, fatos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção, de irregularidades na contratação de obras públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Pediria ao Sr. Antônio Paixão, que informasse o seu nome por extenso.

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Eu me chamo Antônio Paixão de Castro Paixão.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Residência?

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Salvador - Rua Valdemar Falcão, nº 1225.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Profissão?

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Engenheiro Civil.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Conforme ficou acertado nesta Comissão, V.Sa. agora apresentará os documentos que por acaso tenha, e fará alguma referência rápida, a respeito do assunto, para depois fazermos uma avaliação.

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive oportunidade de enviar, assinado por minha firma, as seguintes correspondências aos Srs. Ministros da Saúde, e da Ação Social.

Ao Sr. Ministro da Saúde, no dia 18 de julho, enviei uma correspondência, a respeito de concorrências de hospitais no interior da Bahia, financiados aliás a fundo perdido, pelo seu Ministério.

Os hospitais são nas Cidades de Urandi, Conceição do Coité, Ipecaetá, Piauí, e Palmas de Monte Alto.

Não conseguimos, como aliás vinha ocorrendo sempre em outras concorrências, nem adquirirmos os editais.

Pode parecer incrível, mas, quando se procura os editais, dizem alguns que nem há esta concorrência.

Exibimos o aviso de licitação, publicado no Diário Oficial, e dizem: Então, deve ser o Prefeito que sabe disso.

Vamos ao Prefeito que, dificilmente, é encontrado, não sei se é porque já foi avisado do fato, até que uma hora dizem que ainda está sendo preparado o edital.

Voltamos, a Salvador, fizemos carta por AR, e, recebemos depois -, denunciámos ao Ministério, aliás, a denúncia foi posterior -, uma resposta de que os editais estavam sempre à nossa disposição. Não havia problema, algum, não compramos, porque não quisemos.

E a concorrência também não é adiada, conforme solicitávamos nas cartas enviadas aos Srs. Prefeitos, mostrando-lhes necessidade da decorrência de 30 dias entre a publicação do edital e a licitação.

Nunca foi adiada. Aliás, eles disseram que o edital estava sempre à nossa disposição.

Pensávamos até em mover uma ação, em contratar um advogado para levar até à Prefeitura, e adquirir esse edital, e mover uma ação exigindo que o edital aparecesse. Mas antes que isso acontecesse, a Prefeitura de Piauí cometeu a temeridade de dizer que o edital estava à venda. Isso é bem verdade, cinco dias antes da licitação. Digo uma "temeridade" entre aspas. Cinco dias antes da licitação correspondem a 3 dias antes da data em que podemos começar a fazer essa proposta, porque o Senador Jutahy Magalhães sabe muito bem que para se ir a Piauí, a não ser que se frete um avião, coisa que não estávamos dispostos a fazer, tem que se passar um dia de ônibus e outro dia para a volta; então, sobriam 3 dias. E aí somos tomados de surpresa que a concorrência não é só para a obra, é também para o seu projeto completo, desde o arquitetônico até os outros que vêm depois dele, porque, como se sabe, o projeto começa pelo arquitetônico.

Abrimos o edital e, além de constatar isso, constatamos que vinha em anexo uma planilha com todos os itens correspondentes aos serviços de obra que deveria conter e todas as quantidades de cada item, tantos metros cúbicos de concreto armado, tantos metros quadrados de alvenaria de tijolo, tantos metros quadrados de reboco etc.

Além do mais, que esse projeto, que também deveria ser feito pela firma e era objeto da licitação, não estava especificado; nada se dizia sobre esse hospital, quando leitos possuiria, se teria

enfermarias, apartamentos individuais, se teria sala de cirurgias, se teria salas de raios X, cômodos administrativos, almoxarifado, farmácia, essas coisas todas que um hospital tem ou possa ter.

Mandamos então a carta ao Sr. Prefeito. O adjetivo que usamos foi que achamos hilariante aquilo, porque achávamos que ele só podia nos dar uma resposta. Cada concorrente que projetasse um hospital, cujos quantitativos de serviços fossem aqueles que se encontravam naquela misteriosa planilha, expressão que também usei: misteriosa planilha.

A hilaridade não terminava aí. Como poderíamos projetar um hospital se não conhecíamos nada do que se pretendia sobre. Certamente, dizíamos nós, ele estava convicto de que os projetistas da obra estariam inspirados pelo Divino Espírito Santo e iriam conhecer, adivinhar, aliás, os recônditos desejos da prefeitura em relação ao hospital. Foram, mais ou menos, os termos da nossa carta. Comecei por aí porque acho que foi o fato mais concreto que peguei.

O resto é dizer que as concorrências são fraudadas dessa forma com a maior desfaçatez; a coisa é facilíssima de se constatar. Se o Decreto-Lei nº 2 300 é, com licença da palavra, frouxo - aliás, a palavra talvez seja usada até corretamente, sem gíria - no sentido de evitar a corrupção, ele é suficientemente eficaz para combater certo tipo de corrupção que se faz, não todos, por isso mesmo que precisa ser mudado, mas ele vem sendo contrariado frontalmente, com a maior desfaçatez. Chega-se ao ponto de estabelecer um tipo de licitação previsto nesse Decreto-Lei nº 2 300, que é aquele que constitui o inciso IV, do parágrafo único, do art. 37 desse decreto, que diz que esse tipo, que é um dos quatro tipos de licitação, é aquele em que o edital estabelece um preço básico e sobre ele se aplicam percentuais acima e abaixo desse preço, estabelecendo uma faixa com o preço mínimo e o preço máximo, quando os concorrentes deverão se enquadrar - são os preços que interessam à administração.

Mas diz de maneira muito clara o Decreto-Lei nº 2 300, posso citar até os seus artigos. No art. 3º ele diz que a licitação não pode ser sigilosa, a não ser quanto ao teor das propostas, até a hora da sua abertura; e nesse inciso IV, a que me referi, ele diz que, aplicados esses coeficientes, obtêm-se os dois limites, que devem ser especificados no ato convocatório. Escondem-se esses limites; o concorrente contemplado, o eleito, o amigo do rei, fica sabendo qual é o limite mínimo; vai, atira na mosca, e a concorrência é entregue a ele da maneira mais tranquila possível.

Esse é um tipo que até, por último, o Tribunal de Contas da União proibiu. Mas fazem outros.

Como esse decreto-lei, embora fale muito que a concorrência tem que ser objetiva, tem que haver objetividade no critério de julgamento, embora fale muito nisso, esse decreto-lei, ao estabelecer os quatro tipos de licitação, permite que sejam dadas notas às propostas, coisa que surgiu de uma certa época para cá, não sei se ainda no Governo Militar, mas antigamente não havia nada, não se falava nisso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Dr. Antônio Paixão, permita-me interromper um pouco. No momento, precisaríamos que o senhor apresentasse os editais, porque esse assunto realmente está sendo muito debatido aqui na Comissão e temos acompanhado essas questões de licitações com preço oculto e com preço máximo e mínimo, que a decisão é feita através de critérios técnicos, várias formas de licitação, e esse daí

me parece, pelo que V. Sa. estava começando a falar, é questão de preços ocultos, o que no meu entendimento é mais sério, porque além do preço oculto está se falando aí também que o projeto também é oculto. Não se sabe qual será o tamanho do hospital.

Se V. Sa. tem o documento, o edital que faz referência a determinada obra e que não tem nem projeto, porque sen saber qual o tamanho é difícil concorrer. Se V. Sa. tem esse documento para apresentar...

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Tenho aqui e já enviei por correspondência. Já tive até resposta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Enviou para quem?

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Enviei para esta Comissão. O Senador Ruy Bacelar, com quem estive três vezes em Salvador. Chamou-me três vezes lá.

O SR. - Apenas para um esclarecimento. Esses editais se realizaram quando?

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Recentemente. A carta que mandei foi no dia 18. As concorrências não são todas no mesmo dia, mas quando saem cinco de uma vez são em dias próximos, não sei de cabeça, S, diga-se de passagem, só comprei esse edital, porque eles falam de muita coisa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas V. Sa. citou alguns municípios, quatro municípios; e seriam todos no mesmo caso?

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - No de Urandi, o próprio aviso de licitação dizia que fazia parte da concorrência também a feitura do projeto. Mandamos carta ao Prefeito de Urandi; mandamos cópia para esta Comissão; mandamos cópia ao Sr. Ministro da Saúde.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, mas a feitura do projeto já foi aqui levantada até pelo - parece-me - Ministro Alceni Guerra, mas pelo menos dizia-se de projeto a respeito de um determinado tipo de hospital, quer dizer, com tamanho x, com tais e tais necessidades de ordem administrativa e material, essas coisas, mas estabeleciam o tipo de hospital que queriam fosse feito o projeto; o consultor da obra seria responsável também pelo projeto.

Como V. Sa. apresentou a questão aí, não tinha noção alguma de qual o tipo de hospital que seria construído, porque não sabia qual o tipo de projeto que teria que ser feito e daí, em consequência, não se poderia ter uma idéia de qual o preço que custaria essa determinada obra. Pelo menos foi assim que entendi. Não sei se foi exatamente isso.

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Só que omiti uma coisa muito importante, Senador; omiti que pegamos essa planilha de quantitativos e aplicamos preços unitário de cada item sobre ela e chegamos a um orçamento, que acredito seja um pouco elevado, porque tivemos dificuldades muito grandes para obter os preços dos equipamentos hospitalares. Obtivemos um preço um pouco acima da metade daquele preço mínimo que a prefeitura aceitava. Quer dizer, o nosso preço, de uma firma que estão há 23 anos fazendo obras sem deixar de entregar nenhuma, como eu digo em nossa carta, é um preço equivalente a quase a metade do preço mínimo que a prefeitura aceitava. Quer dizer, nós estamos mais preocupados em fazer obra barata do que a própria prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - A minha preocupação não é contigo, o meu horário aqui, hoje, é até quando qui-

ser. A minha preocupação é com o Senador Elcio Alvares, que é o Relator e tem necessidade de estar presente a esse tipo de depoimento, mas S.Exa. também tem necessidade de estar presente em outra reunião.

Por isso é que eu interrompi, para ver se nós podemos apressar a apresentação desse documento, caso V.Exa. o tenha aí - e o Senador Eduardo Suplicy parece que também deseja formular uma ou duas questões - por causa do Senador Elcio Alvares.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Na mesma direção, eu faria uma sugestão: se o Sr. Antônio de Castro Paixão pode fazer uma listagem dos documentos que vai deixar para a Comissão, porque, inclusive, acredito que sejam essas três pastas aí.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Eu não tenho, muita coisa é mais de cabeça, o senhor há de convir.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Mas o Senhor poderia listar, por exemplo, o número de ofícios que enviou aos Ministros?

Por acaso, eu relacionei aqui, se o Senhor quiser, para facilitar, porque isso poderia ser encaminhado à Comissão, a fim de que seja objeto de análise por parte dos membros da Comissão para, na próxima oportunidade, então, fazermos as indagações.

O SR. MAGNO BACELAR - Um aparte, somente, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Pelo que pude perceber, são tantos documentos que nem pude examiná-los todos, eu só folheei, mas são muitos os casos, ora de concorrências dirigidas, ora de concorrências onde nitidamente há sobrepreços. Há casos, também, que eu avalio, precisam ser considerados como quando grandes construtoras combinam com pequenas e médias construtoras um entendimento tal em que se distribuem obras, e aí há alguma complexidade, daí por que seria importante ouvir o detalhamento, com o devido tempo, não é?

O SR. MAGNO BACELAR - Só uma sugestão. Parece-me o seguinte: na Comissão, considero dois tipos de depoimentos - o depoimento pessoal e a prova documental.

Então, ele poderia fazer um relatório à Comissão, citando todos esses documentos e os fatos que ele julga mais graves na questão que ele tem do conhecimento com a prefeitura. E nós devíamos fazer uma avaliação, inclusive com a Comissão, dando a acústica que cada documento e cada fato merecessem.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Eu apresentaria uma sugestão ao Senador Eduardo Suplicy e ao Sr. Antônio Paixão: nós temos aqui os assessores da Comissão, que estão encarregados por nós de fazerem esses levantamentos de assuntos que nos chegam, porque, muitas vezes, nós estamos aqui conversando ou arquiando sobre determinados casos, mas os assessores estão examinando mais detalhadamente aqueles pontos que precisam ser levantados pela Comissão.

Existem vários exemplos desses, que não precisamos citar agora, no momento, mas citaremos no momento próprio. E este é um dos casos.

Este poderia ser um dos casos. Quer dizer, o Sr. Antônio Paixão apresentaria a documentação, a assessoria iria analisar, fazer, então, as averiguações necessárias, e se considerar que os indícios são muito claros, então aí eles iriam até o local, inclusive para fazer os exames necessários que a Comissão precisasse.

Eu pediria que, neste momento, nós ficássemos aqui apenas nessa questão de tomada dos documentos, para que a assessoria

posteriormente fizesse esse exame o mais rápido possível, e então nós veríamos a necessidade ou não de chamarmos novamente o Sr. Antônio Paixão para arqui-lo de algum novo esclarecimento, ou mesmo se esses documentos seriam suficientes para nós tomarmos as decisões que fossem necessárias.

Estaria atendida, assim, a questão?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Há alguns casos, Sr. Presidente, em que avalio ser muito importante o depoimento pessoal do Sr. Antônio Paixão, além dos documentos, porque há fatos que ele conhece que resultam mais do diálogo, às vezes formal, às vezes informal, mas eu avalio que o depoimento dele seria bastante rico. Mas acredito que seria interessante que a Comissão e os Srs. Senadores e Deputados pudessem examinar os documentos, até para poderem melhor indagar; e a data V.Sa. veria com ...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Isso não inibe de fazermos outro depoimento.

Agora, acho que seria mais prático, inclusive, que a assessoria, tomando conhecimento dos documentos, ficasse em contato direto com o Sr. Antônio Paixão, para ir elucidando algumas dúvidas que possam existir, para depois, então, fazermos os depoimentos já com fatos mais concretos, dentro daquilo que fosse necessário aprofundarmos mais, dentro desse ponto de vista do Senador Eduardo Suplicy de que o depoimento seria muito valioso.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Eu pediria apenas ao Sr. Antônio Paixão, se ele pudesse, na complementação de seu depoimento, que ilustrasse como, por vezes, uma grande empresa age para combinar com pequenas e médias empresas a forma de se distribuir as obras entre as diversas prefeituras ou governos, quer dizer, a forma complexa com

que isso se dá, porque acredito que isso seja importante para esta Comissão poder sugerir inclusive normas para impedir que isso ocorra.

O Congresso está examinando proposições de melhoria das normas de licitação e acho que esse conjunto de depoimentos, inclusive este, será importante para esse esclarecimento.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Passo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Conforme ficou acertado, antes de oferecer a oportunidade de o Sr. Antônio Paixão fazer a apresentação desses documentos, ela seria feita em duas fases.

Nessa primeira fase, até pela circunstância de que o Relator tem outro compromisso e alguns Senadores também têm, ele apresentaria os documentos, e esses documentos seriam avaliados pela Relatoria e também pelos assessores da Comissão. E, numa segunda oportunidade, o Sr. Antônio Paixão viria para dissertar, de maneira mais abrangente, a respeito desses assuntos, que eu considero graves. Estão dentro daquela linha de denúncias que foram trazidas aqui ao conhecimento desta Comissão, a respeito da construção desses hospitais em vários Estados, com a concorrência dirigida através daquele preço oculto para algumas empresas e outras não.

Ele fez uma afirmação que eu considero da maior importância, de que ele, apesar da escassez de tempo entre a aquisição do edital e a proposta que ele apresentou, ainda assim, açodada-

mente, a empresa dele apresentou uma proposta que ficou muito abaixo do preço oculto.

O SR. ANTÔNIO PAIXÃO - Há um engano, Senador, eu não apresentei a proposta na licitação.

O SR. NABOR JÚNIOR - Ah! não chegou a apresentar?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Eu fiz a proposta depois e mandei para o Ministério da Saúde, e cópia desse orçamento para esta Comissão.

O SR. NABOR JÚNIOR - Ah! sim. Então o senhor me desculpe, eu ouvi mal.

Bom, mas seria essa, então, a proposta que o senhor faria para a construção dessa unidade hospitalar, lá nesse Município do interior da Bahia, que foi vencida a concorrência por uma outra empresa, praticamente pelo preço estabelecido no edital, só que esse preço foi oculto, não é isso?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Senador, eu já tenho uma convicção tão grande do que se passa - convicção íntima - que eu tranqüilamente assinaria, aqui, um documento, se isso fosse possível, me comprometendo a fazer todas essas obras, que já são umas dez, lá na Bahia, pelo menos dez ou doze, pela metade dos preços que elas estão sendo feitas.

O SR. NABOR JÚNIOR - Pois é, Sr. Presidente. Então, acho que é oportuna a vinda do Sr. Antônio de Castro Paixão numa outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - É por isso que nós estamos querendo fazer até uma análise técnica.

O SR. NABOR JÚNIOR - Pois é, pela importância do depoimento dele e dos documentos que ele quer apresentar à Comissão, não pode ser esgotado no prazo de dez ou quinze minutos, e como há outros compromissos dos Senadores, inclusive do Relator, cuja presença é

fundamental aqui, é que penso que poderia encaminhar no momento essa documentação e V.Exa. poderia já marcar uma outra data para que ele retorne a fim de fazer uma exposição mais completa a respeito desse assunto, que eu considero muito grave, e esta Comissão tem a obrigação de apurar.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Acho que o depoimento posterior dele nós poderíamos acertar.

Agora, eu gostaria que ele e o Senador Eduardo Suplicy conversassem com a assessoria, para ver o tempo que a assessoria necessitaria para fazer esse levantamento, para quando S.Sa. vier aqui, novamente, já estarmos com os dados necessários para elucidar e fazer qualquer questionamento dentro da parte técnica. Aqueles números que serão apresentados serão examinados e poderão servir de base para um questionamento mais objetivo, não ficarmos aqui discutindo problemas que nós não temos como, no momento, analisar mais profundamente.

Eu sugeriria que V.Sa. apresentasse essa documentação e a nossa assessoria conversaria de imediato com V.Sa. para ir vendo qual o encaminhamento que poderia ser dado, o mais rápido possível.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Sr. Presidente, por exemplo, se marcássemos para daqui a duas semanas, se for possível, acho que seria um tempo razoável para a Comissão examinar com a assessoria os documentos e, então, poderíamos fazer perguntas mais detalhadas. Claro que

precisamos saber da possibilidade do Sr. Antonio de Castro Paixão poder comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Poderá sim, daqui a duas semanas, Senador Eduardo Suplicy. Agora, acho que poderíamos ser mais objetivos marcando uma data que já pudéssemos elucidar os fatos: se for daqui a duas semanas, se for daqui a três semanas, paciência, quanto mais cedo melhor. Só não digo na próxima semana porque quem não estará aqui sou eu.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Seria importante que tivesse, ainda mais sendo o Senador Jutahy... Aliás, também o Senador Ruy Baccalar, se possível até todos da Bahia podendo estar presentes, uma vez que...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Como o assunto é da Bahia realmente teremos que estar presentes.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Quero só ressaltar que, embora sejam obras municipais, são obras de recursos do Governo Federal. Estou relacionando fatos, porque em junho passado, durante as discussões da LDO, cheguei a fazer um levantamento de todas as dotações orçamentárias dos municípios e Estados do País. No levantamento identificamos dotações extraordinárias para alguns municípios e para obras de infra-estrutura urbana. Pois bem, o depoente Antônio Paixão apresentou uns 13 editais de obras de infra-estrutura, para citar um exemplo: de Simões Filho, Rui Barbosa e Maraçoípe, onde os 3 editais têm a mesma redação. E o que é grave, os mesmos mecanismos de direcionamento de licitação ao juntar como critério de julgamento notas técnicas e o preço básico orçado nas obras, ou seja, como é que pode ter ocorrido tal coincidência? Como se explica as inclusões das dotações na mesma denominação, seguindo-se as licitações como o mesmo edital?

São coisas graves que a própria Comissão Mista do Orçamento, que agora está decidindo dotações, precisa estar atento.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - V.Exa. está me devendo uma relação, mas V.Exa. não pode obter porque cancelaram o acesso.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Ainda hoje o Senador Mauro Benvides encaminhará ofício ao Ministro da Economia sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Com a permissão do Dr. Antônio Paixão - e sem nenhum desaproço, pelo contrário, nós estamos interessadíssimos em fazer o levantamento dessa questão - pediria que ele encaminhasse e, a seguir, liberáramos o Senador Elcio Alvares, que já está aqui nervoso, batendo na mesa, e ficaríamos até numa conversa informal, juntamente com a assessoria, para combinarmos a tramitação.

Com a permissão vamos encerrar a reunião.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - Sr. Presidente, se pudesse estar registrando os ofícios que estão aí listados como sendo entregues e documentos anexos.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Ao Ministro Alceni Guerra, da Saúde, 31.8.91, referente à Concorrência Pública nº 01/91, para o Hospital Piatã, Bahia;

- Ministro Alceni Guerra - 12.8.91 - Concorrência de Obras Financiadas pelo Ministério;

- Ministro Alceni Guerra - 30.8.91 - referente ao direcionamento de resultados;

- Ministro Alceni Guerra - 18.7.91 - Concorrência de obras financiadas pelo seu Ministério;
- Ministra Margarida Procópio - 05.7.91 - Concorrência de obras financiadas pelo Ministério;
- Ministra Margarida Procópio - Ministério da Ação Social - 13.8.91 - Licitação de obras financiadas por esse Ministério;
- Ministro Jarbas Passarinho - Ministério da Justiça - 31.8.91 - Concorrência Pública do SENAI e exposição de várias outras irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) - Encerraremos esta reunião de hoje e, posteriormente convocaremos o Sr. Antônio Paixão para uma elucidação de fatos, se precisarmos aqui de qualquer aprofundamento.

Está encerrada a reunião.

Ata da 12a. Reunião, realizada em 03 de outubro de 1991.

Aos três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacelar (Presidente), Jutahy Magalhães (Vice-Presidente), Elcio Alvares (Relator), Garibaldi Alves Filho, Ederlan Canata, Magno Bacelar e Divaldo Suruagy, reune-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". Havendo número, o Senhor Presidente declara aberta a reunião e convida o Senhor Antonio Celso Garcia, Empresário do Estado do Paraná, para tomar assento à mesa a fim de prestar o juramento de praxe e iniciar o depoimento. Depois de encerrado o depoimento do Senhor Antonio Garcia, a Presidência inicia a fase de interações e concedendo a palavra, de acordo com a lista de inscrições, aos Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Magno Bacelar, Ney Maranhão, Jutahy Magalhães e Elcio Alvares, apertado pelos Senhores Senadores Magno Bacelar e Jutahy Magalhães. A seguir, o Senhor Presidente questiona o depoente encerrando assim, o depoimento do Senhor Antonio Celso Garcia. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jutahy Magalhães, continuando os trabalhos da Comissão. O Senhor Senador Jutahy Magalhães comenta sobre o depoimento do Senhor Ministro Alceni Guerra, sobre uma portaria que Sua Excelência citou em seu depoimento, sendo que a mesma não corresponde ao assunto apresentado. Continuando, o Senhor Senador comenta também sobre o depoimento do Senhor Governador Requião e o Senhor Antonio Garcia, sugerindo que a Comissão envie ao Ministério Público para apurar qual dos depoentes cometeu o crime de perjúrio, sendo apertado pelo Senhor Senador Elcio Alvares. A seguir, o Senhor Presidente antes de encerrar a reunião submete à discussão, proposta de convocação do Senhor Antonio Paixão, Expreiteiro de Salvador (BA), e do Senhor João Paulo Aquilar, Engenheiro da CIESP, para prestarem depoimento na próxima quinta-feira, dia dez do corrente e concede a palavra, para discussão, aos Senhores Senadores Jutahy Magalhães e Elcio Alvares. Todos estão de acordo. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, antes convocando outra para a próxima quinta-feira, dia dez de outubro do corrente, e para constar, eu, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e assinada pelo Senhor Presidente irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.



DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR ANTONIO CELSO GARCIA, EMPRESÁRIO DO PARANÁ, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR

Relator : Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SEÇÃO DAS COMISSÕES

DIRETORA: DENISE TOGSHI

ASS. TÉCNICO: HILDA CASSEB FERRAZ

STAQ - SACC Nº 195....., DATA..03/10/91... HORA ..10:25.....

C.P.I. - Obras Públicas

SEN. RUY BACELAR

ELCIO ALVARES

PRESIDENTE

RELATOR

CONVIDADOS: SENADOR DIVALDO SURUAGY

SENADOR MAGNO BACELAR

SENADOR NEY MARANHÃO

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES

OBSERVAÇÕES: DEPOENTE: ANTONIO CELSO GARCIA

ANEXO À ATA DA 12a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-BF,

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente sessão.

Esta reunião tem como fundamento ouvir o depoente, Sr. Antônio Celso Garcia, empresário no Estado do Paraná, a quem convidamos para tomar assento à mesa.

Em conformidade com o Código de Processo Penal, convidamos o empresário Antônio Celso Garcia para prestar o juramento de praxe.

O SR. ANTÔNIO CELSO GARCIA — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas”.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Gostaria que V. Sª declarasse nome completo, idade, Estado e residência, profissão e onde a exerce.

O SR. ANTÔNIO CELSO GARCIA — Meu nome é Antônio Celso Garcia, 38 anos, resido em Curitiba, no Paraná, onde exerce a profissão de economista.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — A Presidência concede a palavra ao Senador Elcio Alvares, Relator da presente Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) — Sr. Presidente, geralmente o depoente presta depoimento no início e depois, passamos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Concedo a palavra ao Sr. Antônio Celso Garcia, por 10 minutos, para dar os esclarecimentos necessários.

O SR. ANTÔNIO CELSO GARCIA — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, em primeiro lugar quero afirmar a honra e a satisfação de estar presente nesta Casa.

Como todos sabem, disputei nas últimas eleições o mandato de Senador. Creio que aqui, na Câmara Alta do Congresso, é o lugar certo para se contribuir para o desenvolvimento desta Nação. Não tenho veleidades, não tenho experiência política; a pouca que obtive nos últimos meses me trouxe grandes ensinamentos, embora tenha o sabor dos frutos amargos da deslealdade, da calúnia, da mentira e da arbitrariedade. Infelizmente, sou convocado como denunciado, mas mesmo nesta condição é confortável estar aqui para depor, certo de que o Senado, o Congresso, guardam características que a democracia e a honestidade apreciam. Sei que diante desta CPI da Corrupção tenho a oportunidade de desfazer equívocos e distorções maldosamente engendradas por interesses políticos que me envolveram da forma mais ignominiosa que possam imaginar. As acusações feitas pelo Governador do Paraná, Roberto Requião, se baseiam numa única suposição. Afirma S. Exª que o procurei para propor uma licitação viciada de obras de saneamento, sem o que estaria ameaçado de não receber do Governo Federal as verbas para essas obras através da Caixa Econômica Federal, por intervenção do Sr. Paulo César Farias, o PC. Chegou a apresentar como prova um papel amarranhado com a relação de obras e de empreiteiras que seriam beneficiadas. Esse papel amarranhado teria uma trajetória, no mínimo, inacreditável. Segundo o governador, tal papelucho teria inicialmente sido exibido por mim. Mas não tivera ele, na ocasião, o tino de guardá-lo e tomar qualquer providência. Depois, teria chegado às suas mãos

pelo Sr. Hélio Batista Lopes, que finalmente, após ter sido amassado e jogado no lixo, três dias após foi localizado por sua empregada doméstica. Nessa história, absolutamente fantástica, a única diligente teria sido a empregada doméstica do Governador, que com sua especial dedicação acabou encontrando tal papel que, desprezado por S. Exª, ficou três dias na lata do lixo.

Vamos aos fatos, senhores. Jamais procurei o Governador Roberto Requião. Eu o conheci quando éramos candidatos nas últimas eleições e participamos junto de um mesmo programa de televisão. Fui convidado por S. Exª a ir à sua residência para conversarmos sobre o quadro político. Aceitei o convite, deixando claro que nenhum compromisso poderia assumir com a sua candidatura, pois somos de partidos diferentes.

Eleito Governador, após um pleito tumultuado e cujo resultado ainda questionado judicialmente, voltei a ser procurado pelo Governador Roberto Requião. Dessa vez pediu-me para abrir canais de conversação com o Governo Federal, ao qual agredira radicalmente durante a campanha. Propus ajudá-lo em nome dos interesses do Paraná. Envidei todos os esforços, através da Direção Nacional do meu Partido, a quem solicitei empenho para que as seqüelas da recém-finda campanha eleitoral não interferissem no relacionamento administrativo com o Governo Federal. Isolado, com dificuldades para governar, novamente fui solicitado pelo Governador. Solicitou-me S. Exª uma reunião com os parlamentares estaduais do PRN, para que pudesse conversar e derrubar barreiras de desconfiança e de atritos que obstruíam as relações entre o Executivo e o Legislativo Estadual. Essa reunião aconteceu na minha casa, e para toda a bancada do PRN, o Governador Requião afirmou que contava com a compreensão deles, como vinha contando com a minha. Sem que nada lhe pedisse, designou-me canal de conversação política e administrativa entre o seu Governo e a Bancada Estadual do PRN.

Junto, agora, senhores, documentos esclarecedores.

Nessa mesma época, o avião do Governador encontrava-se em vistoria e, seguidamente, S. Exª pedia emprestado um avião para cumprir as suas atividades. Sendo do interesse do Estado, atendia a todas as suas solicitações, como faria em qualquer circunstância, sempre que colocasse em primeiro plano o interesse do Paraná.

Missões maiores e desgastantes também me foram confiadas pelo Governador Roberto Requião, diretamente, pessoalmente. A última, feita pessoalmente pelo Governador, era de que eu observasse os pleitos do Paraná junto aos diversos órgãos da Administração Federal. Por sorte, teve o Governador que me enviar um bilhete de próprio punho, acompanhado um imenso rol de questões, que considerava embarçadas, e que retardava o andamento do seu Governo.

Quero, neste momento, juntar, como prova do meu depoimento, cópia desse bilhete e do rol de reivindicações do Governador.

Não vou somar aqui, porque seria extenso, enfadonho e até deselegante, outras solicitações que me foram encaminhadas as quais, também, atendi. Embora, confesso, nem sempre entendesse muito bem o sentido do interesse do Estado na oferta de jantares e recepções. Até nesses momentos o Governador fazia declarações públicas de elogio à minha dedicação e empenho em favor do Paraná.

São suas as palavras publicadas no jornal Correio de Notícias, no dia 9-6-1991: “O Toni Garcia tem feito o possível e o impossível para ajudar o Governo do Paraná; tem sido

um companheiro à disposição para resolver todas as dificuldades e os problemas que estão ao seu alcance”.

Declarações desse tipo, registradas pela imprensa, poderia trazer às dezenas a esta CPI. Creio que este único exemplo é suficiente para caracterizar a atitude do Governador, que, além disso, pessoalmente estimulava minha candidatura à Prefeitura de Curitiba no próximo pleito. Junto como prova do meu depoimento esta declaração do Governador. Com este pedido nas mãos, de observar o processo de liberação de verbas de órgãos federais ao Paraná, fiz um levantamento minucioso que concluiu, entre outras constatações, que o Paraná é o Estado que menos verbas recebia per capita, situação essa que, no meu entender, era fruto muito mais da parca experiência administrativa do Governador e dos seus principais auxiliares no encaminhamento e tramitação de projetos, do que um pretenso desinteresse do Governo Federal. Essas conclusões, e a certeza de que poderíamos continuar perdendo recursos para outros Estados, levei ao Governador. E me permiti com lealdade e o respeito que sempre caracterizaram minhas relações com S. Ex^a, tecer algumas críticas ao desempenho administrativo de seu Governo. Essas críticas e considerações, as fiz no dia 19-8-1991, às 14 horas, no Gabinete do próprio Governador.

Mais ainda, no mesmo dia, às 15h30min, mediante convite desse mesmo Governador, viajei com S. Ex^a para São Paulo, onde foi gravado o Programa Jó Soares Onze e Meia, e com o Governador permaneci, inclusive durante a realização do programa. Mais ainda, após o programa, fomos jantar no restaurante do Flat Vitorie Place. No dia seguinte, às 9h30min horas, retornamos juntos a Curitiba. Dois dias depois veio a público a imaginosa denúncia e uma constatação insustentável. Como poderia o Governador ter passado tanto tempo e com tanta intimidade com uma pessoa, que ele acusa de alguns dias antes ter-lhe apresentado uma fantástica lista de empreiteiros? Essa contradição de conduta nunca foi e nunca será explicada, apenas demonstra que não poderia o Governador ter qualquer restrição ao meu respeito. Nessa viagem que fizemos juntos a São Paulo, quero frisar, certo que estaria prestando um serviço ao Estado, essencialmente ao próprio Governador, aproveitei a oportunidade e lhe fiz algumas observações políticas e administrativas, que se sintetizam no seguinte: “um governo que alça a bandeira contra a corrupção, que propõe um serviço telefônico de denúncias contra o ex-Governador de São Paulo, não pode se desviar um milímetro da linha de retidão, probidade e austeridade administrativa, porque eleger inimigos e fidei sob observação constante”. Percebi que o Governador não gostou da observação, senti que sua reação foi de profundo aborrecimento, principalmente quando me referi à pública prática do nepotismo, que vem se desenvolvendo no Paraná. Mesmo tendo percebido a irritação do Governador, insisti no tema, pois o meu dever, como cidadão, não poderia ceder diante de qualquer fato ou possível desagrado de quem quer que seja. Só alguns dias depois pude perceber as consequências de minhas observações corretas e leais. Em contrapartida, recebi acusações sem fundamento. Insisti que não era bem entendido pela população sua disposição de nomear parentes para os cargos capitais da administração pública. Disse que o Dr. Eduardo Requião, seu irmão, até então psicanalista no Rio de Janeiro, há mais de 25 anos, nomeado para a Função de Negócios Extraordinários do Governo, e seu outro irmão, Maurício, para administrar a principal fundação do Estado, destinada à construção de escolas, e um primo-irmão, Heitor Wallace de Melo e Silva, Presidente

do Banco do Estado, poderia lhe gerar fendas em sua carcaça de ilibada reputação.

Agora, senhores, quero fazer uma confissão pública de minha fé. Pois saibam que, durante meses, acreditei piamente nos propósitos do Governador Roberto Requião e, por isso, atendi a todos os seus pedidos, convicto de que ajudava o meu Estado e, com isso, exercitava a minha vontade de desempenhar uma missão pública, que pudesse ajudar o Paraná. Não dei ouvidos aos amigos, aos companheiros de partido, às vítimas anteriores do Sr. Roberto Requião, que sempre me alertaram para a sua crueldade política, sua irresponsabilidade pessoal e seu destempero verbal contra adversários, o que permitiu a grande parcela do Paraná somar essas características e estabelecer um diagnóstico que coloca em dúvida a sanidade mental de S. Ex^a, conforme já constatado nos Anais desta CPI. Talvez seja loucura, porém creio que suas atitudes são comandadas por um espírito arbitrário, com sede constante de poder e, por isso, capaz de qualquer ato, de qualquer inverdade, de qualquer manifestação que sirva ao seu próprio interesse e à sua vontade de continuar uma carreira realizada, como todos sabem, à custa da honra e da dignidade alheia.

Jamais pedi nada ao Governador. Sempre fui solicitado e tenho como provar quanto ao seu papel amar fanhado, que entregou à CPI e que diz ter origem no seu ex-emprego, Hélio Batista Lopes, única demonstração de uma tentativa de viciar uma licitação. A farsa de uma licitação viciada envolveu, pela notoriedade que traria, o Sr. Paulo César Farias, pessoa que conheci durante a campanha eleitoral e de quem jamais falei, com o Governador Requião e que, talvez, assim tentou alijar-me do pleito municipal de Curitiba. Jamais apresentei ao Governador um único papel que contivesse nomes de empreiteiras, jamais tratei com o Governador de qualquer assunto do meu interesse pessoal. Mesmo porque não tenho, como empresário, qualquer interesse direto que envolva o Estado. Apenas atendi a chamados do Governador e procurei atender às suas solicitações. Talvez tenha errado quando lhe fiz advertências sobre o nepotismo, interesses escusos que rondavam o Governo. Mas sei que calúnia da qual sou vítima, não se deve apenas às minhas observações sobre o nepotismo que se desenvolve no Paraná, mas também decorre do alerta que fiz sobre a necessidade de um Governo extreme de qualquer suspeita no Paraná.

Vindo de uma eleição, onde obtive setecentos mil votos, por certo o Governador Roberto Requião procurou atrair-me para sua corte. Ocorre que senti, percebeu que eu estava disposto a cerrar fileiras pelos ideais do Paraná, mas nunca me aninhar sob as suas asas políticas. Assim, apenas, restou o ataque traiçoeiro, acusação falsa, a delação infundada.

No Paraná todos conhecem o compromisso do Sr. Roberto Requião, e pouco a pouco S. Ex^a perde a credibilidade, porque reage da forma mais agressiva e irresponsável quando alguém lhe sugere ou decide algo, com o qual não concorda.

Peço, neste momento, aos membros desta CPI, a V. Ex^{as} que testemunharam o comportamento que caracteriza o Governador do Paraná em apenas três horas de contato, que V. Ex^{as} verifiquem, porque o Senado, através desta CPI, não concordou com suas denúncias e intenções contra o Deputado Federal Max Rosenmann, que S. Ex^a foi capaz de fazer as mais graves e irresponsáveis acusações aos membros desta CPI, como atestam os jornais, que junto como prova neste momento. Pois bem, se S. Ex^a não tem respeito pela CPI.

pelo Senado, que respeito, acreditam os senhores, teria S. Ex^a respeito por alguém que teria ferido suas susceptibilidades, quando lhe alertou sobre atitudes de membros da sua família, que controlam o Governo? Alerta que S. Ex^a deveria ter ouvido, pois teria evitado o primeiro escândalo no seu Governo, com a denúncia de seu irmão usou um prédio público para oferecer uma grande festa de aniversário para centenas de novos amigos. Documento que junto, agora, também.

Fui agredido, fui caluniado, fui vítima de minha fé e da crueldade política do Governador do Paraná, que procura, no meu entender, afirmar continuamente sua posição de vestal para encobrir os seus próprios desatinos. A CPI poderia exigir do Governador a sua prestação de contas como Prefeito de Curitiba, até hoje não aprovada, embora tenham se passado mais de dois anos do término de sua gestão. Fui agredido de maneira desleal, além de tudo, porque vi meu nome enxovalhado publicamente e não tive direito à resposta. Todos sabem que o Governo exerce firme controle sobre boa parte da imprensa paraense, através da Secretaria de Comunicação Social, dirigida por Fábio Campana, seu fiel escudeiro. Não tive direito à defesa pública como tenho aqui nessa instância democrática, que escapa ao Governador e ao seu controle, e por isso mesmo o desagrada. Porque o Governador Roberto Requião não suporta nada, em ninguém que não esteja sob suas ordens e conveniências, e não tem escrúpulos para atingir os seus objetivos.

O próprio Senado, através da CPI, volto a insistir, é o melhor testemunho do que afirmo. Esta CPI, o Sr. Roberto Requião tentou usar como instrumento de ataque aos seus adversários, de promoção fácil na imprensa nacional. Um desrespeito grave, uma atitude irresponsável. Esta CPI, creio, humildemente, deve ter sanções para atitudes desse tipo.

Nesse sentido, quero deixar aqui algumas sugestões ao encerrar o meu depoimento inicial. O combate à corrupção é fundamental nessa quadra da vida política do País. Ninguém tem o direito de tentar desmoralizar instituições como esta CPI, que trabalha de forma responsável e correta contra a corrupção. Foi o que fez o Sr. Roberto Requião, que apresentou um papelucho que deveria voltar à lata do lixo.

"A CPI, sugiro, deve tomar providências contra esse tipo de sensacionalismo barato e desprezível, como o que foi tentado pelo Governador Roberto Requião.

Sugiro, com todo respeito, que a falta de provas, evidências, e confirmado o comportamento do Sr. Roberto Requião, seja S. Ex^a convocado não mais como denunciante, mas como depoente, acusado de tentar utilizar-se da Instituição em benefício próprio, que se traduziria em promoção pessoal.

Creio, Srs. Senadores e Deputados presentes, que essa também é uma forma de corrupção. Corrupção dos costumes, dos hábitos, das leis e da imagem que todos devem ter de verdadeiro combate à corrupção, como o esclarecimento de algumas posturas administrativas, como as que junto agora para esta Comissão.

Sugiro, também, o fim do nepotismo na Administração Pública, parentes não podem exercer cargos públicos que impliquem no controle da máquina do Estado. O Paraná é um exemplo de quanto isso é nefasto, parentes, no máximo, em cargos de assessoria, jamais em cargos de responsabilidade pública, que permita decisão sobre verbas e orçamentos. E que o denunciante responsável seja obrigado a corrigir, publicamente, o mal perpetrado contra a honra e a dignidade do que o denunciou, que, por sua conta e meios pessoais, faça

o reparo através da imprensa, com o mesmo destaque e espaço que obteve ao proferir calúnias.

Para encerrar, quero desculpar-me pelo longo relato, mas era necessário para mim, senhores membros desta CPI, colocar a minha posição completa sobre o assunto, pois só aqui nesta CPI dispus de ambiente democrático, de liberdade, para falar o que amargura minha existência nesses últimos dias, marcada pela atitude de um Governador que não tem respeito pela honra alheia, talvez porque não tenha nenhum respeito pela sua própria honra.

O Paraná me preocupa. Penso naquele Estado que aprendi a amar, como amo o Brasil e seu povo. Penso no destino e na sorte dos menos favorecidos, completamente indefesos diante de tanta arbitrariedade. Penso o que pode ocorrer com aqueles que não dispõem de recursos mínimos que se antepõem à vontade e aos interesses do Governador. Se ele é capaz de afrontar esta Casa, esta CPI, os Senadores, os Deputados, os Congressistas, pensem que tipo de afronta cruel pode ele perpetrar contra adversários humildes.

Era o que tinha a declarar, coloco-me à disposição de V. Ex^a para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — A Presidência concede a palavra ao eminente Senador Divaldo Suruagy, primeiro inscrito, para questionar o depoente.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Sr. Antônio Celso Garcia, V. S^a expõe o seu ponto de vista a respeito de colocações firmadas nesta Comissão pelo Governador do Paraná, Dr. Roberto Requião. V. S^a se deu ao cuidado de elaborar um documento por escrito, naturalmente para fugir às emoções que o improviso muitas vezes provoca.

Então, imagino eu, V. S^a deixa bem claro que, em momento algum, foi procurado pelo empresário Paulo Cesar Farias para intermediar qualquer negócio entre empreiteiros e o Governo do Paraná. Gostaria que V. S^a repetisse, deixando isso bem claro, para todos nós se é verdade o que interpretei.

O SR. ANTÔNIO CELSO GARCIA — Senador, é o seguinte. Realmente, usei do meu depoimento por escrito porque, também, não tenho muita experiência de falar em público. Foi a primeira vez que disputei um cargo político no Paraná e, realmente, queria deixar uma coisa bem clara.

Agora, em relação ao Sr. Paulo César Farias, conheci-o na época da campanha do Presidente Collor, quando ainda com amigos, bem mais anteriores, como Daniel Tourinho, do meu Partido, pessoas que estavam na caminhada com Fernando Collor. Foi quando conheci o Sr. Paulo César, que era um dos militantes do PRN, naquela direção do Presidente. Vi o Sr. Paulo César mais uma vez durante a minha campanha eleitoral. Antes de sair candidato a Senador, pelo Paraná, estive outra vez com o Dr. Paulo César numa reunião de amigos, onde o encontrei de novo. Jamais falei com ele sobre obras, jamais conversei sobre assuntos de negócios, não tenho a liberdade, inclusive, de conversar com ele sobre negócios, de alguma coisa que levasse para qualquer outro lado.

E quanto ao Governador, jamais toquei no nome desse senhor. Fiquei sabendo que o problema do Governador era o seguinte. S. Ex^a estava esgotando já a sua mídia de tanto falar mal do ex-Governador de São Paulo. S. Ex^a estava procurando alguma maneira de continuar na mídia, e pela notoriedade do Sr. Paulo César Farias fazendo como se fosse minha e do Deputado Max Rosemann uma coisa, que nós dois começávamos a despontar como as pessoas que mais tinham condi-

ção de disputar a Prefeitura de Curitiba. Não somos de seu Partido, nós não somos de seu meio político, e ele aproveitou para matar dois coelhos como uma cajadada só, ou três, o Deputado Max Rosenmann eu e o próprio Paulo César, para continuar na mídia. Foi isso o que aconteceu.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — V. Ex^a continua com a palavra, Senador. (Pausa.)

Com a palavra o eminente Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR — Sr. Presidente, há muito pouca coisa que se possa acrescentar ao depoimento do Sr. Antônio Celso Garcia, porque até já havia me pronunciado quando do depoimento do Deputado Max Rosenmann, dizendo a minha opinião sobre o comportamento do Governador.

Agora, diante do desrespeito que o Governador externa pela Comissão, da qual fazemos parte, e que só tem um objetivo, apurar as denúncias e procurar, também, eliminar a corrupção nas obras públicas, apenas tenho a lamentar que o Governador seja agente de tamanha irresponsabilidade. Diante do que o Sr. Antônio Celso Garcia apresentou como um documento do próprio punho, o Governador encarecendo ajuda, e diz a esta Casa que não procurou o Sr. Paulo Cesar Faria para nenhuma solicitação, acho que o depoimento do Governador diante desta Comissão foi, por todos os modos, um fato lamentável. Ele não mereceria ser ouvido nesta Comissão, como não merece, também, o crédito da Nação brasileira.

Dizia, naquela época, que existem agora vestais querendo utilizar a mesma técnica usada pelo Presidente Collor na campanha: "Combate à corrupção, denúncias e uma promessa de moralidade para o País", de modo que não faria nenhuma pergunta ao depoente. Reitero tudo que disse com relação ao depoimento do Governador, agora chegando à conclusão de que não valeria a pena. Nós incomodamos os dois depoentes, convocando-os aqui, e só foi lonjável, porque eles tiveram a oportunidade de se defender e a Nação saberá julgar diante do relatório final de nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO CELSO GARCIA — Posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Com a palavra o depoente.

O SR. ANTÔNIO CELSO GARCIA — Muito obrigado. Quando o senhor mencionou o episódio a respeito do bilhete que ele me deu, não só como bilhete. Até acho que isso aí queria esclarecer, o bilhete que ele meu deu pedindo para que ouvisse aqueles pleitos junto à Caixa Econômica, tenho tudo ali anexado, estou deixando aqui na CPI. Justamente, esses documentos, ele vem depois me denunciar como se tivesse feito através de um pedido do Sr. Paulo César Farias. E o que acontece? Acho que tudo isso já fazia parte de uma artimanha dele para me pegar na frente para fazer o que ele fez. É isso que desejava esclarecer.

O SR. MAGNO BACELAR — Não tenho dúvidas quanto a isso.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO CELSO GARCIA — Foi premeditado.

O SR. PRESIDENTE (Rui Bacelar) — Com a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi atentamente o depoimento do empresário Antônio Celso Garcia. Com a experiência que tenho de muitos anos na vida pública, sinto que este depoimento onde ele cita alguns dados de conversa que teve com o Sr. Governador, tendo no seu início de vida pública, um homem sem experiência de vida pública como V. S^a, um homem moço a quem o Paraná conferiu magnífica votação, quase que V. S^a seria um Senador representando aquele Estado progressista aqui junto conosco.

Senti de sua parte a sinceridade, a revolta, contra um mau caráter, que é este Governador do Paraná. Um Governador, que a primeira coisa que diz é que a CPI do Senado é parcial, ele não está respeitando o Poder Legislativo, este Poder que o povo delegou para representá-lo nas altas camadas de nossa democracia, que é o Senado, que é o Poder moderador.

Um Governador que abre um "disk-Quércia", companheiro de seu Partido, um Governador que foi Prefeito da Cidade de Curitiba e não teve a sua prestação de contas aprovada, esse Governador não tem autoridade moral para falar de ninguém e, mais ainda, ele devia trazer aqui as provas contundentes contra S. S^a, o Sr. Antônio Celso Garcia, o depoente de hoje, traz as provas e "mata a cobra e mostra o pau".

Portanto, o conselho que dou a esse Governador, como nós dizemos no Nordeste: "Conselho é como rapé, toma quem quer", é que S. Ex^a bote sua viola no saco, — está entendendo —, e comece a governar o Paraná e não jogue lama em quem ele não pode, sobre quem ele não tem autoridade.

Portanto, a minha opinião, neste depoimento, é que V. S^a, Dr. Antônio Celso Garcia, veio com a consciência tranqüila para depor e dizer na Comissão, com o respeito que ela tem, que o Governador do Paraná não aceitou que esta Comissão está apta a examinar a fundo esse problema de corrupção. O Governador do Paraná só quer tumultuar, só quer aparecer, sem autoridade moral para isso.

Portanto, congratulo-me com esta Comissão e com V. S^a pelo depoimento sincero, honesto, que todo homem de bem deve ter quando não tem a consciência pesada.

O SR. PRESIDENTE (Rui Bacelar) — Com a palavra o Senador Juthay Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão tem pautado os seus trabalhos de forma a não chamar a atenção sobre si em torno de denúncias que aqui chegam e, logo de saída, sejam transformadas em verdades absolutas. Se fôssemos levar esta Comissão na preocupação da publicidade, estaríamos aqui sempre com esse auditório cheio, porque as denúncias que me chegam, como chegam a cada um dos Srs. Senadores, são muito grandes, são inúmeras. Acho que quanto aos nossos trabalhos, no final, teremos que dar uma opinião e uma espécie de veredito a respeito do que aqui se passou.

Quando alguém vem a esta Comissão não vem na condição de réu. Isso, sempre disse. Disse ao Deputado Max Rosenmann, disse ao Governador Roberto Requião, estou dizendo agora ao Sr. Antônio Celso Garcia, ninguém vem aqui na condição de réu, todos que aqui vêm prestar um depoimento a respeito de fatos que se tornaram públicos e que devem merecer uma explicação perante a opinião pública e, principalmente, perante esta Comissão, para que, no final dos traba-

lhós, possamos fazer a nossa análise e dizer o que pensamos a respeito do assunto.

No seu depoimento o Governador Roberto Requião apresentou sugestões, no meu entendimento, válidas, e algumas delas com a sua análise em andamento; outras podem ser aproveitadas. S. Ex^a fez um depoimento que no meu entendimento, nesse aspecto, foi interessante até para a Comissão.

S. Ex^a apresentou duas denúncias. Uma, assim de passagem, e mais indireta, porque teve que solicitar ao vice-Governador que apresentasse, então, uma versão mais detalhada de uma conversa. A respeito do Sr. Antônio Celso Garcia, S. Ex^a fez uma denúncia grave, apontou — está aqui em seu depoimento — de que teria sido procurado e que se não atendesse àquela forma de editais dirigidos, através de um pedido do Sr. Paulo Cesar Faria, o Paraná deixaria de receber aqueles recursos. O Sr. Antônio Celso Garcia, no seu depoimento, mostra que isso nunca ocorreu, que esse fato jamais ocorreu entre os dois e traz, também, alguns documentos procurando provar o contrário do que foi afirmado.

Vejam V. Ex^{as} São dois depoimentos feitos após eles prestarem juramento. Todos os dois prestaram juramento de que diriam a verdade. São dois depoimentos conflitantes, totalmente conflitantes, um declarando “fez isso”, o outro declarando “não fiz aquilo”. Como não importa, para mim, o que o Governador declarou nos jornais e tal a respeito. Também acho que nós aqui eu, pessoalmente não, mas não deveríamos ter dado um veredito naquele momento deveríamos ouvir e, depois, então, no final é que deveríamos apresentar o nosso veredito. Mas foi, não por corporativismo, como diz o Governador, mas por consciência, talvez, cada Senador tem uma consciência e disse o que achou que deveria ter dito. Merecemos críticas? Que cada um faça a crítica que quiser, é um direito; que cada um diga o que quiser, como também, poderá ouvir às vezes, o que não quer.

Então, este depoimento de hoje, para mim, reduziu-se, exatamente, a este ponto, que a única acusação que há é esta, de que foi a pedido do Sr. Paulo Cesar Farias que “tinha procurado para dizer isso, isto, aquilo”. O depoimento de hoje diz que não.

Sr. Presidente, como chegar à verdade? É a política do Paraná, estão trazendo-a do Paraná para a CPI? Não é esse o nosso trabalho. Respeitamos a política de todos os Estados, e eu, pessoalmente, acho que podemos trazer assuntos que digam respeito aos Estados, mas desde que estejam também envolvidos com os assuntos desta Comissão, e foi o que procuramos fazer.

Vejo que, infelizmente, lá no Paraná, pelo menos, o aspecto político daquele Estado teve mais ênfase do que a verdade dos fatos, a busca da verdade. E, para nós, acho que temos que nos ater, exclusivamente à busca da verdade. Não estamos atrás de escândalos. Queremos acabar com tudo que possa significar corrupção neste País. Se pudermos ajudar a acabar com essas denúncias, com esses fatos, digo, antecipo até, talvez não devesse nem dizer, que, para mim, há indícios de que os editais, hoje, são muito dirigidos, existem. Provar, vai ser outra coisa. Há indícios, não é no Paraná não de que hoje existe isso, infelizmente, e que está muito difundido no País.

O que é que vou perguntar ao Sr. Antônio Celso Garcia? Repetir o que disse no seu depoimento? “Não é verdade, não foi verdadeira a conversa, não tive nenhuma conversa nesse sentido”. Já disse isso no depoimento, não precisa ficar

repetindo isso. Chamar de novo o Governador? Botar os dois frente a frente?

Acho que nós não chegamos a nada com esse tipo de trabalho, porque, como disse, foram feitos os depoimentos, após terem prestado juramento, e aí o Relator conhece muito mais do que eu, de que perjúrio é crime. E se conseguirmos comprovar que um dos dois cometeu perjúrio, então, aí, teremos condições de tornar responsáveis, aí, sim, quem cometeu perjúrio retornar aqui como réu. Mas, no momento, não tenho como fazer essa diferenciação. Não quero me envolver na política do Paraná. Acho que o Sr. Antônio Garcia é um jovem, não o conhecia, mas esteve aqui. Não vou dar atestado de nada, não posso dar atestado de nada, mas fez uma declaração peremptória. Agora, caber-nos-á, se possível, se tivermos condições para isso, buscar a verdade e ver qual dos dois teve, realmente, condição de afirmar, com mais segurança, o que disse. Acusar é fácil, acusar é a coisa mais fácil que existe neste mundo. Nós, políticos, estamos aqui à mercê de acusações a cada instante. Por isso, tenho muito cuidado em fazer diagnósticos e dar atestado e responsabilidade a quem quer que seja, quando vejo alguém ser acusado. Acho que este assunto vai ser muito difícil comprovarmos com quem está a razão. Eu lamento que tenhamos chegado a isso. Agora, vamos ver os editais do Paraná e verificar como estão sendo feitos. Se obtivermos alguma pista, iremos segui-las; se não obtivermos, foi um tempo perdido que tivemos, mas também é o nosso papel perder tempo, mas sempre na tentativa de encontrar a verdade.

Por isso, Sr. Presidente, não tenho pergunta nenhuma a fazer, mas penso que temos que continuar caminhando, procurando trazer a esta Comissão fatos mais concretos, fatos a que possamos aqui, na medida do possível, dar um desenvolvimento para chegarmos àquilo que desejamos, que é, não só a verdade, mas encontrar meios, propostas e sugestões para evitarmos o que está ocorrendo por aí agora.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares, Relator da comissão. Antes, porém, o depoente, Sr. Antônio Garcia, deseja usar da palavra para fazer um comentário a respeito do pronunciamento do Senador Jutahy Magalhães. Concedo a palavra a V. S^a

O SR. ANTÔNIO GARCIA — Senador, eu ouvi com atenção as suas palavras. V. Ex^a falou que ficou mais à tona o problema da política do Paraná. Realmente, isto aconteceu. Ao contrário do Governador, que, depois que fez essa acusação, me evita, eu, publicamente, em jornais, em televisão e de todas as maneiras que eu pude — porque é difícil brigar contra um governador que faz uma calúnia —, me propus a ficar frente a frente com S. Ex^a em qualquer programa de televisão, com detector de mentiras em nossos braços, eu me dispus a ficar com ele de maneira a que S. Ex^a pudesse apresentar uma prova de que eu tivesse levado alguma coisa. Quando o Governador esteve aqui, nos jornais, a princípio, quando fez denúncia, S. Ex^a disse que teria sido um telefonema — estas são as contradições do Governador —; depois do telefonema, eu teria estado lá pessoalmente e, depois, teria entregue a ele um papel, pessoalmente, papel este que S. Ex^a teria me devolvido.

São estas as contradições e o que eu estou tentando dizer, Senador, é que realmente é algo difícil julgar quem está falando a verdade e quem está mentindo. Mas acredito, na minha forma humilde de entender, o seguinte: uma pessoa que faz

uma denúncia tem que estar respaldado em alguma coisa. Não se pode simplesmente criticar uma pessoa, caluniar, e não ter como segurar e sustentar essa denúncia. É isso que considero grave nas atitudes do Governador. S. Ex^a, hoje, está com o seu mandato sub judice, porque disse que o candidato Martinez teria feito outras coisas no Paraná e que teria mandado matar gente, e apresentar uma pessoa que ele forjou. Agora, estão todos sendo processados por isso e ele conseguiu e consegue fugir da Justiça. Hoje, ele tem um mandato de governador e está sendo processado, com seus assessores, por um programa mentiroso de televisão com calúnias que envolviam famílias. No entanto, até agora, não se encontrou um jeito de punir um ser humano como esse, que não tem respeito pela vida, pela família, por nada.

É esse tipo de pessoa, esse tipo de personalidade, que eu gostaria de questionar aqui, Senador. É esta a única diferença que eu vejo na declaração de V. Ex^a, que coloca como se o Governador estivesse mentindo ou como se eu também pudesse estar mentindo; ou mesmo como se eu tivesse denunciado o Governador, como eu fiz aqui hoje, com o último documento que eu entreguei a esta CPI, que é justamente a cópia de um decreto, segundo o qual o Governador ou qualquer Secretário pode fazer contratos de até 1 milhão de dólares, sem concorrência; ele simplesmente contrata. É um decreto que foi denunciado pelo jornal, anteontem, no Paraná.

Há um outro decreto que estou juntando para a CPI. O que se pode esperar de um homem que vem aqui e prega, no Brasil inteiro, a moralidade, o respeito, contra a corrupção e faz um negócio desse no próprio Estado? Será que as atitudes deste Governador não seriam para encobrir esses seus atos? Será que, ficando no ataque, não seria mais difícil que alguém ficasse contra ele? Será que não é essa língua desmedida que faz com que todo mundo fique acuado na sua frente? É esta a pergunta que eu faço nesta CPI: esta personalidade dele, de atacar, não seria para encobrir os seus próprios erros, como a não-aprovação da sua conta na prefeitura, depois de dois anos e meio como prefeito? Onde está toda essa honestidade? Onde está todo esse respeito, que ele prega à Nação?

É isto, Senador, que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Quero dizer mais duas palavras, só. Aqui, eu, pelo menos, não farei julgamento, antes do relatório final desta Comissão. Estou escutando as declarações que foram feitas; as acusações ao Sr. Antônio Garcia foram feitas pelo Sr. Requião; as acusações ao Sr. Requião foram feitas pelo Sr. Antônio Garcia. Eu, pelo menos, julgarei isto, no decorrer dos trabalhos, para, no final, no relatório do Senador Elcio Alvares, dizer também o que penso. Agora, hoje, eu não digo que eu penso. Não é este o meu papel; vou ainda examinar, outros fatos vão ocorrer. Sei, quando a pessoa é denunciada, da angústia que fica para que o assunto seja logo resolvido. Por isso é que damos à pessoa o direito de vir, falar e dizer o que pensa e mostrar o que puder mostrar. Agora; julgar os atos do Governador, se S. Ex^a está agindo corretamente ou se não está agindo corretamente, isto, hoje, pelo menos, eu não farei de maneira nenhuma. Para mim, são muito secundárias as palavras do Governador a respeito da CPI e isto não fará com que eu modifique o meu pensamento e não fará com que eu fique com raiva de S. Ex^a, não.

Agora, se eu achar que o Governador foi irresponsável, se eu achar que S. Ex^a está tomando atitudes, lá, que não merecem a nossa absolvição final, no momento oportuno falaremos.

O Sr. Antônio Garcia, o senhor falou o que estava disposto a falar, reconheço a sua angústia. Mas não é papel desta Comissão, hoje, apresentar o resultado final deste episódio.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) — Sr. Presidente, eminente Colegas, eu me reservei para falar ao final, porque, na verdade, esta Comissão, ao longo dos dias, tem timbrado por um comportamento que considero altamente ético, e o Senador Jutahy Magalhães foi feliz ao assinalar um ponto: nós não temos tido nenhuma preocupação com divulgação de fatos, mesmo porque, pela delicadeza dos assuntos aqui tratados, qualquer versão poderia acarretar prejuízos para as partes e até, quem sabe, perturbar o andamento da Comissão. Todos têm percebido — e o Senador Ruy Bacelar tem sido primoroso, juntamente com o Senador Jutahy Magalhães, que são os dois que têm a incumbência da Presidência — que esta Comissão não frequenta o noticiário dos jornais, da televisão, colocando ou enfocando pretensos fatos que devam ser apurados.

Lembro-me, na minha estréia neste Senado, quando fui designado pelo meu Partido para acompanhar a CPI da Previdência, que um dos pontos que eu deixei claro, logo no início, é que eu era contrário à divulgação de listas no momento em que a Comissão estava realizando o seu trabalho. Após o relatório, tudo muito bem, deviam ser arrolados aqueles que tinham, de uma maneira ou de outra, uma participação que fosse julgada altamente delituosa ou criminosa.

Nesta CPI, eu quero fazer uma colocação: é o primeiro dia, e não faço pré-julgamento, mesmo porque tenho a responsabilidade de ser o Relator desta Comissão.

O SR. MAGNO BACELAR — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) — Pois não, nobre Senador.

O SR. MAGNO BACELAR — Eu tenho pelo Senador Jutahy Magalhães o mais profundo respeito. A minha vinda para o Senado me propiciou a convivência com homens da envergadura do Senador Jutahy Magalhães e, hoje, as palavras de S. Ex^a são sábias, realmente.

Gostaria apenas de colocar a minha posição, porque eu me manifestei, realmente aos dois episódios mas, com relação aos trabalhos da CPI, a tudo que vem apurando, eu tenho me mantido calado, aguardando julgamento. Ainda no pronunciamento anterior, eu disse que, ao final do relatório, nós teremos o resultado de tudo isto.

Eu me manifestei e não pude realmente me conter diante de dois fatos caracteristicamente políticos colocados nesta Comissão: quando do depoimento do Presidente ou Líder da Assembléia da Bahia e no caso do Governador Requião, a quem eu até me recusei a arguir, porque a sensação primeira foi a que eu tenho até hoje. Eu considerei que o Governador, pela rapidez da acusação inconsequente, não merecia o meu respeito. E o julgamento que S. Ex^a fez da Comissão também — eu respeito a posição do Senador Jutahy Magalhães, e volto a falar no nome de S. Ex^a — não nos autoriza a ficar

com raiva dele, é porque seria falta de respeito por algo que não está julgado ainda. A Comissão seria ótima se incriminasse e atendesse às suas acusações imediatamente. Como não o fez, não tem nenhum significado para o Governador.

Da mesma forma, o depoimento de S. Ex^a não acrescentou nada e esta Comissão que tem sofrido muito porque é difícil se carimbar o corrupto neste País, há sempre uma evasiva. Mas nós estamos — é o que queria ressaltar — cumprindo a nossa obrigação. É cansativo, é penoso, mais uma vez o Senador tem razão; estamos aqui a serviço da população e não para sermos julgados por um governador, por jornalistas e por quem quer que seja. Quem nos julga é a nossa consciência pela obrigação que temos para com os nossos eleitores.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) — Agradeço ao Senador Jutahy Magalhães e ao Senador Magno Bacelar as intervenções e prossigo de uma maneira quase que didática porque, ao longo da minha vida como advogado, lidei com muito processo, principalmente na área criminal, e tenho sempre uma preocupação. Se se fizer agora uma viagem no tempo, no dia em que argüimos o Governador Roberto Requião, que nos merece apreço porque, afinal de contas, é um Governador, é um homem público, tivemos o cuidado, principalmente em relação ao fato relacionado com o Deputado Max Rosenmann, de perguntar, por mais de três vezes, de forma objetiva, como o Governador, que é um advogado militante, como S. Ex^a declarou aqui, poderia caracterizar os crimes de extorsão e peculato. Temos as notas taquigráficas, e em nenhum momento houve, perante esta Comissão, a acusação impositiva, o fato que possa acontecer em nível de jornal, da política até do próprio Paraná, que me pareceu — e eu também falei no primeiro dia do depoimento do Governador Roberto Requião — que a Comissão estava servindo de pano de fundo para a discussão da política do Paraná, que eu respeito. Eu sou político do Espírito Santo e lá o meu comportamento é o do homem tribal, do homem que disputa a sua terra; temos os nossos problemas, no Espírito Santo, mas quando alçamos à CPI do Senado, é evidente que nossa visão é diferente. No Paraná, tudo é válido e parece — ninguém aqui é jejum em matéria de política — que existe uma grande questão política envolvendo esses quadros todos, com candidatos que despontam com popularidade e que estão, de uma forma ou de outra, se envolvendo de uma maneira dolorosa — e aí estou inteiramente de acordo com o Senador Jutahy Magalhães.

Também, como o Senador Magno Bacelar, externei a minha opinião porque entendi que a pessoa que é convocada por uma denúncia de maneira formal, e não há formalização concreta da denúncia na CPI, paga uma maldição durante os dias; e verifico que existe uma orquestração de notícias. Eu também não me incomodo, penso que o Governador tem o direito democrático dele, é do contraditório, de fazer o juízo que bem entender. Não podemos, nós da Comissão, extrapolar além da prova apresentada. No primeiro caso, o do Deputado Max Rosenmann, quero deixar claro, nas três perguntas formuladas ao Governador, S. Ex^a declarou nos jornais — e tem todo o direito de declarar, defendendo o seu direito democrático — que a Comissão não teria considerado as evidências que S. Ex^a colocou, tendo se preocupado com a defesa do Deputado Max Rosenmann. Eu não formei o meu juízo com a defesa do Deputado Max Rosenmann, formei o meu juízo exatamente a partir daquilo que era peça angular da acusação, a denúncia, que me pareceu, em relação ao Deputado Max Rosenmann, insubsistente. Eu não iria cultivar

um estado de espírito com uma expectativa, porque, na verdade, verificamos que uma declaração feita aqui tem uma repercussão terrível no Estado do Paraná.

Então, é evidente que interessa a esta Comissão, a briga do Paraná, e nem vamos entrar nela. A nós interessa a apuração dos fatos que chegaram a esta Comissão, o envolvimento do PC como elemento intermediário numa possível concorrência e que teve aí, neste caso, a participação do depoente de hoje, Antônio Celso Garcia, e a possível interferência do Deputado Max Rosenmann, a fim de angariar qualquer tipo de benefício pois, na verdade, não encontrei o documento que foi entregue a esta Comissão — e quero — deixar isto claro, foram entregues dois documentos. A minuta do expediente, que procurei ler com toda atenção dizia que no momento em que a obra passasse do Governo do Paraná para a União, seriam respeitados todos os empreiteiros; e, aí, perguntei ao Governador, e me lembro disso: Governador, o Paraná não economiza 30%, que é a contrapartida? “Ele disse sim”. Então, qual seria o comportamento aético, criminoso — porque houve uma denúncia de extorsão e peculato não definida, mas existe esta denúncia no ar — qual seria o prejuízo que o Estado do Paraná iria tomar? A partir daí eu formaria o raciocínio.

Na ocasião em que estavam presentes o Senador Magno Bacelar e alguns outros Senadores, eu externei um ponto de vista, em função da angústia que tenho como parlamentar, e hoje a classe política... Tenho assistido alguns programas que são produzidos nos Estados Unidos, e de duas semanas para cá, sem mais nem menos, os personagens sempre colocam o político como um irresponsável: ele é igual ao político. Isto está acontecendo com uma frequência incrível nos canais de televisão. Via uma publicidade de um jornal outro dia, aqui, de Brasília, dizendo se o seu deputado é imoral, leia o nosso jornal. Vai-se criando perante a opinião pública uma péssima imagem. Tira-se o trecho de uma peça, de um ator famoso que participou de uma novela da Rede Globo, fazendo o papel de um bêbado, exatamente o trecho em que há realmente uma crítica ferina contra o político. Então, para ser político, é necessário ter realmente todas as antenas ligadas. É doloroso isto. Na vida política o cidadão, às vezes, não comete o fato. Mas só a simples versão, que ele carrega ao longo de uma vida política, é uma maldição. Em todo programa de televisão ele é obrigado a dizer, a repetir o fato, a esclarecer, porque sempre fica uma dúvida e uma maldade.

Então, naquele caso do Deputado Max Rosenmann, eu tive uma reação normal. Eu entendi, li o documento, que está em nossas mãos. Não me pareceu e pode até surgir um fato superveniente — que me leve a colocar o Deputado Max Rosenmann, novamente, na condição incômoda de acusado de uma prática que de alguma maneira tira a dignidade de seu mandato.

E agora o depoimento de hoje. Quero fazer uma referência a ele também. Recebemos do Governador do Paraná um papel amarranhado que ele diz ter apanhado numa cesta de lixo — onde estão relacionados processos de financiamento de obras na Caixa Econômica Federal, isto em computador; e logo em seguida, anotações feitas à mão, dizendo que essas obras seriam determinadas para algumas firmas, até de porte, como a Andrade Gutierrez, Diamantina etc. Esse papel indicava que as obras daqui já teriam cartas marcadas, com firmas determinadas em relação à licitação, à concorrência.

Perguntei ao Governador — se estamos lembrando bem do depoimento — se ele poderia dizer para nós quem era

o responsável por esta parte manuscrita do documento. Estou verificando, inclusive no documento que está sendo entregue pelo depoente, que é a repetição exata do computador. Logicamente, para a Comissão o que vale é a parte manuscrita. Se alguém assumisse a responsabilidade desta parte manuscrita, teríamos o início do novelo. Mas, o Governador não sabe e diz que recebeu um papel de um cidadão que é seu empregado conforme soubemos hoje; e, então, fica este documento, que qualquer um poderia ter entregue, mas não há nenhum indício, nenhum vestígio e não há nenhuma evidência que o caracterize, porque se evidência houvesse, esta Comissão teria a obrigação de procurar investigar todos os fatos.

Quero só fazer um registro: não entro na política do Paraná. As críticas formuladas pelo Governador, eu as encaro como político. É o direito do contraditório e ele pode divergir, nós podemos divergir, mas neste momento em que estamos julgando — e nós aqui somos julgados — estamos equiparados aos juízes para efeito de proferir a decisão.

Eu gostaria de fazer um cometário, sem entrar no mérito do meu pensamento, que será depois debatido pela comissão: vamos formar o juízo derradeiro, o juízo que vai determinar o resultado desta Comissão. Eu gostaria de citar um fato: o depoente disse, aqui, que o Governador viajou várias vezes com ele, que o Governador se utilizou do avião dele; que o Governador era amigo dele. Nós tivemos a oportunidade de ver em alguns jornais, aqui — eu não conheço a política do Paraná, torno a frisar — que ele foi o responsável para trazer os deputados do PRN em favor do Governador e aqui tem a notícia de que o Governador jantou na casa dele; eu, Governador do Estado, jamais iria em casa de quem não merecesse a minha confiança, mesmo na participação política, porque eu estaria dando uma cobertura indireta a um cidadão para se evidenciar. E até os jornais do Paraná, parece-me, fazem uma exploração, ao dizer que o Sr. Martinez, líder do PRN, que foi o candidato derrotado pelo atual Governador, estava perdendo terreno para o candidato ao Senado do PRN, que é o depoente que está aqui.

Agora, o ponto mais grave que eu gostaria de assinalar: essa entrevista foi dada no dia 9 de junho de 1991; é evidente que, várias vezes, o Governador já havia andado com o Sr. Toni Garcia e até viajado com ele. Ele diz, aqui, no dia 9 de junho de 1991 — portanto, recentíssimo — quando foi entrevistado pelo jornal *Correio de Notícias*:

Por outro lado, eu diria a você — falando com o repórter — que o Toni Garcia tem feito o possível e o impossível para ajudar o Governo do Paraná. Tem sido sempre um companheiro à disposição para resolver todas as dificuldades e os problemas que estão ao seu alcance.

Um conceito desse, feito no mês de junho...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Esse ponto é muito interessante e eu gostaria de obter um esclarecimento, para o meu julgamento final. V. Ex^a cita o dia 9 de junho de 1991. Sobre aquela suposta conversa do Sr. Toni Garcia com o Governador, existe alguma data, para sabermos se essa entrevista foi posterior à tal conversa? Se foi posterior, o fato torna-se mais grave. Se a declaração é posterior, fica evidente que não houve razão. Se ele tivesse tido aquela conversa antes de dar a declaração, seria meio esquisito. Gostaria de saber se há alguma relação de data.

O SR. ELCIO ÁLVARES — É o mesmo caso do Deputado Max Rosenmann, que recebeu um elogio aqui a respeito do comportamento ético. Então, é alguma coisa dentro da formação do conceito. Eu não emito um conceito a respeito de uma pessoa para considerá-la uma figura extraordinária... Devemos ter cuidado, como políticos, quando elogiamos determinadas pessoas. Agora, o fato mais grave é que essa denúncia ocorreu — e já tive oportunidade de corporificá-la — dois dias após, quando o Governador do Paraná foi ao programa do Sr. João Soares, em companhia do depoente e no avião deste; jantaram juntos em um restaurante e ele disse que esse papel já existia há três ou quatro dias, jogado na lata de lixo. Porque se ele teve — e é natural, é humano, qualquer governador tem esse direito — a irresignação de uma proposta dessa ordem, ele não deveria ter viajado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É exatamente isto que quero saber. Se a conversa do Sr. Toni Garcia com o Governador a respeito da proposta do Sr. PC, foi anterior à declaração. Se foi anterior, aí, para mim, torna-se muito mais claro.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Mas o fato mais grave é o de ter viajado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Quanto a ter viajado, o próprio Governador, no depoimento, fala que viajou várias vezes.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Mas já tendo havido o documento, já tendo havido o fato...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É exatamente isso que quero saber, para ficar bem determinado, se essa suposta conversa ocorreu antes ou depois da declaração e da entrevista que V. Ex^a menciona.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — A Presidência deseja saber do Senador Elcio Álvares, assim como o senador Jutahy Magalhães, se essa declaração foi posterior ou anterior?

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Essa declaração foi anterior; ele a fez aqui, em junho. Acontece que no último dia em que conversei com o Governador — até citei aqui... Essa suposta conversa, na qual eu teria entregado essa lista para ele, aconteceu no dia 19-8-91, às 14 horas, no gabinete dele. E mais ainda, no mesmo dia, depois que ele fez a denúncia, está comprovado em jornais, foi O Estado de S. Paulo, inclusive, que publicou...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — A denúncia foi em que dia?

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Dois dias depois, no dia 21. Ele viajou nesse mesmo dia, quando eu teria entregado a lista para ele; viajou comigo; foi ao Programa do João Soares; jantou comigo e voltou comigo para Curitiba. Ele me convidou, no seu gabinete. Ele teria viajado com uma pessoa que tivesse praticado um ato de extorsão contra ele nesse mesmo dia?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Pergunto agora: E V. S^a não poderia ter proposto isso na viagem?

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Não, porque, nesse dia, quando ele fala do telefonema que recebeu, nas suas próprias declarações para outros jornais, ele deixa claro que fui pessoalmente no seu gabinete no dia tal. Ele não falou isso aqui; aqui ele falou que recebeu telefonemas, ou

eu lhe teria levado e que depois foi levado por um empreiteiro. Na verdade eu acabei de ver uma coisa muito grave aqui agora, eu não tinha visto essa lista que ele entregou à CPI: a última empreiteira que está colocada aqui como uma das beneficiárias dessa licitação dirigida seria a CG; essa CG é onde o Sr. Hélio Lopes, essa pessoa que supostamente teria entregue a lista para ele, participa da sociedade dessa empreiteira.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas isso foi dito aqui, na época, no próprio depoimento dele. O autor dessa lista manuscrita fazia parte de uma das empreiteiras, não me lembro qual.

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Senador, na declaração dele, ele não fala que a pessoa era da CG, ele fala que foi um empreiteiro amigo dele. Só que estou vendo aqui, agora, a CG, a última empreiteira aqui; esse amigo dele é sócio, seria um dos beneficiários também. Agora, quanto a essa letra aqui, proponho-me, nesta Comissão, também a fazer um exame grafológico para ver se essa letra aqui é minha. Estou à disposição para fazer o exame.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, estou argumentando porque também não quero expender um juízo definitivo, que reservo para o relatório. Há um outro documento aqui que pode até ser contestado, porque está em xerox: "Toni, pleito do Paraná na Caixa. Um abraço. Requião". Parece-me que o grau de intimidade entre o Governador e o depoente era bem assinalado. E ele junta aqui a mesma relação de obras, que são as obras que estão sendo impugnadas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Senador, gostaria de saber se V. Ex.^a poderia precisar o dia.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Não tem data.

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Sessenta dias antes da denúncia dele, mais ou menos.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Era bom gravar, porque esse documento pode ser até contestado pelo Governador.

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Eu posso mandar o original, Senador.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Mas, em síntese, eu gostaria de dizer o seguinte: dentro daquele raciocínio nosso, da primeira vez, com o Deputado Max Rosenmann se preocupando com a prova, hoje a prova que tenho na mão, a prova documental é esse documento. O ponto nodal do depoimento de Antônio Celso Garcia, neste momento — e o Senador Divaldo Suruagy foi muito objetivo, percebeu logo —, era afirmar ou não o fato. No momento em que o fato está infirmado — e até com a riqueza de detalhes — tenho a impressão de que eu, como Relator também, não tenho nada a perguntar. Fiz esses comentários, quero dizer, respeitando o direito do Governador do Paraná, Roberto Requião, de externar esse ponto de vista político, como ele fez através da imprensa. Somente nós, da Comissão, é que não podemos realizar uma espécie de debate paralelo à Comissão. Nós nos reservamos para o julgamento final, o relatório final desta comissão, apenas assinalamos o seguinte: que, infelizmente — seria de nosso gosto, porque há um empenho tão grande aqui para apurar casos de corrupção —, as prováveis evidências, conforme o Governador fala, não nos levaram à conclusão de um fato concreto que pudesse ensejar uma investigação mais rigorosa.

O Sr. depoente, ouvido com todo o respeito aqui, não nos deu margem a que pudéssemos fazer, de uma forma direta ou indireta, a apuração de um fato concreto que resultasse ou num crime de extorsão, ou num crime de peculato. Na verdade, o crime mais grave anunciado na denúncia do Governador é o crime de extorsão, e em nenhum momento houve a configuração da extorsão, que é uma figura típica de direito penal. E, dessa maneira, não estamos debatendo política do Paraná, não queremos ingressar na política do Paraná, apenas ficamos com a realidade dos autos. Infelizmente, o depoimento aqui produzido, com os dois papéis que nos foram entregues, a cópia de uma minuta e esta relação em computador com anotações manuscritas não dão ensejo a esta Comissão de apurar qualquer fato que pudesse estar dentro da linha de apuração da Comissão.

Portanto é o nosso posicionamento, como Relator. Mantemos a mesma postura de querer investigar o fato na sua realidade plena e, assim, Sr. Presidente, deixando de fazer perguntas, porque, através do depoimento prestado pelo Depoente Antônio Celso Garcia ficou elucidada a sua parte, em perfeita oposição àquilo que foi falado aqui pelo Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Concedo a palavra ao Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR — Sr. Presidente, apenas para esclarecer a sua dúvida com relação à simultaneidade da viagem e da proposta. Pelo depoimento do Governador aqui, que foi fornecido pela Comissão, fica claro que a conversa sobre a proposta foi anterior. Ele diz o seguinte: "... imediatamente procurei o Presidente da SANEPAR, que estava em Brasília e com quem não consegui um contato. Eu estava indo para São Paulo, a fim de fazer um pronunciamento no Programa do Jô Soares; Fui a São Paulo e o empresário e ex-candidato a Senador, Toni Garcia, me acompanhou". Então, não foi no decorrer da viagem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Antes de encerrar a presente reunião, já que, por motivos outros, não presenciei o depoimento do Sr. Governador nem do Sr. Deputado Max Rosenmann, tenho algumas dúvidas que gostaria que V. S.^a me esclarecesse:

Esta Comissão tem como finalidade apurar denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas. O Sr. Governador do Estado do Paraná denunciou tanto V. S.^a como o Deputado Max Rosenmann. V. S.^a, após a eleição, tornou-se amigo íntimo do Governador do Paraná, inclusive levando parte da Bancada do seu Partido a apoiá-lo na Assembleia; V. S.^a, durante um determinado período fez grandes elogios ao Governador do Paraná, de acordo com depoimento em jornal que acabei de ler; V. S.^a recebeu a visita do Governador do Paraná, pelo que li há pouco, justamente na data do seu aniversário, quando o Governador se encontrou com uma série de deputados. O Governador, sob juramento, declarou, a respeito dessa história, que V. S.^a condicionava a liberação de recursos junto à Caixa Econômica à interferência, para o Paraná, do Sr. PC, Paulo César não sei de quê. E essa denúncia foi confirmada pelo Vice-Governador do Estado e pelo Secretário de Finanças do Estado, parece-me; V. S.^a, também sob juramento, declara que as denúncias do Sr. Governador são falsas. Agora, há um problema aqui que me deixa em dúvida, é em relação a esse pleito aqui. Tem aqui: "Toni, Pleitos do Paraná na Caixa. Um abraço, Requião".

Isso, segundo V. S^a, foi sessenta dias antes. E V. S^a apresenta os pleitos do Paraná; V. S^a, depois, continuou voltando ao Governo do Paraná, visitando o Governador, o Palácio etc, quando o Governador, dois dias após a ida de S. Ex^o com V. S^a a São Paulo, em seu avião, denuncia a sua possibilidade de extorsão. É o caso de perguntar: são verdadeiras as denúncias do Governador ou são falsas? Lembre-se de que está sob juramento. Porque o Governador, dois dias após a sua viagem a São Paulo, declara isso. Nessa viagem ou nesse período, V. S^a não levou algum pleito a esse respeito, para que o Governador, logo em seguida, fizesse essa denúncia contra a sua pessoa?

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Quanto à primeira pergunta, se são verdadeiras ou falsas? São falsas. Agora, em relação ao resto, a minha conversa com o Governador se relacionava com o Paraná, é o que ele fala até hoje e em cima de um relatório do Senador Eduardo Suplicy, que hoje não está presente aqui, que a menor verba *per capita* do Brasil era a do Estado do Paraná. Ele vivia falando para todo mundo e fala em jornais de qualquer maneira, que ele pode agredir o Presidente Collor o quanto ele quiser, porque o Paraná é um Estado rico e não precisa de verbas do Palácio do Planalto; era essa a propaganda que ele fazia. E eu lhe disse que se ele continuasse falando isso, nós famos ficar à margem de um processo, de novo; que o problema não era o fato de precisar-se ou não de dinheiro porque o Paraná é um Estado rico; isso não é verdadeiro porque o Banco do Estado do Paraná passa por sérias dificuldades. O que eu vinha fazendo era alertá-lo sobre isso, sobre o discurso dele, que continuava sendo político. E o que acho mais grave, quero falar agora aqui uma coisa de que lembrei: Senador, nesse dia, no qual eu o alertei sobre tudo isso, quanto a uma aproximação maior com o Governo Federal, nas relações com o Paraná, ele me disse uma coisa muito grave, ele disse: "Toni, você tem que entender que o Governo não se mede por realizações e sim pelo tempo que você fica na mídia". Ele me falou isso no dia em que voltamos para Curitiba, às 9 horas e 30 minutos, quando voltamos da gravação do Jô Soares. Ele me falou isso quando descemos no hangar, em Curitiba, quer dizer, querendo dizer para mim que ele preferia politicamente fazer o discurso dele do que levar recursos para o Paraná ou ter um bom relacionamento para que esses recursos chegassem normalmente para o Paraná, mesmo sendo ele o Governador de oposição ferrenha, como foi na campanha.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Sim. Mas lhe pergunto, V. S^a é empresário de construção civil?

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Não! Nunca fui empreiteiro; o meu ramo é seguro.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — E que influência V. S^a teria junto à Caixa Econômica para pleitear ou para conseguir a liberação dessas verbas.

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Não teria influência minha nenhuma. Acontece é que eu usava a direção do meu Partido, o Presidente do meu Partido, Daniel Tourinho, que era um amigo meu, que fazia todos os pleitos que eu tinha do Paraná. Inclusive tem aqui nesses recortes uma visita em que levei o Presidente do meu Partido para falar com o Governador. Uns quinze dias depois de ele me entregar essa lista, o Daniel Tourinho esteve comigo lá. E o pedido eu fazia para esse Presidente do meu Partido, para que pressio-

nassem, para que tentasse de alguma maneira acompanhar em Brasília os pleitos do Paraná. E foi isso que ele pediu para o Daniel Tourinho, também, nessa visita que fizemos. Simplesmente o acompanhamento. Eu o fazia por meio político.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — E o Presidente do seu Partido, fazia por que meio?

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Não sei os meios. Eu pedia para que ele falasse, conversasse com as pessoas dele aqui em Brasília, para que ele pudesse agilizar as coisas para nós, no Paraná. Política simplesmente. Quem eram as pessoas conhecidas, como é que podiam encaminhar, através da nossa Bancada? Era isso que ele fazia, pegava os deputados da nossa Bancada, do PRN...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Mas há uma controvérsia aí. O seu Partido procurava ajudar o Governador do PMDB do Paraná...

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Perdão, eu estava tentando ajudar o Paraná, tanto é que quando ele me pedia coisas que não fossem para o bem do Paraná, nunca tentei ajudar o Governador do Paraná, eu não fazia. Eu tive setecentos mil votos, Senador, eu não tinha mandato, não tinha como trabalhar pelo Paraná, nunca tive experiência política e nem tinha um grupo político. Fiz setecentos mil votos sem o apoio de ninguém no Paraná; eu não tinha um candidato a governador, não tive um candidato a deputado federal ou estadual que estivesse do meu lado; não tive nenhum vereador, não tive prefeito, não tive nada. Fiz uma campanha sozinho; fiz setecentos mil votos, com um discurso completamente só, sem coligações, sem nada. O que acontece é que eu não tinha experiência, nunca trabalhei com governo na minha vida como empresário. Jamais em minha vida tive qualquer ligação com o governo. Por isso eu podia ficar muito à vontade de estar com ele, inclusive no Paraná, por que nunca fiz negócio com o Governo Federal nem com o Estadual. Então, eu podia estar muito à vontade pegando as reivindicações dele e passando-as para o nosso Partido, para atender ao Paraná. Era uma maneira de eu conseguir conquistar a sua confiança, como também diz aí nos próprios recortes de jornal da época, que eu tinha um sonho; tinha sim, o do apoio dele para a minha candidatura a prefeito de Curitiba. Era esse simplesmente o meu interesse e o interesse de ajudar o Paraná. O Governador do Paraná teve uma conversa com o Presidente Collor, que disse o seguinte: "O Paraná não precisa de intermediários". Isso ele disse na primeira conversa com o Requião. "O Paraná tem canal aberto comigo. O Governador é o representante do povo no Paraná". Era isso que fazíamos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Mas, mesmo assim, V. S^a continuou como intermediário.

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Não, jamais fui intermediário, tanto é que declarei...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Junto à Caixa.

O SR. ANTONIO CELSO GARCIA — Não fui intermediário, o meu Partido, os nossos deputados trabalhavam pelo Paraná, para que as reivindicações fossem atendidas. Ele me abriu esse canal de conversação, e hoje faço a declaração, onde ele dizia: "Só converso com os Deputados, só tendo Deputados do PRN através do Tony Garcia. O Presidente não quer intermediário, mas eu quero a intermediação do Tony Garcia". Declaração dele que juntei como provas hoje aí.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Já estou esclarecido das minhas dúvidas em face de não poder presenciar os depoimentos já citados. Quero deixar claro que a Comissão se reservará, na hora oportuna, para examinar o relatório do ilustre Senador Elcio Álvares, para fazer o seu pronunciamento público, após ser examinado por todos os membros da Comissão.

Quero declarar também, que a Comissão decidirá, acredito, diante dessa controvérsia, que V. S^a diz que o Governador está faltando com a palavra e o Governador acusa V. S^a. E no tempo oportuno, dever-se-á solicitar ao Ministério Público que promova inquérito para apurar quem cometeu crime de perjúrio.

Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Quero antes que V. Ex^a encerre a reunião, tratar de um assunto rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — A Presidência quer agradecer a presença de V. S^a e pedir a um funcionário da Comissão para levar V. S^a. A Comissão continua os trabalhos.

Dando prosseguimento à presente reunião, concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, pedi-a a atenção de V. Ex^a, porque no depoimento do Ministro Alceny Guerra, segundo a gravação transcrita, há um trecho que diz:

“Dificultamos tanto que criamos para nós mesmos burocracia, que vamos agora mesmo passar daquela crise, nos desvencilhando e fazendo com que se retorne a padrões, digamos, normais. Porque esta Portaria nº 257 é anormal. É uma portaria anti-corrupção. É para impedir o tráfico de influência dentro do Ministério.”

Isso faz parte do depoimento do Ministro Alceny Guerra. Foi logicamente como S. Ex^a citou a Portaria nº 257. Diz a Portaria nº 257 do Gabinete do Ministro em 1º de março de 1991:

“O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições resolve:

— Exonerar Júlio César Félix, Técnico II do CTI, do Instituto de Tecnologia do Paraná.”

É essa a portaria anticorrupção.

Ele pode ter citado errado. Por isso eu gostaria que V. Ex^a, Sr. Presidente, pedisse uma cópia e esclarecimentos sobre a portaria. Deve ter sido uma citação equivocada do Ministro, porque não há nada relacionado com anticorrupção.

O outro assunto, Sr. Presidente, é que na ausência de V. Ex^a estávamos num trabalho árduo, representando o Senado, e convocamos aqui para a próxima quinta-feira o Sr. Antônio Paixão, que já confirmou a sua vinda. Vamos ver se esse depoimento tem algo mais prático para se falar. V. Ex^a no final disse algo que temos que fazer. Essa comissão tem que ser levada a sério. Foram prestados dois depoimentos totalmente conflitantes. Um dos dois cometeu perjúrio, e temos que apurar qual dos dois o cometeu.

Para dar o exemplo, acho que devemos realmente encaminhar ao Ministério Público para fazer essa apuração. Não temos condições para isso, mas alguém terá que ser responsabilizado pelo perjúrio que cometeu aqui nessa Comissão. V. Ex^a sabe que nos Estados Unidos quando se comprova o perjúrio é um crime muito sério. Quando se faz depoimentos em

Comissões do Senado ou da Câmara, e se comprova que houve perjúrio, a pena é alta. Aqui devemos fazer com que se leve a sério o juramento que se faz perante esta comissão.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Tenho a impressão de que teríamos que relatar os fatos, porque o crime de perjúrio se configura no momento em que se apura que realmente alguém mentiu...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Exato. Não podemos dizer qual dos dois foi... um deles tem culpa nesse sentido.

O SR. ELCIO ÁLVARES — A tipificação do fato criminoso — duplo crime de perjúrio — é quando a autoridade apura que o cidadão disse um fato que não era verdadeiro sob juramento. Aqui, há dois depoimentos colidentes. O que podemos fazer é mandar para uma autoridade policial investigar. Tem que encaminhar para o Ministério Público e examinar a hipótese. Parece-me que é uma maneira mais saudável.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a é advogado, mas acho que um dos dois está mentindo.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Não há dúvida.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E se está mentindo no depoimento prestado sob juramento, como leigo, eu considero isso um perjúrio.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Evidente. V. Ex^a tem razão no seu prurido ético. Acho que é muito importante. Mas o crime de perjúrio só se configura quando alguém, prestando juramento a posteriori, fica provado que ele falou o fato que não era verdadeiro como se verdadeiro fosse. Aí é o crime de perjúrio.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Lógico que terá que comprovar.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sairia a ação penal. A investigação, parece-me, que não fica na alçada do Ministério. Iríamos relatar os fatos, juntando os depoimentos e que o Ministério Público tomasse a posição.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não sei se teríamos condições de fazer essa investigação. É melhor ver quem é que pode fazê-la, mas levarmos até ao final essa questão.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Acho que poderíamos mandar para o Paraná.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Acho que temos que levar até ao final.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Manda para o Ministério Público, tendo em vista depoimentos colidentes...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Isto serve inclusive de exemplo. A pessoa, aí, tem o cuidado para quando vier aqui não dizer mentiras. (Conversas paralelas)

O SR. ELCIO ÁLVARES — Isso tem que se levar a sério e ir até o final.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Antes de encerrar a presente sessão, quero dizer que na próxima quinta-feira vamos ter aqui a presença do empresário e engenheiro Antônio Paixão. Eu gostaria de propor também a esta comissão por orientação do subsídio da Assessoria, que a Presidência também convocasse o Engenheiro João Paulo Aguiar para esse mesmo dia; é ex-chefe do Departamento de Obras da Usina Hidrelétrica de Xingó, no período de 87 a 91. Consoante

publicações veiculadas na Revista Veja, de 14 de agosto, e respectivamente, em 1991 para prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Existência de relatório da Chesf, apontando um rombo de 600 milhões de dólares;
2. Provisão orçamentária de Ceal de 1.6 milhões de dólares, que atualmente já está em 3.2 bilhões;
3. Existência de subcontratações, privilegiando pequenos grupos;
4. Confirmar se mormente os preços praticados pela Usina Hidrelétrica de Xingó estão acima dos preços praticados nas obras de qualquer outra hidrelétrica do Brasil e do mundo;
5. E motivos que levaram a sua demissão da empresa.

Logo depois disso, o Presidente da Chesf, respondendo a um ofício nosso disse que não há esse relatório; imediatamente esse engenheiro foi demitido. E a assessoria também chegou à conclusão de que há uma cláusula em relação a pagamento que prejudicou o erário público da Nação e beneficiou algumas empresas. Em face desses motivos achamos que deveríamos convocar esse senhor. Poderia ser no mesmo dia, na próxima quinta-feira.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu acho exatamente que deve vir para ver se vai além ou se vai ficar aquém. Porque já houve uma manifestação do Ministro de que ele teria também compactuado, etc. Tenho uma outra impressão sobre isso. Essas coisas, como disse, a pessoa denuncia e chega aqui na hora não comprova. Temos que chamar. Se ele denunciou foi num programa público de televisão...

O SR. ELCIO ÁLVARES — Ocorreu-me uma lembrança. Não tínhamos pedido que ele remetesse a parte documental? Ele remeteu à Comissão? E há fatos dentro desses documentos que comprovem? A assessoria já examinou?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Não, está falando já em relação ao empresário Antônio Paixão.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Dr. Antônio Paixão, não! Estou perguntando se os documentos do Antônio Paixão chegaram a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Ele enviou-nos isso há muito tempo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ele enviou uma carta ao Senador Eduardo Suplicy...

O SR. ELCIO ÁLVARES — Acho que valeria a pena a assessoria examinar esses documentos...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Inclusive orientar as indagações que serão feitas aqui certamente quando ele apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Entregou-nos e entregamos a...

O SR. ELCIO ÁLVARES — Quanto ao exame feito pela assessoria, já existe alguns pontos importantes? Da nossa documentação a assessoria já teve oportunidade de...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — Ele havia me falado isso pessoalmente em meu escritório em Salvador. Esse rapaz foi meu contemporâneo de faculdade. Mas nunca imaginei que ele tivesse a coragem e ousadia de declarar, de público. Ele havia me dito que para ficar calado, uma empresa ou outras da Bahia ofereceram um percentual de 2 ou 2,5 no faturamento de determinadas obras.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O problema, Sr. Presidente, é que conversando com o Senador Eduardo Suplicy e com o Antônio Paixão... ele mostra documentos que se são verdadeiros ou não é que teremos que apurar.

Não faço pré-julgamento. Vou citar um caso, embora não se deva citar casos pessoais para evitar inclusive exploração.

Na Constituinte, eu vinha cedo, pois não faltei a nenhuma sessão da Constituinte, e fazia questão de estar sempre na hora da sua abertura. Quando aqui chego com os jornais para ler, pego O Estado de S. Paulo e está na primeira página:

"Sr. Antônio Carlos Magalhães diz que o Senador Jutahy Magalhães deu um prejuízo no Banco do Estado de 60 milhões de cruzeiros"

Nessa época 60 milhões era muito dinheiro. E fui direto ao microfone, porque nunca peguei dinheiro de banco, e não suposto dever a ninguém. Não posso ser diretor de banco e não sei nem como se assina promissória direito. Eu não sei.

Os Srs. vêem o tipo de acusação. Não faço pré-julgamento e acusação nenhuma. A pessoa conversa comigo, e neste caso aponta supostamente fatos. E supostamente aponta documentos que não sei... a minha dúvida maior é isto. Ele aponta um documento que a pessoa tinha assinado, que estava distribuindo. Acho isso estranhíssimo. Como é que a pessoa assina um documento, e faz esta distribuição irregular. Nesta comissão vários Srs. Senadores já devem ter ouvido denúncias desse tipo, que hoje o que mais se faz é ganhar dinheiro sem fazer a obra. Distribuir os recursos para que outros façam essa obra. Sei disso pelas informações espalhadas pelo Brasil inteiro.

Nesse caso o que mais estranhei foi isso. Porque tinha um documento assinado. Como alguém dá esse testemunho de que fez isso? Mas, vamos ver. Depois do que ouvi não podia jamais dizer, "não, você não venha aqui". Propus que se ouvisse.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) — A Presidência já havia proposto a vinda dele. Ele alegou, mas agora V. Ex^a confirmou.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Ata da 13a. Reunião, realizada em 10 de outubro de 1991.

Aos dez dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e quarenta minutos, na sala 66 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacelar (Presidente), Jutahy Magalhães (Vice-Presidente), Elcio Alvares (Relator), Garibaldi Alves Filho, Nabor Júnior, Jonas Pinheiro, Gerson Canato, Magno Bacelar, Divaldo Suruagy, Meira Filho, Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". Havendo número, o Senhor Presidente declara aberta a reunião e a única aos Senhores membros o assento do depoimento do Senhor Antônio de Castro Paixão. A seguir concede a palavra ao Senhor Senador Jutahy Magalhães, o qual solicita providências no sentido de apurar quem cometeu crime de perjúrio em seus depoimentos, se o Governador Roberto Requião ou o Senhor Antônio Celso Garcia, sendo apertado pelo Senhor Relator, Senhor Elcio Alvares. O Senhor Senador Magno Bacelar adverte sobre uma reunião do Congresso marcada para às onze horas, prosseguindo o Senhor Presidente submete à discussão da Comissão uma sugestão de convocação do Diretor de Assentamento do INCRA, o presidente do citado órgão, bem como do Senhor Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera. Usa a palavra para discutir o Senhor Senador Jutahy Magalhães, seguindo-se a votação, todos estão de acordo. A seguir o Senhor Presidente convida para tomar assento à mesa o Senhor João Paulo Aguiar, Engenheiro da CHESF, para iniciar o seu depoimento sob juramento. O Senhor João Paulo Aguiar faz um breve relato sobre o início da construção da hidrelétrica de Yngö, comentando também sobre a hidrelétrica de São Segredo, situada no Estado do Paraná. A seguir o Senhor Presidente concede a palavra para interações, de acordo com a lista de inscrições, aos Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Nabor Júnior (apartado pelo Senhor Relator), Jutahy Magalhães e Elcio Alvares. Antes de encerrar a reunião o Senhor Presidente e Júnior sobre a construção de início da não corresponde ao assunto que o Senhor Ministro apresentou. Continuando, o Senhor Senador comenta também sobre o depoimento do Senhor Governador Requião e o Senhor Antônio Garcia, sugerindo que a Comissão envie ao Ministério Público para apurar qual dos depoentes cometeu o crime de perjúrio, sendo apartado pelo Senhor Senador Elcio Alvares. A seguir, o Senhor Presidente antes de encerrar a reunião submete à discussão, a proposta de convocação do Senhor Antônio Paixão, Empreiteiro de Salvador (EA), e do Senhor João Paulo Aguiar, Engenheiro da CHESF, para prestarem depoimento na próxima quinta-feira, dia dez do corrente. Concede a palavra, para discussão aos Senhores Senadores Jutahy Magalhães e Elcio Alvares. Todos estão de acordo. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, antes convocando outra para a próxima quinta-feira, dia dez de outubro do corrente, e para constar, eu, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e assinada pelo Senhor Presidente irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 13a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-SF, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR JOÃO PAULO AGUIAR, ENGENHEIRO DA CHESF, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR
Relator: Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES
HA
CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 10/10/91

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que tem como finalidade ouvir o Engº João Paulo Maranhão de Aguiar, funcionário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF.

A Presidência informa que o depoimento do Sr. Antônio de Castro Paixão foi adiado para o dia 17 de outubro, quinta-feira próxima, às 10 horas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Já estando presente à Mesa o Senador Elcio Alvares Relator, convido o Senador Jutahy Magalhães, Vice-Presidente desta Comissão, para que também tome assento à Mesa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, fico na planície, aqui é bom...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Assim sendo, concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu gostaria de retomar o assunto que começamos na última reunião e solicitar a V. Exa. que, junto com a Assessoria, determine o levantamento da documentação necessária - é da maior importância, como disse o Senador Elcio Alvares, ter a documentação apropriada, para encaminhar ao Ministério Público, a fim de solicitar a investigação a respeito aos depoimentos aqui prestados pelo Governador Roberto Requião e pelo Sr. Antônio Garcia, para verificar qual dos dois cometeu perjúrio. No momento em que qualquer CPI conseguir estabelecer a necessidade de alguém vir aqui para dizer a verdade e somente a verdade, então, teremos obtido uma grande vitória, e esse caminho talvez não seja tão difícil de alcançar, se fizermos o levantamento da documentação necessária para encaminhar ao Ministério Público..

Peço a V. Exa., que, junto à Assessoria, determine uma data para que essa documentação possa ser encaminhada..

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Percurso ao Senador Relator se tem algo a opor.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Não tenho nada a opor, apenas, com relação aquela ponderação que tive oportunidade de fazer, encaminhamos todas as peças,, pedindo que o Ministério Público, examinando-as, determine se há tipificação do crime, principalmente de perjúrio, porque tive oportunidade de falar ao Senador Jutahy Magalhães, o crime de perjúrio é quando a pessoa, depondo sob juramento, fica provado que ela faltou à verdade. Seria uma investigação, talvez a nível de Polícia Federal, mas o Ministério Público, que é o órgão competente, com Procuradores da melhor qualidade, irá identificar as peças encaminhadas.

A pergunta da Comissão: se no exame, das peças, em virtude da flagrante contrariedade dos dois depoimentos, há tipificação de crime capitulado no Código Penal, seja perjúrio, qualquer outro tipo de crime. Se o Ministério Público identificar e tipificar o crime, manda tomar as providências, ouvindo exatamente os dois elementos envolvidos, o Governador Roberto Requião e o empresário Antônio Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estando presentes os assessores da Comissão, a Presidência solicita que enviem esforços no sentido de juntar a documentação necessária, para que possamos enviar ao Ministério Público, de acordo com a solicitação do Senador Jutahy Magalhães.

A Presidência convida o Engº João Paulo Maranhão de Aguiar para tomar assento à Mesa.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Tem a palavra o eminente Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR - Eu gostaria de alertar a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão que às 11 horas haverá sessão do Congresso Nacional, para apreciação da Medida Provisória nº 299. É o último prazo, senão ela será concebida como admitida.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Elcio Álvares.

O SR. RELATOR (Elcio Álvares) - Eu gostaria de fazer um comentário, que é uma das teses defendidas pelo Senador Jutahy Magalhães, com tanto ardor. Talvez até partisse da nossa Comissão, uma representação perante a Mesa - estou verificando, através da minha agenda, que temos quatro reuniões no mesmo horário. Como vai funcionar isso? Deveríamos procurar de uma forma ou de outra - parece que o Senador Jutahy Magalhães já se envolveu nesse assunto - e a nossa Comissão deveria encarecer, porque temos tido essa habitualidade toda quinta-feira, nesse mesmo horário. Hoje, na agenda que me deram, inclusive, haverá sessões extraordinárias, mais a sessão do Congresso.

Deveria haver uma providência, porque por mais boa vontade que tenhamos, não gosto de faltar aos compromissos; há uma CPI, também, para investigar a crise das universidades, que até hoje não elegeu o Vice-Presidente, sou membro dessa comissão e sempre há uma dualidade. A CPI marca exatamente no horário de comissões técnicas ou das próprias comissões temporárias em funcionamento.

Eu gostaria até de ouvir o Senador Jutahy Magalhães, porque também estou interessado nesse assunto. O que existe de concreto?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Há um projeto de resolução, que já passou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por mim apresentado e está, na Comissão Diretora. Eu soube que o Senador Dirceu Carneiro iria apresentar uma emenda, modificando apenas a questão de horário; mas aí não se refere às comissões permanentes. É o que poderemos fazer, estabelecendo a não coincidência de horário com as comissões permanentes..

V. Exa. tem toda razão. Pegando o meu livro de atividades parlamentares do ano passado vi que o último discurso que fiz foi exatamente nesse sentido. No dia anterior - eu falava naquela época - eu havia sido convocado para seis reuniões de comissões, para uma reunião da minha Bancada e para uma sessão do Congresso Nacional, após uma sessão do Senado. Só pude comparecer a duas comissões e devo ter passado como omissão em todas as outras, e faço um esforço enorme para não ser omissão no Senado.

Mas depende da Comissão Diretora a aprovação do projeto de resolução, pelo menos, para as comissões permanentes. Portanto, tem que ser o envolvimento direto do Presidente do Senado Federal com os presidentes das comissões; se não houver essa reunião não adiantará, porque sempre se encontra uma fórmula de escapar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Dando prosseguimento, antes de solicitar ao depoente que faça o juramento de praxe, esta Co-

missão quer levar à consideração dos Srs. Membros da Comissão as seguintes argumentações, no sentido de delegar poderes à Presidência para convidar, dentro do prazo mais rápido possível o Diretor de Assentamento e o Presidente do INCRA e, se necessário, o Sr. Ministro da Agricultura.

Em 15 de setembro de 1991, a Folha de S. Paulo divulgou que o Instituto Nacional de Reforma Agrária realizava concorrências públicas no valor de 80 bilhões, sem que o critério do menor preço fosse considerado. O critério utilizado para a escolha da empresa, vencedora foi a nota técnica, atribuída em função de parâmetros tais como conhecimento do problema, plano de trabalho, cronograma etc.

A Revista IstoÉ-Senhor, edição de 9 do corrente, veiculou matéria intitulada "Fraude anunciada, para a escolha na licitação do INCRA, objeto do Edital de Concorrência nº 2/91". E que o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabrera, ao descobrir a fraude, decidiu cancelar a concorrência por haver evidências enormes de fraude na licitação.

O edital da referida licitação foi requisitado por esta CPI e está sendo analisado por essa Assessoria, a qual tem certas reservas quanto ao tipo e critério de julgamento adotados para a licitação, por entender que a combinação licitação de preço baixo com a de técnica propicia realmente a que os preços sejam superavaliados e o resultado direcionado pelas notas técnicas, pois a pontuação baseia-se num critério subjetivo.

Por último, pela integralidade dos fatos divulgados pela imprensa, parece-me importante a convocação do Diretor de Assentamento e do Presidente do INCRA e, posteriormente, do Ministro da Agricultura, haja vista que hoje, me parece, li na sinopse do Jornal do Brasil, que o Presidente do INCRA já encaminhou uma carta ao Ministro da Agricultura, exigindo a demissão desse Diretor de Assentamento do INCRA, responsável por essas licitações. Ou o Diretor sai ou o Presidente do INCRA pede exoneração.

O Ministro da Agricultura anulou a concorrência e o Senador Oziel Carneiro, ontem, me falou que outras licitações feitas em outros Estados também teriam sido anuladas, de imediato.

Era o que eu queria levar à consideração da Comissão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Esse assunto devemos tentar seguir, porque isso já vem há algum tempo, nós mesmos, aqui na Comissão, temos tido a preocupação de buscar informações a respeito dessas estradas do INCRA.

A denúncia que a IstoÉ trata nas suas últimas edições, corresponde a denúncias que também vínhamos acompanhando, com a Assessoria, inclusive em contato com o pessoal do Pará, com o Presidente da Federação. A licitação havia sido feita, as propostas foram apresentadas, apenas não haviam chegado a um final. Felizmente, foram anuladas essas concorrências, porque as denúncias eram muito sérias. Estranho é que essas denúncias já haviam sido feitas há muito tempo. Acho que a pressão foi muito grande para, na última hora, anular essas concorrências.

Essas denúncias haviam sido apresentadas não apenas ao Ministro da Agricultura, mas a outros Ministros, para que tomassem conhecimento disso, e o assunto estava continuando.

Quando começamos a perguntar, e a saber, também, acredito que as pressões de todos os lados fizeram com que felizmente fossem anulados não somente as do Pará, mas várias outras, segundo informam, agora, os jornais.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Acho que os Senhores concordam com a possibilidade de delegar poderes à Presidência, e à Relatoria para convocar os dirigentes citados.

Em sendo assim, esta Presidência convida o Sr. João Paulo Aguiar para, de conformidade com o art 203 do Código de Processo Penal, prestar o juramento de praxe.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação, a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência solicita que V.Sa. declare o seu nome completo.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - João Paulo Maranhão de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Cinquenta e três anos; estado civil, casado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Residência?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - No Recife, à Rua D. Bosco, 632 aptº 1201 - Boa Vista. CEP 50070.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Engenheiro Eletricista.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - E exerce a função?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Exerci, até o dia 19 de agosto, a função de Chefe do Departamento de Obras de Xingó, da CHESF e, no momento, deixei a chefia do Departamento e estou de férias, e devo me representar na Companhia no dia 01 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Como é de praxe, a Presidência concede a palavra a V.Sa., por 10 ou 15 minutos, para que possa prestar os esclarecimentos necessários, antes de passarmos à fase das arguições.

Tem a palavra V.Sa.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Sr. Senador Ruy Bacelar, Srs. Senadores, hoje pela manhã cedo fiz um pequeno pró-memória, para orientar as coisas que vou dizer aqui, a algumas delas o Senador Jutahy Magalhães, inclusive, fez referência quanto a dizer a verdade.

Pela segunda vez, cumprindo minha obrigação de cidadão, estou atendendo à convocação do Poder Legislativo para depor numa CPI.

A primeira vez, foi há cerca de 10 anos na CPI das Cheilas do São Francisco, de 10 horas da manhã às 05 da horas da tarde, prestei depoimento na CPI das Cheilas, na Câmara dos Deputados.

Hoje, na CPI das Obras Públicas, compareço com o mesmo sentimento do dever de prestar informações claras e verdadeiras, procurando cumprir a minha obrigação e contribuindo para o trabalho dos Senhores.

Há uma ressalva que acho que é minha obrigação fazer.

Diferentemente da CPI das Cheilas, onde as questões eram técnicas, e havia conceitos hidráulicos e hidrológicos bem definidos, então, pude ser muito poderia ser muito objetivo, hoje, no assunto que entendo que os Senhores vão tratar não há aquele rigor de ciência que havia na questão da hidrologia.

Mantido o princípio, que é uma questão ética, é uma obrigação minha ser absolutamente aderente à realidade, terei de me policiar, para que muitas vezes não transmita aos Senhores, as minhas dúvidas, as minhas angústias e os meus próprios questionamentos, que eu não venha transmitir aos Srs. minhas dúvidas, minhas angústias e meus questionamentos.

Anotei, também, uma informação: trabalhei, entre outras, na obra de Sobradinho.

Em 1976, o Presidente da Construtora Mendes Júnior, numa reunião em que estavam presentes o então Presidente da ELETROBRÁS Antonio Carlos Magalhães e o Ministro Shigeaki Ueki, colocou que a CHESF havia negociado as obras civis da usina de Sobradinho a preços três vezes maiores do que ele havia proposto para fazer a obra de Paulo Afonso IV, que naquela época se desenvolvia.

Isso, evidentemente, causou um mal-estar muito grande. Em companhia de outros companheiros, durante mais de dois meses, nos aprofundamos a tentar correlacionar, comparar coisas iguais, e depois desse tempo de trabalho, chegamos à conclusão que se a obra de Sobradinho fosse feita aos preços propostos pela Mendes Júnior, para fazer a obra de Paulo Afonso IV, ela sairia ligeiramente mais cara do que os preços que a CHESF havia contratado com a SERVIX Engenharia.

Esse trabalho foi remetido para a ELETROBRÁS, o Diretor de Engenharia da ELETROBRÁS, era o Dr. Licínio Seabra, técnico da maior competência, que para poder dar uma resposta efetiva à Presidência da ELETROBRÁS, e, posteriormente, ao antigo Ministério das Minas e Energia, passou mais dois meses fazendo o que o Dr. Licínio chamou de teste de sensibilidade, usando outra metodologia de comparação, de tal maneira que ele pudesse dar o parecer dele com absoluta segurança.

Dois meses depois o Dr. Licínio Seabra fez uma carta para a Presidência da ELETROBRÁS, dizendo que estava encaminhando os dois relatórios, o da CHESF e o do grupo dele, da Eletrobrás, preparados adotando critérios diferentes, para uma análise de custo das obras civis:

"Como pode ser verificado pelos trabalhos anexos, é bastante difícil uma comparação homogênea de preços para obras com características diferentes.

Pode-se, no entanto, concluir que os preços contratados pela CHESF estão bastante razoáveis, e nas condições de implantação da casa de força seria duvidoso afirmar que preços menores seriam obtidos."

Tenho isso guardado comigo desde 1976, portanto, há mais de 15 anos, porque foi uma acusação que nos deixou bastante preocupados. Tínhamos uma preocupação muito grande, - o Sr. conhece muito bem o Sr. Eunápio Queiróz, que era o Diretor encarregado da obra de Sobradinho, e eu me lembro que quando fomos entregar o relatório ao Dr. Eunápio, eu e outros companheiros, dissemos: "Dr. Eunápio, se esse relatório for refutado, se ele se mostrar errado, não haverá mais condição de conti-

nuar com a obra, porque teremos desmerecido a confiança que o senhor tem no nosso trabalho."

E, graças a Deus, o trabalho estava bem feito, ele passou dois meses sendo submetido ao crivo, à auditoria interna na Eletrobrás, e resultou, novamente, uma declaração de que estava correto.

Tudo isso está dito para mostrar que essa é uma questão bem antiga, quanto à preocupação que o grupo no qual eu me incluo, tem, de agir corretamente, e de ter a certeza de que está fazendo as coisas acertadamente.

A obra de Xingó teve o seu eixo decidido em 1982, e por uma série de circunstâncias, somente em 1987 foi iniciada. De 1982 até 1987 fizemos trabalhos preliminares, tivemos acréditos, excelente relacionamento com o Governo de Alagoas, há uma série de trabalhos que foram realizados em verdadeiro mutirão, na época, o Senador Divaldo Suruagy era o Governador de Alagoas, e há uma série de trabalhos que ainda hoje estão lá, e que foram feitos numa harmonia muito grande, entre a CHESF e o Governo de Alagoas.

Em 1985, o processo de contratação de licitação das obras havia sido iniciado quando o Governo Sarney tomou posse.

Em abril de 1975, um telegrama do então Ministro Aureliano Chaves, suspendeu o processo de licitação, e essa suspensão perdurou até o dia 05 de fevereiro de 1986, quando novamente um telex do Ministro Aureliano Chaves autorizou a retomada do processo de licitação.

Neste entretanto, participamos de uma luta bonita e muito grande pela garantia que de a obra de Xingó seria considerada prioritária.

V.Exa. mesmo, Senador Ruy Bacelar, chegou a fazer pronunciamentos defendendo a obra de Xingó, e conseguimos a vitória de ser ela considerada prioritária. Ela foi licitada em junho de 1986, e, em março de 1987, iniciamos as obras.

No caso específico das obras civis de Xingó, dentro daquele cuidado a que me referi, de que o interesse público, a boa utilização do dinheiro público estivesse sempre resguardada, a nossa obrigação de questionar e pesquisar permanentemente preços e custos, como fazemos na nossa vida privada, temos a obrigação redobrada de fazê-lo ao lidar com o dinheiro público; esse questionamento quanto aos preços sempre existiu dentro da CHESF, no nosso grupo.

E, principalmente no caso de Xingó, logo a partir de 1988, por coincidência, se fazia outra obra no Brasil, de características similares a Xingó, que é a obra de Segredo.

Existe toda uma literatura disponível de revistas e de jornais - e permite-me um parentese, o nosso relacionamento com o pessoal técnico da COPEL é o melhor possível. A obra da COPEL, de Segredo, avança um pouco na frente de Xingó. Enquanto fui chefe do Departamento de Obras de Xingó, praticamente todos os nossos companheiros que têm cargo de comando em Xingó fizeram visitas técnicas a Segredo para conhecer, com a antecipação de 6 ou 8 meses, aqueles problemas que iriam acontecer em Xingó.

Como Segredo está cerca de 6 meses a 1 ano mais adiantada do que Xingó, tudo é dinheiro público, vamos conhecer, em Segredo, os problemas que eles estavam tendo, do ponto de vista técnico, para poder equacioná-los melhor em Xingó.

Mas, desde 1988, o Sr. Governador Alvaro Dias, o Sr. Governador atual, Roberto Requião, e o Presidente da COPEL, Francisco Gomide, têm feito referências muito insistentes quanto a preços de Segredo e de Xingó.

Houve declarações do Governador Alvaro Dias de que, se ele fosse Presidente da República, não assinaria o contrato de Xingó, e há referências do Presidente Francisco Gomide, e tivemos sempre a preocupação muito grande de procurar fazer em Xingó um trabalho semelhante àquele que foi feito há 15 anos, em Sobradinho, onde - permito-me, com todo respeito a esta Casa, usar o termo que acho que é correto - demonstramos a leviandade do Dr. Murilo Mendes Júnior, ao dizer que a empresa dele faria a obra de Sobradinho três vezes mais barata do que a CHESF estava fazendo.

Fizemos um trabalho sério e demonstramos que os preços de Sobradinho eram corretos.

Então há uma preocupação muito grande de fazer esse estudo. Esse trabalho vinha sendo desenvolvido dentro da CHESF, e até o dia 19 de agosto espero que esteja terminado. Porque não é possível em termos de uma obra ciclópica, com a multiplicidade de peculiaridades como Xingó e como Segredo, pinçar preços isolados.

Sei que os Senhores têm em mãos uma reportagem - eu estava aqui na sala quando o companheiro recortava os trechos - da Veja, lembro-me perfeitamente de que dei um exemplo muito simples, ao jornalista da Veja que mora em Brasília, e vou repetir para os Senhores: Se estamos hospedados, em Brasília, na mesma classe de hotel, duas ou três estrelas, você paga 20 e eu 30 mil cruzeiros de diária, quem está pagando mais?

Ele deu a resposta imediata: "É você que paga 30".

Eu disse: Não. Não está definida a abrangência, o seu hotel pode ser 20 mil cruzeiros secos, sem o café da manhã e sem taxa de serviço. E posso estar pagando 30 mil cruzeiros, incluindo taxa de serviço, café, almoço e jantar, diária completa - o meu preço de hospedagem termina saindo mais barato.

Este é o trabalho que, espero - eu me propus, desde o dia 19 de agosto, quando deixei a Chefia do Departamento, a passar um período completamente ausente de qualquer atividade, até em respeito a minha família, de férias, deixando que as coisas amainassem.

E espero que a CHESF tenha, a curto ou a médio prazo, um trabalho semelhante àquele que foi feito em 1976, onde se chega à conclusão - e neste ponto entendo que a transparência deve ser muito grande - e dizer: os preços de Xingó são preços de mercado, são preços adequados. E agora estou falando como cidadão, como uma pessoa que se obrigou a dizer toda a verdade aqui, essa é uma opinião minha, que mantenho como cidadão, se a CHESF à conclusão de que está 10% ou 20% mais caro, ter a coragem de dizer: não houve irregularidade nenhuma, não fizemos um bom negócio, estamos com uma obra 10% mais cara.

Na nossa vida particular fazemos isso a toda hora, quando de uma transação qualquer. Então, é verificar o que foi feito e tentar renegociar, se isto existe.

Para terminar, estou tentando ser aderente à realidade e dar subsídio aos Senhores. Na época em que a revista Veja levantou esse problema, fui procurado, o Sr. Governador Roberto Requião, havia feito declarações públicas quanto aos preços de Xingó, e o Dr. Francisco Go-

oide, que eu considero um excelente técnico, deu entrevista à revista da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que eu me permito, dentro dos 15 minutos que o Senador Ruy Bacelar me concedeu, ler rapidamente alguns trechos. É o Boletim nº 44, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, de maio/junho de 1991, onde o Dr. Francisco Gomide, colocai:

"Dissemos que o preço que o País paga por obras públicas é um absurdo e ninguém deu importância. Em dezembro de 1990, pagamos por cada metro cúbico de rocha escavada em Segredo, US\$ 10.77 e, em Xingó, US\$ 42,36.

Má anos que dizemos isso. E que providência se toma?

Para tocar Xingó, aumentou-se de forma abusiva a tarifa de Itaipu, para fazer Itaipu gerar 2 bilhões de dólares por ano.

Agora, veja que interessante: Como se paga quatro vezes mais - vejam que na época do Murilo Mendes era três vezes, na entrevista do Gomide já é quatro vezes mais - fico imaginando a postura do administrador: paga 25% da obra, que é o seu custo real, e fica devendo os 75% restantes. É isso a chamada dívida interna do País. Enquanto isso for público e notório, não temos futuro nenhum".

Repetindo o Dr. Francisco Gomide como excelente técnico, discordo integralmente. Declaro, dentro do juramento que fiz, que isso que está dito aqui é absolutamente absurdo. Isso não existe. É pinçar um preço e comparar com outro sem tentar fazer nenhuma equalização.

O que eu espero de todo esse afair no qual estive envolvido, a preocupação existe, os Senhores vão - certamente um dos Assessores, o Engº Jorge está providenciando cópias de um texto que escrevi logo que a reportagem saiu, explicando cada item da reportagem, o que houve e as eventuais distorções, mal-entendidos, divergências de interpretação - receber dentro de alguns minutos, não sei se já foi, inclusive, anexado ao dossiê, uma resposta integral, item por item, do que foi tratado na reportagem da revista *Veja*.

Como disse aos Senhores, estou fora de Xingó e ausente da CHESF desde o dia 19; obriguel-me a seguir este procedimento, mas espero que, a curto prazo, a CHESF tenha terminado estudo semelhante àquele que fizemos em 1976, e que haja uma verdade clara e transparente para, em cima desse documento, o Poder Legislativo, a ELETROBRÁS, o atual Ministério da Infra-Estrutura discutir com a CHESF, chegar a uma verdade clara, e adotar as providências sem sensacionalismo, e sem emocionalismos, fazendo o que for melhor para o País.

Era a introdução, e estou inteiramente à disposição dos Srs.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Relator, Senador Elcio Alvares.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Temos em mãos, acho que é o documento aludido agora pelo depoente, sob o título "Verdades e Mentiras".

Evidentemente, está em xerocópia, não vi o original, e pela leitura minuciosa que fiz do texto, ele se ocupa inteiramente da matéria publicada na Revista *Veja*, e parece-me que, de uma maneira até hábil, ele não contradiz o texto, mas ele infirma, praticamente, os pontos principais que o trouxeram aqui, resultantes, também, daquela afirmativa feita pelo Governador do Paraná, Roberto Requião, citando e comparando números, da diferença entre a construção da Hidrelétrica de Xingó com a de Segredo.

Preliminarmente, eu gostaria que ele autenticasse o documento. Eu chamaria a atenção, porque muitas perguntas que teriam de ser feitas a ele, pela resposta, evidentemente, estão infirmados certos trechos da reportagem. E ele coloca, inclusive, essa mecânica, a defasagem da moeda e da avaliação.

Então, a primeira providência, Sr. Presidente, porque recebi uma xerocópia, seria que ele a autenticasse, porque está apenas rubricada, e que incorporasse ao seu depoimento, que começou agora com essa explanação inicial, este documento, que na verdade, abrange toda a matéria publicada pela revista *Veja*, até com conceitos pessoais, que não seriam aqui levados em conta para uma avaliação do problema que foi colocado. Porque, na verdade, me parece, a convocação do depoente resultou exatamente não só dessa declaração à revista *Veja*, mas também por linhas transversas, através da maneira como o Governador Roberto Requião colocou o problema aqui. Para muitos - sou leigo, não sou engenheiro, sou advogado - houve uma disparidade de preços muito grande. E pelo texto que estou lendo há uma explicação técnica. Evidentemente, com o desdobramento do depoimento dele poderemos elucidar um pouco mais a matéria.

A meu ver, é fundamental - convoco a atenção dos Srs. Membros da Comissão, por favor, para a leitura desse documento "Verdades e Mentiras", que abroqueia toda a discussão que estamos realizando em torno da matéria da revista *Veja*, apenas nos reservando, evidentemente, a alguma pergunta que esclareça qualquer parágrafo.

Eu gostaria que esse documento fosse incorporado, Sr. Presidente - requiro neste momento a V.Exa., com a autenticação do depoente, para que ele passe a produzir os efeitos legais necessários. Se esse documento representa a expressão exata da vontade do depoente, é a primeira coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Se V. Sa. quiser rubricá-lo é importante

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Pois não. Está dito no documento. Permito-me fazer uma pequena observação, o último parágrafo da primeira página diz exatamente isso - foi distribuído internamente entre os companheiros da CHESF -, "que o único objetivo é evitar que os estragos do Pouso de Barriga prejudiquem a CHESF e Xingó." devamos procurar a verdade e evitar ao máximo que haja prejuízos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Como inscrito, encontra-se em primeiro lugar o nobre Senador Divaldo Suruagy, a quem a Presidência concede a palavra.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. João Paulo Maranhão de Aguiar:

Conheci V. Sa. quando as obras de Xingó ainda representavam um sonho, uma aspiração da região. E recordo-me do entusiasmo, da garra com que o Sr. e os seus companheiros da CHESF acreditavam e apostavam na realização daquela obra; tinha atitudes até um pouco, messiânicas em torno da obra, com a redenção, a concretização de todo aquele complexo de Paulo Afonso.

O Dr. Paixão e o Sr. eram verdadeiros abnegados. O Dr. Paixão, inclusive, tinha um volks velho, e era de um entusiasmo contagiante. Eu gostaria de saber por que o Sr. e o Dr. Paixão foram denunciados? Se os Srs. tinham tanto entusiasmo, acreditavam naquela obra,

transmitiam para todos nós um sentimento de confiança, de viabilidade, de honestidade, de seriedade e de austeridade, por que um homem como o Dr. Paixão, que era um verdadeiro ídolo, um verdadeiro "Deus" para os trabalhadores daquela área, e o Sr. como diretor de obras, por que foram demitidos? Qual a verdadeira causa?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Senador Divaldo Suruagy, talvez esteja havendo aí um pequeno engano em termos de nome; o Paixão a que V. Exa. está se referindo...

O SR. DIVALDO SURUAGY - O Dr. Paixão vai depor na próxima semana. Estou querendo saber...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Não. O Dr. Paixão é da Bahia.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - O velho era meu.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Exatamente, de maneira que eu estava querendo vinculá-lo. Vi aqui o nome do Dr. Paixão e misturei tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - O Paixão é o empreiteiro da Bahia.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Exatamente. Perdoe-me o engano.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - O Paixão era móduo. Trabalhei com ele em Sobradinho. Eu não estava conseguindo localizar o Paixão.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu estava querendo especificar exatamente a posição do Sr. nesse caso.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Olha, Senador Divaldo Suruagy, as coisas são muito simples. V. Exa. me conhece e sabe o jeito de trabalhar. Trabalhei em obra, fui sócio fundador da SUDEHE, de onde sai 1964. Não fui demitido, pedi para sair, porque naquele instante queriam acabar com a SUDEHE, fui ao Superintendente que havia sido nomeado e disse que ia embora. E a partir daí estive sempre envolvido em hidrelétricas: Boa Esperança, Sobradinho, Xingó.

Sempre trabalhei com a confiança plena e total das pessoas às quais eu tinha a obrigação de me reportar. Inclusive, pauto minha gestão, sempre nessas obras por correr riscos. Muita coisa eu faço, às vezes ferindo normas e regulamentos formais, sempre no interesse da empresa, do empreendimento. Se tenho condições, um determinado serviço é 10 milhões, mas, se consigo contratar por seis mesmo ferindo alguma coisa das normas e portarias, assumo a responsabilidade de contratar por seis. Isso fiz durante mais de 25 anos.

Quando houve esse problema...

O SR. DIVALDO SURUAGY - O Sr. nunca contrariou norma para aumentar, sempre para diminuir o custo?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Para diminuir. Sempre corri esses riscos. Isso está muito explícito em toda a minha vida.

Quando houve esse affaire, que causou realmente reboliço, eu me dirigi à Diretoria da CHESF e disse que só poderia continuar à frente de Xingó se essa confiança da Diretoria, que sempre tive, e sempre gozei dessa confiança, fosse reiterada; se esse affaire de uma reportagem publicada onde há, como disse o Sr. Senador, os termos que uso verdades e mentiras, ou nem verdades e nem mentiras etc., não provocasse seqüelas; que amanhã, com todo o respeito que tenho em termos da hierarquia da companhia, eu não tivesse um diretor preocupado, a dizer: Será que o João Paulo vai fazer outra besteira, já que fez a besteira de se abrir, de não guardar a cautela necessária numa repor-

tagem? Então, eu disse para a diretoria: - Só ficarei à frente se houver de toda a diretoria um pronunciamento quanto ao fato de que continuo a gozar da mesma confiança que gozei até hoje, em 25 anos de trabalho à frente da obra. E, segundo, se desdobramentos externos forem superados. A diretoria da empresa me disse que, em reunião com toda a diretoria, fora decidido que a confiança estava reiterada. E depois a diretoria disse que havia desdobramentos externos que indicavam a conveniência da minha saída.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quer dizer, foram forças estranhas.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Senador Divaldo, isso é muito bom. Eu me obriguei aqui a dizer toda a verdade; isso aconteceu quase há dois meses. Dentro do juramento que fiz, nunca procurei saber quais os desdobramentos externos. Eu disse: Tudo bem! Se os desdobramentos externos forem até a exigência da minha demissão da companhia, não quero ser defendido em nenhum instante; não quero discutir o meu futuro dentro da CHESF; não quero opinar sobre o meu substituto. Até logo, muito obrigado, fui para casa e estou aqui, hoje.

O SR. DIVALDO SURUAGY - O Sr. sabe se após essas denúncias reiteradas agora, por escrito, nesse relatório que acaba de entregar à Comissão, houve alguma auditoria autorizada pela diretoria da CHESF ou da ELETROBRÁS, em torno dos custos de Xingó?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Sr. Senador, com todo o respeito, não é uma reiteração. Eu disse, no início, que iria me policiar, para não transmitir para V. Exas. as minhas angústias, as minhas dúvidas e os meus questionamentos.

Quando o problema aconteceu, em função, inclusive, muito disso que se divulgou no setor elétrico, quer dizer, a obra de Xingó, realmente, entendo, existe - às vezes sou meio prolixo, desculpe-me...

O SR. DIVALDO SURUAGY - Não, acho ótimo. Primeiro, quero deixar bem claro que sou um admirador do Sr. pelo trabalho que realizou naquela região.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Muito obrigado. Não fiz mais do que a minha obrigação. Sou pago para isso.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Mas o Sr. deu algo mais, deu aquele esforço diferencial.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Existe o relato, que V. Exas. conhecem, do historiador inglês Arnold Toynbee, "A Teoria da Adversidade", que a humanidade avança nos momentos de adversidade, e nas crises é que se consegue ir adiante.

De tudo isso, como cidadão, como "Chesfiano", estou esperando um resultado positivo. Isto que perseguíamos, e digo que desde 1987, procurávamos ter essa certeza, de que os preços de Xingó são adequados, justos, corretos, de que não estamos gastando mais do que devemos.

Tenho certeza que um benefício positivo disso ter vindo a público, com publicação em revista, etc., é que a CHESF vai terminar o estudo. Não houve - veja bem, estou sendo absolutamente verdadeiro para com V. Exas. -, ao longo das diretorias que vieram de 1987 até hoje, vontade, tenho certeza, de esconder qualquer coisa. Um dos Presidentes da CHESF é um companheiro de V. Exas. no Congresso Nacional, o Engenheiro Aleluia.

A obra de Xingó passou por crises tremendas, inclusive com oito meses de paralisação. Então, a questão desse estudo, como não

estávamos dentro da tese de Toynbee, da adversidade, da pressão por sair, ela foi sempre sendo deixada de lado.

Quando aconteceu essa entrevista do Francisco Gomide, Presidente da COPEL, reiterando mais uma vez a opinião dele, que considero absolutamente errada - é absolutamente impossível falar de preços quatro vezes maiores, isso não existe -, Francisco Gomide, que é um excelente técnico, na hora em que diz isso, ele está contradizendo toda a sua formação técnica. O exemplo do hotel, ele está pinçando um número aqui e acolá, e não está se incomodando de ver a abrangência.

Desculpe-me por dar um exemplo: o Senado quer colocar esquadrias, um faz o trabalho por Cr\$ 100 mil, e outro, por Cr\$ 200 mil. Tem que ser definida a abrangência. Talvez o de Cr\$ 100 mil, só fornece a esquadria de alumínio, o de Cr\$ 200 mil fornece o vidro, transporta, coloca, assume a garantia, faz tudo. Então, tem de ver a abrangência; quando ele pinça um preço de 40 e um de 10, ele não fez nada.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quer dizer que essa foi uma decisão inteiramente da Diretoria da CHESF, de levantar os custos, já dentro daquilo que era previsto?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Não. Isso já nos preocupava desde 1987.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Mas não em nível de auditoria, nem da ELETROBRÁS, nem da própria empresa?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Não, era uma coisa interna da CHESF, que tínhamos interesse de fazer. Isso vinha sendo feito. Quando o jornalista da revista Veja esteve lá, inclusive corrigi, pessoalmente, tentei mostrar que era uma questão, até, de orgulho da empresa, que não era o Presidente da COPEL nem o Governador do Paraná que se preocupavam com os preços das obras da CHESF, era a própria CHESF. É aquele orgulho que temos em dizer: não é uma pessoa que está a 2 mil quilômetros que está preocupada, somos nós. E até corrigimos: os preços dessa entrevista de Francisco Gomide, não são esses, mas os que saíram na reportagem.

Esse trabalho vinha sendo feito. Agora, dentro da teoria da adversidade, espero que a CHESF tenha se aprofundado e, a curto prazo, isso esteja disponível.

O SR. DIVALDO SURUAGY - O Sr. apenas espera, não tem certeza ainda?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Não. Como disse a V. Exa., eu me propus, estou obedecendo, eu desapareci durante esse período. V. Exas. sabem, são políticos com experiência desse aspecto, todo mundo resolve explorar o assunto. Houve inúmeros telefonemas de jornais, de várias pessoas, para minha casa, querendo que eu opinasse e retirei-me completamente para deixar passar a tempestade.

O SR. DIVALDO SURUAGY - As informações que sempre recebi diziam que Xingó era a hidrelétrica mais barata do mundo em custo do quilowatt final; pelas condições topográficas e geográficas da região, Xingó tinha características altamente privilegiadas em termos de custo, que seria a mais barata - talvez seja a hidrelétrica mais barata, do Brasil tranquilamente, e do mundo, presumo eu. Então, é possível estabelecer algum parâmetro entre os custos de Xingó e de Segredo?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Senador, vou responder, um dos Assessores de V. Exas., estávamos conversando antes de

começar a reunião, sou sempre muito repetitivo, passarei para V. Exas. uma dúvida minha. Isso foi colocado: Xingó, o que interessa é o produto final; quando se compra um carro da Autolatina o que interessa é o produto final. Se eles trabalham com robô, ou com chapas compradas da Belgo-wineira, ou da Acominas, isso não importa, interessa é o custo final.

Para o consumidor de energia elétrica interessa o custo final da energia gerada.

Os números que tenho são os seguintes: o megawatt/hora gerado na Usina de Segredo custa US\$ 24,00, ou seja, 24 milésimos de dólar por quilowatt/hora, que é o que pagamos em nossas casas - estou multiplicando por mil, para chegar a US\$ 24,00 por megawatt/hora, ou seja, em cada pacote de mil quilowatt/hora, na Usina de Segredo, o número de referência que tenho é de US\$ 24,00. A Usina de Xingó é de US\$ 21,00 por megawatt/hora, o custo da energia gerada.

Vou fazer o mesmo questionamento que estava fazendo na presença de um dos Assessores. Acho que é minha obrigação, como empregado do Governo, questionar-me, mas poderia ser US\$ 18,00 ou 19, e não é especificamente das obras civis. O meu custo administrativo está muito alto? Estou sendo pouco racional na minha administração? A minha montagem, a minha compra de equipamento, a minha obra civil? É esse o questionamento que devemos ter, permanente. Só conseguimos mostrar que o Estado brasileiro, que as empresas brasileiras são capazes de fazer o que o País espera se tivermos esse questionamento permanente. Hoje, eu me questiono: tudo bem, Xingó é US\$ 21,00 por megawatt/hora / Segredo é US\$ 24,00. Será que Xingó poderia ser US\$ 18,00 ou 19? E isso significa US\$ 100, US\$ 200 milhões de diferença.

A minha administração, até dia 19 de agosto, era adequadamente eficiente, eficaz? Eu poderia ter procedimentos que, ao invés de ter 50 veículos alugados, para fazer os trabalhos, eu poderia ter somente 40? O veículo que eu alugava por Cr\$ 7 mil, será que eu não conseguiria alugar por Cr\$ 6 mil? A empresa privada faz isso, acho que a empresa do governo tem que fazer isso permanentemente.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Dr. João Paulo, a Odebrecht é quem está executando a obra?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - É uma das participantes, é um consórcio formado pela Mendes Júnior, a Odebrecht, através da CBPO, e a CONSTRAN.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Essas empresas têm tradição, muita experiência, e know-how na construção de hidrelétricas?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - A Mendes Júnior, por exemplo, havia acabado de fazer Itaparica, a CBPO - no início da década passada - terminou a Usina de Foz de Areia, que é uma usina da mesma concepção de Xingó: uma barragem de enrocamento com face de concreto. Existem no Brasil três usinas, uma grande usina, que é Foz de Areia, dentro dessa concepção, barragem de enrocamento com face de concreto; Segredo e Xingó, em construção. São essas as três grandes usinas dentro desse conceito. E a CBPO havia concluído a Usina de Foz de Areia.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Então, o Sr. não acredita que essas forças estranhas que não foram explicadas, nem o Sr. se interessou em saber quais eram, que o afastaram da execução da obra tenham influído,

também, na escolha de nenhuma dessas empresas, o processo licitatório, na opinião do Sr. foi o mais justo, tecnicamente falando?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Senador Divaldo Suruagy, tenho aqui um trabalho da Eletrobrás, que se intitula - e permito-me, Senador Ruy Bacelar, dizer que seria muito importante para V. Exas., que estão procurando fazer com que o País ganhe eficiência - "Estudo das Concorrências de Empreendimentos do Setor Elétrico", um conjunto de relatórios.

Vou responder à pergunta do Senador Divaldo Suruagy, lendo alguns trechos:

"É importante que tal situação seja alterada, com vistas à realização de um programa de expansão como aquele contido no Plano 2.010, que prevê a construção de grande número de obras de pequeno e médio porte, gerando, portanto, uma demanda de serviços incompatível com o atual perfil da oferta.

A alteração que se preconiza tem o sentido de criar ambiente onde exista a abertura de mercado, caracterizada por adequação de procedimentos licitatórios, de forma a propiciar real competição entre empresas capacitadas a realizar as obras".

O relatório faz um diagnóstico muito interessante do setor elétrico - disfunção.

"O setor elétrico desconhece as reais dimensões e as características da oferta de serviços de construção e montagem que poderia dispor para a realização dos seus empreendimentos. Uma consequência é que, hoje, há uma concentração excessiva em torno de poucas empreiteiras, tradicionais prestadoras de serviço ao setor, propiciando condições favoráveis à cartelização da oferta e consequente aumento de preço".

Isso não é específico, não estou tratando da obra de Xingó, mas dentro do messianismo que o Sr. falou. Achei que valia a pena trazer para cá. Existe realmente. Não temos uma adequada partição de obras. Estamos acostumados a trabalhar no setor elétrico com os megacontratos.

E aí vem uma série de aspectos. Este consórcio que trabalha, hoje, em Xingó, se não fosse esse consórcio por toda a crise que ocorreu de 1987 até hoje, a obra de Xingó estaria pelo menos uns dois anos atrasada. Se tivéssemos feito uma partição de obra, dando, por exemplo, um pedaço da obra a um empreiteiro, como o Paixão, ele não teria condição de tocar a obra e teria ido à falência.

É de novo, aquela dúvida, aquela angústia, se não fizermos um megacontrato sem um grande empreiteiro com um suporte da ordem de uma Odebrecht, de uma Mendes Júnior, da CONSTRAN, que além das obras tem a soja, para financiar, a obra de Xingó estaria pelo menos dois anos atrasada.

Agora, até onde teremos competência e capacidade para que as empresas do Governo façam programas e uma partição adequada de obras para aumentar o espectro de proponentes? Na obra de Xingó, tivemos três consórcios apresentando propostas.

Efetivamente, não sei responder a pergunta de V. Exa. Isso será respondido, talvez, quando esse relatório da CHESF, quando esse estudo estiver pronto, se o preço da obra de Xingó será o mais justo. Garanto que não é nem o dobro, nem o triplo, nem o quádruplo. Mas não sei dizer a V. Exa se a obra de Xingó está com um preço justo,

se ela é 10%, 15% ou 20% mais cara do que deveria ser. Isso não tenho condição de responder a V. Exa. Acho que é um questionamento que o setor elétrico deveria ter.

Esse trabalho que a ELETROBRÁS que se propôs a fazer, que é um diagnóstico de propostas de ações, é uma sugestão para a implantação de um sistema de preços e custos, de modo que haja agilidade, que haja condição de o setor ter a mesma competência do setor estatal, ter a mesma competência do setor privado para negociar.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Estou plenamente satisfeito com as respostas que o Sr. nos ofereceu, e diria que permanece uma grande preocupação com todos nós, de certeza comigo, não sei se com os demais Senadores, quando um homem da sua estatura técnica, da sua probidade, da sua dedicação por uma obra que vi de perto, do nascer, que dei uma contribuição como Governador, montando aquela infra-estrutura, quando o Sr. é afastado da direção da construção de uma obra desse tipo por forças estranhas, então, começamos a duvidar desses escândalos que estão diariamente sendo anunciados pela imprensa brasileira, ficamos realmente preocupados com o que possa estar acontecendo não apenas em Xingó, mas nas diversas obras públicas deste País afora.

Eu gostaria de encerrar o nosso debate, dizendo que é uma alegria e um orgulho saber que na CHESF há homens como o Sr.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Muito obrigado. É muita bondade de V. Exa. acho que é exagero, repito, não fiz mais do que a minha obrigação em todas as obras que trabalhei.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Fiz questão de dizer isso para constar dos Anais da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente; Sr. Relator; Dr. João Paulo Maranhão de Aguiar:

Essa reportagem publicada na revista Veja, na edição de 14 de agosto de 1991, contém a afirmação de que um grupo de engenheiros da CHESF encaminhou, à direção daquela empresa, um relatório no qual faz algumas advertências de que essa obra do Xingó havia sido contratada pelo valor superior a 600 milhões de dólares, preço normal da obra. Diz também que a CHESF deveria questionar essas empresas que estão executando a obra, com referência a essa diferença. Diz assim:

"Queremos pagar o preço justo, mas ainda precisamos fazer um exame detalhado para saber se esse valor real, apontado no relatório existe mesmo".

E propõe uma negociação, que a obra seja realmente adequada ao preço real. Teria, então, que haver uma redução de 600 milhões de dólares.

O Sr. confirma a existência desse relatório, por parte dos engenheiros, encaminhado ao Presidente da CHESF?

Segundo a reportagem, consta que esses engenheiros haviam feito esse relatório ao Presidente da CHESF, Sr. Marcos Lopes, e sugerem, inclusive, uma nova renegociação do preço da obra, reduzindo-a em 600 milhões de dólares.

Existe esse relatório e essa sugestão?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Sr. Senador, é aquilo que falei, respondendo às arguições do Senador Divaldo Suruagy.

Estavam em andamento estudos para análise completa dos custos das obras de Xingó.

Objetivamente, esse relatório, até o dia 19 de agosto, quando sai de Xingó, não existia. Espero que a CHESP tenha dado continuidade e, a curto ou médio prazo, o tenha disponível.

Quanto a esses 600 milhões de dólares, pelo menos o Senador Ruy Bacelar já leu todo o texto, procurei ser extremamente didático com o jornalista que foi a Xingó. Mostrei, por exemplo, como uma obra que, originalmente, em 1986, estava orçada em 1 bilhão e 600 milhões de dólares, passou para 3 bilhões de dólares, que é uma simples variação cambial.

O Índice Geral de Preços, no Brasil, entre junho de 1986 e abril de 1991, cresceu 33 mil e 800 vezes em números, ou seja, houve uma inflação de 3 milhões e 400 mil por cento, enquanto que o dólar subiu 18 mil vezes. Só isso dá um aumento de 1,804 vezes no orçamento.

É muito fácil V.Ex^{as}. entenderem: semana passada, quando o Governo fez uma mididesvalorização, o preço em dólar da obra de Xingó, por algum tempo, baixou 18%. O Governo aumentou o dólar em 18%, se o preço em cruzeiro era esse, quando dividi por alguma coisa que aumentou 18% o denominador, a obra tornou-se ficticiamente mais barata.

Então, estou de novo falando como cidadão, como é terrível um país que não tem nem moeda - não conhecemos um referencial de custo de obra. Se o Governo, hoje, duplicar o preço do dólar, ou dolarizar a economia, por exemplo, o dólar vale 1.200 cruzeiros, Xingó voltará a ter um orçamento de 1 bilhão e 600 milhões de dólares.

O SR. NABOR JÚNIOR - Agora, eu perguntaria, a obra foi contratada em cruzeiros ou em dólar?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Obrigatoriamente, não podemos trabalhar com o dólar, a legislação brasileira obriga em cruzeiro.

Veja V.Ex^a, eu estava vindo do hotel para cá, imaginando como este nosso País é complicado. Se tivéssemos contratado uma obra em dólar, essa obra, hoje, estaria uma vez e oito décimos mais barata, porque a inflação, no Brasil, subiu de uma maneira e o dólar de outra.

Então, antes da mididesvalorização, a obra estaria uma vez e oito décimos mais barata, se estivéssemos comprando dólar no Banco Central e pagando em dólar, o que não é possível.

O SR. NABOR JÚNIOR - O Sr. admite que até então não existe esse relatório dos engenheiros? Pelo menos, não é do seu conhecimento?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Isso aí, garanto a V.Ex^a que não existe. Estava em andamento, porque eu participava desse trabalho; contratamos um companheiro, que havia se aposentado e tinha uma experiência muito grande. Esse companheiro foi à COPEL, dentro do bom relacionamento que temos na COPEL, levou os dados da CHESP e pegou os dados da COPEL, para fazer esse trabalho de tentar nivelar. Na época dessa reportagem não existia o relatório. Quando dei as informações, inclusive, disse que esse relatório deveria demorar uns dois meses. Isso está aí no texto que o Senador Ruy Bacelar tem em mãos.

O SR. NABOR JÚNIOR - E esses dados que foram repassados ao repórter da Veja, dando conta da existência desse relatório, quem forneceu esses elementos?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Aí houve uma modificação de tempo de verbo. O repórter da Veja, conversando comigo disse: "Mas não passei para a editoria esse dado".

Há dois aspectos, Senador, e para que a coisa não fique meio kafkiana, e muitos de V.Ex^{as}, não entendem como é que estamos falando, vou repetir dois fatos. Primeiro: a Veja foi a Xingó pegar dados para uma reportagem que estava fazendo sobre corrupção, a CPI dos Srs., e levando esses dados do Governador Roberto Requião e do Presidente da COPEL, Francisco Gomide.

Então, por uma questão, como já disse, de orgulho, eu quis mostrar ao jornalista que não era a COPEL que se preocupava com o preço da CHESP, era a própria CHESP. Além do mais, alonguei-me em explicações detalhadas dessa questão de preços, dando exemplos, como aquele que dei do hotel, explicando o que era a variação cambial, mostrando que uma obra de 3 bilhões de dólares, no total, uma variação de 10% a 20% do orçamento total, implicaria em 300 a 600 milhões de dólares. Se V.Ex^a tem alguma coisa que é 3 bilhões de dólares, e V.Ex^a aumenta 10%, está gastando a mais 300 milhões de dólares; se V.Ex^a reduz 10%, está gastando a menos 300 milhões de dólares.

Para não fazer suspense - como eu disse aqui - tenho 25 anos de obra, por que não me restringi a dar as respostas formais que uma pessoa com experiência dá à imprensa? Acho que a imprensa deve ter todo acesso. Porque o jornalista que foi lá, inclusive levando instruções para pesquisar o meu patrimônio pessoal, coisa que ele conhecia, era um sobrinho meu. Ele chegou lá e me disse: "Estou, inclusive, com a missão de pesquisar o seu patrimônio pessoal". Aí, brincamos, eu disse: "Tu sabes qual é o meu patrimônio pessoal".

Então, me esforcei a dar as informações as mais detalhadas possíveis, e houve realmente essa trombada, mas que - no fim, deu-me, evidentemente, algumas dores de cabeça - dentro da "Teoria da Adversidade", de Toynbee, vai provocar com que a CHESP, em pouco tempo, possa certamente dizer à sociedade como se situam os preços de Xingó dentro do painel brasileiro.

O SR. NABOR JÚNIOR - O Sr. confirma as declarações do Governador Roberto Requião, aqui nesta Comissão, e do jornalista, através dessa reportagem publicada na revista Veja, que o preço cúbico de concreto, na usina de Xingó, é US\$ 320,59 e, em Segredo, US\$ 227,72?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Como está dito no documento que V.Ex^{as}, terão cópia em mãos, esses números foram fornecidos por mim. Agora, com uma ressalva: os números vistos isoladamente nada significam. Posso chegar, Sr. Senador, e dizer que o concreto de Segredo é 250 dólares e o de Xingó, é 350 dólares. Mas tenho de verificar qual é a abrangência. O concreto de Segredo pode ser 250 dólares, mas a COPEL fornece em separado o cimento, o ferro e a madeira para fazer forma, enquanto que o concreto de Xingó é 350, mas nesses 350 dólares podem estar incluídos o cimento, o ferro e a madeira. Então, tem de haver um tratamento para nivelar coisas iguais. É esse trabalho que espero que esteja sendo aprofundado, neste momento, dentro da CHESP.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, acho que para que tenhamos realmente elementos para fazer uma avaliação se existe ou não exagero no preço dessa hidrelétrica de Xingó em relação a Segredo, te-

remos que ter todos esses elementos. Como é que vamos saber se está correto ou não as empreiteiras de Xingó cobrarem US\$ 320 pelo m3 de concreto e US\$ 33 pelo m3 do maciço de rocha implodida, e, em Segredo, cobrarem US\$ 227 pelo m3 de concreto e US\$ 11 pelo m3 de rocha implodida, se não temos esses elementos para saber se a COPEL deu o cimento, transporte etc. Teríamos que ter esses elementos todos, senão não vamos chegar a conclusão nenhuma. Não podemos fazer realmente uma avaliação de custo entre uma obra e outra se não tivermos todos esses dados, que são fundamentais para se chegar à conclusão se houve favorecimento ou não.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Se V.Exª me permite - desculpe-me Senador Ruy Bacelar - voltando a 1976, quando fizemos aquele trabalho muito demorado e que a ELETROBRÁS refez por outra metodologia, quer dizer, a acusação do Presidente da Mendes Júnior, Dr. Murilo Mendes Júnior, era uma acusação solta no ar. "Eu faria pelos preços de Paulo Afonso três vezes menos". Faz quinze anos, passamos dois meses, participei, porque naquela época eu assessorava o Engº Eunápio Queiroz, que era o responsável por Sobradinho, fazendo exatamente essa harmonização. Em Paulo Afonso, a Mendes Júnior, dentro da proposta, praticamente prestava serviços, porque a central de concreto era da CHESF, o britador era da CHESF, o caminhão que transportava concreto era da CHESF. Em Sobradinho, tudo isso era do empreiteiro. Então, V.Exª tem de fazer considerações que equalizem.

É aquele exemplo bem simples que dei, do hotel: se me hospedo num hotel por Cr\$ 20 mil de diária e o outro se hospeda por Cr\$ 30 mil, isso não diz que o de 30 está mais caro do que o de 20, porque o meu de 20 pode ser a seco. Então, mais os 10% de taxa de serviço, se eu quiser tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei que pagar, a o que pagou 30, é a diária completa, incluindo taxa de serviço, café da manhã, almoço e jantar. Termina sendo mais barato o de 30.

É esse trabalho que, repito mais uma vez, espero que, a curto prazo, a CHESF tenha terminado e possa responder.

O SR. NABOR JÚNIOR - A Comissão teria que pedir informações à COPEL. Em Segredo, é por administração própria ou através de firma?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Parte dos equipamentos de Segredo são fornecidos pela COPEL, enquanto que, em Xingó, todos os equipamentos são do empreiteiro.

O SR. NABOR JÚNIOR - Há essa diferença que é bom esclarecer.

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Permite-me V.Exª, uma observação? Acompanhei muito o documento do depoente, e até na questão dos preços de Xingó e de Segredo, ele faz uma colocação que eu gostaria de ressaltá-la, para inteiro conhecimento da V.Exª.

Já comentei que os preços transcritos pela revista Veja, foram mostrados para provar que nem Requião nem Gomide estavam descobrindo a pólvora, e sim que eles eram de pleno conhecimento da CHESF, pois eram resultantes de levantamentos da CHESF e da COPEL. Não valeu o esforço e a tentativa de demonstrar que pinçados isoladamente nada dizem.

A sua indagação tem inteira procedência, porque somos leigos. Não conheço a mecânica do orçamento de uma obra desse porte. Tenho a impressão que isso demandaria uma auditoria extraordinária,

para nós, exatamente, dentro do pensamento do depoente, chegarmos a essa realidade que ele quer dizer. Se o preço de Xingó é um e o de Segredo é outro, isoladamente causam impacto. Por que custa trezentos e tantos dólares o m3 e aqui duzentos e tantos? Mas dentro do contexto da obra. E até há pouco, ele citou um dado que me pareceu interessante, o custo final da energia gerada, isso tudo tem um complexo.

V. Exª, tem inteira razão, mas pela dimensão da obra - e Xingó é uma obra que realmente marca até um conceito de engenharia nacional - ficaria difícil, porque são componentes.

Outro dado que não me passou despercebido, é evidente, quando o sujeito vai contratar um carro, lá, se contratou por Cr\$ 10 mil a viagem, poderia ter encontrado por Cr\$ 6 mil. Isso tudo, vai realmente acrescentando.

Acho que esse documento dele - quero até antecipar-me, e me perdoem, e o faço em homenagem ao depoente -, as informações que tive - como se não bastasse o depoimento do Senador Divaldo Suruagy - dão conta de que é um homem de bem, é um homem que marcou a vida dedicado à obra. Parece-me que, evidentemente, a colocação da matéria, e tudo está girando em torno da entrevista concedida à *Veja*, em que lhe imputaram uma posição desagradável, parecendo-me que a coisa foi muito mais acrimoniosa no texto final da matéria. Até certo ponto, quem sabe, sendo tio e sobrinho, ele passou alguns dados, que a editoria publicou, de maneira que o colocaram mal. E um detalhe que está chamando a minha atenção é a ética do comportamento dele no episódio. Ele sabe que uma matéria com esse impacto, da maneira como foi veiculada, colocou-o em situação bastante delicada, porque ele era o Engenheiro-chefe da obra.

Agora o conceito dele - é uma coisa que acho muito importante para nós aqui -, todos nós temos uma tradição de vida, o cidadão sempre fez com que a sua vida fosse marcada por atitudes retilíneas, de dedicação inextinguível - o depoimento do Senador Divaldo Suruagy é importantíssimo para mim, porque assistiu ao início da obra -, deve ser um desses entusiastas que existem pelo Brasil afora que, no final, se transformam obra e cidadão inteiramente amalgamados dentro de um projeto de realização.

Estou ouvindo esse depoimento até com uma certa, eu diria, simpatia. Ele participou desse estudo que está sendo feito, evidentemente, é o cuidado do engenheiro que quer realmente colaborar, um relatório que certamente estava circunscrito dentro da empresa. Mas houve, infelizmente, uma divulgação altamente danosa para ele, principalmente, cuja vida foi toda dedicada à obra, além da repercussão natural dentro da empresa.

Eu gostaria de assinalar que a nossa Assessoria fez algumas perguntas e nós as estamos encaminhando. Mas acho que esse documento fotografa muito bem a posição do depoente.

O que se deve ressaltar nisso tudo - e faço isso porque não conheço a obra, não sou da região - os Senadores Divaldo Suruagy e Ruy Bacelar o sabem melhor pela proximidade da região -, na minha opinião, o engenheiro que está depondo é um homem de bem, foi lamentável a sua saída. Evidentemente, é o que ele diz, há sempre um desdobramento, mas, vamos verificar na apuração dos eventos, efetivamente, a atitude de um homem que amou e ama a obra. Para isso teremos uma parte final.

Entendo que, comparativamente não teremos nunca condições de fazer uma avaliação, por mais dedicada que seja a nossa Assessoria, que ele confessa que só pode ocorrer com o desdobramento do tempo, dentro de uma visão global.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu gostaria de deixar uma sugestão para a Comissão.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Pois não, Senador.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Que convidássemos o Presidente da CHESF para, primeiro, nos dar a informação sobre o andamento ou não desse relatório. Segundo, para nos explicar que forças estranhas à direção da CHESF, que deu um crédito de confiança ao Dr. João Paulo Aguiar, intervieram para que ele fosse afastado.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Parece-me que o problema dele é mais de ação política...

O SR. DIVALDO SURUAGY - Exatamente. Então, como a conotação é de caráter político, estou insistindo para que a comissão convide o Presidente da CHESF para nos dar explicações.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, a minha preocupação também, como membro desta comissão, é esclarecermos a opinião pública, inclusive, a respeito dessas denúncias que o Governador Roberto Requião acaba de fazer à própria comissão de que estamos nos omitindo, que não levamos em consideração as denúncias e a documentação que ele deixou com a Presidência e com o Relator.

Então, isso fica muito mal, no momento em que ele está se valendo da condição de Governador e que um espaço muito grande na imprensa, chegando a fazer esse tipo de acusação à comissão, e esta não procura realmente esclarecer a opinião pública com referência a esse aspecto da obra, e até apresentou uma tabela...

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Como se tivesse sido ele o autor da descoberta, quando o engenheiro que está depondo aqui falou claramente que isso era fato público e notório dentro da classe.

O SR. NABOR JÚNIOR - Eu sugeriria a constituição de uma comissão para fazer esses levantamentos nos preços das obras públicas, para que se evitassem esses desmandos que existem por aí.

Então, ele está aparecendo, perante a opinião pública, como um homem que está zelando pelo patrimônio público, pelo interesse do País e do Estado. Seria bom que a comissão esclarecesse. Acho que se deveria realmente acionar os Assessores, e se não houver condições de fazer esse levantamento, que se procurasse até o assessoramento de técnicos, para mostrar que os custos da Hidrelétrica de Sagredo são mais baratos que os de Xingó, porque o Governo do Paraná está fornecendo transporte, cimento, fornecendo isso e aquilo, enquanto que na de Xingó, todas essas despesas estão correndo por conta das empreiteiras.

É bom que se esclareça isso para que depois, se a comissão não der essa explicação à opinião pública, o Governador não fique aí fazendo esse tipo de acusação, como já foi à imprensa, várias vezes, dizendo que a comissão está se omitindo, que não está levando em consideração as denúncias que ele formulou aqui, durante o seu comparecimento.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Outro esclarecimento, dentro da sua linha de raciocínio: sou leigo, confesso que sou

advogado, uma coisa que me chamou muito a atenção, uma declaração do depoente, o custo final do quilowatt. Isso é fundamental. O que adianta fazer uma obra, assoalhar, de uma maneira até certo ponto bombástica, uma custa tanto e a outra tanto e, no final, o povo, que é o consumidor, vai pagar um custo muito mais elevado? Isso é gravíssimo.

O SR. NABOR JÚNIOR - Tudo isso precisa ser esclarecido à opinião pública, porque, no momento, está prevalecendo a versão do Governador. Ele, por exemplo, fez acusações aqui ao Deputado Max Rosenmann, que veio a esta comissão e prestou um depoimento esclarecendo convenientemente.

Mas ninguém conhece a versão do Deputado, ele pode ter dado alguma divulgação etc. Mas, hoje, o que prevalece é a versão do Governador, até pela sua condição de chefe de Governo de um Estado importante, como é o Paraná, que usa a mídia que divulga.

S.Exa., hoje, está investindo, segundo ele propala, de autoridade moral muito grande, que está procurando combater a corrupção, só ele é honesto, as coisas no Paraná custam a metade do que nos outros Estados. Então, é preciso que essas coisas sejam devidamente esclarecidas para que a opinião pública também forme o seu juízo: a Hidrelétrica de Xingó realmente está saindo mais cara por essa e essa razão; a do Paraná está saindo mais barata porque o Governo fornece, dentro do contrato, transporte, outro tipo de material, enquanto a de Xingó está correndo por conta das empreiteiras.

Esta a sugestão que eu gostaria de fazer a V.Exa. e ao nobre Relator. Parabeno também o depoente, o Dr. João Paulo Aguiar, que me pareceu realmente um homem sério, um homem dedicado a essa obra e que tem razão, acho que a CHESF deve fazer essa avaliação. Se esse relatório constatar que essa obra foi superestimada no seu preço, dando margem a que as empreiteiras façam uma redução desse custo, o País é que vai lucrar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, aqui estão presentes três ex-Governadores de Estado, quer dizer, todos têm uma experiência administrativa e V.Exa. tem uma vivência política enorme.

Sabemos que o escândalo consegue maior espaço nas manchetes da mídia do que a verdade, a explicação do fato. Não estou me preocupando muito com o Governador Roberto Requião, porque é público e notório que ele está buscando sensacionalismo, embora esse sensacionalismo tenha um aspecto positivo, gosto de ressaltar, porque está chamando a atenção do País para as distorções que estão explodindo por aí afóra.

Para mim é muito importante a opinião da Presidência da CHESF, da diretoria, na pessoa do seu Presidente, se esse relatório está sendo feito ou não. O Dr. João Paulo Maranhão de Aguiar imagina que esteja sendo feito, porque a CHESF, provocada, deve acelerar a conclusão desse relatório. Mas, como está apenas no campo do desejo e do imaginário, é necessário que convidemos o Presidente da CHESF para nos dar essa informação. Porque, aí sim, a CHESF é quem vai responder ao Governador Roberto Requião. Acho que não é a comissão, mas a CHESF quem deve responder.

Nós, políticos, e esta Comissão Parlamentar de Inquérito têm uma validade enorme, porque trabalhamos com a evidência dos fatos. Gosto sempre de repetir esta expressão, porque eu a acho

muito legítima. Não trabalhamos com provas, trabalhamos com evidências. Não vai competir a nós provar o preço disso ou daquilo; quero saber o custo final do quilowatt. Se o quilowatt que vai ser entregue para o Xingó é mais barato do que o de Segredo, então, o custo final da obra foi mais barato, porque ninguém vai gastar mais para colocar um quilowatt com a tarifa menor. Isso para mim é fundamental.

Agora, é conveniente que a CHESF explique, e somos um instrumento altamente válido, pela significação que a comissão possui, de qua a CHESF, através da Comissão, explique para o País essas dúvidas levantadas pelo Governador Roberto Requião, muito bem colocadas pelo Senador Nabor Júnior. Acho que devemos convidá-lo, por dois motivos, primeiro, para nos falar sobre o relatório, que foi a causa dos números colocados aqui pelo Governador Roberto Requião, com a autoridade de um Governador de um dos maiores Estados do País. Segundo, que forças estranhas foram essas que afastaram um técnico competente, experiente, honesto, digno para dirigir um projeto desses? Se a diretoria, por unanimidade, delegou poderes para que o Dr. João Paulo Aguiar continuasse executando a obra, mas vêm forças estranhas à CHESF e interferem na saída do responsável pela obra, quero saber que forças estranhas são essas!

É a sugestão que deixo com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Sr. Senador Elcio Alvares.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, eminentes Colegas, tenho pouca coisa a acrescentar porque tive o cuidado de fazer uma leitura muito atenta do documento.

Faço um registro de ordem inteiramente pessoal, não estou extrapolando o julgamento, mas fazendo uma avaliação dos fatos.

Sempre me atendo muito à condição da pessoa que vem depor, e nós que temos a vivência política, cada um vem aqui com um conceito, às vezes, até antes de o cidadão depor, sabemos de fatos que o envolveram, e isso, evidentemente, reflete na credibilidade do depoimento. Eu não conhecia o Engº João Paulo, li a matéria, mas a forma pela qual o Senador Divaldo Surugay o tratou - e o Senador Divaldo Surugay é um homem que tem inteiro conhecimento da região, conhece todos os eventos administrativos -, até de uma maneira terna, senti que houve até uma solidariedade de comportamento, exatamente em razão dessa vida dedicada à obra, que tem inteira repercussão na região alcançada por Alagoas.

O que posso dizer em razão do documento que li, em que o depoente, com muita humildade e comportamento ético, se situa dentro dos fatos, dá uma resposta que ele gostaria de dar, à grande imprensa e não teve essa divulgação, teve acústica dentro da Comissão, acho que todos os esclarecimentos foram prestados. Ficaram as duas dúvidas, realmente, levantadas pelos Senadores Divaldo Surugay e Nabor Júnior, a questão do preço, que houve um estardalhaço - já entendi alguma coisa, não tecnicamente, por que acho que é um desdobramento muito sério de números e cálculos. E este lado, também, se há um relatório, houve um problema, temos de saber se ele está andando, porque um dos deveres da CPI é fiscalizar exatamente a lisura desses temas que estão vindo à colação para o nosso debate.

O depoimento do Engº João Paulo Maranhão de Aguiar foi esclarecedor da matéria que o levou à convocação, faço votos que a

Companhia, numa avaliação mais detalhada e mais profunda, tenha uma reconsideração do posicionamento em relação a ele. Se a diretoria deu a ele uma prova de confiança, fatores políticos supervenientes, é evidente esse raciocínio, determinaram o seu afastamento da obra. É lamentável, porque acho, considerando a tradição, a participação, a matéria deve ter chocado a diretoria, o Governo deve ter tido seus pruridos arranhados, mas não é matéria que eu diria profundamente danosa. A Companhia teria de esclarecer os pontos, ou, adotando um critério que acho inteiramente antipático, quando o cidadão se envolve dentro do episódio e tem um determinado poder, seja econômico ou político, não dá atenção à matéria, silencia e deixa que os fatos aconteçam.

Sempre tive por norma esse comportamento - o Senador Divaldo Surugay há pouco fez uma referência sobre o assunto -, pouco falo sobre a nossa governadoria, mas fomos governadores eu tinha um cuidado imenso, qualquer notícia que saísse, ou qualquer boato que houvesse, o Governo dava um esclarecimento cabal à opinião pública, mesmo que a coisa surgisse de um rumor, de um boato etc. Mas eu me antecipava ao fato.

Acho que a CHESF, envolvida no episódio rumoroso, não seria nunca a nossa obrigação e sim da Companhia, se houve uma acusação do porte de um Governador do Estado do Paraná, a Companhia teria que esclarecer porque o preço dela é esse, e o preço de Segredo é outro. Acho que isso é obrigação inerente ao zelo do administrador, que tem a responsabilidade de confiar

Sr. Presidente, acho que os esclarecimentos prestados, inclusive, através do documento que se incorporou ao depoimento do Engº João Paulo Maranhão de Aguiar, são claros, e quero também dar guarida, no meu modo de entender, e faço a extensão do pedido do Senador Divaldo Surugay à Presidência, para que tenhamos do dirigente maior da CHESF a notícia do prosseguimento ou não do relatório, e também exigir que a Companhia esclareça cabalmente, em termos oficiais, por que essa disparidade de preços entre Segredo e Xingó.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes de encerrar, o depoente deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Passei o depoimento todo tentando encontrar o original, que estou passando ao Senador Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Rui Bacelar) - Antes de V.Sa. iniciar essa pequena intervenção, eu gostaria de formular alguns questionamentos.

O Sr. disse e repetiu que tem angústias e dúvidas sobre Xingó. Quais são essas angústias e dúvidas? Quais os indícios nos custos de Xingó, que levaram a essas dúvidas?

Quero deixar bem claro que todos nós sabemos que o preço final, por megawatt, em Xingó, é muito mais barato do que em qualquer outra construída no Brasil. Mas isso também é em razão das condições geográficas, ecológicas etc., o volume da obra é bem menor. No entanto o depoente falou de sua angústia, talvez, se o megawatt poderia ter, com custo final 21, 19, 18. Esse o grande problema.

Por isso gostaria de saber quais os indícios, nos custos de Xingó, que levam-no a essas dúvidas.

Há um problema que a Assessoria nos passou, sobre o qual eu gostaria de ter mais dados: "Consta do primeiro termo aditivo

do contrato do empreiteiro que, para cada item das obras e serviços, os preços são reajustados por índices específicos - Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas.

Além desses reajustes, foi inserido no termo aditivo um fator K, coeficiente de correção analítica dos preços contratados.

No que consiste o fator K de correção de preços da obra de Xingó? Qual o motivo da retroatividade do fator K ao mês de junho de 1986, sendo que o termo aditivo foi firmado em abril de 1988?

Essas as duas questões que eu gostaria de mais dados sobre as mesmas. Não sei se depois o Senador Jutahy Magalhães também pretende arquir V.Sa.

Tem a palavra V. Sa.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Senador Ruy Bacelar, a angústia de que falei é exatamente essa, de todos que lidam com dinheiro público: é a pergunta que formulei: Xingó é US\$ 21 por megawatt/hora - poderia ser 18?

A minha administração estava no nível de rendimento e de eficácia adequada?

Que providências poderíamos tomar para reduzir os custos?

Acho que essa tem que ser uma preocupação permanente. Essas coisas são todas muito interligadas - falei sobre esse estudo das concorrências do setor elétrico. Esse fator K - há 16 anos, o setor elétrico, junto com a Fundação Getúlio Vargas, fez um trabalho excelente que permitiu a definição de índices setoriais específicos. Se V.Exas. abrirem a Conjuntura Econômica vão encontrar índices específicos relativos a obras hidrelétricas. Infelizmente, por exemplo, se está procurando os culpados, eu me coloco como um dos culpados, pois essas coisas, na área do setor público, não têm continuidade. Então, estamos usando índices cujas estruturas foram definidas há 15, 16, 17 anos.

Por exemplo, falamos em escavação em rocha; de maneira muito sintética, suponhamos, tem três insumos: mão-de-obra, equipamentos e materiais. Nestes 15 anos, quando o grupo ELETROBRÁS, junto com a Fundação Getúlio Vargas, estabeleceu essa estrutura de preços, a mão-de-obra era 15% no custo da escavação, o equipamento 70% e materiais 15%, total, 100%.

Ao longo do tempo, houve uma otimização. Assim, quando os proponentes ofertaram seus preços para Xingó, a composição do proponente vencedor - vejam bem, Srs., estou falando em números teóricos - colocava 5% para mão-de-obra, 90% para equipamentos e 5% para materiais. Houve uma evolução da técnica, a incidência de equipamento tornou-se muito maior do que a mão-de-obra, houve uma otimização. Então, para que esses índices reflitam a realidade, eles terão que levar em conta essa nova estrutura e, a partir daí, define-se um fator K que harmonize essa estrutura de 15, 16 anos, com a estrutura de hoje, em função da evolução.

Agradeço demais a bondade de todos os Srs., talvez esteja me arriscando de novo a dizer coisas que podem ser mal interpretadas. Acho que nós, do setor público, temos que ter competência e essa angústia. Será que quando o empreiteiro deu aquela composição que elevou de 70 para 90% a incidência de equipamento, não poderia fazê-lo? Vejam bem, isso não é desonesto, é uma característica do regime capitalista.

Eu estava conversando aqui, o Senador Ruy Bacelar falou da entrevista, na revista Istoé - eu vinha no avião, ontem, lendo -, do Ministro Cabreira que mesmo no capitalismo ele é presbiteriano, há que se manter a ética protestante. Eu, como cidadão, acho que não existe isso.

Dentro do jogo do interesse financeiro, o Sr. Relator leu uma expressão minha com relação a história de queda de avião e custo financeiro. Eu, pessoalmente, estou convencido de que no interesse do jogo, um empreiteiro, não o empreiteiro de Xingó, mas no interesse do capitalismo, o camarada pode jogar, ele diz: "Quem vai subir mais é equipamento, vou dar uma estrutura de preços que vai jogar meu equipamento com 95% da participação" e, a partir daí, vai ter um lucro injusto. Essa tem que ser uma preocupação permanente nossa - respondendo à questão do K.

Infelizmente, o setor elétrico é culpado de não ter mantido permanentemente atualizados os índices setoriais. Se os Srs. abrirem hoje a Conjuntura Econômica, vão encontrar: Índice de Reajuste para escavação comum, para escavação em rocha a céu aberto, para escavação subterrânea, para concreto, está lá, o conjunto de preços de índices do setor hidrelétrico, só que, provavelmente os Srs. não sabiam, isso é baseado numa estrutura de 15, 16 anos atrás, portanto, está defasada. A partir daí tem-se que fazer ajustes, que é o fator K.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Assessoria disse o seguinte, que o quinto termo aditivo ao contrato do empreiteiro foi firmado em março de 1990, com efeito financeiro retroativo, ou seja, correção monetária na fase de processamento das faturas, retroagindo de junho de 1987 a junho de 1989:

"Não precede do contrato a correção monetária na fase de processamento e pagamento das faturas. Essa correção chegou ao montante de 84,32 milhões, no entanto, os empreiteiros concordaram em receber 40,97 milhões, que a preço de hoje corresponde aproximadamente a 10 bilhões."

O Sr. sabe informar quais os motivos de tanta generosidade dos empreiteiros?

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - A obra de Xingó teve a má sorte de ser licitada no momento em que o Brasil estava na ilusão de ter uma inflação suíça e um desenvolvimento de Japão. Recebemos as propostas para a obra de Xingó em junho de 1986, os preços congelados, o Plano Cruzado; um mês depois o Plano Cruzado já estava dando os primeiros sinais de fazer água; foi quando vieram os empréstimos compulsórios etc.

Estou me colocando agora na posição do empreiteiro; evidentemente, esse assunto será melhor detalhado pela administração central da empresa. V. Ex^{as}, compreendem que temos um grupo que faz obra, está dia e noite dentro do canteiro de obras, e há o pessoal que faz as negociações comerciais. Mas tenho a visão geral e posso dar algumas informações, não sei se serão satisfatórias.

Quando a CHESF recebeu as propostas, estávamos com o mito da inflação zero. Se o Sr. abrir a proposta do empreiteiro, ele, praticamente, não inclui no seu BDI - Benefício de Despesas Indiretas - uma parcela mínima para custos financeiros. Não estou fazendo julgamento de valores, estou fazendo o papel de narrador.

A partir do instante em que ocorreu o retorno da inflação de 10, 20, 30, 40, 50, chegamos a 80%, hoje estamos em 20%, o raciocínio do empreiteiro perante a CHESF, e foi isso que presidiu as negociações, foi o seguinte: "Quando apresentei a minha proposta, eu entrava com a minha fatura hoje, era paga com 30 dias, e o custo financeiro, se eu ia ao mercado apanhar dinheiro para financiar esses 30 dias em que executei o serviço, e só vou receber 30 dias depois, era de 0,5%, teoricamente, em julho de 1986 - na hora em que preparei a minha proposta era 0,5%, hoje, é 20, 22, 24, 25, chegou há ser 35, 40%.

Essa questão da correção monetária do ajuste durante o período de processamento é decorrente disto, é todo um processo. Volta a angústia, será que é isso mesmo?

Na hora em que a CHESF paga 20% de correção para o período de processamento, no preço, o empreiteiro - não tenho vergonha de dizer isso, é conjuntural - é mais competente do que nós do setor público, ele tem mais informações, até. Quando eu estava preparando a proposta dele, ele já não tinha informações de consultores de alto gabarito para dizer: isso vai estourar, embuta no seu preço 10, 12, 15%.

Na realidade, na hora em que estoura, o fato real que temos na mão é o seguinte: O Sr. tem uma proposta que diz, não sei o número exato - digamos - 0,5% foi a taxa do custo do dinheiro com que ele entrou na proposta, porque essa proposta foi feita nos meses de maio/junho de 1986, certamente redigida em maio para ser entregue em junho, quando estávamos, teoricamente, com juros de 0,5% ao mês. De uma hora para outra isso vai a 10, 20, 25, 30%. A razão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Decreto-Lei nº 2.300 dá uma permissão, como naquela fase do Plano Cruzado, naquela euforia, como V.Sa. disse, de inflação suíça e desenvolvimento japonês, e determina que esse reajuste para permitir fazer o saneamento financeiro das empresas; isso poderia realmente ser feito, mas não permite a retroatividade. Isso foi muito discutido na época, houve até recursos aos tribunais para decidir essa questão, e a dúvida que existe é exatamente essa questão da retroatividade, baseada em qual legislação foi feita essa retroatividade para pagamento de reajustes - sei que foi em razão do problema do Plano Cruzado, todas as empresas recorreram a esse artigo do Decreto-Lei nº 2.300, que dá essa permissão de fazer o reajustamento de preços para o saneamento financeiro, mas que não garante a retroatividade. Isso é que é preciso sabermos aqui, baseada em que lei, qual a menção que foi feita na época, e qual a medida legal que permitiu esse fator K retroagir.

Se não foi feita essa indagação aqui, infelizmente eu estava em outra comissão onde era Relator, tinha que estar presente, devemos saber baseado em qual lei se fez a retroatividade, porque o Decreto-Lei nº 2.300 não permite a retroatividade.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Tenho a impressão de que mesmo dentro dos contratos perfeitos e acabados, surgiram situações econômicas que não eram previsíveis à época. Evidentemente que seria o caso; existe a cláusula rebus sic stantibus. Acho que tem razão o Senador Jutahy Magalhães, aí teria de haver uma demonstração em todos os contratos reajustados. Participamos intensamente, quando a falácia do Plano Cruzado se tornou uma dura realidade, principalmente para os pequenos empresários, a cláusula rebus sic stantibus foi a

grande válvula. Em juízo, qual a lei? Em juízo houve uma avaliação, alguns juízes permitiram, desde que a parte interessada provasse que a partir daquele problema da falácia do Plano Cruzado, as situações modificaram totalmente.

Não sei se nesses contratos de grande porte, também a cláusula rebus sic stantibus seria invocada, e, administrativamente, o cidadão, dentro de parâmetros de avaliação, com dados efetivos, dados concretos, obteve a correção dessas distorções que são assinaladas em virtude das modificações econômicas de grande porte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Senador, tenho uma idéia, logicamente não tenho números exatos das leis, mas na época eu era 1º Secretário do Senado. Socorri-me muito à Consultoria do Senado, para poder examinar os contratos, porque todos estavam pedindo o pagamento com retroatividade, e negamos a todos. Fizemos o reajustamento baseado no Decreto-Lei nº 2.300, a permissão que dava para fazer o reajustamento, mas sem jamais entrar na retroatividade. E aqui a Assessoria está mostrando que na Lei nº 7.774, de 8 de junho de 1989, que permitiu esse entendimento, no seu art. 2º reza: "O reajustamento de que trata o art. 1º será calculado sem retroação".

O reajustamento de que trata o art. 1º será calculado, sem retroação, sobre o valor da prestação relativa a obras, fornecimentos e serviços realizados após encerrado o período de congelamento, ou nos termos da autorização ministerial para a revisão de preços, sobre o valor das obrigações relativas aos contratos de alienação de bens imóveis não abrangidos pelas normas do Sistema Financeiro da Habitação".

Então, "sem retroação".

Foi talvez baseado nessa lei, feita, inclusive, a pedido das empresas.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - É a chamada Lei Emergencial.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E era natural que surgisse alguma coisa sobre isso, porque preço congelado sabemos que depois estoura. As empresas não poderiam todas falir por causa de uma determinação. Então, deu-se essa condição de fazer o reajustamento. Agora, teve-se o cuidado de não dar o efeito retroativo.

É por esse motivo que pergunto: baseado em que lei foi feito o efeito retroativo normal e esse tal fator K? V.Sa. deve ter dado explicações e, infelizmente, eu não estava aqui para ouvir, mas também precisamos saber por que retroagiu esse fator K, se houve alguma determinação legal que permitiu isso.

O SR. JOÃO PAULO MAGALHÃES DE AGUIAR - Sr. Senador, entendo - e se eu estiver errado será de boa-fé - que são dois aspectos: o fator K atende ao art. 55, do Decreto-Lei nº 2.300, que estabelece que haverá a reconstituição do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato. E, posteriormente, a Portaria nº 422, da Ministra Zélia, volta a citar os ajustes para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

Nessa questão da compensação a que o Senador Ruy se referiu existe a retroatividade, no meu entender, repito, evidentemente, a ad-

ministração central da empresa que faz essas negociações estará em condições de dar a informação mais detalhada. Mas o primeiro aditivo contratual, assinado em 87, estabelece que as partes entre si pactuarão a forma de compensação, qual será o índice utilizado para fazer a compensação financeira pelos atrasos de pagamento.

Portanto não houve, como o Senador Ruy Bacelar fez referência, assinatura em 1990 retroagindo a 87.

Já li esse aditivo contratual; em 87 ficou estabelecido, entre a CHESF e a sua empreiteira de obras civis, que as partes definiriam como será feita a compensação por atraso. Por razões circunstanciais, entendo que, só em 1990, definiu-se a metodologia para essa compensação.

Então, no caso, não se tratou liberalidade, ou de favoritismo. Entendo que foi retroagido até o mês em que o aditivo dizia: "a partir daqui vai haver compensação e as partes definirão essa compensação."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Assessoria está mostrando que, felizmente, tem esses dados e podemos discutir essas questões.

Na época citada pelo depoente, o art. 51, do Decreto-Lei nº 2.300, tinha o seguinte teor:

§ 2º. "É vedado atribuir efeitos financeiros retroativos aos contratos regidos por este decreto-lei, bem assim as suas alterações, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de quem lhe deu causa."

Na época citada por V.Sa., o que existia era o Decreto-Lei nº 2.300, com essa redação no art. 51, §2º.

O SR. JOÃO PAULO MAGALHÃES DE AGUIAR - Desculpe-me, Senador. O decreto-lei é de 1986; não sei agora, do ponto de vista legal, se isso seria possível, mas essa retroatividade de 1990 para 1987 não é absoluta, que nunca se tivesse falado.

Infelizmente não tenho em mãos, mas existe um aditivo contratual assinado pela CHESF com o empreiteiro, dizendo:

"A partir desta data, vigora uma correção por atraso, cuja metodologia será oportunamente fixada". Em 1990 foi fixada e passou a vigorar. Não houve retroatividade, dizer: Agora, em 1990, vai retroagir para 1987, sen que não houvesse referência. Em 1987, a CHESF já havia combinado com seu empreiteiro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas não podia exatamente.

V.Sa. está prestando um depoimento e depois terezos que verificar, inclusive porque V.Sa. está dizendo aquilo que conhece.

O SR. JOÃO PAULO MAGALHÃES DE AGUIAR - Desculpe-me atropelar a coisa. Em 1987, pelo que conheço do Decreto-Lei nº 2.300, a CHESF poderia ter definido: "A partir desta data, dezembro de 1987, vamos fazer a correção monetária por atraso de pagamento, usando como referência - no caso, na época, a variação pro rata da OTN".

Isso, entendo que seria legal. Se em 1987 a CHESF tivesse sentido com o empreiteiro e dito: A partir desta data, outubro, novembro ou dezembro vamos fazer a correção monetária por atraso de pagamento, usando a variação pro rata da OTN".

Não sei, e aí os Srs. vão perguntar, à CHESF se ela tem o direito de dizer, em outubro, novembro e dezembro: Vamos, a partir desta data, fazer a correção monetária por atraso de pagamento. Agora, que metodologia vamos usar, definiríamos lá na frente". E aí vieram crises, paralisações de obras, e só em 1990 foi que a CHESF definiu qual era a metodologia.

Realmente aí não sei se há algum desrespeito à lei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Aí tem o aspecto legal e contratual: o que constava do contrato e da lei, no momento.

V.Sa. está apresentando um ponto de vista que conhece, agora, caberá à Comissão examinar essas questões e verificar o que deve ser detalhado quanto a esta parte.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Senador Ruy Bacelar, seria conveniente informar ao Senador Jutahy Magalhães, que já ficou aprovado que iremos convidar o Presidente da CHESF a ter um encontro com a Comissão, nessa oportunidade, aí sim, ele será a pessoa indicada para responder, porque ele tem, obviamente, a responsabilidade geral da empresa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Assessoria vai verificar também o depoimento, para ver todas as questões que devem ser levantadas perante o Presidente da CHESF, ou quem vier aqui tratar dessa questão.

Para nós é importante sabermos, dentro do aspecto legal, como foi feito, por que foi feito, e ver se isso trouxe ou não - é uma questão ainda a verificar, não há nenhuma afirmação quanto ao episódio - prejuízo para o erário:

Acho que é objetivo, para evitar que se repitam fatos que, por acaso, tenham trazido qualquer prejuízo para a União. Esse é o nosso papel.

V.Sa. deu as explicações, certamente mostrou o conhecimento da questão. Agora, existem outros setores que poderão dar melhor explicação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra ao engenheiro João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO MARANHÃO DE AGUIAR - Pedi ao Senador Ruy Bacelar, para fazer algumas colocações. Praticamente já as fiz todas.

Da minha parte, evidentemente, estou 100% à disposição dos Srs. a qualquer instante, na continuidade, quero agradecer a bondade das referências que foram feitas pelos Srs. e fazer uma colocação muito clara, eu pediria desculpas, mas especificamente ao Senador Divaldo Suruagy: eu não gostaria, hora nenhuma, de ser tratado como vítima.

Vou fazer uma revelação aqui, de caráter pessoal: não fui vítima de ser tirado de Xingó. O Sr. conhece bem a minha maneira de proceder. Eu, brincando com os colegas, sempre digo que sou um dos grandes beneficiários do golpe de 1964.

Provavelmente, se não tivesse havido o golpe de 1964, eu que fui fundador da SUDENE, eu teria continuado na SUDENE como burocrata. Em 1964, pedi demissão da SUDENE, porque achei que queriam acabar com a SUDENE, e comeci 27 anos de uma vida plenamente realizada.

Agora, quando saí de Xingó, senti com minha esposa e disse: isso deve ser um presente dos céus. Há 27 anos que trabalho em obra, tenho, pelo menos, mais uns 20 anos de vida útil, vou fazer alguma coisa diferente.

Hoje estou absolutamente convencido que no fim foi um bem, tenho 20 anos pela frente para fazer algumas coisas diferentes, porque

estava obsecado por obras, e agora vou ter outras coisas para trabalhar.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu me permitiria interromper o raciocínio de V.Sa., apenas para deixar bem claro o seguinte: a estranheza é simples, poderia ser o Sr. ou poderia ser Francisco Alves.

Um engenheiro competente, experiente, com não sei quantos anos de casa, apaixonado pela obra, preocupando-se com os mínimos detalhes da obra, esse engenheiro dá uma entrevista com algumas distorções naturais - e todos nós aqui já fomos vítimas de distorções de entrevistas - mas que teve o cuidado de mandar, por escrito, um documento à revista e à direção da empresa onde aquele engenheiro trabalha, explicando as suas razões e o seu ponto de vista.

A diretoria, por unanimidade, referenda e delega poderes para ele permanecer dirigindo aquela obra. Ai vêm forças externas e exigem o afastamento desse engenheiro.

Estamos querendo saber que forças são essas, somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência, antes de encerrar, como também a Comissão, após esse episódio, pode até não ser bom para V.Sa. continuar à frente de Xingó, ou de outras obras do setor hidrelétrico do País, deseja a sua volta, para o bem do Nordeste e para o bem do Brasil, porque V.Exa. tem experiência, trabalha com seriedade e exemplo vai dar às gerações vindouras.

Encerro a reunião, convocando a próxima para quinta-feira, quando ouviremos a palavra do Engenheiro Antônio Paixão.

O SR. RELATOR (Elcio Alvares) - Sr. Presidente, infelizmente, eu que acompanhei todas as sessões, quinta-feira, tenho de estar no meu Estado, e já pediria a V.Exa. que me honrasse com a designação de um Relator ad hoc, para que eu pudesse ir ao meu Estado, pois se trata de uma viagem importante para mim.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - De antemão, a Presidência designa o Senador Magno Bacelar.

Está encerrada a reunião.

Ata da 14a. Reunião, realizada em 17 de outubro de 1991.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 06 da Ala Senador Ilho Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy, Bacelar (Presidente), Garibaldi Alves Filho, Magno Bacelar (Relator), Divaldo Suruagy, Jutahy Magalhães e Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião e comunica aos Senhores Senadores membros que o Senhor Senador Magno Bacelar irá substituir o Senhor Relator, Senador Elcio Alvares. A seguir, convida Senhor Antônio de Castro Paixão, Diretor da Módulo Engenharia e Comércio Ltda., a prestar o juramento de praxe. O Senhor Senador Divaldo Suruagy comunica a sua ausência temporária, devido à participação do Encontro da Diretoria do Parlamento Americano. A seguir, usa a palavra o Senhor Antônio de Castro Paixão, que inicia seu depoimento comentando sobre uma reportagem do Jornal do Brasil. A Presidência pede ao depoente para finalizar ou simplificar, para que se possa entrar na fase dos questionamentos. Fornecidos dados pelo Senhor Antônio de Castro Paixão em relação a percentuais percebidos, o Senhor Presidente concede a palavra para interpegação ao Senhor Senador Eduardo Suplicy. A seguir, o Senhor Senador Magno Bacelar pede a palavra pela ordem, seguido dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Jutahy Magalhães, que usam a palavra para interpegação. Finalmente, o Senhor Presidente concede a palavra para questionar o depoente ao Senhor Relator Magno Bacelar e ao Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Jutahy Magalhães. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Hamilton Costa de Almeida, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.



ANEXO À ATA DA 14a. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 167, DE 1991-9F, DESTINADA A INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR ANTONIO DE CASTRO PAIXÃO, EMPREITEIRO DO ESTADO DA BAHIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador RUY BACELAR

Relator : Senador ELCIO ALVARES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES
NA
CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Notas Taquigráficas da Reunião de 17/10/91

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente reunião, que tem como finalidade ouvir o Dr. Antônio de Castro Paixão Engenheiro Diretor da Empresa Módulo Engenharia e Comércio Ltda., sediada em Salvador.

JÁ toma assento à mesa o Senador Magno Bacelar que substitui hoje o Senador Elcio Alvares Relator da Comissão. S.Exa., o Senador Magno Bacelar, fará as vezes do Senador Elcio Alvares.

Presentes estão outros Senadores, inclusive o Senador Jutahy Magalhães, Vice-Presidente da Comissão, que, em vez de tomar assento à Mesa Diretora, prefere ficar no plenário. Aparentemente os Senadores Divaldo Suruagy, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves Filho, jornalistas e assessoria.

Podemos começar a reunião convidando o empresário Antônio Paixão, que já tomou assento à Mesa Diretora, a prestar o juramento de praxe, de acordo com o art. 342 do Código Penal.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, antes de o Dr. Paixão prestar juramento gostaria de meu ausentar, porque eu irei participar do encontro da Diretoria do Parlamento Americano, mas voltarei ainda para participar dos debates. Eu queria só comunicar a V.Exa. minha saída temporária da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Está bem. Assim sendo, convidamos o empresário Antônio de Castro Paixão a prestar o juramento de praxe.

O SR. ANTONIO DE CASTRO PAIXÃO - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação, a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias de corrupção e irregularidades na contratação de obras públicas."

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Complementando as normas do Código, solicitamos de V.Sa. que declare seu nome completo.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Antônio de Castro Paixão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Idade.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - 54 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Estado Civil.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Residência.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Rua Valdemar Falcão, nº 1.225, Salvador-Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Profissão e onde a exerce.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Engenheiro Civil. Estou exercendo esta profissão em Salvador ou no Estado da Bahia de uma maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - V.Sa. tem 15 minutos para fazer uma exposição inicial e, depois entraremos na fase dos questionamentos, quando V.Sa. terá tempo suficiente para responder as perguntas feitas pelos Srs. Senadores.

Com a palavra o Dr. Antônio de Castro Paixão.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Eu gostaria de iniciar este meu depoimento comentando sobre uma reportagem do Jornal do Brasil - a única que ele fez, não preciso dizer a data, mas, parece-me que foi no dia 30 de setembro de 1991 - em que há certos equívocos. De início, o primeiro equívoco que constatarei, é que eu confessei ter entrado num esquema, ganhando 2% de um faturamento total de 55 milhões de dólares. De fato, eu entrei no esquema, mas para denunciar. Mas só faturei quatro milhões duzentos e noventa e seis mil, que foi para comprovar como as coisas se passavam. Essa quantia, eu terei que restituir. Não sei se mandarei corrigida para Irmã Dulce, em Salvador. O advogado ficou de ver - eu vou até assinar isso aqui - as quantias recebidas.

Esta, na verdade, só de um grupo de obras de hospitais, que fica em torno de 55 milhões de dólares; mas somando-se com mais dez obras do Ministério da Ação Social, que ficavam todas com uma única firma, chamada AQUILA, imagino que ficaria em torno de 80 milhões de dólares. Eu receberia 2% por esse chamado esquema, como diz aqui o jornal, sobre essa quantia, se tivesse permanecido calado, não fizesse a denúncia. Como se vê, é uma mina de ouro de aluvião, dessas de fácil garimpageiro. Digo que é uma mina, porque não se resumia aí. Se eu permanecesse, iria obter outros contratos desse tipo, porque a corrupção permanece e outros iriam me procurar. Eu, teria até nesse caso, a felicidade de ser o único e não teria de reportar com outro denunciante, porque até agora quem fez a denúncia foi apenas a minha firma, ou eu, como queiram. Sempre fiz em nome da minha própria firma.

Eu gostaria, então, para esclarecer esses fatos, de ler uma carta que enviei ao Jornal do Brasil, que também é uma denúncia de que eu participei de obras combinadas. Eu estive com o Ministro Jarbas Passarinho. Nesse encontro entrou um grupo de índios no seu Gabinete - talvez ser marcar horário - e tomou boa parte do tempo, e os telefonemas que S. Exa. recebeu tomou quase o restante do tempo final. Conversamos pouco. S. Exa., ele depois de dizer que a minha denúncia estava fragilizada, porque uma boa parte das denúncias que eu fiz eram de obras que os Ministérios ainda não tinham feito convenio, embora, pra-

ticamente em todas tivessem com verba no orçamento, o que me fez dizer a S. Exa. que se me permitisse discordar do seu ponto de vista, porque, já que as obras estavam no Orçamento e que aqueles municípios nem podiam pensar em fazer um hospital, às suas próprias dispensas, obviamente, que aquilo se tratava de obras a serem pagas com recursos federais.

Bom, no outro dia houve uma reunião com os Senhores - eu vou até pedir ao Senador Ruy Bacelar se poderia passar um pouco dos 15 minutos, porque eu gostaria de esclarecer esses fatos que são de muita importância, inclusive para mim.

No outro dia, três assessores dele haveriam de conversar comigo e ele só chegaria no fim, conforme ele me propôs. E aí, aventou-se esse problema de obras combinadas, e um deles me disse que existia isso, o Inocêncio Marques Coelho, se não me engano. Eu, então, disse que sabia da existência disso. Ele me perguntou como se combatia isso. Uma das boas formas é que cada concorrente não saiba dos outros concorrentes, não saiba quem comprou o edital, só saiba da sua própria compra, não saiba da compra que os outros fizeram. É uma boa forma. Depois mandei outra sugestão de um colega de Salvador - mandei por carta, tenho até cópia aqui. Foi isso que aconteceu, e ele me chama em carta. Eu enviei essa carta ao Jornal do Brasil. Mas, a essa altura, não vale a pena ler apenas o Jornal do Brasil, eu digo as coisas que fiz aqui. O Jornal do Brasil deixou de publicá-la na seção de cartas, só saiu nessa seção. Achei que devia ter um pouco mais de destaque, mas não teve. O tópico V, em que eu digiro "Em entrevista com o Ministro Passarinho, tive a oportunidade de esclarecer todos os detalhes referentes ao caso, sendo que após essa ocasião, em carta do Ministro, dirigida ao Senador Suplicy, o mesmo, a mim se refere como digno empresário, o que muito me honra". Era esse o esclarecimento inicial.

Em meu roteiro consta: Os motivos que me levaram a fazer denúncias e prestar depoimento à CPI. Os motivos, obviamente, foram a corrupção que eu constatei em obras, sobretudo em obras financiadas pelo... Queria interromper ainda para falar sobre o problema do Jornal do Brasil. Gostaria de voltar, permitam-me.

Disse ao jornalista que, caso tivesse participado de concorrências de obras combinadas, ainda assim, eu estaria naquele papel de uma prostituta que estava muito desejosa de deixar o prostíbulo; era um desejo que estava me custando 2% sobre 800 milhões de dólares, um desejo assim muito categórico, muito eloquente. Então, que mereceria um apóio, uma mão de amigo, e não ser reintroduzido ao prostíbulo. Isso foi o que disse ao jornalista. Acho que os fatos dizem mais que as palavras.

A minha renúncia a esses valores e aos prováveis e quase certos valores que perceberia se entrasse nessa lama da corrupção que assola o País, dizem mais que qualquer coisa, uma coisa mais eloquente do que isso. Acho que o mais é perder tempo.

Então, como disse aqui da outra vez, não conseguia, na maior parte dos casos, sobretudo quando se tratava de verbas de obras financiadas pelo Ministério da Saúde, nem comprar o edital. Foi aí que consegui comprar o edital de Piauí, e já foi relatado esse fato aqui. Mas, nos outros casos também, tinha dificuldade de comprar e, quando conseguia, todas viciadas, mas todos, até, como no caso de Gurupi-Tocantins, em que a obra é financiada com recurso do próprio Município,

o edital é viciado, embora achemos o fato interessante, como lá, o tiro é dado com a pólvora do próprio município. Embora não haja o projeto, a planilha existe sem que haja projeto - planilha de quantitativos. O projeto existe. Obviamente, aquela planilha foi feita através dele, mas não é apresentada, para que o concorrente, sem projeto, sinta dificuldade. Os que não são amigos do rei não possam participar da licitação. É óbvio. Então, existia a planilha mas, nesse caso, como o dinheiro era da própria Prefeitura, o tiro era com a pólvora da Prefeitura, os preços eram bem razoáveis. Quando é com dinheiro federal, então, gasta-se uma pólvora louca com pouco chumbo no cartucho.

Sobre essa questão de editais viciados, vou falar adiante. Mas todo mundo sabe que existem, há dificuldade de se comprar, quando se compra está viciado. Acho que não tem mais o que falar sobre isso. A Nação toda sabe.

Fui convidado, há mais de dois anos talvez, por uma firma na Bahia que fazia projetos - não devo dizer o nome porque não tenho provas - para entrar no chamado "esquema da obra carimbada", ou "obra trabalhada". É assim que se chama. Carimbada porque a verba já fica acertada com algum congressista que a inclui no orçamento e, daí, vem até a licitação, tudo acertado com o Prefeito. Obviamente, se houvesse uma lei de licitação séria e que fosse cumprida, inclusive muita vigilância e reação dos empreiteiros que, neste País, são de uma timidez que faz até vergonha à nossa classe, porque nos vemos, às vezes, sozinho lutando contra isso. Sozinho é uma maneira de dizer, são muito poucos. Na Bahia, só sei de minha pessoa denunciando isso. Não sei se o Senador Ruy Bacerlar, que é Presidente da Comissão, sabe de mais algum. Já tenho procurado lá alguém, mas...

O fato é que um proprietário dessa firma de projeto me convidou para participar dessas "obras carimbadas". Ele faria o projeto e cuidaria do resto. Eu até enviei uma carta, recentemente, ao Tribunal de Contas dos Municípios na Bahia, também denunciando essas concorrências. Além de mandar até para o Ministro Jarbas Passarinho, mandei também para o Tribunal de Contas dos Municípios. E não obtive resposta. É por isso que digo ao Senador Ruy Bacerlar que agora só me resta a CPI, porque o Ministro da Justiça respondeu a minha carta mandando para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Um Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, para quem telefonei, disse-me que não era para lá que deveria enviar e, por isso, me dirigi, como acabei de me referir, ao Tribunal de Contas dos Municípios. Esse não me deu resposta. Os Ministérios dizem que não têm nada a ver com a história, só têm que soltar a verba. A Ministra Margarida Proença ainda diz que lhe cabe uma parcela da responsabilidade na fiscalização disso, mas...

Só me restou a CPI e agora estou sabendo, pelo representante aqui do Tribunal de Contas da União, que devo mandar para lá. Aliás foi sem que eu consultasse, foi por iniciativa dele, que me informou que poderia mandar isso também para lá. Quero fazer essa observação aqui, que foi sem que eu consultasse sobre o assunto, ele já disse isso, o que me abriu mais uma porta, felizmente.

Gostaria de relatar as maneiras como são fraudadas as licitações.

Primeiro, aquela dificuldade de comprar o edital. Acho que isso é capaz de cair agora.

Segundo, os vícios nos editais. Primeiro, por incluir, juntamente com a construção da obra, a feitura do projeto.

O Decreto-lei nº 2.300, que considero - até usei essa linguagem na carta ao Ministro Jarbas Passarinho - "frouxo", no sentido de coibir fraudes nas licitações, proíbe, terminantemente. Só se faz afrontando esse diploma legal "frouxo". Apesar de frouxo, ele não permite isso de forma nenhuma, por se adotar o tipo de licitação por preço base e não se especificar no edital os limites máximos e mínimos obtidos. A lei diz em dois lugares - esse decreto que considero "frouxo", e faço questão de frisar isso, tantas vezes eu tenha oportunidade de me referir a ele, faço questão de frisar que é um decreto-lei horrível, péssimo -, ele diz em dois artigos, já tenho isso de cabeça. No art. 3º ele diz que no procedimento licitatório não pode haver sigilo, a não ser em relação ao teor das propostas, até a hora de sua abertura. No art. 37, ele, para esse tipo de licitação por preço base, a partir do qual se estabelece um percentual acima e abaixo, que ficam sendo os limites de uma faixa de preços admissíveis na licitação, diz claramente que esses limites têm que ser especificados no ato convocatório. Então é uma afronta total a esse decreto "frouxo". É uma afronta total, mesmo sendo "frouxo", ele está sendo afrontado. É uma questão de vontade política, também, de acabar com a corrupção, porque até esse decreto, de péssima qualidade, tem essas virtudes, apesar de tudo.

Esse art. 37, o qual acabei de me referir, estabelece - do Decreto-lei nº 2.300 - os quatro tipos de concorrências admissíveis, de licitações admissíveis. Primeiro, o de menor preço; segundo, o de melhor técnica; terceiro, o de técnica e preço; quarto, o de preço base, através do qual se estabelece aqueles limites. O que está se fazendo muito aí é um tipo híbrido. Criaram um quinto tipo, é juntar o de técnica com o de preço base. Então fazem um de técnica e preço base. Por que isso? Porque dá-se a nota técnica e, como também o critério é por preço base, além de técnica, mesmo o preço sendo aberto, não sendo sigiloso o seu limite, se esse limite inferior for suficiente, todo mundo vai para ele, porque ganha quem der o menor preço dentro daquela faixa de... o preço-base, além de técnica, mesmo o preço sendo aberto, não sendo sigiloso, com limites, porque se o limite inferior for suficiente, todos vão para ele, porque ganha, e é o menor preço, dentro daquela faixa de preço, dentro daqueles limites.

Então, todo o mundo vai para lá. Se for o suficiente, ninguém vai querer perder por antecipação, vai para o limite mínimo. Todos empatam, e a nota técnica desempata. Ora, há um decreto assinado pela Dra. Zélia, nº 30, do Ministério da Economia, que estabelece que a nota técnica só deve valer para habilitação. Digo aí, nas várias cartas que mandei, inclusive, tenho aqui, posso até ler o art. 6º. Só para a habilitação, depois disso ganharia o menor preço, porque onde entra a nota técnica não entra o preço-base. Técnica e preço. Ganharia o menor preço. O empate, não havendo limite, é praticamente impossível, então, a coisa não haveria essa possibilidade de a nota técnica influenciar no julgamento final da concorrência. Agora, juntando os dois, aí, é fácil. Mas é proibido que nota técnica seja usada na sequência, está no decreto.

Agora, este tipo de nota técnica é infernal. Está na lei, sem nenhuma ressalva. Não diz que só para casos especialíssimos,

casos especiais. Está lá: de qualquer obra, a mais convencional possível, pode se exigir uma proposta técnica. Ontem, o Deputado Luis Roberto Ponte estava me perguntando se eu sabia o que era histograma. Eu não sei. Sou engenheiro, e não sei. Ele, também, é engenheiro e não sabe. Talvez o Senador Eduardo Suplicy, que é economista saiba, não sei o que é histograma. Mas exigem histograma, não sei o que mais.

Passei a vida inteira construindo sem saber o que é histograma. Minhas obras estão aí, estou vivo, e está tudo passando muito bem, entre eu e minhas obras, não vi ainda necessidade de um histograma. Agora tem-se que apresentar um histograma para ter nota.

Tem os que fazer até uma certa ironia com certas coisas, porque é um desrespeito à população, sobretudo a uma classe que é constituída de engenheiros, etc. Histogramas, e tudo o mais. Pode até ser uma coisa importante, mas eu vivi sem ele, até hoje.

Bom, outra forma é cobrar caro pelo edital. Houve uma primeira denúncia que fiz, a que criou esse problema mais importante aí, da denúncia mais importante, é um Prefeito que faz questão de dizer que o edital em janeiro, desse hospital, que custava 500 mil cruzeiros. Usei como denúncia contra ele, obviamente. Ele me respondeu às cartas de última hora, perto da concorrência, sem adia-la, aquela velha história já conhecida, e dizia que era 500 mil cruzeiros, em janeiro. É um absurdo, não tem sentido nenhum.

Índices econômicos da firma, balanço. As firmas que estão se beneficiando estão nadando em dinheiro. Mas uma firma que vive lutando, não o tem. Agora, firma construtora que está dentro do esquema da fraude, tenho, sim, estão todas nadando em dinheiro. Estão todas muito bem de vida. No tempo do milagre brasileiro, disse na carta ao Ministro Jarbas Passarinho, elas entravam em concordata, em falência, em dificuldades econômicas.

Hoje, não. Tem crédito imenso, com o governo federal. Mas não lhes está fazendo falta. Estão todas ricas, trabalhando no exterior, comprando firmas no exterior. São todas muito bem de vida, enquanto que o País está na pior situação econômica, talvez, de sua história. Nunca estiveram tão bem. Isso, demonstro a quem quiser. Isso é uma coisa óbvia, clara, evidente. É a coisa mais evidente que há no País. É um contra-senso, um absurdo, mas é verdade, é pura verdade. Ninguém terá condições de comprovar o contrário.

Outra coisa é exigir atestado de obras. Às vezes até maiores do que a obra que se vai construir. Quando se deve exigir um atestado bem menor. A firma tem que ter o direito de, cada vez, fazer uma obra maior do que já fez antes. E, antes, isso não era problema nenhum, para as firmas pequenas. Pelo contrário, às vezes, até, as firmas maiores reclamavam, porque se exigia pouco para poder aumentar o universo das firmas que participavam, porque os órgãos públicos não eram corruptos como são hoje, neste País. Não só na área federal, como estadual e municipal, de uma maneira geral. Não digo em todos os Estados, mas em grande parte deles.

O interesse dos órgãos públicos é abrir mais o leque. Vi isso durante 33 anos de minha vida profissional, 23 dos quais dentro de minha firma. Era abrir o leque, cada vez mais. O Senador Ruy Bacelar trabalhou dez, na Bahia. Qual era o interesse? Era abrir o leque. Quanto mais firmas entrar, melhor. Guardando uma certa prudência para não entrar tão pequenas que não pudessem fazer obras, mas mesmo

aquelas que, às vezes, se pensava que não pudessem fazer a obra, o Dr. abria e outros órgãos do Estado abriam, para ele. Ficava a luta dos grandes contra os menores. Exige capitais excessivos. É outra coisa. Às vezes, até tem dinheiro para pagar muito bem, mas exige capital grande para tirar, para reduzir a gana do universo dos que vão entrar na concorrência. Isso é outro fato conhecidíssimo.

Outra coisa é estabelecer no edital o prazo de pagamentos longos, que nem sempre são cumpridos. Paga-se em três meses, noventa dias depois de faturados. O amigo do rei que ganha a concorrência recebe em poucos dias, contrariando o edital, etc., o Tribunal de Contas talvez nunca leia aquilo, nunca perceba, e vai passando.

E outra forma, também, é o seguinte: não havendo correção monetária e não se pagando à vista, o amigo do rei sabe que vai receber o dinheiro bem. O que não é amigo do rei fica em dúvida quando o custo financeiro é maior. Mesmo quando estabelece um prazo de 30 dias para pagar, nem todos confiam que o governo disponha daquela quantia, no fim de 30 dias, porque sabe que a situação do governo não está boa. Então, fica uma situação difícil, para quem entra numa concorrência, sem ter correção monetária por atraso de pagamento. E a possibilidade de fraude, em favor do amigo do rei, que sabe que vai receber bem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência pede ao depoente para finalizar ou simplificar.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Já acabou, praticamente, aqui. Aliás, já estava concluído. Foi na hora certa, não sei se passei do horário, mas, pelo menos, não passei da hora.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Então, vamos entrar, agora, na fase dos questionamentos. Pergunto ao eminente Relator se pretende fazer as perguntas.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Sr. Presidente, prefiro fazer uma avaliação dos questionamentos dos Srs. Senadores e, ao final, se julgar necessário, mais algum esclarecimento, estou anotando cuidadosamente, usaremos, então, o direito de arquir, também.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Antes, eu gostaria de pedir ao Sr. depoente - que citou uns dados em relação a percentuais percebidos - se V. Sa. poderia fornecê-los?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Estão aqui. Estes valores foram recebidos quatro das seis firmas que estão construindo os hospitais, porque duas nunca me pagaram, também nunca procurei, e as quatro me pagaram. Isso corresponde a 24 dos valores recebidos. Isso pode ser confrontado com a informação que foi dada pela firma que fez a intermediação a que me referi.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Por faturamento pago na obra, V. Sa. recebia ou recebeu 24?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Receberia, e cheguei a receber dessas quatro obras de hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Aqui está claro, assinado pelo depoente, Dr. Antônio Paixão, que ele recebeu, das quatro, de uma obra realizada em Coração de Maria, no dia 10/06/91, Cr\$. 226.215,00 cruzeiros. No dia 6/8, Cr\$. 452.430,00, perfazendo Cr\$. 678.645,00. Da Construtora Regis, a obra está sendo implantada em Nilo Peçanha, dia 11/6/91, o Dr. Paixão recebeu Cr\$. 450.800,00. Da

Aquela obra em Santo Antônio de Jesus, essa empresa já recebeu três faturas da prefeitura de Santo Antônio de Jesus e o Dr. Paixão recebeu respectivamente no dia 11/06/91, 542 mil e 900 cruzeiros, no dia 05/07/91, 542 mil e 900 cruzeiros, no mesmo dia 1 milhão e 628 mil e 700 cruzeiros, perfazendo 2 milhões 714 mil e 500 cruzeiros.

Da MRN, uma obra que está sendo implantada no município de Una na Bahia, no dia 19 de junho de 1991, o Dr. Paixão recebeu 452 mil 820 cruzeiros, perfazendo já 4 milhões 296 mil 765 cruzeiros que a empresa módulo recebeu como parte do pagamento que a empresa módulo tem direito, de acordo com os contratos ou outros nomes que queira se dar aos contratos assinados por várias empresas com a construtora módulo para prestação de alguns serviços.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Já mandei cartas informando as outras partes contratantes que os contratos estão desfeitos conforme cartas a que mandei ao Jornal do Brasil, já foi publicada. Alguns não quiseram passar o recibo na segunda via da Carta e, no dia que eu viajei para cá, iria ser enviado por Ar pelo correio.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A cópia desses contratos se encontram na Comissão, na CPI, à disposição dos Srs. Senadores. Além dessas empresas citadas há contratos feitos com outras empresas, mas que a empresa do Dr. Paixão não recebeu até o momento nada.

Em sendo assim, a Presidência concede a palavra, para questionar o Deponente, ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por deferência do senador Jutahy Magalhães, que preferência em sendo membro da Comissão. Mas achou por bem deferir esse direito ao Senador Eduardo Suplicy, que tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Senador Ruy Bacelar, gostaria de perguntar ao Sr. Antônio de Castro Paixão a respeito do detalhamento, exatamente a forma segundo a qual foram feitos esses recebimentos.

Procurei fazer uma síntese do que compreendi dos fatos até agora relatados e daquilo que nos foi exposto.

No princípio deste ano o Diário Oficial da União publicou aviso de concorrências públicas para hospitais em diversas cidades, a serem promovidas por suas prefeituras com recursos do INAMPS, como, por exemplo, as cidades de Una, Urussuca, Coração de Maria, Nilo Peçanha e Floresta Azul.

Portanto, o Governo Federal, responsabilidade, ainda que as concorrências sejam promovidas pela prefeitura. Devemos tornar claro que há responsabilidade do Governo Federal. Informou-nos o Sr. Antônio de Castro Paixão que teve dificuldades em adquirir os editais respectivos, mesmo informando que tinha em mãos os avisos de licitação. Algumas prefeituras mais distantes chegaram a negar a existência das concorrências, ainda que tivessem publicados outras, sobretudo as mais próximas, alegaram nunca estar com os editais prontos ou que as pessoas encarregadas de vendê-las não se encontravam presentes. Quando a busca foi feita pessoalmente, a alegação era que de que as pessoas estavam viajando.

Essas foram formas usadas para evitar a compra de editais. Foram feitas cartas aos prefeitos enviadas pelo correio, às vésperas das datas de licitações. As licitações não foram adiadas, apesar das exigências de que fosse mantido o prazo de lei entre a real

publicação do edital e a data da publicação. Mas todos responderam que os editais sempre estiveram disponíveis à compra por qualquer construtora e um deles chegou a mencionar o preço de 500 mil cruzeiros, conforme há pouco disse. A isso ele enviou carta simples ao Ministério da Previdência Social imaginando que se tratava de sua responsabilidade, mas o Ministério de Previdência informou que era de responsabilidade do Ministério da Saúde, então enviou carta ao Ministério da Saúde com cópias das cartas endereçadas às prefeituras e suas respostas.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - O próprio Ministério da Previdência mandou para o Ministério da Saúde a minha carta e me comunicou isso por carta que está aqui, também, nos arquivos aqui da CPI.

O SR. EDUARDO SUP LICY - E desses fatos o Sr. informou ao SIDOSCON - Sindicato das construtoras da Bahia - dizendo na carta que por falta das medidas judiciais ficava palavra contra a palavra. Todavia, o Ministério da Previdência havia de entender que com mais de 20 anos de experiência o Sr. saberia como comprar um edital. Então, o Ministério da Saúde respondeu, em ofício 00336/91 que se encontra na referência, só pode ser o número de protocolo, porque também enviou ao Deputado Luis Roberto Ponte.

Ao invés de o INAMPS procurar, o Senhor disse-nos que, na ocasião, quem lhe procurou foi uma construtora, a construtora AOS. Pergunto ao Senhor como é que foi esse episódio exatamente? Qual foi a pessoa da construtora AOS que, por telefone, lhe disse que tinha cópia de sua carta denúncia ao Ministério da Previdência e da Saúde e exatamente o que é que essa pessoa quis conversar com o Senhor?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - A pessoa foi o Sr. Geraldo Correa dos Santos, se não me engano. Liderando um grupo de construtores, porque a AOS na verdade não iria construir as obras, como não está construindo, ela apenas intermediou; ela escolheu as construtoras que ganhariam as obras e fez a intermediação com seu lobby, conseguiu as obras e não quis aparecer, não ficava bem para a construtora aparecer em todos os hospitais da Bahia. O Sr. Geraldo Correia assinou como testemunha nos contratos que eu fiz com as firmas. Foi um dos elementos que usei, além de outros que tenho guardado e também enviou um fax com os valores dos recebimentos das obras sobre os quais faturei os 2%, entreguei ao Senador Ruy Bacelar.

O SR. EDUARDO SUP LICY - O fax, V. Exa. encaminhou cópia à comissão.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Estão aqui juntamente com os contratos. O Senador Jutahy Magalhães tem cópia e o Senador Eduardo Suplicy também. V. Exa. estava viajando, por isso que eu também me dirigi ao Senador que estava em substituição na Presidência.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Este contato com o Sr. Geraldo da Construtora AOS foi exatamente em que mês?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Foi este ano; tudo partiu de janeiro para cá. Deve ter sido no meio dos contratos que fiz com as construtoras nos hospitais ou um mês antes, porque essa negociação demorou bastante, eles insistiam em que deveria pegar a obra e participar. Dizia a eles que não podia participar porque havia feito a denúncia, consultei amigos, advogados, dizendo que não queria entrar nisso, o meu advogado chegou a me dizer que precisava ter muita cautela porque quem tem poderes para fazer esse tipo de coisa de nessa Re-

pública tem poderes para se retaliar da maneira mais contundente. Também concordo com ele, é muito poder, mas digo que esse dinheiro não leve para casa; esse dinheiro não vai alimentar os meus filhos. Fiquei entre a cruz e a espada; se não faço o acordo, seria retaliado, sobretudo se permanecesse denunciando. Posso até admitir que se parasse de denunciar eles também não me molestassem. Mas também achei muito caro o preço, do direito de denúncia. Apesar de todos os seus perigos resolvi que não abriria mão dele pois é um direito de cidadania e não abro mão desse direito eu também achei muito caro o preço. O direito de denúncia, apesar de todos os seus perigos, resolvi que não abriria mão dele. É um direito de cidadania, e eu não abro mão desse direito.

Até que um dia encontro esses contratos lá, a proposta final deles com assinaturas, etc., e eu disse consigo mesmo: vou pegar esses papéis aqui, que já é um bom caminho. Peguei os papéis, depois fui ao fax de lá e tive oportunidade de constatar fatos, andando no próprio escritório deles; recebi elementos, que não estou dando a ninguém, porque é para usar numa hora em que for à Justiça e para que não se tente desmanchar essas provas. Na verdade, estou guardando para mim. Mas o importante é que denunciei e acabou-se. Não preciso mais ficar dando provas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O diálogo com o Sr. Geraldo Santos Carneiro se deu por telefone e também pessoalmente?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Várias vezes fui lá, várias tentativas para que pagasse as obras, participasse, entrasse no esquema de outra maneira, fazendo obras e não recebendo os 2%.

Depois a coisa evoluiu para os 2%, para um percentual, e com esse percentual eu ia ganhando tempo para poder pensar e conversar com pessoas, ver o que fazia, e não assinava ou se assinava para depois denunciar, até que cheguei a essa conclusão de assinar, porque encontrei os contratos já com aquele percentual que seria o último e com as assinaturas, inclusive do testemunho do próprio Geraldo, e parece que a segunda testemunha também é gente de lá da OAS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Onde foram realizados os encontros?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Na OAS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em que endereço, por favor, na Bahia?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Rua Humberto de Campos, o número eu não sei. Fica no bairro do Canela, ou melhor, da Graça.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Nessa negociação, o senhor também teve um contato com a Construtora Aquil?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Ah, sim. A Construtora Aquil é uma das construtoras de hospitais. Aí disseram: "Se você denunciou também esse negócio aqui, tal, tal". Mostrei aquelas pastas que trouxe para cá. Aí disseram: "Então, temos que fazer um acordo". Aí foi feito nas mesmas bases, porque as dez obras da Aquil são obras financiadas pelo Ministério da Ação Social, e eu tinha denunciado todas ou quase todas; até para o Tribunal de Contas do município eu já denunciei. Essas denúncias que fiz ao Tribunal de Contas do município foram duas e eram relativas a essas obras, parece-me, que só do Ministério da Ação Social, não sei; só sei que denunciei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual foi o diretor da Construtora Aquil com o qual o senhor dialogou sobre este assunto?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Foi com o Sr. Cristiano de tal. Não sei o nome completo dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o diálogo com o Sr. Cristiano foi realizado na OAS, na Aquil ou em outro lugar?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Foi na Aquil. Logo depois que o INAMPS comunicou a OAS sobre as denúncias, ele foi ao meu escritório. Ele me ligou de São Paulo, onde estava, porque de todos, embora não tinha laços muito estreitos, era o que tinha um maior conhecimento comigo. Então procuraram saber quem tinha: "Cristiano deve ter." Ele estava em São Paulo, onde tem uma filial, e de lá ele já ligou para minha casa. Quando cheguei em casa, nesse fim de tarde em que recebi o convite para fazer esse acordo, e não fui porque quis ganhar tempo, nesse mesmo dia, recebi um telefonema dele. Era uma sexta-feira, e na segunda-feira ele passou em meu escritório. Foi só uma vez que ele passou em meu escritório. Foi aí que ele perguntou se eu havia feito denúncia sobre aquelas concorrências de obras financiadas pelo Ministério da Ação Social. Ele me disse que só ele tinha dez, ou ele tinha todas talvez. Tinha todas, todas as dez eram dele. E ele me chamou para fazer o mesmo acordo. Quando fizesse o acordo, ele o faria nas mesmas bases. Tanto é que eles têm data posterior ao dos hospitais.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Sr. Cristiano é diretor proprietário da Aquil?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Ele é sócio.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia transmitir à Presidência da CPI o telefone do Sr. Cristiano da Aquil, para que possa depois a CPI contatá-lo, já que o senhor não sabe o nome completo dele?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Eu não sei o telefone dele de cabeça.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas ele é diretor sócio da Aquil, o Sr. Cristiano?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - É.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de sugerir e requerer à Presidência sejam convidados para depor nesta CPI o Sr. Geraldo Santos Carneiro e este Sr. Cristiano, diretor sócio da Aquil, para que se possa ter o completo relato desses fatos, numa oportunidade que a CPI considere adequada.

O senhor relatou que esses pagamentos que foram feitos ao senhor em função desse arranjo. Esses pagamentos foram feitos em dinheiro, cheque ou sob que forma?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Em cheque, contra fatura nossa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E foram feitos por quem?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Por essas firmas. Os nomes das firmas não constam aí não?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ah, sim, Esquadros, C.Regis, Aquil e MM.

Esses pagamentos foram feitos como contrapartida desses serviços de construção realizados?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - É, dois por cento sobre o faturamento que eles tivessem nas obras.

Faço uma carta aqui ao Jornal do Brasil, onde resumo isso, muito bem. Valeria a pena ler, se o senhor me permite. É curta.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A Relatoria pretendia solicitar que fosse anexada ao depoimento a carta. O depoente declarou que havia sido publicado apenas um item.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Um item só que deixou de ser publicado.

O SR. MAGNO BACELAR - Mas é exatamente esse argumento. Em não havendo sido publicada na íntegra, que a carta faça parte dos documentos a serem entregues pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Baccelar) - Está deferido, então, o pedido de V.Exa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento sobre como foram feitos os pagamentos, ou seja, por que foram feitos os pagamentos? Nesse conjunto de obras realizadas pelo hospital em alguns dos municípios citados, a Módulo realizou construção de hospital?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Não, a Módulo não fez nada, a Módulo assinou um contrato para não fazer nada, só para receber dinheiro. Que fique bem claro que o contrato era nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para receber dinheiro?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Só para receber dinheiro. Eu estaria sendo comprado para calar a boca. Só isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Senador Suplicy, V.Exa. me permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só quero entender uma coisa: para o senhor não entrar na concorrência e não reclamar, a Módulo recebe pagamento, é isso?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Na concorrência eu já não tinha entrado, nem conseguido comprar os editais. Era só para não prosseguir na denúncia, para não mexer, não botar mais lenha na fogueira, a coisa era essa. Era só para não permanecer, não insistir.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu gostaria de saber se esse contrato de 2% que V.Sa. assinou não poderia ser considerado uma subempreitada?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Poderia, se houvesse a subempreitada, seria uma subempreitada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas, no contrato, V.Sa. assinou como subempreitada?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - A expressão é interessante: serviços estruturais. Serviços estruturais em engenharia, embora não se diga coisa dessa forma, o mais que se pode entender que é obra de estrutura. Muitas obras aí não têm nem estrutura, por exemplo, as obras de saneamento. Foi um nome que foi posto assim, a coisa foi toda arrumada. A redação não foi minha: foi dele.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Essas obras ainda estão em execução?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - As obras ainda estão em execução. Essas de hospitais, por exemplo, como as verbas são in-

significantes a cada ano, estão paradas. No Hospital de Santo Antônio de Jesus, a firma faturou 315 milhões de cruzeiros, usando as verbas do ano passado e as deste ano. É o maior absurdo que o Orçamento da União, para se fazer um hospital, tem que ser assim, a conta gotas. Isso não posso entender.

É bem verdade que os hospitais estão com os preços dobrados. Isso é um fato. Mas, mesmo assim, continua sendo a conta-gotas. Para atingir a metade dos preços dos hospitais, teria que se fazer através de vários anos, com a verba que está no Orçamento, mesmo considerando a metade do preço, pelo qual eles estão contratados que, aliás, o preço justo é a metade aproximadamente. Aconteceu, recentemente, como disse o Senador Suplicy em Contagem, Minas Gerais, o denunciante diz a mesma coisa. Está pelo dobro do preço. Estou com cópia disso aqui para enviar para Bahia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perguntaria se esses recibos relativos a tais pagamentos foram entregues, se V.Sa. não o fez se pederia entregá-los à CPI? Os recibos de pagamento justamente de contrapartida desses serviços.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - As cópias das faturas.

O SR. MAGNO BACELAR - V.Exa. me permite? Gostaria de complementar o termo técnico: faturas e recibos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Faturas e recibos.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Foi tudo como faturas, como se tivesse realizado o serviço. Faturas de prestação de serviços.

O SR. MAGNO BACELAR - Faturas quitadas no caso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeceria a V.Sa. se ainda não entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito, que o fizesse. Isso seria importante.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Ainda não o fiz. Tenho na contabilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sa. não teria aqui tais documentos?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se V.Sa. puder entregar cópias desses documentos...

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Ao invés de cópias, entregarei o original.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No diálogo havido com o Ministro e com o Procurador do Ministério da Justiça, Inocêncio Mártires Coelho, na exposição feita a ele, na visita realizada há três semanas, se ficou claro ao Ministro Jarbas Passarinho e ao Dr. Inocêncio Mártires Coelho que o Governo Federal estava gastando recursos, dinheiro do povo para fazer pagamentos como esses a Módulo, ou seja, pagamentos não por serviços prestados, mas para que ficasse a Módulo de acordo com o receber tais pagamentos por nenhum serviço prestado. Isso ficou claro no diálogo para o Ministro da Justiça?

Pergunto isso, em função da carta que me foi enviada pelo Ministro da Justiça, carta essa que entrego ao Presidente da CPI, que diz na conclusão: "Comparecendo ao Ministério o Dr. Inocêncio Mártires Coelho teve oportunidade de ler as informações prestadas pelos dois Ministérios da Ação Social e da Saúde e constatar que partira de pressupostos equivocados para veicular suas denúncias, pois na quase

totalidade dos municípios são de apontar a ocorrência de irregularidades. Nenhum centavo federal tinha sido recebido, pois as dotações orçamentárias a ele destinadas tinham sido contingenciadas pelo Decreto nº 21, de 1º de fevereiro de 1991."

Assim ele lamenta as denúncias inconsistentes, ainda dependentes de comprovação, ou seja, os Ministros Alcani Guerra e Margarida Procópio informaram que não havia qualquer problema. Mencionam acordos realizados com as prefeituras, no caso do Ministério da Saúde, de Urandi, de Ipecaetá, de Conceição do Coité, de Palmas de Monte Alto e Piatã; "não houve convênios com o Ministério da Saúde, não havendo, portanto, qualquer vínculo formal entre as prefeituras e os referidos Ministérios, como é o caso dos Municípios de Conceição do Coité, Palmas, de Monte Alto e Piatã, não há como se registrar intervenção no ministério como pretende o Sr. Antônio de Castro Paixão."

O Ministério da Ação Social explica que, à exceção de Gurupi e Tocantins, os demais municípios mencionados constam do Orçamento Geral da União, em 1991, como beneficiários de recursos para aplicação em infra-estrutura urbana em Simões Filho, Rui Barbosa, Maragogipe e Lauro de Freitas; em sistema de coleta de tratamento de esgotos Simões Filho, em abastecimento de água em núcleos rurais e Urandi, e essas dotações estão indisponíveis para movimentação e empenho, conforme o Decreto citado nº 21, de 1º de fevereiro de 1991 e que no Orçamento Geral da União, no exercício de 1990, o Ministério repassou recursos para os Municípios de Lauro de Freitas e Urandi. Lauro de Freitas recebeu 10 milhões para trinta e cinco casas, 15 milhões para a conclusão de noventa e cinco casas e 1 milhão, cento e setenta mil para adquirir matéria-prima e atendimentos necessários.

Com relação ao repasse de 10 milhões... no caso, vêm diversas explicações sobre o que aconteceu nesses Municípios de Urandi, Simões Filho, dizendo que "o Ministério não assinou nenhum convênio com aqueles municípios em 1990/1991 diz a Ministra da Ação Social, Margarida Procópio - assim, sou levada a concluir que a licitação de Simões Filho não se refere a recursos do Ministério."

Dessa forma, nem o Ministério da Saúde, nem o Ministério da Ação Social avaliaram como consistentes ou adequadas as denúncias formuladas pelo Sr. Antônio de Castro Paixão.

Gostaria de perguntar então a V.Sa. como avalia a resposta dos Ministros concernentes aos casos das obras de Coração de Maria, Nilo Peçanha, Santo Antônio de Jesus e Una, as verbas eram relativas a que Ministério exatamente? Eram verbas federais?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Eram verbas federais do Ministério da Saúde, através do INAMPS.

Quero esclarecer um fato. Essa primeira carta que eu fiz, que gerou a denúncia mais séria, envolvendo a AOS, nem tenho cópia da referida carta, porque foi um funcionário novo que a enviou sem cópia. Por isso, é que me refiro ao número do protocolo, porque na resposta do Ministro da Saúde, Alcani Guerra, dizendo que o INAMPS iria me procurar, está lá referência nº tal. Entendo que seja o número do protocolo que se deu à carta. Sei o que disse, não me interessa muito em ter essa carta, sei bem o que disse. Denunciei dizendo que não conseguia comprar os editais. De maneira que essa carta V.Exa. não a mandou anexa à sua ao Sr. Presidente Fernando Collor de Mello que o Ministro Jarbas Passarinho responde nessa que V.Exa. me mandou cópia

pelo fax. Recebi-a e sei que se trata dela. Essa carta não foi enviada ao Presidente da República, e é a mais importante, porque foi o que gerou toda essa situação.

A meu ver, tanto nesses hospitais, cujos convênios foram feitos, porque houve liberação de recursos pelo Ministério da Saúde, tanto nesse caso como nos outros, as concorrências são feitas antes dos convênios, até porque, se a fraude não funcionar, não existe o convênio, pára-se aquilo, depois se abre outro processo licitatório, até que a coisa dê certo. Quando dá certo, abre o convênio. Na Prefeitura de Lauro de Freitas, o edital diz claramente que só haverá a contratação, depois de feito o convênio com o Ministério da Ação Social. Era bem claro.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Depoente, complementando o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MAGNO BACELAR - Gostaria também de saber se, depois das denúncias realizadas, o Depoente pode informar se já houve repasse para esses convênios, fruto dessas denúncias e dos acordos.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Houve. No fax há duas colunas....

O SR. MAGNO BACELAR - Não é com relação ao percentual. Gostaria de saber de V.Sa. se mesmo depois de todas as denúncias feitas aos ministérios e da resposta, se o Governo Federal repassou algum recurso para essas obras?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Isso não sei.

O SR. MAGNO BACELAR - Obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Antônio de Castro Paixão, após V.Sa. ter feito a revelação dos fatos, seja aqui no primeiro depoimento na CPI, seja junto ao Ministro Jarbas Passarinho, V.Sa. foi procurado por representante ou diretor da OAS e se ocorreu, o que aconteceu e como foi?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Fui procurado apenas para que eles e se ocorreu, o que aconteceu e como foi.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Fui procurado para que me pagassem um débito, que aliás não era ainda um débito. Há mais de ano, tinha concluído uma obra subempreitada, que me foi levada por outra firma, que não tinha condições de pegar a obra toda - era gente amiga - e me convidou para participar com ele da subempreitada. O contrato terminou sendo em nome da Módulo, nossa firma.

Firmamos o contrato. E, com base do preço de saneamento da Bahia, teria que ser paga a correção monetária pelos atrasos de pagamento.

Houve uns atrasos de pagamentos que não sofreram correção monetária, nem a EMBRASA pretendia pagar mais.

Então, terminei pressionando a OAS para entrar na Justiça, como várias empresas entraram e ganharam liminarmente. Foi rápido porque ele teria obrigação, como empreiteiro principal, de queimar até o último cartucho para defender os interesses do sub-empreiteiro que éramos nós. Isso nunca foi feito. Cheguei a enviar carta dizendo que entraria na Justiça, mas suspendi para não misturar um fato a outro, e terminaram me dizendo que nunca tiveram intenção de entrar na Justiça.

Terminei repreendendo-os, porque considere esta uma maneira desleal de tratar as pessoas. Se não iam entrar na justiça, dissessem logo; e terminaram pagando de seu próprio bolso a correção monetária.

Não queria brigar, pois o problema era dele. Mas eles não tinham direito de fazer figura com o chapéu alheio, e por isso assumiram pagar com recursos próprios. Não pagaram ainda, mas acertaram as contas. Deixaram um protocolo muito simples, mas de qualquer maneira tem uma rubrica que indica o pagamento no dia 25 do corrente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual foi o Diretor da OAS que dialogou com o senhor sobre isso?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Ele é o Superintendente da OAS da Bahia; era Superintendente de São Paulo e foi para lá; chama-se Carlos, o sobrenome não sei, é conhecido como Carlito; tenho um cartão dele, mas no momento não está aqui. Não o conheci.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Mas eu lhe pergunto: essa correção que V.Sa está recebendo tem alguma coisa a ver?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Não tem nada. É outra coisa. Não tem nada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No primeiro depoimento nesta Comissão, o senhor mencionou que o senhor poderia fazer qualquer das obras realizadas por metade do preço.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - E mantenho a minha declaração.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria que o Senhor citasse quais são essas obras.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Hospital em Santo Antônio de Jesus e Hospital em Santo Amaro. Às vezes é chamada unidade mista de saúde, outra vez maternidade, sei que tudo é obra hospitalar.

Aqui temos a de Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Coração de Maria, Nilo Peçanha, Uruçu Itacaiúna.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No mínimo essas obras estão sendo construídas pelo valor de duas vezes mais que normalmente poderiam ser realizadas.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Quero esclarecer que quando orçei Piauí, encontrei um pouco mais da metade do preço. Estava com uma margem de lucro que está explícita no orçamento; mas hoje sei que posso fazer pela metade, pelo menos pela metade. A parte de equipamentos hospitalares pesa mais do que a própria obra de edificação. E aí tivemos preços muito altos; os fornecedores não nos deram os preços corretos.

Segundo me disse o Senador Ruy Bacelar - no seu Gabinete lá na Bahia, no seu escritório - as firmas de equipamentos hospitalares também fazem essa intermediação. Quer dizer, S. Exa. pressupõe isso. Não sei se chegou a alguma conclusão. Lá no Tocantins eu desconfio que ela é quem faz, e não a construtora.

E como ele não era um dos ganhadores de obra, então deram os preços altos, para eu perder. Não interessava, eu não ia ganhar a obra, eu não era amigo do Rei. Depois constatei que os preços estavam muito altos, mesmo porque os equipamentos hospitalares pesam mais do que a edificação da obra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Quero deixar claro que na conversa que eu tive com o Dr. Paixão, lá no nosso escritório, em Sal-

vador, falei-lhe de uma concorrência em Pelotas. Parece-me que a o edital estabelecia que a empresa fizesse, ao mesmo tempo, a parte civil da obra, a implantação, construção civil, e fornecesse o mobiliário do hospital.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Tenho a impressão que era em Bento Gonçalves. No Tocantins tem novo acordo. Na Bahia são todos assim.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Isso criava condições de dirigir a obra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho breves perguntas ainda.

O SR. Antonio de Castro Paixão tem conhecimento de que a OAS tem feito esse entendimento com outras empresas, relativamente à construção de hospitais também na construção de escolas técnicas na Bahia?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Não posso provar, mas ouvi falar que isso acontece em relação às escolas técnicas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Na carta ao Ministro Jarbas Passarinho, o senhor mencionou que teve conhecimento de que obras realizadas em Teresina, pela CERVAES, também continham alguma irregularidade. Poderia esclarecer?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Passando por lá há alguns anos, vi pela imprensa e ouvi comentários de construtores, no sentido de que a CERVAES estava fazendo a obra, através de subempreitadas; que eles pagavam apenas 40% do que faturavam pelo serviço que esses subempreiteiros faziam.

Procurei uns primos que tenho em Teresina, e perguntei sobre isso. Disseram-me que tiveram a graça de fazer, mas só conseguiram fazer por 38%.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Pode citar o nome dessa pessoa?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - João Costa e Castro e Marcelo Costa e Castro, da Construtora Jurema, em Teresina - Piauí. Eles me mostraram a situação, que é pior e mais grave do que estou contando; isso não estava na pauta, mas tenho comigo os dados.

Na época em que passei lá, parece que eles estavam na parte inicial da obra; foi tomado um empréstimo, parece, a Caixa Econômica Federal, de dois bilhões e 8 milhões de cruzados novos; no dia de outubro de 1987.

Este contrato milionário, apesar de seu extravagante valor, em relação ao valor justo da obra, sofreu quatro aditivos - estão todos eles aqui - e terminou ficando o contrato a preços iniciais - porque os aditivos são sempre preços iniciais - ficou em 9 bilhões e 500 milhões de cruzados novos, a preços iniciais, obviamente.

Está aqui. Trouxe para mostrar-lhes.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Esta obra foi subempreitada?

O SR. ANTÔNIO CARLOS PAIXÃO - Esta obra foi quase praticamente toda subempreitada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Qual foi a empresa que ganhou a concorrência?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Quem ganhou a concorrência foi a CERVAES, de São Paulo. E a denúncia mais interessante que ouvi

eu dizia na Carta ao Ministro Jarbas Passarinho, com cópia para a CPI - foi aquela que dizia que o Estado do Piauí estava exportando dinheiro para São Paulo. O Município de Teresina era o tonador do empréstimo, por conseguinte era quem iria pagá-lo. E a firma construtora, que estava usufruindo desse lucro excessivo, era paulista.

O Piauí estava exportando dinheiro para São Paulo, segundo alguns jornalistas e conforme está no jornal.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - A obra foi subempreitada?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - A obra foi subempreitada para subempreiteiras piauienses. Não sei se todas piauienses.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Mas, qual o deságio? Qual a diferença?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - A construtora pagava à subempreiteira 40% do que faturava pelos valores dos serviços feitos pelas subempreiteiras. Mas esse meu primo não conseguiu os 40%, só conseguiu 38 por cento.

O SR. - Mas há uma dúvida.

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Ela ficava, com 60% e dava 40% ao subempreiteiro. Quer dizer, ficava com mais dinheiro.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Não há um equívoco?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Não. Olhe aqui: preço unitário por preço unitário.

"Assentamento de tubo de pvc rígido de diâmetro de 100 mm.

Preço da Cervaes: 55,58...

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - A assessoria requisita esse documento também.

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - ... subempreiteiros: 21,12. Quer dizer, 21,12 corresponde a 38% de 55,58. 21,12 é preço do subempreiteiro, 55,58 é o preço da Cervaes. Aqui consta item por item. Agora, há umas coisas mais interessantes ainda: preços, como o de asfaltamento. Depois de feita a cava para colocar os tubos, cortar a rua, o asfalto, tem-se que recompor o asfalto. A empresa da prefeitura deu aqui o preço de dois mil e seiscentos por metro quadrado e a Cervaes cobrava - gozado a própria prefeitura, a empresa era da prefeitura, chamada Turber, cinqüenta e seis mil novecentos e tantos. Então, ele calcula 21,96 vezes mais.

O Brasil é um país interessante. A empresa era da prefeitura que cobrava isso por uma empresa que ela possuía e pagava, através de outro órgão, 21,92 vezes mais. É uma coisa esse País!

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - A Relatoria pergunta a V.Sa. se esse documento faz parte dos documentos já enviados a esta Comissão.

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Acho que não, mas está mãos de alguns Senadores aqui presentes.

O SR. RELATOR (Élcio Álvares) - Eu gostaria de requisitar para a Comissão.

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Agora, há outra coisa: existe em orçamento algo que se chama verba, que entra com preço sem dizer a quantidade nem a unidade. Fazer a instalação de um grupo gerador, ou coisa assim: preço tal. É uma verba. Eles dizem aqui, esses meus primos: "Os preços iniciais dos itens que aparecem no orçamento como verbas, sobretudo na Estação de Tratamento de Água - ETA, sofreram aumentos que montam aproximadamente quatro bilhões de cruzados novos". Quer

dizer, os preços iniciais sofreram mágicas. Não era correção monetária. A verba era tanta que não sei como, a prefeitura resolveu aumentar para tanto. Foi isso que eles me explicaram. Então, vai aí mais esse elemento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, antes de concluir as minhas perguntas, eu gostaria de encaminhar a V.Exa. ofício do Vereador do PT de Contagem, Durval Ângelo Andrade, em que encaminha o relato sobre como, no último dia 26 de setembro, foram abertos envelopes da Concorrência Pública nº 391, da Companhia Urbanizadora de Contagem - CUCO, para a construção do hospital municipal com verbas federais - no valor de 4,5 bilhões de cruzeiros. Ele foi informado, por denúncia anônima, que a concorrência estava viciada por um acordo entre a Prefeitura Municipal de Contagem, o Ministério da Saúde e a Associação Mineira dos Empreiteiros de Obras Públicas - AMEOP, para que a vencedora fosse a firma Integral Engenharia Ltda. e que o preço da obra foi duplicado. Antes da abertura, ele havia comunicado ao Ministério Público de Contagem, depois representou contra a concorrência, conforme cópias em anexo. Está solicitando que a ação da Polícia Federal. E aqui ele faz um ofício solicitando a CPI das Obras Públicas do Congresso Nacional seja acionada para o exame deste caso que, na verdade, é relacionado ao tema, ao objetivo principal desta CPI.

Portanto, encaminho a V.Exa. esse conjunto de documentos. Agradeço a V. Sa. atenção. Talvez tenha outras perguntas a fazer ao longo do diálogo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, desejo inicialmente fixar essa questão do pagamento dos 2% à firma Módulo pelas empresas Esquadro, Ferreges, M.R.M e Aquil. V.Sa., Dr. Paixão, já fez outros tipos de contratos de subempreitadas.

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Reais. Irreais só esses aí.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agora, o pagamento normal a subempreitadas reais, conforme diz V.Sa., é feito de acordo com o faturamento da empresa principal ou de acordo com a obra executada pela subempreiteira?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Normalmente, o recebimento é vinculado ao vencimento que a empreiteira principal tem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mesmo que até aquele instante a subempreiteira não tenha executado qualquer tipo de obra?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Não. A empreiteira, nesse caso, tem que executar a obra para receber o dinheiro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Por isso que estou perguntando qual é a norma, como é que se faz concretamente. A subempreiteira só recebe depois de executar alguma obra ou normalmente, nos contratos reais também pode a subempreiteira receber mesmo sem ainda ter executado qualquer obra?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Pode. Há casos em que a empreiteira banca, assume e paga com tal prazo, mesmo que não receba. Mas isso é raro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, mesmo que não tenha ainda executado a obra pode receber o percentual que foi estabelecido?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Os recebimentos são parcelados. É mês a mês. Cada mês tem uma medição e cada mês se recebe. Não se recebe pela obra toda.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A minha pergunta é clara, objetiva: pode uma subempreiteira (num contrato real, quando realmente é para valer, para fazer a obra), pode a subempreiteira receber o percentual que lhe cabe mesmo sem ter ainda executado a obra, ou só recebe após a execução da sua parte na obra em geral? Essa é a pergunta que faço, objetiva.

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Sempre é depois que se realiza alguma coisa, não é?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Nunca se faz normalmente antes de a subempreiteira executar alguma coisa?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Pode até acontecer. Já vi casos de adiantamento, até por parte do Governo, às vezes, quando a firma é muito fraca. Às vezes o empreiteiro dá uma injeção logo no início, num adiantamento. Isso acontece de diversas maneiras. Às vezes ele sabe que é um subempreiteiro bom, eficiente, mas não tem o dinheiro; como ele precisa do trabalho, adianta o dinheiro. Obviamente, na hora de acertar a conta, ele faz a correção monetária do que foi dado como adiantamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pergunto isso, porque no contrato da Módulo com a Construtora Aquil, por exemplo, constitui objeto preceito do protocolo o estabelecimento das condições de associação empresarial para execução de serviços estruturais de todas as obras de que trata o contrato firmado entre a Aquil e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus. Esses serviços estruturais já foram executados nessa obra? Não por V.Sa., que disse que está ganhando para não fazer. Mas os serviços estruturais já foram executados na obra?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Não foram. Aliás, eu quero esclarecer algo sobre serviços estruturais - ali está um engenheiro. Quando se vai referir à estrutura, que é a única coisa que se pode entender nesse contrato como sendo serviço estrutural, nunca se usa essa linguagem "serviços estruturais"; diz-se: serviço da estrutura de concreto armado ou de estrutura metálica.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas esses serviços já foram executados na obra?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Essa expressão é vaga, para não significar nada. Esse contrato é um contrato fluido, para não dizer nada: serviços estruturais. Quer dizer, se fosse para fazer mesmo estrutura, não seria essa a redação. E, sim: para fazer a estrutura de concreto armado da obra do hospital de Santo Antônio de Jesus. Quero deixar claro isso. Mas se alguma coisa pode-se entender como serviços estruturais - peço até o auxílio do meu colega - seria a estrutura do prédio, mas não seria escrito dessa maneira. Haveria uma forma muito mais própria, muito mais adequada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, como é que foi escrito o recibo que V.Sa. deu?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Também deve ter sido assim. Isso aí quem passou foi a funcionária, mas deve ter pegado o contrato e depois...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas V.Sa. assinou o recibo?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Ou então um dos responsáveis.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, o recibo diz o quê? Que V.Sa. prestou quais serviços? A fatura diz o quê?

O SR. ANTÔNIO CASTRO PAIXÃO - Imagino que a fatura diga isso. Não conheço o histórico da fatura, porque não emito, nem assino a emissão; é uma funcionária - uma sobrinha minha - que, através de uma

procuração, resolve essas coisas e elas nem passam por mim; ela é quem toma conta da parte financeira. Então, mandei que ela fizesse normalmente; ela também não sabia de nada, não contei nada, deixei que fizesse. Ela já sabe como é, olha o contrato, faz o histórico da fatura conforme está no contrato, e deve ter saído assim. Não mandei modificar nada, por isso, deve ter saído normalmente assim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou fazendo essas indagações, Sr. Presidente, porque me coloco como "advogado do diabo". Se, por exemplo, algum representante da Ackel fosse convocado para vir aqui a esta Comissão, ia dizer: assinei um contrato de subempreitada para executar um determinado serviço e receber por esse serviço.

Sei que tivemos o caso do Paraná, por exemplo. Sabemos que alguém ali está equivocado, é preciso chegar-se a uma conclusão.

Todo dia, aqui no Senado, estamos ouvindo discursos sobre as dificuldades que o País atravessa e sentimos, a cada instante, que essas dificuldades, muitas delas, são em razão exatamente de atos como esses que vêm ocorrendo nas construções, pelo País afora. É dinheiro jogado fora, são custos muito acima dos reais, há a despreocupação com o dinheiro público, que hoje é tratado como dinheiro particular por muitos Governantes. No nosso Estado, V.Exa. sabe, Senador Ruy Bacelar, que o Governador simplesmente chegou e disse: o que foi pago no passado, tudo bem; o que não foi ninguém vai receber! Então, aquelas empresas que fizeram serviços para o Governo, não o governo de fulano de tal, mas para o Governo do Estado da Bahia, que não receberam antes, ficam sem receber, porque o pessoal acha que o dinheiro é seu e faz o que bem entende, e não aquilo que é real e tudo isso aumenta os custos.

Como é que as empresas hoje fazem seus cálculos de custo se tem que embutir alguma coisa desse tipo? Algum ato autoritário, qualquer e simplesmente, diz: não pago! Pronto! Vá para a Justiça; recebe na Justiça, ganha e depois vão fazer como o recebimento? Não recebe! A Justiça dá ganho de causa, mas depois, para receber, é difícil. Tudo é farsa!

Então, estamos aqui tentando encontrar soluções para chegarmos a um denominador comum de como evitar que se gaste tanto dinheiro.

O Dr. Paixão teve a coragem de apresentar uma denúncia. No meu entendimento, é uma denúncia que merece ser levada em consideração. Agora, não adianta ficarmos aqui pensando em trazer as pessoas citadas, porque elas vão dizer simplesmente que o que ocorreu não é bem assim! Proponho, então, a V.Exa. que entre em contato com o Tribunal de Contas da União para que este mande fazer uma apuração nos Municípios citados, para verificar os custos, os contratos, como se apresentaram os editais; porque também umas das denúncias é de que os editais foram quase que secretos. Então que o Tribunal de Contas, através da sua Auditoria, - eles têm auditores em quantidade e nós não - que eles executem esse trabalho in loco e façam essa averiguação dos contratos, inclusive de subempreitadas, com a comparação de custos - porque eles têm condições de fazer isso - para não ficarmos aqui apenas levando em consideração o que é dito, mas que é contraditado, para evitar que quem venha aqui diga a mesma coisa, como no caso do Paraná.

Temos que fazer uma investigação para ver com quem está com a razão.

O Dr. Paixão declara textualmente: estou recebendo 2% para não executar nada.

Ora, Sr. Presidente, chegamos, no Brasil, ao ponto de se distribuir recursos a quem apresenta o problema da CERVAES, ou seja, a pessoa acaba ficando satisfeita porque só paga 38%, em vez de 40%. Se chegamos, no Brasil, a esse ponto, ou seja, se isso é o normal, se chegamos ao ponto de haver essa despreocupação com a punição, se a impunidade é constante, pergunto: vai continuar assim pelo resto do tempo? Vamos ficar a discutir se votamos ou não o Emendão, uma vez que a salvação do Brasil é encontrar mais recursos, quando tantos recursos são desperdiçados a cada instante?

O SR. - Permite V.Exa. um aparte? V.Exa. se enganou em um ponto: a pessoa não estava satisfeita porque estava pagando 38%; estava pagando à CERVAES 62%. Dos 100% que a CERVAES recebia, só eram repassados 38% para a pessoa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A Previdência Social fala que não tem recursos para pagar os benefícios no mês de dezembro, e ouvimos falar em tantas fraudes! Quantos bilhões são jogados fora, em fraudes!

Tenho o costume de dizer que, nos últimos tempos, ando numa depressão cívica terrível. Vejo que os que agem assim estão ganhando. Esses estão lucrando, estão atingindo os cargos.

Precisamos, então, tentar. O objetivo desta Comissão é tentar chegar a algum lugar. Não temos condições de punir, não estamos aqui para isso. Mas podemos encaminhar ao Ministério Público algo de real; podemos tentar mudar a legislação, fazer alguma coisa de útil para o Brasil. Isso é uma vergonha! O que está acontecendo é uma vergonha!

Eu estava em Manaus, no aeroporto, quando uma pessoa que não conheço me viu com esta insígnia de Parlamentar. Abordou-me perguntando se eu era Senador, ao que respondi que sim. Disse-me ele que estava saindo de Brasília por não aguentar pagar os 40%. Disse, ainda, que eu deveria fazer alguma coisa no Congresso. Para o povo, somos os responsáveis.

Vejam V.Exas. como está a situação. Devemos ver se o contrato foi feito para empreitadas? O contrato foi feito para calar a boca? Sozinhos não podemos fazer isso. Por isso, peço a V.Exa. que solicite ao Tribunal de Contas da União que diligencie o mais rápido possível, para que se faça essa verificação. Se pudesse acrescentar a do Piauí, seria bom. Façam também no Piauí essa verificação. Devemos tentar obter algo de concreto e não ficarmos dependendo de outros. Devemos dar credibilidade a quem? A quem diz isso ou a quem diz aquilo? Sempre as informações que nos chegam são totalmente contraditórias. Temos que verificar os fatos concretos, o contrato, os custos, verificar se isso está correto. Vamos verificar tudo isso, mas só através do Tribunal de Contas da União.

O Senador Eduardo Suplicy fez uma série de indagações para encaminhar ao conhecimento desta Comissão fatos concretos. O que tinha que ser dito a esse respeito já foi. Eu, por exemplo, se estivesse do outro lado, diria que não, que isto é um contrato de subempreitada.

O SR. - Quais os serviços que poderiam ser entendidos como...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sua empresa assinou uma fatura. Por isso, pergunto: o que diz essa fatura?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Diz que realizamos isso para depois denunciar o fato.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não estou condenando. Estou dizendo é que qualquer advogado que pegue o contrato vai constatar que é um contrato e que foi pago mediante o recebimento de uma obra executada.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Só que não foi feito serviço estruturalmente. Agora entendi a razão da pergunta de V.Exa. Poderia ter sido por adiantamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V.Sa. poderia vir a fazer essa obra no fim da mesma. Por isso perguntei se a obra estava em execução. Não sei se virá ou não, mas pode vir uma pessoa e dizer isso.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - O importante é o absurdo dos preços, não é?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agora, vamos ver o que diz o Tribunal de Contas da União, inclusive nessa parte dos absurdos dos preços. Vamos fazer uma comparação dos custos.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - O mais importante é isso, porque é bom para ...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Vamos fazer uma comparação dos contratos executados.

V.Sa. é uma das subempreiteiras. Tem conhecimento de outras subempreiteiras?

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Tenho, agora eu não sei em que condições.

Eu tenho informações até categóricas, que me foram dadas de maneira até categórica de que a coisa era assim em outros casos.

O Senador falou aí que alguém andou informando S.Exa. sobre as escolas técnicas. Eu ouvi, sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu, por exemplo, estou aqui com o ouvido cansado de tanto ouvir coisas.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Eu ouvi, sim, agora eu só sei dos meus.

Como eu acho que é difícil provar, eu fiz a coisa para provar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agora, o problema é mostrar, é dizer como é que está sendo feito.

Eu, pessoalmente, tenho muito cuidado, aqui, de não adiantar nenhuma denúncia, de fazer qualquer afirmação mais categórica, porque acho que essas coisas têm que ser comprovadas.

Meu caro Presidente, acho que não teria nada mais a acrescentar ao que foi perguntado pelo Senador Suplicy e, certamente, será também perguntado pelo Relator *ad hoc*, nosso companheiro Magno Bacelar.

Mas, aqui, o fato que eu acho mais objetivo é esse: são Cr\$ 4.296.765,00 recebidos para não fazer nada ou para fazer uma subempreitada.

Esse é um problema que nós temos que averiguar e quanto mais cedo nós averiguarmos, melhor.

V.Exa. pode entrar em contato com o Ministro Ghisi e chegar a uma conclusão de que se deve enviar, de imediato, alguém para fazer essas averiguações na Bahia, nesses seis municípios, e no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Com a palavra o Deputado Ponte.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria reforçar um pouco a idéia posta pelo Senador Jutahy Magalhães.

Eu acho que se nós não encontrarmos uma forma de orçar essas obras por alguma entidade que tenha fé pública, ou que não tenha chances de contestações judiciais, nós vamos ter resultados débéis, em que pese à certeza que nós temos dos processos de deformação nas licitações públicas.

Nós temos meditado, inclusive na Subcomissão da Comissão de Orçamento, que também tem a finalidade de apurar denúncias em processos de corrupção, como nós podemos atingir essa eficácia.

Eu não sei se as organizações PINI que têm um sistema de levantamento de custos unitários não poderiam ser um dos instrumentos a serem trazidos para atingir esses objetivos.

Eu não sei se se consultoras, como se determina a avaliação de uma empresa que vai ser privatizada, que é uma coisa muito mais complexa de se fazer uma avaliação, porque entra valor potencial, entra valor de expectativa de lucros futuros. Você não está tratando só de patrimônio, o patrimônio é meramente um levantamento, uma das partes de um relatório de avaliação para uma venda de estatal. A lei determina que seja feito assim e se pegam duas avaliadoras, que, normalmente, não têm tido muita discrepância. Eu acho que nós temos que achar uma forma, realmente.

Esses editais, por exemplo, dos hospitais que foram contratados com preço mínimo oculto, todos eles, nós sabemos quase com certeza, devem estar com preços se não o dobro, próximo disso, ou até mais, daqueles preços que normalmente uma empresa poderia orçar.

Eu acho que talvez um instituto ligado a alguma faculdade, alguma universidade. Esses tempos eu conversei na Universidade de São Paulo - que tem um tipo de serviço prestado ao público, mas mais no sentido de tecnologia, de ensaio, etc. - e perguntei se eles também não teriam condições de fazer levantamento de orçamento, que não é uma coisa, vamos dizer, tão singela para que um corpo meramente universitário, sem uma vivência real de construção, possa apontar com certeza, com segurança, com garantia para o nosso trabalho.

Mas eu acho que, alguma universidade, nós teríamos que passar a pensar um pouco num caminho onde pudéssemos estabelecer uma condição de fazer um orçamento de obra, sobretudo de obras singelas, como certamente alguns desses hospitais que estão aqui. Eu tenho certeza de que teremos condições de apurar isso.

A Comissão Parlamentar de Inquérito me parece que tem poderes ilimitados para isso, para contratar entidades, organismos, pessoas, especialistas, técnicos. Não sei se tem é verba dentro desses contingenciamentos todos, mas eu deixo este, vamos dizer, reforço à opinião do Senador que me antecedeu.

Eu queria, também, dizer quatro palavrinhas sobre esse momento que nós estamos vivendo. Não é a ocasião de eu fazer um desabafo completo, mas trazido aqui à colação, para depor numa Comissão que trata exatamente do processo de corrupção, eu queria proferir quatro palavras sobre uma matéria que saiu na Veja, domingo, que nós estamos pensando que desdobramento vamos dar.

Nós estamos, realmente, num país em que quem entra na jogada para buscar uma maior seriedade em todo esse processo de alocação equivocada de recursos públicos acaba recebendo, depois de se

ter conseguido, como se conseguiu, nos CIACs: primeiro, não ser utilizado o preço mínimo oculto, que todas as licitações ligadas ao Ministério da Saúde vinham adotando sistematicamente. Isso foi mudado pelo Ministro Alcení Guerra exatamente por esse movimento de denúncia, que o setor fez com relação a isso; depois de estabelecer uma redução do preço mínimo, de 400 dólares por metro quadrado para 220, porque só disso resultou uma economia de 5 bilhões de dólares para o País; depois de ter o setor, num encontro memorável, onde estavam participando vários empresários que estavam também participando das licitações dos CIAC, o setor tomou a decisão de questionar a prioridade do projeto dos CIAC, tomou a decisão de criticar o projeto enquanto tecnologia, ainda que participando dos projetos licitatórios, portanto abrindo mão de serviços potenciais que eles tinham à sua frente; depois de tudo isso vem uma matéria, que não chega a uma parte conclusiva, mas que deixa, por mil formas, todos os entendimentos de que a licitação é poluída, que a nossa posição é uma posição de bater para levar proveito, que a maneira como ganhamos a concorrência foi, exatamente, utilizando o mesmo mecanismo que nós condenamos, umas dez inverdades completas que lá estão.

Eu não estou aqui na Comissão para me acudir, me aconselhar, apesar de que, obviamente, receberia de bom grado qualquer conselho para ver que destino nós podemos dar a acusações desse tipo, mas, realmente, é de se ficar estarelecido.

Muitas pessoas têm me dito: "Não adianta você dar uma resposta para a revista, porque ela vai lhe colocar lá no cantinho, e ainda vai botar um veneno de uma tréplica a que você não tem acesso",

Entrar na Justiça, os exemplos são de que não se chega a objetivos finais.

Eu estou tentando resolver, no convencimento que algumas pessoas me deram, de que há uma editoria, lá, que está comprometida com a verdade, está comprometida com fazer justiça, e vamos ver que resultado dá isso.

Se nós não conseguirmos, é provável até que tomemos medidas judiciais, mais uma vez, quem sabe, tentando ser Dom Quixote, mas nós não vamos parar, nós não vamos arrefecer esse ânimo em nenhuma hipótese.

Não há o que nos faça parar.

Chegamos ao estarelecimento de imaginar que porque se detecta que no Congresso Nacional existem fisiológicos, incompetentes, incapazes, a pessoa que denunciar e criticar esse fato não pode mais se candidatar a Deputado Federal, porque está entrando para uma entidade que está criticando; ou que um construtor que faz a sua obrigação, enquanto cidadão, enquanto Deputado, enquanto construtor, de alertar que aquele projeto não é o ou que o construtor que faz a sua obrigação, enquanto cidadão, enquanto Deputado, enquanto construtor, a sua obrigação de alertar que aquele projeto não é o mais condizente com os interesses nacionais, é por isso considerado um ilógico, que está tentando tirar proveito de uma posição.

Irei fazer uma manifestação a respeito disso no Congresso Nacional. Estou esperando o momento, a ocasião em que a revista vai me dar uma resposta se pretende ou não repor a verdade com relação a isso. Mas, certamente, esta Comissão vai receber oficialmente todos os dados ligados aquilo, até por que muito da origem desta Comissão está exatamente nas denúncias preliminares que o setor, como um todo, fez num momento de grande visão para os destinos deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Ouvimos as palavras do Deputado Luiz Roberto Ponte, quando S.Exa. alega que esta Comissão foi criada centrada na denúncia feita em Belo Horizonte, quando a Câmara da Indústria da Construção Civil endossou uma sua carta que deu condições para que o Senado criasse esta Comissão. Ouvimos as palavras de S.Exa. e, não temos dúvidas alguma de que, em função daquela denúncia feita, o Brasil já economizou muito dinheiro, inclusive com a decisão do Tribunal de Contas da União de considerar ilegal as concorrências com preço base oculto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, concedendo a palavra ao Senador Magno Bacelar, Relator ad hoc da Comissão.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, Srs. Senadores, são sempre sábias as palavras do Senador Jutahy Magalhães quando entende que não devemos apressar julgamentos. Mas, na qualidade de Relator ad hoc e será por esta única reunião, vejo-me na obrigação de fazer um relatório, o qual deverá ser julgado necessário ou não pelo Relator permanente.

Na realidade, vivemos um momento muito difícil neste País que pode ser traduzido por desesperança e impunidade.

Ouvimos o depoente declarar a sua culpabilidade ao assinar contratos para calar a boca. Mas isso vai mais longe.

O ex-Governador do Maranhão Dr. João Alberto declarou, em entrevista coletiva à imprensa, que o seu Governo foi 90% honesto. Só houve corrupção em 10%. Em que País estamos vivendo? Não se é honesto 90%, 98, 99. Ou se é 100%, ou se é desonesto.

De forma que discordo um pouco das sugestões do Senador Jutahy quando diz que se encaminhem para o Tribunal de Contas da União pedidos de providências, porque o Sr. Antônio Paixão diz, em seu depoimento, que o Ministro encaminhou ao Tribunal. E eu requeriria à Presidência que juntasse cópia da carta ...

O SR. - Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que aliás não acolhe isso; diz que quem deve acolher é o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

O SR. MAGNO BACELAR - Consideramos lamentável a atitude do Sr. Ministro, porque, em se tratando de Ministério da Justiça, entendendo que temos, pela primeira vez, um crime configurado, objetivamente qualificado em termos jurídicos. No momento em que o depoente declara que assinou, o documento, cita empresas que constam de um contrato que está nesta Comissão, cita o Sr. Geraldo da OAS, que assina como testemunha desse contrato de "faz de conta" e que em números já corresponde a 4 bilhões e o outro da empresa AKIM, Sr. Presidente, no nosso entendimento o crime está qualificado e sem prejuízo das outras averiguações que terão que ser feitas das comprovações de outros dados. Mas, com relação a esse fato, é lamentável que Ministérios que

tenham recebido cartas denúncias com todas as documentações, principalmente o Ministro da Justiça, protelem.

A conclusão da Relatoria, com relação a este caso, é que sejam encaminhados esses elementos comprobatórios já existentes e sem dúvidas. Não há nenhum motivo para que se levantem dúvidas do que aqui foi dito e encaminhe ao Ministério Público, porque se omitirmos e esperarmos o final da conclusão dos trabalhos desta Comissão, estaremos também prejudicando a Justiça por retardar o seu andamento.

Essa não é a opinião pessoal, mas o relatório que estou prestando da reunião, por ter sido designado Relator por V.Exa.

Como há crime comprovado, confesso, inclusive de emissão de faturas frias, que são crimes contra o Fisco, na opinião desta Relatoria devem ser ouvidos a empresa do Plauí, o Sr. João Castro e o Vereador que encaminhou através do Senador Eduardo Suplicy o documento. Essas pessoas devem ser convocadas a esta Comissão.

Esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, tenho dificuldade de não concordar plenamente com o Senador Magno Bacelar, porque estou convencido de que fatos criminosos vêm ocorrendo, não no caso de hoje, mas em vários outros casos que conhecemos que já passaram ou não por aqui. Mas digo francamente que a minha preocupação, Senador Magno Bacelar, é que qualquer advogado, por menos hábil que seja pode anular qualquer ação que agora enviemos para o Ministério Público. A minha preocupação maior é que o único responsabilizado e condenado, no final das contas, seja o Dr. Paixão, porque é o único que confessa que assinou uma fatura fria. Nós conhecemos, pelo que S.Sa. dispôs aqui, as razões, que até são compreensíveis. Mas se levarmos os fatos assim como estão colocados para o Ministério Público, receio que, no final das contas, seja ele o único punido. Por isso, acho que deveríamos nos aprofundar no assunto. V.Exa. tem toda razão; não deveria ser uma proposta nossa; deveria ter sido feita já pelos Ministérios quando receberam as denúncias. O Ministério é que deveria ter determinado a apuração, rigorosa, não esse tipo de declaração: "vai ser feita uma averiguação rigorosa". E depois não faz nada. Mas de fato deveria ter feito uma averiguação rigorosa das denúncias que foram apresentadas. Não nos caberia, nesta hora, começarmos a fazer esta apuração. Isso já deveria ter sido feito.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Permite-me um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Pergunto se não seria o caso de combinar as ações. Ou seja, sugiro que solicitemos apoio do Tribunal de Contas da União para que o quanto antes realize esse trabalho, para que ainda antes do término dos trabalhos desta CPI possa o resultado desta apuração contribuir para o relatório. Assim, com a força da documentação e a apuração levantada pelo Tribunal de Contas, seria tomadas as medidas propostas pelo Relator.

Não sei se V.Exa. compreendeu? Mas creio que esse seria um caminho até para que a ação proposta pelo Relator seja ainda melhor consubstanciada pelo Tribunal de Contas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto mais cedo for feita a apuração melhor, mais rapidamente poderemos encaminhar alguma coisa de concreto, se algo de concreto for apurado.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) - Nobre Senador, antes que V.Exa. conclua, gostaria de esclarecer alguns fatos.

Na realidade, não me move nenhum motivo. O que ocorre é que o País está desesperançado. Nós, políticos, sabemos que as comissões de inquérito, de um modo geral, morrem sem atingir nenhuma finalidade, porque a nossa finalidade não é policial. As vezes ouvimos o Senador Jutahy Magalhães dizer em tom de brincadeira "Estou cansado de ouvir". Então, o Congresso paga por esses fatos, paga pela comissão. Este é um relatório que não poderá nem ser votado por falta de quorum. Eu quis concluir a finalidade para a qual fui designado hoje. E eu dizia, inicialmente, que o Relator permanente vai apenas se servir do meu relatório de hoje, porque não esteve presente, para continuar o estudo de toda a tramitação da comissão. Mas quando se sabe que essa população já não espera mais nada de ninguém, e nós temos um fato comprovado que pode até prejudicar o depoente, que pela primeira vez nos dá um fato concreto, mas não é esse o meu entendimento, o entendimento do Relator. O entendimento é que, comprovado um fato, não se pode mais protelá-lo, porque, na realidade, não se chega a uma conclusão. A Justiça, com a intervenção de um bom ou mesmo médio advogado, ou mesmo um advogado sem militância como eu, no caso, poderá derrubar isso. Caberia ao depoente contratar um advogado e comprovar o que foi dito, caberia à Justiça julgar. O Congresso, no meu entendimento, não seria oníscio, como foi o Ministro da Justiça. Vejam bem a minha responsabilidade ao dizer isso: o Ministro da Justiça, quando pega todos esses fatos, depois das denúncias, como V.Exa., sabe a imprensa tem divulgado, e manda para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que diz não tomar conhecimento a priori, porque também não é um fato de justiça, criticando, como eu critiquei, a comissão do Ministro da Justiça, eu não quero ser criticado amanhã. Então, um relatório que será submetido à votação. A minha responsabilidade - eu sou homem que fui deputado por 20 anos, até digo que ainda estou em política pelos por meus filhos. Hoje os filhos da gente têm vergonha de ser filho de político, infelizmente. Então, eu digo, é o pensamento de todos nós, em busca de uma solução, ao invés de discutirmos o Emendão e os entendimentos que não chegam, eu acho que a população brasileira está exigindo exemplos, definições. É um relatório apenas que estou preparando, que depois darei por escrito, as notas taquigráficas ficarão, mas não é uma conclusão da Comissão. Eu apenas preparei um relatório de improviso que os fatos, no meu entendimento, chegam a isso. O restante dos depoimentos, ou a conclusão, fazem parte da fita gravada, da Taquigrafia, se fosse o caso, para que fossem julgados a posteriori.

Logo:

No entendimento da relatoria, é caso de polícia. Com todas as letras e maiúsculas. Qualquer corrupto é quem é corrompido e corrompe. Nós estamos com um fato concreto, não há nada a discutir. Nós tivemos uma reunião preliminar na assessoria, e me foi entregue antes, todas as declarações do depoente em uma reunião onde era presidente o nobre Senador Jutahy Magalhães, extra-horário, em atenção a V.Exa., que solicitou e ao depoente, foi concedida a oportunidade de anteriormente nos dizer isso. Depois, formou-se toda essa documentação. Ele veio hoje e confirmou tudo absolutamente tudo que tinha dito.

Eu o parabensizo pela coragem. Porque nós sabemos que num País onde tudo é impunidade, até certo correto, ou arrepender-se de ter cometido um deslize, fica mal. E o medo da impunidade que leva a tudo isso.

Desculpem-me por ter-me alongado, não gosto de ser prolixo, por isso fiz um relatório tão rápido. Ontem o Deputado Cid Carvalho dizia na Comissão de Orçamento que aquela Comissão está sendo punida antes de o jogo começar. Eu o aparteei para dizer que ao juiz - já que está sendo usada uma gíria de futebol - compete punir o time por não entrar em campo, e aquela Comissão está sendo punida porque a grande torcida, que merece respeito e quer ver o jogo começar não vê o jogo começar, porque se perde todo o tempo em discussões infrutíferas. Eu tenho muito medo disso. Daí a razão de eu ter apresentado o relatório. Muito obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Acho que a intenção do Senador Marco Maciel é a mesma minha, apenas o caminho talvez não seja idêntico. No entendimento do Senador Magno Bacelar, é necessário se fazer de imediato o encaminhamento ao Ministério Público daquilo que ocorreu hoje aqui. No meu entendimento, deveríamos buscar mais provas para juntarmos aquilo que foi dito aqui. Então, aí, dentro da proposta do Senador Eduardo Suplicy, de nós tentarmos compatibilizar os dois caminhos.

Permitam-me também dizer alguma coisa fora daqui, mas as chamadas CPIs da Corrupção, da qual eu fiz parte no ano passado e retrasado, vou citar um exemplo, que é o tal navio "Carisma". Esse navio foi mandado construir, na Inglaterra, por um empresário, e o Governo brasileiro pagou. O empresário nunca ressarciu o Governo brasileiro daquilo que foi pago. O navio-fantasma navega pelos mares do mundo, dando lucro a alguém, e o Governo Federal nunca recebeu nada do transporte que esse navio faz. A CPI chegou a todas as conclusões, comprovou tudo e enviou para a Justiça, até hoje a Justiça não se manifestou a respeito, e o navio, se não afundar continua navegando por aí, dando lucro a alguém.

No desencanto que nós temos de toda essa série de impunidades que existe no Brasil, essa é mais uma. Até o atual Presidente, antes de assumir, foi ao Ministério da Justiça com esse material debaixo do braço para exigir do Ministro da Justiça que apurasse aqueles fatos todos e condenasse os culpados. Quando ele assumiu a Presidência, esqueceu o assunto. Pelo contrário, foi se banquetear com muitos daqueles que estavam sendo denunciados exatamente pela CPI da Corrupção. Então, isso é uma farsa! Infelizmente, a Justiça vai protelando as suas decisões e dá margem a isso. Imaginem V.Exas. se com toda documentação, e foram documentos oficiais, e talvez seja este caso o menor de todos eles, a Justiça não encontrou meios de punir os responsáveis, imaginem se nós agora antecipamos isso. O Tribunal de Contas tem a obrigação constitucional de nos dar o apoio, e isso deve-se a uma emenda que apresentei na Constituinte. Hoje, o Tribunal de Contas é obrigado a dar esse apoio e tem, através desse entendimento de V.Exa., como Presidente do Tribunal de Contas que agilizar e fazer com que essas providências sejam tomadas com urgência. Tudo que nós fizermos agora tem que ser comprovado, para não dar margem a isso que o Senador quer evitar, nas que, na realidade, se transforma nesse mar de impunidades que existe no Brasil porque nós ainda não temos condições.

de amarrar tudo e botar num pacote bem fechado para que a Justiça não tenha como escapulir daí para uma decisão.

Por esta razão é que eu peço para agilizar, e dentro do entendimento do Senador Magno Bacelar, com todos os fatos comprovados, nós encaminhamos, não precisamos esperar o final dos nossos trabalhos um pacote bem fechado, para que a Justiça não tenha como escapulir de uma decisão.

Por essa razão, peço para agilizar, e, dentro do entendimento do Senador Magno Bacelar, então, vamos encaminhar os fatos comprovados. Não precisamos esperar, realmente, o final dos nossos trabalhos. À medida que formos apurando os fatos, podemos ir remetendo para o Ministério Público - se tivermos condições de comprovar aquilo que precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, tomará todas as providências junto ao Tribunal de Contas, para verificar, in loco, esse processo de licitação, como também essas subempreitadas realizadas nesses municípios da Bahia para implantação das obras citadas, no caso, hospitais ou postos de saúde, para, de imediato, após esses dados, remeter ao Ministério Público, conforme relatório do Senador Magno Bacelar.

A Presidência também solicita do depoente, Dr. Antônio de Castro Paixão, que nos remeta cópia autenticada das faturas de sua empresa para com a Esquadro, a Construtora Regis, a Aquil e a MRM. Ao mesmo tempo, agradece a presença, do Engenheiro Antônio Paixão, a quem tive a satisfação de ter como meu contemporâneo - ele é meu colega de profissão - na nossa Escola Politécnica da Bahia.

Acredito em suas afirmações e em suas declarações, mas é como muito bem disse o Senador Jutahy Magalhães: esta Comissão tudo fará no sentido de que V.Sa. não volte para o "prostíbulo", como V.Sa. aqui afirmou.

O SR. ANTÔNIO DE CASTRO PAIXÃO - Eu também não disse que parti de lá não. Disse que, ainda que tivesse partido de lá, eu mereceria uma mão amiga, e não ser empurrado de volta.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Justamente por isso esta Comissão lhe dá todo apoio, porque ficaria fácil para a

Esquadro, para a Construtora Regis, para a Aquil e para a MRM declararem que fizeram um adiantamento à empresa Módulo para serviços que seriam efetuados nessas obras. Nós não acreditamos nisso, de maneira alguma, porque lhe conhecemos de muito tempo. Esta Comissão está aqui justamente para premiar, ou melhor, apolar sobretudo os micro, pequenos e médios empresários, para que se encorajem e, como V.Sa. fez, aqui venham fazer esse depoimento tão sério, no sentido da moralização da coisa pública no Brasil.

Por isso, a Presidência agradece a sua presença e lhe parabeniza - V.Sa. tem, de antemão, nossa solidariedade; e encerra a presente reunião, convocando uma outra para a próxima quinta-feira, quando ouviremos aqui o Presidente da CHESF e daremos também prosseguimento para solicitar outros depoentes que aqui virão, conforme indicação ou sugestão dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quero também solidarizar-me com as palavras que V.Exa. acaba de pronunciar, cumprimentando o depoente por sua coragem, e avaliando que prestou um serviço à Nação que guarda paralelo com aquela documento que o Deputado Luís Roberto Ponte formulou à frente da entidade que preside e que justamente levou à formação desta Comissão.

Gostaria de propor à CPI que esteja atenta, no sentido de solicitar às autoridades do Governo Federal que, em função do que aqui foi revelado, não tomem nenhuma atitude de repressão ao Sr. Antônio de Castro Paixão ou à Módulo, a empresa que dirige. Quando um empresário vem aqui e diz os fatos tais como eles são, que isso seja considerado um serviço à Nação, e não objeto de repressão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Bacelar) - Senador Eduardo Suplicy, não tenha dúvida, esta é a posição da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 5.770,57

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 5.770,57

J. avulso Cr\$ 117,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito — *Inocêncio Mártires Coelho*

As eleições de 1990 — *Ministro Sydney Sanches*

A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução — *Silvio Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos sociais e a justiça constitucional — *Paulo Lopo Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas — *Odete Medauar*

Meio ambiente e proteção penal — *René Ariel Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares — *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição — *Sebastião Baptista Affonso*

Servidores públicos — regime único — *Eurípedes Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade, em concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de

cargo ou emprego público — *José Leone Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública — *Jarbas Maranhão*

Auto-regulação e mercado de opções — *Arnoldo Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas — *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime — *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica — *Iduna E. Weinert*

Pesquisas em seres humanos — *Antonio Chaves*

Prolegómenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida con dignidad (la eutanasia) — *Antonio Beristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do Direito — *Elza Roxane Álvares Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças — *Luiz R. Nuñez Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitária — *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a Região Oeste do Paraná — *Rossini Corrêa e Nelton Friedrich*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*
O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Glads-ton Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronakdo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adaúto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

REGIMENTO INTERNO

(Resolução nº 93, de 1970. Texto editado em virtude da Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes das Resoluções nº 51, 58, e 63, de 1989 e 1, 9, 17 e 52, de 1990.)

À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas — Senado Federal, Anexo I,
22º andar — Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

Lançamento: Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775:

CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

Série, com índices temáticos comparativos (edição 1987)

Cz\$

- Volume 1 — Alemanha (República Democrática); Bulgária;
Hungria; Polônia; Romênia; Tchecoslováquia
- Volume 2 — Costa Rica; Nicarágua
- Volume 3 — Angola; Cabo Verde; Moçambique; São Tomé e
Príncipe
- Volume 4 — Dinamarca; Finlândia; Noruega; Suécia

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas. Senado Federal —
Anexo I — 22º andar. Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília — DF.
Telefones: (061)211-3578, 211-3579.

Os pedidos por correspondência deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 256 PÁGINAS